OFN 43/2012

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO
OFN Nº 43/2012
EM 1º - 08 - 2012

A Comissão Mista de Planos,
Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Em 02 / 08 / 2012

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n - Edifício Sudene, 13º andar, Ala Norte
Engenho do Meio – Recife/PE CEP 50670-900
Telefones: 0xx (81) 2102-2108 / 2109 / 2119 – Fax 0xx : (81) 2102-2886
e-mail: gabinete@sudene.gov.br

Ofício nº 0229/2012/GAB/SUDENE

Recife, 17 de julho de 2012

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Paulo Pimenta
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Câmara dos Deputados
Anexo II, Ala C , Sala T-8
70160-900 - Brasí lia-DF

Assunto: Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório.

1. Em cumprimento ao estabelecido pelo § 4º, art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 18 da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, estamos encaminhando a Vossa Excelência, para efeito de fiscalização e controle, o "Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2011" do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, acompanhado do Parecer conjunto nº 13/SFRI//SUDENE/MI, de 28 de junho de 2012, conjuntamente elaborado pela SUDENE e pelo Ministério da Integração Nacional, bem como a Resolução do Conselho Deliberativo da SUDENE que o aprovou no dia 13 do corrente.

Respeitosamente,

Luiz Gonzaga Paes Landim
Superintendente

Anexos:
Relatório de Resultados e Impactos – Exercício 2011, do FNE; Parecer conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI; Resolução nº 053/2012 e Proposição de encaminhamento.
NET Doc nº 2012.05381

Senado Federal
Protocolo Legislativo
OFN nº 43 / 2012
Fls. 01

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO N º 053/2012

Aprova a Proposição nº 051/2012, referente ao Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) do exercício de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 8º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, bem como, o estabelecido pela alínea "c", inciso XII, art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 6.219, de 04 de outubro de 2007,

R E S O L V E U :

Art. 1º. Aprovar a Proposição nº 051/2012, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 111ª reunião, de 05 de julho de 2012, que trata do Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) - Exercício de 2011, apresentado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Art. 2º. Autorizar a SUDENE a encaminhar o referido relatório, acompanhado da decisão deste colegiado e do Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28 de junho de 2012, favorável à aprovação, às Comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em cumprimento ao disposto no § 4º, art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e à Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional, de que trata o § 1º, art. 166 da Constituição Federal, cumprindo assim, o determinado pelo § 5º, art. 20 da mesma lei.

Art. 3º. A Proposição de que trata o artigo primeiro e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicizada no site da SUDENE, no endereço eletrônico www.sudene.gov.br.

Fortaleza, 13 de julho de 2012.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO
Presidente do Conselho Deliberativo

Proposição Nº 051/2012

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

PROPOSIÇÃO N º 051/2012

Relatório sobre os resultados e impactos obtidos e demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no exercício de 2011.

Senhores Conselheiros,

Prevê a alínea "c", inciso XII, art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 6.219, de 04 de outubro de 2007, que compete ao Conselho Deliberativo da SUDENE, entre outros, avaliar os resultados obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e determinar as medidas de ajuste necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas, dos programas de financiamento aprovados e à adequação dos financiamento às prioridades regionais.

Ademais, prevêem os parágrafos 4º e 5º, art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com as alterações introduzidas pelo art. 18 da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, que o relatório sobre o fundo, "*acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle*."

O referido relatório, apresentado pelo Banco do Nordeste do Brasil por meio do Ofício–Gapre 2012/0394, de 30 de março do corrente, foi analisado por equipe mista da SUDENE e do Ministério da Integração Nacional, resultando no Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28 de junho de 2012, favorável à sua aprovação. Tanto o parecer como o relatório integram a presente proposição.

PROPOSIÇÃO:

Diante do exposto, esta Secretaria Executiva submete à apreciação e votação desse colegiado o relatório em referência, acompanhado do mencionado parecer conjunto, com a devida apreciação e recomendações, sobre os resultados e impactos do FNE no exercício de 2011, acompanhado das demonstrações contábeis devidamente auditadas, pedindo autorização, também, para promover o encaminhamento dessa documentação à Comissão Mista Permanente de que trata a Constituição Federal, bem como, à Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal, e à Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados.

Recife, 05 de julho de 2012.

Luiz Gonzaga Paes Landim
Superintendente

Ofício GAPRE/BNB 2012/0394

FNE - Demonstrações Financeiras
FNE e BANCO - Demonstrações Contábeis
FNE 2011 - Resultados e Impactos
Saldos de Aplicações e Atraso por Município da Agência e Tipologia
Contratações por Tipo de Município
Contratações por Município - Setor Rural
Contratações por Município - Setor Não Rural
Contratações por Município - Porte do Tomador
Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI

SUDENE

NOTA EXPLICATIVA

Todas as informações constantes deste envio estão disponíveis no site da SUDENE, no endereço:

http://172.17.0.44/system/resources/BAhbBlsHOgZmSSI6MjAxMi8wNy8xNy8xMl8yNV8wMF8yNTFfcmVzb2x1Y2FvX2NvbmRlbF8wNTNfMjAxMi5wZGYGOgZFVA/resolucao-condel-053-2012.pdf

Para acessá-las, observar os links ao final de cada página tanto na Resolução nº 53/2012, como na Proposição nº 51/2012.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
OFN nº 43 / 2012
Fls. 04

Banco do Nordeste

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS 2011

Banco do Nordeste

Presidente:

Jurandir Vieira Santiago

Diretores:

Fernando Passos
Isidro Moraes de Siqueira
José Sydrião de Alencar Júnior
Luiz Carlos Everton de Farias
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Wellington Santos Damasceno, em exercício

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Marcos Falcão Gonçalves

Revisão Vernacular:

Luísa Vaz



Equipe Técnica:
Marcos Falcão Gonçalves – Coordenador

Elizabeth Castelo Branco
Iracy Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza
Luiz Fernando Gonçalves Viana
Renato Alves dos Santos
Felipe Pinto da Silva – Bolsista

Colaboradores:
Alan Coelho Silva
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Antônio Rony Davi de Sousa
Cláudio Pereira Bentemuller
Cristiane Garcia Barbosa
Francisco Raimundo Evangelista
Francisco Ribeiro Barroso
Francisco Tadeu Bitu Feitosa
João Bosco Ximenes Carmo
José Welington Tomas
Luísa Maria Tessman
Máximo Antônio Cavalcante Sales
Pedro Pucci de Mesquita
Gilvan Farias dos Santos – Bolsista
João Mairton de Moura – Consultor Externo
Monalisa Lopes Pegado – Contratada
Renata Pinheiro da Rocha – Bolsista
Roberto Alves Gomes – Consultor Externo

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS 5
LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS 10
PREFÁCIO 10
1. INTRODUÇÃO 12
2. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE 14
3. A EXECUÇÃO DO FNE 20
3.1 Contratações Setoriais 26
3.1.1 Setor Rural 27
3.1.2 Setor Agroindustrial 41
3.1.3 Setor Industrial 43
3.1.4 Setor Turismo 46
3.1.5 Setor Infraestrutura 48
3.1.6 Setor Comercial e Serviços 51
3.2 Valores Programados e Valores Realizados 54
3.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE 58
3.3.1 Contratações por Estado 58
3.3.2 Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido 63
3.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário 70
3.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE 75
3.4 Repasses do FNE a Outras Instituições 77
3.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE 84
3.5.1 Prioridades Setoriais (Projetos e/ou Atividades): 85
3.5.2 Prioridades Espaciais 96
3.6 O FNE no Contexto da PNDR 97
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE 118
4.1 Avaliação dos Impactos dos Investimentos do FNE na Geração de Emprego no Período de 2000 a 2008 118
4.1.1 O Mercado de Trabalho no Brasil 120
4.1.2 Mercado de Trabalho na Região Nordeste 122
4.1.3 Impactos dos Investimentos do FNE no Nível de Emprego 124
4.2 Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) 130
4.2.1 Aspectos Gerais 130
4.2.2 Análises de impacto do FNE sobre o emprego, a massa salarial e o salário médio 131
4.2.3 Impacto Geral 132
4.2.4 Conclusões 139
4.3 Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Programa Agroamigo 140

4.4 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE em 2011 151
4.4.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto 152
4.4.2 Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no ano 2011 154
5. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL 158
5.1 Inadimplemento das Operações 158
5.2 Recuperação de Crédito 160
5.3 Operações renegociadas com base no art. 15-B da Lei nº 7.827 de 27.09.1989 161
6. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS 162
6.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no ano 2011 162
6.2 Principais Ocorrências 163
7. RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO n. 10/2012 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL 165
REFERÊNCIAS 169
ANEXOS 172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB - Nordeste e Brasil 17
Tabela 2 – FNE - Desempenho Operacional e Propostas em Carteira - Exercício de 2011 20
Tabela 3 – FNE - Prospecção de Negócios - Posição: 31.12.2011..... 23
Tabela 4 – FNE - Demonstrativo do Patrimônio Líquido - Exercício de 2011 .. 24
Tabela 5 – FNE - Ingressos Mensais de Recursos - Exercício de 2011 24
Tabela 6 – FNE - Demonstrativo das Variações das Disponibilidades - Exercício de 2011 25
Tabela 7 – FNE - Participação Setorial nas Contratações(1) - Período: 1998 a 2011 27
Tabela 8 – FNE – Contratações(1) no Setor Rural – 2011 28
Tabela 9 – FNE - Setor Rural - Contratações (1) Estaduais - Exercício de 2011 32
Tabela 10 – FNE - Contratações(1) no Pronaf - Exercício de 2011 36
Tabela 11 – FNE Contratações(1) no Setor Agroindustrial – Exercício de 2011 41
Tabela 12 – FNE – Setor Agroindustrial – Contratações(1) Estaduais – Exercício de 2011 42
Tabela 13 – FNE - Contratações(1) no Setor Industrial – Exercício de 2011 45
Tabela 14 – FNE - Setor Industrial – Contratações(1) Estaduais – Exercício de 2011 46
Tabela 15 – FNE – Contratações(1) no Setor Turismo – Exercício de 2011 47
Tabela 16 – FNE - Setor Turismo– Contratações(1) Estaduais – Exercício de 2011 48
Tabela 17 – FNE - Contratações(1) por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2011 50
Tabela 18 – FNE - Contratações(1) por Região no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2011 50
Tabela 19 – FNE - Contratações(1) por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2011 51
Tabela 20 – FNE - Contratações(1) por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2011..... 52
Tabela 21 – FNE - Contratações(1) por Região nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2011..... 53
Tabela 22 – FNE - Contratações(1) por Estado nos Setores Comercial e Serviços - Exercício de 2011..... 54
Tabela 23 – FNE - Contratações(1) Programadas e Realizadas, por Setor e Programa - Exercício de 2011..... 54
Tabela 24 – FNE - Contratações Programadas e Realizadas - Por Mesorregiões – Exercício 2011..... 58
Tabela 25 – FNE – Contratações(1) e Demanda de Recursos por Estado - Exercício de 2011 59

Tabela 26 – FNE - Contratações(1) Acumuladas por Estado - Período: 1989 a 2011 60
Tabela 27 – FNE - Contratações(1) em Relação ao Número de Beneficiários - Exercício de 2011 60
Tabela 28 – FNE - Contratações(1) em Relação à População Residente – Exercício de 2011 62
Tabela 29 – FNE - Contratações(1) em Relação ao PIB(3)(4) dos Estados - Exercício de 2011 63
Tabela 30 – FNE - Contratações(1) Acumuladas por Região - Período: 1989 a 2011 63
Tabela 31 – FNE - Contratações(1) por Região - Exercício de 2011..... 64
Tabela 32 – FNE - Contratações(1) por Região (Realocando contratações do Estado do Maranhão) - Exercício de 2011 66
Tabela 33 – FNE - Beneficiários por Porte e Setor - Exercício de 2011..... 72
Tabela 34 – FNE – Contratações(1) por Porte dos Beneficiários e Setor - Exercício de 2011 74
Tabela 35 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos - Exercício de 2011.. 75
Tabela 36 – FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Exercício de 2011 76
Tabela 37 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado - Exercício de 2011..... 76
Tabela 38 - FNE - Contratações por Tipo de Município(1) - Exercício de 2011. 77
Tabela 39 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações exercício 2011..... 78
Tabela 40 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações exercício 2011..... 78
Tabela 41 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações (1) por Atividade no Setor Rural – Exercício 2011 79
Tabela 42 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações(1) por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício 2011..... 80
Tabela 43 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações (1) por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Exercício 2011 80
Tabela 44 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações(1) por Atividade no Setor Infraestrutura – Exercício 2011..... 81
Tabela 45 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações (1) por Região – Exercício 2011 81
Tabela 46 – FNE - Bancos Repassadores - Beneficiários por Porte e Setor – Exercício 2011 82
Tabela 47 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações (1) por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício 2011..... 82
Tabela 48 – FNE - Bancos Repassadores - Saldos Devedores e Inadimplência – Exercício 2011 83
Tabela 49 – FNE - Bancos Repassadores - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício 2011..... 83

Tabela 50 – FNE - Bancos Repassadores – Contratações(1) por Município – Exercício 2011 84
Tabela 51 – FNE – Contratações(1) no Segmento de Informática e Medicamentos – Exercício de 2011 85
Tabela 52 – FNE – Contratações(1) em Projetos de Infraestrutura – Exercício de 2011 86
Tabela 53 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Exercício de 2011 86
Tabela 54 – FNE - Contratações em Apoio ao PAC – Exercício de 2011 87
Tabela 55 – FNE – Contratações(1) em Projetos Relacionados à Ovinocaprinocultura, à Bovinocultura e à Avicultura – Exercício de 2011 87
Tabela 56 – FNE - Projetos de Ampliação Contratados¹ em Fruticultura Irrigada² – Exercício de 2011 88
Tabela 57 – FNE – Contratações(1) em Projetos de Floricultura, Apicultura, Aquicultura e Pesca – Exercício de 2011 89
Tabela 58 – FNE – Contratações(1) em Projetos de Produção de Grãos – Exercício de 2011 90
Tabela 59 – FNE – Contratações em Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos - Exercício de 2011 91
Tabela 60 – FNE – Contratações(1) em Projetos da Indústria Química – Exercício de 2011 92
Tabela 61 – FNE – Contratações em Projetos da Indústria Metal-Mecânica, Siderúrgica e Minerais Não metálicos - Exercício de 2011 92
Tabela 62 – FNE – Contratações(1) em Projetos relacionados ao Turismo – Exercício de 2011 93
Tabela 63 – FNE – Contratações(1) em Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Exercício de 2011 94
Tabela 64 – FNE - Projetos Contratados(1) no Setor da Indústria Extrativa de Minerais, Petróleo e Gás Natural - Exercício de 2011 95
Tabela 65 – FNE – Contratações(1) em Projetos de Serviços de Manutenção para Metal – Mecânica – Exercício de 2011 95
Tabela 66 – FNE - Contratações(1) de Projetos Agroindustriais em Perímetros Irrigados(2) Públicos – Exercício de 2011 96
Tabela 67 – FNE - Projetos Contratados(1) por Tipologia PNDR – Exercício de 2011 98
Tabela 68 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Porte – Exercício de 2011 101
Tabela 69 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Setor – Exercício de 2011 103
Tabela 70 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Estado – Exercício de 2011 104
Tabela 71 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Região – Exercício de 2011. 106
Tabela 72 – FNE - Projetos Contratados¹ nas Mesorregiões SPR² – Exercício de 2011 107

Tabela 73 – FNE – Contratações(1) em Mesorregiões por Porte – Exercício de 2011 110
Tabela 74 – FNE – Contratações(1) em Mesorregiões por Estado – Exercício de 2011 111
Tabela 75 – FNE – Contratações(1) em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício de 2011..... 112
Tabela 76 – FNE – Contratações(1) em Mesorregiões por Setor – Exercício de 2011 114
Tabela 77 – FNE – Contratações(1) na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Município – Exercício de 2011 115
Tabela 78 – FNE – Contratações(1) na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Setor – Exercício de 2011 116
Tabela 79 – FNE – Contratações(1) na RIDE Timon-Teresina - Por Município – Exercício de 2011 116
Tabela 80 – FNE – Contratações(1) na RIDE Timon-Teresina - Por Setor - Exercício de 2011 117
Tabela 81 – Estoque de Empregos Formais - Regiões / Brasil - 31 de dezembro / 2000 - 2008 120
Tabela 82 – Empregos Formais - Estados do Nordeste - 31 de dezembro / 2000-2008 122
Tabela 83 – Saldo de emprego das empresas financiadas pelo FNE, das não-financiadas e do total das empresas, segundo o porte dos estabelecimentos - Região Nordeste - 2000 – 2008 125
Tabela 84 – Composição dos desembolsos e do número de empresas financiadas, pelo FNE, segundo o recurso médio, aplicado por empresa – Região Nordeste – 2000 a 2008 127
Tabela 85 – Índice de base móvel do crescimento do estoque de emprego das empresas que receberam financiamento do FNE, daquelas não-financiadas - Estados do Nordeste - 2001 – 2008 127
Tabela 86 – Composição dos desembolsos do FNE, por atividade econômica - Região Nordeste – 2000 a 2008 128
Tabela 87 – Índice acumulado do crescimento do estoque de emprego das empresas financiadas pelo FNE e o das não financiadas - Região Nordeste - 2000 – 2008 129
Tabela 88 – Impacto do FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), no Crescimento na Massa Salarial (%) e Crescimento no Salário Médio (%), Após Cinco Anos da Contratação. 132
Tabela 89 – Impacto do FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), Segundo o Setor Econômico, Após Cinco Anos da Contratação. 133
Tabela 90 – Impacto do FNE no Crescimento da Massa Salarial (%), Segundo o Setor Econômico, Após Cinco Anos da Contratação. 134
Tabela 91 – Impacto do FNE no Crescimento no Salário Médio (%), Segundo o Setor Econômico, Após Cinco Anos da Contratação. 135

Tabela 92 – Impacto FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), Segundo a Região, Após Cinco Anos de Contratação. 136
Tabela 93 – Impacto FNE no Crescimento na Massa Salarial (%), ... 136
Tabela 94 – Impacto FNE no Crescimento do Salário Médio (%), segundo a Região, Após Cinco Anos de Contratação. 137
Tabela 95 – Impacto FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), Segundo a Tipologia, Após Cinco Anos de Contratação 138
Tabela 96 – Impacto FNE no Crescimento na Massa Salarial (%), Segundo a Tipologia, Após Cinco Anos de Contratação. 138
Tabela 97 – Impacto FNE no Crescimento no Salário Médio (%), Segundo a Tipologia, Após Cinco Anos de Contratação. 139
Tabela 98 – Características Socioeconômicas (dentro e fora do semiárido) . 141
Tabela 99 – Valor da Produção Agrícola (dentro e fora do semiárido) 143
Tabela 100 – Valor do Rebanho 144
Tabela 101 – Valor do Rebanho (dentro e fora do semiárido) 144
Tabela 102 – Fração de Clientes que Possuem Seguro 147
Tabela 103 – Fração de Clientes que Possuem Seguro (dentro e fora do semiárido) 148
Tabela 104 – Avaliação dos Clientes do Programa sobre os Juros dos Empréstimos 149
Tabela 105 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE - 2011[1] 155
Tabela 106 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE Por Porte da Empresa (Micro, Mini, Pequena e Média) – 2011[1] 157
Tabela 107 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários – Posição: 31.12.2011 158
Tabela 108 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Setor – Posição: 31.12.2011 159
Tabela 109 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 31.12.2011 159
Tabela 110 – FNE - Recuperação de Dívidas[(1)] – Posição: 31.12.2011 160
Tabela 111 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 30/2010 do CONDEL – Exercício 2011 161

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1– Indicadores Demográficos do Brasil e do Nordeste, 1991 e 2010.. 15
Quadro 2 – Indicadores de Saneamento do Brasil e do Nordeste, 2000 e 2010 19
Quadro 3 - Definição de porte de beneficiários (R$ 1,00) 70

Gráfico 1 – FNE - Ingressos Mensais (R$ Mil) de Recursos – Exercício de 2010 e 2011 25
Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano..... 38
Gráfico 3 – Agroamigo - Valores Contratados por Ano (R$ Mil)..... 38
Gráfico 4 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos 39
Gráfico 5 – Agroamigo – Carteira Ativa (R$ Mil) 39
Gráfico 6 – Contratações Programadas e Realizadas - Rural e Agroindustrial 55
Gráfico 7 – Contratações Programadas e Realizadas - Indústria, Turismo e Infraestrutura..... 56
Gráfico 8 – Contratações Programadas e Realizadas - Comércio e Serviços 56
Gráfico 9 – Contratações Programadas e Realizadas - Programas Especiais 57
Gráfico 10 – Variação relativa dos empregos gerados, por subsetor de atividade econômica – RAIS / 2007 / 2008 121
Gráfico 11 – Variação do nível de emprego do ano de 2008, em comparação ao de 2007 – Regiões do Brasil. 122
Gráfico 12 – Concentração dos rendimentos do trabalho, segundo as faixas de salário mínimo – Região Nordeste – 2000 / 2008. 124
Gráfico 13 – Aquisição de Bens duráveis (Semiárido) 142
Gráfico 14 – Posse de meio de transporte (Semiárido)..... 143
Gráfico 15 – Fração de indivíduos com conta bancária 145
Gráfico 16 – Fração de indivíduos com conta bancária (2010) 146
Gráfico 17 – Fração de indivíduos que conseguem poupar 147
Gráfico 18 – Número de visitas de assessores de créditos recebidas pelos clientes..... 150
Gráfico 19 – Opinião dos clientes a respeito da utilidade das visitas de assessores de créditos (% que consideram as visitas úteis) 150
Gráfico 20 – Avaliação dos clientes com relação às visitas de técnicos agrícolas e veterinários (% que consideram as visitas úteis) 151
Gráfico 21 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no ano 2011 163

Figura 1 - Mapa do Semiárido Nordestino..... 14
Figura 2 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB. . 99
Figura 3 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB..... 108

PREFÁCIO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao ano de 2011.

Além de informações sobre a execução do Fundo, estão incorporados neste relatório os resultados e impactos do FNE, objeto das avaliações concluídas no referido período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a Metodologia de Avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB.

O BNB contratou, desde o início da operacionalização do FNE, em 1989, até dezembro de 2011, o montante de R$ 94,3 bilhões[1]. Tais financiamentos foram direcionados a empreendimentos predominantemente de mini, pequeno e médio portes dos setores rural, industrial e agroindustrial, comércio e serviços, turismo e de infraestrutura localizados nos onze estados da área de atuação do BNB.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, ressalta-se a importância da elaboração deste Relatório. Ele permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica da região Nordeste.

Assim, esperamos que este Relatório seja um instrumento que contribua para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, com foco na geração de emprego e renda.

José Narciso Sobrinho
Superintendente do ETENE

[1] Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2011. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2011.

1. INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado através do artigo 159 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado por força da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste.

O presente Relatório apresenta os principais resultados e impactos do FNE no ano de 2011, tendo por base as contratações realizadas nesse período.

Assim, observa-se que as operações contratadas com recursos do FNE, no período considerado, alcançaram o montante de R$ 11,1 bilhões, representando 439.819 operações de crédito.

Em termos de demanda por recursos, no final do ano 2011, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R$ 2,1 bilhões e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R$ 3,0 bilhões.

Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas ao meio rural absorveram R$ 3,9 bilhões ou 35,3% do total contratado pelo FNE no ano 2011, enquanto o setor Comércio e Serviços contratou R$ 2,5 bilhões (22,3% do total contratado) e o Setor de Infraestrutura foi contemplado com R$ 2,0 bilhões (17,7% do total contratado). O Setor Industrial obteve R$ 1,9 bilhão (17,2% do total contratado), o Setor de Turismo recebeu R$ 496,5 milhões (4,5% do total contratado) e o Setor Agroindustrial 336,9 milhões (3,0%).

As contratações no semiárido, por sua vez, totalizaram R$ 4,1 bilhões, de modo que mais de 816 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste, no ano 2011.

Os mini, os micro, os pequenos e os pequeno-médios empreendedores receberam recursos da ordem de R$ 5,2 bilhões. Quase 1,3 milhão de beneficiários do FNE, no ano 2011, pertenciam a essa categoria.

A agricultura familiar, por meio do PRONAF, foi beneficiada com recursos do Fundo no total de R$ 1,3 bilhão. Os financiamentos do FNE beneficiaram mais de 1,2 milhão de pessoas pertencentes a esse Programa.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação e em todos os 1.990 municípios que formam esta área.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, acredita-se que as contratações realizadas no ano de 2011 pelo FNE possam gerar para a região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R$ 25,7 bilhões; valor adicionado estimado em R$ 14,6 bilhões; geração de 1,0 milhão de ocupações (considerando-se empregos diretos, indiretos e induzidos); pagamento de salários por volta de R$ 4,2 bilhões e geração de impostos estimada em R$ 3,7 bilhões. Ressalte-se

que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

O presente relatório está dividido em seis capítulos. Esta **Introdução** faz uma síntese dos principais resultados das aplicações do FNE no período analisado.

O segundo capítulo, **Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste,** apresenta um panorama da economia nordestina, que serve de subsídio para a compreensão da dinâmica do Fundo.

A **Execução do FNE** discrimina a aplicação do Fundo, analisando em consonância com os cortes por setor, estado, região climática (dentro e fora do semiárido), porte dos empreendimentos, mesorregiões e tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) além das prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional.

Em sequência, o capítulo **Avaliação dos Resultados e Impactos do FNE**, faz uma análise das externalidades provocadas na economia regional e brasileira, utilizando-se da Matriz de Insumo-Produto Regional, bem como dos resultados preliminares de três avaliações em curso, a saber: i) Avaliação dos impactos dos investimentos do FNE na geração de emprego no período de 2000 a 2008; ii) Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); iii) Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Programa Agroamigo.

A **Gestão do Ativo Operacional** analisa o comportamento da adimplência do FNE no período e o processo de gerenciamento de crédito, enquanto o **Resultado dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados** faz uma síntese das visitas ao longo do ano 2011, as principais ações e ocorrências.

2. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

O Nordeste brasileiro ocupa uma área de 1,5 milhão de km^2, o equivalente a 19,5% do território nacional. A região possui uma expressiva área semiárida (Figura 1), com 986,9 mil km², que se estende do Piauí à Bahia. De acordo com os dados do Censo 2010, o Nordeste conta com uma população de 53,1 milhões de habitantes, o que representa 27,8% da população brasileira. Registrou-se, na última década, uma taxa de crescimento populacional anual de 1,08%, na comparação com o Censo 2000, inferior à da população brasileira, que foi de 1,18%.

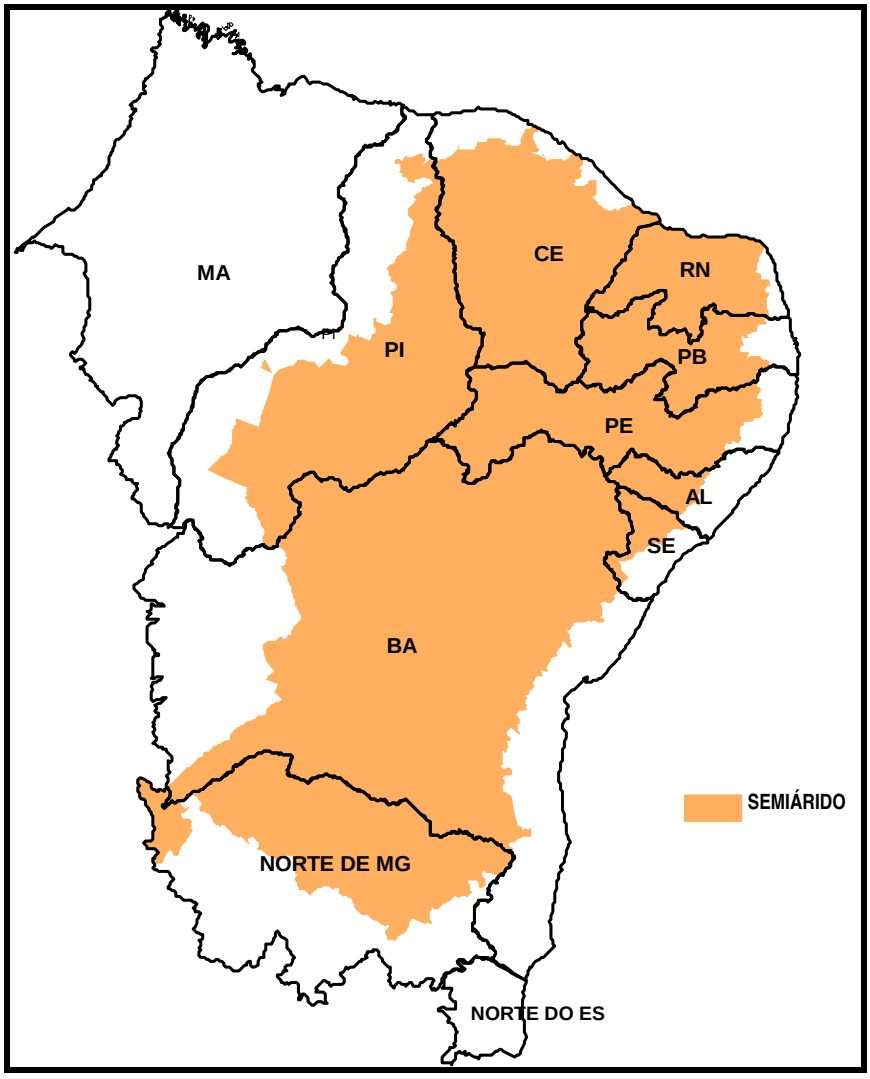


Figura 1 - Mapa do Semiárido Nordestino.
Fonte: SIGBNB – Sistema de Informação Geográfica do Banco do Nordeste.

A redução do ritmo de crescimento da população nordestina, dentre outros fatores, tem ocorrido em função da queda na taxa de fecundidade, que passou de uma média de 3,7 filhos por mulher, em 1991, para 2,0 filhos por

mulher em 2010, segundo dados censitários. Esse comportamento representou uma redução na taxa de 45,8%, para o Nordeste frente a uma redução de 34,7% no mesmo período para o Brasil.

A esperança de vida ao nascer no Nordeste ainda está abaixo daquela verificada nas demais regiões do País, mas o seu crescimento acompanhou o ritmo nacional a partir de 1991, representando 93,6% do indicador brasileiro. Dessa forma, sendo a esperança de vida ao nascer do Brasil de 73,5 anos, conforme o Censo 2010, espera-se[2] que o mesmo indicador, para o Nordeste, seja de 70,8 anos. A taxa de mortalidade infantil, em 2009[3], estava em 33,2 por mil, frente a 22,5 para o Brasil, cabendo o destaque de que a região a fez diminuir em 53,6%, de 1991 para 2009, enquanto a redução registrada para o País foi menor: 50,2%. Em relação à taxa bruta de mortalidade (frequência com que ocorrem os óbitos em uma população), o progresso nordestino foi ainda mais notável: a região reduziu-a em 30,2%, passando de 9,4%, em 1991, para 6,6% em 2009, enquanto o indicador nacional reduziu-se em apenas 13,8%, passando de 7,3% para 6,3% em 2009.

A razão de dependência total do Nordeste, medida que expressa o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade), segundo dados da PNAD 2009, era de 52,7% enquanto a do Brasil era de 47,2%. Vê-se, portanto, que existiam aproximadamente 53 inativos para cada 100 ativos no Nordeste. Em 1991, esses percentuais eram de 87,5% e 72,5%, respectivamente[4]. A razão de dependência diminuiu mais no Nordeste (-39,8%) do que no Brasil (-34,9%) de 1991 para 2009.

Quadro 1– Indicadores Demográficos do Brasil e do Nordeste, 1991 e 2010

Indicadores	1991	2010	Var %
Taxa de fecundidade - Brasil (filhos/mulher)	2,9	1,9	-34,7
Taxa de fecundidade - Nordeste (filhos/mulher)	3,7	2,0	-45,8
Esperança de vida ao nascer - Brasil (anos)	65,8	73,5	11,7
Esperança de vida ao nascer - Nordeste (anos)	66,8	70,8	6,1
Mortalidade infantil - Brasil (por mil)	45,2	22,5 (*)	-50,2
Mortalidade infantil - Nordeste (por mil)	71,5	33,2 (*)	-53,6
Taxa bruta de mortalidade - Brasil (%)	7,3	6,3 (*)	-13,8
Taxa bruta de mortalidade - Nordeste (%)	9,4	6,6 (*)	-30,2
Razão de dependência total - Brasil (%)	72,5	47,2 (*)	-34,9
Razão de dependência total - Nordeste (%)	87,5	52,7 (*)	-39,8

(*) 2009

Fonte: IBGE (Censos Demográficos e PNAD).

[2] O IBGE já divulgou a estatística para o Brasil, mas não liberou as informações regionais.
[3] Fonte: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2003/a16uft.htm, com base na PNAD 1991.
[4] IBGE-PNAD.

A existência de uma menor carga de dependência (como se descortina para o Brasil e para o Nordeste) se traduzirá em oportunidades, na medida em que existem expectativas de aumento da poupança doméstica e, portanto, crescimento da oferta de capital, que aliada a uma oferta maior de trabalho (projetada pela queda na razão de dependência) pode traduzir-se em aceleração do crescimento econômico. Esse fenômeno é denominado bônus demográfico e deverá acontecer primeiro para o Brasil e, depois (mas não muito depois, posto que a razão de dependência vem diminuindo mais rapidamente na região do que no País) para o Nordeste. Tal defasagem permite ao Nordeste planejar melhor e realizar investimentos para que essa oportunidade não seja desperdiçada, aumentando a relevância do FNE nos anos vindouros.

Essas mudanças no quadro demográfico nordestino evidenciam a importância de estratégias públicas adequadas à região, tais como o fortalecimento de projetos estruturantes, principalmente no que diz respeito a investimentos em estradas, distribuição de energia elétrica, telecomunicações, qualidade da educação, moradia, saneamento, água tratada, coleta de lixo, hospitais e equipamentos de lazer.

No âmbito econômico, o Nordeste apresentou expressivo crescimento entre 1970 e 1980, período em que o PIB regional obteve um crescimento médio de 8,7% a.a., tendo acompanhado a taxa de crescimento média do Brasil para esse mesmo período (8,6%). A partir da década de 1980, contudo, as taxas de crescimento declinaram, por conta das grandes dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, a exemplo da crise da dívida externa e dos elevados índices de inflação, com rebatimentos na crise fiscal e financeira do País e a consequente adoção de políticas restritivas ao crescimento (ALBUQUERQUE, 2002).

No período das chamadas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000), a economia nordestina apresentou, pelo menos na primeira década, crescimento econômico superior à média brasileira. A partir de 2003, o desempenho do PIB do Nordeste retomou um razoável patamar de crescimento, superando o desempenho do país, embora ainda inferior aos números obtidos na década de 1970. Em virtude da crise econômico-financeira mundial de 2008, as taxas de crescimento do PIB reduziram-se significativamente no Brasil e no Nordeste, em 2009 (Tabela 1). Entretanto, as estimativas do PIB para os próximos períodos indicam recuperação econômica.

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB - Nordeste e Brasil

Período	Nordeste (%)	Brasil (%)
1970-1980	8,7	8,6
1980-1990	2,3	1,6
1990-2000	2,0	2,5
2000-2005	4,1	2,8
2006	4,8	4,0
2007	4,8	6,1
2008	5,5	5,1
2009	-0,1	-0,6
2010(1)	8,3	7,5
2011-2020(1)	5,3	4,9

Fontes: Fundação Getúlio Vargas - FGV / Centro de Contas Nacionais - IBRE (1970 a 1984) para o Brasil. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE/DPG/PSE (1970 a 1984) para o Nordeste. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1985 a 2010 para o Brasil e 1985 a 2009 para o Nordeste.
Nota (1): Estimativas do BNB-ETENE: 2010 para o Nordeste e projeções 2011 a 2020 para o Brasil e Nordeste.

No que se refere aos grandes setores produtivos do Nordeste, verificou-se nos últimos 50 anos um intenso processo de modernização. Em 1970, o Setor Comércio/Serviços representava 59,3% do PIB regional, seguido do Setor Agropecuário (22,4%) e Industrial (18,3%). Em 2009, por sua vez, a composição do produto regional passou a ser: Comércio/Serviços (68,9%), Indústria (23,7%) e Agropecuária (7,4%) (BRASIL, 2006; IBGE, 2010). Nesse sentido, a estrutura econômica nordestina aproximou-se da nacional, onde as participações setoriais são: Comércio/Serviços (67,5%); Indústria (26,8%) e Agropecuária (5,6%).

Esse aumento da participação da indústria no PIB do Nordeste teve como destaque os segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, veículos, material elétrico, metal mecânico, telecomunicações, têxteis e confecções, calçados, extração de minerais, produtos alimentícios e bebidas, além da siderurgia. Atividades que praticamente inexistiam no Nordeste até meados do século XX, conforme já assinalado por ALBUQUERQUE (2002).

Quanto aos serviços, cabe registrar o surgimento de segmentos complexos e/ou dinâmicos, a exemplo de comunicações, tecnologia da informação, educação, saúde, turismo, atividades culturais e de lazer, transporte e armazenagem, além da expansão das atividades de alojamentos e alimentação, estabelecimentos comerciais modernos (hiper e supermercados, lojas de conveniência, ***shopping centers*** e lojas de departamento), serviços de logística, de planejamento e consultorias, arquitetura, engenharia e construção civil e instituições financeiras (BRASIL, 2005).

Assim, o crescimento da indústria e, principalmente, dos serviços superou o crescimento da agropecuária, de forma que a participação relativa desses setores no total da economia do Nordeste modificou-se. A infraestrutura

do Nordeste expandiu-se e foi aperfeiçoada, especialmente no que se refere à geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, terminais aeroportuários, sistemas de armazenamento, tratamento e distribuição de água, redes de esgotos sanitários, centros hospitalares, universidades, sistemas de coleta de lixo e equipamentos de lazer.

Importantes mudanças ocorreram também na pauta de exportação do Nordeste. Embora a região responda por somente 8% das exportações brasileiras, a participação de produtos industrializados cresceu em comparação com os chamados produtos básicos. Ocorreram, ainda, mudanças na tipologia dos produtos industrializados exportados, pois a região passou a exportar itens tecnologicamente mais avançados, a exemplo de veículos, produtos petroquímicos, metalúrgicos, material elétrico e de telecomunicações, além de ***softwares*** e demais produtos de tecnologia da informação.

A combinação dos comportamentos da população e do PIB, é importante mencionar, fizeram com que a Região registrasse um aumento de 35,6% no PIB per capita, em termos reais, no período 1991-2009. O PIB per capita do Nordeste, de R$ 6.025,00 em 1991, passou para R$ 8.168,00 em 2009 (a preços de 2009), representando 48,3% do PIB ***per capita*** nacional.

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) estima que, em função de alguns fatores conjunturais favoráveis, como a política de crédito expansionista maior no Nordeste do que no resto do país; a valorização do salário-mínimo (SM), a evolução regional do emprego formal e da qualidade do trabalho; e o processo de ascensão social recente, associados aos programas sociais do Governo Federal e aos investimentos públicos e privados em implantação na Região, a renda da economia nordestina continuará crescendo e se aproximando, em termos ***per capita***, da média do País.

O Nordeste obteve melhorias em seus indicadores sociais no período recente. De acordo com o IBGE, a taxa de analfabetismo na região diminuiu de 37,6% para 19,1,% entre 1991 e 2010. Apesar desse avanço, o Nordeste é, ainda, a região brasileira com o maior número de analfabetos: 53,3% das pessoas analfabetas de 15 anos ou mais de idade do Brasil estão no Nordeste. Entretanto, a taxa de escolarização regional praticamente alcançou a nacional (96,9% para o Brasil e 96,8% para o Nordeste).

Nos indicadores de saneamento básico destaca-se também o avanço regional mais rápido do que o nacional, no período recente, significando redução das disparidades:

Quadro 2 – Indicadores de Saneamento do Brasil e do Nordeste, 2000 e 2010

Percentual de domicílios	2000	2010	Var %
com canalização interna de água - Brasil	77,8	82,9	6,5
com canalização interna de água - Nordeste	66,4	76,6	15,4
urbanos com coleta do lixo - Brasil	92,1	97,4	5,7
urbanos com coleta do lixo - Nordeste	82,4	93,7	13,7
ligados à rede coletora de esgotamento sanitário - Brasil	47,2	55,5	17,5
ligados à rede coletora de esgotamento sanitário - Nordeste	25,1	34,0	35,4

Fonte: IBGE (Censos)

A mudança nesses indicadores sociais propiciou uma melhoria na principal medida de desenvolvimento humano. Assim, o IDH do Nordeste que era de apenas 0,601 em 1991, passou para 0,749 em 2007 (BRASIL, 2009), registrando um crescimento de 24,6%, ao passo que o Brasil, no mesmo período, cresceu 15,6% (passou de 0,706 em 1991 para 0,816 em 2007[5]). No entanto, apesar desse crescimento, os estados nordestinos continuam com o IDH inferior ao dos demais estados do Brasil, ocupando as nove últimas posições no ***ranking*** nacional.

Desse modo, em decorrência da persistência das desigualdades intra e inter-regionais e do elevado nível de pobreza existente no Nordeste, a região demanda políticas que contribuam para avançar no processo de desenvolvimento sustentável, como ampliação da geração de empregos, investimentos em infraestrutura física e consolidação de uma rede de proteção social. Referidas transformações estruturais devem ser acompanhadas por ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional.

[5] Ressalte-se que o cálculo do IDH dos estados e municípios depende da divulgação dos PIB estaduais e municipais, o que só ocorreu no final de 2011, pelo que ainda não se dispõe do IDH 2009. Para 2007, estamos utilizando as projeções do Banco Central do Brasil, disponíveis em http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/01/br200901b1p.pdf.

3. A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE, no exercício de 2011 somaram R$ 11,1 bilhões, registrando um incremento de 3,1% em relação ao exercício de 2010, ocasião em que foram contratados R$ 10,8 bilhões[6] (Tabela 2).

Nesses valores estão acrescidas as contratações feitas através do Art. 9º - A da Lei nº 7.827/89, que autoriza o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais aos próprios bancos administradores, para que estes realizem operações de crédito em nome próprio e com risco exclusivo.

Alguns setores apresentaram crescimento das aplicações, em relação ao ano de 2010: Agroindustrial (52,7%), Comércio e Serviços (24,5%), Turismo (11,0%) e Rural (6,8%). Por outro lado, os setores de Infraestrutura e Industrial apresentaram decréscimo de 2,9% e 20,9%, respectivamente, em relação a 2010 (Tabela 2).

Tabela 2 – FNE - Desempenho Operacional e Propostas em Carteira - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Setores e Programas	Contratações[(1)]				Valor das Propostas em Carteira[(2)]
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
RURAL	**417.600**	**1.250.098**	**3.906.666**	**35,3**	**458.145**
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	12.850	35.883	2.498.546	22,5	353.701
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	5.972	17.916	109.304	1,0	4.898
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo B)	367.084	1.101.252	775.816	7,0	27.510
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	1.324	3.972	4.038	0,0	27
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	30.110	90.330	444.473	4,0	30.965
FNE Aquipesca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	207	593	61.066	0,6	35.972
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	44	127	5.018	0,1	4.723
FNE Profrota Pesqueira - Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional	-	-	-	-	-
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	9	25	8.405	0,1	349
AGROINDUSTRIAL	**250**	**250**	**336.875**	**3,0**	**57.721**
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	123	123	318.001	2,9	54.834

[6] Incluído repasse ao BNB, conforme Art. 9-A da Lei nº 7.827/89.

Setores e Programas	Contratações[1]				Valor das Propostas em Carteira[2]
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	127	127	18.874	0,2	2.879
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	-	-	-	-	8
INDUSTRIAL	**2.548**	**2.548**	**1.912.182**	**17,2**	**357.784**
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	458	458	1.703.214	15,4	292.838
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	3	3	3.850	0,0	952
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	2.032	2.032	201.991	1,8	62.188
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	6	6	2.807	0,0	1.800
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	49	49	320	-	6
TURISMO	**286**	**286**	**496.511**	**4,5**	**200.443**
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	35	35	412.375	3,7	166.744
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	249	249	84.125	0,8	33.699
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	2	2	11	-	-
INFRA-ESTRUTURA	**22**	**22**	**1.961.311**	**17,7**	**314.607**
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	15	15	1.390.899	12,5	314.607
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	7	7	570.412	5,1	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**19.113**	**19.113**	**2.477.109**	**22,3**	**689.118**
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	1.619	1.619	1.338.152	12,1	458.032
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	3	3	8.435	0,1	-
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	11	11	1.064	0,0	9
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	17.128	17.128	1.126.998	10,2	230.822
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	352	352	2.460	0,0	255
Total	**439.819**	**1.272.317**	**11.090.654**	**100,0**	**2.077.818**

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

A distribuição percentual dos recursos manteve-se, praticamente, inalterada entre 2010 e 2011. O Setor Rural foi o que mais absorveu recursos do FNE em 2011 (35,3%), em comparação com 34,0% em 2010.

O Setor de Comércio e Serviços, que ficara com a quarta maior parcela de recursos em 2010 (18,4%), aumentou sua participação para 22,3% em

2011, subindo para a segunda posição (Tabela 7). Neste Setor, o Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (FNE – Comércio e Serviços) e o Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-COMÉRCIO E SERVIÇOS) aplicaram, respectivamente, R$ 1,3 bilhão e R$ 1,1 bilhão, que representam em conjunto 99,5% das aplicações no setor.

No caso do Setor de Infraestrutura, pôde-se observar uma leve redução da sua participação no volume de contratações, de 18,8% em 2010 para 17,7% em 2011, quando ficou em 3º lugar em volume de absorção de recursos.

A participação do Setor Industrial atingiu 17,2% (4º lugar), reduzindo sua participação em relação ao ano anterior, quando absorvera 22,5% dos recursos e ficara em 2º lugar.

O Setor Turismo, em 2011, atingiu 4,5% (5º lugar), mantendo-se na mesma posição em relação ao ano anterior (2010), quando absorvera 4,2% dos recursos.

Vale ressaltar que até o exercício de 2010 os setores Industrial e Turismo eram analisados conjuntamente. A partir do Relatório de Resultados e Impactos relativo ao primeiro semestre de 2011 os setores passaram a ser analisados separadamente, permitindo a identificação e qualificação das variações em cada um deles.

O Setor Agroindustrial aumentou sua participação entre os dois períodos, de 2,1% para 3,0%, mantendo a mesma posição, entre os dois anos, no critério de absorção de recursos, em 6º lugar (Tabela 2).

Diante das observações acima realizadas, verifica-se que o exercício de 2011 apresentou importantes resultados, destacando-se o apoio às MPE's. Apontam-se, a seguir, alguns fatores relevantes para o entendimento do desempenho apresentado pelo FNE:

1. Os bons resultados são acompanhados do contínuo esforço e do BNB em ações e no aprimoramento de seus processos de crédito, dentre as quais se destacam: i) o maior rigor na seleção de clientes; e ii) ênfase no acompanhamento e monitoramento das operações com vistas a mitigar riscos e aumentar a margem de retorno dos ativos;
2. Cenário econômico favorável, havendo otimismo nos bons indicadores das economias brasileira e regional.
3. O Pronaf obteve incremento nas aplicações e continua sendo um Programa de grande importância e alvo das prioridades do Banco, conforme espelham seus números no ano de 2011; a ampliação nas

aplicações reflete o compromisso do Banco com os agricultores familiares, além da adequada aplicação das orientações emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do exercício de 2011, o estoque de propostas em carteira (em análise e/ou em fase de contratação) totalizou mais de R$ 2,1 bilhões (Tabela 2). Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 33,2% no Setor Comercial e Serviços; 22,0% no Setor Rural; 17,2% no Setor de Indústria; 15,1% no Setor de Infraestrutura; 9,6% no Setor de Turismo; e 2,8% no Setor Agroindustrial. Cabe esclarecer que esse montante de R$ 2,1 bilhões refere-se apenas às propostas que já se encontram em tramitação no BNB (Tabela 2).

Além das propostas em carteira, existem prospecções de negócios da ordem de R$ 3,0 bilhões, destacando-se como estados com maiores volumes de prospecções por ordem: Ceará (R$ 693,1 milhões), Pernambuco (R$ 670,3 milhões), Bahia (R$ 577,2 milhões) e Paraíba (R$ 277,7 milhões). Em conjunto, esses estados apresentaram em 31.12.2011, volume de negócios prospectados de aproximadamente R$ 2,2 bilhões, representando 73,0% dos negócios em vias de realização (Tabela 3).

Tabela 3 – FNE - Prospecção de Negócios - Posição: 31.12.2011

Valores em R$ mil

Estados	Projetos em Negociação (1) (2)
Alagoas	215.473
Bahia	577.194
Ceará	693.092
Espírito Santo	-
Minas Gerais	72.064
Maranhão	131.406
Paraíba	277.725
Pernambuco	670.260
Piauí	67.281
Rio Grande do Norte	51.483
Sergipe	84.592
Extrarregionais	197.533
Total	**3.038.103**

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R$ 3,0 milhões; **(2)** Cartas-Consultas aprovadas, não contratadas.

O patrimônio líquido do Fundo passou de R$ 33,3 bilhões, em 31.12.2010, para R$ 37,7 bilhões em 31.12.2011 apresentando crescimento nominal de 13,3%. Referido acréscimo decorreu dos ingressos de recursos

oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional (Tabela 4).

Tabela 4 – FNE - Demonstrativo do Patrimônio Líquido - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

(1) Até 31.12.2010	**33.326.631**
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	32.938.613
. Resultados Acumulados	388.018
(2) No Exercício de 2011	**4.420.831**
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	5.030.561
. Resultado do Exercício	(608.483)
. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	(1.247)
Patrimônio Líquido em 31.12.2011 (1) + (2)	**37.747.462**

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

No exercício de 2011, o Ministério da Integração Nacional repassou ao BNB recursos transferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para crédito ao FNE, da ordem de R$ 5,0 bilhões (Tabela 4 e Tabela 5), com acréscimo de 23,2% em relação ao exercício de 2010, cujos repasses totalizaram cerca de R$ 4,1 bilhões. No Gráfico 1 verifica-se que os repasses mensais de recursos em 2011 foram maiores que os observados em 2010 durante todos os meses do ano.

Tabela 5 – FNE - Ingressos Mensais de Recursos - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Mês	Ingressos	Ingressos Acumulados
Janeiro	456.738	456.738
Fevereiro	492.028	948.766
Março	321.232	1.269.998
Abril	425.792	1.695.790
Maio	488.721	2.184.511
Junho	441.105	2.625.616
Julho	375.237	3.000.853
Agosto	387.064	3.387.917
Setembro	309.005	3.696.922
Outubro	406.166	4.103.088
Novembro	429.066	4.532.154
Dezembro	498.407	5.030.561

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

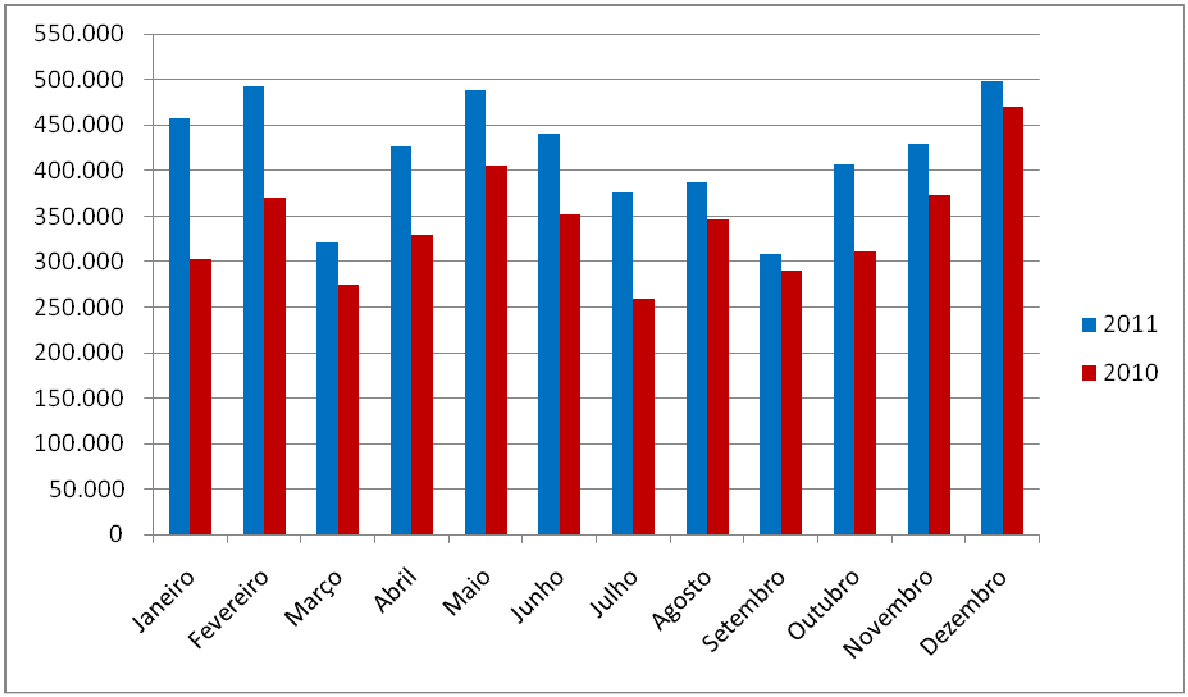


Gráfico 1 – FNE - Ingressos Mensais (R$ Mil) de Recursos – Exercício de 2010 e 2011

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Os reembolsos dos recursos emprestados aumentaram de R$ 6,2 bilhões em 2010, para R$ 7,0 bilhões, em 2011, com incremento nominal de 14,0%. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo ao final do exercício de 2011, de 25,3% em relação ao final do exercício de 2010. Mencionadas disponibilidades totalizaram R$ 4,6 bilhões ao final de 2011, dos quais R$ 3,0 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas, restando, pois, R$ 1,6 bilhão para contratação de novos financiamentos (Tabela 6).

Tabela 6 – FNE - Demonstrativo das Variações das Disponibilidades - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Disponibilidades em 31.12.2010	**3.653.134**
Disponibilidades para Novas Contratações	1.896.520
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	1.756.614
Disponibilidades em 31.12.2011	**4.576.207**
Disponibilidades para Novas Contratações	1.593.026
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	2.983.181
Variação das Disponibilidades	**923.073**
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	5.030.561
- Remuneração das Disponibilidades	445.077
- Reembolsos Ops. Crédito/Repasses (Líquido Bônus Adimplência)	7.032.972
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	220.721
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	134.074
- Cobertura Ops. p/Fundos de Aval	1.177

- Cobertura Ops. Programa da Terra p/INCRA	4.626
- Cobertura de Ops. pelo PROAGRO	2.696
- Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	461
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	22.113
- Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops FNE	1.909
- Desembolsos de Ops. Crédito/Repasses Outras Instituições	(9.957.670)
- Taxa de Administração	(993.540)
- Del credere do BNB - Repasses Lei 7.827 Art. 9º A	(49.602)
- Del credere do BNB - Demais Operações	(773.169)
- Del credere Instituições Operadoras	(3.781)
- Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(81.806)
- Prêmio de Perfomance do BNB sobre operações PRONAF	(169)
- Despesa Auditoria Externa	(73)
- Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	(13)
- Bônus/Dispensas Ops. PJ-Parcela Risco BNB-Reneg. Leis 11.322/11.775	(165)
- Conversão de Ops. para o FNE - Lei 10.464/10.696	(8.529)
- Aquisição de Ops. pelo FNE - Lei 11.322	(1.016)
- Reclassificação Ops. Outras Fontes para FNE - Lei 11.775	(16.044)
- Devolução ao BNB Ops. PJ Renegociadas - Parcela Risco BNB	(22.465)
- Bônus Adimplência Ops. Repasses BNB - Art. 9º A Lei 7.827	(12.889)
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus FNE	(33.510)
- Dispensa/Remissão/Rebate Outras Operações - Lei 12.249 - Ônus FNE	(15.488)
- Outros Eventos	(3.385)
Total	**923.073**

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

3.1 Contratações Setoriais

Acompanhando as modificações na estrutura econômica regional, observa-se uma tendência à desconcentração setorial dos recursos. O Setor Rural continua sendo o mais representativo nas contratações do FNE, mas vem modificando sua participação relativa, quando comparado aos demais setores. Assim é que 35,3% do total contratado foram investidos no Setor Rural (Tabela 7) , contra 34,0% aplicados em 2010.

Tabela 7 – FNE - Participação Setorial nas Contratações[1] - Período: 1998 a 2011

Em Porcentagem

Exercício	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraes-trutura	Comércio e Serviços	Total
1998	85,8	1,2	13,0	-	-	100,0
1999	78,3	0,9	20,8	-	-	100,0
2000	69,6	1,0	29,4	-	-	100,0
2001	48,6	2,1	47,6	-	1,7	100,0
2002	76,3	0,6	13,7	-	9,4	100,0
2003	45,1	2,1	43,4	-	9,4	100,0
2004	40,4	1,4	16,9	23,8	17,5	100,0
2005	50,4	3,4	23,4	13,2	9,6	100,0
2006	50,5	2,7	22,5	9,3	15,0	100,0
2007	48,6	3,0	17,0	10,3	21,1	100,0
2008	36,2	3,5	22,8	16,9	20,6	100,0
2009	32,4	4,2	20,2	19,3	23,9	100,0
2010	34,0	2,1	26,7	18,8	18,4	100,0
2011	35,3	3,0	21,7	17,7	22,3	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Quanto aos demais setores, observa-se uma alternância nas posições nos últimos anos, demonstrando a forte participação desses setores na economia do Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. No ano de 2011, o Setor Comércio e Serviços foi o segundo no ranking das aplicações setoriais (22,3%) (Tabela 7).

Nas próximas seções, será analisado de forma detalhada o desempenho de cada setor no ano de 2011.

3.1.1 Setor Rural

As contratações do FNE Setor Rural, no exercício de 2011, totalizaram cerca de R$ 3,9 bilhões, representando 35,3% das aplicações do FNE, com incremento de 6,8% em relação ao ano de 2010 (R$ 3,7 bilhões). O incremento verificado refletiu-se no aumento da participação relativa do setor no período em análise, em relação ao mesmo período de 2010, que passou de 34,0% para 35,3% (Tabela 7).

Quanto às propostas em carteira, em 31.12.2011, estas apresentaram redução de 15,3% em relação ao final do ano anterior, totalizando R$ 458,1 milhões (Tabela 2).

Registre-se ainda que o FNE Setor Rural (excluindo o Pronaf) registrou aplicação da ordem de R$ 2,6 bilhões em 2011 (Tabela 2). Esse valor é aproximadamente igual ao volume aplicado ao longo do exercício do ano anterior.

Dos recursos aplicados no FNE Setor Rural no ano de 2011, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural apresentou a maior participação relativa, totalizando R$ 2,5 bilhões em aplicações, correspondente a 64,0% dos recursos aplicados no referido Setor e 22,5% das aplicações do FNE (Tabela 2). No âmbito do Pronaf foram contratados R$ 1,3 bilhão, representando 34,1% das contratações do FNE – Setor Rural e 12,0% do total do FNE, com acréscimo de 21,2% das suas contratações em relação ao ano 2010.

Ao longo de 2011, foram atendidos pelo FNE 1,3 milhão de beneficiários, representando incremento de 10,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse total, o Setor Rural respondeu por 98,3%. O Pronaf, programa de largo alcance econômico e social respondeu, no período analisado, por 97,1% dos beneficiários do FNE Setor Rural e por 95,4% dos beneficiários do FNE (Tabelas 2 e 10). Em relação à importância do Pronaf quanto ao número de beneficiários, esses valores estão aproximadamente iguais aos observados no ano anterior (2010).

No que tange às aplicações por atividades no período em análise, a pecuária foi contemplada com recursos da ordem de R$ 1,8 bilhão, absorvendo 46,0% das contratações do FNE Setor Rural e 16,2% das aplicações do FNE (Tabela 8). Esse resultado corresponde a um incremento de 18,3% em relação ao valor de aplicação na pecuária observado em 2010 (R$ 1,5 bilhão).

Nas agriculturas de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi em torno de R$ 1,7 bilhão, respondendo por 44,8% das contratações do setor e por 15,8% das aplicações do Fundo, em 2011. O volume de recursos aplicados apresentou redução de 0,5% em relação ao valor observado ao longo do exercício de 2010.

Tabela 8 – FNE – Contratações[(1)] no Setor Rural – 2011

Valores em R$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
PECUÁRIA	**1.796.554**	**46,0**	**16,2**
Bovinocultura	1.428.866	36,6	12,9
Avicultura	90.050	2,3	0,8
Ovinocaprinocultura	167.315	4,3	1,5
Suinocultura	71.703	1,8	0,6
Apicultura	11.804	0,3	0,1

Valores em R$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Equinocultura	1.207	0,0	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	2.413	0,1	0,0
Outras Atividades [2]	23.196	0,6	0,2
AQUICULTURA E PESCA	**67.361**	**1,7**	**0,6**
Carcinicultura	43.285	1,1	0,4
Piscicultura	24.076	0,6	0,2
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	**1.310.013**	**33,6**	**11,8**
Grãos	605.126	15,5	5,5
Fibras e Têxteis	438.947	11,2	4,0
Fruticultura	138.581	3,6	1,2
Gramíneas	61.624	1,6	0,6
Raízes e Tubérculos	19.795	0,5	0,2
Bebidas e Fumos[3]	41.790	1,1	0,4
Outras Atividades[4]	4.150	0,1	0,0
AGRICULTURA IRRIGADA	**439.608**	**11,3**	**4,0**
Fruticultura	157.834	4,0	1,4
Bebidas e Fumo[3]	100.398	2,6	0,9
Gramíneas	95.808	2,5	0,9
Grãos	16.251	0,4	0,1
Fibras e Têxteis	22.410	0,6	0,2
Olericultura	23.125	0,6	0,2
Raízes e Tubérculos	19.573	0,5	0,2
Flores	200	0,0	0,0
Oleaginosas	181	-	0,0
Mudas e Sementes	705	0,0	0,0
Cactáceas	22	-	0,0
Outras Atividades [5]	3.101	0,1	0,0
OUTRAS ATIVIDADEDS RURAIS	**293.130**	**7,5**	**2,7**
Processamento e Benef Cana-de-açúcar	15.935	0,4	0,2
Process.e Benef Castanha de Caju	16	-	0,0
Process.e Benef Frutas e Hortaliças	220	0,0	0,0
Florestamento e Reflorestamento	4.995	0,1	0,0
Extração Vegetal	10.239	0,3	0,1
Atividades não Agrícolas no Rural [6]	261.725	6,7	2,4
Total	**3.906.666**	**100,0**	**35,3**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Valores em R$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericicultura, avestruz, ranicultura e microcrédito rural (diversos). (3) Desse total, 95,8% refere-se a café. (4) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se a olericultura, extração vegetal, oleaginosa, especiarias e leguminosas. (5) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas. (6) As atividades não agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à caça e à pesca, à intermediação financeira, à ecologia e à silvicultura, dentre outras.

A aquicultura e a pesca, cujas aplicações no exercício de 2011 totalizaram R$ 67,4 milhões, responderam por 1,7% das aplicações dirigidas ao FNE Setor Rural e por 0,6% das aplicações totais do Fundo, no período em referência, mesma participação observada durante o exercício de 2010. As outras atividades rurais financiadas foram responsáveis por 7,5% das contratações do Setor Rural e 2,7% do FNE, o que representa redução em relação ao mesmo período de 2010, quando essa participação foi de 8,8% e 3,0%, respectivamente. A redução da participação pode ser explicada em virtude da redução das aplicações na atividade de Florestamento e Reflorestamento, onde o volume de recursos aplicados diminuiu de R$ 79,4 milhões em 2010 para R$ 5,0 milhões ao longo de 2011[7].

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, que respondeu por 36,6% (R$ 1,4 bilhão) das aplicações do Setor Rural e por 12,9% das aplicações do FNE no período em análise, representando um crescimento de 19,1% em relação ao ano de 2010 (R$ 1,2 bilhão). Outras atividades financiadas foram a Ovinocaprinocultura (R$ 167,3 milhões), a Avicultura (R$ 90,1 milhões) e a Suinocultura (R$ 71,7 milhões), com participação de 4,3%, 2,3% e 1,8% no Setor, respectivamente (Tabela 8).

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos aplicados no Setor Rural, em 2011 foram Grãos (15,9%), Fibras e Têxteis (11,8%), Fruticultura (7,6%) e Gramíneas (4,1%). Juntas, essas atividades responderam por 87,8% das aplicações na agricultura, totalizando R$ 1,5 bilhão. (Tabela 8).

A agricultura de sequeiro obteve 1,3 bilhão, destacando-se as atividades de Grãos (R$ 605,1 milhões), Fibras e Têxteis (R$ 438,9 milhões) e Fruticultura (R$ 138,6 milhões), que participaram com 15,5%, 11,2% e 3,6% das aplicações do FNE no Setor Rural, respectivamente (Tabela 8). As três atividades, em conjunto, foram responsáveis por 90,3% dos recursos destinados à agricultura de sequeiro.

[7] Base do Ativo.

Participando com 11,3% e 4,0% das contratações do FNE Setor Rural e do FNE total, respectivamente, a agricultura irrigada totalizou, em 2011, R$ 439,6 milhões, 11,9% inferior ao volume de recursos aplicados no mesmo período em 2010, o qual totalizou R$ 499,0 milhões. As atividades que receberam os maiores volumes de recursos neste segmento no período foram Fruticultura (R$ 157,8 milhões); Bebidas e Fumo (R$ 100,4 milhões) e Gramíneas (R$ 95,8 milhões). Mencionadas atividades responderam no período por 4,0%, 2,6% e 2,5% das aplicações do Setor Rural, respectivamente (Tabela 8). Quanto às outras atividades rurais, observa-se que os volumes contratados em 2011 (R$ 293,1 milhões) sofreram leve redução de 8,6% em relação ao mesmo período de 2010 (R$ 320,9 milhões).

Os financiamentos do FNE Setor Rural dirigidos ao semiárido totalizaram R$ 1,6 bilhão ao final do exercício de 2011, contra R$ 1,4 bilhão no exercício de 2010, representando incremento de 10,5% nas aplicações. Registre-se ainda que, do total de recursos aplicados pelo FNE no Semiárido em 2011, ou seja, R$ 4,1 bilhões, o FNE Setor Rural contribuiu com 38,2% dessas aplicações. Enquanto isso, as contratações do FNE Setor Rural fora do semiárido, no exercício de 2011, foram da ordem de R$ 2,4 bilhões, representando 33,5% das aplicações dos recursos do FNE nessa Região, as quais totalizaram, em torno de R$ 7,0 bilhões (Tabelas 1.A e 2.A).

Os estados que apresentaram os maiores volumes de recursos no Semiárido em 2011, no âmbito do FNE Setor Rural, foram a Bahia, com 24,8% do total contratado nessa região, seguido do Ceará com 19,0% e Pernambuco com 15,5%. Também foi representativa a participação de Minas Gerais (12,0%). Essas participações são aproximadamente iguais às observadas no mesmo período do ano anterior (Tabela 1.A).

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural, sendo que este segmento possui a maior capilaridade em termos de acesso ao crédito dentre os setores do FNE. Assim, dos 1.990 municípios da área de atuação do FNE, 1.910 municípios foram beneficiados com recursos do FNE Setor Rural, representando 96,0% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabela 36).

Os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE – Setor Rural foram Bahia (R$ 1,2 bilhão); Maranhão (R$ 736,3 milhões); Ceará (R$ 379,5 milhões) e Piauí (R$ 353,8 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 68,5% dos recursos aplicados no Setor Rural. (Tabela 9).

Tabela 9 – FNE - Setor Rural - Contratações (1) Estaduais - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Valor	%
Alagoas	140.313	3,6
Bahia	1.204.350	30,8
Ceará	379.514	9,7
Espírito Santo	62.704	1,6
Maranhão	736.297	18,9
Minas Gerais	337.724	8,6
Paraíba	117.685	3,0
Pernambuco	298.403	7,6
Piauí	353.780	9,1
Rio Grande do Norte	116.706	3,0
Sergipe	159.190	4,1
Total	**3.906.666**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio. Em 1996 adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996. Vinculado, institucionalmente, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Pronaf representa a culminância de um processo liderado pelas organizações sociais dos trabalhadores rurais brasileiros que obteve ressonância nas instâncias internas do Governo Federal.

Em 2006 foi sancionada a Lei 11.326, de 24/07/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que passa a reconhecer a agricultura familiar como segmento produtivo, garantindo-se, assim, a institucionalização das políticas públicas voltadas para esse setor.

O Pronaf tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, mediante o financiamento de infraestrutura de produção e de serviços agropecuários e atividades rurais não agropecuárias, com o emprego direto da força de trabalho

do produtor rural e de sua família, objetivando a geração de ocupação e manutenção do homem e da mulher no campo.

Entendem-se como atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do Pronaf é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, limites de financiamento, bônus de adimplência, público-alvo e finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do Pronaf, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

É importante salientar que o Pronaf é um programa em permanente construção. Assim, desde a sua criação, o Programa tem passado por uma série de modificações, que se destinam ao atendimento das reivindicações de seu público-alvo.

Quanto ao BNB, na qualidade de principal financiador do Pronaf na Região, o Programa é operacionalizado com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

Descrevem-se, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

Pronaf Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA), beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e reassentados em função da construção de barragens.

Pronaf Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Pronaf Grupo B (Microcrédito Produtivo Rural) – Crédito direcionado ao investimento e custeio de agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, pescadores artesanais, extrativistas, aquicultores e silvicultores,

trabalhadores rurais e indígenas, com renda anual familiar bruta até R$ 6,0 mil.

Pronaf Grupo Agricultor Familiar (renda variável) – É uma linha de custeio e investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses acima de R$ 6.000,00 (seis mil reais) e até R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Agrinf) – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria) – Trata-se de crédito para investimento, inclusive em infraestrutura, que vise ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária. Seu público alvo são produtores rurais familiares, cooperativas e associações de produtores, enquadrados nos grupos “A”, “A/C”, “B” e “Agricultor Familiar (renda variável)”.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) – Estimula investimento em projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista, recomposição de áreas de preservação permanente, reserva legal e recuperação de áreas degradadas, bem como enriquecimento de áreas com cobertura vegetal diversificada, atendendo agricultores familiares dos grupos “A”, “A/C”, “B” e “Agricultor Familiar (renda variável)”.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários. Seu público-alvo são os agricultores familiares enquadrados nos grupos “A”, “A/C”, “B” e “Agricultor Familiar (renda variável)”.

Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no grupo “Agricultor Familiar (renda variável)”, independentemente de sua condição civil, para realização investimentos.

Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, enquadradros nos grupos “A”, “A/C”, “B” e “Agricultor Familiar (renda variável)”, para realização de investimentos em

implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários.

Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos. É destinada aos agricultores enquadrados no grupo "Agricultor Familiar (renda variável)".

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinada aos agricultores enquadrados no grupo "Agricultor Familiar (renda variável)".

Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (Pronaf Mais Alimentos) – Destinado a agricultores familiares enquadrados no grupo "Agricultor Familiar (renda variável)", para investimentos em atividades específicas. Os agricultores devem comprovar que, no mínimo, 70% da renda da unidade familiar são provenientes dessas atividades.

As aplicações realizadas pelo BNB no Pronaf, em 2011, totalizaram R$ 1.349,1 milhões, dos quais, R$ 1.333,6 milhões foram por intermédio dos recursos do FNE, correspondendo a 98,9% dos recursos aplicados no Pronaf. Outra fonte utilizada no financiamento do Pronaf são os recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que participou com 1,1% dos investimentos realizados no Programa. Foram beneficiadas 1,2 milhão de pessoas no ano de 2011, representando 95,4% do total de beneficiários do FNE e 97,1% do FNE Setor Rural. Considera-se como beneficiário do Pronaf o agricultor tomador do empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família.

O valor financiado pelo FNE no Pronaf totalizou 12,0% dos recursos investidos pelo FNE (R$ 11,1 bilhões) em 2011 (Tabela 2 e Tabela 10). Em relação ao ano 2010, as contratações do Pronaf pelo FNE tiveram incremento de 21,2%.

O Art. 7° da Lei n° 9.126/95 estabelece a destinação de 10% do montante dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) transferido pela União ao Banco para aplicação no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido, demais programas Pronaf aplicados na região semiárida, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra para implantação das atividades. No que se refere a esse dispositivo, em 2011, o

Banco do Nordeste aplicou R$ 922,1 milhões, correspondentes a 18,3% do montante transferido (R$ 5,03 bilhões)[8].

Tabela 10 – FNE - Contratações(1) no Pronaf - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valor	%
PRONAF-Grupo A	17.916	1,5	109.304	8,2
PRONAF-Grupo B	1.101.252	90,8	775.816	58,2
PRONAF-Grupo C	3.972	0,3	4.038	0,3
PRONAF-Grupo A/C	4.242	0,4	5.225	0,4
PRONAF-Semiárido	8.007	0,7	24.399	1,8
PRONAF-Mulher	1.305	0,1	4.617	0,4
PRONAF-Comum	33.606	2,8	103.750	7,8
PRONAF-Demais Grupos	43.170	3,6	306.482	23,0
Total	**1.213.470**	**100,0**	**1.333.631**	**100,0**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere às aplicações nos grupos do Pronaf, observa-se que o Grupo B tem a maior participação nos recursos (58,2%), contratando R$ 775,8 milhões e beneficiando 1,1 milhão de agricultores. Em seguida aparece o Grupo A, que contratou R$ 109,3 milhões (8,2%), beneficiando 17.916 pessoas, em 2011.

Vale registrar o montante contratado no Grupo Agricultores Familiares (Comum), para o qual o FNE investiu R$ 103,8 milhões (7,8%), beneficiando 33.606 pessoas.

Os três grupos acima referidos receberam 74,2% dos recursos do FNE destinados ao Pronaf. Os valores contratados e os beneficiários pertencentes aos demais grupos estão detalhados na Tabela 10.

Em 2011, o BNB implementou diversas ações objetivando o aperfeiçoamento operacional do Pronaf e a ampliação do atendimento de clientes, dentre as quais se destacam:

- Formalização de parceria com as entidades estaduais de assistência técnica nos Estados para a operacionalização do PRONAF Semiárido;

[8] Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

- Implantação da automação de concessão de bônus nas operações de crédito dos agricultores familiares, no âmbito do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF;
- Criação do prêmio BNB Agricultura Familiar, com o objetivo de reconhecer os produtores de sucesso financiados pelo PRONAF;
- Incentivo à bancarização dos Agricultores Familiares e Mini e Pequenos Produtores Rurais, proporcionando a abertura de contas correntes e fornecimento do cartão da Agricultura Familiar;
- Celebração de Contrato com o Governo do Estado do Ceará para operacionalização de programa de financiamento a agricultores familiares com recursos do Fundo do Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF);
- Renovação do Contrato com o Projeto Dom Helder, visando o desenvolvimento sustentável para os assentamentos da reforma agrária na região do semiárido do Nordeste;
- Realização do Dia da Agricultura Familiar com o objetivo de dinamizar e qualificar o acesso ao crédito do PRONAF, viabilizando contratações e renegociações de dívidas de agricultores familiares. Foram realizados 143 eventos, com 14.736 clientes atendidos;
- Implantação de sistemática de automação de consulta ao documento Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP diretamente na base de dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Agroamigo

O Agroamigo é o Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nordeste Cidadania. Trata-se de iniciativa pioneira no Brasil que visa à concessão de financiamento para a área rural, adotando metodologia própria de atendimento aos produtores na sua própria comunidade através dos assessores de microcrédito rural.

O Programa tem como premissa o crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf Grupo B, abrangendo atividades agropecuárias e não agropecuárias (turismo, artesanato, comércio, serviços rurais etc.), de forma sustentável, buscando a diversificação, a agregação de valor e a comercialização dos produtos das unidades familiares.

Destacam-se, dentre seus principais objetivos:

- Conceder crédito produtivo e orientado, com acompanhamento aos agricultores familiares que realizam atividades agropecuárias e não agropecuárias;
- Agilizar o processo de concessão do crédito;
- Expandir de forma quantitativa e qualitativa o atendimento aos agricultores familiares, com redução de custos para o usuário;
- Proporcionar maior proximidade com os clientes e atendê-los na própria comunidade;

- Atender ao agricultor familiar buscando identificar necessidades de serviços financeiros e bancários, ofertando acessibilidade a outros produtos microfinanceiros;
- Trabalhar a educação financeira e ambiental dos produtores;
- Promover a inclusão financeira do produtor através do processo de bancarização.

O Agroamigo está presente em todos os Estados da região Nordeste e norte de Minas Gerais, contando, em 2011, com 160 unidades de atendimento cujas jurisdições somam 1.945 municípios. Atuaram nesse período na sua operacionalização 661 assessores de microcrédito, todos funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC).

Em 2011, foram realizadas 366,7 mil operações (Gráfico 2) em toda área de atuação do Banco, correspondente a R$ 775,1 milhões (Gráfico 3), com valor médio por operação de R$ 2.113,80. Desde o início da operacionalização do Agroamigo, em 2005, até 2011, foram contratadas 1.514.409 operações, no montante de R$ 2,5 bilhões.

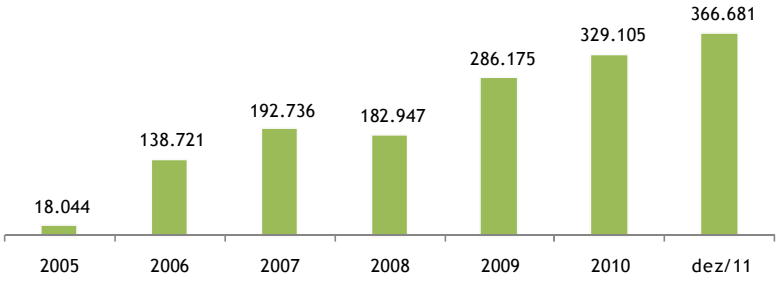


Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano
Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

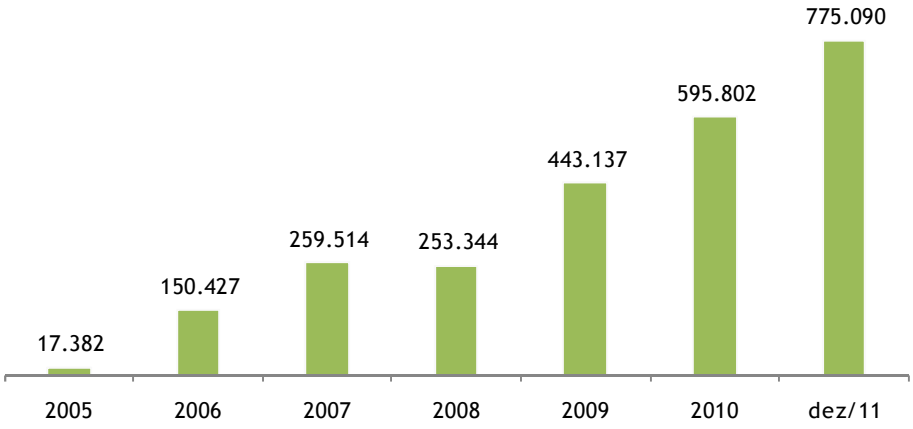


Gráfico 3 – Agroamigo - Valores Contratados por Ano (R$ Mil)
Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

O Agroamigo apresentava no final de 2011 uma carteira ativa com 735,8 mil clientes e saldo de aplicações da ordem de R$ 1.090,9 milhões (Gráficos 4 e 5).

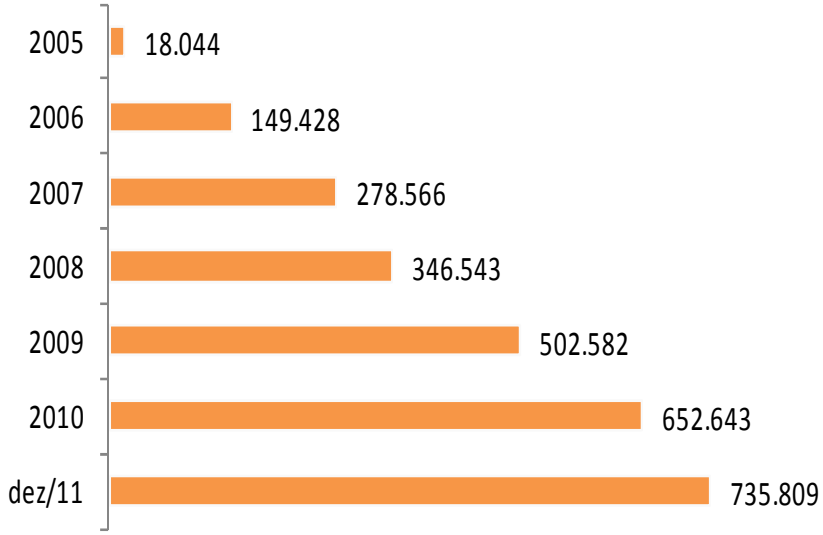


Gráfico 4 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos
Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

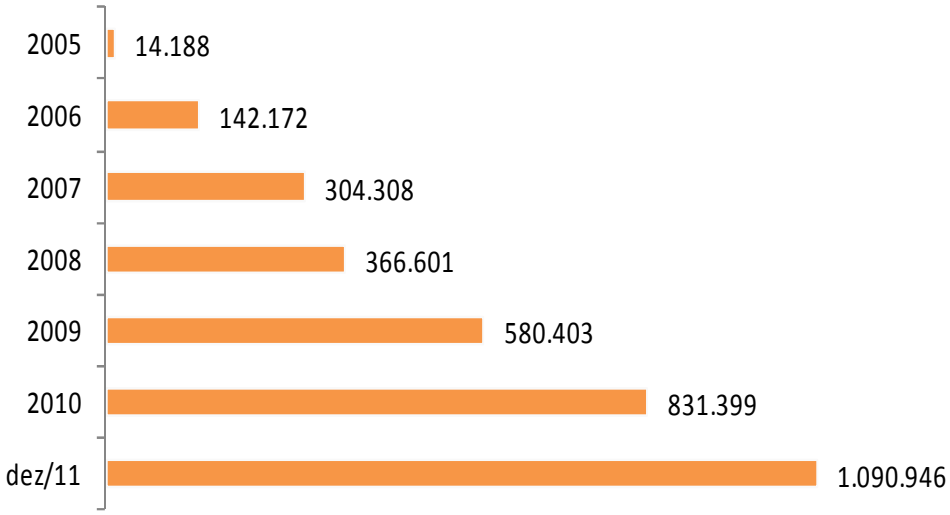


Gráfico 5 – Agroamigo – Carteira Ativa (R$ Mil)
Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

Destacamos, a seguir, as principais ações realizadas no ano de 2011 pelo Agroamigo, que visaram à consolidação do Programa, ao cumprimento

dos seus objetivos, às metas e à missão, bem como ao fortalecimento da imagem institucional:

- Acompanhamento dos estudos de avaliação dos impactos econômicos e sociais do Agroamigo, realizados pelo ETENE, FIPE e Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- Apresentação da experiência do Agroamigo no ***Encuentro Nacional Del Programa Oportunidades Rurales: Inclusión Financiera, Una Estrategia Para El Desarrollo Rural Colombiano***, realizado em Bogotá, Colômbia;
- Elaboração de cartilhas voltadas para clientes sobre o tema da educação financeira e ambiental;
- Realização de eventos internacionais (***Pasantía e Ruta de Aprendizeje***) para apresentação do Agroamigo a instituições financeiras de países da América Latina e da África;
- Aplicação de pesquisa de satisfação com clientes do programa, em parceria com o Ambiente de Marketing;
- Realização de visita técnica à GTZ, na Alemanha, para intercâmbio com outras práticas de microfinanças;
- Realização do evento Dia do Microempreendedor Rural em todas as capitais nordestinas e em Montes Claros-MG;
- Campanhas de formação de poupança junto aos produtores atendidos pelo Agroamigo;
- Melhoria no processo de capacitação da equipe das Unidades do Agroamigo, inclusive com treinamentos virtuais;
- Participação com artigo no livro da CRESOL, com capítulo específico sobre Agroamigo;
- Realização de eventos para entrega do Prêmio Banco do Nordeste de Microcrédito 2011;
- Realização de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para inclusão do Agroamigo no Programa Brasil Sem Miséria;
- Realização de eventos para a promoção do Programa Nacional de Microcrédito nos municípios de Juazeiro do Norte-CE, Caruaru-PE e Feira de Santana-BA, em parceria com o Crediamigo;
- Criação do cartão do Agroamigo para movimentação financeira dos recursos do financiamento.

O Agroamigo foi recentemente reconhecido e premiado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) como prática inovadora na gestão pública brasileira, obtendo o 2º lugar dentre 117 experiências nacionais.

3.1.2 Setor Agroindustrial

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN) tem como objetivo promover o desenvolvimento do segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento de competitividade das empresas, contribuindo para agregar valor às matérias-primas locais, tendo como finalidade financiar a implantação, expansão, modernização, a reforma e a relocalização de empreendimentos agroindustriais (BNB, 2011).

O FNE Setor Agroindustrial contratou, no decorrer do exercício de 2011, R$ 336,9 milhões, o que representa 3,0% do volume contratado através do FNE no período, beneficiando 250 empreendimentos (Tabela 2). Em relação ao exercício anterior, o valor das contratações do Setor apresentou significativa expansão de 52,7%.

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, a de abate e preparação de produtos de carne, aves e pescado foi responsável pelo maior volume de recursos contratados, cerca de R$ 140,4 milhões (41,7%). Também merece destaque a atividade de processamento e beneficiamento de cana-de-açúcar, que absorveu 24,0% (R$ 80,9 milhões) das contratações do FNE Agroindustrial. Juntas, essas atividades foram responsáveis por 65,7% do valor contratado para o referido Setor (Tabela 11).

Tabela 11 – FNE Contratações[(1)] no Setor Agroindustrial – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Abate e Prep. Prod. Carne, Aves e Pescado	140.364	41,7	1,3
Laticínios	42.024	12,5	0,4
Process. Benef. Óleos e Gosduras Vegetais e Animais	24.234	7,2	0,2
Benef. Fibras	443	0,1	-
Proces.Benef.Castanha de Caju	86	0,0	-
Process. Benef. Cana de Açucar	80.918	24,0	0,7
Ind.Prod.Alimenticios	3.990	1,2	-
Ind. Combust. Nucleares, Refino Petróleo e Acool	14.593	4,3	0,1
Process. Benef. Frutas e Hortaliças	21.459	6,4	0,2
Outras Atividades [(2)]	8.764	2,6	0,1
Total	**336.875**	**100,0**	**3,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Outras atividades referem-se a processamento e beneficiamento do mel de abelha, de castanha de caju, grãos, indústria de produtos de limpeza, perfumaria, cosméticos, industria de produtos químicos, comércio varejista, fruticultura, indústria moagem e beneficiamento, indústria da transformação, apicultura, raizes e tuberculos, intermediação financeira e Serv. Aux. de Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura.

As contratações realizadas no Setor Agroindustrial beneficiaram todos os estados da área de atuação do BNB, num total de 117 municípios, que representam 5,9% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 36). O Estado de Pernambuco foi o que obteve maior percentual de participação nas aplicações do Setor, absorvendo R$ 125,5 milhões (37,2%). Durante o exercício de 2010, o estado havia aplicado apenas R$ 7,9 milhões, ou 3,6% dos recursos destinados ao Setor. Esse substancial incremento pode ser explicado por operações na atividade de abate e preparação de produtos de carne, aves e pescado, representando 94,3% das aplicações do Setor no Estado de Pernambuco, no município de Bom Conselho[9]. Em seguida, surgem as estados de Sergipe (26,6%) e de Alagoas (9,4%). Juntos, esses três estados foram responsáveis por 73,2% das contratações no Setor Agroindustrial (Tabela 12). Essa concentração é semelhante à observada no exercício de 2010, quando os três estados com maior volume de contratações concentraram 74,3% das aplicações do Setor Agroindustrial.

Merece destaque, ainda, o substancial crescimento das aplicações no Setor no Estado do Maranhão, que em 2010 havia aplicado recursos da ordem de R$ 247 mil, e em 2011 elevou as aplicações para R$ 21,5 milhões. Esse crescimento foi devido às contratações no município de Porto Franco (MA), na atividade de processamento e beneficiamento de óleos e gorduras vegetais e animais[10].

Do total das contratações na atividade de abate e preparação de produtos de carne, aves e pescado, atividade que absorveu o maior volume de recursos no Setor Agroindustrial, novamente o Estado de Pernambuco foi o que mais contribuiu, com participação de 87,2%[11].

Tabela 12 – FNE – Setor Agroindustrial – Contratações(1) Estaduais – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Valor	%
Alagoas	31.671	9,4
Bahia	12.311	3,7
Ceará	19.731	5,9
Espírito Santo	6.800	2,0
Maranhão	21.476	6,4
Minas Gerais	1.108	0,3
Paraíba	18.123	5,4
Pernambuco	125.465	37,2
Piauí	6.509	1,9
Rio Grande do Norte	4.128	1,2

[9] Ambiente de Controle de Operações Crédito.
[10] Base do Ativo.
[11] Ambiente de Controle de Operações Crédito.

Estado	Valor	%
Sergipe	89.553	26,6
Total	**336.875**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

As contratações na região do semiárido, por meio do FNE Setor Agroindustrial, foram de R$ 164,8 milhões no ano 2011, representando 48,9% das contratações realizadas por esse segmento e cerca de 4,1% do total aplicado na região semiárida. Considerando que, no exercício de 2010, foram contratados R$ 40,3 nesta região, verifica-se que houve incremento de 309,5%, aumentando a participação da região semiárida de 18,3% (2010) para 48,9% (2011). Novamente, pode-se observar a grande influência que os financiamentos na atividade de abate e preparação de produtos de carne, aves e pescado, teve sobre os impactos do FNE, uma vez que o município de aplicação de recursos está localizado na região semiárida (Tabela 11 e 1.A).

As contratações efetuadas fora do semiárido significaram 51,1% do valor contratado (R$ 172,1 milhões) e 2,4% do total contratado pelo FNE fora do semiárido, no exercício de 2011 (Tabela 2.A).

O valor das propostas em carteira no Setor Agroindustrial totalizou R$ 57,7 milhões, no fim de 2011 (Tabela 2).

3.1.3 Setor Industrial

O FNE Setor Industrial é composto primordialmente pelo programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (Industrial), que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento do Setor Industrial, promovendo a modernização, o aumento da competitividade e a ampliação da capacidade produtiva. Também contribuem com as contratações desse Setor os seguintes programas especiais: Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE-VERDE), Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA), Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO), e Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI) (Tabela 2). O FNE EI foi lançado em 2011 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento dos Empreendedores Individuais (EIs), contribuindo para o fortalecimento e o aumento da competitividade do segmento, financiando aquisição de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e construção/reforma de instalações físicas, destinados à atividade dos beneficiários (BNB, 2011).

As contratações do FNE no Setor Industrial foram da ordem de R$ 1,9 bilhão, do qual R$ 1,7 bilhão foi aplicado no Programa de Apoio ao Setor Industrial, representando 89,1% das contratações do Setor Industrial e 15,4% das contratações globais do FNE no período.

O Setor Industrial apresentou decréscimo de 21,0% no volume de recursos contratados, em relação ao exercício de 2010. Esse decréscimo pode ser atribuído à redução de 4,7% na produção industrial do Nordeste em 2011, consequência da queda de produção nos estados da Bahia e do Ceará que apresentaram resultado negativo de -4,4% e -11,7%, respectivamente, além do estado de Pernambuco que apresentou taxa zero de crescimento (IBGE, 2011).

Entretanto, destaca-se, em relação ao ano de 2010, o incremento nas contratações do Setor Industrial no Estado do Maranhão em virtude de operações realizadas nos municípios de Açailândia e de São Luís, na atividade de siderurgia; o incremento nas contratações do Estado de Minas Gerais foi devido a financiamentos na atividade de fabricação de medicamentos e defensivos agrícolas, no município de Montes Claros, e de fiação no município de Pirapora; já nas contratações no Estado da Paraíba, o incremento ocorreu em virtude de um financiamento para a indústria de cimento, no município de Alhandra[12].

As contratações no Setor Industrial tiveram, dentre os segmentos produtores, o de bens de consumo intermediário como destaque, tendo absorvido 61,7% do total das contratações do FNE nesse setor (). Entre as atividades financiadas nesse segmento o maior volume de recursos (52,1%), correspondendo a R$ 614,7 milhões, foi destinado para a indústria de minerais não metálicos. Em seguida, com 12,8% e 6,9% dos recursos destinados ao segmento de bens de consumo intermediário estão as atividades da indústria siderúrgica e da metal-mecânica, respectivamente. Observa-se, porém, que, em relação ao exercício anterior, o volume de recursos contratados em 2011 nesse segmento de bens e consumo intermediário foi 25,8% menor.

As contratações com bens de consumo não duráveis atingiram o total de R$ 678,3 milhões, o que representou 35,5% das contratações do Setor. A atividade com o maior volume de recursos contratados foi a de têxteis (R$ 227,6 milhões), seguida por vestuário e acessórios (R$ 82,9 milhões). Os segmentos de bens de capital e de consumo duráveis, apresentaram crescimento de 77,8% em relação ao ano de 2010, registrando contratações no valor de R$ 48,1 milhões no exercício de 2011, o que corresponde a 2,5% do total contratado no Setor Industrial (Tabela 13).

[12] Base do Ativo.

Tabela 13 – FNE - Contratações[1] no Setor Industrial – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	**678.292**	**35,5**	**6,1**
Calçados	74.489	3,9	0,7
Produtos Alimentícios	59.676	3,1	0,5
Têxteis	227.622	11,9	2,1
Gráfica	36.596	1,9	0,3
Cosméticos	7.989	0,4	0,1
Celulose e Papel	13.115	0,7	0,1
Bebidas	42.983	2,3	0,4
Eletro-eletrônica	55.150	2,9	0,5
Vestuários e Acessórios	82.939	4,3	0,8
Ind.Prod.Farmaceuticos e Defensivos Agricolas	61.591	3,2	0,6
Outras Atividades [2]	16.142	0,8	0,2
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	**1.180.389**	**61,7**	**10,6**
Indústria Siderúrgica	244.090	12,8	2,2
Produtos Químicos	38.804	2,0	0,4
Produtos Plásticos	40.772	2,1	0,4
Tintas, Vernizes e Esmaltes	3.220	0,2	0,0
Minerais não Metálicos (inclusive extr. min. não metal.)	614.695	32,2	5,5
Metal-mecânica	132.543	6,9	1,1
Madeira (exceto mobiliário)	3.311	0,2	0,0
Extração de Minerais Metálicos	26.562	1,4	0,2
Produtos de Borracha	1.813	0,1	0,0
Resinas e Elastômeros	33.198	1,7	0,3
Outras Atividades [3]	41.381	2,2	0,4
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	**48.052**	**2,5**	**0,4**
Mobiliário	14.474	0,8	0,1
Outros	33.578	1,8	0,3
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – FNE VERDE	**5.449**	**0,3**	0,1
Total	**1.912.182**	**100,0**	**17,2**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras Atividade referem-se a laticínios, Proces.Benef.Óleos e Gorduras Vegetais e Animais e Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado. (3) Outras Atividades referem-se à Industria Siderúrgica, Ind.Combust. Nucleares, Refino Petróleo e álcool e Ind.Fibras, Fios, Cabos e Filamentos artificiais.

O FNE Setor Industrial atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 475 municípios em 2011, o que representa 23,9% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 36).

O Estado do Ceará foi o responsável pela aplicação de 25,4% do Setor Industrial, a maior parcela dentre os estados, representando cerca de R$ 486,2 milhões. Este estado, juntamente com Maranhão, Rio Grande do Norte e Bahia, foi responsável por 73,2% das contratações (Tabela 14).

Tabela 14 – FNE - Setor Industrial – Contratações(1) Estaduais – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Valor	%
Alagoas	37.062	1,9
Bahia	199.743	10,5
Ceará	486.153	25,4
Espírito Santo	6.817	0,4
Maranhão	371.475	19,4
Minas Gerais	83.600	4,4
Paraíba	141.051	7,4
Pernambuco	170.778	8,9
Piauí	40.236	2,1
Rio Grande do Norte	341.764	17,9
Sergipe	33.503	1,8
Total	**1.912.182**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A região semiárida foi beneficiada com R$ 820,7 milhões dos recursos do FNE Setor Industrial no exercício de 2011, correspondendo a 42,9% das contratações do setor. Do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Industrial contribuiu com 20,2%. No que se refere às contratações fora do semiárido foi aplicado cerca de R$ 1,1 bilhão, o que representa 57,1% do total contratado nesse Setor e 15,5% dos recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 13, 1.A e 2.A).

3.1.4 Setor Turismo

O Setor Turismo é composto principalmente pelo programa de Apoio ao Turismo Regional (FNE PROATUR), com o objetivo de integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da região, em bases sustentáveis (BNB, 2011). Além do FNE PROATUR, o Setor Turismo conta, ainda, com o programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (FNE-MPE) e o programa FNE Empreendedor Individual (FNE-EI) (Tabela 2).

Referido Setor recebeu recursos da ordem R$ 496,5 milhões, dos quais R$ 412,4 milhões foram aplicados no âmbito do Programa de Apoio ao Turismo

Regional (PROATUR), representando 83,1% das contratações do Setor e 3,7% das contratações do FNE no período em análise. As contratações apresentaram incremento de 11,0% em 2011 (Tabela 15), frente aos R$ 447,2 milhões contratados em 2010.

Tabela 15 – FNE – Contratações[1] no Setor Turismo – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
TURISMO	**496.511**	**100,0**	**4,5**
Edifícios e Obras de engenharia civil	250.000	50,4	2,3
Hospedagem	138.994	28,0	1,3
Transportes	15.193	3,1	0,1
Alimentação	14.175	2,9	0,1
Entretenimento	8.394	1,7	0,1
Outras Atividades [2]	69.755	14,0	0,6
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	**-**	**-**	**-**
Total	**496.511**	**100,0**	**4,5**

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.
(2) Artesanato e Transporte Turístico.

Foram contratados R$ 250,0 milhões na construção de instalações esportivas e recreativas em Pernambuco, em consonância com a ação conjunta do BNB e do Ministério do Turismo para dotar as capitais do Nordeste que serão sedes da Copa do Mundo de 2014 (Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) de uma melhor infraestrutura turística para a realização dos jogos. Para tanto, foi lançado em março de 2010 o Proatur-Copa cujos beneficiários são empresas privadas de ***resorts***, hotéis, pousadas, restaurantes, arenas multiusos, agências de viagem e turismo, entre outros segmentos que compõem a infraestrutura turística.

Também merece destaque no Setor Turismo a atividade hospedagem que absorveu 28,0% dos recursos destinados ao Turismo (cerca de R$ 139,0 milhões) (Tabela 15).

A região semiárida foi beneficiada com R$ 76,9 milhões dos recursos do FNE Setor Turismo no ano de 2011, correspondendo a 15,5% das contratações desse Setor (Tabela 15 e 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Turismo foi responsável por cerca de R$ 419,6 milhões (Tabela 15 e 2.A). Esse alto percentual de aplicação do setor turismo fora do semiárido pode ser explicado pelo volume de recursos destinados à construção de instalações esportivas e recreativas em Pernambuco, conforme referido anteriormente, mas que terão seus efeitos em todo o tecido econômico regional, após sua maturação.

O FNE Setor Turismo atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 152 municípios em 2011, o que representa 7,6% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 36). O estado de Pernambuco recebeu a maior parcela dos recursos, sendo responsável por 60,7% das contratações do FNE no Setor (Tabela 16).

O valor referente ao Estado de Pernambuco foi aplicado na atividade de hospedagem com predominância em Arcoverde e em Gravatá e na atividade de construção de instalações esportivas para a Copa de 2014, em São Lourenço da Mata.

Tabela 16 – FNE - Setor Turismo– Contratações(1) Estaduais – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Valor	%
Alagoas	18.967	3,8
Bahia	25.654	5,2
Ceará	19.947	4,0
Espírito Santo	6.252	1,3
Maranhão	17.499	3,5
Minas Gerais	9.470	1,9
Paraíba	73.602	14,8
Pernambuco	301.522	60,7
Piauí	15.536	3,1
Rio Grande do Norte	6.731	1,4
Sergipe	1.331	0,3
Total	**496.511**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na programação do FNE para o ano de 2012 está previsto um montante de R$ 950,5 milhões para financiamento de projetos turísticos, o que representa um incremento de 38,7% em relação ao programado para o ano de 2011 (R$ 685,2 milhões).

3.1.5 Setor Infraestrutura

Base de sustentação para o processo de desenvolvimento econômico de um país, o Setor de Infraestrutura é parte fundamental para que esse desenvolvimento ocorra de maneira sustentável. Assim sendo, tal Setor passa a desempenhar um papel essencial na busca do acesso a serviços básicos e melhorias do bem-estar da população.

Deve-se observar que a infraestrutura física, em nível regional, desempenha papel fundamental e integrador nas economias, oferecendo suporte às atividades socioeconômicas e proporcionando as condições necessárias para a implementação de políticas públicas sociais, criando um ambiente favorável à expansão dos negócios.

A infraestrutura regional adquire, portanto, importância para que se mantenha e aumente a competitividade dos diferentes segmentos da economia. Entretanto, a área de atuação do Banco, que engloba os estados do Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, depara-se, a exemplo das demais regiões do País, com uma situação desfavorável em termos de infraestrutura. Essas condições podem limitar o crescimento da Região e impedir avanços no combate às desigualdades regionais.

Ressalte-se, ainda, que os projetos de infraestrutura, pelas suas características, com altos custos, elevada relação capital-produto e de longa maturação, dependem do apoio financeiro das linhas de crédito.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste – numa perspectiva estratégica das políticas de desenvolvimento – é chamado a desempenhar papel complementar no fortalecimento da infraestrutura regional, tanto aquela que condiciona o desenvolvimento humano de suas populações quanto a que viabiliza o crescimento econômico, a com geração de renda e postos de trabalho.

Desse modo, o Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra) financia a implantação, ampliação, a modernização e a reforma de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não governamental, relacionados com geração e/ou distribuição de energia de fontes convencionais, distribuição de energia elétrica, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações e exploração de gás natural.

O Setor Infraestrutura, através do FNE, contratou cerca de R$ 2,0 bilhões no ano de 2011, o que correspondeu a 17,7% do total contratado pelo FNE no mesmo período (Tabela 2), apresentando leve decréscimo de 2,9% em relação ao ano 2010. O Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA) foi responsável pelo aporte de R$ 1,4 bilhão, representando 70,9% das aplicações do setor e 12,5% do volume aplicado pelo FNE.

Ressalte-se que a Lei Complementar nº 125, de 2007, retirou o limite de 10,0% dos recursos previstos para o FNE no referido Setor.

As atividades do Setor que obtiveram a maior participação no volume de recursos foram as de produção e distribuição de energia elétrica, representando 55,8% das contratações no período. Em seguida se coloca a atividade de Reparação e Conservação com 18,3%, referentes basicamente à reparação e conservação de obras viárias, seguida das atividades auxiliares de transporte, representando 13,0% dos recursos direcionados ao setor (Tabela 17).

Tabela 17 – FNE - Contratações(1) por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Valor	% Setor	% FNE
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água (*)	1.095.389	55,8	9,9
Reparação e Conservação	358.440	18,3	3,2
Ativs.Aux.Transportes	254.139	13,0	2,3
Telecomunicações	99.538	5,1	0,9
Transporte Ferroviário	78.319	4,0	0,7
Outras Atividades	75.486	3,8	0,7
Total	**1.961.311**	**100,0**	**17,7**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.
* Essa atividade se refere somente à Produção e Distribuição de Energia Elétrica.

É importante salientar que R$ 631,2 milhões (32,2%) do valor contratado neste Setor foram destinados à região semiárida (Tabela 18).

Tabela 18 – FNE - Contratações(1) por Região no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Região	Valor	% Setor
Semiárida	631.159	32,2
Outras Regiões	1.330.152	67,8
Total	**1.961.311**	**100,0**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Os recursos contratados no Setor de Infraestrutura foram destinados a seis estados da área de atuação do FNE. Em 2011, da mesma forma que em 2010, destaca-se o estado da Bahia, com a contratação de 48,9% dos recursos (R$ 958,6 milhões), destinados principalmente a transporte, energia e obras

viárias[13]. Em seguida estão os estados do Ceará (23,3%) e do Rio Grande do Norte (15,4%), conforme a Tabela 19.

Tabela 19 – FNE - Contratações[(1)] por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Valor	%
Alagoas	-	-
Bahia	958.558	48,9
Ceará	456.721	23,3
Espírito Santo	-	-
Maranhão	60.743	3,1
Minas Gerais	-	-
Paraíba	-	-
Pernambuco	112.816	5,8
Piauí	70.000	3,6
Rio Grande do Norte	302.473	15,4
Sergipe	-	-
Total	**1.961.311**	**100,0**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Os recursos foram destinados a 11 municípios da área de atuação do FNE (Tabela 36), destacam-se Salvador-BA, com 33,7% (R$ 660,6 milhões), Guamaré-RN, com 15,4% (R$ 302,4 milhões), seguidos de Brotas de Macaúbas-BA (13,7%) e São Gonçalo do Amarante-CE (12,8%), conforme a Tabela 40.A, anexa. Os efeitos desses financiamentos tendem a beneficiar o tecido econômico e social regional.

3.1.6 Setor Comercial e Serviços

O FNE Setor Comercial e Serviços contratou no exercício de 2011 cerca de R$ 2,5 bilhões, representando 22,3% do total do FNE. O incremento foi da ordem de 24,5% quando comparado ao exercício de 2010, quando totalizou R$ 2,0 bilhões.

Com relação ao número de operações, observa-se, no período em questão, a contratação de 19.113 operações no setor, com acréscimo de 8,4% em relação ao período anterior.

[13] Base do Ativo.

A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada à importância do Setor Serviços na economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

No contexto do Setor, as atividades relacionadas ao segmento de serviços obtiveram significativa participação de 52,8% dos valores contratados, envolvendo R$ 1,3 bilhão, enquanto o segmento ligado ao comércio obteve 47,3%, com um montante em torno de R$ 1,2 bilhão. Em relação às contratações efetuadas no período de 2010, observa-se o incremento de 42,8% no Setor de Serviços e de 8,8% no Comércio, em 2011.

Tabela 20 – FNE - Contratações(1) por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	**1.170.452**	**47,3**	**10,6**
Comércio Varejista	933.147	37,7	8,4
Comércio Atacadista	195.166	7,9	1,8
Alimentação	22.459	0,9	0,2
Intermediários do Comércio	2.380	0,1	-
Outros	17.300	0,7	0,2
SERVIÇOS	**1.306.657**	**52,8**	**11,8**
Imobiliárias e Aluguéis	86.010	3,5	0,8
Saúde	208.961	8,4	1,9
Serv. Auxiliar à Indústria	1.171	0,1	-
Telecomunicações	7.077	0,3	0,1
Educação	60.410	2,4	0,5
Transporte Rodoviário	112.162	4,5	1,0
Reparação e conservação	20.007	0,8	0,2
Serviços Pessoais	18.542	0,8	0,2
Edifícios e Obras de Eng.Civil	369.124	14,9	3,3
Entretenimento e Lazer	26.553	1,1	0,2
Informática	6.455	0,3	0,1
Aluguel Máq. e Equipamento	74.172	3,0	0,7
Ativ. Aux. Transportes	66.288	2,7	0,6
Serv. Aux. Adm.Empresas	81.352	3,3	0,7
Outros	168.373	6,8	1,5
Total	**2.477.109**	**100,0**	**22,3**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No segmento de Serviços, a principal atividade financiada foi Edifícios e Obras de Engenharia Civil (R$ 369,1 milhões). Em seguida se encontram as atividades de Saúde (R$ 209,0 milhões) e Transporte Rodoviário (R$ 112,2 milhões). Em relação ao Comércio, destaca-se o comércio varejista, com participação de 37,7% dos recursos do setor, totalizando R$ 933,1 milhões (Tabela 20).

A maior quantidade de operações no Setor Comercial e Serviços contratada em 2011 ocorreu na região Semiárida, com participação de 53,2%. Entretanto, em termos de valores, essa região foi beneficiada com R$ 819,8 milhões, correspondendo a 33,1% dos valores contratados pelo Setor (Tabela 21).

Tabela 21 – FNE - Contratações(1) por Região nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Região	Quantidade	%	Valor	%
Semiárido	10.176	53,2	819.823	33,1
Outras Regiões	8.937	46,8	1.657.286	66,9
Total	**19.113**	**100,0**	**2.477.109**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que, na área de abrangência do Banco, as capitais são as maiores demandadoras de recursos deste Setor, e que as mesmas se situam fora do semiárido, justificando a diferença percentual entre as duas regiões.

Os recursos do FNE para o Setor Comercial e Serviços atenderam a todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco, beneficiando 1.337 municípios (Tabela 36). As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram: Ceará, com 17,4% (R$ 429,9 milhões), Pernambuco, 15,7% (R$ 389,7 milhões) e Bahia, 15,4% (R$ 380,9 milhões). Juntos, estes estados participaram com 48,5% do total dos valores contratados (Tabela 22).

Os estados de Alagoas e Piauí elevaram significativamente o valor de suas contratações, em relação a 2010. Esses incrementos se deveram a financiamentos no setor de serviços na atividade de edificações em Maceió (AL), e nas atividades de serviços médicos e veterinários, além de edificações, no município de Teresina (PI).

Tabela 22 – FNE - Contratações[1] por Estado nos Setores Comercial e Serviços - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Quantidade	%	Valor	%
Alagoas	637	3,3	197.194	8,0
Bahia	3.257	17,0	380.861	15,4
Ceará	3.219	16,8	429.944	17,4
Espírito Santo	162	0,9	25.990	1,1
Maranhão	1.716	9,0	302.629	12,2
Minas Gerais	1.255	6,6	77.028	3,1
Paraíba	1.393	7,3	96.629	3,9
Pernambuco	2.771	14,5	389.693	15,7
Piauí	1.447	7,6	344.098	13,9
Rio Grande do Norte	1.962	10,3	136.464	5,5
Sergipe	1.294	6,8	96.579	3,9
Total	**19.113**	**100,0**	**2.477.109**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.2 Valores Programados e Valores Realizados

No exercício de 2011 foram contratados R$ 11,1 bilhões, superando em R$ 1,2 bilhão a programação para este ano que foi de R$ 9,9 bilhões, o que representa um incremento de 12,0%. Os setores que mais contribuíram com contratações superiores às programadas foram o Rural, Comércio e Serviços e Infraestrutura, os quais, juntos, superaram os valores programados em, aproximadamente, R$ 1,5 bilhão.

A Tabela 23 apresenta a distribuição por Setor/Programa dos percentuais de contratação dos recursos do FNE, para o exercício de 2011, onde se pode observar que não ocorreram desvios significativos entre os valores programados e os valores realizados.

Tabela 23 – FNE - Contratações[1] Programadas e Realizadas, por Setor e Programa - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Setor/Programa	Programado (%)	Realizado	
		Valor	%
Rural e Agroindustrial [2]	24,2	2.877.613	26,0
Indústria, Turismo e Infraestrutura [2]	31,3	3.506.488	31,6
Comércio e Serviços [2]	12,5	1.338.152	12,1
Programas Multisetoriais [3]	32,0	3.368.401	30,4
Total	**100,0**	**11.090.654**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria e BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Exclusive os Programas Multisetoriais (PRONAFs, INOVAÇÃO, FNE-Verdee MPE's). **(3)** PRONAFs, INOVAÇÃO, FNE-Verde e MPE's.

No Setor Rural e Agroindustrial (Gráfico 6) pode-se observar que desde 2007 os percentuais realizados têm ficado acima dos programados, representando baixos desvios, sendo o maior observado em 2007, quando o percentual aplicado ficou acima do programado 5,1 pontos percentuais. No exercício de 2011 o percentual aplicado no Setor ficou acima da programação em 1,8 ponto percentual.

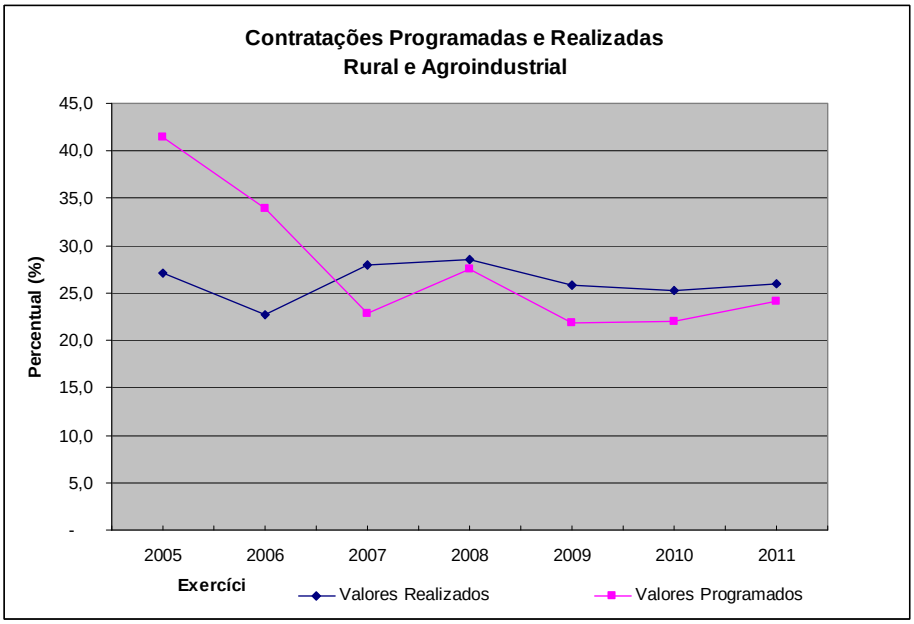


Gráfico 6 – Contratações Programadas e Realizadas - Rural e Agroindustrial

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

No Setor de Indústria, Turismo e Infraestrutura (Gráfico 7) observa-se a ocorrência de grandes desvios entre os percentuais programados e os realizados, principalmente entre os anos 2007 (17,5 pontos percentuais) e 2010 (10,6 pontos percentuais). A comparação entre a média dos percentuais programados (33,9%) e a média dos percentuais realizados (32,8%), num período de sete anos, ou seja, de 2005 a 2011, apresenta variação não significativa, com 1,1 ponto percentual dos valores programados acima dos realizados. No exercício de 2011, as contratações superaram a programação para esse Setor em 0,3 ponto percentual.

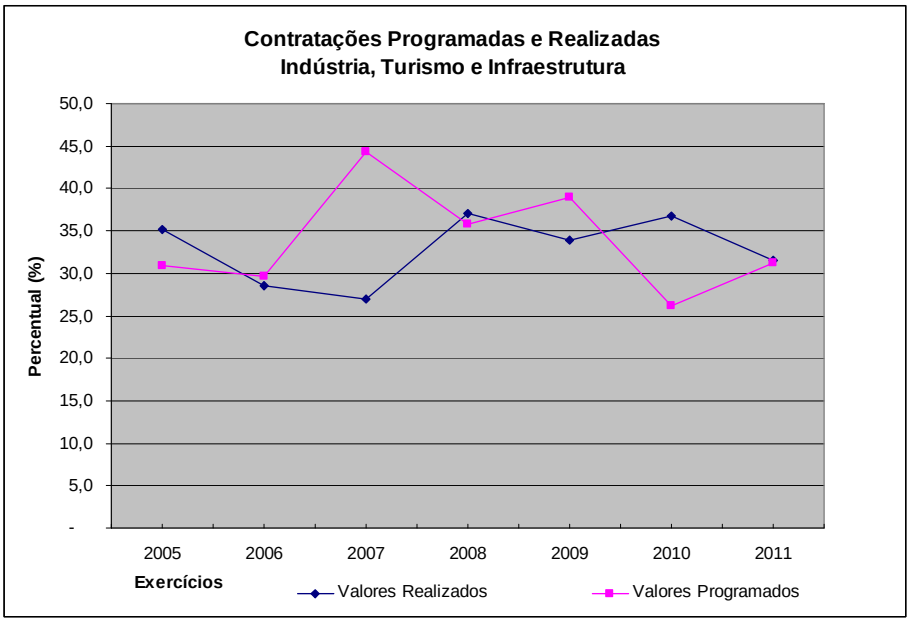


Gráfico 7 – Contratações Programadas e Realizadas - Indústria, Turismo e Infraestrutura
Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

No que se refere ao Setor de Comércio e Serviços, pode-se observar que, ao longo do período 2006-2010, os percentuais realizados estiveram acima dos programados. Considerando os percentuais médios de programação e de aplicação, no período 2005-2011, o desvio foi de 4,8 pontos percentuais. Em 2011, o desvio entre os valores contratados e os programados não é significativo, apresentando-se a contratação 0,4 ponto percentual abaixo da programação (Gráfico 8).

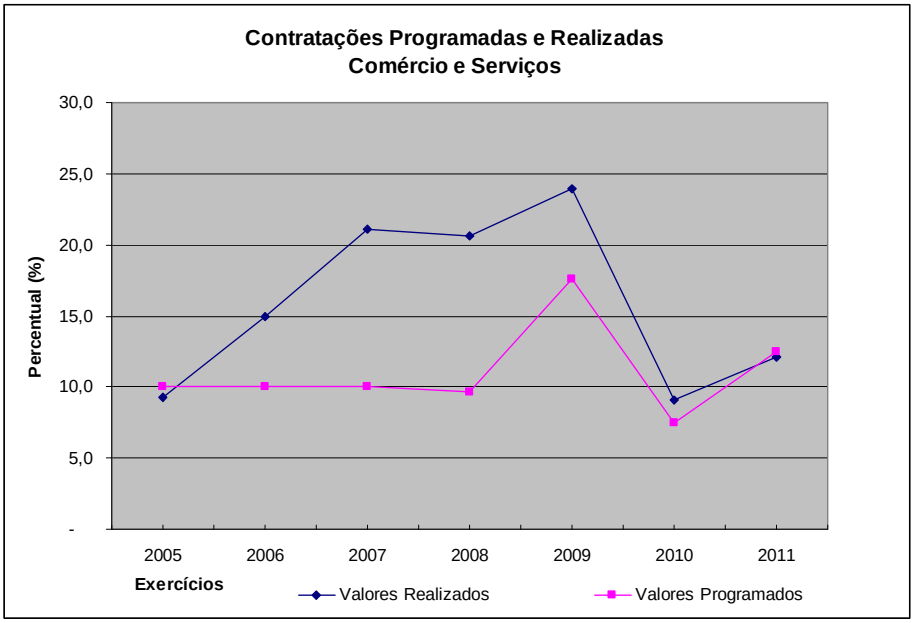


Gráfico 8 – Contratações Programadas e Realizadas - Comércio e Serviços
Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

Ainda em relação ao Setor de Comércio e Serviços, é importante ressaltar que o limite outrora estabelecido de 10,0% na aplicação dos recursos foi alterado para 20,0%, de acordo com a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, parágrafo 3º, do Art. 43. Esta medida se mostra acertada, uma vez que os valores demandados para esse segmento foram crescentes ao longo do período 2006-2009.

No caso dos Programas Especiais, no período 2005-2011, observou-se uma mudança de comportamento na relação entre os percentuais programados e realizados. Nos três primeiros períodos (2005 a 2007) os percentuais realizados ficaram acima dos percentuais programados, situação que se inverteu a partir de 2008. Em 2011, não é significativa a diferença entre os valores programados e realizados, apresentando-se a realização 1,6 ponto percentual abaixo da programação. Considerando o período 2005-2011, a média dos percentuais realizados ficou abaixo dos programados 2,3 pontos percentuais (Gráfico 9).

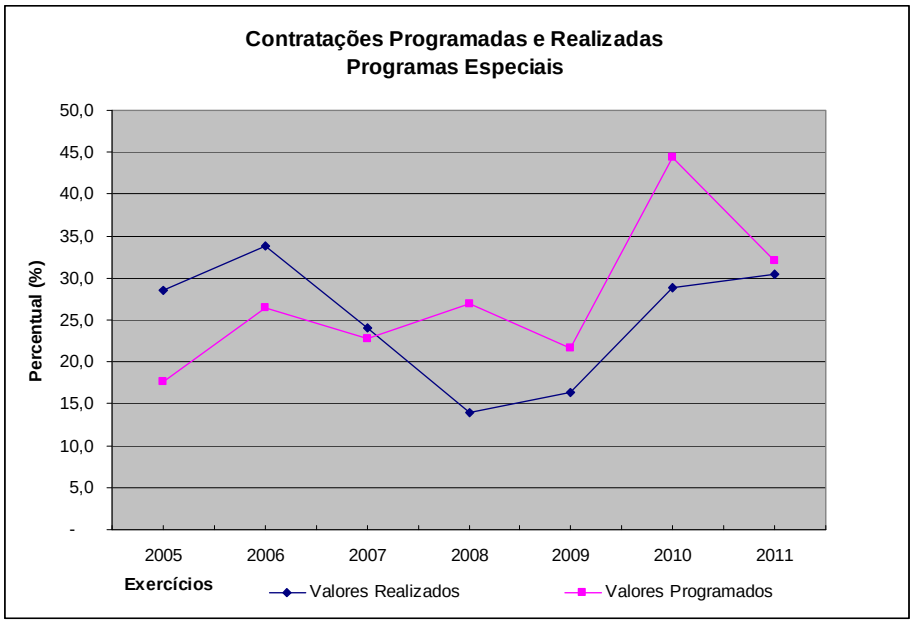


Gráfico 9 – Contratações Programadas e Realizadas - Programas Especiais
Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

No exercício de 2011, para as mesorregiões da PNDR, observou-se que as contratações ficaram 14,6% acima da programação. Vale destacar os valores realizados na mesorregião de Bico do Papagaio que aplicou mais de três vezes o valor inicialmente programado, decorrente de aplicações na indústria siderúrgica, mais especificamente na fabricação de laminados não planos de aço (Tabela 24).

Tabela 24 – FNE - Contratações Programadas e Realizadas - Por Mesorregiões – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Mesorregiões	Programação FNE 2011	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	303.000	3.915	300.226
Chapada do Araripe	398.700	18.023	325.122
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	201.500	12.769	178.038
Xingó	194.500	21.930	206.034
Bico Papagaio	120.000	4.430	404.270
Seridó	73.000	10.550	85.670
Águas Emendadas	25.000	568	9.012
Total	**1.315.700**	**72.185**	**1.508.372**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

3.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

3.3.1 Contratações por Estado

No que se refere à distribuição dos recursos do FNE por estado, os valores mais expressivos foram aplicados nos seguintes estados: Bahia (R$ 2,8 bilhões), Ceará (R$ 1,8 bilhão), Maranhão (R$ 1,5 bilhão), Pernambuco (R$ 1,4 bilhão) e Rio Grande do Norte (R$ 908,3 milhões) (

Tabela 25).

Vale ressaltar que o acréscimo registrado no volume de contratações do estado do Maranhão em relação a 2010 (62,5%), unidade da federação fora da região caracterizada como semiárida, se deu em todos os setores da economia destacando-se os investimentos em empreendimentos agroindustriais decorrentes de operações realizadas no município de Porto Franco na atividade de processamento e beneficiamento de óleos e gorduras vegetais e animais; e o Industrial, devido a contratações nos municípios de Açailância e de São Luís, na atividade de siderurgia para produção de laminados de aço. O Estado do Rio Grande do Norte apresentou acréscimo de 257,7% nos valores contratados no setor industrial, decorrente de operação realizada no município de Baraúna, na atividade de produção de minerais não-metálicos, em indústria de cimento[14].

[14] Base do Ativo.

Tabela 25 – FNE – Contratações[1] e Demanda de Recursos por Estado - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Contratações [1]	%	Propostas em Carteira [2]	Demanda Total	%
Alagoas	425.207	3,8	41.744	466.951	3,6
Bahia	2.781.477	25,1	209.633	2.991.110	22,7
Ceará	1.792.010	16,2	578.244	2.370.254	18,0
Espírito Santo	108.563	1,0	13.434	121.997	0,9
Maranhão	1.510.119	13,6	434.544	1.944.663	14,8
Minas Gerais	508.930	4,6	50.991	559.921	4,3
Paraíba	447.090	4,0	101.063	548.153	4,2
Pernambuco	1.398.677	12,6	358.545	1.757.222	13,3
Piauí	830.159	7,5	167.195	997.354	7,6
Rio Grande do Norte	908.266	8,2	42.986	951.252	7,2
Sergipe	380.156	3,4	79.439	459.595	3,5
Total	**11.090.654**	**100,0**	**2.077.818**	**13.168.472**	**100,0**

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R$ 2,1 bilhões no final do exercício de 2011 e os maiores volumes em carteira ficaram com os estados do Ceará (R$ 578,2 milhões), Maranhão (R$ 434,5 milhões) e Pernambuco (358,5 milhões) (

Tabela 25).

Com relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no exercício de 2011, verifica-se que quatro unidades federativas não atingiram o piso estabelecido internamente de 4,5% do total de aplicações anuais do Fundo: Espírito Santo (1,0%), Sergipe (3,4%), Alagoas (3,8%) e Paraíba (4,0%). Em relação ao limite máximo, observa-se que, a exemplo de anos anteriores, nenhum estado obteve volume de contratações superiores a 30,0%, conforme recomendações do BNB (

Tabela 25).

Considerando-se o período acumulado de 1989 ao final do exercício de 2011, todos os estados atingiram o piso mínimo de 4,5%, com exceção do Estado do Espírito Santo (1,0%), cuja região norte foi integrada à área de atuação do Banco do Nordeste em 1999, iniciando-se, assim, o atendimento pelo FNE com dez anos de defasagem em relação aos demais estados. Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R$ 24,1 bilhões), Ceará (R$ 15,4 bilhões), Pernambuco (R$ 12,1 bilhões) e Maranhão (R$ 10,2 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 65,4% do total das contratações (Tabela 26).

Tabela 26 – FNE - Contratações(1) Acumuladas por Estado - Período: 1989 a 2011

Valores em R$ Mil

Estado	Valor (2)	%
Alagoas	4.633.457	4,9
Bahia	24.090.580	25,5
Ceará	15.351.098	16,3
Espírito Santo	961.288	1,0
Maranhão	10.213.804	10,8
Minas Gerais	4.664.429	4,9
Paraíba	5.314.025	5,6
Pernambuco	12.076.135	12,8
Piauí	6.267.511	6,6
Rio Grande do Norte	6.353.705	6,7
Sergipe	4.423.809	4,7
Total	**94.349.841**	**100,0**

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: **(1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2011. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2011.

O número de beneficiários do FNE totalizou 1,3 milhão em 2011, registrando ampliação de 10,3% em relação ao número de beneficiários em 2010. O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (254,0 mil), seguido do Ceará (182,1 mil), Pernambuco (155,8 mil) e Maranhão (138,1 mil) (Tabela 27). A média de pessoas atendidas nos dez estados, excetuando-se o Estado do Espírito Santo, é da ordem de 127,1 mil beneficiários.

O Estado do Espírito Santo apresentou 1,6 mil beneficiários (Tabela 27). Vale ressaltar que a área de atuação do BNB, neste estado, está restrita a 28 municípios, que são atendidos por duas agências, uma em Colatina e outra em Linhares.

Tabela 27 – FNE - Contratações[(1)] em Relação ao Número de Beneficiários - Exercício de 2011

Estado	Contratações (R$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R$/Benef.	Ordem
Alagoas	425.207	76.309	5.572,17	9
Bahia	2.781.477	253.985	10.951,34	1
Ceará	1.792.010	182.116	9.839,94	2
Espírito Santo	108.563	1.639	66.237,34	11
Maranhão	1.510.119	138.144	10.931,48	3
Minas Gerais	508.930	126.142	4.034,58	7
Paraíba	447.090	97.482	4.586,39	8
Pernambuco	1.398.677	55.757	8.979,87	4
Piauí	830.159	114.211	7.268,64	6
Rio Grande do Norte	908.266	73.309	12.389,56	5
Sergipe	380.156	53.223	7.142,70	10
Total	**11.090.654**	**1.272.317**	**8.716,90**	**-**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à capilaridade do crédito, o valor médio contratado por beneficiário no exercício de 2011, foi de R$ 8.716,90, valor 6,5% inferior ao valor médio contratado por beneficiário em 2010, que foi de R$ 9.327,67. A maior relação crédito por beneficiário, observada no Estado do Espírito Santo (R$ 66.237,34), fica muito acima do intervalo observado para os outros estados devido ao reduzido número de beneficiários. Excluindo-se Espírito Santo na análise, os estados com maior relação foram o Rio Grande do Norte (R$ 12.389,56), a Bahia (R$ 10.951,34) e o Maranhão (R$ 10.931,48). Por outro lado, as menores relações foram observadas em Minas Gerais (R$ 4.034,58), Paraíba (R$ 4.586,39) e Alagoas (R$ 5.572,17) (Tabela 27).

Os três estados mais populosos da Região Nordeste – Bahia, Pernambuco e Ceará – contrataram recursos do FNE em 2011 em quinto, oitavo e quarto lugares, respectivamente, no ***ranking*** de valores contratados per capita, nos onze estados da área de atuação do BNB. Considerando-se toda área de atuação do Banco, a relação valor contratado por residente registrou aumento de 0,14% em comparação à relação observada em 2010, passando de R$ 193,86 para R$ 194,14 por habitante. O Rio Grande do Norte apresentou a relação valor contratado por residente mais elevada, equivalente a R$

283,95/habitante, saltando do 3º lugar no ano anterior quando a relação foi de R$ 236,28/habitante, representando incremento de 20,2% entre os dois anos. O segundo lugar ficou com o Piauí (R$ 264,35/habitante) que no ano anterior ficara em 1º lugar, seguido pelo Maranhão (R$ 227,23/habitante) que ficou em 10º lugar em 2010, e Ceará (R$ 210,08/habitante) posicionado em 2º lugar no ano anterior (Tabela 28).

Tabela 28 – FNE - Contratações(1) em Relação à População Residente – Exercício de 2011

Estado	Valor Contratado (R$ mil)	População (mil hab.)(2)	Valor Contratado/ População	
			R$/Hab.	Ordem
Alagoas	425.207	3.143	135,27	9
Bahia	2.781.477	14.098	197,30	5
Ceará	1.792.010	8.530	210,08	4
Espírito Santo	108.563	843	128,75	10
Maranhão	1.510.119	6.646	227,23	3
Minas Gerais	508.930	2.783	182,90	6
Paraíba	447.090	3.791	117,92	11
Pernambuco	1.398.677	8.865	157,78	8
Piauí	830.159	3.140	264,35	2
Rio Grande do Norte	908.266	3.199	283,95	1
Sergipe	380.156	2.090	181,91	7
Total	**11.090.654**	**57.128**	**194,14**	**-**

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e IBGE, Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2011 enviadas ao TCU.
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** População residente em 01.07.2011 nos municípios da área de atuação do BNB.

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 29 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE. No setor primário, o FNE – Setor Rural representou aproximadamente 10,1% do PIB desse setor gerado nos estados da área de atuação do Banco, representando redução de 0,4 ponto percentual em relação ao exercício de 2010, quando a relação FNE - Setor Rural/PIB foi de 10,5%. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Piauí (17,5%), Sergipe (13,0%) e, com 11,0%, a Bahia e o Ceará.

No setor secundário, a importância relativa do Fundo foi de 1,7%, com destaque para os estados do Rio Grande do Norte, em primeiro lugar com

5,9%, seguido do Maranhão (5,7%) e do Ceará (2,9%) em terceiro lugar (Tabela 29). Em relação ao exercício de 2010, os estados do Rio Grande do Norte e do Maranhão ocupavam, respectivamente, a sexta e a nona posição na relação FNE Setor Industrial e PIB Setor Secundário. Nesses estados mudança no desempenho relativamente a esse setor foi ocasionada por investimentos realizados, respectivamente, nas atividades de Produtos Minerais Não Metálicos para Construção, mais especificamente cimento, e de Siderurgia, mais especificamente na fabricação de Laminados Não planos de Aço.

Tabela 29 – FNE - Contratações[1] em Relação ao PIB[3][4] dos Estados - Exercício de 2011

Estado	FNE Setor Rural/PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial/PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	8,4	7	0,8	8
Bahia	11,0	3	0,5	10
Ceará	11,0	4	2,9	3
Espírito Santo [2]	2,8	11	0,3	11
Maranhão	10,5	5	5,7	2
Minas Gerais [3]	10,5	6	2,2	4
Paraíba	6,8	10	2,1	5
Pernambuco	7,9	8	1,0	7
Piauí	17,5	1	1,2	6
Rio Grande do Norte	7,7	9	5,9	1
Sergipe	13,0	2	0,6	9
Total	**10,1**		**1,7**	

Fontes: BNB – ETENE e IBGE-Contas Regionais 2009[4].

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Os PIBs Rural e Industrial do norte do Espírito Santo correspondem à soma dos municípios da área de atuação do BNB. **(3)** Os PIBs Rural e Industrial do norte de Minas Gerais correspondem à soma dos municípios da área de atuação do BNB; **(4)** O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2009 atualizado para dezembro de 2011 pelo IGP_DI da FGV (índice acumulado do período de 116,86%).

3.3.2 Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

O Banco do Nordeste tem destinado especial atenção à região do semiárido nordestino. Assim, o FNE alocou R$ 37,8 bilhões para esse espaço no período 1989 a 2011. De uma maneira geral, as localidades fora do semiárido, especialmente o litoral e a zona da mata, por possuírem maior base econômica instalada, captaram maior volume de recursos, na ordem de R$ 56,5 bilhões, nesse mesmo período (Tabela 30).

Tabela 30 – FNE - Contratações[1] Acumuladas por Região - Período: 1989 a 2011

Valores em R$ Mil

Região	Valor [2]	%
Semiárido	37.839.574	40,1
Fora do Semiárido	56.510.267	59,9
Total	**94.349.841**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2011. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2011.

Durante o exercício de 2011, o FNE aplicou R$ 4,1 bilhões na região do semiárido nordestino, ou seja, 36,7% dos valores contratados através do Fundo. Aproximadamente 816,3 mil pessoas e empresas foram favorecidas com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 64,2% do total de beneficiários do Fundo, no período em análise (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE - Contratações(1) por Região - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Região	Nº. de Beneficiários	%	Valor	%
Semiárido	816.258	64,2	4.068.060	36,7
Fora do Semiárido	456.059	35,8	7.022.594	63,3
Total	**1.272.317**	**100,0**	**11.090.654**	**100,0**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Este resultado vem refletir o esforço do BNB no cumprimento do que preceitua a legislação do FNE, a qual prevê participação de 50% das contratações do Fundo na região semiárida. Conforme preceitua a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que instituiu o FNE, no caso da Região Nordeste, o FNE "inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semiárido, às quais destinará metade dos recursos ingressados..." (Brasil, 2009). Além disso, aos mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino serão concedidos bônus de adimplência de 25% e de 15% para os mutuários das demais regiões (Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

É importante lembrar, entretanto, que o estabelecimento daquele limite legal se deu em 1989, quando a área de atuação do Banco do Nordeste e da SUDENE não incluía as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o norte do Espírito Santo. Este último estado (assim como alguns daqueles municípios mineiros) está localizado totalmente fora do semiárido, ampliando o número de municípios do semiárido a serem atendidos, deslocando a relação recursos contratados por região..

Não obstante o financiamento na região do semiárido nordestino estar inferior à metade das contratações do Fundo, é importante ressaltar que o maior volume de valores contratados fora do semiárido não afetou a alocação de recursos nessa região, visto que a demanda por financiamento ali identificada foi plenamente atendida. O contingenciamento de recursos para a região fora do semiárido implicaria, portanto, aumento das disponibilidades do Fundo, prejudicando a alocação de recursos na Região Nordeste como um

todo e, consequentemente, a oferta de crédito para o financiamento do seu desenvolvimento econômico e social.

Além disso, devem ser consideradas as peculiaridades dos estados da Região Nordeste. Existem unidades federativas, a exemplo do Maranhão, cujos municípios se localizam fora do semiárido, apresentando território, em sua quase totalidade, caracterizado por vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia úmida. Em que pese o Maranhão não apresentar escassez de chuvas, assumir a segunda posição de maior exportador do Nordeste (BNB/ETENE, 2011) e registrar significativos índices de crescimento econômico, como por exemplo, o crescimento acumulado do PIB, no período de 2000 a 2009 (BNB/ETENE/CIEST, 2011) apresenta, também, significativas desigualdades socioeconômicas, dentre as quais se destacam:

a) dos trinta municípios brasileiros com menores índices de IDH-M, dez estão localizados no Maranhão (PNUD, 2000);

b) das 27 unidades da federação, o Maranhão ocupa a segunda pior classificação quanto ao rendimento total médio mensal familiar (IBGE, 2008);

c) os níveis de escolaridade mais baixos do País, que vão se refletir no grau de qualificação profissional dos trabalhadores, estão no Maranhão, que registra 61,0% das pessoas com 10 anos ou mais de idade sem instrução ou com nível fundamental incompleto (IBGE, 2010);

Desse modo, verifica-se que o Maranhão, apesar de estar localizado fora da região semiárida, reúne características socioeconômicas que se assemelham ou que estão em níveis inferiores àquelas dos estados mais pobres da região semiárida, atendidos pelo FNE.

Como forma de exemplificar que essas questões podem afetar a distributividade dos recursos do FNE entre as regiões geográficas, apresentam-se, na Tabela 32, os valores contratados dentro e fora do semiárido, somando para a região semiárida as contratações, que totalizam R$ 1,0 bilhão referentes a municípios do Estado do Maranhão que apresentam IDH-M (PNUD, 2000) igual ou inferior ao IDH da região nordeste, também referente ao ano 2000, situado em 0,692 (PNUD, 2008). Assim, no exercício de 2011, o percentual de contratações no semiárido eleva-se de 36,7% para 46,1% (Tabela 31 e

Tabela 32 32).

Tabela 32 – FNE - Contratações(1) por Região (Realocando contratações do Estado do Maranhão) - Exercício de 2011

Região	Valor	%
Semiárido	5.116.092	46,1
Fora do Semiárido	5.974.562	53,9
Total	**11.090.654**	**100,0**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A análise da distribuição no semiárido e fora dele requer, ainda, considerações sobre as demandas circunstanciais específicas por financiamentos. Neste exercício de 2011, as demandas se devem, principalmente, ao financiamento de empreendimentos relacionados à Copa do Mundo 2014, em doze cidades-sede brasileiras, dentre elas quatro capitais do Nordeste: Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, localizadas fora do semiárido.

Na perspectiva de fortalecimento da integração da região Nordeste num circuito turístico, esses investimentos se expandem a outras capitais da região, tais como Maceió e João Pessoa, por se localizarem próximas às capitais-sede da Copa.

Outra estratégia de relevante importância, o PAC, programa prioritário do governo federal para aceleração do crescimento, em sua ação convergente e sinérgica, vem prover a infraestrutura necessária para viabilizar o adequado funcionamento dos empreendimentos turísticos, esportivos e recreativos a serem implantados.

Nesse contexto, para exemplificar, destacam-se alguns financiamentos concedidos, neste exercício de 2011. Eles atendem às demandas dessas duas estratégias conjunturais de atuação e de suas atividades complementares, à luz do desenvolvimento e fortalecimento integral das cadeias produtivas:

- em Alagoas:
  - Maceió - infraestrutura turística - implantação de unidade hoteleira e edificações em geral;
- na Bahia:
  - Salvador - ampliação de capacidade do sistema rodoviário e instalação de unidades de geração de energia elétrica - empreendimentos do PAC 1 e 2;
- no Ceará:

- São Gonçalo do Amarante - unidade de geração de energia elétrica - usina termelétrica a carvão mineral - empreendimentos do PAC1 e PAC2;
- Maracanaú - instalação de unidades industriais;

- na Paraíba:
  - Alhandra - instalação de indústria para fabricação de cimento para construção civil;
  - João Pessoa - infraestrutura turística - modernização e ampliação de centro comercial e implantação de unidade hoteleira;
- em Pernambuco:
  - São Lourenço da Mata - construção de instalações esportivas e recreativas - Arena Capibaribe na Cidade da Copa;
- Rio Grande do Norte
  - Guamaré - instalação de unidades de geração de energia elétrica - empreendimento do PAC 2.

3.3.2.1 Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

O Banco do Nordeste adota ações sistemáticas no sentido de elevar a participação do FNE no semiárido brasileiro.

Ao longo dos 23 anos de operacionalização do Fundo, o Banco envida esforços para o cumprimento do dispositivo constitucional que assegura, ao semiárido, a aplicação de, pelo menos, a metade dos recursos do FNE. Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no semiárido, viabilizando maior captação de recursos para essa sub-região.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) reconhece a complexidade do processo de promoção do desenvolvimento dessa sub-região e pressupõe o envolvimento de toda a sociedade na aplicação coerente de conhecimentos e ações.

Por ocasião da elaboração da Programação FNE 2011, o BNB, norteado pelas diretrizes e prioridades estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), contou com a participação de representantes de governos estaduais, ministérios, movimentos sociais e setores produtivos, resultando na expectativa de demanda para aplicação de 50% (R$ 5,3 bilhões) do orçamento FNE do exercício de 2011 (R$ 10,6 bilhões).

Para elevar as aplicações nessa região, referida programação contemplou limites de financiamento diferenciados para os empreendimentos

localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina e, nas mesorregiões de Águas Emendadas, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Bico do Papagaio, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó.

Ademais, manteve-se a aplicação de bônus de adimplência de 25% sobre os encargos reembolsáveis até as respectivas datas de vencimentos das parcelas de financiamento dos empreendimentos localizados no semiárido.

Adicionalmente, com vistas a estimular a atração de capitais, a geração de emprego e o incremento das aplicações do FNE na referida região climática, o BNB tem divulgado os benefícios diferenciados do programa para o semiárido, além de adotar uma política operacional de incentivo às empresas-âncoras e grandes produtores localizados na referida região, mediante direcionamento prioritário de recursos do Fundo, especialmente por meio de sua estratégia de desenvolvimento territorial – o Nordeste Territorial – que associa a geração de negócios à organização das atividades produtivas, visando ao aumento da competitividade e à inclusão socioeconômica de mini e pequenos produtores.

No segundo semestre, foi realizada uma reprogramação do FNE 2011, oportunidade em que foi traçado um Plano de Ação para cada estado da área de atuação do Banco. Esse plano visa alavancar e incrementar as aplicações do FNE na região semiárida, destacando-se as seguintes ações:

- realização de maior número de eventos de Agência Itinerante;
- maior aproximação e diálogo com os Colegiados Territoriais e Consórcios Públicos Territoriais;
- estímulo à formação de Arranjos Institucionais para estruturação das Cadeias Produtivas;
- formação de parcerias para estruturação de cadeias produtivas;
- articulação e divulgação das ações de fomento ao crédito com outros programas governamentais, tais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Território da Cidadania;
- articulação e execução de ações conjuntas com os Comitês Gestores da Caatinga e nas preparações da I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga;
- campanha publicitária divulgando as vantagens e os incentivos diferenciados do FNE para aqueles que aplicam na região semiárida,

veiculada em toda a Região Nordeste em rádios, impressos, folders e cartazes;

- priorização da instalação dos Espaços Nordeste em municípios da região semiárida;
- reuniões com os escritórios regionais do SEBRAE para divulgação do FNE nos principais centros comerciais da região semiárida;
- reuniões com as Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL) dos principais municípios de cada jurisdição para divulgação do FNE;
- realização de reuniões com diversas Secretarias Estaduais (principalmente as de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Agrário, Trabalho e Ação Social, dentre outras) para incremento de ações conjuntas e remoção de obstáculos para ampliação das aplicações de recursos na região semiárida;
- apoio, estímulo e proposição de eventos e ações relacionadas à oferta e à disponibilização de formação, capacitação e prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural;
- articulação com os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, associações de pequenos produtores conscientizando-os sobre a necessidade de firmarem parcerias para a contratação de técnicos projetistas visando ampliar a oferta desse serviço para elaboração dos projetos produtivos;
- ampliação de parcerias com as universidades locais, visando à divulgação de pesquisas voltadas para a região semiárida;
- identificação de atividades e projetos que possibilitem a alavancagem de novos empreendimentos.

Para dotar a região de infraestrutura e projetos estruturantes que permitam a prospecção de negócios para se instalarem no semiárido, foram direcionados, este ano, para essa região climática, recursos na ordem de R$ 819,8 milhões. Esses recursos de destinam aos setores de Comércio e Serviços, R$ 820,7 milhões para o Setor Industrial, R$ 631,2 milhões para projetos de Infraestrutura, R$ 844,4 milhões para a Agricultura Familiar e mais de R$ 164,8 milhões para projetos de Agroindústria, dentre outros.

3.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário

Em linhas gerais, o Banco do Nordeste pauta suas ações no apoio prioritário aos empreendedores de mini, micro, pequenos e pequeno-médios negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de

prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, não se pode prescindir de considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para esses pequenos empreendimentos.

Na análise por porte de beneficiário do exercício de 2011, observa-se, inicialmente, que foram redefinidos os critérios de classificação do porte de beneficiários do FNE, de acordo com Resolução 043/2011, de 07 de novembro de 2011, conforme apresentado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Definição de porte de beneficiários (R$ 1,00)

Porte do Produtor / Empresa	Renda Agropecuária/Receita Operacional (Bruta Anual)
Mini-micro	Até 240.000,00
Pequeno	Acima de 240.000,00 a 2.400.000,00
Pequeno-Médio	Acima de 2.400.000,00 até 16.000.000,00
Médio	Acima de 16.000.000,00 até 90.000.000,00
Grande	Acima de 90.000.000,00

Fonte: MI/SUDENE/CONDEL, 2011.

A mudança na metodologia de classificação dos empreendimentos por porte e a orientação da Norma Técnica n° 45 /CGFCF/DPNA do Ministério da Integração, a Coordenação-Geral dos Fundos Constitucionais de Financiamento, e o Departamento de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos, que em seu item 22 preceitua que “para efeito de verificação do cumprimento dos limites propostos [...], ao final do exercício financeiro de 2011, o Banco administrador deverá considerar a nova classificação de porte proposta [...] para a totalidade das operações contratadas no referido exercício” (MI/CGFCF/DPNA, 2011), impossibilitaram a análise comparativa desse exercício de 2011 com o de 2010, bem como a análise cumulativa referente às contratações por porte de beneficiário, relativas a todo o período de operacionalização do FNE.

Assim, apresentam-se, a seguir, os efeitos desse diploma legal na análise de contratações por porte de beneficiário relativa ao exercício de 2011, que tem por base os parâmetros descritos no Quadro 3.

No exercício de 2011, os financiamentos a beneficiários de empreendimentos classificados como de míni-micro porte foram predominantes e correspondem a 98,0% do total de beneficiários atendidos, seguido dos beneficiários de pequeno porte que representam 1,6%, dos beneficiários de

pequeno-médio porte que correspondem a 0,2%, os de médio porte a 0,1% e os de grande porte não apresentaram número significativo (Tabela 33).

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE foi observada no Setor Rural, segmento que registrou 1.250,1 mil beneficiários, o que corresponde a 98,3% do total de beneficiários atendidos em 2011. Dos beneficiários do Setor Rural 99,3% são de empreendimentos porte míni-micro (Tabela 33).

Os beneficiários de pequeno porte foram, em 2011, 20,5 mil e predominaram nos setores Comércio e Serviços e Rural, que juntos responderam por 91,2% da quantidade de beneficiários deste porte (Tabela 33).

No que se refere às contratações com beneficiários de empreendimentos de pequeno-médio, médio e grande portes, a participação percentual, neste exercício de 2011, não foi significativa representando, em conjunto, cerca de 0,3% da quantidade total de beneficiários atendidos (Tabela 33).

Em síntese, em todos os setores da economia predominam os financiamentos a beneficiários de empreendimentos de mini-micro e pequeno portes, exceto no de Infraestrutura devido à característica de capital intensivo da atividade. Nesse segmento foram atendidos apenas empreendimentos de pequeno-médio, médio e grande portes (Tabela 33).

Tabela 33 – FNE - Beneficiários por Porte e Setor - Exercício de 2011

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini / Micro	1.241.463	99,3	9	3,6	381	15,0	82	28,7	-	-	4.875	25,5	1.246.810	98,0
Pequeno	6.814	0,6	110	44,0	1.527	59,9	163	57,0	-	-	11.913	62,3	20.527	1,6
Pequeno / Médio	787	0,1	61	24,4	416	16,3	30	10,5	4	18,2	1.709	8,9	3.007	0,2
Médio	884	0,1	56	22,4	158	6,2	9	3,2	6	27,3	503	2,6	1.616	0,1
Grande	150	0,0	14	5,6	66	2,6	2	0,7	12	54,6	113	0,6	357	0,0
Total	**1.250.098**	**100,0**	**250**	**100,0**	**2.548**	**100,0**	**286**	**100,0**	**22**	**100,0**	**19.113**	**100,0**	**1.272.317**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Quanto aos valores contratados, 46,7% dos recursos do FNE foram destinados aos mini/micro, pequenos e pequeno-médios beneficiários, no exercício de 2011, perfazendo um total de R$ 5,2 bilhões. Os valores para esses portes de empreendimento foram mais expressivos nos setores Rural (R$ 2,8 bilhões) e Comercial e Serviços (R$ 1,6 bilhão), conforme Tabela 34.

Os empreendedores de porte médio, no exercício de 2011, obtiveram recursos da ordem de R$ 1,7 bilhão, o que equivale a 15,7% das contratações em 2011, predominantemente, por ordem decrescente de valores, nos Setores Rural, de Comércio e Serviços e de Infraestrutura (Tabela 34).

A participação dos beneficiários de empreendimentos de grande porte no volume de recursos contratados foi de 37,5% em 2011, equivalente a R$ 4,2 bilhões, contratados predominantemente nos setores Industrial, de Infraestrutura e Rural, por ordem decrescente de valores (Tabela 34).

Isso vem demonstrar que esses empreendimentos foram priorizados, que o crédito foi democratizado e que os empreendimentos dessas tipologias de porte absorveram os recursos suficientes para a viabilidade econômico-financeira de seus projetos produtivos.

Tabela 34 – FNE – Contratações[1] por Porte dos Beneficiários e Setor - Exercício de 2011

Valores em R$ Mil

Porte	Rural	%	Agro-industrial	%	Indústria	%	Turismo	%	Infraestrutura	%	Comércio e Serviços	%	Total	%
Mini / Micro	1.782.623	45,6	345	0,1	18.992	1,0	8.494	1,7	-	-	223.631	9,0	2.034.085	18,3
Pequeno	477.329	12,2	46.450	13,8	157.819	8,3	74.661	15,0	-	-	862.258	34,8	1.618.517	14,6
Pequeno / Médio	538.282	13,8	9.800	2,9	143.435	7,5	46.130	9,3	268.029	13,7	523.349	21,1	1.529.025	13,8
Médio	497.852	12,7	84.220	25,0	261.148	13,7	109.626	22,1	363.171	18,5	429.684	17,4	1.745.701	15,7
Grande	610.580	15,6	196.060	58,2	1.330.788	69,6	257.600	51,9	1.330.111	67,8	438.187	17,7	4.163.326	37,5
Total	**3.906.666**	**100,0**	**336.875**	**100,0**	**1.912.182**	**100,0**	**496.511**	**100,0**	**1.961.311**	**100,0**	**2.477.109**	**100,0**	**11.090.654**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE

Durante o exercício de 2011 todos os municípios que compõem a área de atuação do FNE foram atendidos, o que também ocorreu no ano anterior. O número de municípios, em 2011, foi acrescido devido à emancipação de Nazária, subdistrito de Teresina, ampliando de 223 para 224 o número de municípios do Estado do Piauí e o total de municípios da área de atuação do BNB de 1.989 para 1.990 (Tabela 35).

Tabela 35 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos - Exercício de 2011

Estado	Nº. de municípios da área de atuação do FNE (A)	Nº. de municípios atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	102	100,0
Bahia	417	417	100,0
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	28	100,0
Maranhão	217	217	100,0
Minas Gerais	168	168	100,0
Paraíba	223	223	100,0
Pernambuco (1)	185	185	100,0
Piauí	224	224	100,0
Rio Grande do Norte	167	167	100,0
Sergipe	75	75	100,0
Total	**1.990**	**1.990**	**100,0**

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Dividindo-se o valor total contratado no âmbito do FNE em 2011 (R$ 11,1 bilhões) pelo número de municípios nos quais os recursos foram aplicados (1.990), alcança-se uma média de R$ 5,6 milhões contratados por município.

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 96,0% da área de atuação do Fundo, o que corresponde a 1.910 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.337 municípios no Setor Comércio/Serviços, equivalente a 67,2% da área de abrangência do Fundo (Tabela 36).

Tabela 36 – FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Exercício de 2011

Setor	Nº. de municípios atendidos pelo FNE no período	% em relação ao nº. de municípios da área de atuação do FNE
Rural	1.910	96,0
Agroindustrial	117	5,9
Industrial	475	23,9
Turismo	152	7,6
Infraestrutura	11	0,6
Comércio/Serviços	1.337	67,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

O FNE destinou até R$ 500 mil para 592 municípios no exercício de 2011. Seguiram-se 1.249 municípios que receberam recursos na faixa de R$ 501 mil a R$ 10 milhões, enquanto que 149 municípios receberam recursos acima de R$ 10 milhões (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado - Exercício de 2011

Faixa de Valor Contratado	Nº. de municípios atendidos pelo FNE no período (1)	% em relação ao total de municípios atendidos pelo FNE
R$ 1 a R$ 100 mil	100	5,0
de R$ 101 mil a R$ 500 mil	492	24,7
de R$ 501 mil a R$ 1 milhão	414	20,8
> R$ 1 milhão a R$ 10 milhões	835	42,0
> R$ 10 milhões a R$ 100 milhões	127	6,4
> R$ 100 milhões	22	1,1
Total	**1.990**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve 2 operações de empréstimos, sendo uma de R$ 1 mil e a segunda de R$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Quanto às contratações por tipologia de município[15], a Tabela 38 indica que os municípios de baixa e média rendas contrataram 98,6% de todas as operações no exercício de 2011. No que se refere aos valores contratados, nesse mesmo período, a maior parte destinou-se a tais municípios (R$ 8,8 bilhões ou 77,8% dos recursos contratados).

Tabela 38 - FNE - Contratações por Tipo de Município(1) - Exercício de 2011

Valores em R$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R$ mil)	%
Alta Renda (2)	6.418	1,5	2.464.388	22,2
Baixa Renda(3)	134.820	30,7	1.529.664	13,8
Dinâmico de Média Renda (4)	150.419	34,2	3.336.991	30,1
Estagnado de Média Renda (5)	148.162	33,7	3.759.611	33,9
Total	**439.819**	**100,0**	**11.090.654**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. **(2)** Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. **(3)** Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varia entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. **(4)** Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varia entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. **(5)** Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varia entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.

3.4 Repasses do FNE a Outras Instituições

Em consonância com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Nessa perspectiva, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras. Em 2011, as três instituições que receberam repasses de recursos

[15] Para maior detalhamento sobre a metodologia de classificação por tipologia da PNDR, ver item 3.6.

do FNE absorveram cerca de R$ 53,1 milhões, soma equivalente a 0,5% das contratações realizadas em 2011, com o apoio do FNE. Esse desempenho é aproximadamente 53,0% superior ao ano anterior. No período, a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) contratou 79,4% do volume de recursos repassados a essas instituições. O Banco do Estado de Sergipe (Banese), todavia, contratou o maior número de operações (74,1%). (Tabela 39).

Tabela 39 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações exercício 2011

Valores em R$ mil

UF	Bancos Repassadores	Nº. de Operações	%	Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	1	3,7	595	1,1
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	20	74,1	10.342	19,5
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	6	22,2	42.170	79,4
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	-	-	-	-
Total		**27**	**100,0**	**53.107**	**100,0**

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Quanto à distribuição setorial dos recursos contratados em 2011, 56,5% foram destinados ao Setor de Infraestrutura, no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra), conforme a Tabela 40. O Setor Industrial e Turismo absorveu cerca de R$ 11,6 milhões (21,8%), valor 8,1% superior ao montante destinado ao Setor no exercício de 2010.

Tabela 40 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações exercício 2011

Valores em R$ mil

Setor / Programa	Contratações[1]			Valor das Propostas em Carteira
	Nº. de Operações	Valor	%	
RURAL	**12**	**2.619**	**4,9**	**-**
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	12	2.619	4,9	-
INDUSTRIAL E TURISMO	**3**	**11.557**	**21,8**	**-**
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	3	11.557	21,8	-

Setor / Programa	Contratações[(1)]			Valor das Propostas em Carteira
	Nº. de Operações	Valor	%	
INFRAESTRUTURA	**1**	**30.000**	**56,5**	**-**
Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra)	1	30.000	56,5	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**11**	**8.931**	**16,8**	**-**
	11	8.931	16,8	-
Total	**27**	**53.107**	**100,0**	**-**

Fonte: AGN, BANESE E DESENBAHIA.
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Conforme se observa na Tabela 41, a Pecuária segue absorvendo a quase totalidade dos recursos destinados ao Setor Rural (90,5%). A atividade que absorve referido volume de recursos é a bovinocultura.

Em termos percentuais, o desempenho da Agricultura Irrigada, passou de 4,6% em 2010, no exercício de 2011, absorveu aproximadamente 9,5% dos recursos do Setor Rural. Todavia, em valores absolutos o total de recursos aplicados em 2011 pelas instituições repassadoras, nesta atividade, é equivalente ao montante do exercício anterior, 2010.

Tabela 41 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações [(1)] por Atividade no Setor Rural – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
PECUÁRIA	**10**	**2.369**	**90,5**
Bovinocultura	10	2.369	90,5
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	**-**	**-**	**-**
AGRICULTURA IRRIGADA	**2**	**250**	**9,5**
Outras Atividades	2	250	9,5
Total	**12**	**2.619**	**100,0**

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

De acordo com a Tabela 42, o montante contratado no âmbito do Setor Industrial e Turismo foi destinado, sobretudo, ao turismo (65,8%), para atividades de hospedagem.

Tabela 42 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações[1] por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	**-**	**-**	**-**
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	**1**	**3.362**	**29,1**
Outros	1	3.362	29,1
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	**1**	**595**	**5,2**
Mobiliário	1	595	5,2
TURISMO	**1**	**7.600**	**65,8**
Hospedagem	1	7.600	65,8
Total	**3**	**11.557**	**100,0**

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Setor de Comércio e Serviços, que absorveu R$ 8,9 milhões, ou seja, 16,8% dos recursos repassados, destinou 47,5% desse montante a atividades ligadas ao comércio varejista. A outra parte dos recursos foi investida em atividades de prestação de serviços, como aquelas ligadas à saúde, que absorveu quase a metade desses recursos. (Tabela 43).

Tabela 43 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações [1] por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	**1**	**4.243**	**47,5**	**1,0**
Comércio Varejista	1	4.243	47,5	1,0
SERVIÇOS	**10**	**4.688**	**52,5**	**1,1**
Saúde	2	2.272	25,4	0,5
Construção Civil	1	304	3,4	0,1
Imobiliárias e Aluguéis	2	993	11,1	0,2
Alimentação	2	368	4,1	0,1
Transporte	3	751	8,4	0,2
Total	**11**	**8.931**	**100,0**	**2,1**

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Como mostra a Tabela 44, o montante de R$ 30 milhões aplicados em infraestrutura ocorreu na rubrica destinada a Transporte Terrestre, soma que

representa 56,5% do total de recursos do FNE repassados a outras instituições.

Tabela 44 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações(1) por Atividade no Setor Infraestrutura – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
Transporte Terrestre	1	30.000	100,0
Total	**1**	**30.000**	**100,0**

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Conforme demonstrado na Tabela 45, os investimentos realizados por meio das instituições repassadoras fora do semiárido alcançaram o índice de 73,9%. Este indicador justifica-se pelo investimento contratado no âmbito do Proinfra, no valor de R$ 30 milhões, na área de Transporte Terrestre, em Camaçari-BA (Tabela 50).

Tabela 45 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações (1) por Região – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Área	Nº. de Beneficiários	%	Valor (1)	%
Semiárido	7	25,9	13.845	26,1
Fora do Semiárido	20	74,1	39.262	73,9
Total	**27**	**100,0**	**53.107**	**100,0**

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Do ponto de vista da quantidade de beneficiários das operações de crédito, verifica-se que estes se encontram predominantemente no Setor Rural, entre os de mini, micro e pequeno portes (59,3%)16. Conforme

[16] Considerado o porte anterior à Resolução n. 043/2011.

Tabela **46**, em 2011, apenas um contrato foi firmado com empreendimento de grande porte, pertencente ao Setor de Infraestrutura.

Tabela 46 – FNE - Bancos Repassadores - Beneficiários por Porte e Setor – Exercício 2011

Porte/Setor	Rural		Agroindustrial		Industrial/Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro/Pequeno	10	83,3	-	-	-	-	-	-	6	54,6	16	59,3
Médio	2	16,7	-	-	3	100,0	-	-	5	45,5	10	37,0
Grande	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	3,7
Total	**12**	**100,0**	**-**	**-**	**3**	**100,0**	**1**	**100,0**	**11**	**100,0**	**27**	**100,0**

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

No que concerne ao volume de recursos contratado segundo o porte dos beneficiários, constata-se que o empreendimento de grande porte consumiu 56,5% dos recursos repassados no Setor Infraestrutura (Tabela 47), referente a Transporte Terrestre em Camaçari (BA), como visto.

Tabela 47 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações [(1)] por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Porte	Rural	Agroindustrial	Industrial e Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Mini/Micro/Pequeno	2.190	-	-	-	1.932	4.122
Médio	421	-	11.557	-	7.000	18.985
Grande	-	-	-	30.000		30.000
Total	**2.619**	**-**	**11.557**	**30.000**	**8.932**	**53.107**

Fontes: AGE, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na posição de 30.12.2011, o saldo devedor total das instituições repassadoras é de R$ 151,5 milhões, contra R$ 114,5 milhões do exercício anterior. Quanto à pontualidade no reembolso dos créditos, o maior percentual de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE encontra-se na Desenbahia, passando de uma taxa de 0,6%, em 2010, para 3,8%, em 2011. A AGN, que liderava esse ranking nos anos anteriores, reduziu seu índice de inadimplência de 5,3% para 3,3%, no mesmo período. O Banese que vinha operando com 100% dos reembolsos realizados no prazo previsto, apresenta, em 2011, inadimplência de 2,7%. O BDMG segue com taxa de inadimplência igual a zero (Tabela 48).

Tabela 48 – FNE - Bancos Repassadores - Saldos Devedores e Inadimplência – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Setor	Instituições Repassadoras							
	AGN		BANESE		DESENBAHIA		BDMG	
	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência
Industrial	1.474	4,8	12.304	-	8.934	9,9	-	-
Rural	1.118	2,8	17.272	9,7	10.756	1,0	-	-
Outros	4.080	4,2	32.908	-	28.824	3,0	33.789	-
Total	**6.672**	**3,3**	**62.484**	**2,7**	**48.514**	**3,8**	**33.789**	**-**

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Tendo em vista a distribuição espacial dos recursos do FNE e considerando-se que, em 2010, as instituições repassadoras realizaram contratações em 51 municípios, houve considerável retração no que diz respeito à dispersão territorial, haja vista que, no presente exercício, os financiamentos do FNE alcançaram 16 municípios da área de atuação dessas instituições. Nesse contexto, o Setor Rural abrangeu maior número de municípios. De outra forma, os que receberam maior volume de recursos foram Camaçari-BA (56,5%), Vitória da Conquista-BA (22,8%) e Aracaju-SE (14,4%). (Tabela 49 e Tabela 50). Adicionalmente, a Tabela 53A, adotando corte por município, detalha essas contratações segundo o porte do empreendimento e o programa de financiamento.

Tabela 49 – FNE - Bancos Repassadores - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício 2011

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos(1)
Rural	11
Agroindustrial	-
Industrial	2
Infraestrutura	1
Comércio/Serviços	5

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Tabela 50 – FNE - Bancos Repassadores – Contratações(1) por Município – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Município	Valor Contratado	%
SÃO JOSÉ DE MIPIBU (RN)	595	1,1
CAETITE (BA)	67	0,1
RIBEIRO DO POMBAL (BA)	11	0,0
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	12.093	22,8
CAMAÇARI (BA)	30.000	56,5
ARACAJU (SE)	7.647	14,4
CAMPO DO BRITO (SE)	540	1,0
CUMBE (SE)	609	1,2
ESTANCIA (SE)	201	0,4
FEIRA NOVA (SE)	301	0,6
FREI PAULO (SE)	270	0,5
GENERAL MAYNARD (SE)	178	0,3
LAGARTO (SE)	100	0,2
POÇO VERDE (SE)	304	0,6
PORTO DA FOLHA (SE)	34	0,1
TOBIAS BARRETO (SE)	157	0,3
TOTAL	**53.107**	**100,0**

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A dinâmica da economia brasileira na última década, a despeito de se ressentir com as intermitentes crises financeiras internacionais, tem favorecido alguns indicadores econômicos e sociais importantes, fatores que possivelmente influenciaram o aumento da demanda por crédito. Assim, os recursos do FNE têm-se mostrado insuficientes, frente à crescente demanda dos últimos anos, fato que repercute no volume de recursos efetivamente repassados a outras instituições de crédito.

3.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE

A Resolução nº. 032/2010, de 30/07/2010, do CONDEL/SUDENE aprovou a Proposição nº. 031/2010, referente às Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, para o exercício 2011, estabelecendo as prioridades setoriais e espaciais.

Dessa forma, o presente item retrata o monitoramento de tais prioridades para o referido exercício.

3.5.1 Prioridades Setoriais (Projetos e/ou Atividades):

I. Projetos integrados e/ou vinculados às opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP: software e hardware, semicondutores, eletroeletrônicos, bens de capital, fármacos e medicamentos; e em atividades capazes de gerar novos usos e produtos (atividades portadoras de futuro, especialmente: microeletrônica, biotecnologia, nanotecnologia, mecatrônica);

No ano de 2011, o Banco do Nordeste aplicou cerca de R$ 8,0 milhões no segmento de informática e medicamentos, conforme demonstrado na Tabela 51. Nesse segmento as contratações realizadas correspondem às atividades de desenvolvimento de programas de informática, consultoria em sistemas de informática, serviços de engenharia, centro de processamento de dados, fabricação de computadores, entre outros.

Relacionados à fabricação de medicamentos, os investimentos realizados no ano alcançaram R$ 58,8 milhões.

Tabela 51 – FNE – Contratações(1) no Segmento de Informática e Medicamentos – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Segmento	Nº de Operações	Valor (R$)
Informática	62	8.070
Medicamentos	10	58.840
Total	**72**	**66.910**

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II. Projetos de infraestrutura: energia (inclusive aquelas de fontes renováveis), transporte (inclusive multimodais), armazenagem, telecomunicações, abastecimento de água e esgotamento sanitário, gasodutos, portos, e terminais;

Com relação a projetos de geração de energia a partir de fontes renováveis, foram investidos R$ 570,4 milhões no financiamento a usinas de energia eólica, em 2011, conforme apresentado na

Tabela 52.

No segmento de telecomunicações, de acordo com a referida tabela, os recursos aplicados foram da ordem de R$ 106,6 milhões no período.

Tabela 52 – FNE – Contratações[1] em Projetos de Infraestrutura – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Segmento	Nº de Operações	Valor (R$)
Energias renováveis	7	570.412
Telecomunicações	35	106.615
Total		**677.027**

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. Projetos relacionados à indústria e montagem de veículos automotores inclusive veículos pesados (ônibus, tratores, caminhões, locomotivas) ***e de materiais de transporte inclusive acessórios, componentes, autopeças, reboques e carrocerias;***

Neste item serão tratados os projetos relacionados à atividade Indústria de Transportes. Como pode ser observado na Tabela 53, em apenas 01 (uma) operação o produto Fabricação de Peças e Acessórios para Veículos Ferroviários alocou 50,7% dos recursos dessa indústria. Tal investimento foi realizado no município de Barbalha-CE e está relacionado com o projeto da ferrovia Transnordestina. Em seguida vem o segmento da indústria naval de Maceió-AL, que contratou 40,8% dos recursos nessa prioridade.

Tabela 53 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Produto	Nº de Operações	Valor
Ind.Transportes	Fab.Cabines, carrocerias e reboques p/caminhão	10	1.294
	Fab.Pecas/Acessórios	4	149
	Constr./Reparo Embarcações para esporte e lazer	1	7.000
	Fab.Pecas e Acessórios.p/veículos ferroviários	1	8.696
Total geral		16	17.139

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

IV. Projetos relacionados a empreendimentos que se articulem e potencializem, econômica e socialmente, os efeitos das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do PRODETUR;

No ano de 2011 o FNE destinou aproximadamente 1,4 bilhão ao atendimento das demandas do PAC (Tabela 54). Tais recursos contemplaram seis estados da área de atuação do BNB. As atividades de Geração e Transmissão de Energia Elétrica se destacam pelo grande volume de recursos contratados com participação de 74,3%.

Tabela 54 – FNE - Contratações em Apoio ao PAC – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

UF	ATIVIDADE	VALOR
CE	Geração de Energia Elétrica	250.000
BA	Geração de Energia Elétrica	267.980
RN	Geração de Energia Elétrica	302.420
MA	Geração de Energia Elétrica	83.490
PE	Transmissão de Energia Elétrica	60.740
PI/MA	Transmissão de Energia Elétrica	70.000
BA	Rodovia	358.440
TOTAL		1.393.070

Fonte: Ambiente de Negócios com Governo e Pessoa Física

Quanto às ações do PRODETUR, o presente relatório não as contempla, tendo em vista estas ações não possuírem recursos do FNE.

V. Projetos relacionados à ovinocaprinocultura, à bovinocultura e à avicultura, com ênfase na melhoria dos índices zootécnicos, na produtividade, na organização, e na gestão da unidade produtiva.

A Tabela 55 apresenta informações relativas aos projetos contratados nessa prioridade. Dessa forma, verifica-se a contratação de aproximadamente R$ 1,7 bilhão em 279.470 operações. Destaque para a bovinocultura que respondeu por 73,7% das operações e por 84,7% do valor contratado.

Tabela 55 – FNE – Contratações(1) em Projetos Relacionados à Ovinocaprinocultura, à Bovinocultura e à Avicultura – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Nº de Operações	Valor
Ovinocaprinocultura	51.442	167.316
Bovinocultura	206.058	1.429.165
Avicultura	21.970	90.050
Total geral	279.470	1.686.531

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

VI. Projetos Agroindustriais;

Ver item 3.1.2

VII. Projetos de agricultura irrigada, fruticultura, em polos agrícolas, agroindustriais e/ou de áreas de comprovada aptidão edafoclimática, inclusive com zoneamento ecológico econômico aprovado;

Conforme acordado com o MI, a

Tabela 56 apresenta o montante contratado em projetos para ampliação de atividades de fruticultura irrigada. Não distingue, contudo, aqueles localizados em polos agrícolas, agroindustriais e/ou em áreas de comprovada aptidão edafoclimática, inclusive com zoneamento ecológico econômico aprovado.

Observa-se que a cultura da banana concentrou 52,8% do valor contratado, ficando também com a maior quantidade de operações (34,9%). Do montante contratado nessa cultura, 51,3%, ou seja, R$ 7,3 milhões foram destinados ao município de Russas-CE. Em seguida vem a cultura da acerola, que contratou aproximadamente R$ 7,2 milhões. Nesse caso o município de Jaguaruana-Ce foi responsável pela quase totalidade dos recursos destinados a essa cultura (99,1%). Vale ressaltar que tanto o município de Russas quanto o município de Jaguaruana ficam localizados na região conhecida como Baixo Jaguaribe, área conhecida pelo seu potencial hídrico e, dessa forma, propícia ao desenvolvimento da agricultura irrigada.

Tabela 56 – FNE - Projetos de Ampliação Contratados[1] em Fruticultura Irrigada[2] – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Produto	Nº. de Operações	%	Valor	%
Abacaxi	8	2,6	19	0,1
Acerola	15	4,9	7.180	26,6
Ata / Pinha	2	0,7	55	0,2
Banana	107	34,9	14.234	52,8
Cacau	1	0,3	97	0,4
Caju	12	3,9	375	1,4
Coco	10	3,3	643	2,4
Goiaba	21	6,8	387	1,4
Laranja	3	1,0	27	0,1
Limão	8	2,6	1.861	6,9
Macadâmia	1	0,3	3	0,0
Mamão	37	12,1	379	1,4
Manga	31	10,1	1.129	4,2
Maracujá	35	11,4	230	0,9
Melão	1	0,3	2	0,0

Valores em R$ mil

Produto	Nº. de Operações	%	Valor	%
Uva	15	4,9	335	1,2
Total	**307**	**100,0**	**26.956**	**100,0**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Considerados apenas projetos de ampliação.

VIII. Projetos de floricultura, apicultura, aquicultura e pesca;

De acordo com a Tabela 57, entre os financiamentos do BNB destinados a essa prioridade, destacam-se aqueles concedidos no âmbito da atividade de Aquicultura, que detiveram 63,3% do valor contratado. Esse bom desempenho da aquicultura se deve em grande parte à atividade de carcinicultura que em 71 operações contratou R$ 43,3 milhões, sendo que desse valor R$ 38,5 milhões, ou seja, 88,9% foram destinados a projetos localizados nos municípios de Acaraú e Granja, ambos na região norte Estado do Ceará, evidenciando assim o potencial da atividade naquela região. Vale ressaltar ainda que o grande volume de recursos alocados para esta atividade está relacionado à sua estrutura produtiva, que exige maiores inversões.

Observa-se, também, que a pesca utilizou 25,1% do montante dos recursos, sendo responsável por 49,8% das operações contratadas no período. Esse fator pode contribuir para a modernização da atividade, tendo em vista ser esta uma importante fonte de renda para a população nordestina, mas que ainda carece de infraestrutura de apoio, conforme evidenciado em Vidal e Gonçalves (2010).

Tabela 57 – FNE – Contratações(1) em Projetos de Floricultura, Apicultura, Aquicultura e Pesca – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Nº de Operações	Valor
Apicultura	2.728	11.804
Aquicultura	3618	67.361
Flores	21	200
Pesca	6.318	26.566
Total	12.684	105.931

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que a atividade Apicultura contratou aproximadamente R$ 11,8 milhões em 2.728 operações, distribuídas entre 463 municípios da área de atuação do FNE o que denota a importância dessa atividade para a região.

IX. Projetos de produção de grãos;

No que tange à produção de grãos, pode-se observar que, no ano 2011, o produto que obteve maior número de operações foi o milho com 3.936 contratos, representando 29,8% do total das 13.189 operações realizadas. Em seguida vem a cultura do feijão, com 495 operações, representando, 3,8% das operações contratadas no período (

Tabela 58). Ao considerarmos essas culturas, inclusive na forma de consórcio (feijão e milho), constata-se que esses produtos, ambos tradicionais na agricultura regional, respondem juntos por 36,8% dos contratos firmados para a produção de grãos.

Quanto ao volume aplicado segundo o produto, percebe-se que a maior parcela dos recursos foi aplicada para a produção de soja, totalizando aproximadamente R$ 476,4 milhões, representando 74,7% do volume total aplicado na atividade de produção de grãos. A produção de milho, com aplicações da ordem de aproximadamente R$ 120,8 milhões, representou 18,9% do volume total contratado (

Tabela 58).

Tabela 58 – FNE – Contratações(1) em Projetos de Produção de Grãos – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Produto	Qtde Oper	Vl.Contratado
Grãos	Arroz	366	13.403
	Feijão	495	5.196
	Feijão e Milho	419	5.029
	Milheto	6	32
	Milho	3.936	120.783
	Soja	398	476.381
	Sorgo	13	372
	Milho Doce	11	180
	Outros	7.545	16.233
Total		13.189	637.610

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

X. Projetos voltados para a produção de alimentos básicos para o consumo da população;

Entre as melhorias introduzidas pelo Plano Safra 2008/2009, houve a criação do Pronaf - Mais Alimentos, por ocasião do agravamento da crise de

alimentos no mundo, com registro de alta excessiva nos preços das ***commodities*** agrícolas. Para atenuar referida situação, essa linha de crédito visa à produção de um excedente de 18 milhões de toneladas de alimentos por ano, viabilizado pelo financiamento, no âmbito da agricultura familiar, de projetos de investimento para a produção de açafrão, arroz, café, cana de açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo e para fruticultura, cultura de palmeiras para produção de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Nessa perspectiva, o Pronaf - Mais Alimentos ainda destina recursos para a modernização da infraestrutura da propriedade rural, com vistas ao aumento da produtividade da agricultura familiar: investimentos em máquinas e equipamentos, procedimentos de correção e recuperação de solos e melhoria genética, entre outros. O limite de crédito é de R$ 130 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e taxa de juros de 2% a.a.

Em 2011, o BNB aplicou em sua área de atuação aproximadamente R$ 300,8 milhões nessa linha especial de crédito, o que representa 22,6% do valor investido pela instituição ao amparo do FNE Pronaf. A bovinocultura lidera essas aplicações, absorvendo 66,0% do volume total de recursos. Destacam-se ainda, conforme Tabela 59, a ovinocultura (7,1%) e a Fruticultura com participação de 6,7%.

Tabela 59 – FNE – Contratações em Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Programa	Atividade	Qtde Oper	Vl.Contratado
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	Apicultura	178	3.128
	Avicultura	155	3.312
	Bovinocultura	8.773	198.517
	Pesca	194	3.254
	Caprinocultura	556	8.424
	Fruticultura	616	20.197
	Grãos	89	5.409
	Olericultura	177	6.845
	Ovinocultura	1.151	21.287
	Outros	1.267	30.461
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	Total	13.156	300.833

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XI. Projetos da Indústria Química (excluídos os explosivos), petroquímicos e biocombustíveis;

A Tabela 60 mostra os projetos relacionados à Indústria Química. Nessa prioridade foram contratados R$ 38,8 milhões em 19 operações efetivadas. Destaque para a região do polo petroquímico de Camaçari-Ba, que foi responsável por 89,4%[17] dos recursos contratados.

Tabela 60 – FNE – Contratações(1) em Projetos da Indústria Química – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Produto	Qtde Oper	Vl.Contratado
Ind.Prod.Quimicos	Fab. Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo	4	2.019
	Fab.Prod. Petroquímicos Básicos	2	31.800
	Fab.Prod. Químicos.Orgânicos, Exceto Petroquímicos Básicos e Intermediários p/Resinas	3	1.179
	Fab.Corantes, Pigmentos e Silica-Gel	1	2.900
	Fab. de outros produtos químicos não especificados ou não classificados	7	863
	Fab.Gases Industriais	1	25
	Fabricação de desinfetantes sanitários	1	18
Total geral		19	38.804

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XII. Projetos relacionados à indústria de minerais não metálicos, metalurgia, siderurgia e mecânica;

Conforme a Tabela 61, nessa prioridade foram identificados os projetos relacionados às indústrias: metal-mecânica, siderúrgica e de minerais não metálicos. Assim, constata-se que a indústria de minerais não metálicos obteve uma expressiva participação nas operações (69,3%) como também nos valores contratados (54,7%). Dentro deste segmento, destaque para a Indústria de Cimento que alocou 80,1%[18] dos recursos, distribuídos entre cinco operações em quatro estados nordestinos, a saber: Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Tabela 61 – FNE – Contratações em Projetos da Indústria Metal-Mecânica, Siderúrgica e Minerais Não metálicos - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Qtde Oper	%	Vl.Contratado	%
Ind. Metal-Mecânica	149	30,3%	132.891	16,0%

[17] Base do Ativo do BNB.
[18] Base do Ativo do BNB.

Ind. Siderúrgica	2	0,4%	244.090	29,3%
Ind.Prod. Minerais não Metálicos	341	69,3%	455.645	54,7%
Total geral	492	100,0%	832.626	100,0%

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XIII. Projetos relacionados aos empreendimentos hoteleiros; outros meios de hospedagem e instrumentos de apoio a essa atividade e arenas multiusos situadas nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014;

Em março de 2010 foi lançada, em Fortaleza, a linha de financiamento Proatur Copa, em parceria com o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e a SUDENE, com participações de representantes de vários estados da região Nordeste. Referida linha está apoiada nas condições de financiamento do Programa de Apoio ao Turismo Regional – FNE Proatur aprovadas para 2010, notadamente quanto ao aumento do prazo de financiamento de hotéis de 15 para 25 anos e permissão para o financiamento de arenas multiusos (áreas esportivas adaptadas para atendimento a vários tipos de eventos), tendo como objetivo principal o provimento da infraestrutura turística necessária às cidades-sede da região Nordeste (Fortaleza, Recife, Natal e Salvador) e seu entorno, com vistas à realização do evento Copa 2014.

Com base no levantamento das atividades financiadas nessa prioridade, constata-se que 50,4% dos recursos foram destinados à construção de arenas multiusos, mais especificamente a construção da arena na cidade de São Lourenço da Mata, localizada na Região Metropolitana de Recife. Já o ramo hoteleiro foi responsável por 28,0% dos recursos e por 53,1% das operações, o que a atende necessidade específica desse segmento, conforme identificado em Sousa et al (2010).

Tabela 62 – FNE – Contratações[(1)] em Projetos relacionados ao Turismo – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Produto	Qtde Oper	%	Vl.Contratado	%
Aluguel de Imóveis	1	0,3	60.760	12,2
Atividades relacionadas à área de Transportes	53	18,5	11.784	2,4
Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem	26	9,1	4.478	0,9
Restaurantes e Similares	43	15,0	17.175	2,9
Corretora, Distribuidores, Prestadora de Serv. Financeiros e Bancos	1	0,3	7.600	1,5
Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda, Albergue com restaurantes	98	34,3	114.738	23,1
Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda, Albergue sem restaurantes	54	18,9	24.256	4,9
Promoção/Produção de Espetáculo Artístico, Cultural, Típico/Regional	3	1,0	3.098	0,6
Parques de diversão e parques temáticos	1	0,3	5.162	1,0
Arenas Multiusos	1	0,3	250.000	50,4

Outros	5	1,7	460	0,1
Total geral	286	100	496.511	100

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XIV. Projetos da indústria de calçados e artefatos, mobiliários, confecções, inclusive artigos de vestuários;

Nessa prioridade o BNB financiou 619 operações, totalizando R$ 172,9 milhões, sobressaindo-se as atividades Indústria de Vestuário e Acessórios e Indústria de Calçados que absorveram, respectivamente, 48,2% e 43,1%, desses recursos, ficando a Indústria de Mobiliários com participação de 8,7% (Tabela 63). Importante destacar que nessa prioridade 76,7%[19] dos recursos foram destinados a empresas instaladas no semiárido nordestino, o que tem contribuído para o desenvolvimento econômico de diversos municípios localizados nessa região.

Tabela 63 – FNE – Contratações(1) em Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Exercício de 2011

Atividade	Produto	Qtde Oper	%	Vl.Contratado	%
Ind. Calcados	Fab.Calcados de Couro	19	3,1	7.372	4,3
	Fab.Calcados de Plástico	24	3,9	48.624	28,1
	Fab.Calcados de Tecidos, Fibras, Madeira ou Borracha	26	4,2	15.966	9,2
	Fabricação de Partes para Calçados, de Qualquer Material	4	0,6	2.526	1,5
Ind. Mobiliário	Fab.Armários Embutidos de Madeira	8	1,3	1.858	1,1
	Fab.Colchões	5	0,8	794	0,5
	Fab.Móveis com Predominância de Metal	43	6,9	2.117	1,2
	Fab.Móveis Estofados	16	2,6	1.205	0,7
	Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira	82	13,2	8.827	5,1
	Serrarias com Desdobramento de Madeira	3	0,5	192	0,1
	Serviços de Montagem de Móveis de Qualquer Material	3	0,5	114	0,1
Ind. Vestuário e Acessórios	Fab. Art. do Vestuário	207	33,4	50.226	29,0
	Fab.Acess.do Vestuário	54	8,7	5.990	3,5
	Fab.Tecidos e Art.de Malha	9	1,5	667	0,4
	Fabr.Aviamentos p/costura	1	0,2	21.482	12,4
	Fab.Bijuteria	2	0,3	137	0,1
	Confec de Peças de Vestuário, exceto roupas Íntimas e as Confecções sob Medida	107	17,3	4.668	2,7

[19] Base do Ativo do BNB.

	Fab. de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	3	0,5	105	0,1
	Confecção de roupas íntimas	3	0,5	62	0,0
Total geral		619	100,0	172.932	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XV. Apoio a projetos de extração de minerais metálicos e não metálicos, petróleo e gás natural;

De acordo com a Tabela 64, foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais não metálicos, 74,1%. Esse bom desempenho da atividade deve-se aos investimentos realizados na extração de cobre, tendo em vista que esse segmento foi responsável por 77,4%[20] dos recursos aplicados nessa atividade.

Tabela 64 – FNE - Projetos Contratados(1) no Setor da Indústria Extrativa de Minerais, Petróleo e Gás Natural - Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Qtde Oper	%	Vl.Contratado	%
Extração de Minerais Metálicos	14	31,8	26.874	14,4
Extração de Carvão, Petróleo e Gás	2	4,5	21.416	11,5
Extração de Minerais Não - Metálicos	28	63,6	138.500	74,1
Total geral	44	100,0	186.790	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XVI. Apoio a projetos de serviços de manutenção da Indústria Metal-Mecânica;

A Tabela 65 traz informações acerca das atividades relacionadas à Indústria Metal-Mecânica, inclusive detalhando os objetivos das contratações. Assim, percebe-se que os projetos relacionados à manutenção dos empreendimentos foram responsáveis por 56,4% do número de operações, vindo em seguida os projetos de modernização com 27,5%. No que concerne aos valores contratados, destaque para os projetos de expansão que responderam por 76,8% dos recursos alocados para essa prioridade.

Tabela 65 – FNE – Contratações(1) em Projetos de Serviços de Manutenção para Metal – Mecânica – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	OBJETIVO	Qtde Oper		Vl.Contratado	%
IND. METAL-MECANICA	AMPLIACAO	11	7,4	2.898	2,2
	EXPANSÃO	3	2,0	102.074	76,8
	IMPLANTAÇÃO	7	4,7	369	0,3
	MANUTENCAO	84	56,4	4.720	3,6

[20] Base do Ativo do BNB.

	MODERNIZAÇÃO	41	27,5	2.989	2,2
	OUTROS	2	1,3	16.960	12,8
	RELOCALIZAÇÃO	1	0,7	2.880	2,2
Total geral		149	100,0	132.891	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XVII. Projetos do Setor de Comércio e Serviços;

Ver item 3.1.6.

3.5.2 Prioridades Espaciais

- ***Projetos localizados na porção semiárida.***

  Ver item 3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

- ***Projetos localizados em espaços definidos como prioritários na PNDR.***

  Ver item 3.6 - O FNE no Contexto da PNDR

- ***Projetos instalados nas áreas de influência de projetos públicos de irrigação, em especial os projetos agroindustriais;***

Para esta prioridade, foi acordado com o MI o fornecimento de informações relacionadas aos projetos agroindustriais dos perímetros públicos irrigados. Nessa perspectiva, a Tabela 66 apresenta os financiamentos destinados a empreendimentos agroindustriais realizados por intermédio dos subprogramas AGRIN, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agrinf e MPE Agroindústria, desenvolvidos nas áreas de perímetros públicos irrigados. Foram destinados recursos a nove perímetros, abrangendo sete estados da área de atuação do FNE.

Entre esses projetos merece destaque o perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, que em duas operações contratou 45,2% dos recursos nessa prioridade (Tabela 66). Em seguida, em termos de valores contratados, vem o perímetro São Gonçalo, localizado no município de Sousa-PB, que contratou aproximadamente 2,7 milhões, o que representa 36,0% das contratações.

Tabela 66 – FNE - Contratações(1) de Projetos Agroindustriais em Perímetros Irrigados(2) Públicos – Exercício de 2011

(Em R$ mil)

Estado	Perímetro Irrigado	Municípios do Perímetro	Nº. de Operações	%	Valor	%

	BARREIRAS NORTE E S. DESIDÉRIO/B.SUL (BA)	Barreiras	4	19,1	523	7,1
BA	CERAIMA	Guanambi	1	4,8	67	0,9
	FORMOSO "A" e "H"	Bom Jesus da Lapa	1	4,8	94	1,3
CE	JAGUARIBE-APODI (CE)	Russas	2	9,5	3.330	45,2
		Limoeiro do Norte	1	4,8	51	0,7
MG	LAGOA GRANDE (MG)	Janaúba	1	4,8	103	1,4
PB	SÃO GONÇALO (PB)	Sousa	5	23,8	2.653	36,0
PE	BEBEDOURO	Petrolina	1	4,8	16	0,2
PI	TABULEIROS LITORÂNEOS DO PIAUÍ (PI)	Parnaíba	2	9,5	289	3,9
RN	ITANS (RN)	Caicó	3	14,3	246	3,3
Total			**21**	**100,0**	**7.372**	**100,0**

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Operações enquadradas no AGRIN, PRONAF-Agroindústria, PRONAF-AGRINF e MPE-Agroindústria.

3.6 O FNE no Contexto da PNDR

i. *Projetos localizados em espaços definidos como prioritários na PNDR.*

O BNB vem priorizando a distribuição de recursos nas regiões definidas como prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A PNDR é uma política priorizada pelo Governo Federal, que tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta Política se propõe: i) a dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações socioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e o estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do País (BRASIL, 2010).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as sub-regiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e

b) Taxa Geométrica de Variação do Produto Interno Bruto Municipal por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de sub-regiões, a saber: 1 - Sub-regiões de Alta Renda; 2 - Sub-regiões Dinâmicas; 3 - Sub-regiões Estagnadas; e 4 - Sub-regiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias as microrregiões pertencentes às sub-regiões 2, 3 e 4, onde foram aplicados no exercício 2011, 77,8% dos recursos contratados pelo Fundo. Com base na Tabela 67, verifica-se certo equilíbrio entre a quantidade de projetos financiados para as tipologias ***Estagnada e Dinâmica***[21], sendo o desempenho desta última categoria ligeiramente superior, vindo logo em seguida a tipologia ***Baixa Renda***.

Outro ponto que merece atenção é que, tanto os municípios enquadrados na categoria ***Baixa Renda*** como os classificados como ***Estagnado de Média Renda*** aparecem em 2011 com maior participação, em relação ao exercício anterior, no tocante aos recursos contratados. Vale ressaltar ainda que tocante ao volume de recursos, os municípios ***Estagnados de Média Renda*** superaram, nesse exercício, os municípios tidos como ***Dinâmicos de Média Renda***. Esses são aspectos bastante positivos ao considerarmos que os investimentos realizados em maior volume nos municípios de baixa renda e de média renda estagnada poderão contribuir de forma decisiva para a dinamização dessas economias.

Tabela 67 – FNE - Projetos Contratados(1) por Tipologia PNDR – Exercício de 2011

Valores em R$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado	%
Alta Renda (5)	6.418	1,5	2.464.388	22,2
Baixa Renda (2)	134.820	30,7	1.529.664	13,8
Dinâmico de Média Renda (4)	150.419	34,2	3.336.991	30,1
Estagnado de Média Renda (3)	148.162	33,7	3.759.611	33,9
Total	**439.819**	**100,0**	**11.090.654**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

[21] A classificação dos municípios de acordo com a tipologia PNDR é realizada pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do MIN. Fonte: BNB Programação FNE 2010.

Notas: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. **(2)** Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varia entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. **(3)** Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varia entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. **(4)** Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varia entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. **(5)** Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

A Figura 2 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias. Como pode ser observado, os municípios considerados de alta renda concentram-se no entorno das cidades de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador. O que se pode constatar diante desse quadro é que o FNE tem contribuído decisivamente para o desempenho econômico dos demais municípios da região, onde foram contratados R$ 8,6 bilhões em 433.401 operações (98,5%), contribuindo assim para o desenvolvimento das atividades produtivas nas áreas menos favorecidas da região Nordeste.

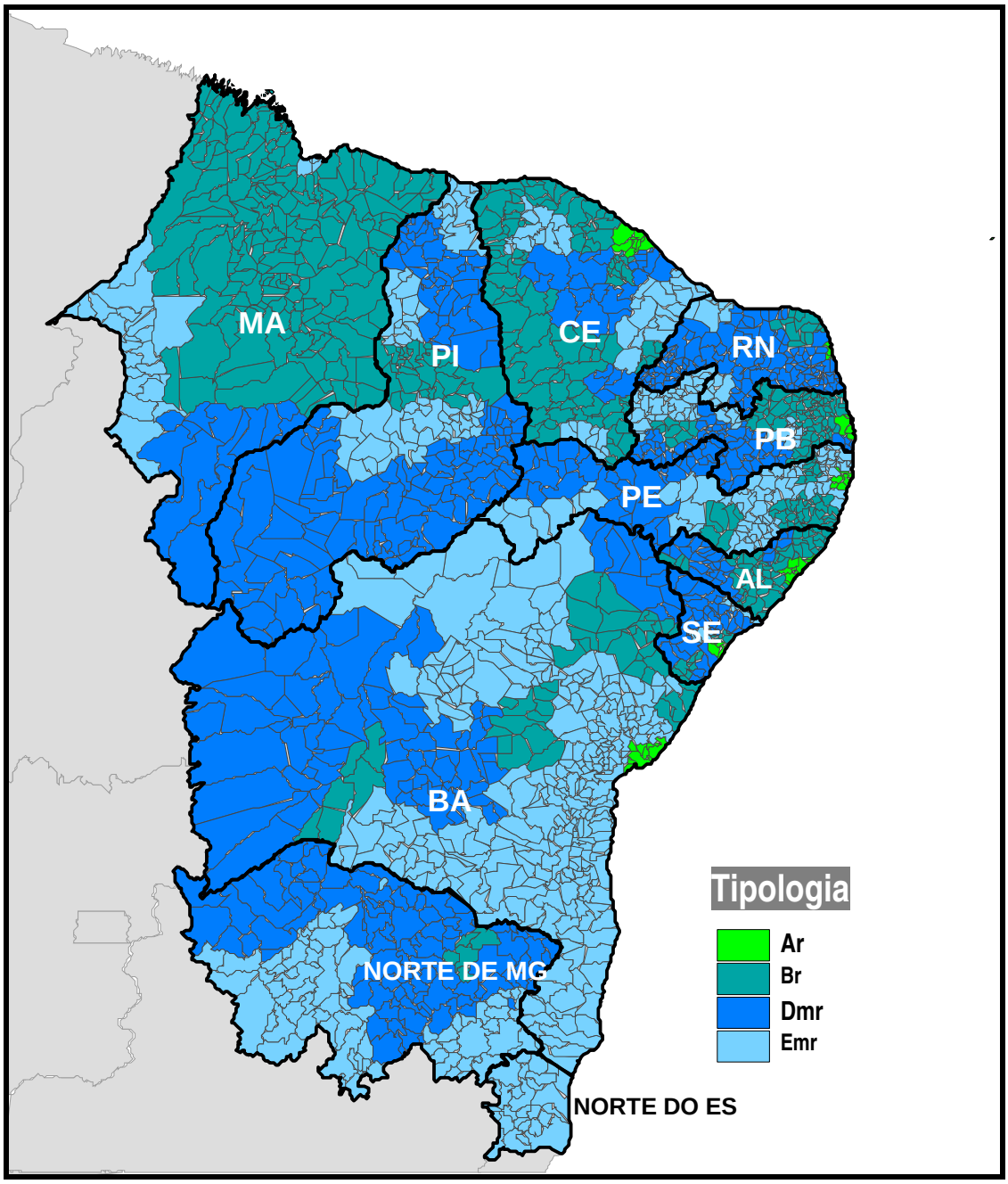


Figura 2 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB.

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.
Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

i.i Contratações por Tipo de Município e Porte

De acordo com a Tabela 68, verifica-se que os empreendimentos de porte mini/micro juntamente com as categorias de pequeno porte e pequeno médio, foram responsáveis, dentro das áreas prioritárias, por 99,7% dos contratos firmados, havendo certo equilíbrio na distribuição entre as tipologias Baixa Renda, Dinâmico de Média Renda e Estagnado de Média Renda. Esse

fato evidencia a preocupação por parte do BNB em atender a população dessas regiões mais carentes, principalmente os pequenos empreendedores. No que concerne aos recursos contratados, constata-se que os empreendimentos de grande porte foram responsáveis por 29,9% do volume contratado nas áreas prioritárias da PNDR, seguidos pelos mini/micro com participação de 22,9%, dentro das áreas prioritárias.

Tabela 68 – FNE - Contratações[1] por Tipo de Município e Porte – Exercício de 2011

	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
Tipologia	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	3.694	59.796	1.827	183.404	560	280.436	262	355.284	75	1.585.468	6.418	2.464.388
Baixa Renda	130.767	618.193	3.569	317.591	308	100.794	131	105.498	45	387.588	134.820	1.529.664
Dinâmico de Média Renda	144.339	653.767	4.761	455.425	883	726.021	308	708.529	129	793.249	150.420	3.336.991
Estagnado de Média Renda	140.379	702.329	6.188	662.097	1.027	421.774	462	576.390	105	1.397.021	148.161	3.759.611
Total	**419.179**	**2.034.085**	**16.345**	**1.618.517**	**2.778**	**1.529.025**	**1.163**	**1.745.701**	**354**	**4.163.326**	**439.819**	**11.090.654**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

i.ii Contratações por Tipo de Município e Setor

Como pode ser observado na Tabela 69, o Setor Rural foi responsável por 95,7% das operações realizadas nas áreas prioritárias, sendo também responsável pelo maior volume de recursos contratados (45,1%). Esse desempenho, em relação tanto ao número de contratos quanto aos valores contratados, é reflexo da estrutura produtiva da região Nordeste, mais precisamente da estrutura produtiva das regiões prioritárias, que na maioria dos municípios, ou em quase toda a sua totalidade, baseia-se na agropecuária. Em seguida aparece o Setor Comércio e Serviços, que com 16.327 operações foi responsável por 20,3% do volume de recursos, com destaque para o desempenho dos municípios classificados como Estagnados de Média Renda, onde foi contratado aproximadamente R$ 1,1 bilhão, o que corresponde a 65,1% dos recursos desse Setor, dentro das áreas prioritárias, no ano de 2011.

Tabela 69 – FNE - Contratações[(1)] por Tipo de Município e Setor – Exercício de 2011

Valores em R$ Mil

Tipologia	Rural		Agroindústria		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	3.038	18.560	36	18.310	477	394.150	71	360.519	10	949.409	2.786	723.440	6.418	2.464.388
Baixa Renda	130.555	902.850	38	44.573	272	51.500	47	18.499	1	250.000	3.907	262.242	134.820	1.529.664
Dinâmico de Média Renda	144.430	1.894.066	58	97.968	671	334.571	67	19.632	8	640.412	5.185	350.342	150.419	3.336.991
Estagnado de Média Renda	139.577	1.091.190	118	176.024	1.128	1.131.961	101	97.861	3	121.490	7.235	1.141.085	148.162	3.759.611
Total	**417.600**	**3.906.666**	**250**	**336.875**	**2.548**	**1.912.182**	**286**	**496.511**	**22**	**1.961.311**	**19.113**	**2.477.109**	**439.819**	**11.090.654**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

i.iii - Contratações por Tipo de Município por Estado

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias Baixa Renda, Média Renda Estagnada e Média Renda Dinâmica, verifica-se com base na Tabela 70, que o Estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (20,1%), seguido do Ceará (14,0%) e de Pernambuco com 12,3% das operações contratadas. No entanto, analisando-se apenas os contratos na tipologia ***Baixa Renda***, constata-se que o Maranhão aparece com o maior número de operações (39.116). Vale lembrar que o Estado do Maranhão possui municípios com características socioeconômicas iguais ou inferiores aos municípios mais pobres localizados no semiárido dos demais estados do Nordeste. Constata-se que com essa elevada participação no número de operações na tipologia ***Baixa Renda***, nos municípios maranhenses, o FNE tem dado especial atenção a esse quadro, tentando através desses financiamentos, melhorar as condições de vida da população mais carente na área de abrangência do BNB.

Tabela 70 – FNE - Contratações(1) por Tipo de Município e Estado – Exercício de 2011

Valores em R$ Mil

Estados	Tipologia	Quant.	Valor
AL	AR	336	204.755
	BR	14.277	170.451
	DMR	11.305	50.001
BA	AR	582	893.262
	BR	13.172	94.473
	DMR	17.202	1.024.688
	EMR	56.555	769.054
CE	AR	2.795	540.703
	BR	36.417	554.978
	DMR	10.972	272.594
	EMR	13.076	423.735
ES	EMR	705	108.563
MA	BR	39.116	490.342
	DMR	2.550	257.403
	EMR	5.733	762.374
MG	BR	982	8.165
	DMR	25.126	262.902

Estados	Tipologia	Quant.	Valor
	EMR	16.944	237.863
PB	AR	619	135.564
	BR	12.409	70.962
	DMR	8.282	151.234
	EMR	12.324	89.330
PE	AR	868	575.934
	BR	8.919	75.975
	DMR	18.392	163.476
	EMR	26.011	583.292
PI	BR	5.614	25.671
	DMR	23.362	408.749
	EMR	10.280	395.739
RN	AR	509	53.757
	BR	1.427	9.607
	DMR	21.187	504.703
	EMR	2.926	340.199
SE	AR	709	60.413
	BR	2.487	29.040
	DMR	12.041	241.241
	EMR	3.608	49.462
Total	-	**439.819**	**11.090.654**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

i.iv - Contratações por Tipo de Município e Região

Considerando as informações constantes na Tabela 71, percebe-se que a região semiárida, composta nesse caso apenas pelas áreas prioritárias, contratou aproximadamente R$ 4,0 bilhões, representando 46,7% do volume contratado e por 64,3% das operações realizadas nas áreas prioritárias.

Tabela 71 – FNE - Contratações[1] por Tipo de Município e Região – Exercício de 2011.

Valores em R$ Mil

Região	Tipologia	Quant.	Valor
Semiárido	AR	1.441	37.463
	BR	64.293	427.095
	DMR	119.855	1.818.728
	EMR	94.631	1.784.773
Outras Regiões	AR	4.977	2.426.925
	BR	70.527	1.102.569
	DMR	30.564	1.518.263
	EMR	53.531	1.974.838
Total	**-**	**439.819**	**11.090.654**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii. Projetos localizados nas mesorregiões diferenciadas do Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão), da Chapada do Araripe, da Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Tocantins assistidos pelo FNO), do Seridó, Jequitinhonha/Mucuri, do Xingó e dos municípios da mesorregião de Águas Emendadas, constantes da área de atuação da SUDENE.

A Figura 3 mostra a localização das mesorregiões prioritárias da PNDR. Cabe ressaltar que nessa prioridade, conforme Programação do FNE 2011, foram incluídos os municípios pertencentes à mesorregião de Águas Emendadas, localizados na região norte do Estado de Minas Gerais. Vale salientar também que houve um reordenamento na composição da mesorregião da Chapada das Mangabeiras, que abrange os municípios localizados nos Estados do Maranhão e do Piauí.

Na Tabela 72 constam os valores dos projetos financiados segundo as áreas de atuação do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso), da Secretaria de Programas Regionais (SPR). Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas nas mesorregiões localizadas na área de atuação do BNB contrataram, aproximadamente, R$ 1,5 bilhão, totalizando 72.185 operações.

A mesorregião do Bico do Papagaio destaca-se com o maior volume de recursos contratatos com participação de 26,8%. Isso se deve em grande parte a contratação realizada no setor siderúrgico no município de Açailandia-MA[22].

Merece destaque ainda a Chapada do Araripe, que ao contratar R$ 325,1 milhões distribuídos em 18.023 operações, respondeu por 21,6% do valor total contratado e por 25,0% do número de contratos.

Em seguida vem a mesorregião da Chapada das Mangabeiras, que contratou R$ 300,2 milhões em 3.915 operações. Essa expressiva participação reflete em muito o financiamento das atividades agrícolas, principalmente o cultivo da soja, uma vez que nessa mesorregião estão localizados os municípios de Tasso Fragoso, Sambaíba e Alto Parnaíba, que despontam entre os principais produtores de soja do estado maranhense. Nela estão incluídos ainda os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Santa Filomena, principais produtores sojícolas do Piauí. Vale ressaltar que alguns desses municípios a exemplo de Tasso Fragoso-MA, Uruçuí-PI e Baixa Grande do Ribeiro-PI, também aparecem como principais produtores de algodão de seus respectivos estados, sendo esta uma das principais atividades, em termos de recursos alocados, financiadas pelo FNE.

A mesorregião do Xingó, com participação de 30,4% no número de operações, figura como a mesorregião com maior número de projetos financiados (21.930), com um volume contratado de R$ 206,0 milhões.

No caso das mesorregiões de Xingó e Chapada do Araripe, o expressivo número de contratos está relacionado à estrutura produtiva do sertão nordestino onde as atividades relacionadas ao meio rural baseiam-se, principalmente, nas pequenas propriedades, as quais desenvolvem principalmente atividades como a ovinocaprinocultura, a apicultura e o cultivo das culturas tradicionais (milho, feijão etc.) em pequena escala.

Tabela 72 – FNE - Projetos Contratados[1] nas Mesorregiões SPR[2] – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Mesorregiões	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado	%
Chapada das Mangabeiras	3.915	5,4	300.226	19,9
Chapada do Araripe	18.023	25,0	325.122	21,6
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	12.769	17,7	178.038	11,8
Xingó	21.930	30,4	206.034	13,7

[22] Base do Ativo.

Mesorregiões	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado	%
Bico Papagaio	4.430	6,1	404.270	26,8
Seridó	10.550	14,6	85.670	5,7
Águas Emendadas	568	0,8	9.012	0,6
Total	**72.185**	100,0	**1.508.372**	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Secretaria de Programas Regionais.

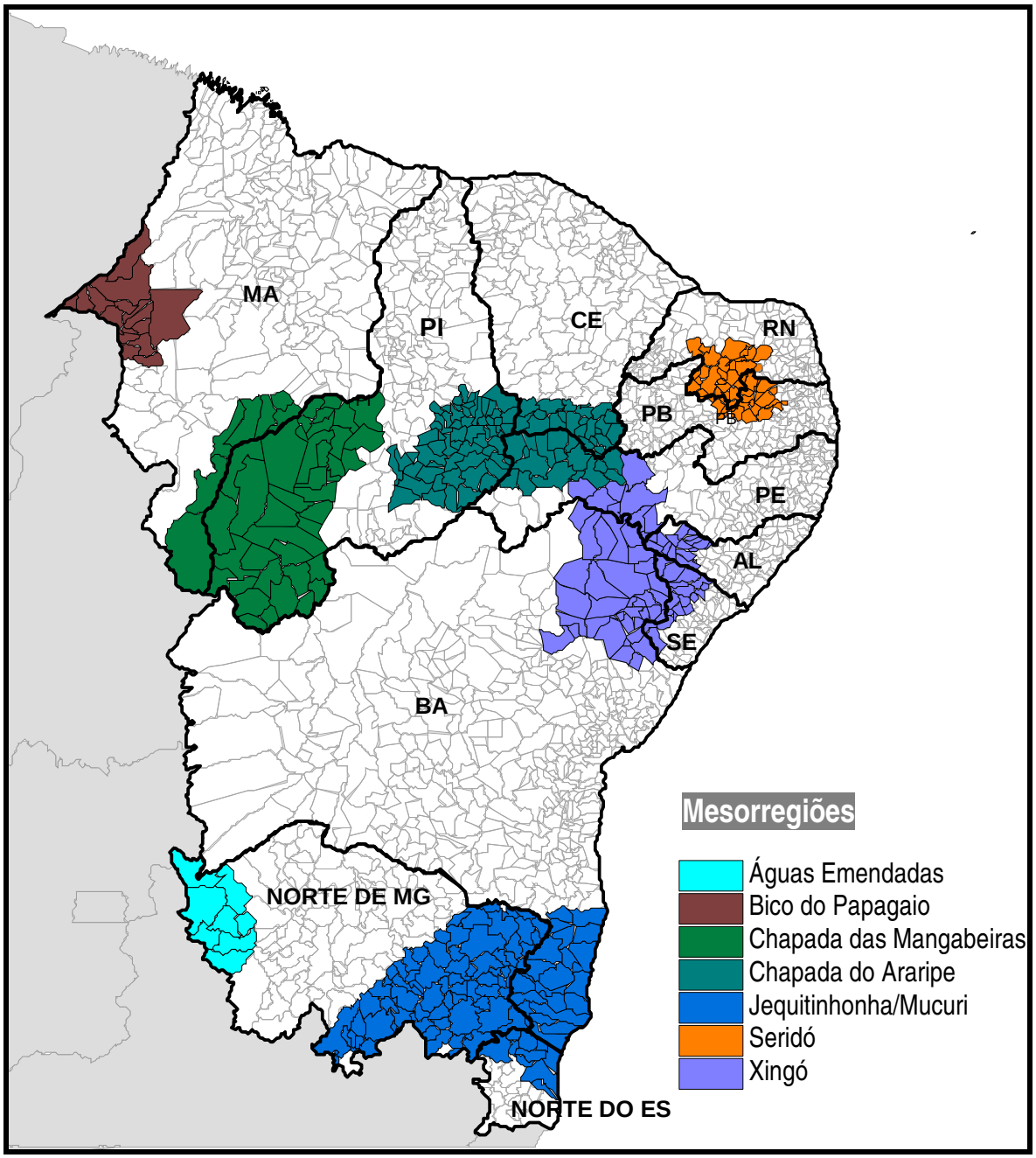


Figura 3 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB.

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

ii.i Contratações em Mesorregiões por Porte

Conforme a Tabela 73, observa-se que de um total de 72.185 operações nas Mesorregiões prioritárias, os empreendimentos classificados como mini/micro, pequeno e pequeno médio portes realizaram 71.980 contratos (97,7%), o que levou esses estabelecimentos a alocar 61,1% dos recursos contratados nas mesorregiões. Esse fato evidencia o reconhecimento, por parte do BNB, da importância em apoiar esses empreendimentos, tendo em vista serem fundamentais para a dinamização da economia nesses espaços sub-regionais.

Tabela 73 – FNE – Contratações[1] em Mesorregiões por Porte – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Mesorregiões	Porte											
	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Chapada das Mangabeiras	3.606	16.337	230	39.580	55	89.253	14	51.212	10	103.844	3.915	300.226
Chapada do Araripe	17.397	89.812	511	90.297	97	50.911	15	31.698	3	62.404	18.023	325.122
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	12.302	58.313	378	52.030	44	42.670	40	17.387	5	7.638	12.769	178.038
Xingó	21.177	116.521	620	48.301	64	18.402	63	11.943	6	10.867	21.930	206.034
Bico Papagaio	4.175	28.224	184	29.995	49	60.764	20	26.263	2	259.024	4.430	404.270
Seridó	9.928	41.513	537	29.986	58	9.706	27	4.465	-	-	10.550	85.670
Águas Emendadas	544	4.075	22	3.871	2	1.066	-	-	-	-	568	9.012
Total	**69.129**	**354.795**	**2.482**	**294.060**	**369**	**272.772**	**179**	**142.968**	**26**	**443.777**	**72.185**	**1.508.372**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii.ii Contratações em Mesorregiões por Estado

Analisando-se as aplicações do FNE nas Mesorregiões por Estado, é importante destacar que para a delimitação dessas mesorregiões foram consideradas características comuns entre municípios. Assim, existem mesorregiões que abarcam territórios de um ou mais estados.

Nesse sentido, com base nas informações prestadas na Tabela 74, verifica-se que os estados de Pernambuco e da Bahia responderam juntos por 42,4% do número de operações realizadas nas mesorregiões. Vale lembrar que a mesorregião do Xingó, que teve participação de 30,4% no total de operações realizadas nas mesorregiões, abrange os estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. Em termos de valores contratados, destacam-se os estados do Maranhão e do Piauí, com participação de 26,9% e 20,2%, respectivamente.

Tabela 74 – FNE – Contratações(1) em Mesorregiões por Estado – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Estados	Mesorregião	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Alagoas	Xingó	421	3.050
Bahia	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.851	105.480
	Xingó	10.642	79.693
Ceará	Chapada do Araripe	6.643	232.395
Maranhão	Chapada das Mangabeiras	13	1.655
	Bico do Papagaio	4.430	404.270
Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	8.918	72.558
	Águas Emendadas	568	9.012
Paraíba	Seridó	3.857	15.400
Pernambuco	Chapada do Araripe	10.493	87.105
	Xingó	5.650	48.725
Piauí	Chapada das Mangabeiras	3.902	298.571
	Chapada do Araripe	887	5.622
Rio Grande do Norte	Seridó	6.693	70.270
Sergipe	Xingó	5.217	74.566
Total		**72.185**	**1.508.372**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii.iii Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões

Com base na Tabela 75, constata-se que as áreas das mesorregiões pertencentes ao semiárido realizaram 79,5% das operações, absorvendo 45,4% dos recursos contratados. Esses números traduzem mais uma vez a participação das mesorregiões da chapada do Araripe e do Xingó, no que concerne ao número de contratos, bem como a expressiva participação das mesorregiões Bico do Papagaio e Chapada do Araripe no que tange ao volume de recursos contratados.

Tabela 75 – FNE – Contratações(1) em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárida		**57.409**	**684.834**
	Chapada das Mangabeiras	1.941	32.628
	Chapada do Araripe	18.023	325.122
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	4.965	35.380
	Xingó	21.930	206.034
	Seridó	10.550	85.670
Outras Regiões		**14.776**	**823.538**
	Chapada das Mangabeiras	1.974	267.598
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	7.804	142.658
	Bico Papagaio	4.430	404.270
	Águas Emendadas	568	9.012
Total		**72.185**	**1.508.372**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii.iv Contratações em Mesorregiões por Setor

Com base na Tabela 76, constata-se que o Setor Rural foi responsável por aproximadamente R$ 707,0 milhões (46,9%), contratados em 69.266 operações (96,0%), denotando mais uma vez a importância desse setor nas mesorregiões.

O Setor Industrial aparece como segundo maior em ordem de importância no tocante aos investimentos, com participação de 23,8% dos valores contratados.

Já o Setor Comércio e Serviços aparece como segundo maior em número de contratos (2.375). O destaque nesse setor foi para a mesorregião Chapada do Araripe, responsável pelo maior volume de contratações (33,9%).

Tabela 76 – FNE – Contratações[1] em Mesorregiões por Setor – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

SETOR/ MESORREGIÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Rural	3.726	216.070	17.246	83.911	12.385	139.127	21.229	141.025	9.865	41.732	4.263	77.225	552	7.906	69.266	706.996
Agroindustrial	1	255	5	468	7	2.177	1	14	4	1.179	1	422	0	0	19	4.515
Industrial	11	363	182	74.568	33	4.651	86	15.122	157	14.191	12	250.650	1	80	482	359.625
Turismo	1	371	9	11.171	7	2.705	13	2.681	10	887	1	10.525	2	378	43	28.718
Infraestrutura	1	70.000	1	60.747	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	130.747
Comércio e Serviços	175	13.167	580	94.257	337	29.377	601	47.191	514	27.682	153	65.449	13	648	2.373	277.771
Total	**3.915**	**300.226**	**18.023**	**325.122**	**12.769**	**178.037**	**21.930**	**206.033**	**10.550**	**85.671**	**4.430**	**404.271**	**568**	**9.012**	**72.185**	**1.508.372**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iii. Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES de Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina.

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são regiões prioritárias definidas pelo Decreto Nº 6.047/2007. Dentro dessa prioridade, constata-se, com base na Tabela 77 e na Tabela 78, que foram investidos na RIDE Petrolina - Juazeiro, aproximadamente, R$ 260,2 milhões, em 4.482 operações realizadas. Destaque para o Setor Rural, que respondeu por 90,6% do número de contratos firmados, sendo que destes, 64,0% foram destinados à ovinocaprinocultura e cerca de 17,5% destinados a atividades relacionadas à fruticultura[23]. A região pertencente a essa RIDE é reconhecidamente propícia ao desenvolvimento tanto da ovinocaprinocultura quanto da fruticultura, sendo uma das principais exportadoras de frutas do Brasil. Assim, percebe-se que o FNE tem contribuído para o desenvolvimento econômico desse espaço prioritário, através do financiamento das atividades relacionadas a essas cadeias produtivas.

Tabela 77 – FNE – Contratações(1) na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Município – Exercício de 2011

Valores em R$ Mil

Município	Qtde Oper	Vl.Contratado	%
Casa Nova	567	11.967	4,6
Curaçá	204	1.443	0,6
Juazeiro	1.057	170.242	65,4
Lagoa grande	399	1.625	0,6
Orocó	312	1.191	0,5
Petrolina	1.354	69.285	26,6
Santa Maria da Boa Vista	112	1.278	0,5
Sobradinho	477	3.139	1,2
Total	**4.482**	**260.170**	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No tocante aos valores contratados, o Setor Industrial foi responsável pelo maior volume (49,0%). Esse bom desempenho se deve a atividade de extração de minerais não metálicos na região de Juazeiro-BA, como também as atividades relacionadas à indústria têxtil em Petrolina-PE[24].

[23] Base do Ativo do BNB.
[24] Base do Ativo do BNB.

Tabela 78 – FNE – Contratações[(1)] na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Setor – Exercício de 2011

Valores em R$ Mil

Setor	Qtde Oper	Vl.Contratado	%
Rural	4.060	91.125	35,0
Agroindústria	1	14	0,0
Industrial	33	127.574	49,0
Turismo	3	427	0,2
Comércio e Serviços	385	41.030	15,8
Total	4.482	260.170	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na RIDE Timon-Teresina, de acordo com as Tabela 79 e Tabela 80, foram realizadas 2.956 operações, das quais 84,4% foram destinadas ao Setor Rural, com destaque para as atividades de Ovinocaprinocultura, Suinocultura e Avicultura com 779, 617 e 533 contratos, respectivamente[25].

Tabela 79 – FNE – Contratações[(1)] na RIDE Timon-Teresina - Por Município – Exercício de 2011

Valores em R$ Mil

Município	Qtde Oper	Vl.Contratado	%
Altos	495	3.279	1,0
Beneditinos	72	138	0,0
Coivaras	122	568	0,2
Curralinhos	30	256	0,1
Demerval Lobão	80	1.419	0,4
Jose de Freitas	176	750	0,2
Lagoa Alegre	137	399	0,1
Lagoa do Piauí	48	92	0,0
Miguel Leão	16	79	0,0
Monsenhor Gil	29	291	0,1
Pau D´arco do Piauí	158	432	0,1
Teresina	801	314.269	94,4
Timon	711	9.247	2,8
União	81	1840	0,6
Total	2.956	333.059	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação ao volume de recursos aplicados, merece destaque o Setor Comércio e Serviços, onde foram contratados aproximadamente R$ 281,5 milhões (Tabela 80). Nesse caso, as atividades relacionadas ao comercio

[25] Base do Ativo do BNB.

varejista foram os grandes responsáveis por esse bom desempenho**,** contratando R$132,5 milhões em 215 operações[26].

Tabela 80 – FNE – Contratações(1) na RIDE Timon-Teresina - Por Setor - Exercício de 2011

Valores em R$ Mil

Setor	Qtde Oper	Vl.Contratado	%
Rural	2.496	10.818	3,3
Agroindústria	4	385	0,0
Industrial	70	34.337	10,3
Turismo	5	6.020	1,8
Comércio e Serviços	381	281.499	84,5
Total geral	2.956	333.059	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

[26] Base do Ativo do BNB.

4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

4.1 Avaliação dos Impactos dos Investimentos do FNE na Geração de Emprego no Período de 2000 a 2008

Avaliação realizada pelo equipe da Célula de Avaliação de Políticas e Programas (CAPP) do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), em parceria com a Associação Cearense de Estudos e Pesquisas (ACEP), tendo como objetivo analisar os impactos gerados pelo FNE na geração de emprego nos estados da região Nordeste. O trabalho apresenta, inicialmente, uma visão geral sobre o mercado de trabalho no Brasil e em suas regiões enfocando a evolução do emprego, ao longo do período de 2000 a 2008, tendo como referência a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS[27]/2008 e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregado – CAGED[28], que são bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Posteriormente é discutida a medição do impacto dos financiamentos concedidos, respectivamente, pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, e, de forma isolada, pelo Fundo Constitucional de Financiamento – FNE. Analisa-se o impacto na geração de empregos na região, utilizando as informações da RAIS / 2008 e as informações referentes aos desembolsos efetivos, fornecidos pelo BNB, decorrentes dos valores contratados.

Na perspectiva de medir o crescimento relativo do estoque de emprego[29], adota-se um índice de base fixa e a variação relativa, conforme expressões a seguir.

Índice de Base Fixa

$$I_{BASE\ FIXA}(ano_I ; ano_J) = (E_I \div E_J) \times 100$$

[27] A RAIS foi instituída pelo Decreto nº 76.900 / 75 como um registro administrativo de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, criado com o objetivo inicial de acompanhar e controlar a mão de obra estrangeira, prestar subsídios ao FGTS e à Previdência Social, bem como possibilitar a geração de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho formal.

[28] O CAGED foi criado pela Lei nº 4.923 / 65, tendo como função acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir aos desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego

[29] O estoque de mão de obra corresponde ao total de pessoas empregadas com qualquer vínculo empregatício (carteira assinada ou um contrato formal de trabalho) no mês de dezembro de cada ano; ou seja, o de 2000 equivale ao número de pessoas empregadas, até o final de ano de 1999, acrescido do saldo dos movimentos de admissão e desligamento, ao longo do ano de 2000, no âmbito do emprego formal.

.

Onde:

E_I: estoque de emprego do ano I = 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

E_J: estoque de emprego do ano J = 2000.

Variação Relativa

$$[(V_{POSTERIOR} / V_{ANTERIOR}) - 1] \times 100 \text{ ou } [(V_{ANTERIOR} / V_{POSTERIOR}) - 1] \times 100$$

Onde:

$V_{ANTERIOR}$: valor absoluto, ou variação relativa, no momento anterior.

$V_{POSTERIOR}$: valor absoluto, ou variação relativa, no momento posterior.

No sentido de avaliar o crescimento do nível de emprego, utiliza-se a técnica de números índices, adotando uma base móvel e o valor acumulado para um determinado período, conforme descrição abaixo.

Índice de Base Móvel

$$I_{ESTOQUE}(\text{ano}_{N-1}; \text{ano}_N) = (E_N \div E_{N-1}) \times 100$$

Onde:

E_N : estoque de emprego do ano N = 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008

E_{N-1} : estoque de emprego do ano anterior.

Índice Acumulado do Estoque de Emprego

$$(E_N / E_{N-1}) \times (E_{N-1} / E_{N-2}) \times (E_{N-2} / E_{N-3}) \times (E_{N-3} / E_{N-4}) \times (E_{N-4} / E_{N-5}) \times (E_{N-5} / E_{N-6}) \times (E_{N-6} / E_{N-7}) \times (E_{N-7} / E_{N-8}) \times 100$$

Onde:

E_N: estoque de emprego no ano de 2008.

Com relação à medição do impacto dos investimentos as variáveis utilizadas são o estoque de mão de obra e os valores de desembolso. Utiliza-se o estoque de emprego das empresas financiadas, considerando aquelas que receberam pelo menos uma parcela do investimento requerido ao BNB (desembolsos efetivos), o estoque de emprego das empresas não financiadas e o estoque de emprego do total das empresas, segundo os estados da região

Nordeste. Classificam-se ainda as empresas, segundo o porte dos estabelecimentos localizados na região semiárida e fora do semiárido.

4.1.1 O Mercado de Trabalho no Brasil

Os resultados apresentados mostraram um total de 13.212.937 novos postos de trabalho gerados ao longo do período em questão (Tabela 81), reproduzindo uma média anual da ordem de 1.651.617 novos empregos formais. O estoque em 2008 foi de 39.441.566 pessoas empregadas. Constatou-se um comportamento ascendente do emprego no Brasil, porém com alguns pontos de inflexão. Especificamente sobre o período 2007-2008 admite-se que sua menor contribuição na geração de emprego se deveu às repercussões da crise econômica internacional.

Tabela 81 – Estoque de Empregos Formais - Regiões / Brasil - 31 de dezembro / 2000 - 2008

Regiões	Anos										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Variação 2000/2008	Var(%) 2000/2008
Norte	1.094.365	1.161.780	1.296.597	1.379.761	1.529.195	1.650.837	1.792.126	1.954.641	2.080.009	985.644	90,07
Nordeste	4.374.850	4.555.019	4.859.397	5.095.390	5.394.730	5.808.590	6.185.903	6.567.837	6.948.709	2.573.859	58,83
Sudeste	14.042.822	14.437.616	15.128.474	15.396.672	16.259.719	17.201.452	18.140.168	19.532.512	20.386.019	6.343.197	45,17
Sul	4.625.153	4.859.793	5.075.659	5.256.600	5.632.349	5.831.790	6.170.491	6.502.575	6.802.842	2.177.689	47,08
Centro-Oeste	2.091.439	2.175.406	2.323.786	2.416.504	2.591.583	2.745.948	2.866.561	3.049.865	3.223.987	1.132.548	54,15
Brasil	**26.228.629**	**27.189.614**	**28.683.913**	**29.544.927**	**31.407.576**	**33.238.617**	**35.155.249**	**37.607.430**	**39.441.566**	**13.212.937**	**50,38**

ıte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / RAIS

Destacam-se, por ordem de maior crescimento absoluto do estoque de emprego, no período de 2000 a 2008, o Sudeste, 6.343.197; o Nordeste, 2.573.859; o Sul, 2.177.689; o Centro-Oeste, 1.132.548 e, na última posição, o Norte, com a geração de 985.644 novos postos formais de trabalho. Esses números são consonantes com a distribuição da força de trabalho, no país, ou seja, as três maiores populações economicamente ativas, por ordem, são a das regiões Sudeste, Nordeste e Sul.

Observa-se que as regiões Sudeste, 48,01%; Nordeste, 19,48% e Sul, com representação de 16,48% absorvem 83,97% de todos os empregos, restando para as demais regiões 16,03%. Um alento sobre essa questão é que, em termos relativos, o crescimento do estoque de emprego acontece, por ordem de maior representação, nas Regiões Norte, 90,07%; Nordeste, 58,83%;

Centro-Oeste, 54,15%; Sul, 47,08% e, na última posição, a Região Sudeste, cujo aumento é de 45,17% (Tabela 81).

A análise do mercado de trabalho, por setor de atividade econômica destaca a indústria, (- 54,72%); a administração pública, (- 32,36%) e a agropecuária (-13,56%) que apresentaram perdas com relação a 2007 (Gráfico 10).

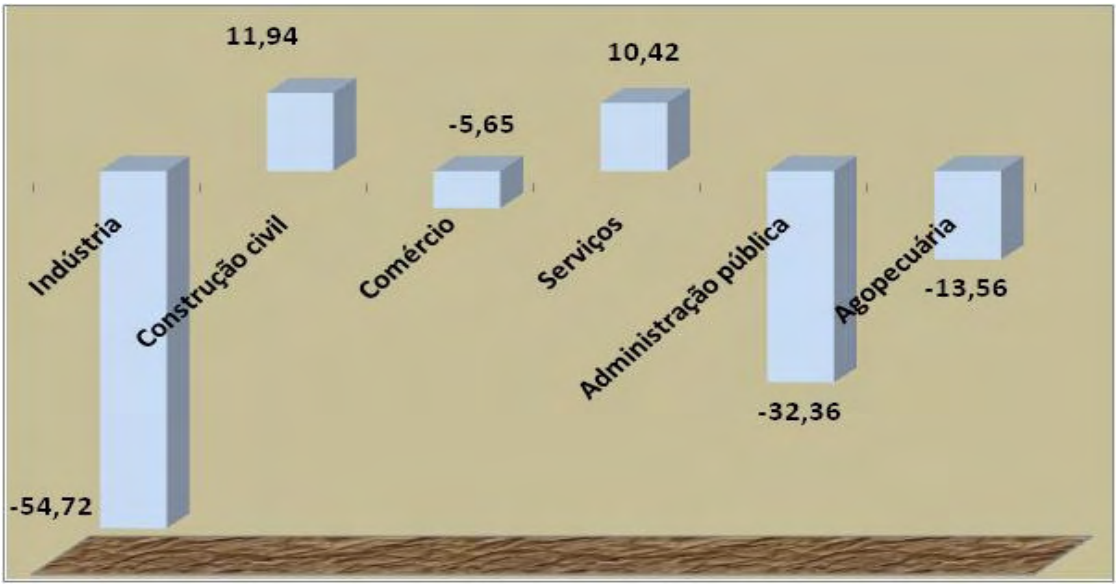


Gráfico 10 – Variação relativa dos empregos gerados, por subsetor de atividade econômica – RAIS / 2007 / 2008

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED / MTE

Tratando-se a referida variação por Região, sobressai-se, por ordem de maior perda de empregos formais, também em comparação ao ano de 2007, o Norte, - 61,47%; o sudeste, - 11,53%; o Sul, - 8,31% e, por último, a região Nordeste, onde se registra um decréscimo de 0,34% (Gráfico 11). Este resultado é singular ao longo da história, posto que, nas crises econômicas ocorridas anteriormente no Brasil, no que se refere ao mercado de trabalho, tendo-se como referência as informações da RAIS e do CAGED e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizadas nos anos 1980 e no decorrer da década de 1990, a região Nordeste sempre foi a primeira afetada e a última a conseguir se recuperar dos impactos. É importante acrescentar que a Região Centro Oeste é a única onde, no ano de 2008, em relação a 2007, o número de pessoas admitidas supera o de demitidas em 13,15% (Gráfico 11).

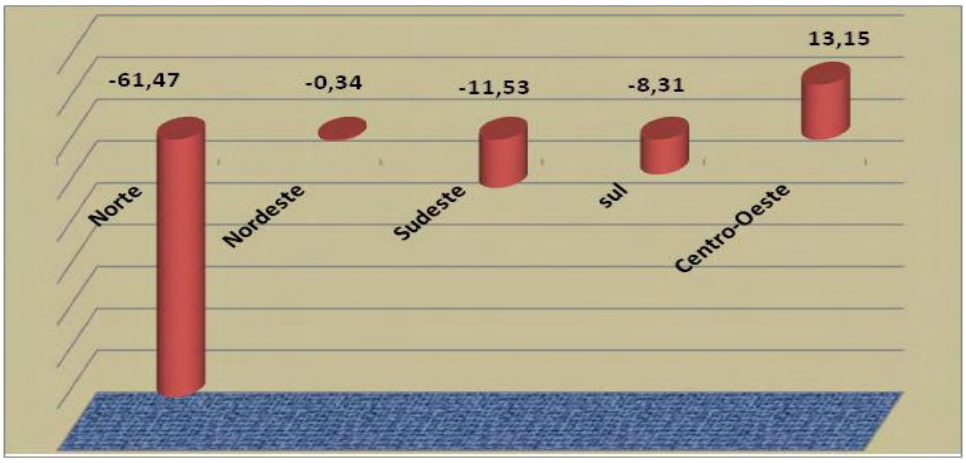


Gráfico 11 – Variação do nível de emprego do ano de 2008, em comparação ao de 2007 – Regiões do Brasil.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED / MTE

4.1.2 Mercado de Trabalho na Região Nordeste

No período de 2000 a 2008, foi gerado na região Nordeste um contingente de 2.573.859 empregos formais, significando uma média anual da ordem de, aproximadamente, 321.732 novos postos de trabalho. Referendando os números da Tabela 82, destacam-se os estados da Bahia, 684.109 novos empregos; Ceará, 438.906 novos empregos e, em terceiro, Pernambuco com 425.739 novos empregos.

Tabela 82 – Empregos Formais - Estados do Nordeste - 31 de dezembro / 2000-2008

	Anos									
Regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Saldo
Maranhão	284.793	308.479	329.935	348.761	370.370	400.154	437.433	482.938	540.010	255.217
Piauí	205.729	215.157	236.945	247.106	263.183	279.198	293.248	298.831	335.632	129.903
Ceará	691.093	724.954	793.312	825.062	860.435	920.161	989.490	1.059.392	1.129.999	438.906
R G. do Norte	315.488	337.160	318.971	388.007	421.109	450.797	475.257	498.467	515.227	199.739
Paraíba	339.135	359.135	375.537	383.867	396.150	420.835	450.720	475.471	513.339	174.204
Pernambuco	883.032	895.415	943.895	962.176	1.022.609	1.095.551	1.162.556	1.239.499	1.308.771	425.739
Alagoas	272.183	286.673	311.780	315.691	346.503	367.116	393.232	407.937	425.033	152.850
Sergipe	206.054	218.479	239.305	245.111	256.056	277.788	302.494	320.676	319.246	113.192
Bahia	1.177.343	1.209.567	1.309.717	1.379.609	1.458.315	1.596.990	1.681.473	1.784.626	1.861.452	684.109
Região Nordeste	**4.374.850**	**4.555.019**	**4.859.397**	**5.095.390**	**5.394.730**	**5.808.590**	**6.185.903**	**6.567.837**	**6.948.709**	2.573.859

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / RAIS

Por meio da técnica de “elos em cadeia”, observou-se que o estoque de mão de obra de toda a Região Nordeste teve uma variação positiva de 58,83%, no período em análise e que, acima deste crescimento, situaram-se os estados do Maranhão, 89,61%; Ceará, 63,51%; Rio Grande do Norte, 63,31% e o Piauí, com uma variação da ordem de 63,14%.

O cenário favorável da geração de empregos formais na Região Nordeste, no período de 2000 a 2008, com a criação de 2.573.859 novos postos de trabalho não se apresenta da mesma forma quando se refere aos rendimentos pagos ao trabalhador, posto que se observa perda dos rendimentos das pessoas empregadas. Na faixa de até 1 salário-mínimo a frequência é de 9,18%, no ano de 2000, evoluindo para 10,47% no ano de 2008, traduzindo um crescimento da ordem de 14,05%. Percebe-se o agravamento da questão, quando se verifica que a representação de trabalhadores com rendimentos de até 1,5 salário mínimo no ano 2000, era de 37,47% e, no de 2008, ascende para 53,93%, ou seja, acréscimo de 43,93%. Na faixa de 1,5 a 5 salários mínimos, a representação de trabalhadores caiu de 45,42%, no ano de 2000 para 35,77% em 2008, isto é, decréscimo de 21,25%, enquanto na faixa acima de 5 salários mínimos, o decréscimo foi de 15,95% para 9,43% entre 2000 e 2008, ou seja, redução da ordem de 40,88% (Gráfico 12).

Esses números mostram a perda significativa dos rendimentos das pessoas empregadas na faixa acima de 1,5 salários mínimos, posto que, no acumulado, era de 61,76% no ano de 2000, recuando para 45,20%, no ano de 2008, isto é, decréscimo de 26,35% no número de trabalhadores. Na verdade, o que se pode concluir com esses resultados é que somente as pessoas que auferem 1 salário mínimo tiveram um ganho real de rendimentos, nos últimos anos.

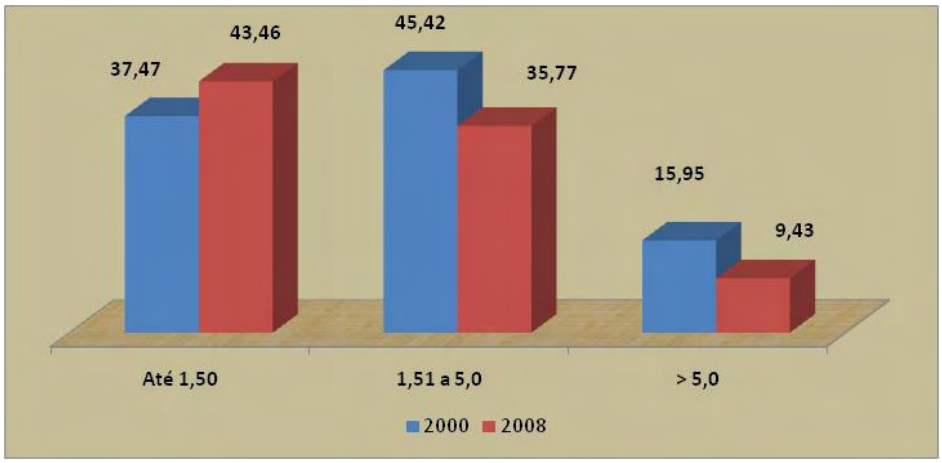


Gráfico 12 – Concentração dos rendimentos do trabalho, segundo as faixas de salário mínimo – Região Nordeste – 2000 / 2008.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / RAIS

A análise do mercado de trabalho, por setor de atividade econômica, nos vários estados do Nordeste, mostrou que tanto no ano de 2000 como no de 2008, dos oito setores de atividade econômica, cinco absorvem quase a totalidade do estoque de emprego. Na ordem de maior número de pessoas empregadas encontram-se a administração pública, defesa e seguridade; os serviços; o comércio; a indústria e a construção civil. A mão de obra empregada nos referidos setores respondia, respectivamente, nos anos de 2000 e de 2008, por 94,31% e 95,10% do estoque.

4.1.3 Impactos dos Investimentos do FNE no Nível de Emprego

No período de 2000 a 2008 foram realizados pelo BNB na Região Nordeste investimentos com recursos do FNE, no total de 13,8 bilhões, dos quais 3,5 bilhões foram direcionados para a região semiárida. Vale salientar que esses valores referem-se a financiamentos destinados ao setor formal da economia, cabendo aqui destacar que a estrutura produtiva do semiárido nordestino está baseada em grande parte nas atividades relacionadas à agropecuária, desenvolvidas principalmente por agricultores familiares, não sendo, portanto, os valores destinados a esses produtores contabilizados neste estudo.

Na análise comparativa da geração de novos empregos formais, entre o conjunto das empresas financiadas pelo FNE, o das não financiadas e o do

total das empresas, percebe-se, na Tabela 83, em termos relativos, a superioridade da evolução do estoque de mão de obra das empresas financiadas, apresentando um crescimento de 146,61%, contra 55,56% no grupo das não financiadas e de 58,83% na união desses dois conjuntos. Esse resultado, mais uma vez, aponta para a hipótese de os investimentos do FNE estarem correlacionados diretamente com a geração de empregos formais.

Tabela 83 – Saldo de emprego das empresas financiadas pelo FNE, das não-financiadas e do total das empresas, segundo o porte dos estabelecimentos - Região Nordeste - 2000 – 2008

Estados	Anos									Saldo
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Empresas Financiadas										
Micro	28.285	32.663	37.743	43.106	48.507	56.300	63.084	67.391	70.507	42.222
Pequena	34.115	39.461	46.097	50.810	58.054	64.395	70.957	75.649	81.440	47.325
Média / Grande	94.900	102.585	122.877	151.897	173.856	186.559	208.263	226.639	235.977	141.077
Total	157.300	174.709	206.717	245.813	280.417	307.254	342.304	369.679	387.924	230.624
Empresas Não Financiadas										
Micro	915.191	956.924	1.032.770	1.076.047	1.138.623	1.200.037	1.264.852	1.326.126	1.404.072	488.881
Pequena	706.038	727.546	762.772	775.907	828.771	886.477	935.465	997.289	1.072.026	365.988
Média / Grande	2.596.321	2.695.840	2.857.138	2.997.623	3.146.919	3.414.822	3.643.282	3.874.743	4.084.687	1.488.366
Total	4.217.550	4.380.310	4.652.680	4.849.577	5.114.313	5.501.336	5.843.599	6.198.158	6.560.785	2.343.235
Total das Empresas										
Micro	943.476	989.587	1.070.513	1.119.153	1.187.130	1.256.337	1.327.936	1.393.517	1.474.579	531.103
Pequena	740.153	767.007	808.869	826.717	886.825	950.872	1.006.422	1.072.938	1.153.466	413.313
Média / Grande	2.691.221	2.798.425	2.980.015	3.149.520	3.320.775	3.601.381	3.851.545	4.101.382	4.320.664	1.629.443
Total	4.374.850	4.555.019	4.859.397	5.095.390	5.394.730	5.808.590	6.185.903	6.567.837	6.948.709	2.573.859

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / RAIS

As empresas de tamanho médio/grande, caracterizadas como de maior empregabilidade na Região Nordeste, absorveram um maior aporte de recursos quando se considera o Nordeste como um todo (90,04%) e também quando se considera somente o semiárido (82,91%).

Esse aporte de recurso gerou 230.624 empregos formais no período 2000-2008 para toda a Região Nordeste (Tabela 83). A média/grande empresa respondeu por 61,17% desses empregos, contribuindo com 141.077 postos formais de trabalho, seguidas das pequenas empresas (47.325 empregos) e das microempresas, cujo saldo foi de 42.222 empregos. Apesar de a

microempresa, em termos absolutos, apresentar o menor saldo de emprego, em valores relativos, ela desponta com o maior crescimento 149,27%.

É importante ressaltar que quando se compara o aporte de desembolso por período, verifica-se uma evolução crescente e de maior aporte de desembolso no interstício de 2005 a 2008, em relação aos demais anos, quando foram beneficiadas 53.120 empresas. Estas agregaram um montante de R$ 11,7 bilhões, representando 84,57% do total investido no interstício de 2000 a 2008. No acumulado deste período (2005-2008) a pequena, a micro e a média / grande empresa responderam, respectivamente, por 87,64%, 85,23% e 84,33%, o que mostra que as menores empresas, nos momentos favoráveis do mercado de trabalho, que se deram mais intensamente no período mencionado, tiveram também oportunidades de financiamentos do FNE, vistos a partir dos desembolsos efetivos, o que deve ter contribuído para o crescimento do nível de emprego.

Na região semiárida, no período 2000-2008 foram gerados, 92.729 empregos formais, sendo desse total, 58.013 nas médias / grandes empresas; 15.982 nas pequenas e 18.734 nas microempresas. Esses resultados confirmam o fato de as médias/grandes empresas serem as de maior empregabilidade.

Ao se considerar a composição dos desembolsos por estados do Nordeste destacam-se, com maior representação, a Bahia (27,04%), o Ceará (18,23%), o Maranhão (15,27%) e Pernambuco (12,61%), conforme apresentado na Tabela 84, destacando-se os mesmos estados no tocante ao número de empresas financiadas: Ceará, Bahia, Pernambuco e o Maranhão, com representação de, respectivamente, 20,37%, 17,68%, 12,16% e 11,53%.

Tabela 84 – Composição dos desembolsos e do número de empresas financiadas, pelo FNE, segundo o recurso médio, aplicado por empresa – Região Nordeste – 2000 a 2008

Estados	Desembolso	Empresas beneficiadas	Representação do recurso médio por empresa (1)
Maranhão	15,27	11,53	32,39
Piauí	4,08	7,03	-42,00
Ceará	18,23	20,37	-10,50
R G. do Norte	7,00	9,91	-29,33
Paraíba	5,20	8,49	-38,71
Pernambuco	12,61	12,16	3,68
Alagoas	5,92	4,32	36,84
Sergipe	4,65	8,51	-45,35
Bahia	27,04	17,68	52,97
Total	100,00	100,00	_ _

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil - BNB
Nota (1): A representação é determinada levando-se em consideração o desembolso médio por empresa, em comparação ao valor per capita na Região Nordeste (R$ 229.176,82).

Os índices de base móvel referentes ao período de 2001 a 2008 para todos os estados da região; para o conjunto das empresas financiadas e daquelas não financiadas pelo FNE, são apresentados na Tabela 85. Observa-se que, 58 índices no grupo das empresas financiadas apresentam um valor superior, em comparação ao das não financiadas. O estado do Ceará, 144,49, em 2003; Sergipe, 127,88, em 2002 e o do Rio Grande do Norte 127,12, em 2003, detêm as maiores pontuações.

Tabela 85 – Índice de base móvel do crescimento do estoque de emprego das empresas que receberam financiamento do FNE, daquelas não-financiadas - Estados do Nordeste - 2001 – 2008

Estados	Anos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Empresas Financiadas								
Maranhão	107,44	**112,16**	**114,97**	**118,22**	**112,92**	**115,45**	**116,44**	107,30
Piauí	**113,17**	**118,55**	**113,95**	104,95	**116,13**	**105,20**	**104,80**	102,69
Ceará	**110,60**	**110,73**	**144,49**	**111,50**	**107,53**	**109,95**	103,82	100,88
R G. do Norte	104,17	**123,88**	**127,12**	**112,25**	105,39	**114,93**	**112,91**	**108,24**
Paraíba	**121,88**	**121,54**	101,12	**119,31**	**107,43**	106,04	**113,56**	102,85

Estados	Anos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Pernambuco	**109,01**	**120,89**	**110,14**	**122,34**	**111,62**	**111,77**	**109,31**	104,87
Alagoas	**126,92**	**119,01**	**108,55**	**111,85**	**108,06**	**113,12**	**104,65**	**106,64**
Sergipe	103,82	**127,88**	**110,65**	111,76	**109,36**	**118,29**	**108,17**	**107,73**
Bahia	**111,76**	**120,27**	**111,18**	**112,96**	**110,42**	**111,19**	**107,50**	**107,60**
Total	**111,07**	**118,32**	**118,91**	**114,08**	**109,57**	**111,41**	**108,00**	104,94
Empresas não financiadas								
Maranhão	108,35	106,76	105,35	105,69	107,81	109,01	110,09	112,07
Piauí	104,17	109,68	103,74	106,60	105,47	105,02	101,71	112,99
Ceará	104,58	109,35	101,56	103,67	106,89	107,31	107,37	107,20
R G. do Norte	106,97	93,51	121,37	108,34	107,14	104,92	104,42	103,06
Paraíba	105,40	103,96	102,26	102,53	106,17	107,15	105,10	108,24
Pernambuco	101,17	104,90	101,62	105,61	106,92	105,83	106,47	105,63
Alagoas	104,71	108,40	100,98	109,68	105,86	106,86	103,70	104,08
Sergipe	106,16	108,48	101,87	103,93	108,42	108,15	105,82	98,83
Bahia	102,47	107,90	105,13	105,43	109,47	105,05	106,08	104,16
Total	103,86	106,22	104,23	105,46	107,57	106,22	106,07	105,85

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / RAIS

Observação: Os valores em negrito indicam os índices das empresas financiadas, que são superiores, em comparação, aos das não financiadas.

Com relação à atividade econômica, os investimentos do FNE na Região Nordeste (Tabela 86), apresentaram maior participação relativa da indústria de transformação, tanto no Nordeste como um todo (34,29%) quanto no semiárido (30,99%).

Tabela 86 – Composição dos desembolsos do FNE, por atividade econômica - Região Nordeste – 2000 a 2008

Atividade econômica	Frequência relativa
Indústria de transformação	34,29
Construção civil	0,13
Comércio	15,76
Serviços	9,67
Administração pública e defesa e seguridades	18,39
Agricultura, pecuária, pesca, extrativismo e silvicultura	21,76
Total	100,00

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – BNB

O impacto dos investimentos do FNE de acordo com o índice acumulado do crescimento do estoque de empregos, apresentado na Tabela 9 nos vários subsetores de atividade econômica mostra para o conjunto de todas as empresas financiadas pelo FNE, uma variação acumulada de 146,62%, enquanto que, para as não financiadas, o crescimento foi de 143,77%. Sobressaem-se no segmento das financiadas a construção civil (278,72); o comércio, (273,03) e os serviços (250,12). Levando-se em consideração a variação relativa dos índices mencionados, por ordem de maior representação no conjunto das empresas financiadas, em comparação com os resultados das não financiadas, destacam-se a indústria, 190,40%; a agricultura, a pecuária, o extrativismo e a silvicultura (184,88%) e, na terceira posição, a atividade de serviços (58,91%). Na perspectiva de evidenciar, mais uma vez, a correlação entre os investimentos e o crescimento do emprego, observando-se os números da Tabela 86, verifica-se que a indústria responde pelo maior aporte de investimentos do FNE, com frequência de 34,29%, seguida pela a agricultura, pecuária, extrativismo e silvicultura (21,76%), que também ocupa a segundo posição, na distribuição relativa dos desembolsos por atividade econômica.

Tabela 87 – Índice acumulado do crescimento do estoque de emprego das empresas financiadas pelo FNE e o das não financiadas - Região Nordeste - 2000 – 2008

Subsetores de Atividade	Empresas Financiadas	Empresas não-Financiadas
Indústria	237,07	147,20
Construção civil	278,72	559,19
Comércio	273,03	296,34
Serviços	250,12	194,47
Agricultura, pecuária, extrativismo e silvicultura	194,18	133,06
Total	246,62	243,77

Fontes: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / RAIS, Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Tendo-se como referência os comentários anteriores, todas as informações analisadas apontam para o fato de os investimentos do FNE influenciarem na geração de novos empregos formais na Região Nordeste.

O crescimento acumulado do nível de emprego nas empresas financiadas é de 146,61% e, de apenas 55,56%, no conjunto das não financiadas, observando-se que o crescimento do estoque de mão de obra nas empresas beneficiadas, ao longo do período de 2000 a 2008, é superior ao das não financiadas em 163,88% (Tabela 83).

Diante desses resultados, admite-se que as aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento - FNE influenciam sobremaneira na geração, mais intensa, de novos postos formais de trabalho.

4.2 Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

4.2.1 Aspectos Gerais

A avaliação dos custos e impactos dos empréstimos no âmbito do FNE foi desenvolvida no ETENE, por intermédio de sua Célula de Avaliação de Políticas e Programas – CAPP em parceria com a Associação Cearense de Estudos e Pesquisas – ACEP, abrangendo o período 2000-2008.

O principal objetivo do estudo é o desenvolvimento de um índice de eficiência do FNE que considere seus impactos na geração de empregos bem como os custos incorridos nessa geração. Por serem recursos da sociedade e oferecidos em condições diferenciadas e favorecidas, há de se esperar que os agentes econômicos beneficiados apresentem, também, desempenhos diferenciados, de modo a contribuir positivamente para a geração de benefícios econômicos e sociais extras para a região.

Sob essa ótica, é necessário e indispensável não apenas analisar se esse ganho extra realmente ocorre – análise de impacto do FNE - mas também, se os mesmos são capazes de compensar o custo social do seu subsídio – análise de eficiência do FNE. Estas análises em conjunto contribuem para o monitoramento e aprimoramento da gestão do fundo, assim como expõem à sociedade (universidades, governo, instituições reguladoras e fiscalizadoras e sociedade civil) os custos e benefícios desse instrumento de desenvolvimento regional.

O estudo está sendo desenvolvido em três etapas. A primeira parte mensurou os impactos do FNE sobre a geração de empregos, a massa salarial e salário médio. Neste sentido, a metodologia adotada na mensuração dos impactos foi a de ***matching*** com ***propensity score***, amplamente adotada em

outros estudos técnico-científicos na avaliação de impactos de políticas e programas.

A segunda etapa do estudo, atualmente em desenvolvimento, busca identificar e quantificar os custos associados à geração desses impactos, representados pelo diferencial entre a taxa de juros de mercado (r) e a taxa de juros cobrada pelo FNE (r^S). Na terceira e última etapa, será realizada a análise de eficiência do Fundo (índice de eficiência), calculada pela relação entre os custos incorridos para a geração dos impactos e o impacto efetivo na geração de emprego atribuído ao FNE.

Uma das grandes contribuições do estudo para a análise de impacto do FNE foi a desagregação dos resultados por setores econômicos (Indústria, Serviços e Comércio) e regiões específicas do Nordeste (Semiárido, Fora do Semiárido e regiões da PNDR). O mecanismo de transformação do crédito diferenciado em maiores contratações é algo que pode ser influenciado pela concorrência setorial e pela demanda locacional. Desta forma, é que as análises desagregadas de impacto ganham importância no monitoramento do fundo constitucional.

Vale ressaltar, ainda, que o estudo contemplou análises de impactos ocorridos por ano, entre um e cinco anos após as contratações. Porém, neste item serão apresentados apenas os resultados relativos aos impactos após o quinto ano de contratação, considerando que durante este período as empresas, em geral, já têm concluído seu ciclo de implantação e maturação do projeto.

A seguir serão apresentados os resultados finais sobre os impactos gerados pelo FNE sobre o emprego, a massa salarial e o salário médio, segundo os cortes por setor econômico, região e tipologia.

4.2.2 Análises de impacto do FNE sobre o emprego, a massa salarial e o salário médio

Avaliações de impacto para políticas públicas do tipo do FNE, que formam e incrementam a capacidade produtiva de empresas privadas por meio de crédito diferenciado, procuram mensurar a contribuição de seus financiamentos comparando o comportamento das empresas em situações onde tal subsídio está ou não disponível. Espera-se, como resultado positivo da política, que o desempenho das empresas beneficiadas por financiamentos com crédito subsidiado seja maior que o das empresas que não foram “expostas” ao subsídio.

Uma linha metodológica bastante utilizada para calcular essa contribuição ficou conhecida como modelo de ***matching*** com ***propensity score***. De uma maneira geral, a aplicação do método para avaliação de programas de financiamento no setor produtivo consiste em gerar "escores de crédito" para cada empresa da amostra (financiada ou não), e comparar o desempenho, em termos de variações no emprego, massa salarial e salário médio, de empresas financiadas com os de empresas não financiadas que possuem "escores de crédito" semelhantes. Ou seja, o método assume que para cada empresa financiada existe pelo menos uma empresa não financiada que possui características similares (número, idade média, e escolaridade dos funcionários, por exemplo) que seriam os contrafactuais (espelhos) dessa empresa. O diferencial de desempenho entre estas, portanto, seria uma medida de impacto do crédito subsidiado[30].

Considerando o modelo para um ano, o número de empresas que captaram recursos do Fundo (expostas ao programa) foi de 1.791, enquanto o número de empresas não expostas (parâmetro de comparação) foi da ordem de 7.362. O modelo permite não apenas uma análise mais representativa e robusta de impacto geral do fundo, mas também produz informações suficientes para análises segmentadas por setores econômicos e regiões.

4.2.3 Impacto Geral

Os resultados para o modelo de impacto agregado no crescimento do estoque de emprego, massa salarial e salário médio estão expostos na Tabela 88.

Tabela 88 – Impacto do FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), no Crescimento na Massa Salarial (%) e Crescimento no Salário Médio (%), Após Cinco Anos da Contratação.

	Número de Observações, Médias da Variação do Emprego, Massa Salarial, Salário Médio e Impactos por Tipo de Firma.		
	Estoque do Emprego (%)	Crescimento na Massa Salarial (%)	Crescimento no Salário Médio
Número Obs FNE	1.783	1.784	1.792
Número Obs RAIS	6.972	6.966	6.979
Média FNE	87,47	143,67	34,77
	(6,35)	(6,85)	(0,82)
Média RAIS	47,98	95,72	32,93
	(2,12)	(2,79)	(0,44)
Impactos			
Propensity Scores (estratificação)	30,61 **	39,92**	-0,50
	(7,54)	(9,82)	(1,11)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10% . Desvio padrão entre parêntesis.

[30] Mais detalhes sobre o método em Sousa et al (2009).

A Tabela 88 mostra que as empresas financiadas apresentaram uma variação no estoque de emprego de 30,61 pontos percentuais acima do que aquelas não financiadas, sendo estatisticamente significativo. O efeito positivo do FNE no emprego também repercute nos aumentos proporcionais na massa salarial, onde se pode observar que as empresas financiadas tiveram resultado quase 40 pontos percentuais acima das empresas não financiadas, sendo, também, estatisticamente significativo.

Quanto ao crescimento no salário médio das empresas financiadas, este ficou 0,50 pontos percentuais abaixo do valor observado nas empresas não financiadas. Entretanto, este resultado não foi estatisticamente significativo, demonstrando que o FNE não conferiu um desempenho suficientemente diferenciado em favor das empresas expostas ao programa. A ausência de efeito do financiamento subsidiado nesse indicador não é particular a esse estudo e também foi encontrada em Resende (2007) e Sousa (2009), apesar de esses trabalhos usarem bases de dados e metodologias um pouco diferentes.

Portanto, agregando-se os dados de empresas de todos os setores econômicos o impacto do FNE mostrou ser estatística e economicamente significante para a criação de emprego e massa salarial.

4.2.3.1 Impacto por Setores Econômicos

Empresas em setores econômicos diferentes como indústria, comércio e serviços possuem dinâmicas de contratações diferentes. Isto pode ser observado, por exemplo, nos coeficientes técnicos do emprego da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste (Guilhoto et al, 2010), que mostram uma estimativa dos empregos gerados a partir de choques na demanda agregada dos setores.

A Tabela 89 mostra os resultados de impacto do FNE nas variações do emprego para os setores da Indústria, dos Serviços e do Comércio, respectivamente, após cinco anos da contratação. De forma geral, as estimativas do impacto do FNE nos setores desagregados apresentaram um padrão similar ao caso agregado: positivas e estatísticamente significantes.

Tabela 89 – Impacto do FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), Segundo o Setor Econômico, Após Cinco Anos da Contratação.

	Número de Observações, Médias da Variação do Emprego e Impactos por Tipo de Firma		
	Indústria (%)	Serviços (%)	Comércio (%)
Número Obs FNE	555	376	665
Número Obs RAIS	631	2.611	2.890
Média FNE	106,06	82,01	69,46
	(14,48)	(11,87)	(5,66)
Média RAIS	49,87	46,51	50,19
	(6,67)	(3,73)	(2,94)
Impactos			

Propensity Scores (estratificação)	38,39 ** (15,59)	36,41 ** (14,28)	16,22 * (7,57)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10%. Desvio padrão entre parêntesis.

No Setor Industrial, as empresas financiadas apresentaram crescimento no estoque de emprego 38,39 pontos percentuais acima daquelas não financiadas. As empresas que realizaram operações junto ao FNE que atuam no setor de serviços obtiveram crescimento no estoque de emprego superior às empresas não expostas ao programa em 36,41 pontos percentuais, enquanto as empresas que contrataram empréstimos junto ao FNE ligadas ao Setor Comercial apresentaram diferencial positivo de contratação de 16,22 pontos percentuais.

A principal diferença entre os resultados para os setores é a maior dimensão do impacto estimado para os setores industrial e de serviços, em relação ao impacto no setor comercial.

A Tabela 90 apresenta os resultados para os efeitos do FNE sobre variações na massa salarial por setor. Como no caso agregado, as variações na massa salarial em resposta aos financiamentos via FNE são semelhantes às variações no estoque de emprego. Encontramos os maiores impactos no setor de serviços (54,37 p.p.), seguido pelo setor industrial (48,12 p.p.) e o comercial (24,37 p.p.). Considerando os três setores, os financiamentos subsidiados do FNE parecem ter maior impacto sobre o crescimento da massa salarial do que sobre o crescimento do emprego. Por exemplo, após cinco anos de obtenção do financiamento, o estoque de emprego das empresas financiadas no setor Serviços cresce 36,41 pontos percentuais a mais em relação às empresas sem FNE, enquanto que a massa salarial delas cresceu 54,37 pontos percentuais a mais.

Tabela 90 – Impacto do FNE no Crescimento da Massa Salarial (%), Segundo o Setor Econômico, Após Cinco Anos da Contratação.

	Número de Observações, Médias da Variação do Emprego e Impactos, por Tipo de Firma		
	Indústria (%)	Serviços (%)	Comércio (%)
Número Obs FNE	555	377	665
Número Obs RAIS	630	2.609	2.888
Média FNE	147,91	152,74	131,73
	(13,58)	(15,66)	(7,90)
Média RAIS	94,15	90,47	99,96
	(8,06)	(4,74)	(3,94)
Impactos			
Propensity Scores (estratificação)	48,12 ** (15,46)	54,37 ** (18,11)	24,37 ** (10,16)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10% . Desvio padrão entre parêntesis.

Juntamente com as estimativas setoriais do impacto nas variações no emprego, esses resultados sugerem que o setor comercial é menos dinâmico quando se avalia o desempenho das empresas em relação aos financiamentos subsidiados.

A partir das análises anteriores, depreende-se que o impacto sobre o crescimento da massa salarial é maior do que o impacto sobre o crescimento do estoque de emprego em todos os setores. Isso torna o impacto positivo do FNE sobre o salário médio um resultado esperado. No entanto, como são apresentadas na Tabela 91, as estimativas desses impactos não são estatisticamente significantes. Isso provavelmente ocorre porque o crescimento adicional dos financiamentos gerado na massa salarial não é suficiente, dado o nível inicial e variação do estoque do emprego, para alavancar o salário médio. Portanto, como encontrado nos resultados agregados desses estudos e os trabalhos supracitados, o FNE aparentemente não exerce influência sobre mudanças no salário médio nos setores.

Tabela 91 – Impacto do FNE no Crescimento no Salário Médio (%), Segundo o Setor Econômico, Após Cinco Anos da Contratação.

	Número de Observações, Médias da Variação do Salário Médio e Impactos, por Tipo de Firma		
	Indústria (%)	Serviços (%)	Comércio (%)
Número Obs FNE	561	378	666
Número Obs RAIS	630	2.613	2.890
Média FNE	32,12	35,80	36,46
	(1,50)	(1,81)	(1,22)
Média RAIS	33,68	30,87	32,89
	(1,41)	(0,73)	(0,67)
Impactos			
Propensity Scores (estratificação)	-3,42	0,35	1,12
	(2,69)	(1,92)	(1,38)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10% . Desvio padrão entre parêntesis.

4.2.3.2 Impacto Por Região

A região do semiárido apresenta nível de desenvolvimento inferior ao encontrado em outras regiões do nordeste brasileiro e do restante do País.

Dentre as várias políticas públicas implementadas na região, os programas de financiamento do FNE procuram dinamizar sua economia local e reduzir a desigualdade relativa às regiões fora do semiárido. Apesar do sistema produtivo do semiárido estar tecnologicamente atrelado à produtividade da mão de obra, é possível que a presença de crédito e financiamentos subsidiados impulsione mudanças nas técnicas de produção de suas empresas e afete seu desempenho de forma distinta. É importante, portanto, avaliar se o efeito do FNE sobre as empresas do semiárido existe e se ele é diferente daquele encontrado nas empresas localizadas fora do semiárido.

A

Tabela 92 apresenta as estimativas dos impactos do FNE sobre a contratação de mão de obra em empresas localizadas no semiárido e fora do semiárido, onde se observam impactos positivos e estatisticamente significantes.

Tabela 92 – Impacto FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), Segundo a Região, Após Cinco Anos de Contratação.

	Número de Observações, Médias da Variação do Emprego e Impactos, por Tipo de Firma	
	Semiárido	Fora do Semiárido
Número Obs FNE	750	1.033
Número Obs RAIS	1.874	5.098
Média FNE	81,36	91,91
	(9,58)	(8,48)
Média RAIS	47,85	48,02
	(3,63)	(2,58)
Impactos		
Propensity Scores (estratificação)	22,20 *	35,68 **
	(9,96)	(9,32)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10%. Desvio padrão entre parêntesis.

Quanto à sua dimensão, o impacto do FNE sobre o crescimento do emprego nas empresas localizadas no semiárido foi 22,20 pontos percentuais acima daquelas empresas que não captaram recursos junto ao Fundo, localizadas na mesma região. No caso das empresas localizadas fora do semiárido, as que obtiveram recursos do FNE apresentaram crescimento no estoque do emprego superior às não expostas ao Fundo em 35,68 pontos percentuais. O resultado sugere que o impacto do FNE, no que tange ao crescimento do estoque do emprego, foi maior em empresas localizadas fora da região semiárida, fruto da sua diferenciação tecnológica e do tipo de bem produzido.

Em relação ao aumento na massa salarial, os impactos dos financiamentos do FNE sobre as empresas do semiárido e fora do semiárido foram qualitativamente similares aos seus impactos sobre o emprego. Como a Tabela 93 mostra, o impacto sobre a massa salarial é maior nas empresas localizadas fora da região semiárida, 48,49 pontos percentuais, contra 27,97 na região semiárida.

Vale ressaltar que a comparação entre a

Tabela 92 e a Tabela 93 indicam que o impacto sobre o crescimento da massa salarial foi maior que o impacto observado no crescimento do emprego, independente da região de localização da empresa.

Tabela 93 – Impacto FNE no Crescimento na Massa Salarial (%), segundo a Região, Após Cinco Anos de Contratação.

	Número de observações e Médias da Variação na massa salarial por Tipo de Firma	
	Semiárido	Fora do Semiárido
Número Obs FNE	750	1.034
Número Obs RAIS	1.874	5.092

Média FNE	134,96	149,98
	(9,67)	(9,51)
Média RAIS	100,51	93,96
	(4,98)	(3,35)
Impactos		
Propensity Scores	27,97 *	48,49 **
(estratificação)	(12,44)	(10,79)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10% . Desvio padrão entre parêntesis.

A Tabela 94 apresenta os resultados para os efeitos do FNE sobre variações no salário médio das empresas localizadas no semiárido e fora do semiárido. Como esperado, pelas semelhanças da magnitude de seus efeitos sobre o estoque de emprego e massa salarial, os financiamentos via FNE não tiveram impacto significantes sobre o crescimento relativo do salário médio das empresas beneficiadas, independente de sua localização.

Tabela 94 – Impacto FNE no Crescimento do Salário Médio (%), segundo a Região, Após Cinco Anos de Contratação.

	Número de Observações, Médias da Variação na Massa Salarial e Impactos, por Tipo de Firma	
	Semiárido	Fora do Semiárido
Número Obs FNE	752	1.040
Número Obs RAIS	1.874	5.105
Média FNE	36,71	33,37
	(1,20)	(1,11)
Média RAIS	36,39	31,66
	(0,81)	(0,53)
Impactos		
Propensity Scores	0,09	-0,56
(estratificação)	(1,83)	(1,32)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10% . Desvio padrão entre parêntesis.

4.2.3.3 Impacto nas regiões definidas na PNDR

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), formulada no Ministério da Integração Nacional, é uma nova tentativa de reestruturar a economia brasileira em regiões de interesse estratégico, identificando suas peculiaridades produtivas, com o intuito de definir meios e mecanismos para promoção do desenvolvimento do País como um todo. Ela planeja, dentre outras ações, a criação de novas Agências Regionais de Desenvolvimento e a reorientação dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO) e dos Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE) para reverter o processo de ampliação das desigualdades regionais causado pelo crescimento econômico desorganizado. A ideia geral da política é valorizar a diversidade produtiva nacional e os potenciais endógenos de cada região.

Os efeitos do FNE sobre variações do estoque de emprego nas empresas localizadas nas regiões alta renda, dinâmica, baixa renda e estagnadas são apresentadas na Tabela 95.

Tabela 95 – Impacto FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), Segundo a Tipologia, Após Cinco Anos de Contratação.

	Número de observações, Médias da Variação do Emprego, Por Tipologia e Tipo de Firma			
	Alta Renda	Dinâmica	Baixa Renda	Estagnada
Número Obs FNE	509	317	263	694
Número Obs RAIS	3.274	599	634	2.465
Média FNE	85,27	90,09	72,10	93,70
	(11,38)	(17,05)	(13,27)	(10,54)
Média RAIS	45,77	43,20	60,84	48,76
	(3,27)	(5,51)	(7,71)	(3,39)
Impactos				
Propensity Scores	30,47 **	32,95 +	-1,31	42,43 **
(estratificação)	(10,91)	(17,48)	(20,60)	(10,53)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10%. Desvio padrão entre parêntesis

Os efeitos dos financiamentos sobre o crescimento do emprego foram estatisticamente significantes nas regiões de tipologia Alta Renda e Estagnada, respectivamente, 26,35 e 43,41 pontos percentuais.

Os mesmos resultados qualitativos com relação ao emprego podem ser levados para o impacto no crescimento percentual da massa salarial como observado na Tabela 96. Ou seja, impactos positivos observados com uma maior robustez para os municípios de Alta Renda e para aqueles com menores crescimento e PIB per capita inicial (estagnados). É possível verificar que a magnitude do impacto do FNE no crescimento da massa salarial é maior que aquele encontrado no crescimento do estoque de emprego.

Tabela 96 – Impacto FNE no Crescimento na Massa Salarial (%), Segundo a Tipologia, Após Cinco Anos de Contratação.

	Número de observações e Médias do Crescimento da Massa Salarial, Por Tipologia e Tipo de Firma			
	Alta Renda	Dinâmica	Baixa Renda	Estagnada
Número Obs FNE	511	316	263	694
Número Obs RAIS	3.270	599	634	2.463
Média FNE	139,33	130,81	140,86	153,78
	(12,90)	(14,04)	(17,17)	(11,69)
Média RAIS	85,85	100,96	122,18	100,75
	(4,09)	(9,05)	(10,47)	(4,54)
Impactos				
Propensity Scores	48,16 **	23,66	0,04	52,82 **
(estratificação)	(1376)	(18,08)	(23,72)	(14,37)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10% . Desvio padrão entre parêntesis

O impacto do FNE é, portanto, mais expressivo nas empresas localizadas nas regiões Alta Renda e Estagnada, tanto em termos de aumento de massa salarial quanto em estoque de emprego.

Os resultados para o crescimento do salário médio também não mostraram impactos significantes quando separamos a amostra por tipologia da PNDR (Tabela 97), o que mostra uma consistência de resultados para essa variável, dado que seus resultados independem do setor econômico ou da região específica onde estão localizadas as empresas beneficiadas.

Tabela 97 – Impacto FNE no Crescimento no Salário Médio (%), Segundo a Tipologia, Após Cinco Anos de Contratação.

	Número de observações e Médias do Crescimento do Salário Médio, Por Tipologia e Tipo de Firma			
	Alta Renda	Dinâmica	Baixa Renda	Estagnada
Número Obs FNE	514	317	264	697
Número Obs RAIS	3.278	599	634	2.468
Média FNE	28,79	38,15	42,48	34,73
	(1,69)	(1,95)	(2,35)	(1,12)
Média RAIS	28,30	38,28	39,52	36,09
	(0,66)	(1,43)	(1,49)	(0,71)
Impactos				
Propensity Scores (estratificação)	-1,60	0,33	0,53	-1,55
	(2,01)	(3,01)	(3,60)	(1,60)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10%. Desvio padrão entre parêntesis.

4.2.4 Conclusões

A avaliação dos impactos do FNE sobre as empresas classificadas de acordo com seu setor econômico e sua localização em regiões específicas mostrou-se adequada, pois revela que os setores, apesar de terem padrões qualitativos semelhantes, exibem certa heterogeneidade em termos de magnitude. Quando comparados os setores econômicos, por exemplo, observa-se que o FNE tem efeito positivo sobre o aumento do emprego e massa salarial das empresas. No entanto, a grandeza desse efeito é substancialmente maior nos setores Indústria e Serviços em relação ao obtido no Setor Comércio. Essa informação é bastante relevante, pois o setor Comércio é responsável por grande parte da atividade econômica em localidades mais pobres.

Com relação à localização das empresas no semiárido ou fora do semiárido, os resultados revelaram que os impactos do FNE no crescimento do emprego e massa salarial são mais expressivos na região fora do semiárido, o que pode ser explicado pelo maior grau de desenvolvimento econômico dessa região, onde se localizam as capitais do Nordeste e grande parte das regiões metropolitanas na área de atuação do Banco.

Para as regiões classificadas de acordo com a PNDR, o FNE teve impactos positivos e significantes no crescimento do emprego e na massa salarial em todas as empresas localizadas em municípios classificados como Alta Renda e Estagnada.

Quando se considera o salário médio, o FNE não apresentou impacto estatisticamente significante, independentemente da classificação das

empresas por setor de atividade ou localização geográfica. A ausência de efeito do financiamento subsidiado nesse indicador na análise desagregada reforça os resultados encontrados em Resende (2007) e Sousa (2009).

4.3 Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Programa Agroamigo

A implantação do Programa Agroamigo teve início a partir de 2005, após a execução de experiência piloto iniciada em dois municípios piauienses, Floriano e Oeiras, em 2004, em razão de diretrizes do governo federal de combate à pobreza extrema.

A proposta inovadora buscava expandir e qualificar o processo de crédito do Pronaf grupo B, visando, entre outros importantes objetivos, oa desenvolvimento dos empreendimentos financiados e, em consequência, a melhoria da qualidade de vida das famílias participantes, bem como a elevação substancial dos níveis de adimplência.

O público-alvo do Pronaf B são agricultores familiares, cuja renda bruta anual seja de até R$ 6.000,00, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais e não mantenham mais que 2 empregados permanentes. (Manual Básico de Operações de Crédito, Título 5 – Programas especiais, Capítulo 12, BNB, acesso em 12/03/2012).

Em 2004, foram aplicados no Nordeste, R$ 321,4 milhões no âmbito do Pronaf Grupo B, soma que representa 82,1% do volume de recursos contratados em todo o Brasil, nessa linha de crédito.

No primeiro ano de atuação, o Agroamigo foi implantado em 48% das agências do BNB que atuam na zona rural (Maciel, 2009), período em que atendeu a 18.044 clientes, resultando numa carteira ativa de aproximadamente R$ 17,4 mil.

De modo crescente, as operações do Pronaf B passaram a ser contratadas segundo a metodologia do Agroamigo, até serem realizadas exclusivamente pelos assessores do Programa, a partir de 2009. Em 2011 foram realizadas 366.681 operações, num montante aproximado de R$ 775,0 milhões. A carteira ativa do Programa na posição de 31.12.2011 é da ordem de R$ 1,1 bilhão.

Segundo o Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário, o índice de inadimplência do Pronaf B, em 2005 encontrava-se em 8,85%. Na posição de dezembro de 2011 esse mesmo índice foi de 4,86%, no âmbito do Agroamigo.

O relatório preliminar da recente pesquisa realizada pela equipe da Célula de Avaliação de Políticas e Programas do BNB (CAPP), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), após entrevistar cerca de 1600 clientes do Agroamigo, aponta alguns resultados que condizem com os objetivos definidos e perseguidos pela metodologia do programa.

O estudo supracitado possui três objetivos principais:

1. Estimar o impacto do programa sobre variáveis individuais relacionadas à disponibilidade de crédito, tais como: renda (formal e informal), ocupação dos clientes e dos membros de suas famílias, produtividade, tecnologias e insumos utilizados na produção, interação com outros membros da comunidade, suscetibilidade a choques, consumo (de duráveis e não duráveis), escolaridade dos demais membros da família, uso de empréstimos informais, bem como diversificação e impactos ambientais das atividades produtivas desenvolvidas.

2. Verificar características individuais associadas a sucesso no programa e, nessa perspectiva, contribuir para formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas.

3. Examinar quais características individuais ou dos contratos firmados estão associadas a casos de inadimplência.

Nesse contexto, ao comparar clientes com duas ou mais operações e aqueles que acabaram de ingressar no Agroamigo, verifica-se a evolução de determinados indicadores ao longo do tempo, mormente entre os clientes expostos ao Programa há mais tempo, tanto no semiárido como em outras regiões. Isto ocorreu particularmente em variáveis relacionadas ao valor do rebanho, vendas de animais e posse de bens duráveis.

O instrumento de pesquisa abrangeu uma gama de variáveis socioeconômicas em que se destacam: gênero, idade, nível educacional, estado civil, posses e consumo, acesso a serviços, produção agrícola, rebanho, diversificação/especialização da produção agrícola, meio ambiente, serviços financeiros, endividamento, associativismo, entre outras.

Os resultados mostram que os clientes mais antigos são, predominantemente, do sexo masculino, enquanto os ingressantes, conforme esperado, são mais jovens (Tabela 98). Outro aspecto a destacar é a maior participação de mulheres no grupo dos clientes ingressantes, o que sugere que a expansão mais recente do programa tem privilegiado indivíduos do sexo feminino.

Tabela 98 – Características Socioeconômicas (dentro e fora do semiárido)

	FORA DO SEMIÁRIDO		SEMIÁRIDO	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
Gênero				
Sexo masculino	54,9%	50,7%	58,3%	50,4%
Faixa etária				
16 a 24 anos	6,8%	11,3%	4,8%	15,8%
25 a 39 anos	42,6%	40,3%	42,7%	36,4%
40 a 59 anos	37,0%	37,6%	35,7%	37,7%

	FORA DO SEMIÁRIDO		SEMIÁRIDO	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
60 anos ou mais	13,6%	10,9%	16,8%	10,1%
Nível educacional				
Sem instrução	17,4%	17,2%	15,6%	15,6%
Fundamental incompleto	62,6%	55,7%	62,3%	59,5%
Fundamental completo	6,0%	8,1%	8,0%	6,0%
Ensino médio incompleto	2,6%	7,2%	2,8%	3,6%
Ensino médio completo ou mais	11,5%	11,8%	11,3%	15,3%
Estado civil				
Solteiro	13,2%	16,7%	9,0%	12,2%
Casado	58,3%	47,1%	68,8%	63,9%
Divorciado	2,6%	2,3%	3,5%	1,3%
Viúvo	4,7%	4,1%	2,0%	2,3%
União estável	21,3%	29,9%	16,6%	20,3%

Fonte: Fipe- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Na comparação entre os clientes mais antigos do Programa e os ingressantes, percebe-se que, em geral, o primeiro grupo detém mais os bens duráveis e de transporte, denotando que a recente expansão do Programa Agroamigo tem privilegiado indivíduos mais pobres (Gráfico 13 e Gráfico 14).

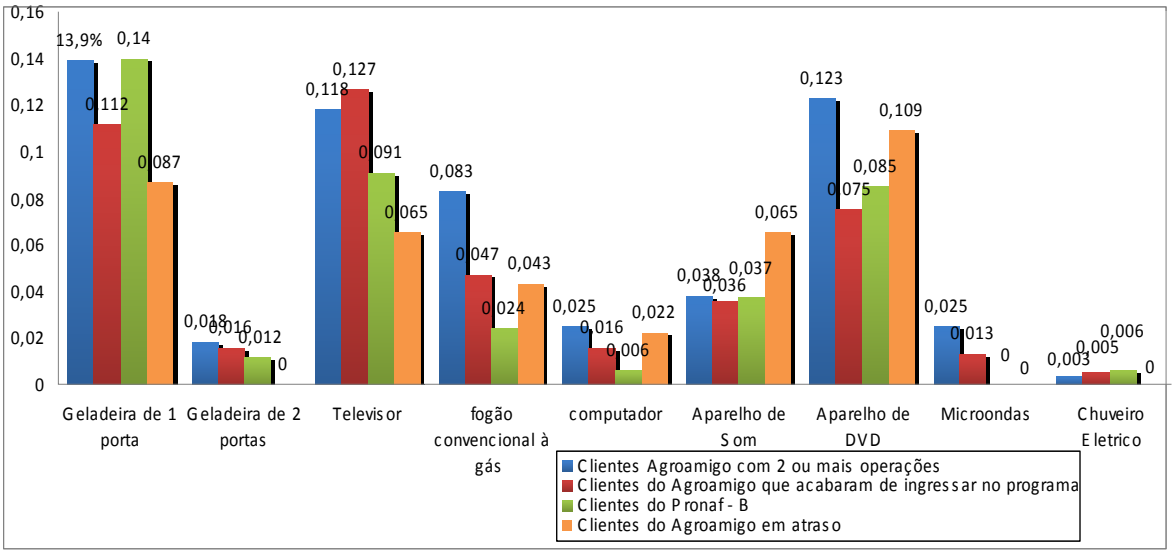


Gráfico 13 – Aquisição de Bens duráveis (Semiárido)

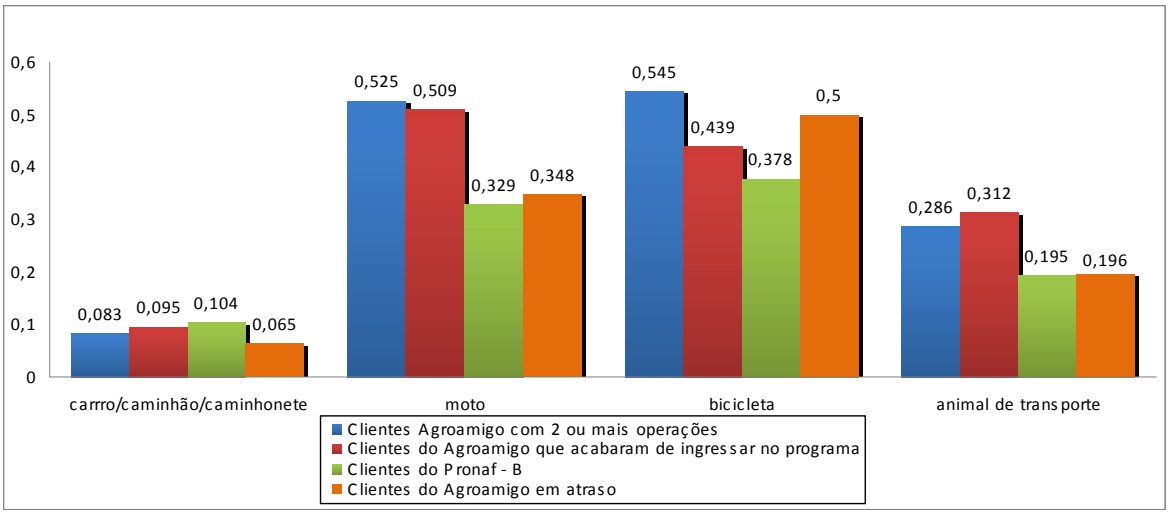


Gráfico 14 – Posse de meio de transporte (Semiárido)

No que se refere ao acesso a serviços, constata-se que a rede pública de saneamento chega a apenas 10% dos domicílios. Ainda assim, os clientes mais antigos encontra-se em situação mais favorável quanto a este aspecto, indicando novamente que a expansão recente do Agroamigo beneficiou mais proporcionalmente os pobres. De outra forma, percentual maior de clientes ingressantes utiliza mais água filtrada para consumo.

De acordo com a Tabela 99, observa-se que os clientes expostos há mais tempo ao Programa demonstram crescimento médio superior, relativamente aos ingressantes. Isso pode indicar a influência do programa na expansão média dos valores produzidos. Resultados semelhantes podem ser visualizados quando se consideram separadamente municípios dentro e fora da região semiárida. Vale ressaltar que municípios fora do semiárido tendem a apresentar valores de produção bem maiores do que aqueles situados fora do semiárido.

Tabela 99 – Valor da Produção Agrícola (dentro e fora do semiárido)

	FORA DO SEMIÁRIDO		SEMIÁRIDO	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
Valor da produção agrícola em 2010	$611	$581	$451	$404
Valor da produção agrícola em 2009	$473	$473	$326	$393
Valor da produção agrícola em 2006	$322	$435	$184	$160
Gasto com a produção (2010)	$248	$209	$192	$155
Gasto com mão de obra (2010)	$161	$184	$157	$168

Fonte: Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Nota: Valores a preços constantes de 2011.

Conforme já destacado, os resultados preliminares do estudo mostram que o valor do rebanho em 2010 é bem maior entre os clientes mais

antigos, sugerindo, mais uma vez, crescimento mais expressivo entre esses clientes (Tabela 100).

Tabela 100 – Valor do Rebanho

	Agroamigo	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
Valor do rebanho em 2010	$9260	$6686
Valor do rebanho em 2009	$7777	$9417
Valor do rebanho em 2006	$4622	$4373
Valor de animais abatidos em 2010	$1665	$1356
Valor de animais vendidos em 2010	$3111	$1467
Gasto com a criação em 2010	$334	$1066

Fonte: Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Nota: Valores a preços constantes de 2011.

No que diz respeito ao valor dos animais vendidos, essa diferença entre os dois grupos comparados é ainda mais acentuada. Nessa perspectiva, os clientes mais antigos não apenas possuem rebanhos maiores, mas, possivelmente, mantêm melhores relações de mercado. Referidos resultados são qualitativamente semelhantes quando se analisam separadamente municípios dentro e fora do semiárido. Ademais, como no caso da produção agrícola, os municípios fora do semiárido possuem valores médios mais elevados para os rebanhos dos clientes entrevistados (Tabela 101).

Tabela 101 – Valor do Rebanho (dentro e fora do semiárido)

	FORA DO SEMIÁRIDO		SEMIÁRIDO	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
Valor do rebanho em 2010	$12516	$7530	$7353	$6207
Valor do rebanho em 2009	$8527	$17571	$7338	$4862
Valor do rebanho em 2006	$6043	$6297	$3782	$3290
Valor de animais abatidos em 2010	$2823	$2196	$974	$885
Valor de animais vendidos em 2010	$3939	$1943	$2623	$1201
Gasto com criação em 2010	$283	$312	$361	$1531

Fonte: Fipe- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Nota: Valores a preços constantes de 2011.

No entanto, a despeito desses resultados positivos na geração de renda para os mais pobres entre os agricultores familiares, esta é ainda muito baixa. A soma líquida da renda da pecuária e da agricultura é de, aproximadamente, R$ 250,00 mensais por unidade produtiva, entre os clientes mais antigos (com duas ou mais operações).

Os resultados apresentados indicam uma tendência à concentração na produção agrícola. Para se chegar a essa conclusão foi utilizado o Índice de Herfindal-Hirchman. Esse índice, que varia entre 0 e 1, procurou mensurar o grau de diversificação dos clientes. Dessa forma quanto menos diversificada a produção, mais próximo de 1 ficará o referido índice Os clientes mais antigos apresentaram índice de 0,687, enquanto que os ingressantes obtiveram índice de 0,634, na região fora do semiárido, enquanto que no semiárido os resultados foram 0,725 e 0,699, respectivamente. Este resultado pode indicar que a exposição mais prolongada ao Programa favorece uma maior especialização, provavelmente em razão de vínculos mais fortes com o mercado.

O grau de bancarização desses clientes, nos anos de 2006 a 2010, é apresentado nos Gráfico 15 e Gráfico 16. O Gráfico 17 evidencia a fração de indivíduos que afirmaram conseguir poupar, em oposição àqueles que afirmaram gastar toda a sua renda regularmente.

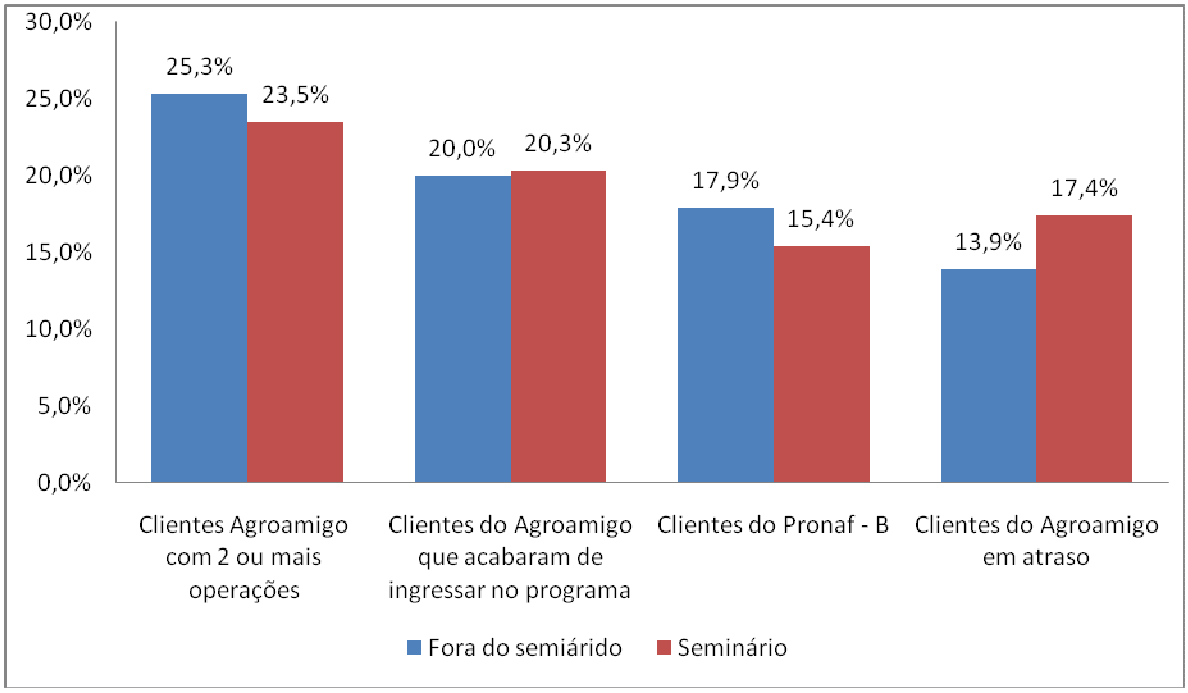


Gráfico 15 – Fração de indivíduos com conta bancária

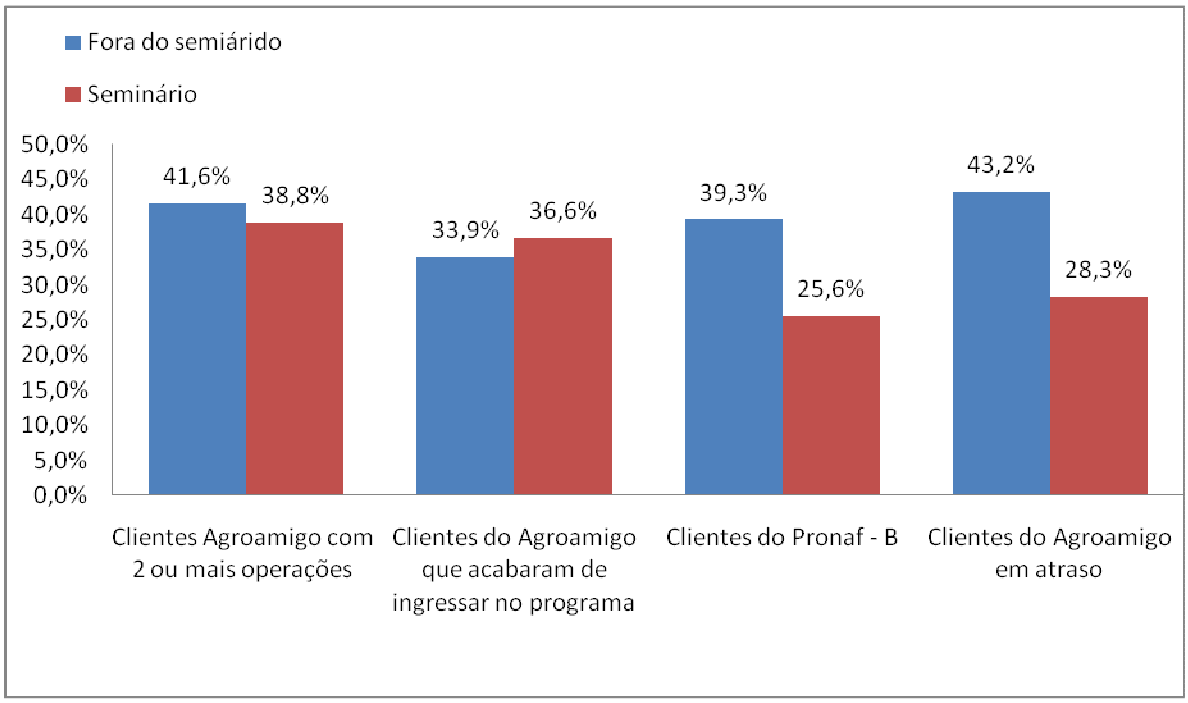


Gráfico 16 – Fração de indivíduos com conta bancária (2010)

Estes resultados são bastante consistentes com os indicadores de posse e consumo apresentados anteriormente. De um modo geral, contas bancárias são mais difundidas entre os clientes mais antigos do Agroamigo, sendo que uma fração maior desses clientes consegue poupar, relativamente aos clientes entrantes. Já para os clientes do Pronaf B convencional e aqueles em atraso no Agroamigo, os números tendem a ser menos favoráveis nestas dimensões, exceto em 2010, para os municípios situados fora do semiárido.

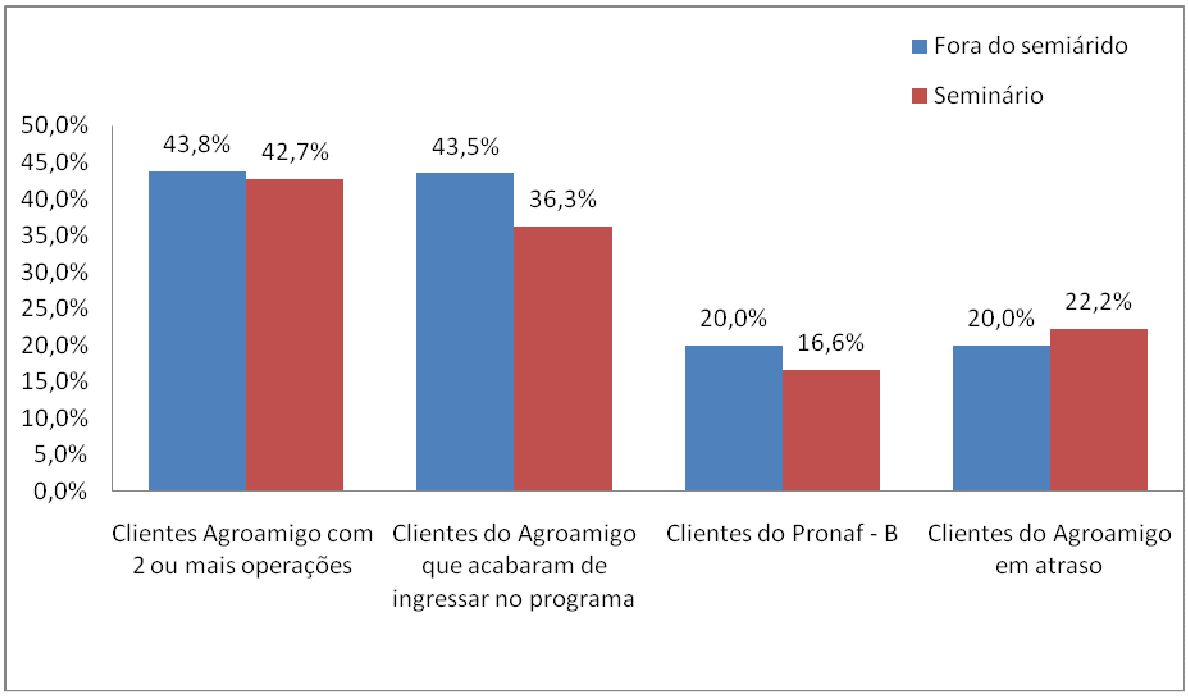


Gráfico 17 – Fração de indivíduos que conseguem poupar

A contratação de seguros por parte dos entrevistados ocorre mais em relação à realização de funerais, conforme a
Tabela 102. Esse tipo de seguro obteve expressivo crescimento ao longo do período em estudo (2006 a 2010). Esta evolução foi, mais significativa entre os clientes expostos há mais tempo ao programa. Quanto ao seguro safra (segunda categoria mais popular entre os clientes), a expansão foi maior entre os clientes ingressantes.

Tabela 102 – Fração de Clientes que Possuem Seguro

	Agroamigo	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
2010		
% com seguro de vida	4,4%	4,0%
% com seguro saúde	3,3%	3,5%
% com seguro funeral	20,2%	15,2%
% com seguro safra	12,8%	13,9%
% com outro seguro	0,5%	0,5%
2009		
% com seguro de vida	3,8%	2,6%
% com seguro saúde	2,9%	3,5%
% com seguro funeral	19,0%	13,9%
% com seguro safra	17,1%	13,2%
% com outro seguro	0,5%	0,3%

	Agroamigo	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
2006		
% com seguro de vida	1,6%	1,3%
% com seguro saúde	1,9%	1,3%
% com seguro funeral	11,4%	9,7%
% com seguro safra	5,5%	5,7%
% com outro seguro	0,3%	0,2%

Fonte: Fipe- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Vale salientar que, na maioria dos casos, seguros são mais difundidos entre os clientes situados em municípios do semiárido. As diferenças observadas entre clientes mais antigos e ingressantes são particularmente evidentes nessas localidades (Tabela 103).

Tabela 103 – Fração de Clientes que Possuem Seguro (dentro e fora do semiárido)

	FORA DO SEMIÁRIDO		SEMIÁRIDO	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
2010				
% com seguro de vida	3,8%	4,1%	4,8%	3,9%
% com seguro saúde	2,1%	1,8%	4,0%	4,4%
% com seguro funeral	16,2%	14,5%	22,6%	15,6%
% com seguro safra	3,4%	1,8%	18,4%	20,8%
% com outro seguro	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%
2009				
% com seguro de vida	3,0%	2,7%	4,3%	2,6%
% com seguro saúde	1,3%	1,8%	3,8%	4,4%
% com seguro funeral	15,5%	13,2%	21,1%	14,3%
% com seguro safra	3,9%	1,4%	24,9%	20,0%
% com outro seguro	0,4%	0,0%	0,5%	0,5%
2006				
% com seguro de vida	1,3%	1,8%	1,8%	1,1%
% com seguro saúde	0,4%	0,9%	2,8%	1,6%
% com seguro funeral	10,9%	11,9%	11,7%	8,4%
% com seguro safra	1,3%	0,5%	7,9%	8,7%
% com outro seguro	0,4%	0,0%	0,3%	0,3%

Fonte: Fipe- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Quanto à percepção dos clientes em relação ao Programa Agroamigo, tecemos algumas considerações a partir das manifestações e respostas dos

entrevistados. De um modo geral, grande fração dos clientes participantes da pesquisa afirmou que tomou conhecimento do programa através de conhecidos, o que pode indicar o papel dos laços de amizade existentes na comunidade para a expansão do Agroamigo. Todavia, esta opção possui um peso relativamente menor entre os clientes ingressantes. Para este grupo destacam-se também os sindicatos, sobretudo nos municípios situados fora do semiárido. Por outro lado, para mais de 50% dos clientes em atraso, os conhecidos foram o elo para conhecer o programa.

Ao serem indagados acerca da taxa de juros do programa, a maioria percebe os juros praticados como razoáveis ou baixos. Em geral, os clientes que manifestaram considerar a taxa de juros alta são clientes em atraso (Tabela 104).

Tabela 104 – Avaliação dos Clientes do Programa sobre os Juros dos Empréstimos

	FORA DO SEMIÁRIDO			SEMIÁRIDO		
	Clientes do Agroamigo com 2 ou mais operações	Clientes ingressantes do Agroamigo	Clientes do Agroamigo em atraso	Clientes do Agroamigo com 2 ou mais operações	Clientes ingressantes do Agroamigo	Clientes do Agroamigo em atraso
Altos	7,2%	7,2%	35,5%	2,7%	5,0%	6,1%
Razoáveis	57,4%	52,0%	38,7%	55,1%	59,4%	48,5%
Baixos	35,4%	40,8%	25,8%	42,2%	35,6%	45,5%

Fonte: Fipe- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

O Gráfico 18 enfoca as visitas de assessores de crédito aos entrevistados, incluídos os clientes do Pronaf B convencional. Nota-se que a maioria dos indivíduos recebeu apenas uma visita. No entanto, há um contingente grande de pessoas que mencionam mais de uma visita, à exceção dos clientes em atraso localizados em regiões fora do semiárido.

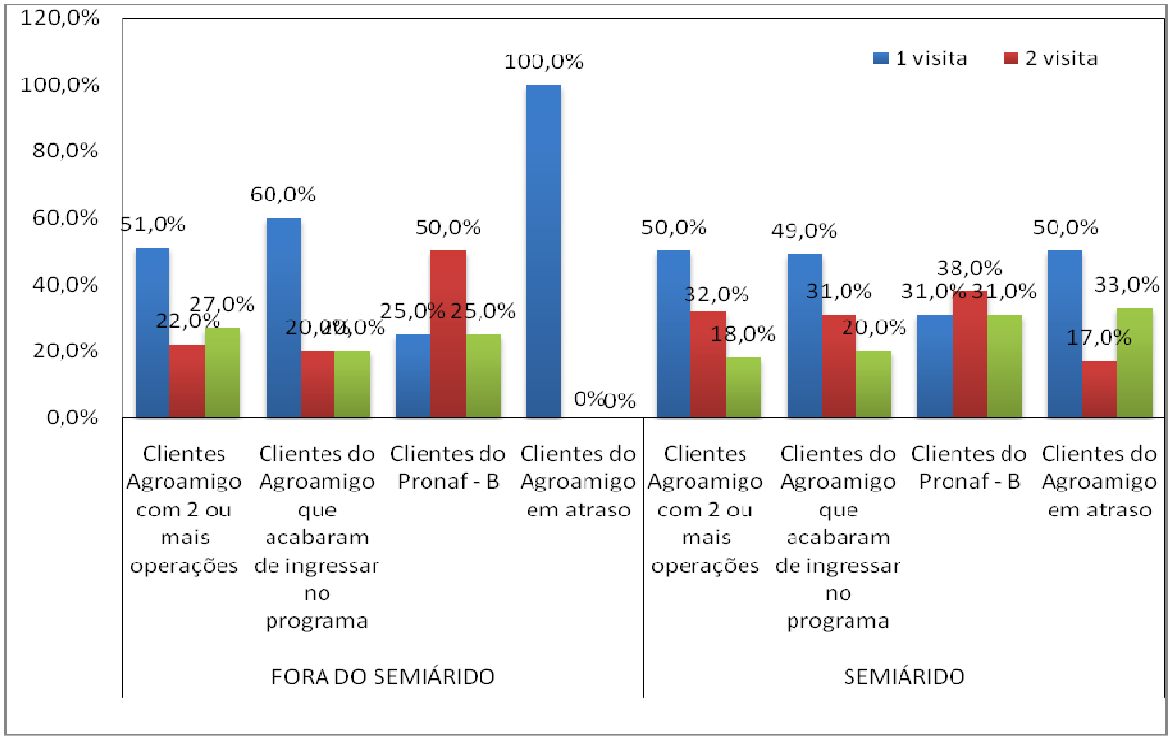


Gráfico 18 – Número de visitas de assessores de créditos recebidas pelos clientes

De acordo com o Gráfico 19, de um modo geral, os clientes, tanto do Agroamigo como do Pronaf B convencional, ingressantes ou não, e até os inadimplentes, consideraram úteis as visitas do assessor de crédito.

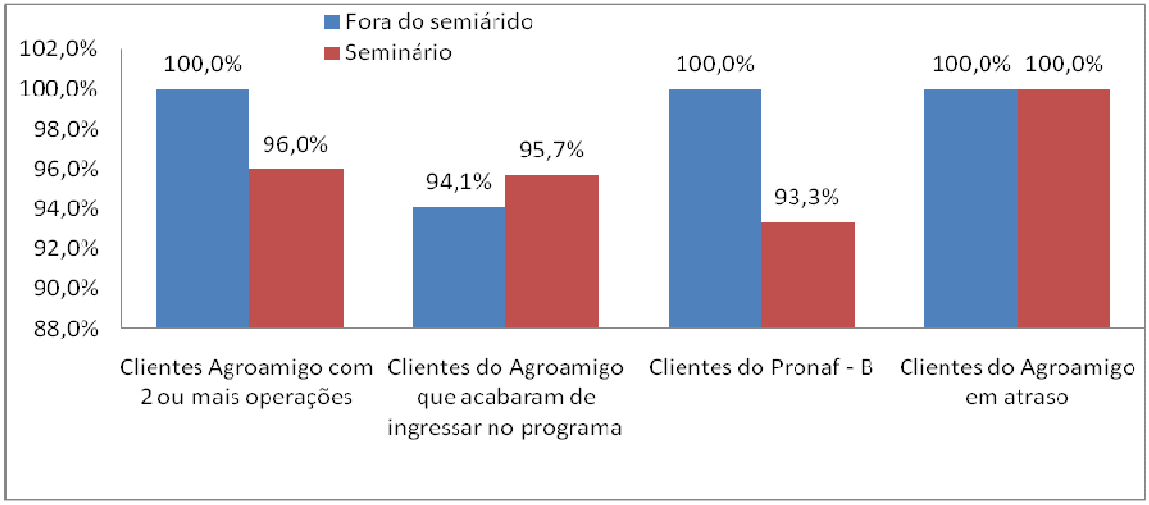


Gráfico 19 – Opinião dos clientes a respeito da utilidade das visitas de assessores de créditos (% que consideram as visitas úteis)

Quanto às visitas de técnicos agrícolas e veterinários, observa-se que os clientes ingressantes do Agroamigo receberam menos visitas, comparativamente aos clientes expostos ao programa há mais tempo. Em média, clientes em atraso também recebem menos visitas desses profissionais. O Gráfico 20 indica a avaliação dos clientes acerca das referidas visitas.

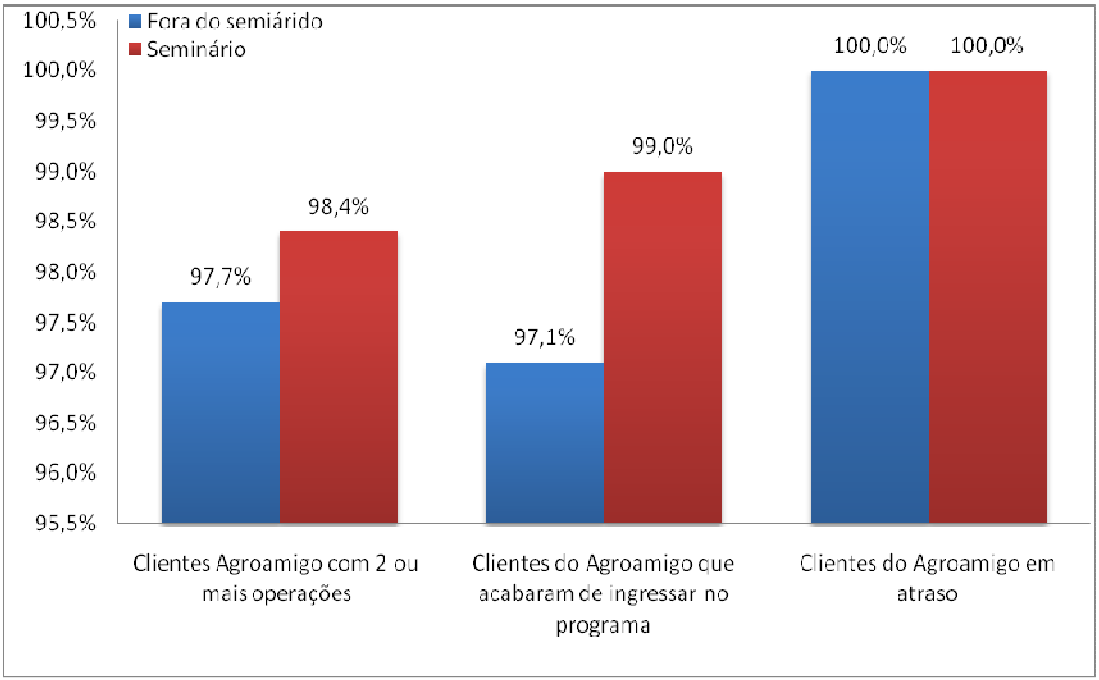


Gráfico 20 – Avaliação dos clientes com relação às visitas de técnicos agrícolas e veterinários (% que consideram as visitas úteis)

Ainda que preliminarmente, os resultados sugerem um desempenho positivo do Agroamigo. Por exemplo, a comparação entre clientes mais antigos e ingressantes aponta que a expansão recente do programa tem privilegiado mulheres, na medida em que a proporção de pessoas do sexo feminino é maior entre os clientes mais recentes. Indivíduos mais pobres também parecem estar ingressando em maior proporção, já que entre os clientes mais antigos os itens como bens duráveis, consumo de carne e serviços financeiros (com contas bancarias e seguros) tendem a ser mais difundidos. Há, ainda, proporcionalmente menos indivíduos que conseguem poupar entre os ingressantes. Ressalte-se, adicionalmente, que os valores médios dessas variáveis são, na maioria dos casos, menos favoráveis para clientes do Pronaf-B e inadimplentes do Agroamigo.

4.4 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE em 2011

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumental de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos previstos em sua metodologia (SOUSA, 2010) para mensurar os impactos dessa importante fonte de recursos.

4.4.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do país eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da região Nordeste, e entre estes e o restante do País. Além de utilizar dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste, é possível se identificarem setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do BNB, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez,

engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a formação bruta de capital fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores os impactos são residuais.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP), entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados no processo de avaliação das aplicações do FNE. Com a MIP, é possível estimar os impactos das contratações (empréstimos) do FNE, no valor bruto da produção, valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, nos estados da Região Nordeste, além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do país. Quanto aos impactos estimados, vale observar que estes passam a ocorrer a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP, para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor das contratações, dado que, mesmo que ocorram vários

desembolsos, eles fecharão com o valor da contratação. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

4.4.2 Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no ano 2011

Os valores totais contratados pelo FNE, no ano de 2011, alcançaram aproximadamente R$ 10,5 bilhões, distribuídos entre os setores Rural (33,5% dos recursos), Comércio e Serviços (22,7%), Industrial e Turismo (22,0%), Infraestrutura (18,7%) e Agroindustrial (3,1%). Cabe salientar que os valores aqui analisados nesta seção (4.4.2), se referem apenas às contratações nos estados nordestinos. Como o instrumento de avaliação dos impactos econômicos é a MIP do Nordeste, ela não contempla coeficientes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, embora o norte desses estados faça parte da área de atuação do banco.

Considerando apenas os efeitos no âmbito da região Nordeste, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2[31], acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R$ 25,7 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados no ano de 2011[32]. O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é o Rural, com 38,4% desse valor.

O valor agregado (renda) à economia da região Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação do PIB da região) é estimado em R$ 14,6 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, R$ 5,4 bilhões. O resultado nos setores Comércio e Serviços, Indústria e Turismo e Infraestrutura, também são expressivos (Tabela 105).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 1.051 mil ocupações (formais e informais)[33] deverão ser geradas no Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2011. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, cerca de 565,0 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 53,8% dos empregos gerados na região. O emprego é

[31] Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o consequente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis, etc).

[32] A suposição é que as contratações de 2011 geram investimentos e operações em custeio, realizados no ano de 2011, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

[33] Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores, não levando em consideração a saída de trabalhadores em 2011. Os dados do CAGED (empregados com vínculo celetista) para 2011, indicam uma entrada de 3.031 mil novas ocupações.

calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano[34], utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos gerados serão mantidos durante um ano.

Cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Comércio e Serviços e Indústria e Turismo deverão gerar em torno de 181,2 mil e 146,0 mil ocupações, respectivamente, representando 17,2% e 13,9%. Os setores Infraestrutura e Agroindustrial deverão responder por 130,1 mil e 28,9 mil ocupações, respectivamente (Tabela 105).

Tabela 105 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE - 2011[1]

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroind.	Indústria	Infraest	Seviços	Comércio	Total
Valor Contratado (em R$ Milhões)[2]	**1.878,8**	**1.627,4**	**329,0**	**2.302,6**	**1.961,3**	**1.274,7**	**1.099,4**	**10.473,2**
Resultados por Setor - Nordeste								
Valor Bruto da Produção (em R$ milhões)	5.084,69	3.985,95	785,18	4.939,92	4.914,20	3.108,70	2.875,93	25.694,57
Valor Agregado / Renda (em R$ milhões)	3.053,91	2.328,83	432,88	2.817,57	2.623,74	1.664,95	1.645,04	14.566,92
Empregos (em número de pessoas)	350.093	214.922	28.924	145.961	130.065	84.017	97.200	1.051.181
Salários (em R$ milhões)	875,17	675,07	124,28	810,35	736,92	466,20	478,34	4.166,34
Tributos (em R$ milhões)	633,93	567,30	111,52	741,27	741,99	472,50	417,33	3.685,84
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção (em R$ milhões)	8.481,23	6.845,99	1.295,43	8.200,70	8.276,10	5.233,23	4.855,34	43.188,02
Valor Agregado / Renda (em R$ milhões)	5.401,60	3.518,85	644,53	4.176,34	4.034,82	2.579,96	2.467,58	22.823,68
Empregos (em número de pessoas)	397.515	250.078	35.171	183.746	167.915	107.485	120.428	1.262.337
Salários (em R$ milhões)	1.317,28	1.043,69	190,28	1.232,58	1.177,00	740,99	734,08	6.435,90
Tributos (em R$ milhões)	1.175,70	1.089,66	203,39	1.362,48	1.372,46	875,83	786,61	6.866,13

Fontes: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de dezembro de 2011.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na Região, totalizam R$ 4,2 bilhões, cabendo ao Setor Rural a importância de R$ 1,6 bilhão, representando 37,2% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Indústria e Turismo, com 19,4% de participação nos salários.

Quanto à geração de impostos (tributação) na Região, estima-se o pagamento de aproximadamente R$ 3,7 bilhões, com destaque para os setores Rural, Indústria e Turismo e Infraestrutura.

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contração do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos. O menor valor

[34] Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

para a geração de um emprego encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra. A contratação de R$ 5.414 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural[35]. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R$ 12.531 em Indústria e Turismo, R$ 11.680 em Infraestrutura, R$ 10.417 em Comércio e Serviços, R$ 9.354 no Setor Agroindustrial, e R$ 8.297na média das contratações. As maiores relações se dão nos Setores Indústria e Infraestrutura, denotando que são setores mais intensivos em capital.

4.4.2.1 Os Efeitos Transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a região nordestina, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como da demanda final dos estados do Nordeste. Esses impactos são captados, na MIP, através dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção, decorrentes de novos investimentos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de R$ 43,2 bilhões na produção estimados para o País, R$ 17,5 bilhões (40,5%) ocorrem fora da região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1.262,3 mil novas ocupações, 16,7% desses poderão ser gerados fora da região Nordeste (Tabela 105). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento na Região beneficia conjuntamente o restante do País, mas também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

4.4.2.2 Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos do FNE para mini/micro, pequenos, pequeno-médio e médios empreendimentos

Os valores contratados pelo FNE para os mini/micro, pequenos, pequeno-médios e médios empreendimentos, alcançaram R$ 5,3 bilhões no ano de 2011, como mostra a Tabela 106. Vale enfatizar a representatividade das contratações desses empreendedores, no total das contratações do FNE. Essa participação, no período em análise, nas atividades pecuária, serviços e comércio, representam 88,3%, 79,4% e 69,1%, respectivamente. A

[35] Olhando as atividades agrícola, pecuária, para se gerar um emprego, são necessários R$ 4.726,36 e R$ 6.507,57, respectivamente. Os valores para comércio e serviços são R$ 9.129,11 e R$ 11.859,33, respectivamente.

participação nas atividades agrícola, industrial e infraestrutura, é em menor escala, mas ainda relevante, em torno dos 35%. Apenas na atividade de agroindústria, é que a participação desses empreendedores é menor que 30%, mais precisamente 21,2%, o que é explicado pelas características naturais dessa atividade, volume de investimento e escala.

O Setor Agropecuário, que contratou o montante de R$ 2,1 bilhões, ou 39,7% do total dos recursos e que representa 94,9% das operações, é o principal em valor de contratações. Em seguida, figura o Setor de Serviços e Comércio, com 33,4% e o Setor Industrial, com 13,6% de participação. O setor com menor participação foi o Agroindustrial, com apenas 1,3% dos recursos. Calcula-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2, acréscimos na produção bruta regional de, aproximadamente, R$ 12,8 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de R$ 8,9 bilhões, um vazamento de 40,9% da produção bruta. O número de empregos gerados na Região, a partir das contratações e desembolsos no ano de 2011, foi estimado em 533,8 mil, e aproximadamente 105 mil empregos gerados fora da Região. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R$ 7,3 bilhões no Nordeste e um vazamento de R$ 3,7 bilhões para as demais regiões brasileiras, o que representa 33,6% do valor adicionado total gerado.

Os impactos em salários e tributos, dentro da região nordestina, das contratações dos empreendimentos de mini a médio porte, são de R$ 2,1 bilhões e R$ 1,8 bilhão, respectivamente. Os impactos para fora da Região (vazamentos) estão estimados em R$ 1,1 bilhão, para salários, e R$ 1,6 bilhão, para tributos.

Tabela 106 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE Por Porte da Empresa (Micro, Mini, Pequena e Média) – 2011[1]

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Indústria	Infraestrutura	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado (em R$ Milhões)[2]	667,55	1.437,09	69,79	720,62	631,20	1.011,63	759,70	5.297,57
Quantidade de Contratações	78.811	295.929	206	2.561	10	3.236	14.194	394.947
Resultados por Setor - Nordeste								
Valor Bruto da Produção (em R$ milhõe	1.680,84	3.489,64	159,01	1.721,58	1.470,33	2.452,53	1.829,02	12.802,95
Valor Agregado / Renda (em R$ milhõe	998,07	2.032,80	88,62	992,17	795,37	1.312,46	1.070,10	7.289,59
Empregos (em número de pessoas)	115.515	186.791	4.720	50.225	39.477	66.280	70.786	533.794
Salários (em R$ milhões)	291,61	588,28	25,50	286,98	213,10	370,17	313,61	2.089,26
Tributos (em R$ milhões)	220,11	495,99	22,23	254,93	216,95	377,75	257,12	1.845,07
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção (em R$ milhõe	2.811,80	5.990,36	267,04	2.886,34	2.517,45	4.128,39	3.059,79	21.661,17
Valor Agregado / Renda (em R$ milhõe	1.472,09	3.076,80	134,21	1.474,43	1.232,88	2.008,22	1.582,88	10.981,50
Empregos (em número de pessoas)	130.845	217.539	6.025	63.306	50.944	84.756	85.404	638.818
Salários (em R$ milhões)	438,47	910,62	39,42	436,59	349,73	586,32	473,45	3.234,59
Tributos (em R$ milhões)	408,79	952,50	41,46	476,09	415,43	695,39	481,72	3.471,38

Fonte: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos.

(2) Valores a preços de dezembro de 2011. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.

5. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

5.1 Inadimplemento das Operações

A inadimplência das operações no âmbito do FNE registrada em 2011 foi de 3,4%, apresentando uma ligeira redução em comparação com a verificada no exercício de 2010, que foi de 3,8% (Tabela 107).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às contratações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (17,3%) que apresentaram elevação em relação a 2010, cujo índice foi de 15,7%. Quanto aos demais índices de inadimplência, não se permite comparação ao ano 2010, tendo em vista mudança na metodologia de classificação dos portes, conforme explicitado no item 3.3.3.

Tabela 107 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários – Posição: 31.12.2011

Valores em R$ mil

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (1)	Inadimplência do Segmento (%) (3)
Cooperativas/Associações	298.364	0,9	51.551	0,2	17,3
Míni-Micro	7.058.184	21,6	597.062	1,7	8,5
Pequeno	3.966.372	12,2	154.722	0,5	3,9
Pequeno-Médio	43.627	0,1	3	0,0	0,0
Médio	5.551.777	17,0	121.233	0,4	2,2
Grande	15.706.101	48,1	184.257	0,6	1,2
Total	**32.624.425**	**100,0**	**1.108.828**	**3,4**	**3,4**

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações. **(2)** Total das parcelas vencidas e não pagas. **(3)** Percentuais em relação ao saldo das aplicações do segmento.

A adoção dos procedimentos instituídos pela Lei nº 12.249/2010, bem como o contínuo trabalho desenvolvido pelo Banco em aprimorar seus mecanismos de controle e acompanhamento das operações de crédito, contribuíram fortemente para a manutenção da redução da inadimplência em 2011.

Em se tratando dos setores beneficiados, os setores Financiamento à Exportação e Rural apresentaram os maiores índices de inadimplência em relação aos demais, registrando inadimplências de 11,0% e 6,3%, respectivamente. Já o Setor Comércio e Serviços mostrou o índice de 1,6%, enquanto que o Setor de Infraestrutura não apresentou índice considerável (Tabela 108).

Tabela 108 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Setor – Posição: 31.12.2011

Valores em R$ mil

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (3)	Inadimplência do Segmento (%) (4)
Rural	14.124.883	43,3	894.918	2,7	6,3
Agroindustrial	1.144.585	3,5	27.057	0,1	2,4
Industrial/Turismo	5.853.747	17,9	84.636	0,3	1,4
Infraestrutura	5.826.740	17,9	-	-	-
Comércio e Serviços	5.536.349	17,0	86.995	0,3	1,6
Financ. à Exportação	138.121	0,4	15.222	-	11,0
Total	**32.624.425**	**100,0**	**1.108.828**	**3,4**	**3,4**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. **(2)** Total das parcelas em atraso do segmento. **(3)** Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. **(4)** Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso por setor em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que o setor Rural teve uma redução de 3,3% para 2,7%, em comparação ao exercício de 2010. Os demais setores apresentaram índices de inadimplência irrelevantes em relação ao total das aplicações.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se a diminuição do índice de 9,1%, em 2010, para 8,7%, em 2011, para a inadimplência das operações contratadas até 30.11.1998. Quanto às operações contratadas após 30.11.1998, verificou-se uma pequena redução do percentual de 2,5% de inadimplência em 2010 para 2,4% em 2011 (Tabela 109).

Tabela 109 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 31.12.2011

Valores em R$ mil

Data Contratação	Saldo Aplicações	(%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (3)	Inadimplência do Segmento (%) (4)
Até 30.11.1998(5)	5.092.260	15,6	444.033	1,4	8,7
Após 30.11.1998(6)	27.532.165	84,4	664.795	2,0	2,4
Total	**32.624.425**	**100,0**	**1.108.828**	**3,4**	**3,4**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (5) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (6) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc.

5.2 Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste regularizou 164,3 mil operações de crédito em 2011 com a Fonte FNE, totalizando uma regularização de dívidas no montante de R$ 568,3 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie na ordem de R$ 173,0 milhões, ou seja, 30,5% do total regularizado (Tabela 110).

Tabela 110 – FNE - Recuperação de Dívidas(1) – Posição: 31.12.2011

Valores em R$ mil

Estado	Quantidade	Valor em Espécie	Valor Renegociado	Total Recuperado
Alagoas	8.071	12.408	16.451	28.859
Bahia	30.524	31.447	106.461	137.908
Ceará	30.213	27.147	50.036	77.183
Espírito Santo	758	4.416	5.197	9.613
Maranhão	15.277	14.529	49.873	64.402
Minas Gerais	10.350	8.892	26.796	35.688
Paraíba	10.819	9.861	17.908	27.769
Pernambuco	19.106	33.329	43.813	77.142
Piauí	15.053	10.363	35.826	46.189
Rio Grande do Norte	14.613	14.631	22.862	37.493
Sergipe	9.535	6.025	20.006	26.031
Total	**164.319**	**173.048**	**395.229**	**568.277**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

NOTA: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

O Banco vem desenvolvendo nos últimos anos diversas ações voltadas à redução da inadimplência, destacando-se a criação no segundo semestre de 2010 das Gerências de Reestruturação de Ativos (GERATs), que desenvolvem trabalhos exclusivos para recuperação dos créditos inadimplidos, principalmente os valores mais expressivos; intensificação nos trabalhos com foco na cobrança judicial dos créditos passíveis desse procedimento, como, por exemplo, a criação do Projeto Estratégico Instrução Cobrança Judicial com atividades exclusivas de remessa dos processos para cobrança judicial; desenvolvimento de campanha de divulgação da Lei 12.249/2010, para identificação das operações enquadráveis no referido instrumento legal de renegociação e orientação às agências no sentido de formalizar o máximo de regularizações possíveis. Com as providências levadas à prática considerando

os critérios da mencionada Lei, houve um expressivo número de liquidação e regularização de dívidas que resultaram na redução da inadimplência.

A implementação de estratégias para recuperação dos créditos irregulares, a criação de novos instrumentos corporativos para regularização dessas operações e a simplificação das normas internas viabilizaram melhores condições para a regularização das operações em atraso, refletindo diretamente na geração de importantes resultados para o Banco no decorrer de 2011.

Outro importante fator de contribuição para o bom desempenho na recuperação de créditos e consequentemente, para a redução dos índices de inadimplência foi a melhoria da estrutura da área jurídica do Banco realizada com o objetivo de reforçar o monitoramento dos processos judiciais e assim, proporcionar a recuperação de créditos em cobrança judicial.

5.3 Operações renegociadas com base no art. 15-B da Lei nº 7.827 de 27.09.1989

Conforme preconiza a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em seu artigo 15-B, parágrafo 3º, inserido pela Lei nº 11.945, sancionada em 04.06.2009, apresentam-se (Tabela 111) os valores das operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação com base no valor presente do patrimônio de propriedade dos mutuários e coobrigados, os quais estão em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias do BNB.

As operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores em atraso e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e dos respectivos garantidores.

Tabela 111 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 30/2010 do CONDEL – Exercício 2011

Quantidade	Valor Saldo pelos Encargos Normais	Valor Recebido
38	9.876	4.596

Fonte: BNB – Ambiente de Estratégias de Recuperação de Crédito

6. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de desembolso

- Vistoria de 10% dos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor até R$ 50.000,00, incluídos 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo A e 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo B.
- Vistoria de **100%** das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R$ 50.000,00.

Fase pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos **5%** dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R$ 50.000,00.
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R$ 50.000,00 e menor ou igual a R$ 1.000.000,00.
- Duas vistorias por ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor superior a R$ 1.000.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

O BNB possuía, em 31.12.2011, 1.817.787 operações “em ser” no âmbito do FNE (incluindo as operações do PRONAF). O Banco do Nordeste realizou 161.952 atividades de campo em operações do FNE no ano de 2011, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos e avaliações de bens, dentre outros itens.

6.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no ano 2011

O Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos, onde são registrados os relatórios das vistorias realizadas, possui na sua estruturação um conjunto de pesos que pondera os resultados auferidos nas visitas ***in loco***, atribuindo uma classificação ao empreendimento, num esquema de conceitos com as seguintes gradações: Ótimo, Bom, Regular, Satisfatório, Insatisfatório, Ruim e Péssimo. Estes conceitos levam em consideração: a correta aplicação

do crédito, inclusive dos recursos próprios; os indicadores técnicos previstos no projeto; a execução dos serviços; planejamento do projeto; perspectivas de receitas; e conservação das garantias, dentre outros aspectos.

A situação dos empreendimentos foi considerada como: satisfatório, ótimo e bom para 62,0%, 12,0% e 2,0%, respectivamente, das vistorias realizadas em 2011. Os conceitos insatisfatório, regular, péssimo e ruim totalizaram 24,0% (Gráfico 21).

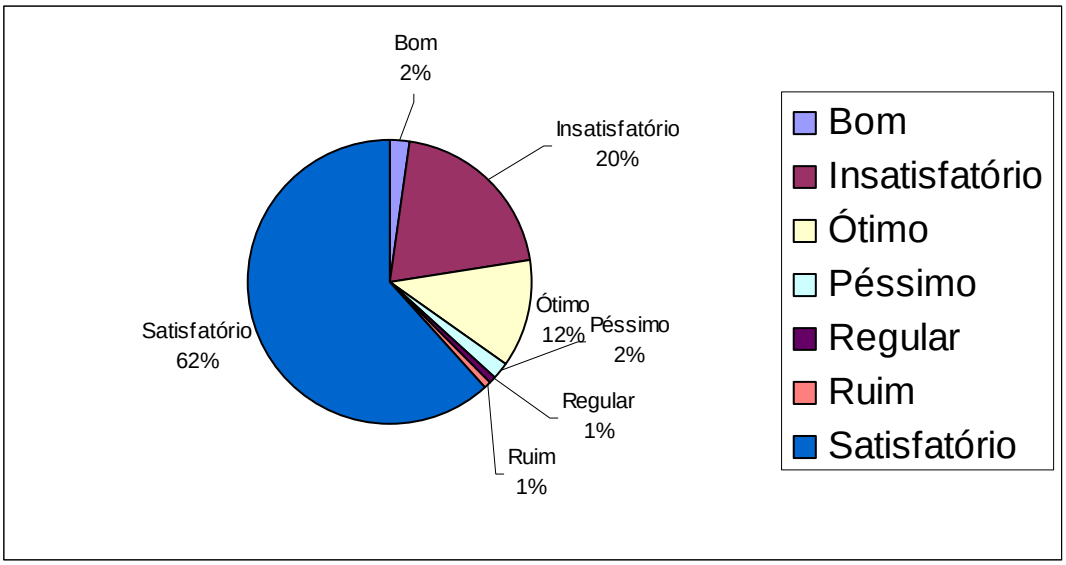


Gráfico 21 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no ano 2011

Fonte: Ambiente de Análise e Acompanhamento de Op. de Crédito

6.2 Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no ano 2011, cujos empreendimentos estão considerados na situação de satisfatório, ótimo e bom (76%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- O planejamento técnico do projeto foi adequado.
- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- Não houve ocorrência de fatores adversos.

- O empreendimento é competitivo.
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas.
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidos à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema ou execução judicial da operação.

7. RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO n. 10/2012 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

O presente relatório enfocou os diversos aspectos das recomendações do Ofício nº 10 SFRI/MI, de 16.01.2012 (item 3) recebido do Ministério da Integração Nacional, conforme descrito a seguir:

3.1.1 Confronto entre os ingressos e desembolsos de recursos, por fonte, previstos na programação aprovada e os valores efetivamente ingressados e desembolsados no ano de 2011:
Vide Anexo – Tabela 39.A.

3.1.2 Valores desembolsados no exercício de 2011:
Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.1.3 Demonstrativo da aplicação dos recursos do FNE por município:
Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.1.4 Informações sobre a distribuição dos financiamentos concedidos com recursos do FNE, no exercício 2011, por programa e faixa de valores:
Vide Anexo – Tabelas 29.A e 30.A.

3.1.5 Saldo das operações e inadimplência por município:
Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.1.6 Financiamentos acima de R$ 10 milhões:
Vide Anexo - Tabela 22.A.

3.1.7 Situação da demanda de crédito com recursos do FNE apresentada ao Banco do Nordeste:
Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.1.8 De acordo com item 5 do Anexo II – Parte C (Conteúdo Específico) da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24.11.2010: informações a respeito dos saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos, da inadimplência e das operações de renegociação, no formato definido na Portaria TCU nº 123, de 12.05.2011:
Vide Anexo - Tabelas 31.A, 32.A, 34.A, 37.A, 38.A, 41.A.
Vide Anexo – CD-ROM (1).

3.1.9 Contratações realizadas com recursos do FNE considerando a nova classificação de porte de beneficiários, aprovada pela Resolução CONDEL/SUDENE nº 43, de 10.11.2011, para a totalidade das operações contratadas no exercício:
Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.2.1 Número de operações e valores contratados, por UF, Setor e Porte, com benefícios que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez:

Vide Anexo – Tabela 21.A

3.2.2 Número de operações e valores contratados, por UF e Porte, com vistas a regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com encargos de 4% (quatro por cento), conforme estabelecido no art. 1º,inciso IV, da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo art. 44 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008:

Vide Anexo – CD-ROM (1)

3.2.3 Número de operações e valores contratados em atendimento a cada uma das prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDENE para o exercício de 2011:

Vide item 3.5 do relatório

3.2.4 Número de operações e valores contratados pelas instituições operadoras (IO) do repasse, por instituição, UF, Setor, Porte e Linha de Financiamento consoante o art. 9º da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e a Portaria MI nº 616, de 26.05.2003:

Vide item 3.4 do relatório

3.2.5 Quadro demonstrativo dos financiamentos concedidos sob risco integral do BNB:

Vide Anexo – Tabela 34.A

3.2.6 Número de operações e valores dos financiamentos concedidos para custeio isolado (agrícola e pecuário), comercialização, capital de giro associado e capital de giro para: aquisição de matéria-prima/insumos (Programa Industrial, Agroindustrial, do Turismo e Comercial/Serviços) e para aquisição de bens para formação de estoques (Programa Comercial/Serviços), por UF:

Vide Anexo – Tabela 24.A

3.2.7 Detalhamento do saldo e da quantidade das operações de acordo com os encargos pactuados:

Vide Anexo – CD-ROM (1)

3.2.8 Quantidade e valor das operações liquidadas pelo equivalente financeiro, na forma especificada pelos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei no. 7.827, de 27.09.19879, com redação dada pela Lei no. 11.945, de 04.06.2009.

Vide item 5.3 do relatório.

3.2.9 Anexo II – Parte A (Conteúdo Geral) da Decisão Normativa TCU n. 108, de 24.11.2010.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
Banco do Nordeste do Brasil S.A			172
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	Relatório de Auditoria Anual de Contas – FNE – Exercício 2010 - nº 201109659	1.2.2.2	Ofício nº 37155/2011/APE/ CGU-Regional/CE, de 08/12/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Banco do Nordeste do Brasil S.A			172
Descrição da Recomendação:			
Ausência de indicadores de eficiência para avaliação do FNE. **Recomendação 1:** Manter estrito e rigoroso acompanhamento das ações de gestão atinentes a promover a definição e aplicação de indicadores de eficiência para o FNE.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
ETENE			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Posição em 31/12/2011: dentro do prazo de elaboração do Plano de Providências. 09/01/2012- Por meio do Ofício Gapre 2012/0037, o Banco envia a CGU o Plano de Providências. 1. Ênfase na conclusão da metodologia e definição dos indicadores para avaliação da eficiência dos financiamentos dos diversos programas no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), incluindo-se a realização de avaliação prévia desses indicadores. Prazo para implementação: 31/12/2012. 2. Aplicação dos indicadores definidos na Providência anterior, valendo-se dos dados de contratação do Fundo até 2012. Prazo para implementação: 31/03/2013.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Repetição do processo licitatório e solicitação de prorrogação do prazo para atender a providência. Quando da contratação de consultoria externa para trabalhar em conjunto com a equipe do BNB/ETENE, apenas um licitante apresentou proposta no primeiro certame, o que provocou prorrogação do processo licitatório, objetivando assegurar o interesse público, com obtenção da proposta mais vantajosa para o Banco. O trabalho da consultoria foi concluído em fevereiro/2012. Os produtos apresentados encontram-se em fase de discussão pela equipe do BNB/ETENE.			

3.2.10. Informações acerca de estudos elaborados, ou em elaboração, pelo Banco do Nordeste com o objetivo de se avaliar a capacidade de geração de empregos e da produtividade dos empreendimentos financiados pelo FNE e as previsões dos impactos econômicos e sociais decorrentes dos empréstimos contratados durante o exercício de 2011, obtidos pela Matriz Insumo-Produto:

Vide item 4 do relatório.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, R. C. de. (2002). **Nordeste**: Sugestões para uma Estratégia de Desenvolvimento. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

BNB. **Manual Básico de Operações de Crédito**, Título 5 – Programas especiais, Capítulo 12, acesso em 12/03/2012).

BNB. **Programação 2011: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2011.

BNB/ETENE. **Comércio exterior**: região nordeste e estados, 2011. Disponível em <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/comercio_exterior2011.pdf>. Acesso em 14 mar 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados:** CAGED. Brasília, DF, 2008. CD-ROM.

BRASIL**. Relação Anual de Informações Sociais:** RAIS. Brasília, DF, 2008. CD-ROM.

Guilhoto, J. J. M., Azzoni, C. R., Ichihara, S. M., Kadota, D. K. e Haddad, E. A. (2010) – ***Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Metodologia e Resultados*** – Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-Ce.

IBGE (2008). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** (PNAD). Rio de Janeiro.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares**, 2008. Disponível em:< http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl1.asp?c=1803&z=p&o=17&i=P>. Acesso em 14 mar 2012.

IBGE. **Pesquisa nacional de saneamento básico**, 2008a. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1240&z=p&o=24&i=P>. Acesso em 14 mar 2012.

IBGE. **Censo demográfico**, 2010. Disponível em < http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3334&z=cd&o=7&i=P>. Acesso em 14 mar 2012.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, **Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Agroamigo**, Relatório preliminar, pág. 19 a 65, São Paulo: nov. 2011.

MACIEL, Iracy S. R.. **Avaliação da Metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE**. Série BNB Teses e Dissertações, nº17. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2009. 272p.

Ministério da Integração (MI)/Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)/Conselho Deliberativo (CONDEL). **Resolução nº 043/2011**. Aprova a Proposição 041/2011, que trata da adequação dos critérios e da reclassificação do porte de beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/resolucao-condel-043-2011.pdf>. Acesso em 01 mar 2012.

Ministério da Integração (MI)/CGFCF/DPNA. **Nota Técnica nº 45/CGFCF/DPNA**. Adequação dos Critérios de Classificação do Porte dos Tomadores no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras condições. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/13%20Reuniao%20Condel/1.2%20-%20Nota%20Tecnica%20MI-Classificacao%20do%20Porte%20do%20Tomador%20no%20FNE.pdf>. Acesso em 06 mar 2012.

PIRES, I. J. B. P. **Conceitos e indicadores do mercado de trabalho:** uma visão estatística. Fortaleza: RTM, 2003.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano**, 2000. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em 14 mar 2012.

PNUD. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente**: a experiência brasileira recente, 2008. Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 14 mar 2012.

RESENDE, G. M. (2007) **Evaluation micro – and macro-effects of regional develpment policies: the of the Northest Regional Fund (FNE) in Brazil**, 2006-2006

SOUSA, J. M. P.; NOTTINGHAN, P. T.; GONÇALVES, M. F. **Metodologia de Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**. Fortaleza: BNB, 2010.

Sousa, J. M., Soares, R. B. e Pereira N., A. **Avaliação de Impactos do FNE Emprego, massa salarial e salário médio.** Fortaleza: BNB, 2009. (Série Avaliação de Políticas Públicas do BNB)

STEVENSON, W. G. **Estatística aplicada à administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. V. 1.

VIDAL, M. de F.; GONÇALVES, M. F. **O Segmento da Pesca Marinha na Costa Nordestina.** Fortaleza: BNB, 2010. (Série Documentos do Etene – n. 28).

ANEXOS

Tabela 1.A – FNE - Contratações [(1)] por Estados e Setores na Região Semiárida – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/Total (%)
Alagoas	47.856	1.671	3.434	262	-	22.610	75.833	1,9
Bahia	386.130	4.923	136.897	11.242	267.984	150.346	957.522	23,5
Ceará	295.392	11.525	257.581	11.932	60.747	296.795	933.972	23,0
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	186.022	103	5.937	1.229	-	37.550	230.841	5,7
Paraíba	84.876	2.926	12.357	3.612	-	51.697	155.468	3,8
Pernambuco	241.567	124.173	61.662	42.242	-	114.527	584.171	14,4
Piauí	116.168	2.179	2.859	1.771	-	34.354	157.331	3,9
Rio Grande do Norte	109.406	2.733	330.591	4.378	302.428	90.615	840.151	20,7
Sergipe	87.280	14.589	9.356	216	-	21.329	132.770	3,3
Total	**1.554.697**	**164.822**	**820.674**	**76.884**	**631.159**	**819.823**	**4.068.059**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 2.A – FNE - Contratações [(1)] por Estados e Setores na Região Fora do Semiárido – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/Total (%)
Alagoas	92.457	30.000	33.628	18.705	-	174.584	349.374	5,0
Bahia	818.219	7.388	62.846	14.413	690.574	230.515	1.823.955	26,0
Ceará	84.121	8.206	228.572	8.015	395.974	133.150	858.038	12,2
Espírito Santo	62.704	6.800	6.818	6.252	-	25.989	108.563	1,6
Maranhão	736.297	21.476	371.475	17.500	60.743	302.628	1.510.119	21,5
Minas Gerais	151.702	1.005	77.663	8.240	-	39.479	278.089	4,0
Paraíba	32.809	15.198	128.693	69.990	-	44.932	291.622	4,2
Pernambuco	56.837	1.290	109.116	259.280	112.816	275.167	814.506	11,6
Piauí	237.612	4.330	37.377	13.765	70.000	309.744	672.828	9,6
Rio Grande do Norte	7.300	1.396	11.173	2.352	45	45.849	68.115	1,0
Sergipe	71.911	74.964	24.147	1.115	-	75.249	247.386	3,5
Total	**2.351.969**	**172.053**	**1.091.508**	**419.627**	**1.330.152**	**1.657.286**	**7.022.595**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratação" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 3.A – FNE - Contratações por Estado e Zona Climática – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Estado	Semiárido	Fora do Semiárido	Total	
			Valor	(%)
Alagoas	75.833	349.374	425.207	3,8
Bahia	957.522	1.823.955	2.781.477	25,1
Ceará	933.972	858.038	1.792.010	16,2
Espirito Santo	-	108.563	108.563	1,0
Maranhão	-	1.510.119	1.510.119	13,6
Minas Gerais	230.841	278.089	508.930	4,6
Paraiba	155.468	291.622	447.090	4,0
Pernambuco	584.171	814.506	1.398.677	12,6
Piaui	157.331	672.828	830.159	7,5
Rio Grande do Norte	840.151	68.115	908.266	8,2
Sergipe	132.770	247.386	380.156	3,4
Total	**4.068.059**	**7.022.595**	**11.090.654**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 4.A – FNE - Ativo, Comprometimentos e Disponibilidades por Zona Climática – Posição em 31.12.2011

Valores em R$ mil

Especificação	Semiárido	Fora do Semiárido	Total	
			Valor	(%) de (A)
Ativo Total (A)	18.873.731	18.873.731	37.747.462	100,0
Recursos Comprometidos (B)	14.371.900	21.782.536	36.154.436	95,8
Recursos Aplicados	13.427.972	19.743.283	33.171.255	87,9
Operações de Crédito	13.664.592	18.959.832	32.624.424	86,5
Provisão para Operações de Crédito	(576.071)	(314.814)	(890.885)	(2,4)
Relações Interfinanceiras	338.053	1.096.325	1.434.378	3,8
Títulos do PROAGRO/Dívida Agrária	553	767	1.320	-
Outros Créditos	845	1.173	2.018	-
Recursos Comprometidos c/Op. Crédito	943.928	2.039.253	2.983.181	7,9
Recursos a Comprometer (C) = (A - B)	4.501.831	(2.908.805)	1.593.026	4,2
Valores a Comprometer Ops. Contratadas (D)	686.769	1.958.875	2.645.643	7,0
Demanda nas Agências (E)	961.821	1.115.997	2.077.818	5,5
Insuficiência/Excesso de Demanda (F) = (C - D - E)	2.853.242	(5.983.677)	(3.130.435)	(8,3)

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 5.A – FNE - Contratações em Relação ao PIB Rural dos Estados – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Estados	Contratações Setor Rural (A)	PIB Setor Primário (B)	A / B (%)
Alagoas	140.313	1.671.409	8,4
Bahia	1.204.350	10.955.265	11,0
Ceará	379.514	3.460.507	11,0
Espírito Santo (1)	62.704	2.213.904	2,8
Maranhão	736.297	6.991.257	10,5
Minas Gerais (2)	337.724	3.220.779	10,5
Paraiba	117.685	1.723.188	6,8
Pernambuco	298.403	3.793.064	7,9
Piaui	353.780	2.018.343	17,5
Rio Grande do Norte	116.706	1.525.158	7,7
Sergipe	159.190	1.221.642	13,0
Total	**3.906.666**	**38.794.517**	**10,1**

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2009.
Notas: (1) O PIB Rural do norte do Espírito Santo corresponde à soma dos municípios da área de atuação do BNB; (2) O PIB Rural do norte de Minas Gerais corresponde à soma dos municípios da área de atuação do BNB.(3) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2009 atualizado para dezembro de 2011 pelo IGP_DI da FGV (índice acumulado do período de 116,86%).

Tabela 6.A – FNE - Contratações em Relação ao PIB Industrial dos Estados – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Estados	Contratações Setor Industrial (A)	Contratações Setor Turismo (A)	PIB Setor Secundário (B)	A / B (%)
Alagoas	37.062	18.967	4.587.378	0,81
Bahia	199.743	25.654	40.692.163	0,49
Ceará	486.153	19.947	16.618.039	2,93
Espirito Santo	6.817	.252	2.145.140	0,32
Maranhão	371.475	17.499	6.470.462	5,74
Minas Gerais	83.600	9.470	3.866.191	2,16
Paraiba	141.051	73.602	6.698.263	2,11
Pernambuco	170.778	301.522	17.289.967	0,99
Piaui	40.236	15.536	3.374.555	1,19
Rio Grande do Norte	341.764	6.731	5.750.948	5,94
Sergipe	33.503	1.331	5.799.908	0,58
Total	**1.912.182**	**496.511**	**113.293.014**	**1,69**

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2003.
Notas: (1) O PIB Industrial do norte do Espírito Santo corresponde à soma dos municípios da área de atuação do BNB. (2) O PIB Industrial do norte de Minas Gerais corresponde à soma dos municípios da área de atuação do BNB; (3) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2009 atualizado para dezembro de 2011 pelo IGP_DI da FGV (índice acumulado do período de 116,86%).

Tabela 7.A – FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência por Risco
Posição: 31.12.2011

Valores em R$ mil

Risco	Aplicações	Inadimplência	%
Integral BNB	226.059	7.499	3,3
Exclusivo FNE	5.092.384	444.033	8,7
Compartilhado FNE / BNB	27.102.838	567.698	2,1
PROCERA	203.144	89.598	44,1
TOTAL	**32.624.425**	**1.108.828**	**3,4**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 8.A – FNE - Saldos de Aplicações por Unidade Federativa da Agência e Programa – POSIÇÃO: 31.12.2011

Valores em R$ mil

Estado	Programas Setoriais									Programas Multissetoriais						Total
	PRONAF	Programa da Terra	Rural (1)	Aquipesca	Profrota Pesqueira	Industrial (2)	Agrin (2)	Proatur	Comércio e Serviços (2)	Proinfra (2)	Inovação	Verde	Procultura	Micro e Pequena Empresa	Empreendedor Individual	
ALAGOAS	209.626	25.793	402.445	546	-	299.805	146.148	56.088	155.322	-	126	19	-	75.164	66	1.371.148
BAHIA	790.938	38.428	2.241.560	59.807	7.291	775.453	69.769	194.491	481.146	1.602.734	570	425.062	17	380.510	346	7.068.122
CEARÁ	748.170	8.223	975.160	155.822	-	1.092.737	159.912	108.803	734.525	834.766	715	198.290	14.894	765.526	677	5.798.220
ESPÍRITO SANTO	34.390	-	155.409	50	-	8.818	58.429	5.131	59.740	-	64	29.700	-	18.836	22	370.589
MARANHÃO	644.729	24.548	1.577.079	16.149	-	184.358	173.581	45.404	536.128	244.463	142	72.523	59	223.429	111	3.742.703
MINAS GERAIS	293.734	4.116	780.825	-	-	27.304	4.751	2.905	55.930	10.927	-	285.830	-	137.515	238	1.604.075
PARAÍBA	218.653	25.341	230.423	4.735	6.369	219.085	18.704	1.993	148.639	382.663	5.361	32.325	-	148.388	106	1.442.785
PERNAMBUCO	592.966	31.593	715.485	10.725	4.843	741.078	165.492	55.517	734.695	1.027.659	215	392.233	41	315.521	58	4.788.121
PIAUÍ	406.253	681	775.459	2.518	-	23.702	10.334	23.003	262.924	292.981	-	20.122	-	153.355	100	1.971.432
RIO DE JANEIRO (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	51.203	442.441	-	-	-	-	-	493.644
RIO GRANDE DO NORTE	304.750	20.113	330.647	57.526	-	319.418	20.294	38.507	172.514	167.806	326	708.257	18	180.818	381	2.321.375
SÃO PAULO (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.894	-	-	-	-	-	45.894
SERGIPE	204.257	24.308	499.927	6.028	-	216.028	306.179	40.613	156.938	-	436	906	-	150.535	162	1.606.317
Total	**4.448.466**	**203.144**	**8.684.419**	**313.906**	**18.503**	**3.907.786**	**1.133.593**	**572.455**	**3.549.704**	**5.052.334**	**7.955**	**2.165.267**	**15.029**	**2.549.597**	**2.267**	**32.624.425**

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

NOTA: (1) Exceto PRONAF, Programa da Terra, Aquipesca e Profrota Pesqueira e Programas Multissetoriais. (2) Exceto Programas Multissetoriais. (3) Financiamentos contratados nas agências desses estados, para empreendimentos localizados em estados da área de atuação do FNE.

Tabela 9.A – FNE - Saldos de Aplicações por Unidade Federativa da Agência e Porte de Tomadores – Posição: 31.12.2011

Valores em R$ mil

Estado	Cooperativas/ Associações	Micro e mini	Pequeno	Pequeno-médio	Médio	Grande	Total
ALAGOAS	51.652	355.956	138.865	445	207.959	616.271	1.371.148
BAHIA	55.393	1.314.410	734.945	12.283	1.238.461	3.712.630	7.068.122
CEARÁ	34.098	1.297.649	901.045	1.976	1.226.149	2.337.303	5.798.220
ESPÍRITO SANTO	-	59.609	44.242	14	102.500	164.224	370.589
MARANHÃO	18.975	881.566	404.996	6.970	494.848	1.935.348	3.742.703
MINAS GERAIS	17.997	494.222	295.003	2.517	242.771	551.565	1.604.075
PARAÍBA	18.637	365.590	217.307	754	192.747	647.750	1.442.785
PERNAMBUCO	25.498	872.906	416.157	1.062	708.849	2.763.649	4.788.121
PIAUÍ	23.509	573.992	259.069	14.555	253.881	846.425	1.971.431
RIO DE JANEIRO	-	-	-	-	-	493.644	493.644
RIO GRANDE DO NORTE	48.279	428.957	292.567	1.402	482.869	1.067.301	2.321.375
SÃO PAULO	-	-	-	-	-	45.894	45.894
SERGIPE	4.326	413.327	262.176	1.649	400.743	524.097	1.606.318
Total	**298.364**	**7.058.184**	**3.966.372**	**43.627**	**5.551.777**	**15.706.101**	**32.624.425**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 10.A – FNE - Saldos de Aplicações por Porte de Tomadores e Programa
Posição: 31.12.2011

Valores em R$ mil

Porte	Programas Setoriais											Programas Multissetoriais			
	PRONAF	Programa da Terra	Rural [1]	Aquipesca	Profrota Pesqueira	Industrial [2]	Agrin [2]	Proatur	Comércio e Serviços [2]	Proinfra [2]	Inovação	Verde	Proc ultura	Micro e Pequena Empresa	Empreendedor Individual
Cooperativas/Assoc	196	52.057	196.122	-	13.660	8.386	20.722	-	5.202	-	-	-	-	2.019	-
Mini/Micro	4.447.602	105.358	1.896.468	7.336	-	11.886	1.229	5.701	105.578	-	533	4.822	135	469.285	2.251
Pequeno	667	45.695	1.422.361	6.288	-	80.414	25.122	57.467	221.259	-	1.138	28.352	172	2.077.421	16
Pequeno-Médio	-	-	32.807	1.117	-	1.323	83	3.089	5.187	-	21	-	-	-	-
Médio	-	4	1.353.805	41.106	4.843	928.241	264.857	348.752	1.534.245	136.885	464	929.233	8.468	874	-
Grande	-	29	3.782.860	258.058	-	2.877.537	821.581	157.445	1.678.231	4.915.447	5.799	1.202.859	6.255	0	-
Total	**4.448.465**	**203.143**	**8.684.423**	**313.905**	**18.503**	**3.907.787**	**1.133.594**	**572.454**	**3.549.702**	**5.052.332**	**7.955**	**2.165.266**	**15.030**	**2.549.599**	**2.267**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 11A – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Município da Agência e Tipologia – Posição: 31.12.2011
VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 12.A – FNE - Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento
Posição: 31.12.2011

Valores em R$ mil

Programas	Semiárido			Fora do Semiárido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
AGRIN	327.798	9.745	3,0	805.796	17.041	2,1	1.133.594	26.786	2,4
AGRIN-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AQUIPESCA	114.947	2.474	2,2	198.959	10.216	5,1	313.906	12.690	4,0
DITEC-PRODESA	104.245	14.309	13,7	952	124	13,0	105.197	14.433	13,7
DITEC-PRODIR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DITEC-PROINTEC	15.566	1.857	11,9	466	37	7,9	16.032	1.894	11,8
FNE INDUS-INUNDAÇÕES/2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNE RURAL-INUNDAÇÕES/2000	-	-	-	8	2	25,0	8	2	25,0
FNE VERDE/SERVICOS	3.092	-	-	300	-	-	3.392	-	-
FNE VERDE-INDUSTRIAL	360.250	306	0,1	576.609	721	0,1	936.859	1.027	0,1
FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	730.914	-	-	43.494	-	-	774.408	-	-
FNE VERDE-RURAL	101.665	347	0,3	348.789	529	0,2	450.454	876	0,2
FNE-AQUISIÇÃO DE CTN	506	93	18,4	567	37	6,5	1.073	130	12,1
FNE-COMÉRCIO	418.020	11.687	2,8	1.409.200	33.047	2,3	1.827.220	44.734	2,4
FNE-EI/COMÉRCIO	859	3	0,3	423	3	0,7	1.282	6	0,5
FNE-EI/CULTURA-SERVICOS	7	-	-	-	-	-	7	-	-
FNE-EI/INDUSTRIA	195	2	1,0	72	-	-	267	2	0,7
FNE-EI/SERVICOS	387	1	0,3	313	2	0,6	700	3	0,4
FNE-EI/TURISMO	3	-	-	7	-	-	10	-	-
FNE-ESTIAGEM/98	24.866	3.827	15,4	4.393	621	14,1	29.259	4.448	
FNE-MPE-AGROINDUSTRIA	13.983	82	0,6	16.991	188	1,1	30.974	270	0,9
FNE-MPE-COMÉRCIO	582.597	7.690	1,3	484.919	10.049	2,1	1.067.516	17.739	1,7
FNE-MPE-CULTURA/COMÉRCIO	-	-	-	26	-	-	26	-	-

FNE-MPE-CULTURA/SERVICOS	1.444	21	1,5	883	2	0,2	2.327	23	1,0
FNE-MPE-INDÚSTRIA	190.474	2.560	1,3	177.742	2.339	1,3	368.216	4.899	1,3
FNE-MPE-SERVICOS	408.994	4.227	1,0	542.345	5.553	1,0	951.339	9.780	1,0
FNE-MPE-TURISMO	55.814	319	0,6	73.387	350	0,5	129.201	669	0,5
FNE-OP.EST/98 ADQ.-LEI 11322	3.570	437	12,2	940	97	10,3	4.510	534	11,8
FNE-OP.EST/98 CONV-LEI10464	4.578	819	17,9	658	97	14,7	5.236	916	17,5
FNE-OP.ESTI/98 CONV-LEI10696	9.643	1.005	10,4	1.466	164	11,2	11.109	1.169	10,5
FNE-OP.PRONAF ADQ.-LEI 11322	1.793	242	13,5	1.548	198	12,8	3.341	440	13,2
FNE-OP.PRONAF CONV-LEI10464	91.410	18.327	20,0	16.393	2.982	18,2	107.803	21.309	19,8
FNE-OP.PRONAF CONV-LEI10696	16.229	2.257	13,9	9.871	1.520	15,4	26.100	3.777	14,5
FNE-OUTR.OP.ADQ.-LEI 11322	101.998	11.712	11,5	50.197	4.913	9,8	152.195	16.625	10,9
FNE-OUTR.OP.CONV-LEI10464	38.573	7.057	18,3	5.768	981	17,0	44.341	8.038	18,1
FNE-OUTR.OP.CONV-LEI10696	66.233	7.472	11,3	13.535	1.706	12,6	79.768	9.178	11,5
FNE-SERVIÇOS	324.821	6.331	1,9	1.397.447	21.094	1,5	1.722.268	27.425	1,6
FNE-VERDE/RECUPER.AMBIENTAL	-	-	-	153	-	-	153	-	-
INDUSTRIAL	1.309.789	27.721	2,1	2.551.723	32.729	1,3	3.861.512	60.450	1,6
INOVAÇÃO-COMERCIAL	257	-	-	401	-	-	658	-	-
INOVAÇÃO-INDUSTRIAL	-	-	-	500	-	-	500	-	-
INOVAÇÃO-RURAL	71	-	-	5.766	-	-	5.837	-	-
INOVAÇÃO-SERVIÇOS	-	-	-	959	1	0,1	959	1	0,1
MINERAL-CONC.LICENCIAMENTO	107	-	-	-	-	-	107	-	-
MINERAL-PESQUISA	2.631	1.743	66,2	-	-	-	2.631	1.743	66,2
MINERAL-PME	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OP.FAT PRONAF RECLASSIF-FNE	104	25	24,0	1.200	426	35,5	1.304	451	34,6
OP.FAT/ESTIAG-RECLASSIF-FNE	254	32	12,6	110	14	12,7	364	46	12,6
OP.SECURIT/MIX-RECLASSIF.P/FNE	-	-	-	60	-	-	60	-	-
OUT.OP.C/MIX-RECLASSIF.P/FNE	13.879	1.195	8,6	30.087	1.683	5,6	43.966	2.878	6,5
OUTRAS OP.FAT-RECLASSIF-FNE	14.478	662	4,6	6.187	519	8,4	20.665	1.181	5,7
PROAGRI	39.761	3.913	9,8	85.080	6.041	7,1	124.841	9.954	8,0
PROATUR	52.320	2.616	5,0	520.134	10.439	2,0	572.454	13.055	2,3
PROCAR	201	30	14,9	75	1	1,3	276	31	11,2
PROCOOP	1	-	-	592	48	8,1	593	48	8,1
PROCULTURA-COMÉRCIO	-	-	-	6.284	-	-	6.284	-	-

PROCULTURA-SERVIÇOS	211	-	-	8.535	-	-	8.746	-	-
PRODESA	13.383	1.791	13,4	839	218	26,0	14.222	2.009	14,1
PRODETEC INDUSTRIAL	1.629	182	11,2	189	46	24,3	1.818	228	12,5
PRODETEC RURAL	1	-	-	-	-	-	1	-	-
PRODETEC-COMERCIAL	73	28	38,4	48	4	8,3	121	32	26,4
PRODETEC-INCUBADAS	-	-	-	292	35	12,0	292	35	12,0
PRODETEC-P&D	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODETEC-PROINTEC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODETEC-PROTEC	-	-	-	51	-	-	51	-	-
PRODETEC-SERVIÇOS	-	-	-	95	-	-	95	-	-
PRODETEC-TRANSFER	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-MET.MEC.-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-METAL MECÂNICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-MIN.N.METAL.-GIRO ESP.	-	-	-	83	26	31,3	83	26	31,3
PRODIN-MINERAL N.METALICO	120	44	36,7	936	-	-	1.056	44	4,2
PRODIN-QUÍMICO	1.630	367	22,5	641	23	3,6	2.271	390	17,2
PRODIN-QUÍMICO-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFIBRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFROTA PESQUEIRA	-	-	-	18.503	746	4,0	18.503	746	4,0
PROGER	76.573	15.414	20,1	62.494	12.899	20,6	139.067	28.313	20,4
PROGRAMA DA TERRA	75.622	31.077	41,1	127.522	58.521	45,9	203.144	89.598	44,1
PROINFRA	2.049.752	-	-	3.002.581	-	-	5.052.333	-	-
PROIR-AGRICULTURA IRRIGADA	160.548	19.963	12,4	83.489	6.590	7,9	244.037	26.553	10,9
PROMICRO - FNE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROMOC	443	259	58,5	12	5	41,7	455	264	58,0
PROMOC-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF (FNE)	18.343	3.549	19,3	13.470	2.471	18,3	31.813	6.020	18,9
PRONAF FLORESTA - FNE	1.640	3	0,2	4.363	3	0,1	6.003	6	0,1
PRONAF GRUPO "A" - FNE	536.511	47.007	8,8	542.708	42.313	7,8	1.079.219	89.320	8,3
PRONAF GRUPO "B" - FNE	703.502	42.310	6,0	424.179	38.255	9,0	1.127.681	80.565	7,1
PRONAF GRUPO "C" - FNE	424.203	55.213	13,0	140.478	21.638	15,4	564.681	76.851	13,6
PRONAF GRUPO "D" - FNE	207.662	28.784	13,9	144.219	23.231	16,1	351.881	52.015	14,8

PRONAF GRUPO "E" - FNE	5.932	460	7,8	4.947	400	8,1	10.879	860	7,9
PRONAF GRUPO A/C - FNE	8.244	3.894	47,2	6.837	2.476	36,2	15.081	6.370	42,2
PRONAF JOVEM - FNE	1.867	119	6,4	916	75	8,2	2.783	194	7,0
PRONAF MULHER - FNE	71.669	6.251	8,7	20.679		6,4	92.348	7.568	8,2
PRONAF SEMIÁRIDO - FNE	120.118	5.706	4,8	-	-	-	120.118	5.706	4,8
PRONAF/AGREGAR (FNE)	5	5	100,0	-	-	-	5	5	100,0
PRONAF/ESTIAGEM 2010-FNE	1.814	-	-	-	-	-	1.814	-	-
PRONAF-A/FAT OP.ADQ.P/FNE	1.799	398	22,1	8.761	885	10,1	10.560	1.283	12,1
PRONAF-AGRINF (FNE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF-AGROECOLOGIA (FNE)	48	3	6,3	-	-	-	48	3	6,3
PRONAF-AGROINDÚSTRIA (FNE)	1.446	97	6,7	531	39	7,3	1.977	136	6,9
PRONAF-COMUM (FNE)	193.655	10.445	5,4	103.956	3.925	3,8	297.611	14.370	4,8
PRONAF-ECO (FNE)	4.012	-	-	508	-	-	4.520	-	-
PRONAF-EMERGENCIAL/2009	1.856	886	47,7	596	493	82,7	2.452	1.379	56,2
PRONAF-GRUPO A/RECUPERAÇÃO/FNE	4.801	229	4,8	4.001	137	3,4	8.802	366	4,2
PRONAF-MAIS ALIMENT/REVITALIZA	1.203	-	-	469	-	-	1.672	-	-
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	396.862	673	0,2	181.109	223	0,1	577.971	896	0,2
PROPAN	-	-	-	112	-	-	112	-	-
PROPEC	589.320	72.683	12,3	229.417	1.861	9,5	818.737	94.544	11,5
PROPEC-ENGORDA ESPECIAL	743	-	-	-	-	-	743	-	-
PRO-RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	2	1	50,0	-	-	-	2	1	50,0
PRO-RENDA	6	3	50,0	17	-	-	23	3	13,0
PROTAD-BEBIDA/COMIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-CONFECÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-COURO/CALÇADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-COURO/PELE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-MADEIRA/MOBIL.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-PRODS.ALIMENT.	120	19	15,8	20	2	10,0	140	21	15,0
PROTAD-PRODS.ALIMENT.G.ESP.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-TÊXTIL	12.055	800	6,6	19.081	2.157	11,3	31.136	2.957	9,5
PROTAD-TÊXTIL-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-V.CALC/ART.COURO-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

G.ESPE									
PROTAD-VEST.CALC/ART.COURO	86	17	19,8	3.521	645	18,3	3.607	662	18,4
RECOOP	1.157	214	18,5	19.069	865	4,5	20.226	1.079	5,3
REN.DIVID-RES.2471/98-FNE	336.006	12.021	3,6	338.256	5.155	1,5	674.262	17.176	2,5
RES.2471-FAT S/MIX RECLASS-FNE	47.577	886	1,9	11.351	336	3,0	58.928	1.222	2,1
RES.2471-MIX RECLASSIF.P/FNE	38.671	1.197	3,1	3.320	96	2,9	41.991	1.293	3,1
RURAL	1.998.024	75.380	3,8	3.858.587	101.622	2,6	5.856.612	177.007	3,0
RURAL/PRODECER III-COM RISCO	-	-	-	58.114	384	0,7	58.114	384	0,7
RURAL/PRODECER III-SEM RISCO	-	-	-	4.070	26	0,6	4.070	26	0,6
RURAL-CACAU/ART.7-A/LEI 11.775	-	-	-	1.354	-	-	1.354	-	-
RURAL-CACAU/MP 432-LEI 11.775	1.697	-	-	98.628	1	-	100.325	1	-
RURAL-CRED.PGTO.JUROS-RES.2471	1.021	195	19,1	2.452	1	-	3.473	196	5,6
RURAL-INUNDAÇÕES 2004 E 2008	1.359	2	-	9.230	398	4,3	10.589	400	3,8
RURAL-PGT.JUROS/2471-OP.RECLAS	244	20	-	421	25	5,9	665	45	6,8
Total	**13.664.592**	**591.741**	**4,3**	**18.959.832**	**517.082**	**2,7**	**32.624.425**	**1.108.828**	**3,4**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 13.A – FNE- Contratações em Mesorregiões – Exercício 2011

Valores em R$

Mesorregiões	Programação FNE 2011	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	303.000	3.915	300.226
Chapada do Araripe	398.700	18.023	325.122
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	201.500	12.769	178.038
Xingó	194.500	21.930	206.034
Bico do Papagaio	120.000	4.430	404.270
Seridó	73.000	10.550	85.670
Águas Emendadas	25.000	568	9.012
Total	**1.315.700**	**72.185**	**1.508.372**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 14.A – FNE- Contratações em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		**57.409**	**684.834**
	Chapada das Mangabeiras	1.941	32.628
	Chapada do Araripe	18.023	325.122
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	4.965	35.380
	Xingó	21.930	206.034
	Seridó	10.550	85.670
Outras Regiões		**14.776**	**823.538**
	Chapada das Mangabeiras	1.974	267.598
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	7.804	142.658
	Bico do Papagaio	4.430	404.270
	Águas Emendadas	568	9.012
Total		**72.185**	**1.508.372**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 15.A – FNE- Contratações por Mesorregiões - Setor Rural – Exercício 2011

Valores em R$ mil

DISCRIMINAÇÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
FNE RURAL (Exceto PRONAF)	175	202.705	363	16.095	362	103.814	1.054	68.485	415	15.019	230	61.757	33	6.568	2.632	474.443
PRONAF	3.551	13.365	16.883	67.816	12.023	35.313	20.175	72.540	9.450	26.713	4.033	15.468	519	1.338	66.634	232.553
Total	**3.726**	**216.070**	**17.246**	**83.911**	**12.385**	**139.127**	**21.229**	**141.025**	**9.865**	**41.732**	**4.263**	**77.225**	**552**	**7.906**	**69.266**	**706.996**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 16.A – FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Agroindustrial – Exercício 2011

Valores em R$ mil

ATIVIDADE	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado	-	-	-	-	1	1.917	-	-	1	146	-	-	-	-	2	2.063
Ind. Peod. Alimentícios	-	-	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25
Laticinios	-	-	3	329	3	177	-	-	2	100	1	422	-	-	9	1.028
Moagem e Benef.	1	255	1	120	-	-	-	-	1	933	-	-	-	-	3	1.308
Beneficiamento de Fibras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Process. Benef. Mel de Abelha	-	-	1	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	19
Proces.Benef.Frutas e Hortalicas	-	-	-	-	2	58	1	14	-	-	-	-	-	-	3	72
Total	**1**	**255**	**5**	**468**	**7**	**2.177**	**1**	**14**	**4**	**1.179**	**1**	**422**	**-**	**-**	**19**	**4.515**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 17.A – FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Industrial – Exercício 2011

Valores em R$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Aguas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentação	-	-	1	8	-	-	1	24	-	-	-	-	-	-	2	32
Com.Atacadista	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-
Com.Varejista	-	-	1	8	3	34	-	-	-	-	-	-	-	-	4	42
Edifícios e Obras de Eng.Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	1.817	-	-	2	1.852
Ind. Eletroeletrônica	-	-	5	317	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	317
IND. GRÁFICA	-	-	6	459	-	-	4	334	1	40	2	363	-	-	13	1.196
IND. METAL-MECÂNICA	6	181	13	3.712	2	161	6	298	3	164	-	-	-	-	30	4.516
Ind.Calçados	-	-	37	24.886	-	-	1	6.000	6	216	-	-	-	-	44	31.102
Ind.Celulose, Papel e Prod. Papel	-	-	-	-	-	-	-	-	1	29	-	-	-	-	1	29
Ind. Mobiliário	1	10	4	215	3	56	-	-	1	19	1	40	-	-	10	340
Ind.Prod.Alimentícios	-	-	24	871	10	759	19	579	28	1.229	1	384	-	-	82	3.822
IND.PROD.LIMPEZA, PERFUMARIA, COSMÉTICOS	-	-	5	298	5	165	-	-	4	197	-	-	-	-	14	660
Ind.Prod.Minerais não Metálicos	-	-	53	18.252	5	2.131	2	3.047	36	5.933	1	3.513	-	-	97	32.876
Ind.Prod.Plástico	-	-	2	278	-	-	-	-	1	13	-	-	-	-	3	291
Ind. Têxtil	-	-	-	-	1	7	31	2.303	19	1.338	-	-	-	-	51	3.648
Ind. Vestuário e Acessórios	-	-	9	295	2	144	12	372	42	2.211	-	-	-	-	65	3.022
Laticínios	-	-	1	21	-	-	2	65	3	403	-	-	1	80	7	569
Moagem e Beneficiamento	1	45	1	8	-	-	2	96	-	-	-	-	-	-	4	149
Reparação e Conservação	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	1	50
Proces.Benef.Cana de açúcar	-	-	-	-	1	226	-	-	-	-	-	-	-	-	1	226
IND.GELO	-	-	-	-	-	-	1	89	-	-	-	-	-	-	1	89
Ind.Prod.Borracha	3	127	1	63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	190

Ind.Bebidas, Exceto Agroindústria	-	-	3	5.559	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	5.559
Ind.Madeira, Exceto Mobiliário	-	-	1	70	1	968	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1.038
Ind.Couros e Peles	-	-	4	196	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	196
Curtume	-	-	1	562	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	562
Ind.Transportes	-	-	1	8.696	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8.696
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	-	-	6	8.177	-	-	-	-	2	407	-	-	-	-	8	8.584
Ind.Prod.Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas	-	-	1	1.457	-	-	-	-	1	16	-	-	-	-	2	1.473
IND.DE TRANSFORMAÇÃO	-	-	2	160	-	-	4	1.785	-	-	5	533	-	-	11	2.478
INFRAESTR.P/ENG. ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IND. SIDERÚRGICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	244.000	-	-	1	244.000
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	-	-	-	-	-	-	1	130	7	1.891	-	-	-	-	8	2.021
Total	**11**	**363**	**182**	**74.568**	**33**	**4.651**	**86**	**15.122**	**157**	**14.191**	**12**	**250.650**	**1**	**80**	**482**	**359.625**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 18.A – FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Turismo – Exercício 2011

Valores em R$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Aguas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Ativs.Aux.Transportes	-	-	3	230	-	-	3	216	1	68	-	-	-	-	7	514
Hospedagem	1	271	6	10.941	7	2.705	9	2.348	8	736	1	10.525	2	378	34	28.004
Imobiliarias e Alugueis	-	-	-	-	-	-	-	-	1	83	-	-	-	-	1	83
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	1	117	-	-	-	-	-	-	1	117
Total	**1**	**371**	**9**	**11.171**	**7**	**2.705**	**13**	**2.681**	**10**	**887**	**1**	**10.525**	**2**	**378**	**43**	**28.718**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 19.A – FNE - Contratações em Mesorregiões - Infra-estrutura – Exercício 2011

Valores em R$ mil

ATIVIDADE	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Prod. Distr. Eletricidade, Gás e Água	1	70.000	1	60.747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	130.747
Total	**1**	**70.000**	**1**	**60.747**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2**	**130.747**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

*** Somente energia elétrica**

Tabela 20.A – FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Comercial/Serviços – Exercício 2011

Valores em R$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Aguas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentação	6	483	29	1.219	15	529	11	398	11	351	5	377	-	-	77	3.357
Assessoria, Consultoria e Treinamento	2	226	1	61	6	231	2	65	3	125	2	194	-	-	16	903
Ativs.Aux.Transportes	-	-	4	407	2	189	8	542	3	358	1	79	-	-	18	1575
Com.Atacadista	10	576	31	5.218	9	369	33	4.761	33	5.182	16	915	-	-	132	17.021
Com.Varejista	150	7.351	424	33.183	256	18.698	450	24.245	397	16.364	108	23.610	10	446	1.795	123.897
Edifícios e Obras de Eng.Civil	-	-	6	13.071	1	132	10	3.077	4	560	1	291	-	-	22	17.131
Educação	1	192	8	790	2	199	6	1844	3	91	2	81	-	-	22	3.197
Entretenimento	-	-	1	25	-	-	5	849	3	118	-	-	-	-	9	992
Fruticultura	-	-	-	-	-	-	1	360	-	-	-	-	-	-	1	360
IND. GRAFICA	-	-	1	30	2	459	-	-	-	-	1	20	-	-	4	509
Ind. Mobiliário	-	-	-	-	2	301	-	-	-	-	1	23	-	-	3	324
Ind.Prod.Alimenticios	-	-	1	16	1	70	3	25	-	-	-	-	-	-	5	111
Ind. Têxtil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	-	-	1	35
Ind. Vestuário e Acessórios	-	-	1	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	70
Laticínios	-	-	1	75	-	-	2	8	-	-	-	-	-	-	3	83
OBRAS DE ACABAMENTO	-	-	1	50	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	2	54
OBRAS DE INSTALAÇÕES	-	-	-	-	-	-	1	43	-	-	-	-	-	-	1	43
Reparação e Conservação	1	52	3	100	5	138	4	126	9	211	-	-	-	-	22	627
Saneamento Básico	-	-	-	-	1	96	-	-	-	-	-	-	-	-	1	96
Saúde, Serv. Médicos/Veterinários	-	-	13	1.215	14	6.175	26	6.818	12	704	4	2.567	1	18	70	17.497

Serv.Aux. Agropecuária,Extrativismo e Silvicultura	-	-	-	-	-	-	1	173	-	-	1	2.000	-	-	2	2.173
Serv.Pessoais	1	64	12	1.078	2	38	4	74	8	213	-	-	-	-	27	1.467
Transp. Rodoviário	2	1.096	12	1.640	4	609	11	1.746	7	1.577	2	3.358	-	-	38	10.026
Serv.Aux. Construção	-	-	1	900	-	-	4	347	-	-	-	-	-	-	5	1.247
Com.Varej. Turístico	-	-	1	42	1	18	-	-	-	-	-	-	-	-	2	60
Hospedagem	-	-	1	28	2	99	1	41	-	-	-	-	1	50	5	218
Atv.Associativas	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	-	-	1	50
Serv. Aux. Adm.Empresas	-	-	3	186	3	108	7	608	-	-	-	-	-	-	13	902
Aluguel Maq.Eqpto.	-	-	6	3704	3	195	2	362	5	875	-	-	-	-	16	5.136
Telecomunicações	-	-	2	155	-	-	-	-	2	157	-	-	-	-	4	312
Informática	-	-	1	28	-	-	-	-	2	51	-	-	-	-	3	79
Alimentação Preparada	-	-	1	298	-	-	-	-	2	54	-	-	-	-	3	352
Adm.Pública, Defesa e Seguridade	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	1	50
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	312	-	-	1	312
Imobiliárias e Alugueis	-	-	1	29.411	-	-	-	-	-	-	1	29.888	-	-	2	59.299
IND.DE TRANSFORMAÇÃO	-	-	1	49	-	-	1	75	-	-	2	126	-	-	4	250
Intermediação Financeira	-	-	-	-	-	-	1	30	-	-	-	-	-	-	1	30
Serviços Veterinários	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	-	-	-	-	1	15
PREPARACAO DO TERRENO	-	-	2	320	-	-	1	134	-	-	1	1.200	-	-	4	1.654
INFRAESTR.P/ENG. ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES	1	3.110	-	-	-	-	-	-	3	470	-	-	-	-	4	3.580
Outras atividades relacionadas ao lazer	1	17	5	215	3	460	2	187	2	13	2	344	-	-	15	1.236
Intermediários do Comercio	-	-	3	211	2	98	1	25	1	68	1	29	1	134	9	565
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	-	-	2	372	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	372
Correios	-	-	-	-	1	166	-	-	-	-	-	-	-	-	1	166
Técnicos	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	-	-	1	50

Outros Serviços	-	-	1	90	-	-	1	128	1	70	-	-	-	-	3	288
Total	**175**	**13.167**	**580**	**94.257**	**337**	**29.377**	**601**	**47.191**	**514**	**27.682**	**153**	**65.449**	**13**	**648**	**2.373**	**277.771**

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Tabela 21.A – FNE - Contratações com Clientes que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez – Exercício 2011

Valores em R$ mil

UF	Setor	Porte (1)										Total	
		Mini		Micro		Pequeno		Médio		Grande		Qtde.	Valor
		Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
AL	Agrícola	1.354	5.110	-	-	9	596	1	74	-	-	1.364	5.780
	Comércio	-	-	38	1.700	75	4.782	5	2.111	3	1.508	121	10.101
	Industrial	-	-	1	133	10	5.609	-	-	1	21.416	12	27.158
	Pecuária	2.661	9.601	-	-	10	1.672	1	277	1	617	2673	12.167
	Serviços	-	-	14	2.442	13	2.304	1	110.000	1	364	29	115.110
BA	Agrícola	3.217	21.408	-	-	81	19.528	2	3.814	2	1.146	3302	45.896
	Agroindústria	-	-	-	-	2	188	1	161	-	-	3	349
	Comércio	-	-	202	8.616	373	27.018	15	1.856	1	40	591	37.530
	Industrial	-	-	26	1.253	44	7.752	4	676	2	2.269	76	11.950
	Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	3	267.984	2	612.579	5	880.563
	Pecuária	13.593	50.466	-	-	81	10.173	13	4.722	-	-	13687	65.361
	Serviços	-	-	101	5.875	89	24.169	4	18.583	-	-	194	48.627
CE	Agrícola	3.000	11.583	-	-	21	1.983	-	-	1	326	3022	13.892
	Agroindústria	-	-	-	-	1	3.321	-	-	-	-	1	3.321
	Comércio	-	-	382	14.798	244	24.013	8	3.694	1	3.383	635	45.888
	Industrial	-	-	39	1.654	55	20.148	10	54.445	2	64.583	106	140.830
	Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	1	83.487	1	83.487
	Pecuária	6.896	33.049	-	-	66	4.283	1	26	1	27.862	6964	65.220
	Serviços	-	-	165	13.215	89	27.167	4	68.876	1	2.382	259	111.640
ES	Agrícola	99	2.673	-	-	3	288	3	2.092	-	-	105	5.053
	Comércio	-	-	8	247	19	1.591	-	-	-	-	27	1.838
	Industrial	-	-	3	22	5	7.599	1	1.900	-	-	9	9.521
	Pecuária	22	630	-	-	3	3.317	1	870	-	-	26	4.817
	Serviços	-	-	6	370	6	2.347	1	123	-	-	13	2.840
MA	Agrícola	1.406	6.270	-	-	5	903	2	528	-	-	1413	7.701

	Agroindústria	-	-	-	-	2	2.109	-	-	-	-	2	2.109
	Comércio	-	-	48	2.149	263	19.664	2	1.038	1	3.544	314	26.395
	Industrial	-	-	5	530	20	10.572	-	-	-	-	25	11.102
	Pecuária	6.668	55.653	-	-	84	13.465	5	5.037	1	3.368	6758	77.523
	Serviços	-	-	19	588	40	43.170	3	3.804	1	20.956	63	68.518
MG	Agrícola	1.446	4.943	-	-	19	5.047	9	2.773	4	8.065	1478	20.828
	Agroindústria	-	-	-	-	-	-	1	1.005	-	-	1	1.005
	Comércio	-	-	168	7.405	102	8.992	4	2.652	-	-	274	19.049
	Industrial	-	-	23	1.486	15	4.191	2	6.101	1	56.586	41	68.364
	Pecuária	5.939	24.074	-	-	57	3.842	5	3.189	3	8.346	6004	39.451
	Serviços	-	-	67	3.758	32	6.478	1	527	-	-	100	10.763
PB	Agrícola	955	3.003	-	-	5	253	1	186	-	-	961	3.442
	Comércio	-	-	108	3.679	135	7.682	2	332	1	335	246	12.028
	Industrial	-	-	22	1.225	24	15.263	1	71	1	100.000	48	116.559
	Pecuária	5.513	17.011	-	-	28	1.942	1	48	-	-	5542	19.001
	Serviços	-	-	42	2.314	24	3.848	2	8.168	-	-	68	14.330
PE	Agrícola	2.016	17.169	-	-	14	2.479	4	651	-	-	2034	20.299
	Agroindústria	-	-	1	19	-	-	-	-	1	118.296	2	118.315
	Comércio	-	-	135	5.471	231	13.867	8	3.362	1	200	375	22.900
	Industrial	-	-	24	1.231	53	16.390	1	508	3	306.188	81	324.317
	Pecuária	9.225	40.444	-	-	36	3.881	-	-	-	-	9261	44.325
	Serviços	-	-	93	5.498	83	31.806	3	70.326	-	-	179	107.630
PI	Agrícola	1.009	4.819	-	-	12	2.098	2	3.363	2	4.834	1025	15.114
	Agroindústria	-	-	-	-	2	1.056	-	-	-	-	2	1.056
	Comércio	-	-	49	1.283	168	12.148	4	1.020	1	249	222	14.700
	Industrial	-	-	4	66	31	10.086	2	156	-	-	37	10.308
	Pecuária	7.150	27.029	-	-	34	1.541	2	362	-	-	7186	28.932
	Serviços	-	-	27	1.221	31	21.497	5	8.659	1	90.270	64	121.647
RN	Agrícola	490	3.461	-	-	4	562	-	-	-	-	494	4.023
	Agroindústria	-	-	-	-	3	244	1	151	-	-	4	395
	Comércio	-	-	101	2.482	196	9.361	9	621	1	169	307	12.633
	Industrial	-	-	30	1.255	26	3.451	4	19.297	-	-	60	24.003

	Infra-estrutura	-	-	-	-	-	-	3	253.157	-	-	3	253.157
	Pecuária	3.631	14.268	-	-	35	2.508	-	-	-	-	3666	16.776
	Serviços	-	-	60	1.868	58	8.107	1	64	-	-	119	10.039
SE	Agrícola	340	1.619	-	-	5	329	1	198	-	-	346	2.146
	Agroindústria	-	-	1	65	-	-	1	1.536	-	-	2	1.601
	Comércio	-	-	80	3.495	92	5.068	4	2.137	-	-	176	10.700
	Industrial	-	-	15	586	31	4.636	-	-	2	2.455	48	7.677
	Pecuária	1.909	8.774	-	-	23	1.743	5	1.039	-	-	1937	11.556
	Serviços	-	-	44	2.341	40	6.411	3	1.434	-	-	87	10.186
Total geral		**78.539**	**363.057**	**2.151**	**100.340**	**3.362**	**506.538**	**183**	**945.784**	**45**	**1.545.823**	**84.280**	**3.461.542**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação de porte anterior à Resolução CONDEL/SUDENE nº 43, de 10.11.2011.

Tabela 22.A – FNE - Contratações de Valor Superior a R$ 10 milhões – Exercício 2011

UF	Tipologia	Localização	Programa	Valor do Financiamento
AL	ALTA RENDA	MACEIO	FNE-COMERCIO	30.000
AL	ALTA RENDA	MACEIO	FNE-SERVICOS	110.000
AL	ALTA RENDA	MACEIO	INDUSTRIAL	15.966
AL	BAIXA RENDA	ANADIA	RURAL	10.848
AL	BAIXA RENDA	CORURIPE	AGRIN	30.000
AL	BAIXA RENDA	CORURIPE	RURAL	16.016
AL	BAIXA RENDA	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	RURAL	18.751
BA	ALTA RENDA	CAMACARI	INDUSTRIAL	30.000
BA	ALTA RENDA	CAMACARI	PROINFRA	30.000
BA	ALTA RENDA	SALVADOR	FNE-SERVICOS	40.619
BA	ALTA RENDA	SALVADOR	PROINFRA	612.579
BA	ALTA RENDA	SALVADOR	PROINFRA-2	47.995
BA	ALTA RENDA	SAO FRANCISCO DO CONDE	FNE-COMERCIO	10.425
BA	DINÂMICA	BARREIRAS	RURAL	43.501
BA	DINÂMICA	BROTAS DE MACAUBAS	FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	267.984
BA	DINÂMICA	CORRENTINA	RURAL	62.298
BA	DINÂMICA	SAO DESIDERIO	RURAL	24.590
BA	ESTAGNADA	FEIRA DE SANTANA	FNE-SERVICOS	16.802
BA	ESTAGNADA	JUAZEIRO	INDUSTRIAL	123.720
BA	ESTAGNADA	JUAZEIRO	RURAL	21.927
CE	ALTA RENDA	CAUCAIA	INDUSTRIAL	25.412
CE	ALTA RENDA	FORTALEZA	PROINFRA	128.928

CE	ALTA RENDA	FORTALEZA	PROINFRA-2	17.046
CE	ALTA RENDA	MARACANAU	INDUSTRIAL	167.899
CE	BAIXA RENDA	GRANJA	AQUIPESCA	27.862
CE	BAIXA RENDA	SAO GONCALO DO AMARANTE	PROINFRA	250.000
CE	DINÂMICA	HORIZONTE	INDUSTRIAL	41.427
CE	DINÂMICA	PACAJUS	INDUSTRIAL	82.605
CE	ESTAGNADA	JUAZEIRO DO NORTE	FNE-SERVICOS	29.411
CE	ESTAGNADA	JUAZEIRO DO NORTE	PROINFRA	60.747
CE	ESTAGNADA	SOBRAL	FNE-SERVICOS	29.998
MA	BAIXA RENDA	ALDEIAS ALTAS	RURAL	10.653
MA	BAIXA RENDA	CODO	RURAL	17.979
MA	BAIXA RENDA	GRAJAU	RURAL	11.159
MA	BAIXA RENDA	SANTA LUZIA DO PARUA	FNE-COMERCIO	11.165
MA	DINÂMICA	BALSAS	RURAL	77.789
MA	DINÂMICA	SAMBAIBA	RURAL	36.626
MA	DINÂMICA	TASSO FRAGOSO	RURAL	53.985
MA	ESTAGNADA	ACAILANDIA	FNE-SERVICOS	29.887
MA	ESTAGNADA	ACAILANDIA	INDUSTRIAL	244.000
MA	ESTAGNADA	IMPERATRIZ	FNE-COMERCIO	15.024
MA	ESTAGNADA	IMPERATRIZ	PROATUR	10.525
MA	ESTAGNADA	PACO DO LUMIAR	FNE-COMERCIO	10.988
MA	ESTAGNADA	PORTO FRANCO	AGRIN	17.025
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	FNE-SERVICOS	68.982
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	INDUSTRIAL	101.482
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	PROINFRA	52.198
MG	ESTAGNADA	MONTES CLAROS	INDUSTRIAL	56.586
MG	ESTAGNADA	PIRAPORA	INDUSTRIAL	17.791
PB	ALTA RENDA	JOAO PESSOA	INDUSTRIAL	12.072
PB	ALTA RENDA	JOAO PESSOA	PROATUR	60.753

PB	ALTA RENDA	SANTA RITA	AGRIN	13.000
PB	DINÂMICA	ALHANDRA	FNE-SERVICOS	11.706
PB	DINÂMICA	ALHANDRA	INDUSTRIAL	100.000
PE	ALTA RENDA	JABOATAO DOS GUARARAPES	FNE-SERVICOS	14.102
PE	ALTA RENDA	RECIFE	FNE-COMERCIO	35.001
PE	ALTA RENDA	RECIFE	FNE-SERVICOS	69.148
PE	ALTA RENDA	RECIFE	PROINFRA	78.319
PE	ALTA RENDA	RECIFE	PROINFRA-2	34.497
PE	ALTA RENDA	SAO LOURENCO DA MATA	PROATUR	250.000
PE	BAIXA RENDA	ESCADA	INDUSTRIAL	16.912
PE	ESTAGNADA	BELO JARDIM	INDUSTRIAL	19.893
PE	ESTAGNADA	BOM CONSELHO	AGRIN	118.296
PE	ESTAGNADA	GRAVATA	PROATUR	25.763
PE	ESTAGNADA	IPOJUCA	INDUSTRIAL	25.438
PE	ESTAGNADA	ITAQUITINGA	FNE-SERVICOS	58.409
PE	ESTAGNADA	PETROLINA	RURAL	24.798
PE	ESTAGNADA	TIMBAUBA	INDUSTRIAL	39.276
PI	DINÂMICA	MONTE ALEGRE DO PIAUI	RURAL	15.537
PI	DINÂMICA	RIBEIRO GONCALVES	PROINFRA	70.000
PI	DINÂMICA	URUCUI	RURAL	14.612
PI	ESTAGNADA	TERESINA	FNE-COMERCIO	120.593
PI	ESTAGNADA	TERESINA	FNE-SERVICOS	90.270
PI	ESTAGNADA	TERESINA	INDUSTRIAL	24.222
RN	DINÂMICA	GUAMARE	FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	302.428
RN	DINÂMICA	LAJES	INDUSTRIAL	16.724
RN	ESTAGNADA	BARAUNA	INDUSTRIAL	254.729
RN	ESTAGNADA	MOSSORO	INDUSTRIAL	26.782
SE	DINÂMICA	CAPELA	AGRIN	36.571

SE	DINÂMICA	MURIBECA	AGRIN	27.329
SE	DINÂMICA	NOSSA SENHORA DAS DORES	AGRIN	13.104
TOTAL				**5.289.484**

Tabela 23.A

FNE - Valores Repassados a Outras Instituições Financeiras (Liberados)
Exercício de 2011

Valores em R$ mil

UF	Instituição Financeira	Valor
RN	AGÊNCIA DE FOMENTO DO RN	2.484
SE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A	9.447
BA	DESENBAHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A	13.493
Total		**25.424**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 24.A – FNE - Contratações Destinadas a Custeio, Comercialização e Capital de Giro – Exercício 2011

Valores em R$ mil

UF	CUSTEIO AGRÍCOLA		CUSTEIO PECUÁRIO		COMERCIALIZAÇÃO		CAPITAL DE GIRO		CAP. DE GIRO P/ AQUIS. DE MAT. PRIMA/INSUMOS		TOTAL	
	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor
AL	809	55.028	293	5.089	-	-	1	30.000	356	12.417	1.459	102.534
BA	2.060	611.823	352	12.468	22	17.652	26	1.862	1.667	60.691	4.127	704.496
CE	1.509	27.929	2.052	52.856	3	300	8	948	1.423	42.493	4.995	124.525
ES	175	21.218	30	3.527	3	11.062	2	6.800	101	3.041	311	45.649
MA	1.166	271.878	895	38.218	5	12.779	4	68	1.178	37.475	3.248	360.417
MG	169	43.760	291	10.438	2	1.418	-	-	591	14.703	1.053	70.319
PB	175	10.057	860	7.274	-	-	7	14.236	940	31.056	1.982	62.622
PE	460	51.692	1.069	34.346	1	30	20	5.040	1.742	65.367	3.292	156.475
PI	447	139.956	412	6.296	10	23.174	11	3.811	1.105	32.748	1.985	205.984
RN	380	12.933	881	12.912	-	-	35	1.841	1.220	44.892	2.516	72.578
SE	2.430	65.472	82	1.092	10	4.832	15	8.286	776	25.318	3.313	104.999
Total	**9.780**	**1.311.746**	**7.217**	**184.515**	**56**	**71.247**	**129**	**72.891**	**11.099**	**370.200**	**28.281**	**2.010.599**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 25A – FNE – Contratações por Tipo de Município – 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 26A – FNE – Contratações por Município - Setor Rural – 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 27A – FNE – Contratações por Município - Setor Não Rural – 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 28A – FNE – Contratações por Município – Porte do Tomador – 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 29.A – FNE - Setor Rural - Contratações por Programa e Faixa de Valor – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Faixa de Valor	Pronaf A		Pronaf B		Pronaf - Demais Grupos		Aquicultura e Pesca		FNE Verde		Outros Programas Rurais		Total	
	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor
Até R$ 500,00	-	-	118	58	5	2	1	1	-	-	7	3	131	64
Acima de R$ 500,00 até R$ 1.000,00	-	-	4.814	4.738	102	84	-	-	-	-	9	7	4.925	4.829
Acima de R$ 1.000,00 até R$ 10.000,00	878	5.543	362.152	771.020	14.619	83.256	59	498	2	16	1.630	10.601	379.340	870.934
Acima de R$ 10.000,00 até R$ 35.000,00	5.082	102.803	-	-	15.185	257.091	87	1.537	5	140	4.498	91.754	24.857	453.325
Acima de R$ 35.000,00 até R$ 100.000,00	9	432	-	-	1.217	72.342	24	1.265	23	1.431	3.516	213.771	4.789	289.241
Acima de R$ 100.000,00 até R$ 1.000.000,00	3	526	-	-	306	35.736	26	7.763	13	2.298	2.812	722.722	3.160	769.045
Acima de R$ 1.000.000,00 até R$ 10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	9	22.140	1	1.133	366	1.007.025	376	1.030.298
Acima de R$ 10.000.000,00 até R$ 20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	158.663	11	158.663
Acima de R$ 20.000.000,00 até R$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	1	27.862	-	-	10	302.405	11	330.267
Acima de R$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**5.972**	**109.304**	**367.084**	**775.816**	**31.434**	**448.511**	**207**	**61.066**	**44**	**5.018**	**12.859**	**2.506.951**	**417.600**	**3.906.666**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 30.A – FNE - Não Rural - Contratações por Programa e Faixa de Valor – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Faixa de Valor	Industrial/Agroindustrial		Infraestrutura		Turismo		Comércio/Serviços		Inovação		FNE Verde		Total	
	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor
Até R$ 500,00	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	2	1
Acima de R$ 500,00 até R$ 1.000,00	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-	-	-	5	5
Acima de R$ 1.000,00 até R$ 10.000,00	263	1.799	-	-	6	43	2.858	19.803	1	2	-	-	3.128	21.647
Acima de R$ 10.000,00 até R$ 35.000,00	932	21.380	-	-	50	1.218	8.148	180.435	5	118	-	-	9.135	203.151
Acima de R$ 35.000,00 até R$ 100.000,00	771	46.454	1	45	82	4.783	4.927	281.868	3	208	-	-	5.784	333.358
Acima de R$ 100.000,00 até R$ 1.000.000,00	692	180.368	-	-	111	34.136	2.939	663.119	7	1.349	3	2.689	3.752	881.661
Acima de R$ 1.000.000,00 até R$ 10.000.000,00	96	294.137	1	8.544	33	109.290	197	519.849	1	2.194	3	9.596	331	943.610
Acima de R$ 10.000.000,00 até R$ 20.000.000,00	14	204.597	1	17.046	1	10.525	9	126.689	-	-	-	-	25	358.857
Acima de R$ 20.000.000,00 até R$ 100.000.000,00	15	551.288	9	502.684	2	86.516	13	565.840	-	-	7	570.412	46	2.276.740
Acima de R$ 100.000.000,00	6	942.378	3	862.580	1	250.000	1	110.000	-	-	-	-	11	2.164.958
Total	**2.789**	**2.242.401**	**15**	**1.390.899**	**286**	**496.511**	**19.099**	**2.467.609**	**17**	**3.871**	**13**	**582.697**	**22.219**	**7.183.988**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 31.A – FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações com Risco Compartilhado – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Sem Atraso (A)	23.101.672	23.363.590	23.833.209	24.174.424	24.340.478	24.723.884
Atraso (B)	**525.704**	**518.605**	**525.183**	**522.738**	**541.301**	**530.250**
Até 180 dias	294.936	286.032	287.662	294.896	314.844	300.267
De 180 a 360 dias	230.291	232.467	236.826	227.648	226.129	229.847
Acima de 360 dias	477	106	695	194	328	136
Total Aplicações (C=A+B)	**23.627.376**	**23.882.195**	**24.358.392**	**24.697.162**	**24.881.779**	**25.254.134**
% (B/C)	**2,22**	**2,17**	**2,16**	**2,12**	**2,18**	**2,10**

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	24.967.277	25.651.184	25.737.567	25.778.281	25.988.268	26.535.141
Atraso (B)	**528.689**	**520.657**	**542.381**	**564.710**	**587.843**	**567.698**
Até 180 dias	303.663	298.048	316.381	328.080	348.174	329.116
De 180 a 360 dias	224.952	222.498	225.913	236.494	239.565	238.183
Acima de 360 dias	74	111	87	136	104	399
Total Aplicações (C=A+B)	**25.495.966**	**26.171.841**	**26.279.948**	**26.342.991**	**26.576.111**	**27.102.839**
% (B/C)	**2,07**	**1,99**	**2,06**	**2,14**	**2,21**	**2,09**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 32.A – FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco Integral do FNE – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Sem Atraso (A)	5.139.368	5.121.030	5.059.648	5.015.789	4.939.418	4.909.124
Atraso (B)	**517.802**	**509.867**	**514.819**	**508.708**	**500.179**	**492.422**
Até 180 dias	278.127	268.555	273.662	266.827	255.836	217.020
De 180 a 360 dias	239.153	241.193	240.411	241.449	243.113	273.958
Acima de 360 dias	522	119	746	432	1.230	1.444
Total Aplicações (C=A+B)	**5.657.170**	**5.630.897**	**5.574.467**	**5.524.497**	**5.439.597**	**5.401.546**
% (B/C)	**9,2**	**9,1**	**9,2**	**9,2**	**9,2**	**9,1**

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	4.894.458	4.880.553	4.877.825	4.830.686	4.723.029	4.648.351
Atraso (B)	**485.945**	**487.442**	**474.359**	**461.965**	**440.946**	**444.033**
Até 180 dias	229.803	238.696	225.645	219.467	224.647	258.504
De 180 a 360 dias	255.780	248.576	248.362	242.104	216.021	185.162
Acima de 360 dias	362	170	352	394	278	367
Total Aplicações (C=A+B)	**5.380.403**	**5.367.995**	**5.352.184**	**5.292.651**	**5.163.975**	**5.092.384**
% (B/C)	**9,0**	**9,1**	**8,9**	**8,7**	**8,5**	**8,7**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 33.A – FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco do PROCERA – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Sem Atraso (A)	122.099	122.060	122.080	121.549	120.735	120.050
Atraso (B)	**81.093**	**81.036**	**81.000**	**80.816**	**80.596**	**80.574**
Até 180 dias	398	393	121	117	89	74
De 180 a 360 dias	7.480	7.472	7.720	7.690	7.629	416
Acima de 360 dias	73.215	73.171	73.159	73.009	72.878	80.084
Total Aplicações (C=A+B)	**203.192**	**203.096**	**203.080**	**202.365**	**201.331**	**200.624**
% (B/C)	**39,9**	**39,9**	**39,9**	**39,9**	**40,0**	**40,2**

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	110.958	111.014	110.804	110.843	110.840	113.546
Atraso (B)	**89.574**	**89.536**	**89.627**	**89.629**	**89.612**	**89.598**
Até 180 dias	7.119	7.121	7.353	7.356	7.346	377
De 180 a 360 dias	396	376	119	117	97	7.044
Acima de 360 dias	82.059	82.039	82.155	82.156	82.169	82.177
Total Aplicações (C=A+B)	**200.532**	**200.550**	**200.431**	**200.472**	**200.452**	**203.144**
% (B/C)	**44,7**	**44,6**	**44,7**	**44,7**	**44,7**	**44,1**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 34.A – Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco Integral do BNB – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Sem Atraso (A)	206.492	208.926	209.593	210.583	210.497	213.577
Atraso (B)	**6.160**	**6.297**	**6.593**	**6.534**	**6.731**	**6.117**
Até 180 dias	4.383	4.460	3.696	3.345	3.210	2.540
De 180 a 360 dias	1.777	1.837	2.895	3.189	3.325	3.577
Acima de 360 dias	-	-	2	-	196	-
Total Aplicações (C=A+B)	**212.652**	**215.223**	**216.186**	**217.117**	**217.228**	**219.694**
% (B/C)	**2,9**	**2,9**	**3,0**	**3,0**	**3,1**	**2,8**

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	214.818	200.151	222.157	220.724	221.640	218.559
Atraso (B)	**6.101**	**6.127**	**5.402**	**6.769**	**6.038**	**7.499**
Até 180 dias	2.469	2.617	2.611	4.181	3.696	5.491
De 180 a 360 dias	3.632	3.510	2.791	2.574	2.341	2.008
Acima de 360 dias	-	-	-	14	1	-
Total Aplicações (C=A+B)	**220.919**	**206.278**	**227.559**	**227.493**	**227.678**	**226.058**
% (B/C)	**2,8**	**3,0**	**2,4**	**3,0**	**2,7**	**3,3**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 35.A

FNE - Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas [1]

Período: 2003 a 2011

Valores em R$ mil

Exercício	Valor Renegociado/Recuperado			Total (A + B + C)
	Liquidação à Vista [2] (A)	Amortização com Op. RECIN [3] (B)	FNE [4] (C)	
2003	70.276	-	335.542	405.818
2004	78.144	-	697.743	775.887
2005	70.366	-	173.030	243.396
2006	63.439	-	135.715	199.154
2007	72.935	-	137.188	210.123
2008	101.450	-	118.040	219.490
2009	363.171	-	315.223	678.394
2010	274.659	-	176.438	451.097
2011	146.153	-	151.357	297.510
Total	**1.240.593**	**-**	**2.240.276**	**3.183.359**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

NOTAS 1: **(1)** Inclusive as renegociações decorrentes de determinações legais. **(2)** Montante em atraso ou em Prejuízo pago pelos mutuários no momento da renegociação, exclusive valores oriundos de operações com recursos internos do BNB e os valores concedidos a título de bônus e dispensas. **(3)** Total dos valores em atraso ou em Prejuízo pagos com recursos advindos de operações com RECIN do BNB. **(4)** Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados com recursos do FNE exclusive os valore concedidos a título de bônus e dispensas.

Tabela 36.A

FNE - Renegociações [(1)] de Operações por Risco – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Mês	Valor da Operação de Renegociação				Total
	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo BNB	Risco PROCERA	
Janeiro	5.311	10.789	75	-	16.175
Fevereiro	4.691	17.408	49	-	22.148
Março	2.541	12.104	47	-	14.692
Abril	3.321	10.690	49	1	14.061
Maio	4.051	10.329	18	-	14.398
Junho	4.856	35.011	439	16	40.322
Julho	1.393	4.089	4	-	5.486
Agosto	1.469	3.630	3	-	5.102
Setembro	1.436	3.165	-	-	4.601
Outubro	1.537	3.561	-	-	5.098
Novembro	1.984	6.064	70	-	8.118
Dezembro	6.073	17.596	-	-	23.669
Total	**38.663**	**134.436**	**754**	**17**	**173.870**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados, inclusive renegociações decorrentes de determinações legais e exclusive bônus e dispensas.

Tabela 37.A

FNE - Cobranças Judiciais[1] Ajuizadas por Risco – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Mês	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo do Banco	Risco Procera	Total
Janeiro	66.170	40.576	1.348	-	108.094
Fevereiro	64.852	57.016	1.290	13	123.171
Março	101.004	63.110	1.232	967	166.313
Abril	41.112	45.925	870	79	87.986
Maio	80.738	70.766	2.203	4.568	158.275
Junho	81.804	55.534	1.731	10.482	149.551
Julho	63.644	53.070	1.543	1.105	119.362
Agosto	46.871	41.963	1.537	135	90.506
Setembro	93.614	75.255	2.543	44	171.456
Outubro	43.198	28.299	641	412	72.550
Novembro	35.602	26.057	1.620	478	63.757
Dezembro	27.647	39.398	334	215	67.594
Total	**746.256**	**596.969**	**16.892**	**18.498**	**1.378.615**

Fonte: BNB – Ambiente Jurídico.

NOTA: (1) Montante dos valores ajuizados nos processos de cobrança judicial.

Tabela 38.A – FNE - Ressarcimento dos Valores de Risco do BNB – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Mês de Referência	Data Prevista Devolução	Data da Devolução	Saldo no Mês de Referência (1)		Saldo na Data da Devolução (2)		Valores Ressarcidos		
			Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Valor Inicial	Ajustes (3)	Valor Líquido
Dez/2010	04/01/2011	04/01/2011	27.305	130	13.495	130	13.625	49	13.674
Jan/2011	02/02/2011	02/02/2011	25.855	113	12.890	106	12.996	(35)	12.961
Fev/2011	02/03/2011	02/03/2011	29.650	119	14.769	119	14.888	(21)	14.867
Mar/2011	02/04/2011	02/04/2011	42.448	186	21.521	188	21.709	(126)	21.583
Abr/2011	03/05/2011	03/05/2011	44.170	540	22.296	543	22.839	(80)	22.759
Mai/2011	02/06/2011	02/06/2011	41.911	647	20.829	647	21.476	(85)	21.391
Jun/2010	04/07/2011	04/07/2011	37.027	309	18.482	302	18.791	(60)	18.731
Jul/2010	02/08/2011	02/08/2011	31.068	259	15.824	259	16.084	(66)	16.018
Ago/2010	02/09/2011	02/09/2011	32.463	985	16.516	996	17.514	(44)	17.470
Set/2010	04/10/2011	04/10/2011	33.523	478	17.177	473	17.656	(48)	17.608
Out/2010	03/11/2011	03/11/2011	39.268	657	20.422	655	21.077	26	21.103
Nov/2010	02/12/2011	02/12/2011	43.445	673	21.904	698	22.602	(46)	22.556
Total			**428.133**	**5.096**	**216.125**	**5.116**	**221.257**	**(536)**	**220.721**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

NOTAS: (1) Valor das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso; a partir de abril/2011, as parcelas com mais de 329 dias de atraso), obtidos na posição de final de mês. **(2)** Considera os ajustes realizados pelas agências nos saldos das fichas financeiras, com valorização para o último dia do mês de referência. **(3)** Ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para PJ e/ou restituição pelo BNB.

Tabela 39.A – FNE – Recursos Previstos X Realizados – Exercício de 2011

Valores em R$ mil

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
ORIGEM DE RECURSOS (A)	**15.790.121**	**15.716.667**
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	3.653.134	3.653.134
Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	5.257.812	5.030.561
Reembolsos Ops. Crédito/Repasses (Líquido Bônus Adimplência)	6.879.175	7.032.972
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	**(5.911.864)**	**(5.599.416)**
Resultado Operacional Monetizado	(1.220.184)	(1.139.020)
Remuneração das Disponibilidades	412.443	445.077
Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	243.284	220.575
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	49.292	134.074
Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	0	22.113
Cobertura Ops PROAGRO/Fundos de Aval/Prog Terra/Outros	0	8.499
Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops FNE	0	1.909
Taxa de Administração	(994.119)	(993.540)
Del credere BNB	(848.322)	(822.771)
Del credere Instituições Operadoras	(3.793)	(3.781)
Despesa c/Ops. Outras Fontes	(338)	(85)
Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(78.300)	(81.975)
Despesa Auditoria Externa	(74)	(73)
Bônus/Dispensas Op. Reneg. Lei nº 11.322/11.775	0	(165)
Devolução Valores ao BNB por Renegociação Ops. em Prejuízo	0	(22.465)
Rebate Principal Ops. FAT-BNDES - Estiagem-98	(258)	(13)
Bônus Operações Repasses BNB - Art. 9º A Lei nº 7.827	0	(12.889)
Remissão/Rebate Ops FNE - Lei nº 12.249 - Ônus FNE	0	(33.510)
Conversão de Ops. Outras Fontes p/FNE - Leis 10.464/10.696	0	(8.529)
Aquisição de Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.322	0	(1.016)
Reclassificações de Ops. pela Lei nº 11.775 - BNB	(161.559)	(16.044)
Aquisições de Ops. pela Lei nº 11.322 - BB	(24.136)	0
Reclassificações de Ops. pela Lei nº 11.775 - BB e DESENBAHIA	(73.264)	0
Outros itens	0	(2.086)
Desembolsos de Parcelas de Op. Contratadas em Exercícios Anteriores	(4.432.721)	(4.432.721)
TOTAL DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO (A + B)	**9.878.257**	**10.117.251**

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

Tabela 40.A – FNE - Contratações[(1)] por Município no Setor de Infraestrutura – Exercício 2011

Valores em R$ mil

Município	Estado	Valor	%
BROTAS DE MACAÚBAS	BAHIA	267.984	13,7
CAMAÇARI	BAHIA	30.000	1,5
FORTALEZA	CEARÁ	145.974	7,4
GUAMARE	RIO GRANDE DO NORTE	302.428	15,4
JUAZEIRO DO NORTE	CEARÁ	60.747	3,1
NATAL	RIO GRANDE DO NORTE	45	-
RECIFE	PERNAMBUCO	112.816	5,8
RIBEIRO GONCALVES	PIAUÍ	70.000	3,6
SALVADOR	BAHIA	660.574	33,7
SAO GONCALO DO AMARANTE	CEARÁ	250.000	12,8
SAO LUIS	MARANHÃO	60.743	3,1
Total		**1.961.311**	**100,0**

BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar

Tabela 41.A

FNE - Ressarcimentos Efetuados pelo BNB ao Fundo Decorrentes de Perdas em Operações com Risco Compartilhado

Exercício de 2011

Valores em R$ mil

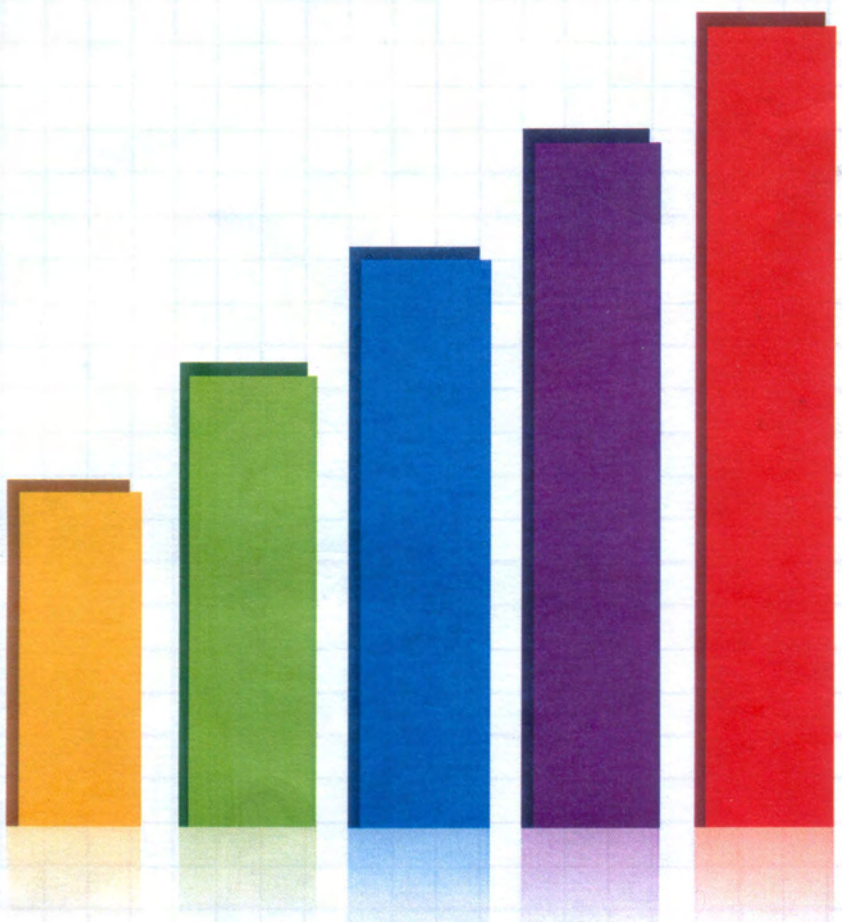
Mês de Referência	Principal + Encargos das Operações Vencidas e não Pagas [1]	Valores Ressarcidos pelo Banco Operador [2]
Janeiro	27.305	13.674
Fevereiro	25.855	12.961
Março	29.650	14.867
Abril	42.448	21.583
Maio	44.170	22.759
Junho	41.911	21.391
Julho	37.027	18.731
Agosto	31.068	16.018
Setembro	32.463	17.470
Outubro	33.523	17.608
Novembro	39.268	21.103
Dezembro	43.445	22.556
Total	**428.133**	**220.721**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

NOTAS: (1) Valor das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso; a partir de abril/2011, as parcelas com mais de 329 dias de atraso), obtidos na posição de final de mês. (2) Ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para PJ e/ou restituição pelo BNB.

FNE Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

Relatório de Gestão Exercício de 2011



Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - **SUDENE**

Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais - **SFRI**

Ministério da **Integração Nacional**

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E DE INCENTIVOS FISCAIS
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2011

PARECER CONJUNTO Nº 13/SFRI/SUDENE/MI

DATA: 28.06.2012

ÍNDICE

1 – APRESENTAÇÃO 7
2 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS E RESULTADOS 8
3 – OBJETIVOS E METAS 11
3.1 – Objetivos 11
3.2 – Área de Atuação 11
3.3 – Diretrizes 11
3.4 – Prioridades 11
3.5 – Beneficiários 12
3.6 – Programas de Financiamento 12
3.7 – Recursos Previstos e Realizados 13
4 – REPASSES 14
4.1 – Transferências do Tesouro Nacional 14
4.2 – Repasse de Recursos a Outras Instituições 15
5 – CONTRATAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2011 16
5.1 – Contratações Realizadas 16
5.2 – Série Histórica das Contratações 16
5.3 – Contratações por Programas 17
5.3.1 – Programas Setoriais 19
5.3.1.1 – Agricultura Familiar (PRONAF) 19
5.3.1.2 – FNE Rural 20
5.3.1.3 – FNE Aquipesca 20
5.3.1.4 – FNE Industrial 20
5.3.1.5 – FNE Agrin 21
5.3.1.6 – FNE Proatur 21
5.3.1.7 – FNE Comércio e Serviços 21
5.3.1.8 – FNE Proinfra 22
5.3.1.9 – FNE Profrota Pesqueira 22
5.3.2 – PROGRAMAS MULTISSETORIAIS 23
5.3.2.1 – FNE Inovação 23
5.3.2.2 – FNE Verde 23
5.3.2.3 – FNE MPE 23
5.3.2.4 – FNE EI 23
5.3.2.5 – FNE Procultura 24
5.4 – Contratações do PAC 24
5.5 – Contratações por Unidade Federativa 24
5.6 – Contratações por Porte 26
5.6.1 Ações Desenvolvidas para Melhorar o Atendimento aos Beneficiários de Menor Porte 28
5.7 – Contratações na Porção Semiárida 28
5.8 – Contratações de acordo com a PNDR 29
5.9 – Contratações por Finalidade do Crédito – Custeio Isolado, Comercialização e Capital de Giro 32
5.10 – Contratações com Clientes que Operaram com o FNE pela 1ª vez 33
5.11 – Contratações por Faixa de Valor 34
5.11.1 – Setor Rural 34
5.11.2 – Setores Não Rurais 35
6 – SITUAÇÃO DA DEMANDA NO EXERCÍCIO DE 2011 36
6.1 – Demanda de Recursos no Exercício de 2011 37
7 – VALORES DESEMBOLSADOS 37

8 – MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS 38
9 – ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES GERAIS ESTABELECIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E DAS PRIORIDADES ESTABELECIDAS PELO CONDEL/SUDENE 39
10 – CARTEIRA DE FINANCIAMENTO: SALDO DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA 40
10.1 – Saldos totais dos financiamentos e Inadimplência Geral 40
10.2 – Saldos e Inadimplência por Setor 41
10.3 – Saldos e Inadimplência por Unidade Federativa 41
10.4 – Saldos e Inadimplência por Porte de Tomador 42
10.5 – Saldo e Inadimplência segundo a tipologia da PNDR 43
10.5.1 – Saldo das aplicações no Semiárido 44
10.6 – Inadimplência Segundo o Risco Operacional 45
11 – RENEGOCIAÇÕES DE OPERAÇÕES E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS 47
12 – VALOR DAS COBRANÇAS JUDICIAIS (EXECUÇÕES) AJUIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2011, COM DESDOBRAMENTO POR MÊS E POR RISCO 48
13 – PERDAS NO EXERCÍCIO DE 2011 E RESSARCIMENTOS EFETUADOS PELO BANCO OPERADOR REFERENTES ÀS PERDAS DAS OPERAÇÕES DO FNE COM RISCO COMPARTILHADO 48
14 – RESULTADO DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS 49
14.1 – Providências adotadas pelo BNB para sanar as falhas apuradas nas fiscalizações 49
15 – ASPECTOS FINANCEIROS 50
15.1 – Situação dos Recursos - Ativo Total e Patrimônio Líquido 50
15.2 – Receitas do Fundo em 2011 50
15.3 – Despesas do Fundo em 2011 50
15.4 – Resultado Líquido de 2011 51
15.5 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa 51
15.6 – Reconhecimento de Perdas 51
15.7 – Remuneração do Agente Financeiro 51
15.8 – Auditoria Externa Independente 52
16 – DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE 53
17 – RESULTADOS ALCANÇADOS – ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL 55
17.1 – Matriz de Insumo Produto do Nordeste 56
18 – AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL 59
19 – RECOMENDAÇÕES 61
RELAÇÃO DE ANEXOS 63
Anexo I – Tabelas 1.A a 29.A 64

Dados Gerais Sobre a Unidade Jurisdicionada

Nome completo da Unidade e Sigla	Vinculação Ministerial
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	Ministério da Integração Nacional;

Natureza Jurídica

Fundo Constitucional de Financiamento – Fundo Especial de Natureza Financeira (Art. 71 § 2º, do Decreto nº 93.872[1], de 23.12.1986)

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União

Administração: A administração do FNE é exercida pelos seguintes órgãos:

Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); Ministério da Integração Nacional; e Banco do Nordeste do Brasil S. A.

Obs.: Com a publicação, em 16.05.2011, do Decreto nº 7.472[2], de 04.05.2011, pelo qual aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração Nacional (MI), as atribuições relativas ao FNE, antes sob a responsabilidade da extinta Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), no âmbito do MI, passam a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI).

Respondem pela avaliação do desempenho do Fundo, com base no Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FNE, no exercício de 2011, como requer o art. 20 da Lei nº 7.827[3], de 27.09.1989, a administração do Fundo naquele período (Conselho Deliberativo da SUDENE, MI e Banco do Nordeste).

Criação: A Lei nº 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o Art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal[4], criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

Competências:

a) Conselho Deliberativo da SUDENE:

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais; e
- encaminhar o programa de financiamento aprovado para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado, pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do Art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e

[1] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm | Acesso em 08.06.2012.
[2] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7472.htm | Acesso em 08.06.2012.
[3] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7827.htm | Acesso em 08.06.2012.
[4] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm | Acesso em 08.06.2012.

acompanhamento pelo Congresso Nacional.

b) Ministério da Integração Nacional:

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações das políticas macroeconômica e setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
- estabelecer normas para operacionalização dos programas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE);
- estabelecer diretrizes para o repasse de recursos do Fundo para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- supervisionar, acompanhar e controlar a aplicação dos recursos e avaliar o desempenho do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

c) Banco do Nordeste do Brasil – BNB:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo para outras instituições, na forma prevista no Art. 9º da Lei nº 7.827/1989;
- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estados dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); e
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive a de renegociar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827/1989.

Estrutura Organizacional	**Número do CNPJ**
O FNE não possui estrutura organizacional	Não possui

Nome e Código no SIAFI

UG – 537001 – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

Código da UJ titular do relatório

Órgão 53903 – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

Endereço completo da sede

Ministério da Integração Nacional / Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 8º andar, Gabinete.
CEP 70062-900 - Brasília (DF) / Telefone (61) 3414-5814 – Fax (61) 3414-5638

Endereço da página institucional na Internet

Ministério da Integração Nacional
http://www.integracao.gov.br/fundos-constitucionais-de-financiamento

Situação da unidade quanto ao funcionamento

Em funcionamento	Administração

Tipo de atividade	Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI
Outros encargos especiais.	5300001 – Ministério da Integração Nacional

1 – APRESENTAÇÃO

O presente Parecer Conjunto SFRI-SUDENE/MI tem como objetivo subsidiar, tecnicamente, o Conselho Deliberativo da SUDENE (CONDEL/SUDENE) na avaliação dos resultados obtidos na aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no exercício de 2011, em conformidade com o inciso III do Art. 14 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125[5], de 3 de janeiro de 2007.

As apreciações e recomendações registradas resultam da análise do Relatório de Resultados e Impactos e das Demonstrações Financeiras, concernentes ao referido exercício, apresentados pelo Banco do Nordeste (BNB), na forma determinada pelo Art. 20 da Lei nº 7.827/89.

Constam, ainda, do sobredito Relatório, apreciações sucintas quanto ao desempenho socioeconômico da Região, tendo em conta as principais variáveis, como a evolução do PIB e as mudanças na sua composição, além de melhorias nos indicadores sociais, como aqueles correlacionados à escolaridade, à esperança de vida e ampliação e qualificação de outros equipamentos sociais. Trata-se de elementos para refletir a contribuição do FNE na transformação do desenvolvimento regional, o que pode ser inferido pelos resultados prospectivos decorrentes da aplicação da Matriz de Insumo-Produto, como tratado no item 17 deste Parecer.

Entre os diversos referenciais de análise, abordam-se as aplicações realizadas pelo Banco do Nordeste com recursos desse Fundo, considerando-se, principalmente, as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e as prioridades e os programas de aplicação de recursos aprovados pelo CONDEL/SUDENE para o exercício de 2011[6].

Considerando esses macrorreferenciais, analisam-se as contratações realizadas por Unidade Federativa, setor/atividade, porte dos beneficiários, porção semiárida e espaços prioritários definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Também se explicita o patrimônio líquido do FNE em 2011, além dos ingressos de recursos.

Em termos globais, foram contratados em 2011, com recursos do FNE, R$ 11,1 bilhões (R$ 4,5 bilhões no primeiro semestre). Essas contratações resultaram da viabilização de 439.819 operações de crédito. À porção semiárida foram concretizadas operações de R$ 4,1 bilhões, atendendo 816,2 mil beneficiários, entre produtores, agricultores familiares e outros empreendimentos. A par desses valores observa-se que à região semiárida foram proporcionados recursos correspondentes a tão-somente 36,7% das aplicações totais, não se atendendo as recomendações constitucionais de se destinar à área metade dos recursos disponibilizados para aplicação.

---

[5] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp125.htm | Acesso em 08.06.2012.
[6] Portaria MI nº 456, de 7.6.2010 e Resoluções CONDEL/SUDENE nºs 032 e 038, respectivamente, de 30.7.2010 e 10.12.2010.

A partir da Matriz de Insumo-Produto[7], estima o Banco do Nordeste que essas contratações viabilizarão para a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta de aproximadamente R$ 25,7 bilhões; valor adicionado estimado em R$ 14,6 bilhões; geração de 1,0 milhão de ocupações; pagamento de salários por volta de R$ 4,2 bilhões e geração R$ 3,7 bilhões em impostos.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste cumpre com seus objetivos de contribuir e promover o desenvolvimento econômico e social. Esses financiamentos resultaram em explícitas contribuições à ampliação, modernização e transformação da base infraestrutural e econômica da Região, com impactos diretos sobre a produtividade, competitividade e inserção nos mercados de outras regiões e externos, proporcionando a geração de novos e sistêmicos postos de trabalho com incremento da renda e melhoria das receitas tributárias.

2 – Síntese das Principais Ocorrências e Resultados

De acordo com o art. 7º da Lei nº 10.177[8], de 12 de janeiro de 2001, o Ministério da Integração Nacional enviou o Ofício nº 10/2012 SFRI/MI, de 16.01.2012 (em anexo), ao BNB, solicitando informações para compor o Relatório de Gestão do FNE, o que foi devidamente atendido.

Na forma prevista no § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827/1989, efetuou-se a análise do relatório apresentado pelo BNB, sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FNE, no exercício de 2011, destacando-se as principais ocorrências e resultados verificados na operacionalização do FNE no exercício:

a) a Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, repassou para o FNE o montante de R$ 5.030,6 milhões, alcançando a melhor marca dos últimos 18 anos e superando em 23,2% as transferências do ano anterior;

b) o BNB efetuou repasses de recursos para outras instituições financeiras no total de R$ 53,1 milhões;

c) foram contratadas 439.819 novas operações de crédito, no valor global de R$ 11.090,7 milhões;

d) o Setor Rural absorveu financiamentos no montante de R$ 3.906,7 milhões, equivalente a 35,2% do total aplicado no exercício. O restante 64,8% foram destinados aos demais setores, com destaque para Comércio e Serviços (22,3%), Infraestrutura (17,7%) e Industrial (17,2%);

e) os recursos emprestados aos colonos e assentados da Reforma Agrária, enquadrados no Grupo A do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), representaram 2,2% dos repasses da STN, e apenas 1,0% do valor dos financiamentos totais concedidos pelo Fundo,

[7] Instrumento técnico de uso no planejamento econômico e nas avaliações de programas e ações de promoção de investimentos.

[8] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10177.htm | Acesso em 08.06.2012.

percentual muito aquém do limite legal de 10% fixado no Art. 7º da Lei nº 9.126[9], de 10 de novembro de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.186[10], de 12 de fevereiro de 2001;

f) na distribuição dos financiamentos por Unidade Federativa, destacaram-se o Estado da Bahia, com 19,9% dos recursos totais, seguido do Ceará com 14,4% e de Pernambuco com 12,3%. Os Estados do Espírito Santo e do Sergipe receberam aplicações abaixo do limite de 4,5%;

g) no que diz respeito ao porte dos beneficiários, o grupamento dos agricultores familiares, mini, micro, pequenos e pequeno-médios empreendedores, inclusive suas associações e cooperativas, foi contemplado com financiamentos de R$ 5.181,6 milhões, equivalente a 46,7% das aplicações totais do Fundo. A categoria de médios produtores e empresas ficou com uma parcela de 15,7% (R$ 1.745,7 milhões) e a de grande porte com R$ 4.163,3 milhões, correspondente a 37,6% dos recursos emprestados no exercício;

h) foram aplicados no Semiárido R$ 4.068,1 milhões, equivalentes a 36,7% dos financiamentos totais concedidos e a 81,2% do montante das transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional;

i) no tocante à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a destinação dos recursos atendeu de forma equilibrada à demanda dos vários grupamentos de municípios. Aos classificados como de alta renda foram destinados 22,2% dos financiamentos, sendo os 77,8% restantes distribuídos entre aos de baixa renda (13,8%), aos estagnados (33,9%) e aos dinâmicos (30,1%);

j) as aplicações nas mesorregiões de Águas Emendadas, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe, Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Xingó e Seridó somaram R$ 1.508,4 milhões, distribuídos em 72.185 operações, representando 13,6% do total das aplicações do Fundo no período. As RIDE's Petrolina-Juazeiro e Grande Teresina financiaram R$ 593,2 milhões (5,3% do total do FNE);

k) foram destinados para custeio, comercialização e capital de giro 18,1% do montante financiado (R$ 2.010,6 milhões), ficando os 81,9% remanescentes (R$ 9.080,1 milhões) destinados a investimentos fixos;

l) foram realizadas 84.280 contratações com novos clientes, no total de R$ 3.461,5 milhões, montante que representa 31,2% dos financiamentos concedidos;

m) nas operações de valor individual superior a R$ 10 milhões, os financiamentos totalizaram 82 projetos, somando R$ 4.800,6 milhões, valor correspondente a 43,3% dos empréstimos totais concedidos, indicando a concentração, em termos de valor, em projetos de grande porte;

n) as propostas pendentes de análise e/ou em fase de contratação, em 31.12.2011, somavam R$ 2.077,8 milhões. Existia, também, naquela data, no âmbito dos Estados, uma prospecção de novos negócios da ordem de R$ 3.038,1 milhões, referentes a propostas de financiamento de projetos de valores acima de R$ 3 milhões e Cartas-Consulta aprovadas;

---

[9] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9126.htm | Acesso em 08.06.2012.

[10] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10186.htm | Acesso em 08.06.2012.

o) foram desembolsados R$ 9.954,7 milhões, que representaram 89,8% das contratações no exercício, em decorrência das operações de crédito, para o atendimento das atividades produtivas financiadas, que se constituem valores significativos;

p) o reembolso de operações de crédito, no total de R$ 7.033,0 milhões, apresentou um incremento de 2,2% sobre o valor estimado na programação aprovada para 2011 (R$ 6.879,2 milhões);

q) no balanço encerrado em 31.12.2011, os Ativos Totais do FNE atingiram o montante de R$ 37.747,5 milhões. Pelo fato de não haver registro de outras obrigações no passivo do Fundo, o Patrimônio Líquido é representado pelo total do Ativo. O saldo acumulado das aplicações com recursos do FNE (Carteira Operacional) atingiu R$ 32.624,4 milhões, dos quais R$ 13.664,6 milhões foram destinados ao Semiárido;

r) a inadimplência geral das operações, em 31.12.2011, ficou em 3,4%, um pouco abaixo do índice verificado em 31.12.2009 (3,7%). As operações realizadas com cooperativas e associações e mini produtores rurais e micro empreendedores atingiram, ao final do exercício, o expressivo percentual de 8,8% de inadimplência;

s) por setor de atividades, sobressaem os saldos dos financiamentos rurais, de R$ 14.124,9 milhões (43,3%), seguindo-se o dos Setores Industrial e Turismo, com R$ 5.853,7 milhões (17,9%); o de Infraestrutura, com R$ 5.826,7 milhões (17,9%); o de Comércio e Serviços, com R$ 5.536,4 milhões (17,0%); e o Agroindustrial, com R$ 1.144,6 milhões (3,5%);

t) no que diz respeito aos saldos das aplicações por Unidade Federativa, os Estados da Bahia (21,7%), Ceará (17,8%), Pernambuco (14,7%) e Maranhão (11,5%), respondem por 65,6% da carteira de empréstimos do Fundo;

u) relativamente ao porte dos beneficiários, os saldos dos contratos firmados com os agricultores familiares, os mini e pequenos produtores rurais, as micro e pequenas e pequeno-médias empresas, suas associações e cooperativas corresponderam a R$ 11.366,5 milhões (34,8% das aplicações existentes); os de médio porte, por R$ 5.551,8 milhões (17,0%); e os de grande porte por R$ 15.706,1 milhões (48,1%);

v) o FNE apresentou no ano 2011 prejuízo de R$ 608,5 milhões, influenciado, sobretudo, pela redução nas receitas de "Operações de Crédito", que caíram de R$ 891,8 milhões em 2010 para R$ 380,2 milhões em 2011. Esse prejuízo decorreu principalmente das renegociações formalizadas no exercício, com base nas Leis nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, que diminuíram o resultado do Fundo em R$ 541,3 milhões, conforme Nota nº 8, alínea "f", das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras;

a) a taxa de administração debitada pelo BNB ao FNE foi de R$ 993,5 milhões, valor que se enquadra dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente (Art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14[11], de 24.08.2001);

[11] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2199-14.htm | Acesso em 08.06.2012.

b) com aplicações no montante de R$ 11.090,7 milhões, o BNB estima ter contribuído para a elevação do valor bruto da produção regional da ordem de R$ 25,7 bilhões e geração de cerca de 1.051,2 mil novos postos de trabalho diretos e indiretos, além da ampliação da massa salarial em R$ 4,2 bilhões e aumento de R$ 3,7 bilhões em arrecadação de impostos ao longo do processo de maturação dos investimentos realizados e dos seus impactos na cadeia produtiva do região.

3 – Objetivos e Metas

3.1 – Objetivos

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) tem sua origem no Art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988, que determinou a entrega, pela União, de 3,0% (três por cento) da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Com a regulamentação desse dispositivo constitucional através da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, foram criados os Fundos Constitucionais de Financiamento, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social de suas áreas de atuação, em harmonia com os respectivos Planos Regionais de Desenvolvimento.

3.2 – Área de Atuação

Na forma da legislação em vigor, para efeito de aplicação dos recursos do FNE, a Região Nordeste é a área territorial composta pelos Estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, além dos municípios dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais incluídos na área de atuação da SUDENE.

3.3 – Diretrizes

As diretrizes básicas que orientam a aplicação dos recursos do FNE encontram-se no Art. 3º da Lei nº 7.827/1989. Complementarmente, cabe ao Ministério da Integração Nacional, na forma do Art. 14-A da referida Lei, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 125/2007, definir as diretrizes e orientações gerais para a operacionalização do FNE, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da PNDR.

3.4 – Prioridades

Cabe ao CONDEL/SUDENE estabelecer as prioridades para a aplicação dos recursos do FNE, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Na forma da Resolução nº 032/2010[12], de 30.07.2010, o CONDEL/SUDENE estabeleceu as diretrizes e prioridades a serem observadas na elaboração da proposta

[12] Disponível em:
http://www.sudene.gov.br/system/resources/BAhbBlsHOgZmSSI6MjAxMi8wNC8yNC8xNS8yMC8wO

para aplicação dos recursos do FNE em 2011, nos termos de suas competências estabelecidas pelo Art. 14 da Lei nº 7.827/1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125/2007.

3.5 – Beneficiários

São beneficiários dos recursos do FNE os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, comercial e de serviços. Os recursos do FNE podem, também, financiar empreendimentos de infraestrutura econômica, inclusive os de iniciativa de empresas públicas não-dependentes de transferências financeiras do Poder Público, considerados prioritários para a economia regional em decisão do Conselho Deliberativo da SUDENE.

3.6 – Programas de Financiamento

A Programação Anual de Aplicação dos Recursos do FNE, relativa ao exercício de 2011, proposta pelo Banco do Nordeste, conforme orienta o § único do Art. 15 da Lei 7.827/89, foi aprovada pela Resolução nº 038/2010[13] do CONDEL/SUDENE, e consoante pronunciamento técnico favorável do Ministério da Integração Nacional e da SUDENE expresso no Parecer Conjunto nº 07/2010/SDR/SUDENE[14], de 26.11.2010.

A referida Programação foi objeto de ajustes, nos termos da Resolução nº 042/2011[15], com fundamento na Proposição nº 40/2011[16], da Secretaria-Executiva da SUDENE, de 07.11.11. Também foi objeto de adequação no que tange aos critérios e à classificação de porte de beneficiários, conforme aprovado pela Resolução nº 043/2011[17], observados a Nota Técnica nº 45/CGFCF/DPNA[18] e o Parecer da SUDENE[19] em 07.11.11.

Os programas de financiamento do exercício foram formulados em consonância com a legislação em vigor e com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional para o desenvolvimento regional, distribuídos em Setoriais,

---

C8xNDcvcmVzb2x1Y2FvX2NvbmRlbF8wMzJfMjAxMC5wZGYGOgZFVA/resolucao-condel-032-2010.pdf | Acesso em 08.06.2012.

[13] Disponível em: http://www.sudene.gov.br/system/resources/BAhbBlsHOgZmSSI5MjAxMi8wNC8yNC8xNS8yMC8wOS8xMC9yZXNvbHVjYW9fY29uZGVsXzAzOF8yMDEwLnBkZgY6BkVU/resolucao-condel-038-2010.pdf | Acesso em 08.06.2012.

[14] Disponível em: http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/proposicao-condel-036-2010-anexo-parecer-mi-sudene.pdf | Acesso em 08.06.2012.

[15] Disponível em: http://www.sudene.gov.br/system/resources/BAhbBlsHOgZmSSI6MjAxMi8wNC8yNC8xNS8yMC8wOS83ODUvcmVzb2x1Y2FvX2NvbmRlbF8wNDJfMjAxMS5wZGYGOgZFVA/resolucao-condel-042-2011.pdf | Acesso em 08.06.2012.

[16] Disponível em: http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/proposicao-condel-040-2011.pdf | Acesso em 08.06.2012.

[17] Disponível em : http://www.sudene.gov.br/system/resources/BAhbBlsHOgZmSSI6MjAxMi8wNC8yNC8xNS8yMC8wOS8xMDgvcmVzb2x1Y2FvX2NvbmRlbF8wNDNfMjAxMS5wZGYGOgZFVA/resolucao-condel-043-2011.pdf | Acesso em 08.06.2012.

[18] Disponível em: http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/proposicao-condel-041-2011-anexo-nota-tecnica.pdf | Acesso em 08.06.2012.

[19] Disponível em: http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/proposicao-condel-041-2011-anexo-parecer-sudene.pdf | Acesso em 08.06.2012.

conforme setores de atividade econômica financiados, e Multissetoriais, ou seja, aqueles programas que abrangem mais de um setor econômico, sendo aprovada a operacionalização dos abaixo elencados:

PROGRAMAS SETORIAIS	
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Grupos A, B, C, A/C, Pronaf Comum, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroindústria, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Agrinf, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco e Pronaf Mais Alimentos.
FNE Rural	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste.
FNE Aquipesca	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca.
FNE Profrota Pesqueira	Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional.
FNE Industrial	Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste.
FNE Agrin	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste.
FNE Proatur	Programa de Apoio ao Turismo Regional.
FNE Comércio e Serviços	Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços.
FNE Proinfra	Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste.
PROGRAMAS MULTISSETORIAIS	
FNE Inovação	Programa de Financiamento à Inovação.
FNE Verde	Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental.
FNE Procultura	Programa de Financiamento à Cultura.
FNE Micro e Pequena Empresa	Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas.
FNE EI	Programa FNE Empreendedor Individual.

3.7 – Recursos Previstos e Realizados

Para o exercício de 2011, o total de recursos oriundos do FNE totalizou R$ 10.117,3 milhões, valor 2,4% superior ao apontado pela programação financeira do FNE, que previu disponibilidades de recursos da ordem de R$ 9.878,3 milhões, resultantes das estimativas das seguintes fontes de recursos e dos seguintes desembolsos:

Tabela 01 – Recursos Previstos e Realizados – Exercício de 2011

(em R$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	%
ORIGEM DE RECURSOS (A)	**15.790,1**	**15.716,7**	**99,5**
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	**3.653,1**	**3.653,1**	**100,0**
Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	**5.257,8**	**5.030,6**	**95,7**
Reembolsos Ops. Crédito/Repasses (Líquido Bônus Adimplência)	**6.879,2**	**7.033,0**	**102,2**
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	**(5.911,9)**	**(5.599,4)**	**94,7**
Resultado Operacional Monetizado	**(1.220,2)**	**(1.139,0)**	**93,3**
Remuneração das Disponibilidades	412,4	445,1	107,9
Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	243,3	220,6	90,7
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	49,3	134,1	272,0
Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	0,0	22,1	-
Cobertura Ops PROAGRO/Fundos de Aval/Prog Terra/Outros	0,0	8,5	-
Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops FNE	0,0	1,9	-
Taxa de Administração	(994,1)	(993,5)	99,9
Del credere BNB	(848,3)	(822,8)	97,0
Del credere Instituições Operadoras	(3,8)	(3,8)	99,7
Despesa c/Ops. Outras Fontes	(0,3)	(0,1)	25,1
Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(78,3)	(82,0)	104,7
Despesa Auditoria Externa	(0,1)	(0,1)	98,6
Bônus/Dispensas Op. Reneg. Lei nº 11.322/11.775	0,0	(0,2)	-
Devolução Valores ao BNB por Renegociação Ops. em Prejuízo	0,0	(22,5)	-
Rebate Principal Ops. FAT-BNDES - Estiagem-98	(0,3)	(0,0)	5,0
Bônus Operações Repasses BNB - Art. 9º A Lei nº 7.827	0,0	(12,9)	-
Remissão/Rebate Ops FNE - Lei nº 12.249 - Ônus FNE	0,0	(33,5)	-
Conversão de Ops. Outras Fontes p/FNE - Leis 10.464/10.696	**0,0**	**(8,5)**	**-**
Aquisição de Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.322	**0,0**	**(1,0)**	**-**
Reclassificações de Ops. pela Lei nº 11.775 - BNB	**(161,6)**	**(16,0)**	**9,9**
Aquisições de Ops. pela Lei nº 11.322 - BB	**(24,1)**	**0,0**	**0,0**
Reclassificações de Ops. pela Lei nº 11.775 - BB e DESENBAHIA	**(73,3)**	**0,0**	**0,0**
Outros itens	**0,0**	**(2,1)**	**-**
Desembolsos de Parcelas de Op. Contratadas em Exercícios Anteriores	**(4.432,7)**	**(4.432,7)**	**100,0**
TOTAL DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO (A + B)	9.878,3	10.117,3	102,4

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

4 – Repasses

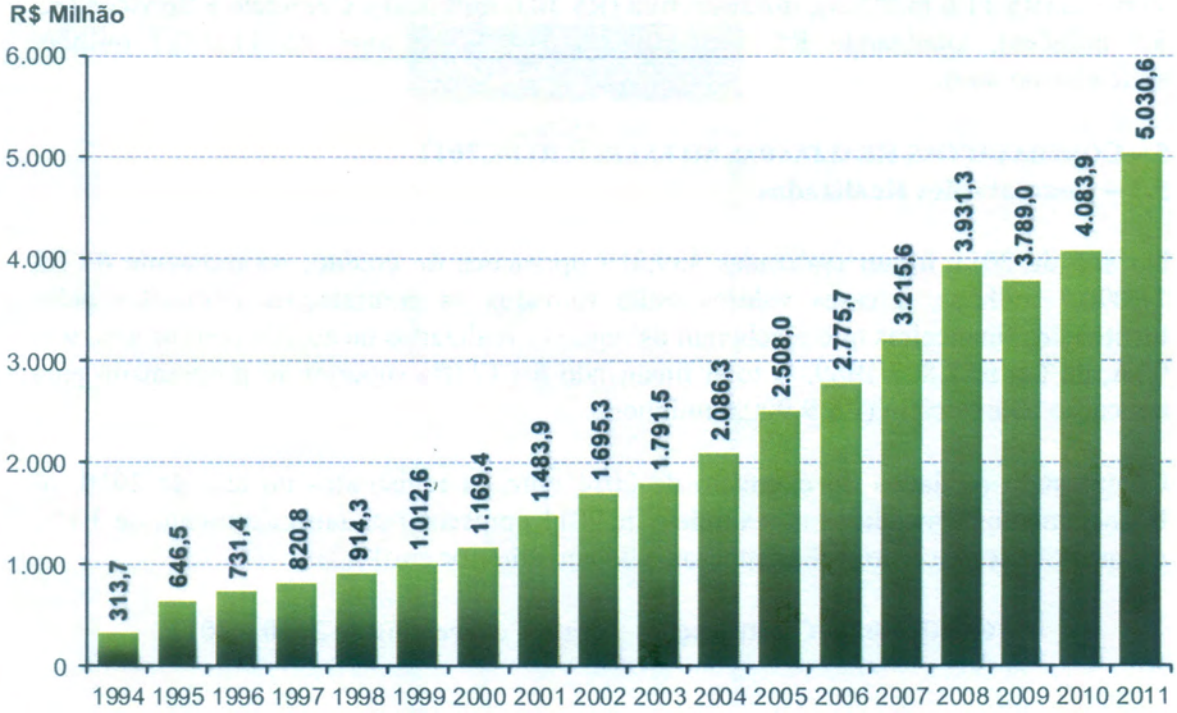
4.1 – Transferências do Tesouro Nacional

(Tabela 1.A – Em anexo)

Consta da Programação Anual aprovada para 2011, a previsão de repasses da União para o FNE de recursos da ordem de R$ 5.300,0 milhões. De acordo com informações constantes do Balanço do FNE encerrado em 31.12.2011 e com os dados obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) mês a mês, a União repassou para o Fundo, no ano de 2011, R$ 5.030,6 milhões, 5,8% abaixo do estimado. Comparado ao ano anterior, representou um acréscimo de 23,2%, quando foi transferido o montante de R$ 4.083,9 milhões.

Isso reflete a boa performance da arrecadação dos tributos que servem de fonte de recursos para os Fundos Constitucionais de Financiamento.

Gráfico 01 – Repasses da STN ao FNE – exercícios de 1994 a 2011



4.2 – Repasse de Recursos a Outras Instituições

De acordo com o Art. 9º, da Lei nº 7.827/1989, os bancos administradores podem repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, observada as diretrizes para a aplicação dos recursos do FNE, no exercício de 2011, conforme Resolução nº 032/2010, do Conselho Deliberativo da SUDENE, de 30.07.2010.

Segundo informações do BNB, foram realizados repasses de recursos do FNE a três instituições, no valor total de R$ 53,1 milhões, sendo R$ 42,2 milhões à Agência de Fomento do estado da Bahia (DESENBAHIA), representando 79,4% do volume repassado. O Banco do Estado de Sergipe (BANESE) absorveu 19,5% do total repassado e a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), 1,1%.

Tabela 02 – Bancos que Receberam Repasses – Exercício de 2011

(em R$ Mil)

Bancos Repassadores	Operações Contratadas	%	Valor Contratado	%
Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	1	3,7	595	1,1
Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	20	74,1	10.342	19,5
Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	6	22,2	42.170	79,4
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)	-	-	-	-
TOTAL	27	100	53.107	100

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos 2011, pág. 78.

Foram contratadas 27 operações nos setores Rural (R$ 2,6 milhões), Industrial e Turismo (R$ 11,6 milhões), Infraestrutura (R$ 30,0 milhões) e Comércio e Serviços (R$ 8,9 milhões), totalizando R$ 53,1 milhões (0,48% do total R$ 11.090,7 milhões aplicados no ano).

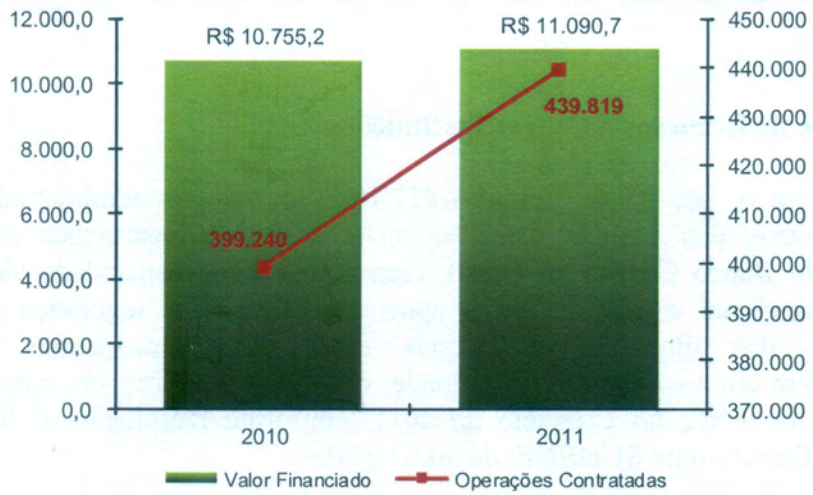
5 – Contratações Realizadas no Exercício de 2011

5.1 – Contratações Realizadas

No ano de 2011 foram realizadas 439.819 operações de crédito, no montante de R$ 11.090,7 milhões, a esses valores estão somados as contratações realizadas pelas instituições financeiras que receberam os repasses realizados de acordo com os arts. 9º e 9º-A, da Lei nº 7.827/1989. O total financiado foi 12,0% superior ao programado para aplicação no exercício (R$ 9.900,0 milhões).

Comparando os dados do exercício de 2011 com os registrados no ano de 2010, os financiamentos concedidos no exercício de 2011 apresentaram um incremento de 3,1%, e a quantidade de contratações superou a do ano anterior em 10,2%.

Gráfico 02 – Contratações Totais – exercícios de 2010 e 2011



5.2 – Série Histórica das Contratações

(Tabela 2.A – Em anexo)

De acordo com a série histórica de 1997 a 2011, apresentada em valores correntes, verifica-se o crescimento dos financiamentos, em particular ao período de 2002 a 2011, que reflete a contribuição efetiva do FNE para o desenvolvimento da Região.

Gráfico 03 – Série Histórica dos Financiamentos Concedidos: 1997 – 2011



5.3 – Contratações por Programas

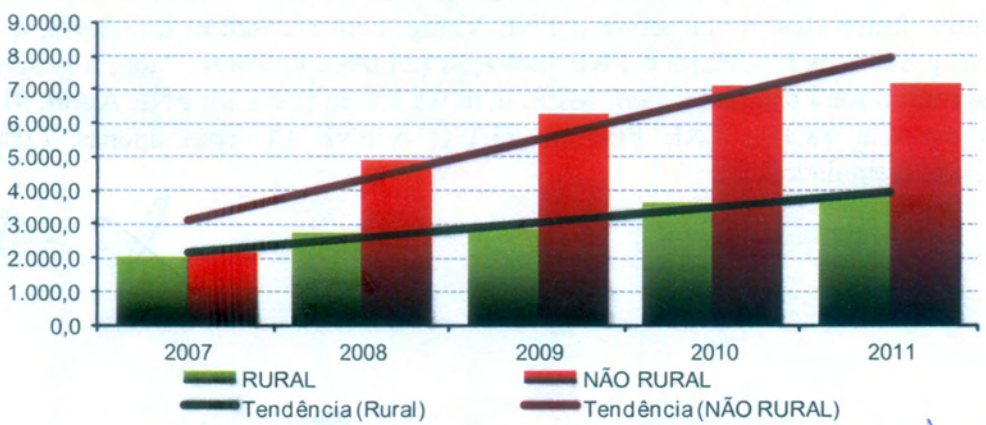
(Tabela 3.A – Em anexo)

Nos últimos 4 anos, as contratações no Setor Rural oscilaram de 31,4% a 36,2%, e os demais setores se mantiveram entre 63,8% e 68,6%. No exercício de 2011 observou-se crescimento respectivamente de 6,8% e de 1,2% nas contratações.

Tomando como base os últimos 5 anos, percebe-se que as retas de tendência de contratação do Setor Rural e do Não Rural demonstram inversão do perfil dos beneficiários.

Contribuíram para a ascensão do Setor Não Rural a maior participação da atividade de Infraestrutura a partir de 2008, ano em que foi retirada a limitação de 10% para aplicação nessa atividade, além de uma redução dos contratos no Setor Rural após a limitação de contratações de operações do PRONAF efetuada pela Portaria SAF nº 105[20], de 23 de novembro de 2007.

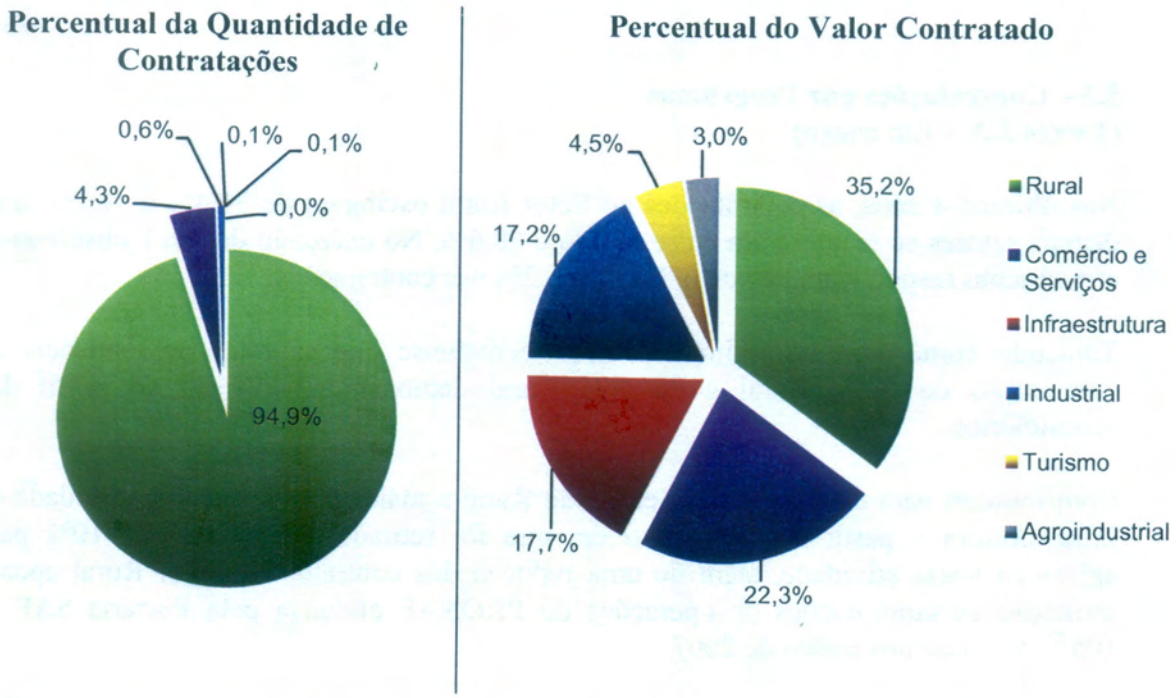
Gráfico 04 – Evolução do Índice de Contratações por Setor



[20] Disponível em: http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=49&data=03/12/2007 | Acesso em 08.06.2012.

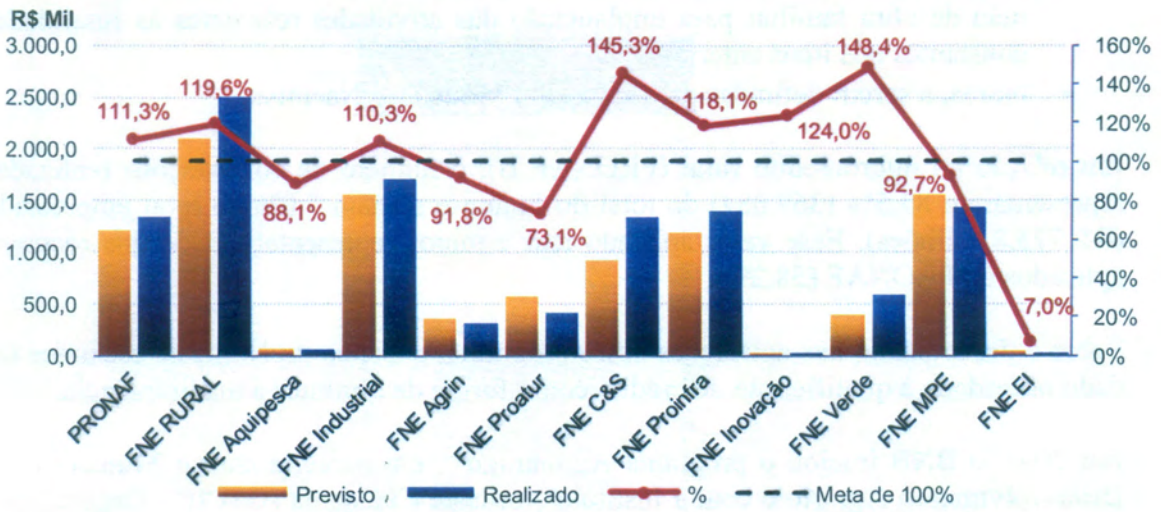
Os programas do Setor Rural foram responsáveis por 94,9% da quantidade de operações contratadas pelo Fundo, embora tenham contratado apenas 35,2% (R$ 3.906,7 milhões) dos recursos. Os financiamentos realizados pelo Setor Não Rural, no âmbito dos programas industriais, agroindustriais, infraestrutura, Comércio e Serviços e turismo, somaram 64,8% (R$ 7.184,0 milhões) do total contratado no exercício, distribuídos em apenas 5,1% do total do número de contratações. O que demonstra significativa concentração da concessão de crédito, pelo menos em termos setoriais, o que não se coaduna com as diretrizes gerais desse Fundo, em particular do que trata o art. 3º da Lei nº 7.827/89.

Gráfico 05 – FNE – Contratações por Setor/Atividade – Valores Contratados – 2011



No Gráfico 06 percebe-se que a maioria dos programas ultrapassou o valor previsto para o exercício. Entre eles, destacam-se o FNE Verde, com acréscimo de 48,4%, o FNE Comércio e Serviços (45,3%) e o FNE Inovação (24,0%). Por outro lado, 5 programas não atingiram o total estimado: FNE MPE, com 92,7% do previsto; FNE Agrin, 91,8%; FNE Aquipesca, 88,1%; FNE Proatur, 73,1%; e FNE EI, com apenas 7,0% do previamente estipulado.

Gráfico 06 – FNE – Financiamentos Previstos X Realizados por Programa



5.3.1 – Programas Setoriais

(Tabela 3.A – em anexo)

5.3.1.1 – Agricultura Familiar (PRONAF)

As aplicações nos programas de apoio à Agricultura Familiar atingiram o montante de R$ 1.333,6 milhões, o que representou 111,3% do montante projetado para o Programa e 12,0% em relação ao total contratado no exercício. Para os colonos/assentados da Reforma Agrária (PRONAF A), os créditos concedidos, no montante de R$ 109,3 milhões, corresponderam a apenas 11,0% dos números programados e a 1,0% em relação ao montante aplicado no exercício.

Cabe registrar que as aplicações no PRONAF A não dependem somente dos agentes financeiros, mas também de etapas anteriores ao crédito, no âmbito de órgãos federais e estaduais, vez que, necessitam, dentre outros, da aprovação ou reconhecimento dos projetos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A Lei nº 12.249[21], de 11.06.2010, alterou o art. 7º da Lei nº 9.126/95, onde dispõe que os bancos administradores aplicarão 10% dos recursos para os financiamentos dos Fundos Constitucionais aos colonos/assentados enquadrados no PRONAF A. Em face dos resultados alcançados no exercício de 2011, é de se recomendar melhores esforços nos próximos anos, para efeito do cumprimento deste percentual, já que autorizou as instituições financeiras a computar no cálculo dos 10%, empreendimentos que tenham a finalidade de:

- regularização e adequação ambiental dos estabelecimentos rurais, reflorestamento, recuperação ou regeneração de áreas degradadas ou formação ou melhoria de corredores ecológicos entre áreas prioritárias para conservação da biodiversidade;
- implantação de infraestrutura hídrica e de atividades produtivas adequadas à convivência com o semiárido;

[21] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm | Acesso em 10.06.2011.

- pagamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural e remuneração da mão de obra familiar para implantação das atividades referentes às finalidades constantes nos itens anteriores; e
- outras, a serem definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Em relação ao microcrédito rural (PRONAF B), o número de contratações realizadas representaram 83,5% (367.084) do total do Fundo e somam 7,0% do total emprestado (R$ 775,8 milhões). Esse valor aplicado tem a maior representatividade dos recursos aplicados no PRONAF (58,2%).

Sobre o desempenho nas aplicações nesse programa, o Banco do Nordeste esclarece ter dado prioridade à qualificação do crédito como forma de diminuir a inadimplência.

Em 2004, o BNB iniciou o programa Agroamigo[22], em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com a Instituto Nordeste Cidadania (OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), em um projeto piloto em duas Agências. Esse programa visa à concessão de financiamento para agricultores familiares classificados no PRONAF Grupo B. Nos anos de 2005 e 2006, o programa foi ampliado para todas as Agências do BNB. Em 2011, ele assistiu a todos os municípios de sua área de atuação e contratou R$ 775,1 milhões, representando 99,9% do total aplicado no Grupo B do PRONAF.

5.3.1.2 – FNE Rural

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste (FNE-Rural) realizou 12.850 operações, aplicou 19,6% (R$ 2.498,5 milhões) acima do valor previsto (R$ 2.089,0 milhões), e foi responsável pelo equivalente a 22,5% dos recursos do Fundo aplicados pelo BNB no exercício de 2011.

5.3.1.3 – FNE Aquipesca

Nas 101 operações realizadas pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (Aquipesca) foram aplicados 0,6% (R$ 61,1 milhões) dos recursos totais aplicados pelo FNE. Em relação ao orçamento projetado, os empréstimos concedidos representaram apenas 88,1% do valor previsto (R$ 69,0 milhões).

5.3.1.4 – FNE Industrial

Ao amparo do Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (FNE Industrial) foram aplicados R$ 1.703,2 milhões em 458 operações, excedendo a previsão em 10,3% e representando 15,4% do total aplicado.

[22] O Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste (AgroAmigo) tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf (agricultores familiares com renda bruta anual de até R$ 6.000,00), mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Trata-se de metodologia diferenciada de ação, uma iniciativa pioneira no Brasil, que visa expandir o atendimento rápido e desburocratizado, mediante a concessão de microcrédito rural direcionado às famílias de menor nível de renda no meio rural.

5.3.1.5 – FNE Agrin

As 123 operações contratadas pelo Programa FNE Agrin somaram R$ 318,0 milhões, representando 91,8% do valor estimado (R$ 347,0 milhões), perfazendo 2,9% do total aplicado pelo Fundo.

As principais atividades agroindustriais financiadas foram: abate e produção de carne, aves e pescados, com R$ 140,4 milhões, o que representou 41,7% do total contratado no setor, seguido pelo processamento e beneficiamento de cana-de-açúcar, com R$ 80,1 milhões (24,0% do setor) e laticínios, com R$ 42,0 milhões. Essas atividades totalizaram 78,2% dos valores investidos pelo FNE Agrin.

5.3.1.6 – FNE Proatur

No Programa de Apoio ao Turismo Regional (FNE Proatur) foram contratadas 35 operações e concedidos créditos de R$ 412,4 milhões, 26,9% abaixo do valor projetado. Sua participação no total aplicado pelo Fundo foi de 3,7%, considerado relativamente pequeno, tendo em vista as potencialidades e vocações da Região. A par destas constatações, é mister promover ações específicas que incluam o aproveitamento das atratividades de negócios nos segmentos turísticos regionais.

Desde 2010, as atividades ligadas a esse segmento tiveram incrementos, grande parte em decorrência do lançamento do Proatur Copa, uma parceria com o Ministério do Turismo visando dotar as capitais do Nordeste, que serão sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014 (Fortaleza, Natal, Recife e Salvador), de melhor estrutura turística e oferta de serviços correlacionados para a sua realização.

Vale esclarecer que o Proatur Copa atende financiamento a projetos que contemplem os objetivos de exploração: resorts, hotéis, pousadas, restaurantes, arenas multiusos, agências de viagem e turismo, entre outros segmentos, localizados em municípios relacionados no documento "65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional", do Ministério do Turismo, de valores iguais ou superiores a R$ 1 milhão, com a finalidade de Investimento.

Em 2011, a contratação mais expressiva do Proatur Copa foi de R$ 250 milhões, destinada à construção de uma arena multiuso na cidade de São Lourenço da Mata, localizada na Região Metropolitana de Recife. Este valor representou 60,6% do total financiado pelo FNE Proatur.

5.3.1.7 – FNE Comércio e Serviços

Ao programa FNE Comércio e Serviços foram concedidos financiamentos de R$ 1.338,2 milhões referentes a 1.619 contratações, correspondendo, respectivamente, a 0,4% e 4,4%, em relação aos valores e quantidades viabilizados com recursos do FNE, no exercício de 2011.

Para efeito deste Parecer, considera-se, no âmbito do setor de Comércio e Serviços, também os programas multissetoriais FNE Verde, FNE Inovação, FNE MPE e FNE EI. Tendo em conta esses programas, o setor de Comércio e Serviços proporcionou 19.113

operações (4,3% do total), perfazendo R$ 2.477,1 milhões (22,3% das contratações do exercício).

Como a Lei nº 7.827/1989 determina que as contratações do FNE ao setor de Comércio e Serviços sejam limitadas a 20% do total aprovado para o exercício, e observado que foram aplicados valores correspondentes a 25,0%, portanto, além do efetivamente programado, é de ser recomendar ao Banco do Nordeste a adoção de medidas que atendam ao formalmente estabelecido por essa legislação.

5.3.1.8 – FNE Proinfra

Ao amparo do FNE Proinfra foram aplicados R$ 1.390,9 milhões em 15 operações, excedendo a previsão em 18,1% e representando 12,5% do total aplicado.

Para efeito deste Parecer, considera-se, no âmbito do setor de Infraestrutura, também o programa multissetorial FNE Verde. Este setor realizou 22 operações (0,005% do total), perfazendo R$ 1.961,1 milhões (17,7% das contratações do exercício).

O §1º do art. 4º da Lei nº 7.827/1989, com a redação dada pelo artigo 9º da Lei nº 10.177/2001, definia que "Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos não-governamentais de infraestrutura econômica até o limite de dez por cento dos recursos previstos, em cada ano, para os respectivos Fundos.". Entretanto, a redação dada pelo § 1º do art. 43 da Lei nº 11.775/2008 excluiu essa limitação.

Verifica-se que, a partir dessa medida, os valores financiados nessa atividade tiveram um crescimento expressivo. A média de contratações no período de 2004 a 2008 é de R$ 695,3 milhões, subindo para uma média no período de 2009 a 2011 de R$ 1.966,9 milhões, equivalendo a um crescimento de 182,9%.

Gráfico 07 – Evolução Anual das Contratações em Infraestrutura



5.3.1.9 – FNE Profrota Pesqueira

O programa FNE Profrota Pesqueira não apresentou contratações no exercício de 2011.

Sugere-se ao Conselho Deliberativo da SUDENE recomendar ao Banco do Nordeste a explicitar as razões do insucesso na contratação de crédito nas atividades intrínsecas a esse programa, além de desenvolver e direcionar estratégias, que venham a atender aos objetivos de apoio financeiro do setor pesqueiro regional.

5.3.2 – PROGRAMAS MULTISSETORIAIS

Perpassa os mais diversos setores e vincula-se, complementar e especificamente a outros programas do FNE, cujas ações, em termos de operações de crédito, se relacionam abaixo:

5.3.2.1 – FNE Inovação

O FNE Inovação realizou 26 operações, totalizando R$ 12,3 milhões, isto é, 24,0% acima do valor estimado, e representa 0,1% do total aplicado pelo Fundo. Comparando-se este resultado àquele alcançado em 2010, denota-se expressivo crescimento, o que decorreu da adoção de novas estratégias, com vista de aglutinar maiores demandas para este programa, em particular no que tange ao atendimento de seus objetivos de contribuir para a ampliação e melhoria dos níveis de produtividade e competitividade de setores produtivos regionais.

Ainda que se denote este crescimento, estes números evidenciam o pouco interesse de setores produtivos regionais em investimentos diretamente vinculados à inovação tecnológica, não só nos aspectos de processos, mas como de gestão.

5.3.2.2 – FNE Verde

O Banco do Nordeste informou que foram realizadas 57 operações, no valor de R$ 587,7 milhões, distribuídas entre os setores Rural, Comércio e Serviços, Industrial e de Infraestrutura. Esta soma representa 5,3% do total financiado, e foi 48,4% superior ao previsto, o que demonstra o interesse da classe empresarial em contribuir para a política de sustentabilidade dos meios de produção.

5.3.2.3 – FNE MPE

No Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (FNE MPE) foram contratadas 19.536 operações e concedidos créditos de R$ 1.432,0 milhões, 7,3% abaixo do valor projetado. Sua participação no total aplicado pelo Fundo foi de 12,9%.

Em face desses resultados, torna-se recomendável intensificar, de forma objetiva, as ações de promoção de investimento junto a essa clientela, contando-se, inclusive, com os propósitos estabelecidos pelo FNE Itinerante, em não só dar tratamento preferencial, como agilizar o caráter de operacionalização dos créditos.

A par dessa observação, sugere-se recomendar ao Banco do Nordeste que envide esforços para aumentar o número de operações contratadas neste programa, independente do aumento do volume contratado.

5.3.2.4 – FNE EI

Ao programa FNE Empreendedor Individual foram concedidos financiamentos de R$ 2,8 milhões referentes a 403 contratações, correspondendo, respectivamente, a 0,03% e 0,09%, em relação aos valores e quantidades viabilizados com recursos do FNE, no exercício de 2011, realizando apenas 7% do valor previsto.

Em face da finalidade desse programa de financiar ativos produtivos, com vistas não só de fomentar o desenvolvimento dos empreendedores individuais, mas de contribuir também para a formalização de suas atividades, sugere-se ao Conselho Deliberativo da SUDENE recomendar ao Banco do Nordeste envidar esforços para incentivá-los a tomar financiamentos nesta linha.

5.3.2.5 – FNE Procultura

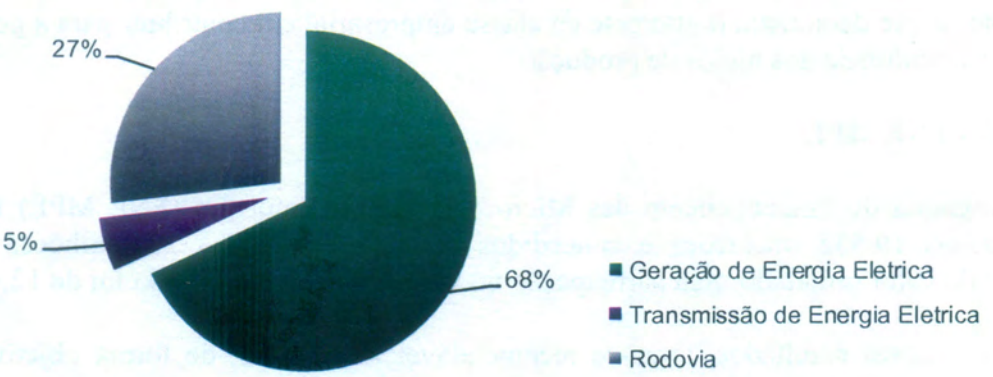
O programa FNE Procultura não apresentou contratações no exercício de 2011.

Desse modo, deve-se recomendar ao Banco do Nordeste a explicitar as razões do insucesso na contratação de crédito nas atividades intrínsecas a esse programa.

5.4 – Contratações do PAC

Em apoio ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Governo Federal foram contratadas operações que totalizam R$ 1.393,1 milhões (12,6% do total financiado no exercício), voltadas para geração e transmissão de energia elétrica e construção de rodovia. Estes financiamentos beneficiam diretamente os Estados da Bahia, do Ceará, do Maranhão, do Pernambuco, do Piauí e do Rio Grande do Norte.

Gráfico 08 – Valor Contratado de Projetos ligados ao PAC por Finalidade do Crédito



5.5 – Contratações por Unidade Federativa

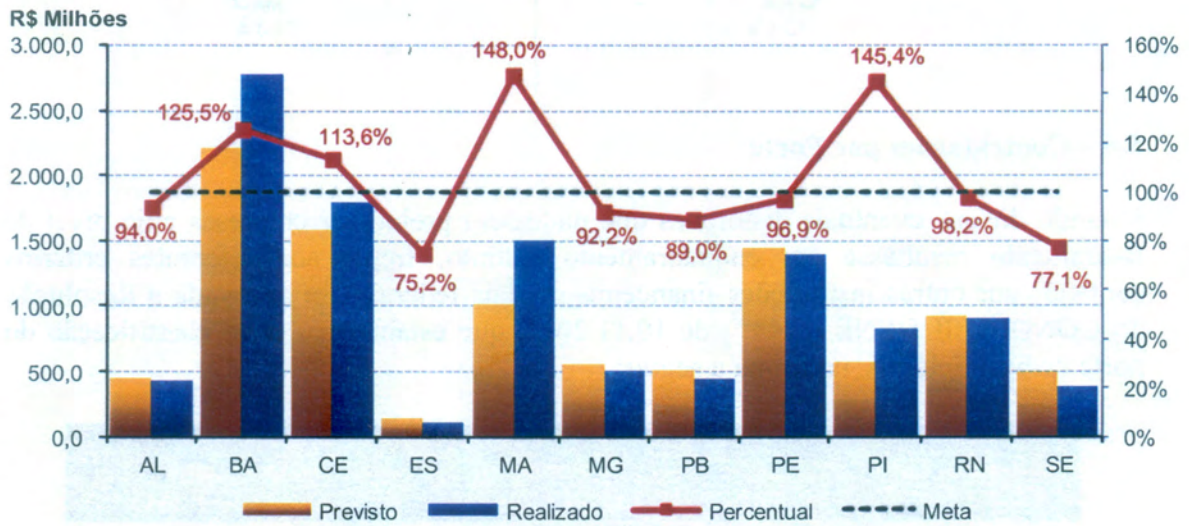
(Tabela 7.A – Em anexo)

O Gráfico 09, a seguir, demonstra a aplicação dos recursos por Unidade Federativa, onde se denota que 7 dos 11 Estados não conseguiram atingir a meta prevista na Programação (representada pela linha preta tracejada): Alagoas (94,0%), Espírito Santo (75,2%), Minas Gerais (92,2%), Paraíba (89,0%), Pernambuco (96,9%), Rio Grande do Norte (98,2%) e Sergipe (77,1%).

Proporcionalmente, os Estados que mais ultrapassaram a sua meta foram Maranhão (148,0%), Piauí (145,4%) e Bahia (125,5%). Os financiamentos dos empreendimentos localizados nos Estados da Bahia (25,1%), Ceará (16,2%), Pernambuco (13,6%) e Maranhão (12,6%) absorveram, em conjunto, 67,5% do total das aplicações do Fundo, no ano de 2011. Nos demais Estados os financiamentos variaram entre 1,0% (Espírito Santo) e 8,2% (Rio Grande do Norte).

Desse modo, observa-se que a demanda de crédito e suas contratações não deixam de estar vinculados ao perfil da base econômica desses Estados e às suas complementaridades.

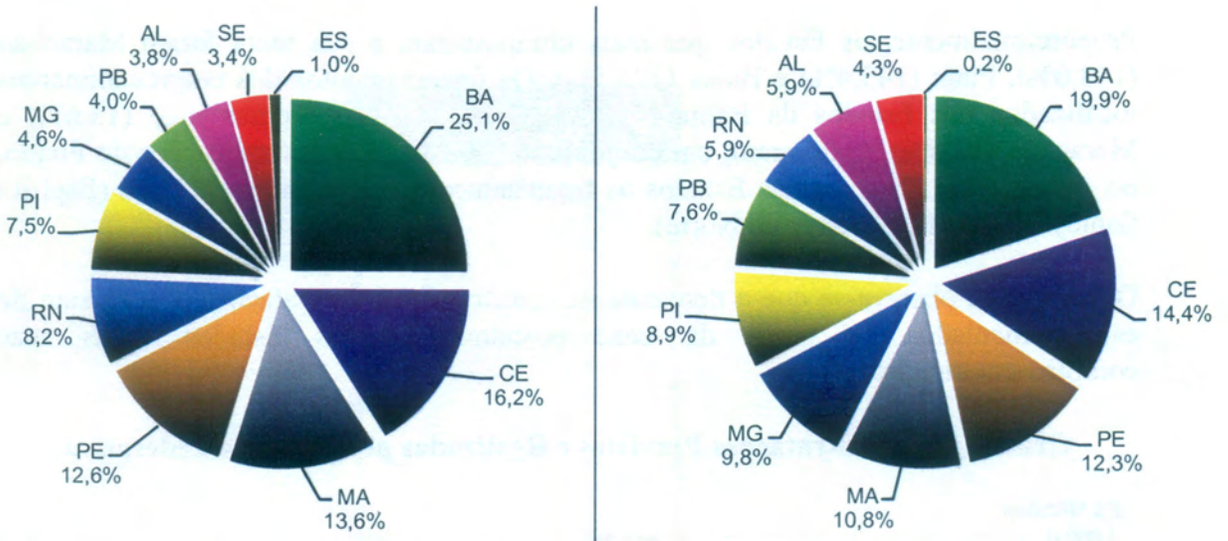
Gráfico 09 – Contratações Previstas e Realizadas por Unidade Federativa



No exercício foram contratadas 87.511 operações no Estado da Bahia (19,9% do total de operações), 63.260 no Ceará (14,4%), 54.190 em Pernambuco (12,3%) e 47.399 no Maranhão (10,8%), representando 57,4% da quantidade de operações contratadas pelo Fundo.

Gráfico 10 – Aplicação dos Recursos por Unidade Federativa

Percentual da Quantidade de Contratações | **Percentual do Valor Contratado**



5.6 – Contratações por Porte

Visando dirimir eventuais distorções que pudessem prejudicar empresas cujo nível de faturamento resultasse em enquadramento distinto, frente aos diferentes critérios adotados por outras instituições financeiras oficiais federais, foi aprovada a Resolução do CONDEL/SUDENE nº 43[23], de 10.11.2011, que estabeleceu nova classificação do porte de beneficiários, na forma a seguir:

Beneficiários	Setor	Receita Operacional Bruta Anual/ Renda Agropecuária Bruta Anual	
		até 09.11.2011	após 10.11.2011
Mini/Micro	Não Rural	até R$ 240 mil	até R$ 240 mil
	Rural	até R$ 150 mil	
Pequeno	Não Rural	acima de R$ 240 mil até R$ 2,4 milhões	acima de R$ 240 mil até R$ 2,4 milhões
	Rural	acima de R$ 150 mil até R$ 300 mil	
Pequeno-Médio	Não Rural	-	acima de R$ 2,4 milhões até R$ 16 milhões
	Rural		
Médio	Não Rural	acima de R$ 2,4 milhões até R$ 35 milhões	acima de R$ 16 milhões até R$ 90 milhões
	Rural	acima de R$ 300 mil até R$ 1,9 milhões	
Grande	Não Rural	acima de R$ 35 milhões	acima de R$ 90 milhões
	Rural	acima de R$ 1,9 milhões	

Com essa adequação, foi ajustada a Programação para o exercício de 2011, em termos de porte de beneficiários e em razão da receita operacional bruta anual/renda agropecuária bruta anual, conforme se explicita na tabela abaixo:

[23] Disponível em: http://www.sudene.gov.br/system/resources/BAhbBlsHOgZmSSI6MjAxMi8wNC8yNC8xNS8yMC8wOS8xMDgvcmVzb2x1Y2FvX2NvbmRlbF8wNDNfMjAxMS5wZGYGOgZFVA/resolucao-condel-043-2011.pdf | Acesso em 13.06.2012.

Porte dos Beneficiários	Receita Operacional Bruta Anual/Renda Agropecuária Bruta Anual	%
Mini/Micro	Até R$ 16 milhões	51,0*
Pequeno		
Pequeno-Médio		
Médio	Acima de R$ 16 milhões	49,0**
Grande		
* Respeitando o limite mínimo de 20% para os beneficiários com faturamento de até R$ 2,4 milhões.		
** Respeitando o limite máximo de 20% para os beneficiários com faturamento acima de R$ 90 milhões.		

Nesse contexto, os empreendedores de mini/micro, pequeno e pequeno/médio portes foram responsáveis por 46,7% dos recursos aplicados (R$ 5.181,6 milhões), seguido de 37,6% (R$ 4.163,3 milhões) nos empreendedores de grande porte, e por 15,7% dos empreendedores de médio porte (R$ 1.745,7 milhões).

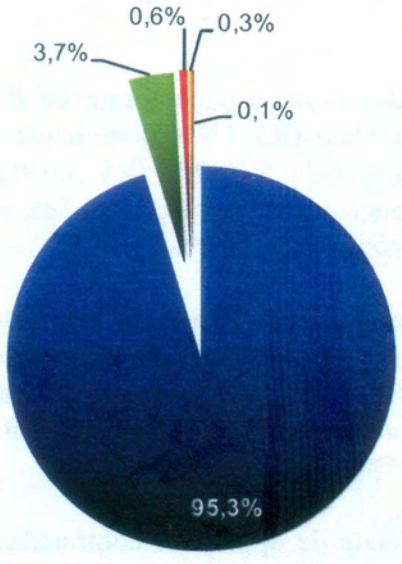
Observa-se que os tomadores de maior porte continuam sendo parte expressiva do total financiado pelo Fundo, mas é importante salientar que nele estão inclusos os projetos estratégicos de infraestrutura, de significativa demanda de recursos.

Em relação à quantidade de operações contratadas, 419.179 se deram entre os empreendedores de porte mini/micro, alcançando 95,3% do total. Os empreendedores de pequeno porte contrataram 16.345 operações (3,7% do total), os de pequeno/médio, 2.778 (0,6%), os de médio, 1.163 (0,3%) e os de grande, 354 (0,1%).

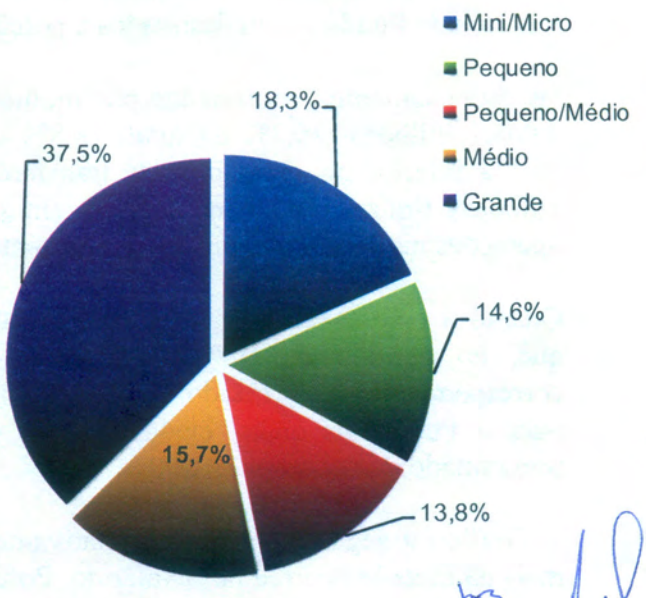
As operações, no âmbito do PRONAF (404.490), são responsáveis por grande parte das contratações pelos empreendedores de menor porte.

Gráfico 11 – Aplicação dos Recursos por Porte de Tomador

Percentual da Quantidade de Contratações



Percentual do Valor Contratado



5.6.1 Ações Desenvolvidas para Melhorar o Atendimento aos Beneficiários de Menor Porte

Para disseminar o FNE a todos os municípios da Região Nordeste, o Banco do Nordeste, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, Governos Estadual e Municipal, SEBRAE, SUDENE e entidades locais, deu continuidade à ação denominada FNE Itinerante, iniciada em 2010.

O FNE Itinerante tem como objetivo divulgar os programas de financiamento e as linhas de crédito, estimulando a tomada de financiamentos principalmente pelos mini, micro e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, preferencialmente nos espaços prioritários da PNDR.

Em 2011 foram realizadas 65 eventos, envolvendo todos os Estados da área de atuação do FNE.

A escolha dos municípios se deu a partir de critérios definidos pelo Ministério da Integração Nacional, a SUDENE e o BNB, tendo em conta:

- não ser capital de Estado;
- não possuir agência do BNB;
- estar inserido na Região Semiárida (excetuando-se Maranhão e Espírito Santo, que não possuem áreas no Semiárido);
- estar classificado na tipologia "Baixa Renda" ou "Estagnada";
- ser dotado de razoável concentração de micro e pequenas empresas no Estado, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE).

5.7 – Contratações na Porção Semiárida

(Tabela 9.A – Em anexo)

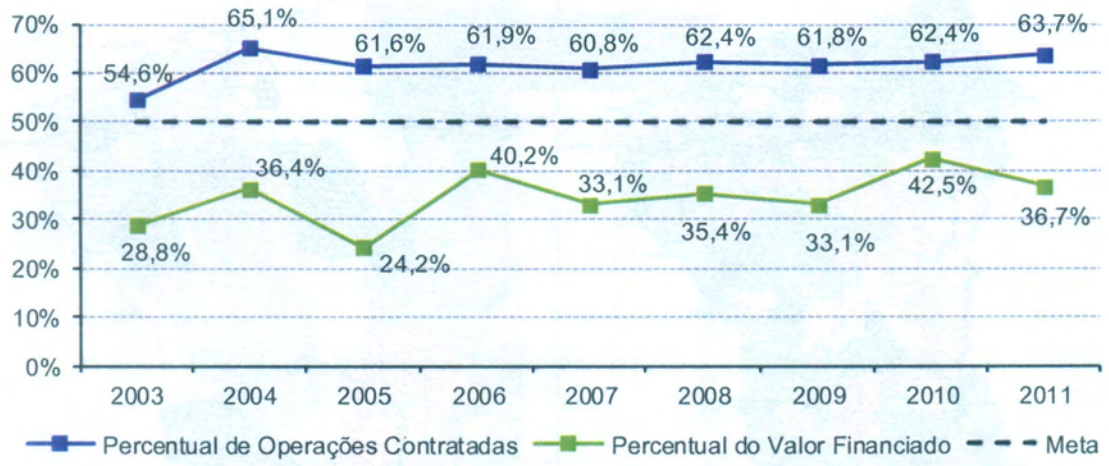
O art. 159 da Constituição Federal em seu inciso I, alínea c, determina que 50% dos recursos do Fundo sejam destinados à porção Semiárida.

Os financiamentos contratados por mutuários localizados nesse espaço foram de R$ 4.068,1 milhões, 36,7% do total, 18,8% inferior ao previsto (R$ 4.950,0 milhões) e 19,1% inferior ao montante das transferências efetuadas pela STN/MI (R$ 5.030,6 milhões). Em relação ao ano de 2010, em que foram financiados R$ 4.568,3 milhões, as operações no Semiárido, em 2011, apresentaram um decréscimo de 11,9%.

Quanto a esse aspecto, vale observar a informação prestada pelo Banco do Nordeste que, no período de 1989 a 2011, as operações direcionadas para o Semiárido corresponderam a 40,1% do montante global das transferências do Tesouro Nacional para o Fundo, as quais, evidentemente, não correspondem aos valores anualmente programados.

O Gráfico a seguir mostra que, relativamente à quantidade de operações contratadas, mais da metade ocorreu no Semiárido. Porém, os valores financiados ficaram abaixo da meta de 50% do total aplicado pelo FNE.

Gráfico 13 – Evolução das Contratações no Semiárido | 2003 a 2011



5.8 – Contratações de acordo com a PNDR

(Tabela 8.A – Em anexo)

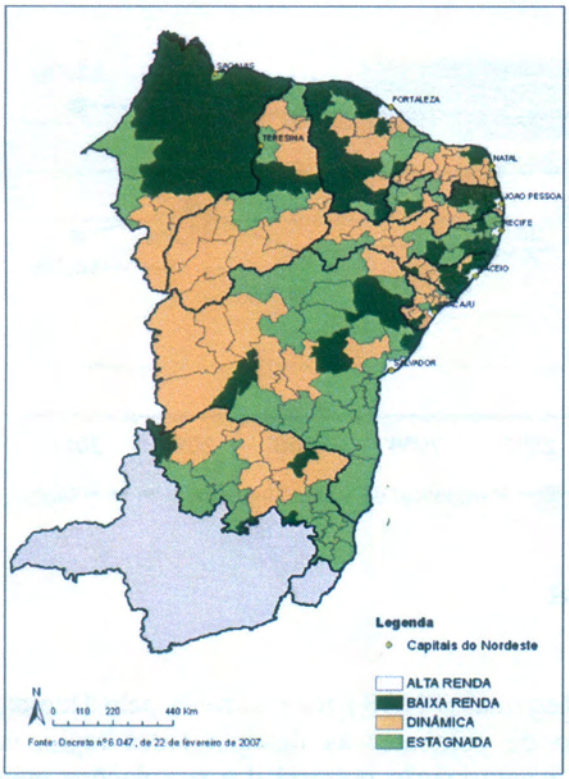
A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi instituída pelo Decreto nº 6.047[24], de 22.02.2007, com a missão de combater as desigualdades regionais brasileiras e promover a inclusão social e a valorização cultural das populações mais pobres do país e dos territórios menos favorecidos por outras políticas públicas, tendo como principais instrumentos, os Fundos Constitucionais de Financiamento.

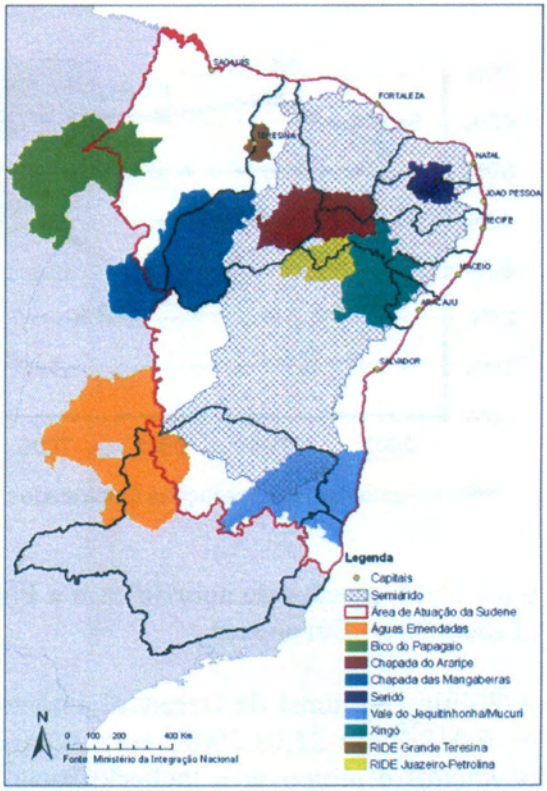
Mapa 01 – Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

Mapa 01A: Tipologia da PNDR (Área de Atuação da SUDENE)

Mapa 01B: Mesorregiões Diferenciadas. RIDE'S, Semiárido (Espaços Prioritários da PNDR)

[24] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm | Acesso em 30.05.2012.

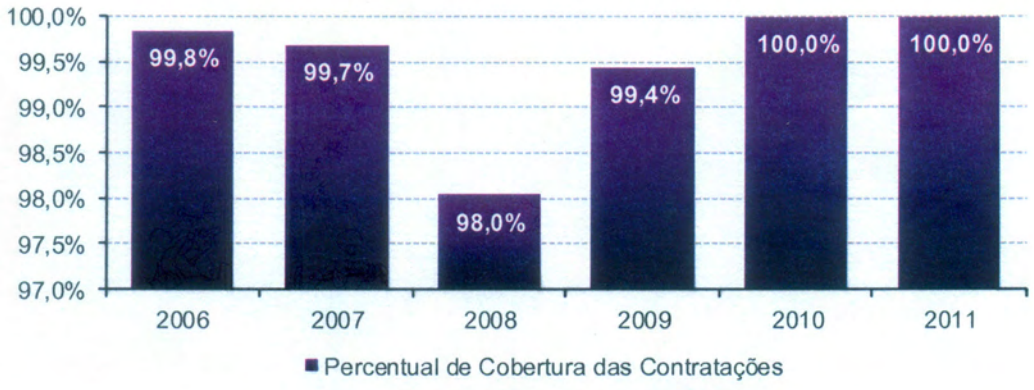




São espaços prioritários da PNDR os municípios integrantes das microrregiões classificadas como de Baixa Renda, Dinâmica e Estagnada, e, no caso da Região Nordeste, as sub-regiões: Mesorregiões Diferenciadas do Ministério da Integração Nacional e RIDE's.

O índice de cobertura das contratações indica que o FNE alcançou 100% de atendimento dos municípios da área de atuação do Fundo, desde 2010.

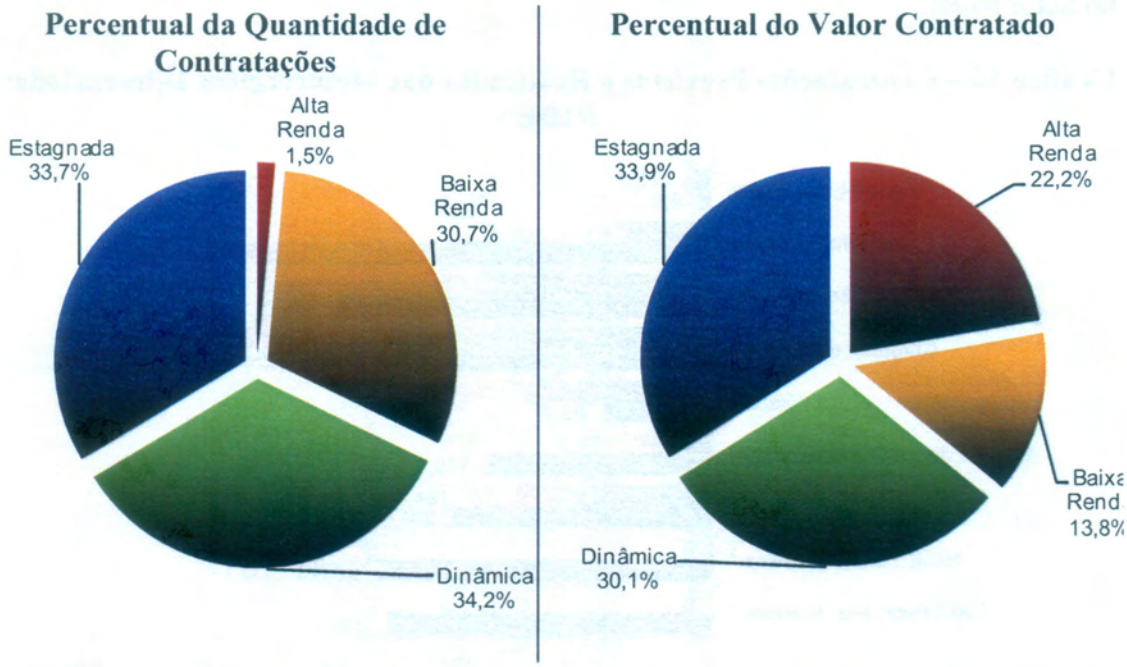
Gráfico 14 – Evolução do Índice de Cobertura das Contratações



Sob o enfoque da PNDR, do total de recursos aplicados, 77,8% (R$ 8.626,3 milhões) destinaram-se aos financiamentos de 433.401 operações localizadas em municípios integrantes de microrregiões consideradas como de Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica, representando, respectivamente, 30,7%, 33,7% e 34,2% do Fundo. A Alta

Renda deteve somente 1,5% das operações contratadas no exercício, mas representou 22,2% (R$ 2.464,4 milhões) do total de recursos.

Gráfico 15 – Contratações por Tipologia da PNDR



Em termos das Mesorregiões, as contratações realizadas em Águas Emendadas, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe, Seridó, Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e Xingó somaram R$ 1.508,4 milhões, objeto da realização de 72.185 contratos de empréstimo. O montante aplicado teve um acréscimo de 14,6% do valor global inserido na programação aprovada. Em relação a 2010, quando foram financiados R$ 1.829,0 milhões, o exercício de 2011 apresentou decréscimo de 17,5%.

Vale registrar que R$ 707,0 milhões destinaram-se ao Setor Rural (46,9% do emprestado nas Mesorregiões), distribuído em 69.266 operações. Com os demais setores não rurais, foram realizadas 2.919 operações, no valor de R$ 801,4 milhões (53,1%).

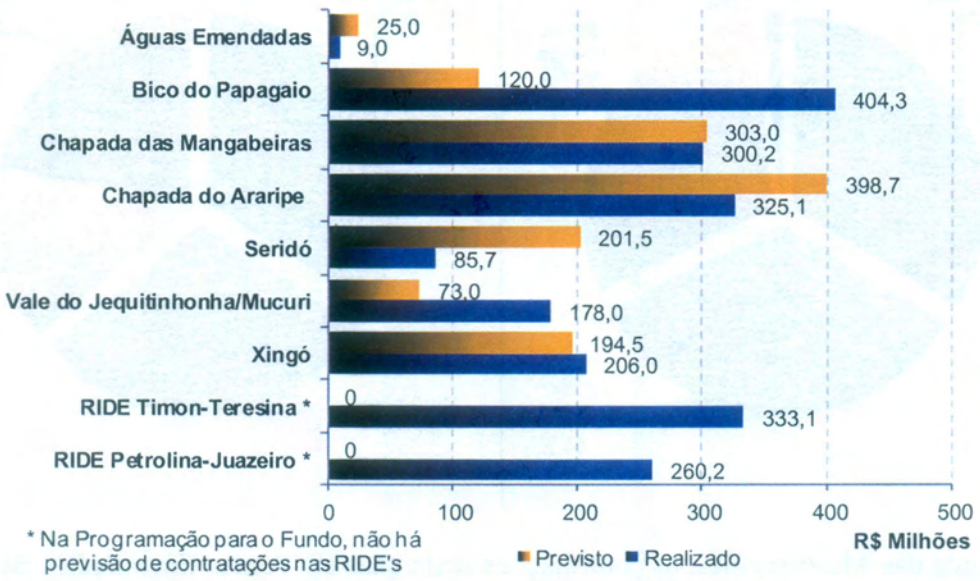
Os recursos aplicados nas Mesorregiões Prioritárias da PNDR superaram em 16,2% o valor estimado (R$ 1.315,7 milhões). Ainda que as regiões de Águas Emendadas, Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe e Seridó não tenham realizado na totalidade as suas previsões, as regiões do Bico do papagaio e Vale do Jequitinhonha/Mucuri ultrapassaram as suas metas em 236,9% e 143,9%, respectivamente, explicando o acréscimo no volume de aplicações nas Mesorregiões.

As contratações realizadas nas RIDE's Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina somaram R$ 593,2 milhões, resultando na realização de 7.438 contratos de empréstimo.

Na RIDE Petrolina-Juazeiro foram contratadas 4.482 operações, no valor de R$ 260,2 milhões, sendo 35,0% no Setor Rural e 65,0% nos demais setores não rurais.

Na RIDE Timon-Teresina foram financiadas 2.956 operações, totalizando R$ 333,1 milhões. Diferentemente da RIDE Petrolina-Juazeiro, 96,7% dos seus financiamentos se concentram nos demais setores não rurais (o setor de Comércio e Serviços é responsável por 84,5% do total aplicado pela RIDE), enquanto apenas 3,3% das aplicações se deram no Setor Rural.

Gráfico 16 – Contratações Previstas e Realizadas nas Mesorregiões Diferenciadas e RIDE's



5.9 – Contratações por Finalidade do Crédito – Custeio Isolado, Comercialização e Capital de Giro

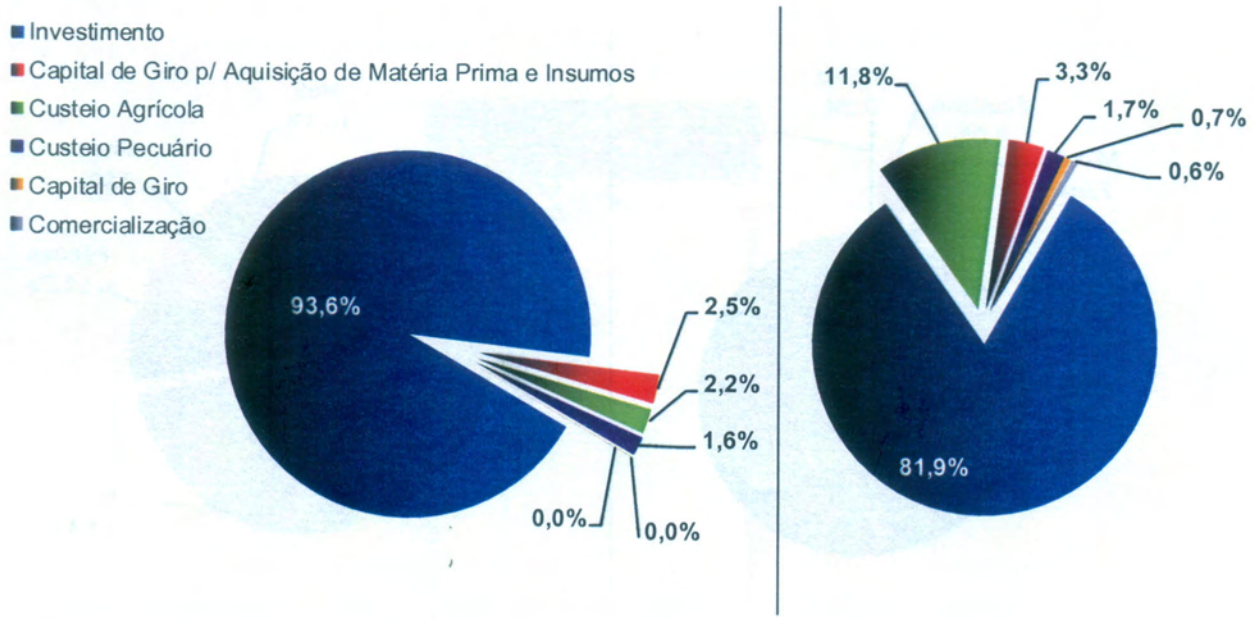
(Tabela 12.A – Em anexo)

Do total dos créditos concedidos em 2011, 11,8% destinaram-se ao custeio agrícola (R$ 1.311,7 milhões); 3,3% para capital de giro para aquisição de matéria prima e insumos (R$ 370,2 milhões); 1,7% para custeio pecuário (R$ 184,5 milhões); 0,7% foram direcionados para outras contratações de capital de giro (R$ 72,9 milhões); 0,6% foram destinados para comercialização (R$ 71,2 milhões); e os restantes 81,9% financiaram projetos de investimento (R$ 9.080,1 milhões).

Em relação à quantidade de operações contratadas, 2,5% destinaram-se ao capital de giro para aquisição de matéria prima e insumos (11.099); 2,2% para custeio agrícola (9.780); 1,6% para custeio pecuário (7.217); 0,03% foram canalizados para capital de giro (129); 0,01% foram destinados comercialização (56); e os restantes 93,6% financiaram projetos de investimento (411.538).

Gráfico 17 – Contratações por Finalidade de Crédito

Percentual da Quantidade de Contratações | **Percentual do Valor Contratado**



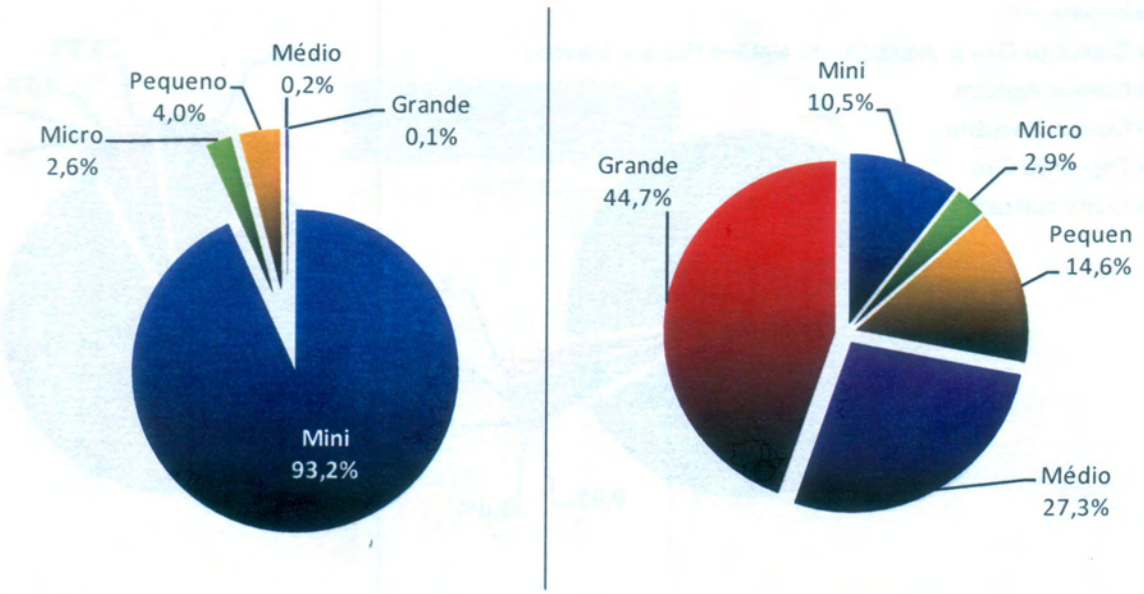
5.10 – Contratações com Clientes que Operaram com o FNE pela 1ª vez
(Tabela 13.A – em anexo)

Das 439.819 operações realizadas no exercício de 2011 pelo FNE, 84.280, ou seja, 19,2%, decorreram da incorporação de clientes sem histórico com esse Fundo, para os quais foram concretizados financiamentos de R$ 3.461,5 milhões, representando 31,2% dos recursos totais contratados.

Em termos de operações individualizadas, esse resultado vem ao encontro da desejada ampliação do leque de beneficiários. No entanto, a par dos dados apresentados pelo BNB, no que se reporta aos valores contratados, eles estão fortemente centrados em mutuários de médio e grande portes que, respectivamente, responderam por 27,3% e 44,7%, isto é, R$ 945,8 milhões e R$ 1.545,8 milhões. Diante do exposto, deve-se recomendar ao BNB viabilizar ações que evitem essas concentrações, de modo a se exercer um processo mais democrático de crédito.

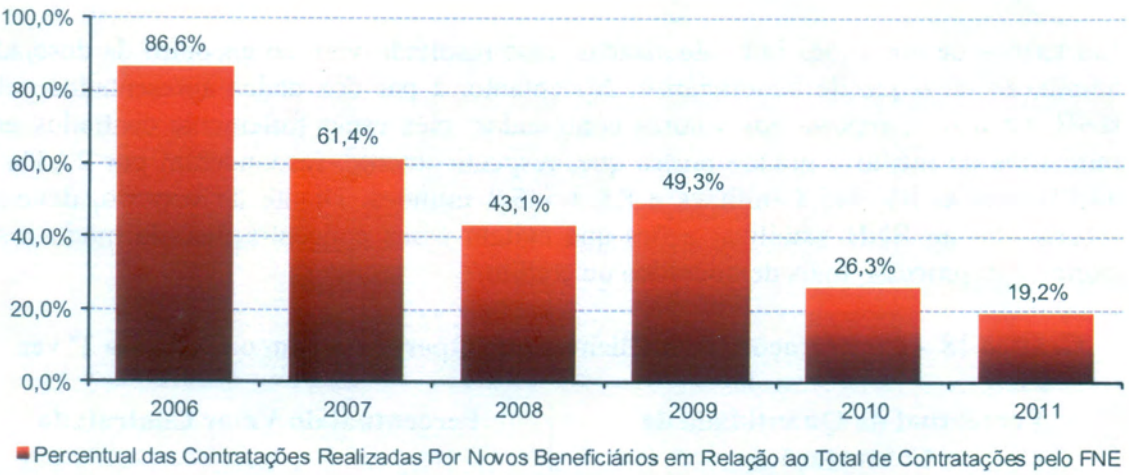
Gráfico 18 – Contratações com Clientes que Operaram com o FNE pela 1ª vez

Percentual da Quantidade de Contratações	Percentual do Valor Contratado



Outro ponto importante é que, no curso do período de 2006 a 2011, tem sido observada decrescente participação de novos beneficiários no conjunto das operações contratadas, o que novamente requer maior envidamento do Banco na aglutinação de esforços à concessão de crédito e ampliação de nova clientela.

Gráfico 19 – Evolução do Índice de Contratações com Novos Beneficiários



5.11 – Contratações por Faixa de Valor

(Tabelas 14.A e 15.A – em anexo)

5.11.1 – Setor Rural

As faixas de valores mais representativas em relação ao montante financiado no Setor Rural são:

a) "acima de R$ 1 mil até R$ 10 mil", representando 90,4% das operações contratadas, mas com 22,3% do número total de contratações;

b) "acima de R$ 1 milhão até R$ 10 milhões", com 26,4% do total financiado, mas com 0,1% do número total de contratações;
c) "acima de R$ 100 mil até R$ 1 milhão", com 19,7% do montante financiado e 0,8% das operações contratadas.

Essas 3 faixas somam 68,4% do total contratado pelo setor, e representam 91,7% das operações. É importante ressaltar que não houve empréstimos no exercício de 2011 na faixa acima de R$ 100 milhões neste setor.

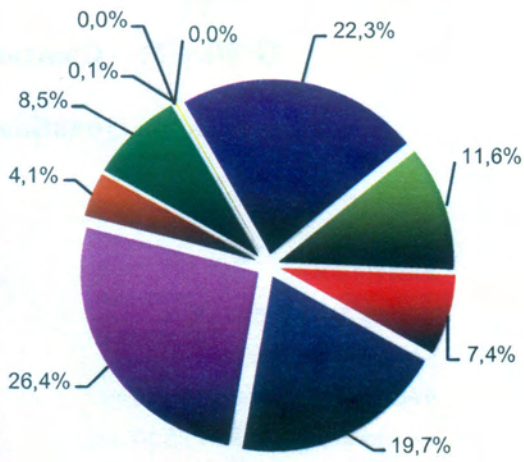
Nas faixas de valores até R$ 10 mil, o PRONAF foi responsável por 87,0 % das operações contratadas no Setor Rural, com valor médio por aplicação de R$ 2.259,6, demonstrando a relevância do FNE para esse público.

Gráfico 20 – Contratações por Faixa de Valores | Setor Rural

Percentual da Quantidade de Operações Contratadas



Percentual do Valor Contratado



5.11.2 – Setores Não Rurais

As faixas de valores a partir de R$ 1 milhão representam 80,0% do montante financiado nos Setores Não Rurais, mas fazem jus a 1,9% do número de operações contratadas no setor, onde se destaca:

a) "acima de R$ 1 milhão até R$ 10 milhões", com 13,1% dos financiamentos e 1,5% das operações contratadas;
b) "acima de R$ 20 milhões até R$ 100 milhões", com 31,7% das aplicações realizadas e 0,2% das operações contratadas;
c) "acima de R$ 100 milhões", com 33,1% do montante financiado, mas com pequena representatividade percentual na quantidade de operações (11 contratações).

O FNE concedeu empréstimos de valor individual de R$ 4.800,6 milhões a 82 projetos na faixa de valores "acima de R$ 10 milhões", montante que representa 66,8% dos créditos concedidos pelo Fundo no exercício.

Na faixa de valores "acima de R$ 100 milhões", o setor que mais deteve empréstimo foi o industrial/agroindustrial com 6 operações no valor total de R$ 942,4 milhões, seguido pelo de infraestrutura, com 3 operações e R$ 862,6 milhões e 1 operação no setor de turismo, totalizando R$ 250 milhões. O financiamento de maior valor (R$ 660,6 milhões) foi concedido no município de Salvador (BA), ao amparo do Proinfra.

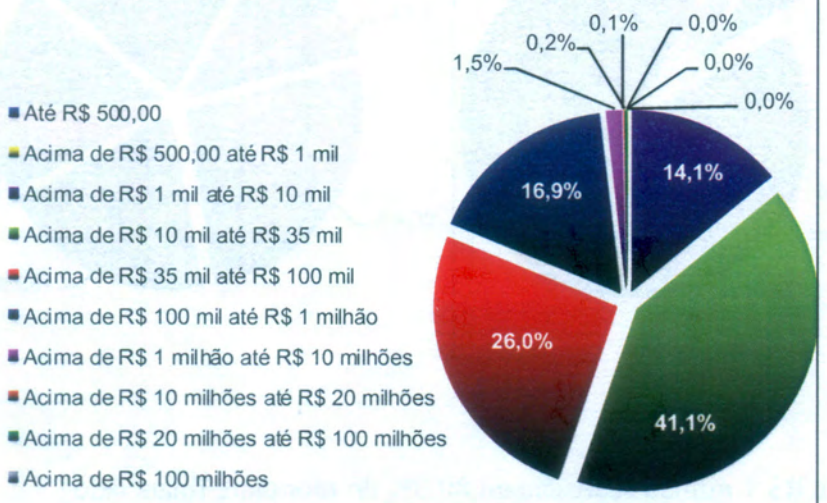
Isoladamente, a faixa de valor que deteve mais recursos foi a de "acima de R$ 10 milhões até R$ 100 milhões" (R$ 2.276,7 milhões), equivalente a 31,7% do total contratado pelo Fundo, com 46 operações.

Nas faixas de valores abaixo de R$ 1 milhão destacaram-se:

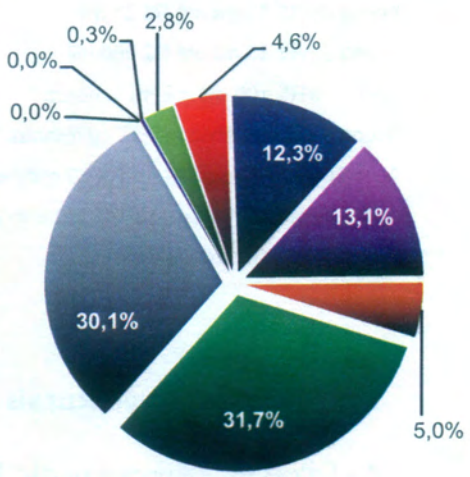
a) "acima de R$ 100 mil até R$ 1 milhão", com 16,9% das operações e 12,3% do montante contratado;
b) "acima de R$ 35 mil até R$ 100 mil", com 26,0% das operações e 4,6% do montante contratado; e
c) "acima de R$ 10 mil até R$ 35 mil", com 41,1% das operações e 2,8% do valor.

Gráfico 21 – Contratações por Faixa de Valores | Setores Não Rurais

Percentual da Quantidade de Contratações



Percentual do Valor Contratado



6 – Situação da Demanda no Exercício de 2011

Das propostas analisadas pelo Banco do Nordeste, foram indeferidas 153, totalizando R$ 280,1 milhões. Registra-se que, em 2010, o BNB indeferiu 123, no valor total de R$ 112,3 milhões.

Em face desses aspectos e, para melhor entendimento, o Ministério da Integração Nacional oficializou o BNB (Ofício nº 10/SFRI/MI/2012) demanda quanto às razões desses indeferimentos. Desse modo, busca-se identificar possíveis incorreções na apresentação das propostas de crédito e, concomitantemente, adotar medidas que venham sanar os óbices ao atendimento dos objetivos colimados.

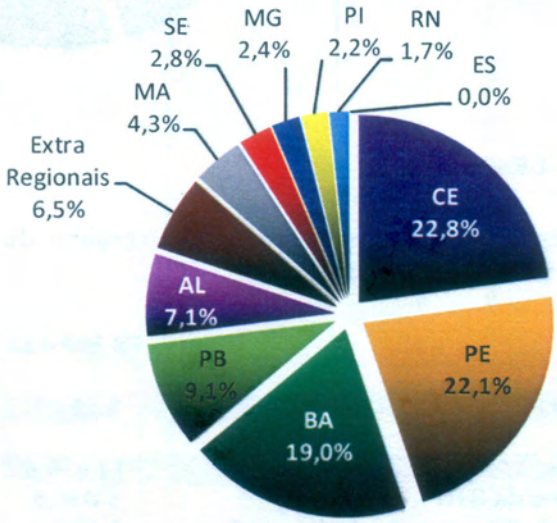
Por oportuno, vale registrar que aquele Banco até então não atendeu a essa solicitação, o que impõe renovar a referida demanda, desta feita, no âmbito das recomendações objeto do presente Parecer.

6.1 – Demanda de Recursos no Exercício de 2011

(Tabela 16.A – Em anexo)

Ao final do exercício, existiam propostas em carteira de R$ 2.077,8 milhões. Além disso, informou o Banco que havia no âmbito dos Estados, uma prospecção de negócios de R$ 3.038,1 milhões, destacando os maiores volumes nos Estados do Ceará (22,8%), Pernambuco (22,1%), Bahia (19,0%), Paraíba (9,1%) e Alagoas (7,1%).

Gráfico 22 – Prospecção de Negócios – 2011



7 – Valores Desembolsados

(Tabela 17.A – Em anexo)

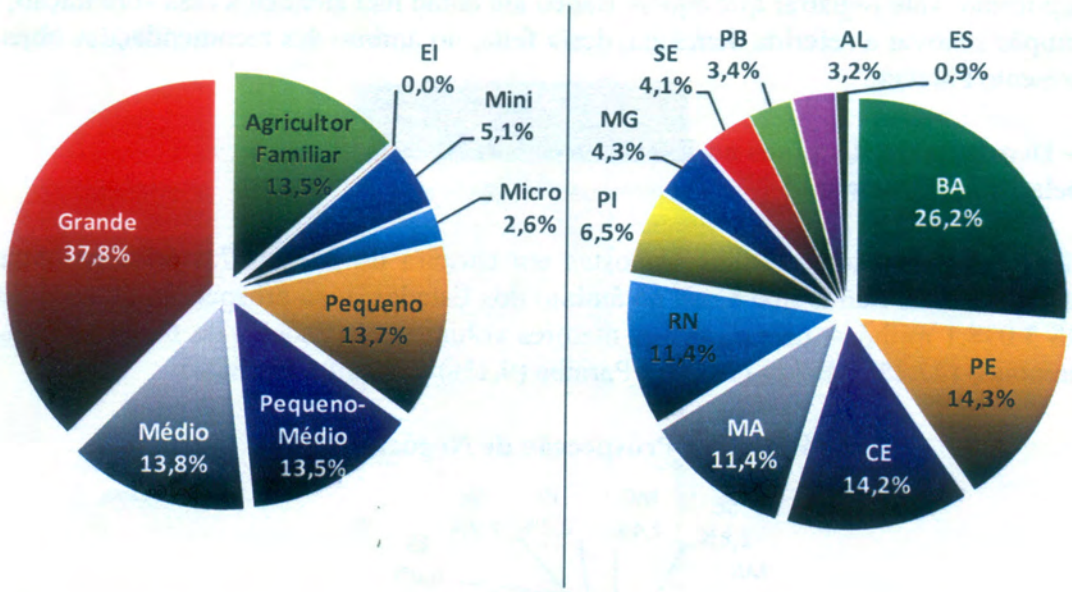
Foram desembolsados R$ 8.620,8 milhões, representando 80,2% do valor contratado no ano, sendo R$ 3.786,9 milhões desembolsado no Setor Rural e R$ 4.834,1 milhões nos Setores Não Rurais.

Os Estados que receberam maior volume de recursos foram Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, com 26,2% (R$ 2.610,4 milhões), 14,3% (R$ 1.428,1 milhões), 14,2% (R$ 1.411,2 milhões) e 11,4% (R$ 1.139,9 milhões), respectivamente, que somaram R$ 6.589,6 milhões (66,2% do total).

A soma dos valores desembolsados para os empreendedores de grande porte no Setor Rural e Não Rural representou 37,8% (R$ 3.765,1 milhões) do total. Os financiamentos no menor porte foram responsáveis por 48,4%, ou seja, R$ 4.816,7 milhões.

Gráfico 25 – Valores Desembolsados por Porte e UF

Percentual de Desembolsos por Porte | **Percentual de Desembolsos por UF**



8 – Movimentação de Recursos

Os ingressos e os desembolsos de recursos do FNE no exercício de 2011 acham-se demonstrados a seguir:

	R$ Milhões
a) Disponibilidade em 31.12.2010	**3.653,1**
b) Ingressos	**12.896,4**
Repasses da STN	5.030,6
Liquidação/Amortização de Operações	7.033,0
Remuneração do disponível	445,1
Cobertura de parcelas de Risco do BNB	220,7
Outros	167,1
c) Desembolsos	**11.973,3**
Despesa com taxa de administração	993,5
Despesa com Del Credere BNB	822,8
Despesa de Auditoria	0,1
Del Credere de Instituições Operadoras	3,8
Remuneração das Operações do PRONAF	81,8
Desembolsos com Operações de Crédito	9.957,7
Outras despesas	113,7
d) Disponibilidades em 31.12.2011 (a + b - c)	**4.576,2**

Analisando essas informações, julgamos oportuno destacar:

a) o reembolso de operações de crédito, no total de R$ 7.033,0 milhões, foi a principal fonte de ingressos de recursos do FNE no exercício, o que demonstra a capacidade de retroalimentação deste Fundo, frente aos recursos oriundos de transferências da União;

b) os desembolsos realizados em decorrência das operações de crédito, no total de R$ 9.957,7 milhões, representaram 89,8% do total financiado, o que pode indicar um processo relativamente ágil entre a contratação e a liberação de recursos;

c) as disponibilidades de recursos do Fundo registradas em 31.12.2010 foram de R$ 3.653,1 milhões, e de R$ 4.576,2 milhões em 31.12.2011, apresentando, assim, um acréscimo de 25,3%.

9 – Atendimento às Diretrizes e Orientações Gerais Estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e das Prioridades Estabelecidas pelo CONDEL/SUDENE

Na elaboração da proposta para a aplicação dos recursos do FNE no exercício de 2011, o Banco do Nordeste atendeu às diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Portaria MI nº 456[25], de 07.06.2010).

Relativamente às prioridades definidas para a alocação dos recursos do Fundo, fixadas pelo Conselho Deliberativo da SUDENE na forma da Resolução nº 32, de 30.07.2010, informa o Banco do Nordeste que, na concessão de financiamentos procurou observar as prioridades setoriais e espaciais elencadas no plano de aplicação de recursos do FNE para 2011.

Entendemos que o Banco do Nordeste, de modo geral, observou as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, conforme detalhado abaixo:

(em R$ Milhões)

	PRIORIDADES SETORIAIS	Qtde. de Contratações	%	Valor Contratado	%
a)	Integrados e/ou vinculados às opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP: software e hardware, semicondutores, eletroeletrônico, bens de capital, fármacos e medicamentos; e em atividades capazes de gerar novos usos e produtos (atividades portadoras de futuro, especialmente: microeletrônica, biotecnologia, nanotecnologia, mecatrônica);	72	0,0	66,9	0,6
b)	Infraestrutura: energia (inclusive aquelas de fontes renováveis), transporte (inclusive multimodais), armazenagem, telecomunicações, abastecimento de água e esgotamento sanitário, gasodutos, portos e terminais;	42	0,0	677,0	6,1
c)	Indústria e montagem de veículos automotores e de materiais de transporte (inclusive acessórios, componentes, autopeças, reboques, carrocerias);	16	0,0	17,1	0,2
d)	Indústria e/ou montagens de veículos pesados (ônibus, tratores, caminhões, locomotivas), inclusive componentes, autopeças e implementos agrícolas;	O Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 uniu o resultado desta prioridade ao item "c".			
e)	Empreendimentos que se articulem e potencializem, econômica e socialmente, os efeitos das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do PRODETUR*;	6	0,0	1.393,1	12,6
f)	Ovino caprinocultura e de bovinocultura com ênfase na melhoria dos índices zootécnicos, produtividade, organização e gestão da unidade produtiva, além de avicultura;	279.470	63,5	1.686,5	15,2
g)	Agroindústria;	118	0,0	336,9	3,0
h)	Agricultura irrigada, fruticultura, em pólos agrícolas, agroindustriais e/ou em áreas comprovada aptidão edafoclimatica, inclusive com zoneamento ecológico econômico aprovado;	307	0,1	27,0	0,2

[25] Disponível em: http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/proposicao-condel-031-2010-anexo-portaria-MI-2011.pdf Acesso em 01.06.2012.

i)	Floricultura, apicultura, inclusive submete à apreciação aquicultura e pesca;	12.684	2,9	105,9	1,0
j)	Produção de grãos;	13.189	3,0	637,6	5,7
k)	Produção de alimentos básicos para o consumo humano;	13.156	3,0	300,8	2,7
l)	Indústria química (excluídos os explosivos), petroquímicos e biocombustíveis;	19	0,0	38,8	0,3
m)	Minerais não-metálicos, metalurgia, siderurgia e mecânica;	492	0,1	832,6	7,5
n)	Turismo: considerados os empreendimentos hoteleiros e outros projetos, integrados ou não a complexos turísticos localizados em áreas prioritárias para o desenvolvimento regional; turismo ecológico e de aventura, além de outros meios de hospedagem e instrumentos de apoio a essa atividade;	286	0,1	496,5	4,5
o)	Centro de convenções vinculados a complexos turísticos;	O Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 uniu o resultado destas prioridades ao item "n".			
p)	Arenas multiusos situadas nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014;				
q)	Indústria de calçados e artefatos, mobiliários, confecções, inclusive artigos de vestuários;	619	0,1	172,9	1,6
r)	Apoio a projetos de extração l minerais metálicos e não metálicos, petróleo e gás-natural;	44	0,0	186,8	1,7
q)	Apoio a projetos de serviços de manutenção para a metal-mecânica;	149	0,0	132,9	1,2
r)	Comércio e serviços gerais.	19.113	4,3	2.477,1	22,3

(em R$ Milhões)

	PRIORIDADES ESPACIAIS	Qtde. de Contratações	%	Valor Contratado	%
a)	Projetos localizados no Semiárido;	280.220	0,0	4.068,1	36,7
b)	Projetos localizados nos espaços definidos como prioritários na PNDR (baixa renda, estagnada e dinâmica);	433.401	98,5	8.626,3	77,8
c)	Projetos instalados nas áreas de influência de projetos públicos de irrigação, em especial os projetos agroindustriais;	21	0,0	7,4	0,1
d)	Projetos localizados nas RIDE's;	7.438	1,7	593,2	5,3
e)	Projetos localizados nas mesorregiões diferenciadas, a saber: Águas Emendadas (exceto Municípios assistidos pelo FCO) Chapada do Araripe, do Xingó, Chapada das Mangabeiras (exceto Municípios do Estado do Tocantins, assistidos pelo FNO), Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri, e Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão).	71.617	16,3	1.499,4	13,5

10 – Carteira de Financiamento: Saldo das Aplicações e Inadimplência

10.1 – Saldos totais dos financiamentos e Inadimplência Geral

De acordo com as informações do BNB, em 31.12.2011, o saldo das aplicações do FNE era de R$ 32.624,4 milhões, valor superior em 7,5% em relação ao final do exercício de 2010 (R$ 30.338,4 milhões) e que engloba as operações realizadas por outras instituições financeiras com recursos do Fundo, repassados pelo Banco do Nordeste.

É importante salientar que esse montante não contempla os financiamentos concedidos nos termos dos art. 9º-A da lei 7.827/1989. Levando-se estes financiamentos em consideração, o saldo aplicado é de R$ 33.512,6 milhões. As análises apresentadas pelo BNB em seu relatório não levaram em consideração este valor.

O saldo em atraso das operações no ano de 2011 foi de R$ 1.108,8 milhões, representando uma inadimplência de 3,4%. Em 2010, o atraso era de R$ 1.123,5 milhões (resultando em uma inadimplência de 3,7% no exercício). Em relação ao exercício anterior, percebe-se que a inadimplência em 2011 foi 8,1% inferior, demonstrando a capacidade de pagamento dos projetos financiados.

A inadimplência com risco do Fundo no exercício de 2010 foi de 9,1% e de 9,6% em 2011. Com o risco compartilhado, esses índices foram, respectivamente, de 2,2% e 2,1%.

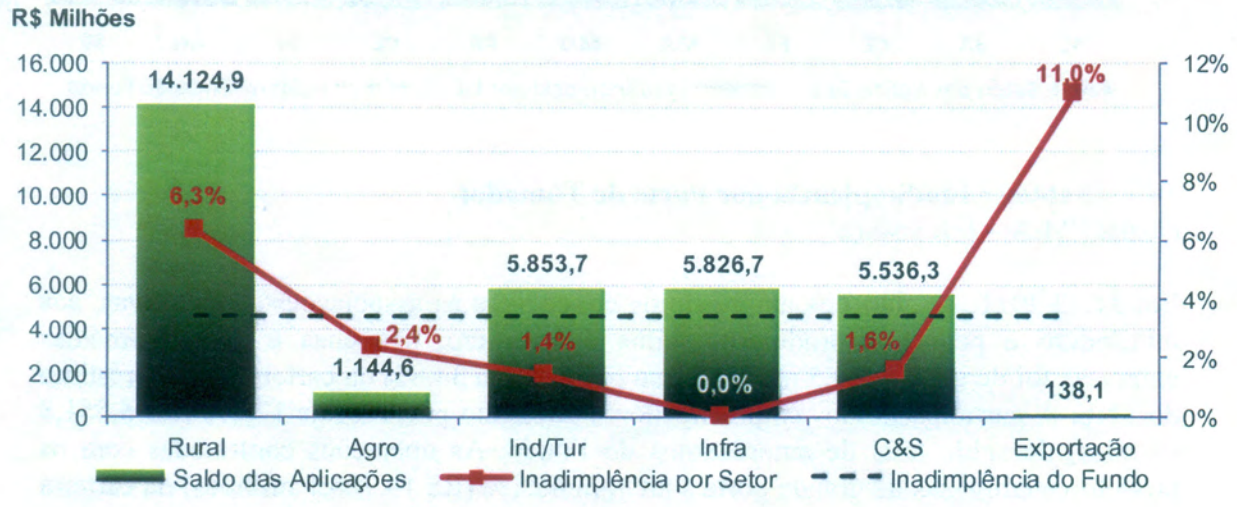
10.2 – Saldos e Inadimplência por Setor
(Tabela 22.A – Em anexo)

Os saldos dos empréstimos ao Setor Rural foram de R$ 14.124,9 milhões, representando 43,3% dos empréstimos.

Complementam a carteira de operações os financiamentos de R$ 18.499,5 milhões (56,7%) relativos ao Setor Não Rural: à indústria e ao turismo foram direcionados 17,9% (R$ 5.853,7 milhões), à infraestrutura 17,9% (R$ 5.826,7 milhões), ao comércio e serviços 17,0% (R$ 5.536,4 milhões), e à agroindústria 3,5% (R$ 1.144,6 milhões).

A inadimplência concentrou-se nas operações da área rural, cujo índice correspondeu a 6,3%, bem acima da média registrada pelo Fundo, tendo-se a destacar os setores: agroindustrial com 2,4%, industrial/turismo com 1,4% e comércio e serviços com 1,6%, não se registrando inadimplência no setor de infraestrutura.

Gráfico 27 – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência por Setor



10.3 – Saldos e Inadimplência por Unidade Federativa
(Tabela 23.A – Em anexo)

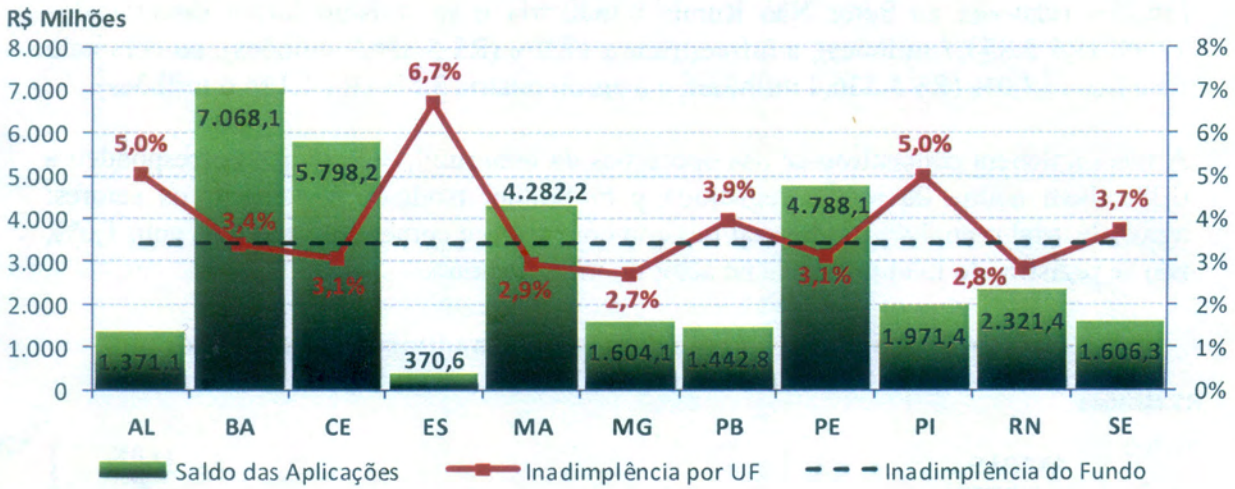
Relativamente às Unidades Federativas, o Estado da Bahia deteve 21,7% (R$ 7.068,1 milhões) da carteira de empréstimos, seguido do Ceará, com 17,8% (R$ 5.798,2 milhões), de Pernambuco, com 14,7% (R$ 4.788,1 milhões), e do Maranhão, com

13,1% (R$ 4.282,2 milhões). Em 31.12.2011, esses Estados concentravam 67,2% (R$ 21.936,7 milhões) dos financiamentos promovidos com recursos do FNE.

O Estado com menor volume de financiamentos foi o Espírito Santo, com 1,1% (R$ 370,6 milhões) do saldo total aplicado. Cabe ressaltar que apenas 28 municípios do Estado do Espírito Santo integram a área de atuação do FNE, sendo todos eles atendidos com créditos viabilizados pelo Fundo segundo informações do banco administrador.

A inadimplência por Estado variou de 2,7% a 6,7% somando, no total, 3,4% em relação ao saldo das aplicações. Individualmente o Estado do Espírito Santo apresentou o maior índice de inadimplência (6,7%), seguido por Alagoas (5,0%), Piauí (5,0%) e Paraíba (3,9%). Os Estados da Bahia (3,4%), Ceará (3,1%), Maranhão (2,9%), Minas Gerais (2,7%), Pernambuco (3,1%) e Rio Grande do Norte (2,8%) mantiveram-se abaixo da inadimplência geral do Fundo.

Gráfico 28 – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência por Estado



10.4 – Saldos e Inadimplência por Porte de Tomador
(Tabela 24.A – Em anexo)

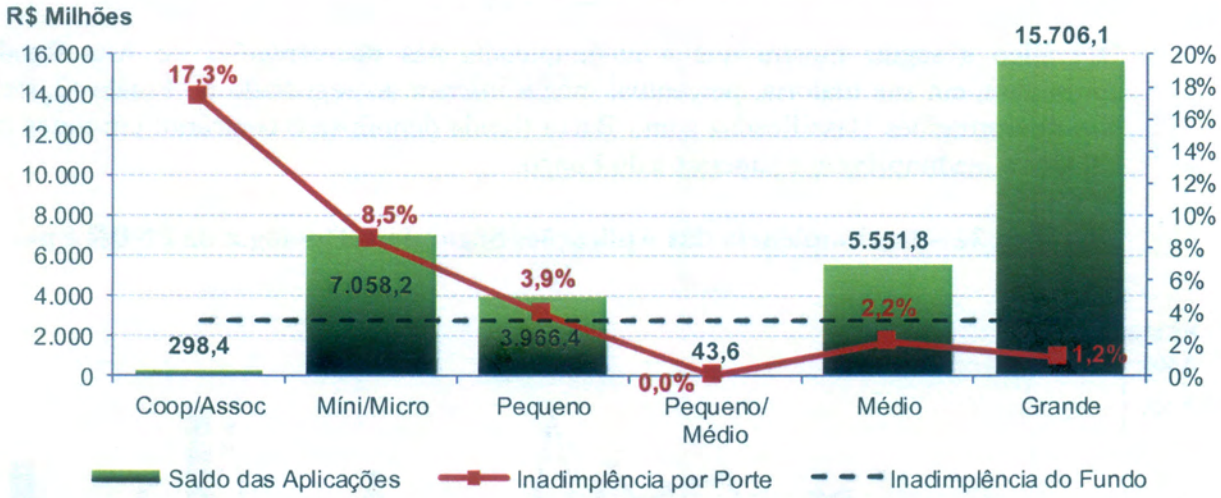
Em 31.12.2011, o saldo dos empréstimos concedidos às associações/cooperativas, aos mini/micro e pequenos produtores rurais e às micro, pequenas e pequeno-médias empresas foi de R$ 11.366,5 milhões, que representou 34,8% da carteira de empréstimo do FNE. A participação dos empreendedores de médio porte foi de 17,0% (R$ 5.551,8 milhões) do saldo total de empréstimos do Fundo. As operações contratadas com os produtores/empresas de grande porte somaram 48,1% (R$ 15.706,1 milhões) da carteira de financiamento, um terço deste valor em projetos de infraestrutura.

O saldo em atraso, por porte de beneficiários, expressou os maiores valores no segmento mini/micro (com 53,8%), grande (com 16,6%), pequeno (com 14,0%), e médio (com 10,9%). Os demais portes de beneficiários se mantiveram abaixo da média apresentada pelo Fundo.

Esses referenciais remetem a admitir significativa correlação entre a categoria do empreendimento e a sua estruturação organizacional e operacional, inclusive a formação

de ativos produtivos e de gestão. Deve-se entender que esses aspectos podem ser corrigidos ou mitigados através de ações específicas de capacitação e aperfeiçoamento de empreendedores.

Gráfico 29 – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência Porte de Tomadores

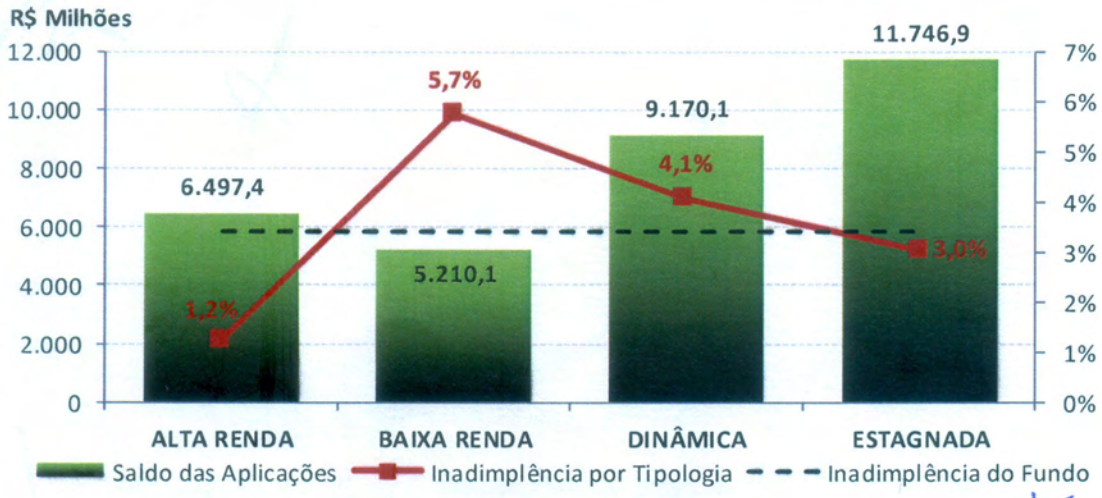


10.5 – Saldo e Inadimplência segundo a tipologia da PNDR
(Tabela 28.A – Em anexo)

Os saldos dos empréstimos concedidos de acordo com a tipologia da PNDR apresentaram, nos municípios integrantes de microrregiões classificadas como Estagnadas, 36,0% (R$ 11.746,9 milhões), Dinâmica, 28,1% (R$ 9.170,1 milhões), Alta Renda, 19,9% (R$ 6.497,4 milhões), e Baixa Renda, 16,0% (R$ 5.210,1 milhões).

Os financiamentos localizados na tipologia de Alta Renda apresentaram 1,2% de inadimplência, valor abaixo dos índices apresentados nas outras faixas da PNDR: Baixa Renda, com 5,7%, Dinâmica, 4,1%, e Estagnada, 3,0%, o que corrobora com as observações apresentadas no item 10.4 acima.

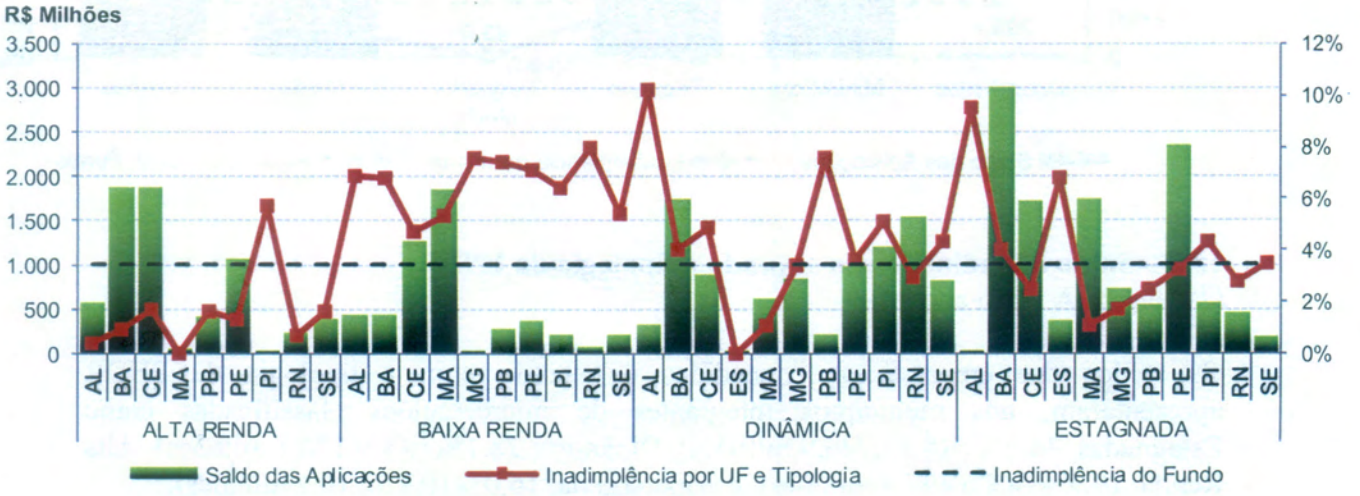
Gráfico 30 – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência Segundo a Tipologia da PNDR



Na maioria dos Estados, o saldo em atraso referiu-se aos municípios integrantes de microrregiões classificadas como prioritárias. A tipologia Dinâmica possui 33,7% do total do saldo em atraso, seguida pela Estagnada com 32,1% e pela de Baixa Renda, com 27,0%.

O gráfico a seguir mostra que a inadimplência nas microrregiões de Alta Renda apresentou, em sua maioria, percentual médio inferior ao registrado no Fundo (3,4%). Nas microrregiões classificadas como Baixa Renda denota-se o contrário: em todos os Estados a inadimplência é superior à do Fundo.

Gráfico 31 – Inadimplência das Aplicações Segundo a Tipologia da PNDR e por UF

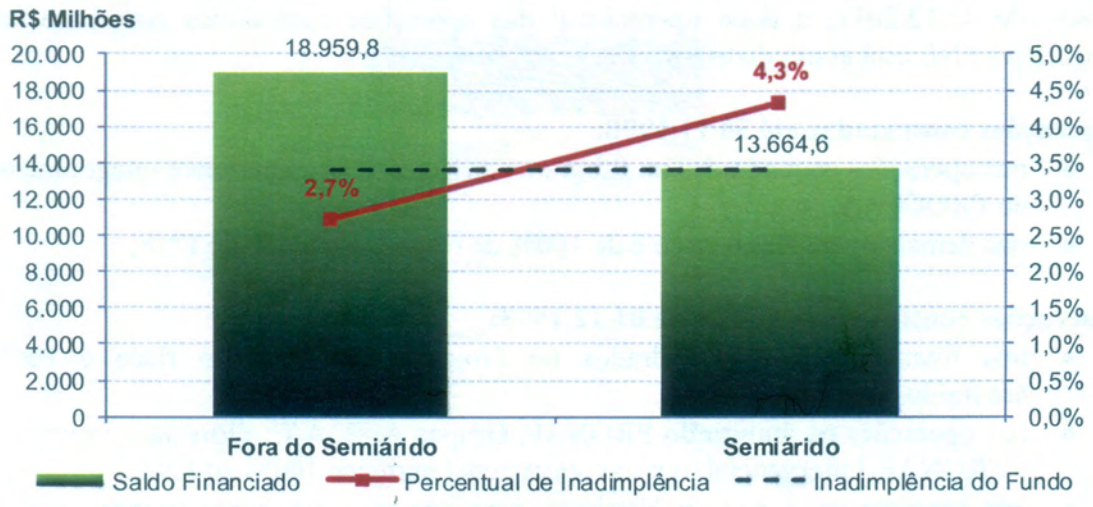


10.5.1 – Saldo das aplicações no Semiárido

(Tabela 26.A – Em anexo)

Os saldos das operações realizadas no Semiárido correspondem a R$ 13.664,6 milhões, ou seja, 41,9% do saldo total do FNE. A inadimplência registrada para essa área é de 4,3%, configurando 59,3% acima do verificado fora desta região.

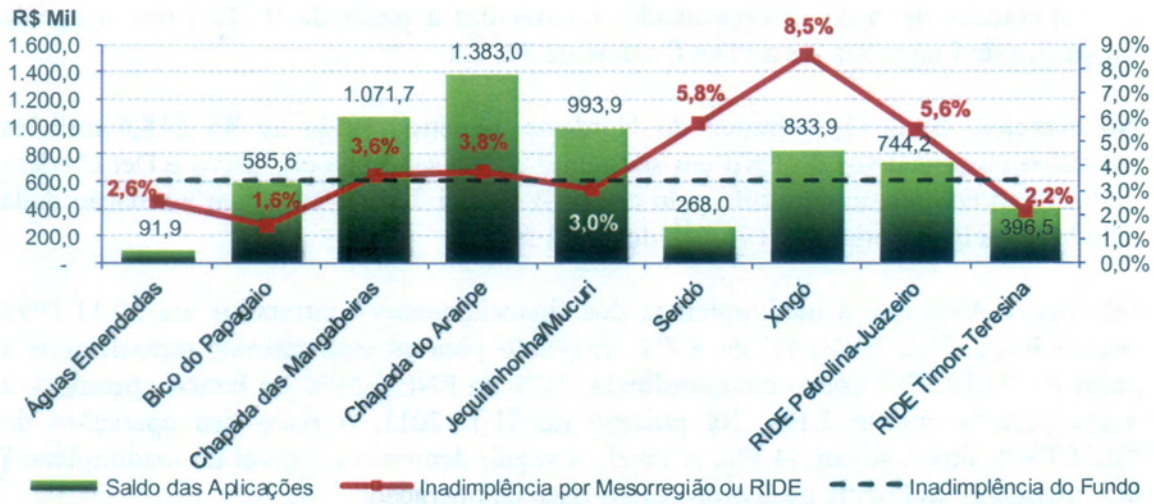
Gráfico 32 – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência no Semiárido



O saldo das aplicações nas mesorregiões diferenciadas foi de R$ 5.228,0 milhões, ou seja, 16,0% do total das aplicações. A Inadimplência relativa ao segmento foi de 4,2% (23,5% maior que a do Fundo). Dentre as mesorregiões, os maiores índices de inadimplência ocorreram na do Xingó (com 8,5%), do Seridó (com 5,8%) e da Chapada do Araripe (com 3,8%).

As aplicações nas RIDE's Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina somaram R$ 1.104,7 milhões (3,4% do saldo total do Fundo). A Inadimplência relativa ao segmento foi ainda mais alta que a das Mesorregiões: 4,4% (29,4% superior à do Fundo). A RIDE Petrolina-Juazeiro apresentou 5,6% de inadimplência, e a RIDE Timon-Teresina apresentou 2,2%.

Gráfico 33 – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência nas Mesorregiões Diferenciadas e RIDE's (Tabela 27.A – Em anexo)



10.6 – Inadimplência Segundo o Risco Operacional

De acordo com as informações constantes da Nota Explicativa 8-"a" do Balanço do Fundo de 31.12.2011, o risco operacional das operações contratadas com base nas normas do FNE está assim distribuído:

Operações contratadas até 30.11.1998:

- nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao PROCERA;
- nas demais operações o risco é de 100% de responsabilidade do FNE;

Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é 100% assumido pelo PROCERA;
- nas operações no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta e Semiárido e PRONAF-Emergencial, o risco operacional pertence 100% ao FNE;
- nos repasses ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco do Nordeste;
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com a cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
- nas operações de repasse a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratadas a partir da vigência da Portaria nº 616[26], de 26.05.2003, o BNB detém 100% do risco de crédito destas operações;
- nas operações de que trata o art. 31 da Lei nº 11.775/2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado.
- nas demais operações o risco é de 50% do Fundo e 50% de responsabilidade do BNB.

Nas operações de risco compartilhado, contratadas a partir de 01.12.1998, o agente financeiro do Fundo faz jus ao Del Credere de 3% a.a.

No exercício de 2011, o Banco do Nordeste, registrou saldo de R$ 218,6 milhões aplicados com recursos do FNE em seu nome e com seu risco exclusivo e Del Credere de 6,0% ao ano, como admitido pelo art. 9ª-A da Lei 7.827/1989, com a redação dada pela Medida Provisória n° 2.196-3[27], de 24.08.2001.

Informa o BNB que a inadimplência dos financiamentos contratados até 30.11.1998 (Risco Integral do FNE) foi de 8,7%, enquanto para os empréstimos formalizados a partir de 01.12.1998 (risco compartilhado: 50% do FNE e 50% do banco operador), a inadimplência era de 2,1%. Na posição de 31.12.2011, o risco das operações do PROCERA situou-se em 44,1%. A tabela a seguir demonstra o nível de inadimplência das operações do Fundo, de acordo com o risco da operação:

[26] Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=6137ffc2-1737-46ae-b072-47e655c0b0ba&groupId=32121 | Acesso em 08.06.2012.
[27] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2196-3.htm | Acesso em 14.06.2011.

Tabela 03 – FNE – Inadimplência nas Operações Segundo o Risco Operacional

(em R$ Milhão)

Situação/Faixa de Atraso	Risco Compartilhado	Risco Integral	Risco PROCERA	Risco BNB	TOTAL
Sem Atraso (A)	**26.535,1**	**4.648,4**	**113,5**	**218,6**	**31.515,6**
Atraso (B)	**567,7**	**444,0**	**89,6**	**7,5**	**1.108,8**
até 180 dias	329,1	258,5	0,4	5,5	**593,5**
de 180 a 360 dias	238,2	185,2	7,0	2,0	**432,4**
acima de 360 dias	0,4	0,4	82,2	0,0	**82,9**
Total Aplicações (C=A+B)	27.102,8	5.092,4	203,1	226,1	32.624,4
% (B/C)	**2,1%**	**8,7%**	**44,1%**	**3,3%**	**3,4%**

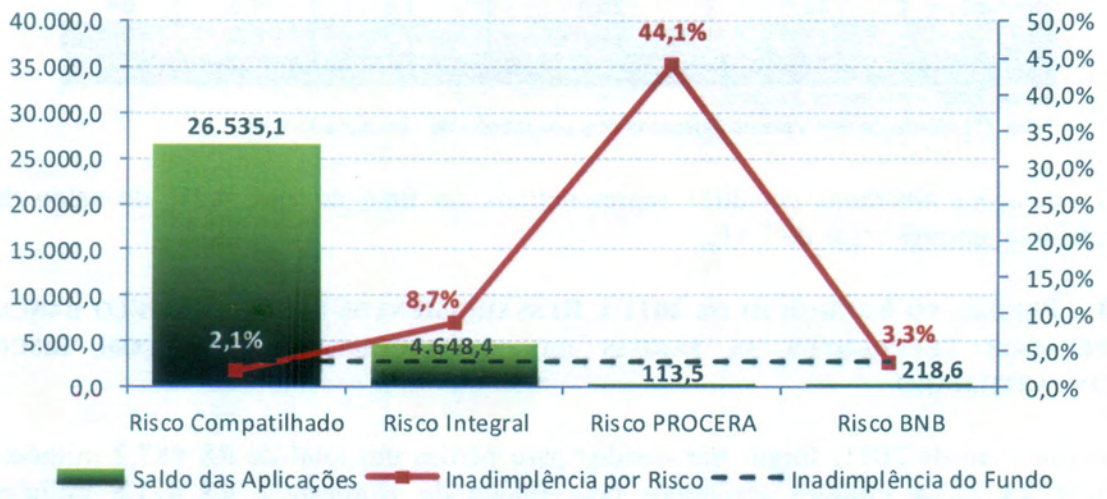
Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Observou-se que, do total que se acha vencido, R$ 444,0 milhões são de responsabilidade do FNE, valor correspondente a 1,4% do estoque de empréstimos do Fundo, na posição de 31.12.2011.

No que tange aos créditos operacionalizados através dos bancos repassadores, os índices de inadimplência atingiram 3,8% e 2,7%, a Agência de Fomento do Estado da Bahia e o Banco do Estado de Sergipe, respectivamente.

Nesse caso, caberia ao Banco do Nordeste desenvolver gestões para a regularização das operações de risco integral do FNE, que, mesmo reduzindo o percentual de inadimplência em relação a 2010 (R$ 5.679,4 milhões e 9,1% de inadimplência), ainda possui percentual considerável (8,7%), e das operações de risco do PROCERA, cujo índice é excessivamente alto (44,1%).

Gráfico 33 – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência Segundo o Risco Operacional



11 – RENEGOCIAÇÕES DE OPERAÇÕES E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS

Durante o exercício sob exame, o BNB renegociou e/ou recuperou dívidas contratadas, com recursos do FNE, no montante de R$ 568,3 milhões, incluídas as renegociações decorrentes de determinações legais e excluindo o bônus de adimplência. No bojo das negociações, os mutuários efetuaram, em espécie, o pagamento no valor de R$ 173,1 milhões, renegociando R$ 395,2 milhões.

O Conselho Deliberativo da SUDENE, em 29.04.2010, aprovou proposição de regulamentação de dívidas do FNE com base no artigo 15-D da Lei nº 7.827/1989, resultando na Resolução nº 030/2010[28]. Informa o Banco do Nordeste que 38 operações, até 31.12.2011, tiveram enquadramento nas bases e condições estabelecidas para a liquidação de dívidas do Fundo pelo equivalente financeiro do valor atual dos bens penhoráveis, onde o Fundo, do saldo devedor apurado de R$ 9,9 milhões, recebeu R$ 4,6 milhões em decorrência desta operação.

12 – Valor das Cobranças Judiciais (execuções) ajuizadas no exercício de 2011, com desdobramento por mês e por risco

Informa o Banco do Nordeste que efetuou cobranças judiciais no montante de R$ 1.378,6 milhões, como se pode observar no quadro a seguir, por período mensal:

Tabela 04 – FNE – Cobranças Judiciais Ajuizadas Segundo o Risco Operacional

(em R$ Milhões)

Mês	Risco Exclusivo	Risco Compartilhado	Risco PROCERA	Risco BNB	Total
Janeiro	66,2	40,6	1,3	0,0	108
Fevereiro	64,9	57,0	1,3	0,0	123
Março	101,0	63,1	1,2	1,0	166
Abril	41,1	45,9	0,9	0,1	88
Maio	80,7	70,8	2,2	4,6	158
Junho	81,8	55,5	1,7	10,5	150
Julho	63,6	53,1	1,5	1,1	119
Agosto	46,9	42,0	1,5	0,1	91
Setembro	93,6	75,3	2,5	0,0	171
Outubro	43,2	28,3	0,6	0,4	73
Novembro	35,6	26,1	1,6	0,5	64
Dezembro	27,6	39,4	0,3	0,2	68
Total	746,3	597,0	16,9	18,5	1.378,6

Fonte: BNB – Ambiente Jurídico.

Nota: (1) Montante dos valores ajuizados nos processos de cobrança judicial.

As operações ajuizadas em 2011 representaram, ao final do ano, 4,2% do saldo da carteira de empréstimos do FNE.

13 – Perdas no Exercício de 2011 e Ressarcimentos efetuados pelo Banco Operador referentes às perdas das operações do FNE com risco compartilhado

No exercício de 2011, foram transferidos para perdas um total de R$ 687,2 milhões, sendo R$ 215,4 milhões assumidos pelo Banco do Nordeste e R$ 471,8 milhões debitados ao FNE. Em 2010, essa transferências foram de R$ 586,0 milhões, sendo R$ 92,5 milhões assumidos pelo BNB e R$ 493,5 milhões debitados ao FNE.

O Banco do Nordeste informa que, no exercício de 2011, efetuou ressarcimentos ao FNE no valor total de R$ 220,7 milhões, decorrentes de perdas de parcelas do risco do BNB em operações do Fundo, realizadas com risco compartilhado.

[28] Disponível em: http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/resolucao-condel-030-2010.pdf | Acesso em 15.07.2011.

14 – RESULTADO DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste esclareceu que as fiscalizações das operações realizadas atenderam às regulamentações dos órgãos fiscalizadores.

Durante o exercício de 2011, o BNB efetuou 161.952 atividades de campo em operações contratadas com recursos do Fundo, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos, avaliações de bens, dentro outros itens.

Em conformidade com os critérios estabelecidos no Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos utilizados pelo Banco do Nordeste para acompanhamento e vistoria dos projetos financiados, as operações vistoriadas receberam os seguintes conceitos: Ótimo (12%), Bom (2%), Regular (1%), Satisfatório (62%), Insatisfatório (20%), Ruim (2%) e Péssimo (2%).

14.1 – Providências adotadas pelo BNB para sanar as falhas apuradas nas fiscalizações

Informa o BNB que as principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no ano de 2011, nos empreendimentos considerados em situação de satisfatório, ótimo e bom (76%), foram as seguintes:

- os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto;
- os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto;
- os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto;
- a execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas;
- a orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente;
- o planejamento técnico do projeto foi adequado;
- os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais;
- não houve ocorrência de fatores adversos;
- o empreendimento é competitivo;
- as perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto;
- a gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória;
- o rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado;
- as exigências ambientais do projeto foram atendidas;
- as cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

De acordo, ainda, com o BNB, "*quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidos à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência*

tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou execução judicial da operação".

15 – ASPECTOS FINANCEIROS

15.1 – Situação dos Recursos - Ativo Total e Patrimônio Líquido

No Balanço encerrado em 31.12.2011, os Ativos Totais do FNE atingiram a cifra de R$ 37.747,5 milhões. A composição dos bens e direitos integrantes do ativo do Fundo ao final do exercício de 2011 era a seguinte:

Tabela 05 – Distribuição do Ativo em 31.12.2010

(em R$ Milhões)

Itens	Saldos
Disponibilidades	4576,2
Operações de Crédito	32624,4
Devedores por Repasse	1429,5
Proagro a Receber	4,9
Dir. s/bens Recebidos em Op. de Crédito	2,0
Títulos da Dívida Agrária	1,9
Títulos de Cobertura do Proagro	0,004
Provisão para Desvalorização de Títulos	(0,5)
Provisão para Créditos em Liquidação	(890,9)
Total	37.747,5

O Fundo não registra obrigações em seu balanço, sendo o Total do Passivo integralmente representado por seu Patrimônio Líquido (R$ 37.747,5 milhões), apresentando uma elevação de 13,3% em relação ao registrado no balanço de 31.12.2010 (R$ 33.326,6 milhões). Compõem o Patrimônio Líquido do FNE as seguintes verbas: R$ 37.969,2 milhões de transferências da União; R$ 386,8 milhões referentes a resultados de exercícios anteriores e R$ 608,5 milhões de resultado negativo apurado no exercício de 2011.

15.2 – Receitas do Fundo em 2011

De acordo com a Demonstração do Resultado do FNE, anexa ao Balanço Patrimonial, de 31.12.2011, as receitas líquidas auferidas pelo Fundo no exercício de 2011 totalizaram R$ 825,3 milhões, sendo R$ 380,2 milhões decorrentes de operações de crédito e R$ 445,1 milhões de remuneração das disponibilidades.

Comparativamente ao exercício de 2010, em que somaram R$ 1.207,5 milhões, as receitas do Fundo em 2011 apresentaram uma redução de 31,7%.

15.3 – Despesas do Fundo em 2011

As despesas do FNE no exercício, conforme "Demonstração do Resultado" do Balanço do Fundo de 31.12.2011, totalizaram R$ 1.433,8 milhões, assim distribuídas: R$ 993,5 milhões referente à taxa de administração paga ao BNB; R$ 82,0 milhões relacionados ao pagamento da remuneração do agente financeiro sobre as operações do PRONAF; R$ 358,2 milhões de provisões operacionais e R$ 0,073 milhões pagos à empresa de auditoria externa independente.

15.4 – Resultado Líquido de 2011

O resultado do Fundo, apurado em 31.12.2011, correspondeu a um prejuízo de R$ 608,5 milhões. Esse resultado foi superior ao de 2010 (R$ 182,5 milhões) em 233,4%. As Notas Explicativas ao Balanço do Fundo também registram que as renegociações formalizadas com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, que dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis nº 9.138/1995[29], nº 10.437/2002[30], nº 11.322/2006[31] e nº 12.249/2010 e na Medida Provisória nº 2.196-3/2001, diminuíram o resultado do Fundo em R$ 101,8 milhões, valor superior ao de 2010 (R$ 11,5 milhões).

15.5 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Na forma recomendada pela Portaria Interministerial nº 11[32], de 28.12.2005, o BNB constituiu, no exercício de 2011, provisão operacional de R$ 359,5 milhões. Considerando o saldo inicial das provisões de R$ 1.218,6 milhões e os créditos baixados como prejuízo de R$ 687,2 milhões, o saldo das provisões para crédito de liquidação duvidosa se expressava, em 31.12.2011, pelo valor de R$ 890,9 milhões.

Conforme esclarecimentos consignados na alínea "c", da Nota Explicativa nº 8, o Banco do Nordeste não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa de financiamentos enquadrados no Programa da Terra, tendo em vista que o risco operacional dessas operações é do PROCERA.

15.6 – Reconhecimento de Perdas

De conformidade com as Notas Explicativas nºs 8 e 9 do Balanço do FNE, em 2011 foram baixadas, como prejuízo, as parcelas de principal e encargos com atraso superior a 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, no montante de R$ 687,2 milhões.

De acordo com a Nota Explicativa nº 9-"c" do Balanço de 31.12.2011, o Banco do Nordeste devolveu ao Fundo recursos no montante de R$ 220,7 milhões, relativos à parcela de risco do Banco nas operações baixadas como prejuízo.

15.7 – Remuneração do Agente Financeiro

O Banco do Nordeste faz jus à taxa de administração de três por cento ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apropriada mensalmente, limitada, em cada exercício, a vinte por cento do valor dos repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, como estabelecido no art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001 e regulamentado pelo Decreto nº 5.641[33], de 26.12.2005.

---

[29] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9138.htm | Acesso em 08.06.2012.
[30] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10437.htm | Acesso em 08.06.2012.
[31] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11322.htm | Acesso em 08.06.2012.
[32] Disponível em: http://misrv26:8080/c/document_library/get_file?uuid=db117790-97a9-4934-9035-497c50d93cf5&groupId=32121 | Acesso em 08.06.2012.
[33] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5641.htm | Acesso em 08.06.2012.

Conforme consignado no Balanço Patrimonial do FNE, a taxa de administração debitada ao Fundo pelo agente financeiro foi de R$ 993,5 milhões, que representa 20,0% dos recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional para o Fundo (R$ 5.030,6 milhões). Além dessas receitas, o Banco do Nordeste debitou ao Fundo o montante de R$ 82,0 milhões, referente à sua remuneração para a realização de operações enquadradas no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

Na forma do artigo 7º do citado Decreto 5.641/2006, cabe à Controladoria-Geral da União, certificar o fiel cumprimento das normas estabelecidas para o cálculo e a apropriação da taxa de administração.

15.8 – Auditoria Externa Independente

Em conformidade com o § 2º, do artigo 20, da Lei nº 7.827/1989, o Banco do Nordeste do Brasil contratou, às expensas do FNE, a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, para realizar auditoria externa do Fundo.

De acordo com o Parecer da Deloitte, datado de 07 de fevereiro de 2012, "as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos Constitucionais".

16 – Determinações e Recomendações de Órgãos de Controle

Tabela 06 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício – Acórdão 6.612/2010

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.					**053182**
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	004.417/2010-0	Acórdão n.º 6612/2010 - 2ª Câmara	1.6.1.	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste					
Descrição da Deliberação:					
1.6.1. Como forma de tornar efetiva, da parte do Banco do Nordeste do Brasil S/A, a prestação de contas prevista no Art. 15, inciso V, da Lei 7.827/1989 (redação dada pela Lei Complementar 125/2007), assim como a avaliação e o acompanhamento, por esse Conselho, dos resultados obtidos pelos programas de financiamento aprovados e de sua adequação às prioridades regionais, conforme previsto no Art. 10, inciso III e parágrafo 5º, inciso IV, da Lei Complementar 125/2007 (itens 117/128; 236/264): 1.6.1.1. Construir indicadores de eficácia que tornem possível a mensuração periódica do cumprimento da programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste em relação às prioridades decorrentes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, incluídas aquelas definidas anualmente pelo Conselho; 1.6.1.2. Construir indicadores gerais de efetividade da execução da programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, no que se refere à Política Nacional de Desenvolvimento Regional, incluindo os aspectos relativos à equidade na alocação dos recursos do Fundo; 1.6.1.3. Explicitar, por ocasião da aprovação das propostas de programação anuais do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste, os critérios considerados para concluir que as mesmas asseguram aderência às diretrizes e prioridades da Política Nacional de Desenvolvimento Regional;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Banco do Nordeste do Brasil S/A.					
Síntese da providência adotada:					
Em função do disposto no item 1.6.1 do Acórdão N.º 6.612/2010 - TCU - 2ª Câmara (em anexo) e no Ofício nº 1.874/2010 – TCU/SECEX- CE (em anexo), a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo da SUDENE encaminhou ao Banco do Nordeste					

do Brasil S/A. (BNB) o Ofício 0002/2011/SUDENE de 11/01/11, solicitando providências, com vistas atender a determinação daquele Tribunal.

Complementarmente, foram promovidas reuniões de trabalho entre equipes técnicas da SUDENE e do BNB, como administradores do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no sentido de estruturar a elaboração do Plano de Ação, objeto do subitem 1.6.4.1. do citado Acórdão, além de outras providências concernentes à sobredita determinação.

Síntese dos resultados obtidos

Como resultado das articulações e trabalhos técnicos, o BNB elaborou e encaminhou à SUDENE o referido Plano de Ação, que após exame, foi levado ao conhecimento da Secretaria de Controle Externo (CE) do Tribunal de Contas da União, conforme Ofício 097/2011/SUDENE, de 14 de março último (em anexo).

Quanto aos subitens 1.6.1.1. e 1.6.1.2., o Banco do Nordeste desenvolveu, inclusive com a participação de instituição e consultores externos, metodologia e construiu indicadores de eficácia e de efetividade.

Os referidos indicadores e a metodologia que lhes dão sustentabilidade foram objeto de publicação especifica do BNB e constante da "Série de Avaliação de Políticas e Programas do BNB". Essa sistemática já vem sendo implementada e subsidia os relatórios semestrais sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, no âmbito dos programas e projetos apoiados financeiramente pelo FNE.

No que tange particularmente ao subitem 1.6.1.2., o BNB, através do ofício 2011/590-006, de 25.02.2011, esclarece que o Plano de Ação do Banco do Nordeste contemplará compromissos quanto à formulação da proposta da Programação do FNE com maior aderência às prioridades da PNDR. Nesse sentido, estão sendo realizadas reuniões técnicas entre o BNB, a SUDENE e o Ministério da Integração Nacional, quanto à definição das diretrizes e prioridades para a elaboração da proposta de aplicação dos recursos do mencionado Fundo para o próximo ano, considerando as perspectivas de exercícios seguintes.

Quanto à determinação referente ao subitem 1.6.1.3. esclarece o BNB que deverá ser observada, a partir da elaboração da proposta de aplicação de recursos do FNE para 2012 e levada à consideração do Conselho Deliberativo da SUDENE, a quem cabe aprovar os programas de financiamento.

> Obs.: os registros até o parágrafo anterior constaram do Relatório de 2010 e os a seguir foram incluídos neste Relatório.

Em atendimento ao contido no item anterior, a SUDENE, o Banco do Nordeste e o Ministério da Integração Nacional promoveram trabalhos técnicos, com vistas à elaboração das diretrizes, orientações gerais e prioridades, a fim de nortear a proposta de financiamento do FNE para 2012.

Como resultado, e considerando-se que os programas de financiamento devem guardar sintonia com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com as políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal e, ainda, com o Plano

Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), estabeleceram-se instruções e indicações para as suas formulações, observando-se as variáveis espaciais, setoriais, ambientais e aquelas que integram os projetos com ênfase na inovação tecnológica. Por esse prisma, definiram-se as prioridades correlacionadas com as respectivas diretrizes, estabelecendo-se, outrossim, a projeção de financiamento por áreas prioritárias da PNDR no âmbito da atuação deste Fundo, as quais subsidiaram a elaboração da Proposta de Aplicação de Recursos do FNE/2012, que foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, na forma da Resolução do Conselho Deliberativo nº47/2011[34].
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A implementação de tais medidas contribuirá para fortalecer e aprimorar os sistemas e rotinas de trabalho, isto é, deve enfatizar as atenções a ser dadas aos meios e mecanismos de acompanhamento, controle, avaliação e ajuste, a partir dos indicadores de eficiência e efetividade específicos. No entanto, essas medidas devem ser adotadas de forma paulatina, a fim de que esses procedimentos atendam os seus objetivos de forma consistente.

17 – RESULTADOS ALCANÇADOS – ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL

Em sintonia com as atribuições de apresentar ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo da SUDENE relatórios circunstanciados sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, o Banco do Nordeste, a par de articulações com essas instituições, vem promovendo estudos específicos de avaliações, com vistas a mensurar os impactos e as contribuições do FNE ao desenvolvimento econômico e social de sua área de atuação, em consonância com seus objetivos de financiamento aos setores produtivos. O referido relatório também subsidia a elaboração de medidas de ajustes, não só no que se refere às diretrizes e prioridades, mas quanto aos aspectos programáticos.

Nesse sentido, já foram elaboradas pesquisas sobre os programas FNE-Agroindustrial (2007), FNE-Comércio e Serviços (2008), FNE-Infraestrutura (2009). No âmbito do FNE-Rural, programa com maior quantitativo de contrações e de beneficiários, foram desenvolvidos estudos específicos quanto às atividades da bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, cultivo da cultura da soja, uva e algodão.

Tais estudos foram tratados em pareceres conjuntos MI/SUDENE e submetidos ao Conselho Deliberativo, os quais concluíram por explicitar a efetiva contribuição desse Fundo para o processo de desenvolvimento econômico e social do Nordeste, em particular nos programas e atividades avaliados. Também contribuíram e

[34] Disponível em: http://www.sudene.gov.br/system/resources/BAhbBlsHOgZmSSI6MjAxMi8wNC8yNC8xNS8yMC8xMC84MDEvcmVzb2x1Y2FvX2NvbmRlbF8wNDdfMjAxMS5wZGYGOgZFVA/resolucao-condel-047-2011.pdf | Acesso em 20.06.2012.

proporcionaram subsídios a ajustes e aperfeiçoamento de programas/atividades implícitos às ações de financiamento desse instrumento de crédito.

No decorrer do exercício de 2011, o Banco do Nordeste, com a contribuição de instituição de estudos e pesquisas, promoveu trabalho específico que analisa os impactos gerados pelo FNE na geração de emprego nos estados do Nordeste, no período de 2000 a 2008. Nesse intervalo, foram gerados no Nordeste 2,6 milhões de empregos formais, ou seja, uma variação positiva de 58,8%, com destaque para os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão que, relativamente, apresentaram estoque de mão de obra superior ao constatado para a Região como um todo.

A par dos resultados alcançados, observou-se que, no conjunto da geração de empregos formais, aqueles empreendimentos financiados pelo FNE, apresentaram maior capacidade de absorção de mão de obra do que aqueles não financiados, isto é, enquanto para os primeiros constatou-se uma evolução do estoque de mão de obra de 146,6%, para os segundos essa variação foi 55,7%. Observou-se, dessa forma, que as empresas de porte médio/grande viabilizaram maior oferta de emprego, o que não deixa de estar correlacionado à formação bruta de capital e melhoria na estrutura operacional e organizacional, ou seja, os investimentos do FNE influenciam na geração de novos empregos formais, tanto os diretos quanto indiretos.

Também foi promovida avaliação dos custos e impactos dos empréstimos subsidiados dos diversos programas de financiamento pelo FNE, tendo em conta, principalmente, o desenvolvimento pelo Banco do Nordeste de um índice de eficiência desse Fundo que considere seus impactos na geração de empregos, bem como os custos incorridos. Os resultados dessa avaliação, em termos de impacto sobre o emprego, a massa salarial e o salário médio, por setores econômicos, região e pelas áreas prioritárias definidas pela PNDR, mostram satisfatórios.

Também foi promovida avaliação da situação dos clientes do Programa Agroamigo, cuja metodologia e processo operacional passou a orientar ações de crédito do Pronaf "B" que, como se sabe, tem os financiamentos direcionados para investimentos e custeio de agricultores familiares. Dentre os possíveis mutuários inclui-se uma gama de setores e segmentos, cujos beneficiários tenham renda anual familiar bruta de até R$ 6,0 mil, ou seja, atende a clientela de mini a microportes. Entre os diversos grupos que compõem o Pronaf, o "Grupo B" responde, em média, por 80% dos beneficiários e 50% dos valores contratados.

De acordo com Banco do Nordeste, os resultados alcançados denotam mudanças e melhorias nas condições econômicas e sociais dos mutuários desse Programa, em especial para aqueles com mais tempo de permanência e vivência no Programa. Observaram-se incorporações pessoais de bens duráveis e disponibilização de serviços, inclusive os de natureza pública, o que, em síntese, permite assimilar o atendimento aos interesses mais imediatos dos indivíduos mais pobres. Contudo, conclui-se que a renda dos agricultores familiares ainda é muito baixa.

17.1 – Matriz de Insumo Produto do Nordeste

Outro Instrumento que vem sendo sistematicamente adotado pelo BNB no dimensionamento das repercussões econômicas e sociais das contratações com recursos

do FNE é a Matriz de Insumo-Produto (MIP). Trata-se de mecanismo de mensuração prospectiva das atividades de planejamento e avaliação de ações e programas de natureza pública e privada, examinando, inclusive, as interrelações e contribuições dos diversos setores produtivos que interagem no processo ao desenvolvimento.

A construção da MIP do Nordeste, como explicitado pelo Banco do Nordeste, torna possível identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação da instituição e de seus instrumentos de financiamento, no sentido induzir o desenvolvimento do Nordeste e integrá-lo na dinâmica da economia nacional.

A par da Matriz de Insumo-Produto, as contratações realizadas pelo FNE no exercício de 2011 foram de aproximadamente R$ 10,5 bilhões[35]. Com a concretização e maturação desses investimentos, e conjugando-se os efeitos diretos, indiretos e induzidos, eles viabilizarão perspectivas de acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R$ 25,7 bilhões, onde se destaca o setor rural (incluindo-se as atividades agroindustriais) com 38,4%, e as referentes aos segmentos industriais e de infraestrutura, com, respectivamente, 19,2% e 19,1% , em relação ao total.

Ainda em termos prospectivos, os investimentos resultantes dessas contratações, contribuirão para agregar à economia regional o montante de R$ 14,6 bilhões, além de viabilizar receitas tributárias da ordem de R$ 3,7 bilhões, destacando-se, nesse caso, os setores Rural, Indústria e Turismo e Infraestrutura, que se mostraram com maior capacidade contributiva.

No que tange ao emprego, estima-se a geração de 1.051 mil ocupações (formais e informais), sendo 565,0 mil no setor rural, 181,2 mil nos segmentos de comércio e serviço e 146,0 mil nas atividades de indústria e turismo. Os setores de infraestrutura e agroindústria deverão responder por 130,1 mil e 28,9 mil ocupações, respectivamente. Como já frisado, essas estimativas, todavia, levam em conta o atendimento de todo o curso da cadeia produtiva.

[35] Como instrumento de avaliação dos impactos econômicos do Nordeste, a MIP não contempla coeficientes dos estados Minas Gerais e Espírito Santo, embora a porção norte desses Estados faça parte da área de atuação do FNE. Em face dessa exclusão o valor das aplicações globais desse Fundo, não seja aquele tratada pela MIP.

Tabela 07 – Impactos estimados a partir da MIP – Geração de Empregos

		(em R$ Milhões)
Valor Contratado		10.473,20
Resultados		
Indicador	**Nordeste**	**Nordeste + Resto do Brasil**
Valor Bruto da Produção	25.694,60	43.188,00
Valor Agregado/Renda	14.556,90	22.823,70
Salários	4.166,30	6.435,90
Tributos	3.685,80	6.866,10
Empregos (pessoas)	1.051.181	1.262.337
Fonte: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.		
Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos.(2) Valores a preços de junho de 2011. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.		

Vale considerar, de outra parte, o chamado efeito trasbordamento, calculado com base na Matriz Insumo-Produto, que reflete os impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste no restante do País, e que resultam das importações de insumos e de bens de capital para produção, ou produtos finais para atender a materialização dos investimentos objeto dos financiamentos. Por esse meio, dos R$ 43,2 bilhões estimados de acréscimos ao Valor Bruto da Produção para o País, 40,5% (R$ 17,5 bilhões) deve ocorrer fora da região Nordeste. Essa constatação, também implícita aos demais indicadores das repercussões econômicas de que se tratadas, caracteriza as oportunidades e a atratividade de investimentos no Nordeste, de modo a se exercer um processo de complementaridade e de integração do sistema produtivo regional.

Ainda através da aplicabilidade da MIP, são identificadas as principais atividades produtivas financiadas por Estado e setor e seus respectivos impactos, em termos de contribuição ao produto socioeconômico da Região, considerando as variáveis mais representativas.

Em face do tratamento preferencial a ser dado às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, como recomenda a Lei nº 7.827/1989 e, bem assim, em consonância com as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, o Banco do Nordeste avaliou as repercussões dos valores (R$ 5.297,6 milhões) e da quantidade (394.947) contratada no exercício de 2011, para os empreendimentos de mini, e pequeno e médio porte nos estados da Região Nordeste, estimando-se os seguintes resultados, de modo global, e em relação à economia regional, conforme tabela a seguir:

Tabela 08 – Impactos estimados a partir da MIP – Menor Porte

		(em R$ Milhões)
Valor Contratado		5.297,57
Quantidade de Contratações		394.947
Resultados:		
Indicador	**Nordeste**	**Nordeste + Resto do Brasil**
Valor Bruto da Produção	12.802,90	21.661,20
Valor Agregado/Renda	7.289,60	10.981,50
Salários	2.089,30	3.234,60
Tributos	1.845,10	3.471,40
Empregos (pessoas)	533.794	638.818

Fonte: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos.(2) Valores a preços de junho de 2011. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.

Mesmo constituindo-se em uma ferramenta de significativa contribuição ao processo de planejamento e de avaliação dos impactos resultantes das medidas/ações programáticas, deve o Banco do Nordeste, dentro dos objetivos propostos de mensuração, quantificação e qualificação, continuar desenvolvendo estudos específicos a base pesquisas de campo, ou seja, dados primários, a fim de melhor constar as contribuições do FNE ao desenvolvimento regional, em especial no que tange a dimensão social e às áreas prioritárias.

18 – Ações Desenvolvidas Pelo Ministério Da Integração Nacional

No exercício de sua atribuição de supervisionar, acompanhar e controlar as aplicações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO), e de avaliar seu desempenho (art. 7º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001), o Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), desenvolveu, no exercício de 2011, dentre outras, as seguintes ações:

a) estabelecimento de diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos do FNE no exercício de 2011 para 2012;

b) participação de reuniões nos Estados, juntamente com a SUDENE, o Banco do Nordeste e representantes das classes produtoras e de trabalhadores, entre outros, com o objetivo de discutir e construção da Proposta de Programação e elaborar a Programação de Aplicação do ano de 2012;

c) análise da Proposta de Aplicação de Recursos do FNE para o exercício de 2012, submetendo-a ao Conselho Deliberativo da SUDENE, que a aprovou;

d) análise do Relatório apresentado pelo Banco do Nordeste, referente às Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FNE no ano de 2010;

e) análise do Relatório apresentado pelo Banco do Nordeste, referente às Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FNE no primeiro semestre de 2011;

f) elaboração de publicação "Desempenho Operacional – Informações Gerenciais (SIG) 2009/2010" dos Fundos Constitucionais de Financiamento, contendo, entre outras, informações sobre cada Fundo: repasses efetuados pela União; contratações realizadas por Estado, programa de financiamento e porte do tomador; carteira de empréstimos (saldos das aplicações); taxa de administração cobrada; inadimplência dos financiamentos concedidos; evolução do patrimônio líquido; disponibilidades existentes (recursos que deixaram de ser aplicados no exercício) e estimativa de geração de empregos, de 1995 a 2010);

g) elaboração de publicação semestral de acompanhamento dos resultados dos Fundos Constitucionais durante o exercício;

h) análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FNE;

i) análise da Proposta de Programação para aplicação dos recursos do FNE no ano de 2012, elaborada pelo BNB em conformidade com o parágrafo único do art. 15 da Lei nº 7.827/1989, e emissão de parecer para aprovação do CONDEL/SUDENE.

j) participação nos Seminários "FNE Itinerante" em parceria com a SUDENE, o Banco do Nordeste, Governos Estaduais e Municipais, SEBRAE e outras instituições, com o objetivo de divulgar o FNE e estimular a tomada de financiamentos principalmente pelos mini e pequenos produtores rurais e pelas micro e pequenas empresas, além de incentivar a interação entre os diversos atores sociais interessados no FNE e promover o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região.

19 – RECOMENDAÇÕES

Considerando a responsabilidade institucional do Ministério da Integração Nacional (art. 7º da Lei nº 10.177/2001) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (art. 14 da Lei Complementar nº 125/2007), e com o objetivo de se alcançar uma melhor operacionalização do FNE, sugere-se ao Banco do Nordeste as seguintes orientações:

a) intensificar ações para incrementar o atendimento aos agricultores familiares;

b) priorizar e intensificar ações para alavancar as operações com recursos do FNE com beneficiários de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes, a exemplo do FNE Itinerante, objetivando alcançar a projeção de 51% do total de financiamentos;

c) continuar envidando esforços no sentido de alcançar a destinação de 50% dos recursos do FNE para a porção Semiárida, na forma estabelecida na Constituição Federal;

d) promover ações específicas e indutoras com vistas a ampliar as contratações no Espírito Santo e em Sergipe;

e) apresentar avaliação dos resultados alcançados do FNE Itinerante, considerando o seu impacto nos municípios e áreas circunvizinhas quanto à demanda e concessão de créditos, junto a esse Fundo;

f) continuar adotando medidas de administração de crédito, principalmente nas operações do Setor Rural e nas de risco integral do FNE, considerando, inclusive, medidas de recuperação e de regularização de crédito;

g) observar o limite de 20% para financiamento aos setores de Comércio e Serviços, conforme estabelecido no § 3º do art. 4º da Lei nº 7.827/89;

h) aprimorar as estimativas de aplicação de recursos do FNE por Estado e a convergência dos financiamentos com os valores programados.

Na forma prevista nº § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827/1989, sugerimos encaminhar à apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo da SUDENE o Relatório apresentado pelo Banco do Nordeste, referente às Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FNE no exercício 2011, com parecer favorável da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Diante das análises e considerações efetuadas pelo presente Parecer, para o aprimoramento da gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, sugerimos ao Conselho Deliberativo da SUDENE que sejam feitas ao Banco do Nordeste as recomendações propostas acima, concedendo-lhe o prazo de 60 dias, a contar da publicação da Resolução que aprovar o presente Relatório, para encaminhar à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI), e à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) plano de providências para atendimento das referidas recomendações, contendo a indicação das ações a serem desenvolvidas e dos prazos para início e conclusão.

MARTINHO LEITE DE ALMEIDA
Coordenador de Atração, Normatização e Promoção de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

RAQUEL ARAÚJO MARTINS
Analista-Técnico Administrativo do Ministério da Integração Nacional

SABRINA LYRA DE OLIVEIRA
Coordenadora-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

MAURÍLIO ALVES BARCELOS
Coordenador-Geral dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Ministério da Integração Nacional

HENRIQUE JORGE TINOCO
Diretor de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

JOSÉ WANDERLEY UCHÔA BARRETO
Diretor do Departamento de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos e Incentivos Fiscais

LUIZ GONZAGA PAES LANDIM
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Superintendente

JENNER GUIMARÃES DO RÊGO
Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais

RELAÇÃO DE ANEXOS

Anexo I: Tabelas 1.A a 29.A
Anexo II: Ofício nº 10/SFRI/MI, de 16.01.2012
Anexo III: Ofício-Gapre 2012/0395, de 30.03.2012

Anexo I – Tabelas 1.A a 29.A

Tabela 1.A – Repasses da STN ao Banco Operador

(em R$ Milhões)

Mês	Valor
Janeiro	456,7
Fevereiro	492,0
Março	321,2
Abril	425,8
Maio	488,7
Junho	441,1
Julho	375,2
Agosto	387,1
Setembro	309,0
Outubro	406,2
Novembro	429,1
Dezembro	498,4
TOTAL	5.030,6

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 24

Tabela 2.A – Série Histórica de Contratações

(em R$ Milhões)

Ano	Valor Contratado	Nº de Operações	Valor Médio
1997	683,0	52.445	13,0
1998	728,4	137.720	5,3
1999	626,0	86.252	7,3
2000	569,3	47.621	12,0
2001	302,5	16.583	18,2
2002	254,4	25.093	10,1
2003	1.019,2	24.899	40,9
2004	3.208,9	173.486	18,5
2005	4.173,9	531.557	7,9
2006	4.588,2	619.404	7,4
2007	4.246,5	371.316	11,4
2008	7.668,6	329.272	23,3
2009	9.134,1	380.421	24,0
2010	10.755,2	399.240	26,9
2011	11.090,7	439.819	25,2

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 12

Tabela 3.A – Contratações Previstas e Realizadas por Setor/Atividade

(em R$ Milhões)

PROGRAMA	EXERCÍCIO DE 2011					
	Previsto (a)	%	Realizado			% de Consecução (b/a)
			Nº de Contratações	Valor (b)	%	
PROGRAMAS SETORIAIS	**7.910**	**79,9**	**419.797**	**9.055,9**	**81,7**	**114,5**
PRONAF	1.198	12,1	404.490	1.333,6	12,0	111,3
FNE RURAL	2.089	21,1	12.850	2.498,5	22,5	119,6
FNE Aquipesca	69	0,7	207	61,1	0,6	88,1
FNE Profrota Pesqueira	-	-	-	-	-	-
FNE Industrial	1.544	15,6	458	1.703,2	15,4	110,3
FNE Agrin	347	3,5	123	318,0	2,9	91,8
FNE Proatur	564	5,7	35	412,4	3,7	73,1
FNE Comércio e Serviços	921	9,3	1.619	1.338,2	12,1	145,3
FNE Proinfra	1.178	11,9	15	1.390,9	12,5	118,1
PROGRAMAS MULTISSETORIAIS	**1.990**	**20,1**	**20.022**	**2.034,8**	**18,3**	**102,3**
FNE Inovação	10	0,1	26	12,3	0,1	124,0
FNE Verde	396	4,0	57	587,7	5,3	148,4
FNE Procultura	-	-	-	-	-	-
FNE MPE	1.544	15,6	19.536	1.432,0	12,9	92,7
FNE EI	40	0,4	403	2,8	0,0	7,0
TOTAL	9.900	100	439.819	11.090,7	100	112,0

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 20

Tabela 4.A – Perfil do Setor Produtivo por Setor e Porte

(em R$ Mil)

Setor \ Porte	Mini/ Micro	Pequeno	Pequeno/ Médio	Médio	Grande	Total geral	% (setor)
Rural	1.782.623	477.329	538.282	497.852	610.580	**3.906.666**	35,2
Agroindústria	345	46.450	9.800	84.220	196.060	**336.875**	3,0
Indústria	18.992	157.819	143.435	261.148	1.330.788	**1.912.182**	17,2
Infraestrutura	-	-	268.029	363.171	1.330.111	**1.961.311**	17,7
Comércio e Serviços	223.631	862.258	523.349	429.684	438.187	**2.477.109**	22,3
Turismo	8.494	74.661	46.130	109.626	257.600	**496.511**	4,5
Total geral	2.034.085		1.529.025		4.163.326	11.090.654	100
% (porte)	**18,3**	**0,0**	**13,8**	**0,0**	**37,5**	**100**	

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 74

Tabela 5.A – Perfil do Setor Produtivo por UF e Setor

(em R$ Milhões)

SETOR / UF	Comércio e Serviços	%	Outros Setores	%	TOTAL	%
AL	197,2	46,4	228,0	53,6	425,2	3,8
BA	380,9	13,7	2.400,6	86,3	2.781,5	25,1
CE	429,9	24,0	1.362,1	76,0	1.792,0	16,2
ES	26,0	23,9	82,6	76,1	108,6	1,0
MA	302,6	20,0	1.207,5	80,0	1.510,1	13,6
MG	77,0	15,1	431,9	84,9	508,9	4,6
PB	96,6	21,6	350,5	78,4	447,1	4,0
PE	389,7	27,9	1.009,0	72,1	1.398,7	12,6
PI	344,1	41,4	486,1	58,6	830,2	7,5
RN	136,5	15,0	771,8	85,0	908,3	8,2
SE	96,6	25,4	283,6	74,6	380,2	3,4
TOTAL	2.477,1	22,3	8.613,5	77,7	11.090,7	100,0

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Tabelas 1.A e 2.A | Página 176

Tabela 6.A – Contratações de Projetos Ligados ao PAC por Finalidade de Crédito

(em R$ Mil)

UF	ATIVIDADE	VALOR
CE	Geração de Energia Elétrica	250.000
BA	Geração de Energia Elétrica	267.980
RN	Geração de Energia Elétrica	302.420
MA	Geração de Energia Elétrica	83.490
PE	Transmissão de Energia Elétrica	60.740
PI/MA	Transmissão de Energia Elétrica	70.000
BA	Rodovia	358.440
TOTAL		1.393.070

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 99

Tabela 7.A – Contratações Previstas e Realizadas por UF e Setor

(em R$ Milhões)

SETOR / UF	P x R	Rural	Agroin-dustrial	Industrial	Turismo	Infra-estrutura	Comércio e Serviços	TOTAL	[%] Estado
AL	Previsto	144,0	5,0	80,8	132,0	-	90,5	452,3	4,4
	Realizado	140,3	31,7	37,1	19,0	-	197,2	425,2	3,8
	%	97,4	633,4	45,9	14,4	-	217,9	94,0	87,1
BA	Previsto	867,7	21,5	284,5	77,6	522,1	443,3	2.216,7	22,3
	Realizado	1.204,3	12,3	199,7	25,7	958,6	380,9	2.781,5	25,1
	%	138,8	57,3	70,2	33,1	183,6	85,9	125,5	112,5
CE	Previsto	417,0	19,8	410,3	16,2	373,2	341,6	1.578,1	16,4
	Realizado	379,5	19,7	486,2	19,9	456,7	429,9	1.792,0	16,2
	%	91,0	99,7	118,5	123,1	122,4	125,9	113,6	98,5
ES	Previsto	71,9	18,6	19,0	6,0	-	28,9	144,4	1,6
	Realizado	62,7	6,8	6,8	6,3	-	26,0	108,6	1,0
	%	87,2	36,6	35,9	104,2	-	89,9	75,2	61,2
MA	Previsto	575,9	30,0	130,0	20,0	60,7	204,0	1.020,6	9,2
	Realizado	736,3	21,5	371,5	17,5	60,7	302,6	1.510,1	13,6
	%	127,9	71,6	285,8	87,5	100,1	148,3	148,0	148,0
MG	Previsto	367,5	1,8	52,1	20,2	-	110,4	552,0	6,5
	Realizado	337,7	1,1	83,6	9,5	-	77,0	508,9	4,6
	%	91,9	61,6	160,5	46,9	-	69,8	92,2	70,6
PB	Previsto	133,8	15,1	191,8	61,0	-	100,5	502,2	6,4
	Realizado	117,7	18,1	141,1	73,6	-	96,6	447,1	4,0
	%	88,0	120,0	73,5	120,7	-	96,1	89,0	63,0
PE	Previsto	237,0	134,0	321,1	308,0	155,0	288,8	1.443,9	13,9
	Realizado	298,4	125,5	170,8	301,5	112,8	389,7	1.398,7	12,6
	%	125,9	93,6	53,2	97,9	72,8	134,9	96,9	90,7
PI	Previsto	339,8	2,5	14,5	30,0	70,0	114,2	571,0	5,6
	Realizado	353,8	6,5	40,2	15,5	70,0	344,1	830,2	7,5
	%	104,1	260,4	277,5	51,8	100,0	301,3	145,4	133,7
RN	Previsto	110,0	5,0	340,0	8,2	303,0	159,0	925,2	9,1
	Realizado	116,7	4,1	341,8	6,7	302,5	136,5	908,3	8,2
	%	106,1	82,6	100,5	82,1	99,8	85,8	98,2	90,0
SE	Previsto	160,7	121,9	106,1	6,0	-	98,7	493,4	4,7
	Realizado	159,2	89,6	33,5	1,3	-	96,6	380,2	3,4
	%	99,1	73,5	31,6	22,2	-	97,9	77,0	72,9
TOTAL	Previsto	3.425,3	375,2	1.950,2	685,2	1.484,0	1.979,9	9.900,0	100
	Realizado	3.906,7	336,9	1.912,2	496,5	1.961,3	2.477,1	11.090,7	100
	%	114,1	89,8	98,1	72,5	132,2	125,1	112,0	-
[%] Setor	Previsto	**34,6**	**3,8**	**19,7**	**6,9**	**15,0**	**20,0**	**80,0**	**100,0**
	Realizado	**35,2**	**3,0**	**17,2**	**4,5**	**17,7**	**22,3**	**77,7**	**100,0**
	%	**101,8**	**80,1**	**87,5**	**64,7**	**118,0**	**111,7**	**97,1**	-

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Tabelas 1.A e 2.A | Página 176

Tabela 8.A – Contratações por Tipologia da PNDR e UF

(em R$ Milhões)

UF	TIPOLOGIA	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS	% POR ESTADO	% TOTAL	VALOR CONTRATADO	% POR ESTADO	% TOTAL
AL	Alta Renda	336	1,3	0,1	204,8	48,2	1,8
	Baixa Renda	14.277	55,1	3,2	170,5	40,1	1,5
	Dinâmica	11.305	43,6	2,6	50,0	11,8	0,5
	AL Total	25.918	100	5,9	425,2	100	3,8
BA	Alta Renda	582	0,7	0,1	893,3	32,1	8,1
	Baixa Renda	13.172	15,1	3,0	94,5	3,4	0,9
	Dinâmica	17.202	19,7	3,9	1.024,7	36,8	9,2
	Estagnada	56.555	64,6	12,9	769,1	27,6	6,9
	BA Total	87.511	100	19,9	2.781,5	100	25,1
CE	Alta Renda	2.795	4,4	0,6	540,7	30,2	4,9
	Baixa Renda	36.417	57,6	8,3	555,0	31,0	5,0
	Dinâmica	10.972	17,3	2,5	272,6	15,2	2,5
	Estagnada	13.076	20,7	3,0	423,7	23,6	3,8
	CE Total	63.260	100	14,4	1.792,0	100	16,2
ES	Estagnada	705	100,0	0,2	108,6	100,0	1,0
	ES Total	705	100	0,2	108,6	100	1,0
MA	Baixa Renda	39.116	82,5	8,9	490,3	32,5	4,4
	Dinâmica	2.550	5,4	0,6	257,4	17,0	2,3
	Estagnada	5.733	12,1	1,3	762,4	50,5	6,9
	MA Total	47.399	100	10,8	1.510,1	100	13,6
MG	Baixa Renda	982	2,3	0,2	8,2	1,6	0,1
	Dinâmica	25.126	58,4	5,7	262,9	51,7	2,4
	Estagnada	16.944	39,4	3,9	237,9	46,7	2,1
	MG Total	43.052	100	9,8	508,9	100	4,6
PB	Alta Renda	619	1,8	0,1	135,6	30,3	1,2
	Baixa Renda	12.409	36,9	2,8	71,0	15,9	0,6
	Dinâmica	8.282	24,6	1,9	151,2	33,8	1,4
	Estagnada	12.324	36,6	2,8	89,3	20,0	0,8
	PB Total	33.634	100	7,6	447,1	100	4,0
PE	Alta Renda	868	1,6	0,2	575,9	41,2	5,2
	Baixa Renda	8.919	16,5	2,0	76,0	5,4	0,7
	Dinâmica	18.392	33,9	4,2	163,5	11,7	1,5
	Estagnada	26.011	48,0	5,9	583,3	41,7	5,3
	PE Total	54.190	100	12,3	1.398,7	100	12,6
PI	Baixa Renda	5.614	14,3	1,3	25,7	3,1	0,2
	Dinâmica	23.362	59,5	5,3	408,7	49,2	3,7
	Estagnada	10.280	26,2	2,3	395,7	47,7	3,6
	PI Total	39.256	100	8,9	830,2	100	7,5
RN	Alta Renda	509	2,0	0,1	53,8	5,9	0,5
	Baixa Renda	1.427	5,5	0,3	9,6	1,1	0,1
	Dinâmica	21.187	81,3	4,8	504,7	55,6	4,6
	Estagnada	2.926	11,2	0,7	340,2	37,5	3,1
	RN Total	26.049	100	5,9	908,3	100	8,2
SE	Alta Renda	709	3,8	0,2	60,4	15,9	0,5
	Baixa Renda	2.487	13,2	0,6	29,0	7,6	0,3
	Dinâmica	12.041	63,9	2,7	241,2	63,5	2,2
	Estagnada	3.608	19,1	0,8	49,5	13,0	0,4
	SE Total	18.845	100	4,3	380,2	100	3,4
	TOTAL	439.819	100	100	11.090,7	100	100

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 108

Tabela 9.A – Contratações Previstas e Realizadas no Semiárido e Demais Regiões

(em R$ Milhões)

REGIÃO	PREVISTO (a)	Quant. de Operações	%	Valor Contratado (b)	%	% (b/a)
Semiárido	4.950,0	280.220	63,7	4.068,1	36,7	**82,2**
Fora do Semiárido	4.950,0	159.599	36,3	7.022,6	63,3	**141,9**
TOTAL	9.900,0	439.819	100,0	11.090,7	100,0	112,0

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 109

Tabela 10.A – Contratações por Tipologia da PNDR

(em R$ Milhões)

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado	%
Baixa Renda	134.820	30,7	1.529,7	13,8
Estagnada	148.162	33,7	3.759,6	33,9
Dinâmica	150.419	34,2	3.337,0	30,1
Alta Renda	6.418	1,5	2.464,4	22,2
TOTAL	439.819	100	11.090,7	100

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 108

Tabela 11.A – Contratações Previstas e Realizadas por Mesorregiões Diferenciadas e RIDE's

(em R$ Milhões)

MESORREGIÕES DIFERENCIADAS e RIDEs	TOTAL Previsto (a)	Nº de Op.	%	Valor Contratado (b)	%	% (b/a)*
Águas Emendadas	**25,0**	**568**	0,7	**9,0**	0,4	36,0
Bico do Papagaio	**120,0**	**4.430**	5,6	**404,3**	19,2	336,9
Chapada das Mangabeiras	**303,0**	**3.915**	4,9	**300,2**	14,3	99,1
Chapada do Araripe	**398,7**	**18.023**	22,6	**325,1**	15,5	81,5
Seridó	**201,5**	**10.550**	13,2	**85,7**	4,1	42,5
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	**73,0**	**12.769**	16,0	**178,0**	8,5	243,8
Xingó	**194,5**	**21.930**	27,5	**206,0**	9,8	105,9
Subtotal Mesorregiões	**1.315,7**	**72.185**	**90,7**	**1.508,3**	**71,8**	**114,6**
RIDE Petrolina-Juazeiro	-	**4.482**	5,6	**260,2**	12,4	-
RIDE Grande Teresina	-	**2.956**	3,7	**333,1**	15,8	-
Subtotal RIDEs	-	**7.438**	**9,3**	**593,3**	**28,2**	-
TOTAL	1.315,7	79.623,0	100,0	2.101,6	100,0	-

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 110

Tabela 12.A – Contratações por Finalidade de Crédito

(em R$ Milhões)

UF	CUSTEIO AGRÍCOLA		CUSTEIO PECUÁRIO		COMERCIA-LIZAÇÃO		CAPITAL DE GIRO		CAP. DE GIRO P/ AQUIS. DE MAT. PRIMA/INSUMOS		TOTAL		%
	Nº de Op.	Valor	Nº de Op.	Valor	Nº de Op.	Valor	Nº de Op.	Valor	Nº de Op.	Valor	Nº de Op.	Valor	
AL	809	55,0	293	5,1	-	-	1	30,0	356	12,4	1.459	102,5	5,1
BA	2.060	611,8	352	12,5	22	17,7	26	1,9	1.667	60,7	4.127	704,5	35,0
CE	1.509	27,9	2.052	52,9	3	0,3	8	0,9	1.423	42,5	4.995	124,5	6,2
ES	175	21,2	30	3,5	3	11,1	2	6,8	101	3,0	311	45,6	2,3
MA	1.166	271,9	895	38,2	5	12,8	4	0,1	1.178	37,5	3.248	360,4	17,9
MG	169	43,8	291	10,4	2	1,4	-	-	591	14,7	1.053	70,3	3,5
PB	175	10,1	860	7,3	-	-	7	14,2	940	31,1	1.982	62,6	3,1
PE	460	51,7	1.069	34,3	1	0,0	20	5,0	1.742	65,4	3.292	156,5	7,8
PI	447	140,0	412	6,3	10	23,2	11	3,8	1.105	32,7	1.985	206,0	10,2
RN	380	12,9	881	12,9	-	-	35	1,8	1.220	44,9	2.516	72,6	3,6
SE	2.430	65,5	82	1,1	10	4,8	15	8,3	776	25,3	3.313	105,0	5,2
Total	9.780	1.311,7	7.217	184,5	56	71,2	129	72,9	11.099	370,2	28.281	2.010,6	100
%	34,6	65,2	25,5	9,2	0,2	3,5	0,5	3,6	39,2	18,4	100	100	

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 210

Tabela 13.A – Contratações com Clientes que Operaram com o FNE pela 1ª Vez

UF	MINI		MICRO		PEQUENO		MEDIO		GRANDE		TOTAL	
	Qtde. de Op.	Valor	Qtde. de Op.	Valor	Qtde. de Op.	Valor	Qtde. de Op.	Valor	Qtde. de Op.	Valor	Qtde. de Op.	Valor
AL	25.270	89,7	523	44,9	65	23,7	33	120,4	27	146,5	25.918	425,2
BA	83.536	410,2	2925	283,9	667	597,0	267	240,2	116	1250,1	87.511	2.781,5
CE	60.577	332,9	2197	303,8	339	191,5	115	198,3	32	765,5	63.260	1.792,0
ES	457	16,6	199	38,7	18	7,7	19	10,1	12	35,5	705	108,6
MA	45.233	273,1	1782	229,1	276	186,8	85	361,7	23	459,3	47.399	1.510,1
MG	41.763	182,2	1050	116,5	145	78,7	77	39,9	17	91,7	43.052	508,9
PB	32.157	111,2	1212	68,0	184	56,6	68	74,8	13	136,4	33.634	447,1
PE	51.351	257,5	2275	176,1	366	147,8	138	96,2	60	721,1	54.190	1.398,7
PI	37.526	133,3	1382	125,4	225	135,6	108	182,5	15	253,3	39.256	830,2
RN	23.938	113,0	1671	123,5	296	49,6	118	332,9	26	289,4	26.049	908,3
SE	17.371	114,5	1129	108,7	197	53,9	135	88,6	13	14,5	18.845	380,2
Total	419.179	2034,1	16.345	1618,5	2.778	1529,0	1.163	1745,7	354	4163,3	439.819	11.090,7

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 202

Tabela 14.A – Contratações por Faixa de Valores | Setor Rural

(em R$ Mil)

Faixa de Valores	Pronaf A		Pronaf B		Pronaf - Demais		Aquicultura e Pesca		FNE Verde		Outros Programas		TOTAL	
	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$
Até R$ 500,00	-	-	118	0,1	5	0,0	1	0,0	-	-	7	0,0	131	0,1
Acima de R$ 500,00 até R$ 1 mil	-	-	4.814	4,7	102	0,1	-	-	-	-	9	0,0	4.925	4,8
Acima de R$ 1 mil até R$ 10 mil	878	5,5	362.152	771,0	14.619	83,3	59	0,5	2	0,0	1.630	10,6	379.340	870,9
Acima de R$ 10 mil até R$ 35 mil	5.082	102,8	-	-	15.185	257,1	87	1,5	5	0,1	4.498	91,8	24.857	453,3
Acima de R$ 35 mil até R$ 100 mil	9	0,4	-	-	1.217	72,3	24	1,3	23	1,4	3.516	213,8	4.789	289,2
Acima de R$ 100 mil até R$ 1 milhão	3	0,5	-	-	306	35,7	26	7,8	13	2,3	2.812	722,7	3.160	769,0
Acima de R$ 1 milhões até R$ 10 milhões	-	-	-	-	-	-	9	22,1	1	1,1	366	1.007,0	376	1.030,3
Acima de R$ 10 milhões até R$ 20 milhões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	158,7	11	158,7
Acima de R$ 20 milhões até R$ 100 milhões	-	-	-	-	-	-	1	27,9	-	-	10	302,4	11	330,3
Acima de R$ 100 milhões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Rural	5.972	109,3	367.084	775,8	31.434	448,5	207	61,1	44	5,0	12.859	2.507,0	417.600	3.906,7

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 212

Tabela 15.A – Contratações por Faixa de Valores | Setores Não Rurais

(em R$ Mil)

Faixa de Valores	Industrial e Agroindustrial		Infraestrutura		Turismo		Comércio e Serviços		Inovação		FNE Verde		TOTAL	
	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$
Até R$ 500,00	-	-		-		-	2	0,0		-		-	2	0,0
Acima de R$ 500,00 até R$ 1 mil	-	-		-		-	5	0,0		-		-	5	0,0
Acima de R$ 1 mil até R$ 10 mil	263	1,8		-	6	0,0	2.858	19,8	1	0,0		-	3.128	21,6
Acima de R$ 10 mil até R$ 35 mil	932	21,4		-	50	1,2	8.148	180,4	5	0,1		-	9.135	203,2
Acima de R$ 35 mil até R$ 100 mil	771	46,5	1	0,0	82	4,8	4.927	281,9	3	0,2		-	5.784	333,4
Acima de R$ 100 mil até R$ 1 milhão	692	180,4		-	111	34,1	2.939	663,1	7	1,3	3	2,7	3.752	881,7
Acima de R$ 1 milhões até R$ 10 milhões	96	294,1	1	8,5	33	109,3	197	519,8	1	2,2	3	9,6	331	943,6
Acima de R$ 10 milhões até R$ 20 milhões	14	204,6	1	17,0	1	10,5	9	126,7		-		-	25	358,9
Acima de R$ 20 milhões até R$ 100 milhões	15	551,3	9	502,7	2	86,5	13	565,8		-	7	570,4	46	2.276,7
Acima de R$ 100 milhões	6	942,4	3	862,6	1	250,0	1	110,0		-		-	11	2.165,0
Total Não Rural	2.789	2.242,4	15	1.390,9	286	496,5	19.099	2.467,6	17	3,9	13	582,7	22.219	7.184,0

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 213

Tabela 16.A – Prospecção de Negócios

(em R$ Mil)

Estados	Projetos em Negociação (1) (2)
AL	215.473
BA	577.194
CE	693.092
ES	0
Extra Regionais	197.533
MA	131.406
MG	72.064
PB	277.725
PE	670.260
PI	67.281
RN	51.483
SE	84.592
Total	3.038.103

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | Página 23

Tabela 17.A – Valores Desembolsados por UF e Porte

(em R$ Milhões)

UF \ SETOR	RURAL	DEMAIS NÃO RURAL	TOTAL	%
AL	120,9	199,2	**320,1**	3,2
BA	1.181,5	1.428,9	**2.610,4**	26,2
CE	397,5	1.013,6	**1.411,2**	14,2
ES	56,7	30,1	**86,8**	0,9
MA	744,8	395,1	**1.139,9**	11,4
MG	343,5	89,2	**432,7**	4,3
PB	120,7	213,7	**334,4**	3,4
PE	397,6	1.030,5	**1.428,1**	14,3
PI	359,1	289,0	**648,1**	6,5
RN	116,0	1.022,9	**1.138,9**	11,4
SE	234,1	173,0	**407,1**	4,1
TOTAL	4.072,5	5.885,2	9.957,7	100,0
%	40,9	59,1	100,0	

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | CD Anexo | Recomendação 3.1.2

Tabela 18.A – Valores Desembolsados por Porte e UF | Setor Rural

(em R$ Milhões)

UF \ PORTE	Agricultor Familiar	Mini	Pequeno	Pequeno/ Médio	Médio	Grande	TOTAL	%
AL	67,1	15,3	4,8	1,5	0,7	31,6	**120,9**	3,0
BA	244,0	136,3	93,6	222,6	234,1	251,0	**1.181,5**	29,0
CE	214,8	68,6	37,0	18,5	55,0	3,6	**397,5**	9,8
ES	9,1	7,1	10,4	5,0	5,4	19,7	**56,7**	1,4
MA	180,8	104,6	83,6	109,9	118,6	147,3	**744,8**	18,3
MG	126,2	36,5	45,0	43,2	53,7	38,9	**343,5**	8,4
PB	81,9	17,3	6,7	9,5	4,0	1,3	**120,7**	3,0
PE	179,3	36,0	13,5	5,1	34,1	129,5	**397,6**	9,8
PI	114,4	16,6	30,8	92,6	24,8	80,0	**359,1**	8,8
RN	72,8	25,0	6,0	11,1	1,0	-	**116,0**	2,8
SE	51,8	44,8	44,1	21,9	51,6	20,0	**234,1**	5,7
TOTAL	1.342,3	508,1	375,4	540,6	582,9	723,0	4.072,5	100
%	**33,0**	**12,5**	**9,2**	**13,3**	**14,3**	**17,8**	**100**	

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | CD Anexo | Recomendação 3.1.2

Tabela 19.A – Valores Desembolsados por Porte e UF | Setores Não Rurais

(em R$ Milhões)

UF \ PORTE	EI	Micro	Pequena	Pequeno/ Médio	Média	Grande	TOTAL	%
AL	0,1	6,9	29,4	20,4	23,1	119,4	**199,2**	3,4
BA	0,4	43,6	145,7	390,2	54,1	794,9	**1.428,9**	24,3
CE	0,7	82,5	235,2	137,0	165,8	392,5	**1.013,6**	17,2
ES	0,0	1,6	9,9	4,4	3,4	10,7	**30,1**	0,5
MA	0,1	7,9	99,8	36,2	122,0	129,1	**395,1**	6,7
MG	0,2	23,2	46,7	11,5	1,1	6,5	**89,2**	1,5
PB	0,1	15,6	57,1	20,8	22,5	97,7	**213,7**	3,6
PE	0,1	43,4	136,7	85,4	76,7	688,2	**1.030,5**	17,5
PI	0,1	6,2	67,9	36,1	41,2	137,5	**289,0**	4,9
RN	0,4	13,3	103,6	34,7	256,3	614,6	**1.022,9**	17,4
SE	0,2	14,3	52,0	28,7	27,0	50,8	**173,0**	2,9
TOTAL	2,4	258,4	984,1	805,3	793,0	3.042,1	5.885,2	100
%	**0,04**	**4,4**	**16,7**	**13,7**	**13,5**	**51,7**	**100**	

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | CD Anexo | Recomendação 3.1.2

Tabela 20.A – Valores Desembolsados por Programa e UF | Setor Rural

(em R$ Milhões)

UF / PROGRAMA	PRONAF A	PRONAF B	PRONAF DEMAIS	Aquicultura e Pesca	FNE Verde	Outros Rurais	TOTAL	%
AL	3,5	49,2	14,2	0,0	-	53,9	**120,9**	3,0
BA	14,1	160,4	67,5	0,1	6,1	933,3	**1.181,5**	29,0
CE	9,1	103,0	99,0	43,6	1,1	141,8	**397,5**	9,8
ES	1,3	-	7,5	0,0	1,9	46,0	**56,7**	1,4
MA	48,5	85,0	47,2	7,0	1,2	556,0	**744,8**	18,3
MG	4,3	80,9	40,7	-	10,4	207,1	**343,5**	8,4
PB	7,5	60,8	13,0	0,3	0,0	39,0	**120,7**	3,0
PE	6,8	92,4	78,5	0,6	0,1	219,2	**397,6**	9,8
PI	19,8	71,0	20,0	0,8	1,0	246,4	**359,1**	8,8
RN	10,5	43,6	18,5	0,4	-	43,0	**116,0**	2,8
SE	6,1	27,9	17,6	0,2	0,1	182,1	**234,1**	5,7
TOTAL	131,6	774,3	423,9	53,0	21,9	2.667,8	4.072,5	100
%	3,2	19,0	10,4	1,3	0,5	65,5	100	

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | CD Anexo | Recomendação 3.1.2

Tabela 21.A – Valores Desembolsados por Programa e UF | Setores Não Rurais

(em R$ Milhões)

UF / PROGRAMA	Industrial	Turismo	Infra-estrutura	Comércio e Serviços	Inovação	FNE Verde	FNE MPE	FNE EI	TOTAL	%
AL	85,0	17,9	-	54,3	0,1	-	41,8	0,1	**199,2**	3,4
BA	155,1	106,3	492,9	198,1	0,5	272,4	203,1	0,4	**1.428,9**	24,3
CE	179,0	17,7	288,1	175,8	0,4	1,3	350,6	0,7	**1.013,6**	17,2
ES	1,1	3,9	-	14,0	-	-	11,1	0,0	**30,1**	0,5
MA	37,3	12,5	15,6	202,6	0,1	-	126,9	0,1	**395,1**	6,7
MG	5,0	1,9	-	10,0	-	-	72,1	0,2	**89,2**	1,5
PB	29,4	0,1	69,3	31,6	-	4,6	78,7	0,1	**213,7**	3,6
PE	373,1	6,9	139,2	230,3	-	84,8	196,1	0,1	**1.030,5**	17,5
PI	35,7	12,8	70,0	89,0	-	-	81,5	0,1	**289,0**	4,9
RN	245,4	10,0	116,8	45,5	0,2	492,2	112,5	0,4	**1.022,9**	17,4
SE	60,4	0,0	2,3	42,4	0,2	0,2	67,3	0,2	**173,0**	2,9
TOTAL	1.206,4	189,9	1.194,1	1.093,6	1,6	855,4	1.341,7	2,4	5.885,2	100
%	**20,5**	**3,2**	**20,3**	**18,6**	**0,0**	**14,5**	**22,8**	**0,0**	**100**	

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | CD Anexo | Recomendação 3.1.2

Tabela 22.A – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência por Setor

(em R$ Milhões)

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (3)	Inadimplência do Segmento (%) (4)
Rural	14.124,88	43,3%	894,92	2,7	6,3%
Agroindustrial	1.144,59	3,5%	27,06	0,1	2,4%
Industrial/Turismo	5.853,75	17,9%	84,64	0,3	1,4%
Infraestrutura	5.826,74	17,9%	-	-	-
Comércio e Serviços	5.536,3	17,0%	87,0	0,3	1,6%
Financ. à Exportação	138,1	0,4%	15,2	0,0	11,0%
TOTAL	32.624,4	100%	1.108,8	3,4	3,4

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de C

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. **(2)** Total das parcelas em atraso do segmento. **(3)** Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. **(4)** Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | CD Anexo | Tabela 11.A

Tabela 23.A – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência por Unidade Federativa

(em R$ Milhões)

UF	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (3)	Inadimplência do Segmento (%) (4)
AL	1.371,1	4,2	68,6	0,21	5,0
BA	7.068,1	21,7	238,4	0,73	3,4
CE	5.798,2	17,8	178,8	0,55	3,1
ES	370,6	1,1	24,8	0,08	6,7
MA	4.282,2	13,1	124,9	0,38	2,9
MG	1.604,1	4,9	43,3	0,13	2,7
PB	1.442,8	4,4	56,7	0,17	3,9
PE	4.788,1	14,7	150,1	0,46	3,1
PI	1.971,4	6,0	98,4	0,30	5,0
RN	2.321,4	7,1	65,4	0,20	2,8
SE	1.606,3	4,9	59,4	0,18	3,7
TOTAL	32.624,4	100	1.108,8	3,4	3,4

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total Segmento = UF

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | CD Anexo | Tabela 11.A

Tabela 24.A – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência por Porte de Tomadores

(em R$ Milhões)

PORTE	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (3)	Inadimplência do Segmento (%) (4)
COOP/ASSOC.	298,364	0,9	51,551	0,2	17,3
MINI/MICRO	7.058,2	21,6	597,1	1,8	8,5
PEQUENO	3.966,4	12,2	154,7	0,5	3,9
PEQUENO/MÉDIO	43,6	0,1	0,0	0,0	0,0
MEDIO	5.551,8	17,0	121,2	0,4	2,2
GRANDE	15.706,1	48,1	184,3	0,6	1,2
TOTAL	32.624,4	100	1.108,8	3,4	3,4

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Ope

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações. **(2)** Total das parcelas vencidas e não pagas. **(3)** Percentuais em relação ao saldo das aplicações do segmento.

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | CD Anexo | Tabela 11.A

Tabela 25.A – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência Segundo da Tipologia da PNDR

(em R$ Milhões)

TIPOLOGIA	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (3)	Inadimplência do Segmento (%) (4)
ALTA RENDA	6.497,4	19,9	79,6	0,2	1,2
BAIXA RENDA	5.210,1	16,0	299,5	0,9	5,7
DINÂMICA	9.170,1	28,1	373,8	1,1	4,1
ESTAGNADA	11.746,9	36,0	355,8	1,1	3,0
TOTAL	32.624,4	100	1.108,8	3,4	3,4

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | CD Anexo | Tabela 11.A

Tabela 26.A – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência por Região

(em R$ Milhões)

REGIÃO	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (3)	Inadimplência do Segmento (%) (4)
Semiárido	13.664,6	41,9	591,7	1,8	4,3
Demais Regiões	18.959,8	58,1	517,1	1,6	2,7
TOTAL	32.624,4	100	1.108,8	3,4	3,4

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | CD Anexo | Tabela 11.A

Tabela 27.A – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência por Mesorregiões Diferenciadas e RIDE's

(em R$ Milhões)

Mesorregiões Diferenciadas e RIDE's	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (3)	Inadimplência do Segmento (%) (4)
Águas Emendadas	91,9	1,8	2,4	0,0	2,6
Bico do Papagaio	585,6	11,2	9,3	0,2	1,6
Chapada das Mangabeiras	1.071,7	20,5	38,9	0,7	3,6
Chapada do Araripe	1.383,0	26,5	52,5	1,0	3,8
Jequitinhonha/Mucuri	993,9	19,0	29,9	0,6	3,0
Seridó	268,0	5,1	15,5	0,3	5,8
Xingó	833,9	16,0	71,3	1,4	8,5
TOTAL Mesorregiões	**5.228,0**	**100**	**219,8**	**4,2**	**4,2**
RIDE Petrolina-Juazeiro	744,2	**65,2**	41,3	**3,6**	**5,6**
RIDE Timon-Teresina	396,5	**34,8**	8,6	**0,8**	**2,2**
TOTAL RIDE's	**1.140,7**	**100**	**49,9**	**4,4**	**4,4**
TOTAL GERAL	6.368,7	100	269,7	4,2	4,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso de

Segmento = Mesorregiões Diferenciadas e RIDE's

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | CD Anexo | Tabela 11.A

Tabela 28.A – Saldo dos Financiamentos e Inadimplência Segundo a Tipologia da PNDR e por UF

(em R$ Milhões)

UF	TIPOLOGIA	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (3)	Inadimplência do Segmento (%) (4)
AL	ALTA RENDA	570,9	41,64	2,0	0,0	0,4
	BAIXA RENDA	446,6	32,57	30,9	0,1	6,9
	DINÂMICA	316,4	23,07	32,2	0,1	10,2
	ESTAGNADA	37,2	2,71	3,5	0,0	9,5
AL Total		**1.371,1**	**100,00**	**68,6**	**0,2**	**5,0**
BA	ALTA RENDA	1.876,9	26,55	17,4	0,1	0,9
	BAIXA RENDA	446,7	6,32	30,2	0,1	6,8
	DINÂMICA	1.738,8	24,60	70,0	0,2	4,0
	ESTAGNADA	3.005,8	42,53	120,7	0,4	4,0
BA Total		**7.068,1**	**100,00**	**238,4**	**0,7**	**3,4**
CE	ALTA RENDA	1.892,7	32,64	31,8	0,1	1,7
	BAIXA RENDA	1.281,1	22,09	60,2	0,2	4,7
	DINÂMICA	893,4	15,41	43,9	0,1	4,9
	ESTAGNADA	1.731,0	29,85	42,8	0,1	2,5
CE Total		**5.798,2**	**100,00**	**178,8**	**0,5**	**3,1**
ES	DINÂMICA	4,5	1,22	-	-	-
	ESTAGNADA	366,1	98,78	24,8	0,1	6,8
ES Total		**370,6**	**100,00**	**24,8**	**0,1**	**6,7**
MA	ALTA RENDA	56,7	1,32	-	-	-
	BAIXA RENDA	1.860,1	43,44	98,4	0,3	5,3
	DINÂMICA	617,3	14,42	7,0	0,0	1,1
	ESTAGNADA	1.748,1	40,82	19,5	0,1	1,1
MA Total		**4.282,2**	**100,00**	**124,9**	**0,4**	**2,9**
MG	ALTA RENDA	-	-	-	-	-
	BAIXA RENDA	28,7	1,79	2,2	0,0	7,6
	DINÂMICA	836,4	52,14	28,7	0,1	3,4
	ESTAGNADA	739,0	46,07	12,4	0,0	1,7
MG Total		**1.604,1**	**100,00**	**43,3**	**0,1**	**2,7**
PB	ALTA RENDA	405,2	28,08	6,4	0,0	1,6
	BAIXA RENDA	276,9	19,19	20,6	0,1	7,4
	DINÂMICA	212,4	14,72	16,1	0,0	7,6
	ESTAGNADA	548,3	38,00	13,6	0,0	2,5
PB Total		**1.442,8**	**100,00**	**56,7**	**0,2**	**3,9**
PE	ALTA RENDA	1.075,6	22,46	13,9	0,0	1,3
	BAIXA RENDA	377,5	7,89	26,6	0,1	7,1
	DINÂMICA	977,7	20,42	35,0	0,1	3,6
	ESTAGNADA	2.357,3	49,23	74,6	0,2	3,2
PE Total		**4.788,1**	**100,00**	**150,1**	**0,5**	**3,1**
PI	ALTA RENDA	1,1	0,05	0,1	0,0	5,7
	BAIXA RENDA	212,2	10,76	13,6	0,0	6,4
	DINÂMICA	1.193,5	60,54	60,5	0,2	5,1
	ESTAGNADA	564,7	28,64	24,3	0,1	4,3
PI Total		**1.971,4**	**100,00**	**98,4**	**0,3**	**5,0**
RN	ALTA RENDA	238,0	10,25	1,8	0,0	0,7
	BAIXA RENDA	72,0	3,10	5,8	0,0	8,0
	DINÂMICA	1.551,7	66,84	45,0	0,1	2,9
	ESTAGNADA	459,7	19,80	13,0	0,0	2,8
RN Total		**2.321,4**	**100,00**	**65,4**	**0,2**	**2,8**
SE	ALTA RENDA	380,2	23,67	6,2	0,0	1,6
	BAIXA RENDA	208,3	12,97	11,2	0,0	5,4
	DINÂMICA	828,0	51,55	35,5	0,1	4,3
	ESTAGNADA	189,8	11,82	6,6	0,0	3,5
SE Total		**1.606,3**	**100,00**	**59,4**	**0,2**	**3,7**
TOTAL		32.624,4	100,00	1.108,8	3,4	3,4

Fonte: BNB | Relatório de Resultados e Impactos - FNE 2011 | CD Anexo | Tabela 11.A

Tabela 29.A – Indicadores de Desempenho

(em R$ Milhões)

INDICADORES DE DESEMPENHO	ANO			INDICES			Variação	
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	% 10/09	% 11/10
a) Índice de Incremento/Redução de Contratações - Tipo: Eficácia								
Valor das contratações no exercício /	9.134,1	10.755,2	11.090,7	1,19	1,18	1,03	(1,14)	(12,42)
Valor das contratações no exercício anterior	7.668,6	9.134,1	10.755,2					
b) Índice de Contratações com Menor Porte - Tipo: Eficácia								
Tomadores de menor porte /	2.253,3	2.778,6	5.181,6	0,25	0,26	0,47	4,73	80,84
Valor contratado no exercício	9.134,1	10.755,2	11.090,7					
c) Índice de Inadimplência - Tipo: Eficácia								
Saldo das parcelas vencidas /	960,2	1.123,5	1.108,8	0,036	0,037	0,034	1,73	(8,22)
Saldo da carteira de financiamento	26.378,2	30.338,4	32.624,4					
d) Índice de Inadimplência (Risco do Fundo) - Tipo: Eficácia								
Saldo das parcelas vencidas /	453,4	518,5	444,0	0,078	0,091	0,096	17,07	4,63
Saldo da carteira de financiamento	5.814,2	5.679,4	4.648,4					
e) Índice de Inadimplência (Risco Compartilhado) - Tipo: Eficácia								
Saldo das parcelas vencidas /	427,2	516,2	567,7	0,021	0,022	0,021	3,73	(2,80)
Saldo da carteira de financiamento	20.134,5	23.453,5	26.535,1					
f) Índice de Cobertura das Contrataçoes - Tipo Eficiência e Efetividade								
Nº Municípios c/operações contratadas /	1.978	1.989	1.990	0,994	1,00	1,00	0,56	0,00
Nº de Municípios da Região Nordeste	1.989	1.989	1.990					
g) Índice de Contrataçoes com Novos Beneficiários - Tipo: Eficácia								
Quantidade novos beneficiários /	187.382	104.846	84.280	0,49	0,26	0,19	(46,68)	(27,03)
Quantidade de contratações	380.421	399.240	439.819					
h) Índice de Aplicações de Recursos - Tipo: Eficiência e Eficácia								
Valor contratado no exercício /	9.134,1	10.755,2	11.090,7	1,22	1,20	1,12	(1,88)	(6,26)
Valor projetado para o exercício	7.500,0	9.000,0	9.900,0					
i) Índice de Contratações por Setor								
Rural								
Valor contratado no setor rural /	2.867,9	3.657,3	3.906,7	0,31	0,34	0,35	8,31	3,59
Valor contratado no exercício exercício	9.134,1	10.755,2	11.090,7					
Não Rural								
Valor contratado no setor não rural /	6.266,2	7.097,9	7.184,0	0,69	0,66	0,65	(3,80)	(1,85)
Valor contratado no exercício exercício	9.134,1	10.755,2	11.090,7					

Anexo II: Ofício nº 10/SFRI/MI, de 16.01.2012

Anexo III: Ofício-Gapre 2012/0395, de 30.03.2012

Banco do Nordeste

SECEX/DGI/CODIB/SPROT
59204.004584/2012-9

SFRI

Ofício-Gapre 2012/0395

Fortaleza, 30/03/2012

A Sua Excelência o Senhor
Ministro FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO
Ministério da Integração Nacional
Brasília-DF

Assunto: **Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE referente ao ano de 2011**

Senhor Ministro,

1. Encaminho-lhe, anexo, impresso e em meio digital (CD-ROM), o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, referente ao ano de 2011, acompanhado das Demonstrações Contábeis, em conformidade com o Art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação alterada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.

2. Na oportunidade, segue também outro CD-ROM que contém as informações protegidas pela Lei do Sigilo Bancário (Lei Complementar nº105/2001), que estão sendo fornecidas em envelope lacrado, cabendo, portanto, a esse Ministério manter o sigilo na forma da Lei citada.

Atenciosamente,

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR
Diretor de Gestão do Desenvolvimento

Banco do Nordeste do Brasil
José Narcílio Sobrinho
Superintendente do ETENE

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Gabinete do Ministro
Recebido em 12/04/12
às 09:25 h
Assinatura

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Passaré
60743-902 - Fortaleza-CE - Brasil
Fone: 0800 7283030
E-mail: clienteconsulta@bnb.gov.br
Homepage: www.bnb.gov.br

SFRI/SAA
59650.000176/2012-0

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
SBN Q 02, Lote 11, Ed. Apex Brasil, Portaria B, Gabinete – CEP: 70.041- 907 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3414-5867 – Fax: (61) 3414-5488 // http://www.integracao.gov.br

Ofício nº 10 /SFRI/MI

Brasília (DF), 16 de janeiro de 2012.

A Sua Senhoria o Senhor
JURANDIR VIEIRA SANTIAGO
Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas
Av. Paranjana, 5700 – Passaré
60.700-000 – Fortaleza (CE)

Assunto: **Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**
- Relatório referente ao exercício de 2011.

Senhor Presidente,

1. Faço referência ao art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e ao art. 7º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

2. As informações constantes do Relatório a ser enviado por essa Instituição, conforme item acima, irão compor o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – Exercício de 2011, a ser elaborado pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e posteriormente encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), conforme Instrução Normativa TCU n.º 63, de 01.09.2010, Decisão Normativa TCU n.º 108, de 24.11.2010, Decisão Normativa TCU n.º 117, de 19.10.2011, Portaria TCU n.º 123, de 12.05.2011, e Portaria CGU n.º 2.546, de 27.12.2010.

3. No âmbito do processo de supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos e da avaliação do desempenho do FNE, a cargo deste Ministério, e para atendimento de recomendações dos órgãos federais de controle citados acima, solicito o obséquio de incluir no Relatório referente ao exercício de 2011 as seguintes informações (R$ 1,00):

3.1. na forma constante dos Anexos I a IX deste Ofício:

3.1.1. confronto entre os ingressos e desembolsos de recursos, por fonte, previstos na programação aprovada e os valores efetivamente ingressados e desembolsados no ano de 2011 (**Anexo I**);

3.1.2. valores desembolsados no exercício de 2011 (**Anexo II**);

3.1.3. demonstrativo da aplicação dos recursos do FNE por município (**Anexo III**); Disponibilizar estas informações somente por meio eletrônico (em planilhas do Microsoft Excel e/ou Microsoft Access)

user1/diversos/oficio/
CV455

3.1.4. informações sobre a distribuição dos financiamentos concedidos com recursos do FNE, no exercício de 2011, por programa e faixa de valores (**Anexo IV**);

3.1.5. saldo das operações e inadimplência por município (**Anexo V**); Disponibilizar estas informações somente por meio eletrônico (em planilhas do Microsoft Excel e/ou Microsoft Access)

3.1.6. financiamentos acima de R$ 10 milhões (**Anexo VI**);

3.1.7. situação da demanda de crédito com recursos do FNE apresentada ao Banco do Nordeste (**Anexo VII**);

3.1.8. de acordo com o item 5 do Anexo II – Parte C (Conteúdo Específico) da Decisão Normativa TCU n.º 108, de 24.11.2010: informações a respeito dos saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos, da inadimplência e das operações de renegociação, no formato definido na Portaria TCU n.º 123, de 12.05.2011 (**Anexo VIII**);

3.1.9. contratações realizadas com recursos do FNE considerando a nova classificação de porte de beneficiários, aprovada pela Resolução CONDEL/SUDENE nº 43, de 10.11.2011, para a totalidade das operações contratadas no exercício **(Anexo IX);**

Obs.: os Anexos II, III e VII deverão ser apresentados segregando as operações realizadas antes da entrada em vigor da Resolução CONDEL/SUDENE nº 43, de 10.11.2011, das realizadas a partir da entrada em vigor da referida Resolução, observando-se os critérios de classificação de porte vigentes em cada período.

3.2. demais informações:

3.2.1. número de operações e valores contratados, por UF, Setor e Porte, com beneficiários que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez;

3.2.2. número de operações e valores contratados, por UF e Porte, com vistas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com encargos anuais de 4% (quatro por cento), conforme estabelecido no art. 1º, inciso IV, da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo art. 44 da Lei n.º 11.775, de 17.09.2008;

3.2.3. número de operações e valores contratados em atendimento a cada uma das prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDENE para o exercício de 2011 (Resolução CONDEL/SUDENE nº 32, de 29.07.2010); Justificar as prioridades estabelecidas que eventualmente não tenham sido atendidas

3.2.4. número de operações e valores contratados pelas instituições operadoras (IO) do repasse, por instituição, UF, Setor, Porte e Linha de Financiamento, consoante o art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e a Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003;

3.2.5. quadro demonstrativo dos financiamentos concedidos sob risco integral do BNB (art. 9-A da Lei nº 7.827/1989);

3.2.6. número de operações e valores dos financiamentos concedidos para custeio isolado (agrícola e pecuário), comercialização, capital de giro associado e capital de giro para: aquisição de matéria-prima/insumos (Programas Industrial, Agroindustrial, do Turismo e Comercial/Serviços) e para aquisição de bens para formação de estoques (Programa Comercial/Serviços), por UF;

3.2.7. detalhamento do saldo e da quantidade das operações de acordo com os encargos pactuados, indicando, quando houver, operações:

3.2.7.1. que permanecem com os encargos que vigoravam anteriormente ao estabelecimento da TJLP (BTNF, TRD, TR), com rebate sobre os encargos totais;

user1/diversos/ofício/
CH455

82

3.2.7.2. que permanecem com os encargos da TJLP mais juros de 6,0% ao ano, com rebate sobre os encargos totais;

3.2.7.3. que permanecem com encargos de IGP-DI mais juros de 8,0% ao ano, com rebate sobre a taxa de juros;

3.2.7.4. contratadas com cada uma das taxas de juros estabelecidas pela Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, e por Decretos posteriores;

3.2.7.5. florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com encargos anuais de 4% (quatro por cento), conforme estabelecido no art. 1º, inciso IV, da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo art. 44 da Lei n.º 11.775, de 17.09.2008;

3.2.7.6. com outros encargos financeiros, em decorrência de renegociações autorizadas por lei, com indicação das respectivas taxas pactuadas.

3.2.8. quantidade e valor das operações liquidadas pelo equivalente financeiro, na forma especificada pelos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com redação dada pela Lei n.º 11.945, de 04.06.2009;

3.2.9. de acordo com o Anexo II – Parte A (Conteúdo Geral) da Decisão Normativa TCU n.º 108, de 24.11.2010:

3.2.9.1. item 15: informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento;

3.2.9.2. item 16: informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

3.2.10. informações acerca dos estudos elaborados, ou em elaboração, pelo Banco do Nordeste com o objetivo de se avaliar a capacidade de geração de empregos e a produtividade dos empreendimentos financiados pelo FNE e as previsões dos impactos econômicos e sociais decorrentes dos empréstimos contratados durante o exercício de 2011, obtidos pela Matriz Insumo/Produto.

4. Encaminho, em meio magnético, base de dados com a relação de municípios enquadrados em cada espaço prioritário (tipologia da PNDR, Mesorregiões, RIDE´s, Cerrado e Semiárido) a ser utilizada na geração das informações solicitadas.

5. O Relatório referente ao exercício de 2011, com as informações relacionadas no item 3 retro, deverá ser encaminhado a esta Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), até **30.03.2012**, impreterivelmente.

6. Por fim, solicito a V.Sa. a gentileza de encaminhar o referido Relatório também em meio magnético, a fim de facilitar o manuseio dos dados constantes nas tabelas, planilhas e gráficos, com a utilização dos programas/aplicativos do "Microsoft-Office" por técnicos do Ministério, bem como indicar o(s) nome(s) e o(s) telefone(s) do(s) funcionário(s) do Banco responsável(is) pelos dados/informações, a fim de dirimir quaisquer dúvidas que porventura surgirem.

Maurílio Alves Barcelos
Coordenador-Geral
DPNA/SFRI/MI

Atenciosamente,

José WANDERLEY Uchoa Barreto
Secretário Substituto

user1/diversos/oficio/
CH455

83

ANEXO I

ORÇAMENTO PREVISTO X REALIZADO – EXERCÍCIO 2011

(Em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO 2011	Previsto	Realizado
ORIGEM DE RECURSOS (A)		
Disponibilidades prevista ao final do exercício anterior		
Transferências da União		
Remuneração das Disponibilidades		
Reembolsos de Operações (Líquido de bônus de adimplência)		
Cobertura das Parcelas de Risco do BNB		
Recebimento/Cobertura Fdo Aval e Proagro/Outros		
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)		
Taxa de Administração		
Despesas Auditoria Externa		
Del credere do BNB		
Del credere de Instituições Operadoras		
Remunerações do BNB sobre operações do PRONAF		
Bônus Estiagem/98-FAT-BNDES-Outros		
Conversão de Operações Outras Fontes p/FNE - Leis 10.464/10.696		
Aquisição de Operações Outras Fontes p/ FNE - Lei nº 11.322		
DISPONIBILIDADE TOTAL (A - B)		
SALDO A LIBERAR DE OPERAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
DISPONÍVEL PARA APLICAÇÕES		

user1/diversos/ofCio/
CH455

ANEXO II
VALORES DESEMBOLSADOS – EXERCÍCIO 2011

POR PROGRAMA
1) SETOR RURAL

R$

UF \ Programas	PRONAF A	PRONAF B	PRONAF DEMAIS	Aquicultura e Pesca	FNE Verde	Outros Programas Rurais	Total Rural
AL							
BA							
CE							
ES							
MA							
MG							
PB							
PE							
PI							
RN							
SE							
TOTAL							

2) DEMAIS SETORES (INCLUSIVE MULTISETORIAIS)

R$

UF \ Programas	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviço	Inovação	FNE Verde	Procultura	FNE-MPE	FNE-EI	Total Não - Rural
AL											
BA											
CE											
ES											
MA											
MG											
PB											
PE											
PI											
RN											
SE											
TOTAL											

ANEXO II (CONTINUAÇÃO)
VALORES DESEMBOLSADOS – EXERCÍCIO 2011

POR PORTE

1) Setor Rural

R$

UF \ Porte	Agricultor Familiar	Mini	Pequeno	Médio	Grande	Total
AL						
BA						
CE						
ES						
MA						
MG						
PB						
PE						
PI						
RN						
SE						
TOTAL						

2) Demais Setores

R$

UF \ Porte	Empreendedor Individual (MEI)	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
AL						
BA						
CE						
ES						
MA						
MG						
PB						
PE						
PI						
RN						
SE						
TOTAL						

user1/diversos/oficio/
CH455

ANEXO III
CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA E PORTE A NÍVEL MUNICIPAL – EXERCÍCIO 2011

Operações realizadas pelo BNB

UF	Código do Município	Município	Finalidade	Setor	Programa	Porte	Número de Operações Contratadas	Valor Contratado (R$ 1,00)

Operações realizadas por Instituição Operadora (uma tabela para cada Instituição Operadora)

UF	Código do Município	Município	Finalidade	Setor	Programa	Porte	Número de Operações Contratadas	Valor Contratado (R$ 1,00)

Código do Município: na forma definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Finalidade: investimento; custeio; e aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas.

Setor: classificar em: "Rural"; "Agroindustrial Rural"; "Agroindustrial Empresarial"; "Industrial"; "Comércio e Serviços"; "Turismo"; "Infraestrutura".

Programa: os programas de financiamento constantes na Programação do FNE para 2011:

Porte:

- porte do produtor no setor rural: Agricultor Familiar, Mini, Pequeno, Médio e Grande produtor;
- porte dos demais setores: EI (Empreendedor Individual), Micro, Pequena, Média e Grande empresa.

Número de Operações Contratadas: quantidade de operações contratadas no exercício 2011.

Instituição Operadora: instituição financeira responsável pela operação de financiamento.

user1/diversos/oficio/
CH455

48

ANEXO IV
CONTRATAÇÕES POR SETOR/PROGRAMA E FAIXA DE VALORES

I - Rural

Faixa de Valores	PRONAF A		PRONAF B		PRONAF DEMAIS		Aquicultura e Pesca		FNE Verde		Outros Programas Rurais		Total Rural	
	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$
Até R$ 500,00														
Acima de R$ 500,00 até R$ 1.000,00														
Acima de R$ 1.000,00 até R$ 10.000,00														
Acima de R$ 10.000,00 até R$ 35.000,00														
Acima de R$ 35.000,00 até R$ 100.000,00														
Acima de R$ 100.000,00 até R$ 200.000,00														
Acima de R$ 200.000,00 até R$ 1.000.000,00														
Acima de R$ 1.000.000,00 até R$ 10.000.000,00														
Acima de R$ 10.000.000,00 até R$ 20.000.000,00														
Acima de R$ 20.000.000,00 até R$ 100.000.000,00														
Acima de R$ 100.000.000,00														
Total														

II - Demais Setores (Inclusive programas multisetoriais)

Faixa de Valores	Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Inovação		FNE Verde		Total Não - Rural	
	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$
Até R$ 500,00														
Acima de R$ 500,00 até R$ 1.000,00														
Acima de R$ 1.000,00 até R$ 10.000,00														
Acima de R$ 10.000,00 até R$ 35.000,00														
Acima de R$ 35.000,00 até R$ 100.000,00														
Acima de R$ 100.000,00 até R$ 200.000,00														
Acima de R$ 200.000,00 até R$ 1.000.000,00														
Acima de R$ 1.000.000,00 até R$ 10.000.000,00														
Acima de R$ 10.000.000,00 até R$ 20.000.000,00														
Acima de R$ 20.000.000,00 até R$ 100.000.000,00														
Acima de R$ 100.000.000,00														
Total														

ANEXO V
SALDO DAS APLICAÇÕES/INADIMPLÊNCIA POR MUNICÍPIO – EXERCÍCIO 2011

UF	Município	Código do Município	Risco	Setor	Programa	Porte	Saldo Total		Saldo em Atraso		Inadimplência (b / a)
							Nº Operações	Total (R$) (a)	Nº operações	Em atraso (R$) (b)	

Código do Município: na forma definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Risco: risco operacional da operação: "Integral do Fundo"; "Compartilhado entre FNE e Banco"; "Exclusivo do Banco".

Setor: classificar em: "Rural"; "Agroindustrial"; "Industrial"; "Comércio e Serviços"; "Turismo"; "Infraestrutura".

Programa: os programas de financiamento do FNE.

Porte:

- porte do produtor no setor rural: Agricultor Familiar, Mini, Pequeno, Médio e Grande produtor;
- porte dos demais setores: EI (Empreendedor Individual), Micro, Pequena, Média e Grande empresa.

Saldo das Aplicações Total:

- Número total de operações, posição 31.12.2011.
- Saldo total das aplicações (R$ 1,00), posição 31.12.2011.

Saldo das Aplicações Em Atraso:

- Número de operações em atraso, posição 31.12.2011.
- Saldo das aplicações em atraso (R$ 1,00), posição 31.12.2011.

ANEXO VI
FINANCIAMENTOS ACIMA DE RS 10 MILHÕES – EXERCÍCIO 2011

Projeto Financiado	Localização	Finalidade 1	Finalidade 2	Programa	Valor Total do Projeto	Valor Financiado	Bens/Serviços a serem produzidos	Benefícios

Projeto Financiado: Nome do Projeto Financiado.

Localização: Município e UF do Projeto.

Programa: Programa/linha em que foi enquadrado o financiamento.

Finalidade 1: implantação, modernização, expansão, diversificação, ampliação ou outros.

Finalidade 2: investimento; custeio; e aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas.

Valor Total do Projeto: Valor Financiado + Outras fontes.

Valor financiado: Valor contratado pelo FNE.

Bens/Serviços a serem produzidos: Quais Bens/Serviços o projeto irá produzir.

Benefícios: Benefícios sociais e econômicos que poderão ser gerados para a região, informando, entre outros: estimativas de geração de empregos diretos e indiretos (separadamente), incremento de renda, incremento na arrecadação de tributos.

ANEXO VII
SITUAÇÃO DA DEMANDA – EXERCÍCIO 2011

UF	Propostas Apresentadas em 2011 e Contratadas		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$
AL										
BA										
CE										
ES										
MA										
MG										
PB										
PE										
PI										
RN										
SE										
TOTAL										

Programas	Propostas Apresentadas em 2011 e Contratadas		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$
Rural										
PRONAF A										
PRONAF B										
PRONAF DEMAIS										
Aquicultura e Pesca										
FNE Verde										
Outros Programas Rurais										
Não-Rural										
Agroindustrial										
Industrial										
Turismo										
Infraestrutura										
Comércio e Serviço										
Programas Multisetoriais										
Total										

Espaço prioritário	Propostas Apresentadas em 2011 e Contratadas		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$
Semiárido										
Demais regiõs										
TOTAL										

user1/diversos/oficio/
CH455

28.

ANEXO VII (CONTINUAÇÃO)
SITUAÇÃO DA DEMANDA – EXERCÍCIO 2011

Setor/Porte	Propostas Apresentadas em 2011 e Contratadas		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$
Rural										
Agricultor Familiar										
Mini										
Pequeno										
Médio										
Grande										
Não-Rural										
EI										
Micro										
Pequena										
Média										
Grande										
Total										

PROPOSTAS INDEFERIDAS (MOTIVOS)

Razões / UF	Cadastro/Limite de Crédito		Documentação Incompleta		Desistência		Proposta/ Projeto Inviável		Outras	
	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$	Nº Op.	R$
AL										
BA										
CE										
ES										
MA										
MG										
PB										
PE										
PI										
RN										
SE										
TOTAL										

user1/diversos/oficio/
CII455

ANEXO VIII

Item 5 do Anexo II – Parte C (Conteúdo Específico) da Decisão Normativa TCU n.º 108, de 24.11.2010, e Portaria TCU n.º 123, de 12.05.2011.

O **Quadro C.5.1** abaixo apresenta o número de operações em estado de adimplência e inadimplência, dividindo-se em operações de financiamento com risco compartilhado e com risco exclusivo, permitindo analisar a evolução da situação de inadimplência no exercício da gestão, comparativamente aos dois exercícios anteriores.

QUADRO C.5.1 - OPERAÇÕES CONTRATADAS COM RISCOS COMPARTILHADO E INTEGRAL DO FUNDO E DO BANCO OPERADOR

Operações com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador (quantidades)			
Situação	**2011**	**2010**	**2009**
Sem atraso (A)			
Com atraso (B)			
(B*100) / (A+B)			
Operações com risco integral do fundo (quantidades)			
Situação	**2011**	**2010**	**2009**
Sem atraso (A)			
Com atraso (B)			
(B*100) / (A+B)			
Operações com risco integral do banco operador (quantidades)			
Situação	**2011**	**2010**	**2009**
Sem atraso (A)			
Com atraso (B)			
(B*100) / (A+B)			

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Operações com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador

Situação – A situação das operações com risco compartilhado pelo fundo são duas, quais sejam:

user1/diversos/oficio/
CH-55

93

- **Sem atraso (A)** – Quantidade de operações que estavam adimplentes nas suas obrigações financeiras nos dias 31/12/2009, 31/12/2010 e 31/12/2011.
- **Com atraso (B)** – Quantidade de operações que estavam inadimplentes nas suas obrigações financeiras nos dias 31/12/2009, 31/12/2010 e 31/12/2011.

(B*100) / (A+B) – Participação percentual das operações inadimplentes em relação ao total de operações.

Operações com risco integral do fundo

Situação – A situação das operações com risco exclusivo do fundo são duas, quais sejam:

- **Sem atraso (A)** – Quantidade de operações que estavam adimplentes nas suas obrigações financeiras nos últimos dias de cada exercício.
- **Com atraso (B)** – Quantidade de operações que estavam inadimplentes nas suas obrigações financeiras no último dia de cada exercício.

(B*100) / (A+B) – Participação percentual das operações inadimplentes em relação ao total de operações.

Operações com risco integral do banco operador

Situação – A situação das operações com risco exclusivo do banco operador são duas, quais sejam:

- **Sem atraso (A)** – Quantidade de operações que estavam adimplentes nas suas obrigações financeiras no último dia de cada exercício.
- **Com atraso (B)** – Quantidade de operações que estavam inadimplentes nas suas obrigações financeiras no último dia de cada exercício.

(B*100) / (A+B) – Participação percentual das operações inadimplentes em relação ao total de operações.

O **Quadro C.5.2** abaixo contempla o saldo dos créditos de liquidação duvidosa até o dia 31/12/2011, considerados o valor do principal e encargos vencidos de operações contratadas, segregando-se as informações, de acordo com a quantidade de dias em atraso, em dois blocos: operações com atraso menor que 181 dias; operações com atraso entre 181 e 360 dias.

QUADRO C.5.2 - CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

R$ 1,00

Natureza da Operação	Tamanho do atraso	
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias
Com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador		
Com risco integral do fundo		
Com risco integral do banco operador		
Total		

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador – Valores das operações contratadas na modalidade com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador.

Com risco integral do fundo – Valores das operações contratadas na modalidade de risco integral do fundo.

Com risco integral do banco operador – Valores das operações contratadas na modalidade de risco integral do banco operador

Total – Somatório dos valores das operações contratadas nas modalidades risco compartilhado entre o fundo e o banco operador; risco integral do fundo; risco integral do banco operador, de acordo com a quantidade de dias em atraso.

O **Quadro C.5.3** abaixo visa demonstrar o montante dos prejuízos contabilizados no exercício de referência do relatório de gestão, conforme as modalidades de risco das operações contratadas, nos termos da Portaria Interministerial MF/MI nº 11, de 28 de dezembro de 2005.

QUADRO C.5.3 - PREJUÍZOS CONTABILIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2011

R$ 1,00

Natureza da Operação	Prejuízos contabilizados
Assumidos em razão do risco compartilhado:	
▪ Contabilizados pelo fundo	
▪ Contabilizados pelo banco operador	
Assumidos pelo fundo em razão de risco integral	
Assumidos pelo banco operador em razão de risco integral	

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Assumidos em razão do risco compartilhado – Valores dos prejuízos contabilizados em operações contratadas na modalidade com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador. Essa linha deve totalizar os valores a seguir:

Contabilizados pelo fundo - Valores dos prejuízos contabilizados pelo fundo em operações contratadas na modalidade com risco compartilhado;

Contabilizados pelo banco operador - Valores dos prejuízos contabilizados pelo banco operador em operações contratadas na modalidade com risco compartilhado.

Assumidos pelo fundo em razão de risco integral – Valores dos prejuízos contabilizados em operações contratadas na modalidade com risco integral do fundo.

Assumidos pelo banco operador em razão de risco integral – Valores dos prejuízos contabilizados em operações contratadas na modalidade com risco integral do banco operador.

O **Quadro C.5.4** abaixo visa demonstrar o volume de recursos ressarcidos pelos bancos operadores aos fundos de financiamento em razão de prejuízos em operações com risco compartilhado.

QUADRO C.5.4 - RESSARCIMENTOS EFETUADOS PELO BANCO OPERADOR AO FUNDO NO EXERCÍCIO DE 2011, DECORRENTES DE PERDAS EM OPERAÇÕES COM RISCO COMPARTILHADO.

R$ 1,00

Mês de referência	Principal + Encargos das operações vencidas e não pagas	Valor ressarcido pelo banco operador	Correção de valores por atraso de ressarcimento
Janeiro			
Fevereiro			
Março			
Abril			
Maio			
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			
Total			

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Mês de referência - Mês do exercício a que se refere o relatório de gestão no qual o número de dias de parcelas vencidas e não pagas de operações contratadas superou 360 dias.

user1/diversos/oficio/
CH455

Principal + Encargos das operações vencidas e não pagas - Valor acumulado, até o mês de referência, do principal e encargos das operações contratadas com atrasos no pagamento de mais de 360 dias.

Valor ressarcido pelo banco operador – Valor de ressarcimento efetivamente pago pelo banco operador ao fundo em cada mês do exercício de referência, considerando a parcela de risco assumida pelo banco operador nas operações levadas a prejuízo.

Correção de valores por atraso de ressarcimento – Somatório da atualização, por meio da aplicação da taxa SELIC, de valores assumidos como prejuízo cujo ressarcimento pelo banco operador foi feito com atraso, conforme previsto no parágrafo único do art. 5° da Portaria Interministerial MF/MI n° 11/2005.

O **Quadro C.5.5** abaixo contempla a quantidade mensal de ações de cobranças judiciais realizadas ao longo do exercício de referência, diferenciando-as de acordo com o risco associado à modalidade de contratação.

QUADRO C.5.5 - AÇÕES DE COBRANÇAS JUDICIAIS AJUIZADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

R$ 1,00

MÊS	Risco Compartilhado		Risco integral do fundo		Risco Integral do banco operador	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Janeiro						
Fevereiro						
Março						
Abril						
Maio						
Junho						
Julho						
Agosto						
Setembro						
Outubro						
Novembro						
Dezembro						
Total						

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Risco Compartilhado - Operações contratadas na modalidade de risco compartilhado entre o fundo e o banco operador:

Qtd. – Quantidade de operações ajuizadas em cada mês, cujas contratações se deram na modalidade de risco compartilhado;

Valor – Principal + encargos das operações ajuizadas em cada mês, cujas contratações se deram na modalidade de risco compartilhado.

Risco integral do fundo - Operações contratadas na modalidade de risco integral do fundo:

Qtd. – Quantidade de operações ajuizadas em cada mês, cujas contratações se deram na modalidade de risco integral do fundo;

Valor – Principal + encargos das operações ajuizadas em cada mês, cujas contratações se deram na modalidade de risco integral do fundo.

Risco integral do banco operador - Operações contratadas na modalidade de risco integral do fundo:

Qtd. – Quantidade de operações ajuizadas em cada mês, cujas contratações se deram na modalidade de risco integral do banco operador;

Valor – Principal + encargos das operações ajuizadas em cada mês, cujas contratações se deram na modalidade de risco integral do banco operador.

Após o preenchimento dos cinco (5) Quadros acima o Banco do Nordeste deverá tecer as considerações que entender necessárias sobre a gestão do FNE, principalmente quanto às dificuldades relacionadas ao ressarcimento de operações inadimplentes.

ANEXO IX

CONTRATAÇÕES SEGUNDO A NOVA CLASSIFICAÇÃO DE PORTE DE BENEFICIÁRIOS APROVADA PELA RESOLUÇÃO CONDEL/SUDENE Nº 43, DE 10.11.2011, PARA A TOTALIDADE DAS OPERAÇÕES CONTRATADAS NO EXERCÍCIO 2011

<table>
<tr><th rowspan="2">Porte dos Beneficiários</th><th rowspan="2">Valor Contratado (R$ 1,00)</th><th colspan="4">Percentuais</th></tr>
<tr><th>Estabelecidos</th><th>Observados</th><th>Estabelecidos</th><th>Observados</th></tr>
<tr><td>Mini/Micro</td><td></td><td rowspan="2">Mínimo de 20%</td><td rowspan="2"></td><td rowspan="3">51,0</td><td rowspan="3"></td></tr>
<tr><td>Pequeno</td><td></td></tr>
<tr><td>Pequeno-Médio</td><td></td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Médio</td><td></td><td>-</td><td>-</td><td rowspan="2">49,0</td><td rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>Grande</td><td></td><td>Máximo de 20%</td><td></td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td></td><td></td><td></td><td>100,0</td><td></td></tr>
</table>

user1/d:\versos\oficio\
CH455

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
MA	2100055	Açailândia	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2100105	Afonso Cunha	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2100154	Água Doce do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2100204	Alcântara	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo São Luíz
MA	2100303	Aldeias Altas	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2100402	Altamira do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2100436	Alto Alegre do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2100477	Alto Alegre do Pindaré	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2100501	Alto Parnaíba	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2100550	Amapá do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2100600	Amarante do Maranhão	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2100709	Anajatuba	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2100808	Anapurus	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2100832	Apicum-Açu	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2100873	Araguanã	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2100907	Araioses	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2100956	Arame	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2101004	Arari	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2101103	Axixá	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2101202	Bacabal	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2101251	Bacabeira	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2101301	Bacuri	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2101350	Bacurituba	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2101400	Balsas	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2101509	Barão de Grajaú	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2101608	Barra do Corda	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2101707	Barreirinhas	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Lençóis Maranhenses
MA	2101731	Belágua	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2101772	Bela Vista do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2101806	Benedito Leite	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2101905	Bequimão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2101939	Bernardo do Mearim	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2101970	Boa Vista do Gurupi	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2102002	Bom Jardim	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2102036	Bom Jesus das Selvas	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2102077	Bom Lugar	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2102101	Brejo	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2102150	Brejo de Areia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2102200	Buriti	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2102309	Buriti Bravo	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2102325	Buriticupu	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2102358	Buritirana	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2102374	Cachoeira Grande	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2102408	Cajapió	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2102507	Cajari	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2102556	Campestre do Maranhão	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2102606	Cândido Mendes	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2102705	Cantanhede	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2102754	Capinzal do Norte	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2102804	Carolina	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
MA	2102903	Carutapera	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2103000	Caxias	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2103109	Cedral	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2103125	Central do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2103158	Centro do Guilherme	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2103174	Centro Novo do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2103208	Chapadinha	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2103257	Cidelândia	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2103307	Codó	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2103406	Coelho Neto	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2103505	Colinas	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2103554	Conceição do Lago-Açu	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2103604	Coroatá	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2103703	Cururupu	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2103752	Davinópolis	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2103802	Dom Pedro	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2103901	Duque Bacelar	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104008	Esperantinópolis	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104057	Estreito	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104073	Feira Nova do Maranhão	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104081	Fernando Falcão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104099	Formosa da Serra Negra	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104107	Fortaleza dos Nogueiras	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104206	Fortuna	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104305	Godofredo Viana	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2104404	Gonçalves Dias	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104503	Governador Archer	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104552	Governador Edison Lobão	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104602	Governador Eugênio Barros	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104628	Governador Luiz Rocha	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104651	Governador Newton Bello	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2104677	Governador Nunes Freire	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2104701	Graça Aranha	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104800	Grajaú	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2104909	Guimarães	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2105005	Humberto de Campos	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Lençóis Maranhenses
MA	2105104	Icatu	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105153	Igarapé do Meio	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2105203	Igarapé Grande	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105302	Imperatriz	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105351	Itaipava do Grajaú	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105401	Itapecuru Mirim	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105427	Itinga do Maranhão	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2105450	Jatobá	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105476	Jenipapo dos Vieiras	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105500	João Lisboa	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105609	Joselândia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105658	Junco do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2105708	Lago da Pedra	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105807	Lago do Junco	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
MA	2105906	Lago Verde	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2105922	Lagoa do Mato	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105948	Lago dos Rodrigues	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105963	Lagoa Grande do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2105989	Lajeado Novo	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2106003	Lima Campos	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2106102	Loreto	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2106201	Luis Domingues	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2106300	Magalhães de Almeida	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2106326	Maracaçumé	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2106359	Marajá do Sena	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2106375	Maranhãozinho	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2106409	Mata Roma	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2106508	Matinha	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2106607	Matões	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2106631	Matões do Norte	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2106672	Milagres do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2106706	Mirador	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2106755	Miranda do Norte	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2106805	Mirinzal	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2106904	Monção	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2107001	Montes Altos	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2107100	Morros	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2107209	Nina Rodrigues	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2107258	Nova Colinas	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2107308	Nova Iorque	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2107357	Nova Olinda do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2107407	Olho d'Água das Cunhãs	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2107456	Olinda Nova do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2107506	Paço do Lumiar	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo São Luíz
MA	2107605	Palmeirândia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2107704	Paraibano	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2107803	Parnarama	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2107902	Passagem Franca	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2108009	Pastos Bons	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2108058	Paulino Neves	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2108108	Paulo Ramos	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2108207	Pedreiras	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2108256	Pedro do Rosário	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2108306	Penalva	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2108405	Peri Mirim	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2108454	Peritoró	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2108504	Pindaré-Mirim	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2108603	Pinheiro	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2108702	Pio XII	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2108801	Pirapemas	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2108900	Poção de Pedras	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2109007	Porto Franco	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2109056	Porto Rico do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2109106	Presidente Dutra	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
MA	2109205	Presidente Juscelino	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2109239	Presidente Médici	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2109270	Presidente Sarney	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2109304	Presidente Vargas	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2109403	Primeira Cruz	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Lençóis Maranhenses
MA	2109452	Raposa	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo São Luíz
MA	2109502	Riachão	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2109551	Ribamar Fiquene	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2109601	Rosário	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2109700	Sambaíba	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2109759	Santa Filomena do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2109809	Santa Helena	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2109908	Santa Inês	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2110005	Santa Luzia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2110039	Santa Luzia do Paruá	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2110104	Santa Quitéria do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2110203	Santa Rita	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2110237	Santana do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2110278	Santo Amaro do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Lençóis Maranhenses
MA	2110302	Santo Antônio dos Lopes	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2110401	São Benedito do Rio Preto	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2110500	São Bento	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2110609	São Bernardo	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2110658	São Domingos do Azeitão	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2110708	São Domingos do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2110807	São Félix de Balsas	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2110856	São Francisco do Brejão	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2110906	São Francisco do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111003	São João Batista	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2111029	São João do Carú	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2111052	São João do Paraíso	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111078	São João do Soter	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111102	São João dos Patos	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111201	São José de Ribamar	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo São Luíz
MA	2111250	São José dos Basílios	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111300	São Luís	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo São Luíz
MA	2111409	São Luís Gonzaga do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111508	São Mateus do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111532	São Pedro da Água Branca	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2111573	São Pedro dos Crentes	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111607	São Raimundo das Mangabeiras	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111631	São Raimundo do Doca Bezerra	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111672	São Roberto	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111706	São Vicente Ferrer	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2111722	Satubinha	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2111748	Senador Alexandre Costa	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111763	Senador La Rocque	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111789	Serrano do Maranhão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2111805	Sítio Novo	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2111904	Sucupira do Norte	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
MA	2111953	Sucupira do Riachão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2112001	Tasso Fragoso	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2112100	Timbiras	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2112209	Timon	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Sim	Não
MA	2112233	Trizidela do Vale	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2112274	Tufilândia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2112308	Tuntum	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2112407	Turiaçu	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2112456	Turilândia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2112506	Tutóia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2112605	Urbano Santos	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2112704	Vargem Grande	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2112803	Viana	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2112852	Vila Nova dos Martírios	Estagnada	Bico do Papagaio	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MA	2112902	Vitória do Mearim	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2113009	Vitorino Freire	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MA	2114007	Zé Doca	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2200053	Acauã	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2200103	Agricolândia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2200202	Água Branca	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2200251	Alagoinha do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2200277	Alegrete do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2200301	Alto Longá	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2200400	Altos	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Sim	Pólo Teresina
PI	2200459	Alvorada do Gurguéia	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2200509	Amarante	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2200608	Angical do Piauí	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2200707	Anísio de Abreu	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2200806	Antônio Almeida	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2200905	Aroazes	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2200954	Aroeiras do Itaim	Estagnada	Chapada do Araripe	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201002	Arraial	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201051	Assunção do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201101	Avelino Lopes	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2201150	Baixa Grande do Ribeiro	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2201176	Barra D'Alcântara	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201200	Barras	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2201309	Barreiras do Piauí	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2201408	Barro Duro	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201507	Batalha	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201556	Bela Vista do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201572	Belém do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201606	Beneditinos	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Não	Pólo Teresina
PI	2201705	Bertolínia	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2201739	Betânia do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201770	Boa Hora	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201804	Bocaina	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201903	Bom Jesus	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2201919	Bom Princípio do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201929	Bonfim do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
PI	2201945	Boqueirão do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201960	Brasileira	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2201988	Brejo do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2202000	Buriti dos Lopes	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Pólo Costa do Delta
PI	2202026	Buriti dos Montes	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202059	Cabeceiras do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202075	Cajazeiras do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202083	Cajueiro da Praia	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa do Delta
PI	2202091	Caldeirão Grande do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202109	Campinas do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202117	Campo Alegre do Fidalgo	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202133	Campo Grande do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202174	Campo Largo do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2202208	Campo Maior	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Teresina
PI	2202251	Canavieira	Estagnada	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2202307	Canto do Buriti	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Pólo das Origens
PI	2202406	Capitão de Campos	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202455	Capitão Gervásio Oliveira	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202505	Caracol	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2202539	Caraúbas do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202554	Caridade do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202604	Castelo do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202653	Caxingó	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2202703	Cocal	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202711	Cocal de Telha	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202729	Cocal dos Alves	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202737	Coivaras	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Não	Pólo Teresina
PI	2202752	Colônia do Gurguéia	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2202778	Colônia do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202802	Conceição do Canindé	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2202851	Coronel José Dias	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2202901	Corrente	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2203008	Cristalândia do Piauí	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2203107	Cristino Castro	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2203206	Curimatá	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2203230	Currais	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2203255	Curralinhos	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Não	Pólo Teresina
PI	2203271	Curral Novo do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2203305	Demerval Lobão	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Sim	Pólo Teresina
PI	2203354	Dirceu Arcoverde	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2203404	Dom Expedito Lopes	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2203420	Domingos Mourão	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2203453	Dom Inocêncio	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2203503	Elesbão Veloso	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2203602	Eliseu Martins	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2203701	Esperantina	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2203750	Fartura do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2203800	Flores do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2203859	Floresta do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2203909	Floriano	Estagnada	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
PI	2204006	Francinópolis	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2204105	Francisco Ayres	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2204154	Francisco Macedo	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2204204	Francisco Santos	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2204303	Fronteiras	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2204352	Geminiano	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2204402	Gilbués	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2204501	Guadalupe	Estagnada	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2204550	Guaribas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Pólo das Origens
PI	2204600	Hugo Napoleão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2204659	Ilha Grande	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Pólo Costa do Delta
PI	2204709	Inhuma	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2204808	Ipiranga do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2204907	Isaías Coelho	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2205003	Itainópolis	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2205102	Itaueira	Estagnada	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2205151	Jacobina do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2205201	Jaicós	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2205250	Jardim do Mulato	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2205276	Jatobá do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2205300	Jerumenha	Estagnada	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2205359	João Costa	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2205409	Joaquim Pires	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2205458	Joca Marques	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2205508	José de Freitas	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Sim	Pólo Teresina
PI	2205516	Juazeiro do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2205524	Júlio Borges	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2205532	Jurema	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Pólo das Origens
PI	2205540	Lagoinha do Piauí	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2205557	Lagoa Alegre	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Sim	Pólo Teresina
PI	2205565	Lagoa do Barro do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2205573	Lagoa de São Francisco	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2205581	Lagoa do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Não	Pólo Teresina
PI	2205599	Lagoa do Sítio	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2205607	Landri Sales	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2205706	Luís Correia	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Pólo Costa do Delta
PI	2205805	Luzilândia	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2205854	Madeiro	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2205904	Manoel Emídio	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2205953	Marcolândia	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2206001	Marcos Parente	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2206050	Massapê do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2206100	Matias Olímpio	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2206209	Miguel Alves	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2206308	Miguel Leão	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Não	Pólo Teresina
PI	2206357	Milton Brandão	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2206407	Monsenhor Gil	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Não	Pólo Teresina
PI	2206506	Monsenhor Hipólito	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2206605	Monte Alegre do Piauí	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2206654	Morro Cabeça no Tempo	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
PI	2206670	Morro do Chapéu do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2206696	Murici dos Portelas	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2206704	Nazaré do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2206753	Nossa Senhora de Nazaré	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2206803	Nossa Senhora dos Remédios	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2206902	Novo Oriente do Piauí	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2206951	Novo Santo Antônio	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2207009	Oeiras	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2207108	Olho D'Água do Piauí	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2207207	Padre Marcos	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2207306	Paes Landim	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2207355	Pajeú do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2207405	Palmeira do Piauí	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2207504	Palmeirais	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2207553	Paquetá	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2207603	Parnaguá	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2207702	Parnaíba	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Pólo Costa do Delta
PI	2207751	Passagem Franca do Piauí	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2207777	Patos do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2207793	Pau D'Arco do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Sim	Pólo Teresina
PI	2207801	Paulistana	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2207850	Pavussu	Estagnada	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2207900	Pedro II	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2207934	Pedro Laurentino	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2207959	Nova Santa Rita	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2208007	Picos	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2208106	Pimenteiras	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2208205	Pio IX	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2208304	Piracuruca	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2208403	Piripiri	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2208502	Porto	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2208551	Porto Alegre do Piauí	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2208601	Prata do Piauí	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2208650	Queimada Nova	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2208700	Redenção do Gurguéia	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2208809	Regeneração	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2208858	Riacho Frio	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2208874	Ribeira do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2208908	Ribeiro Gonçalves	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2209005	Rio Grande do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209104	Santa Cruz do Piauí	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209153	Santa Cruz dos Milagres	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209203	Santa Filomena	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2209302	Santa Luz	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2209351	Santana do Piauí	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209377	Santa Rosa do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209401	Santo Antônio de Lisboa	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209450	Santo Antônio dos Milagres	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209500	Santo Inácio do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209559	São Braz do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
PI	2209609	São Félix do Piauí	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209658	São Francisco de Assis do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209708	São Francisco do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209757	São Gonçalo do Gurguéia	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2209807	São Gonçalo do Piauí	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2209856	São João da Canabrava	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209872	São João da Fronteira	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209906	São João da Serra	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209955	São João da Varjota	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2209971	São João do Arraial	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2210003	São João do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210052	São José do Divino	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210102	São José do Peixe	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210201	São José do Piauí	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210300	São Julião	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210359	São Lourenço do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2210375	São Luis do Piauí	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210383	São Miguel da Baixa Grande	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210391	São Miguel do Fidalgo	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210409	São Miguel do Tapuio	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210508	São Pedro do Piauí	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210607	São Raimundo Nonato	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2210623	Sebastião Barros	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2210631	Sebastião Leal	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2210656	Sigefredo Pacheco	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210706	Simões	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210805	Simplício Mendes	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210904	Socorro do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210938	Sussuapara	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2210953	Tamboril do Piauí	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2210979	Tanque do Piauí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2211001	Teresina	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Sim	Pólo Teresina
PI	2211100	União	Estagnada	Demais Regiões	Não	Timon-Teresina	Sim	Pólo Teresina
PI	2211209	Uruçuí	Dinâmica	Chapada das Mangabeiras	Não	Demais Regiões	Sim	Não
PI	2211308	Valença do Piauí	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2211357	Várzea Branca	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Pólo das Origens
PI	2211407	Várzea Grande	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PI	2211506	Vera Mendes	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2211605	Vila Nova do Piauí	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PI	2211704	Wall Ferraz	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2300101	Abaiara	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2300150	Acarape	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2300200	Acaraú	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2300309	Acopiara	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2300408	Aiuaba	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2300507	Alcântaras	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2300606	Altaneira	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2300705	Alto Santo	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2300754	Amontada	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2300804	Antonina do Norte	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
CE	2300903	Apuiarés	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2301000	Aquiraz	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Leste
CE	2301109	Aracati	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Litoral Leste
CE	2301208	Aracoiaba	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2301257	Ararendá	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2301307	Araripe	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Cariri
CE	2301406	Aratuba	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2301505	Arneiroz	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2301604	Assaré	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Cariri
CE	2301703	Aurora	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2301802	Baixio	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2301851	Banabuiú	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2301901	Barbalha	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Cariri
CE	2301950	Barreira	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2302008	Barro	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2302057	Barroquinha	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Extremo Oeste
CE	2302107	Baturité	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2302206	Beberibe	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Leste
CE	2302305	Bela Cruz	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2302404	Boa Viagem	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2302503	Brejo Santo	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Cariri
CE	2302602	Camocim	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Extremo Oeste
CE	2302701	Campos Sales	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2302800	Canindé	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2302909	Capistrano	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2303006	Caridade	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2303105	Cariré	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2303204	Caririaçu	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Cariri
CE	2303303	Cariús	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2303402	Carnaubal	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2303501	Cascavel	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Leste
CE	2303600	Catarina	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2303659	Catunda	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2303709	Caucaia	Alta Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2303808	Cedro	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2303907	Chaval	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Extremo Oeste
CE	2303931	Choró	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2303956	Chorozinho	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304004	Coreaú	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304103	Crateús	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304202	Crato	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Cariri
CE	2304236	Croatá	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304251	Cruz	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Extremo Oeste
CE	2304269	Deputado Irapuan Pinheiro	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304277	Ererê	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304285	Eusébio	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Leste
CE	2304301	Farias Brito	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304350	Forquilha	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304400	Fortaleza	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Fortaleza
CE	2304459	Fortim	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Leste

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
CE	2304509	Frecheirinha	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304608	General Sampaio	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304657	Graça	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304707	Granja	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Extremo Oeste
CE	2304806	Granjeiro	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304905	Groaíras	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2304954	Guaiúba	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305001	Guaraciaba do Norte	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305100	Guaramiranga	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305209	Hidrolândia	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305233	Horizonte	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305266	Ibaretama	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305308	Ibiapina	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305332	Ibicuitinga	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305357	Icapuí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Litoral Leste
CE	2305407	Icó	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305506	Iguatu	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305605	Independência	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305654	Ipaporanga	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305704	Ipaumirim	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305803	Ipu	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2305902	Ipueiras	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2306009	Iracema	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2306108	Irauçuba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2306207	Itaiçaba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2306256	Itaitinga	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2306306	Itapagé	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2306405	Itapipoca	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2306504	Itapiúna	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2306553	Itarema	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2306603	Itatira	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2306702	Jaguaretama	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2306801	Jaguaribara	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2306900	Jaguaribe	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2307007	Jaguaruana	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2307106	Jardim	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Cariri
CE	2307205	Jati	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2307254	Jijoca de Jericoacoara	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Extremo Oeste
CE	2307304	Juazeiro do Norte	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Cariri
CE	2307403	Jucás	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2307502	Lavras da Mangabeira	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2307601	Limoeiro do Norte	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2307635	Madalena	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2307650	Maracanaú	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2307700	Maranguape	Alta Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2307809	Marco	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2307908	Martinópole	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2308005	Massapê	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2308104	Mauriti	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2308203	Meruoca	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
CE	2308302	Milagres	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2308351	Milhã	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2308377	Miraíma	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2308401	Missão Velha	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Cariri
CE	2308500	Mombaça	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2308609	Monsenhor Tabosa	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2308708	Morada Nova	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2308807	Moraújo	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2308906	Morrinhos	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2309003	Mucambo	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2309102	Mulungu	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2309201	Nova Olinda	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Cariri
CE	2309300	Nova Russas	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2309409	Novo Oriente	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2309458	Ocara	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2309508	Orós	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2309607	Pacajus	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2309706	Pacatuba	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2309805	Pacoti	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2309904	Pacujá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2310001	Palhano	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2310100	Palmácia	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2310209	Paracuru	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2310258	Paraipaba	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2310308	Parambu	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2310407	Paramoti	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2310506	Pedra Branca	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2310605	Penaforte	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2310704	Pentecoste	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2310803	Pereiro	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2310852	Pindoretama	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Leste
CE	2310902	Piquet Carneiro	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2310951	Pires Ferreira	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311009	Poranga	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311108	Porteiras	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311207	Potengi	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311231	Potiretama	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311264	Quiterianópolis	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311306	Quixadá	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311355	Quixelô	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311405	Quixeramobim	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311504	Quixeré	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311603	Redenção	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311702	Reriutaba	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311801	Russas	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311900	Saboeiro	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2311959	Salitre	Baixa Renda	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2312007	Santana do Acaraú	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2312106	Santana do Cariri	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Cariri
CE	2312205	Santa Quitéria	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
CE	2312304	São Benedito	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2312403	São Gonçalo do Amarante	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2312502	São João do Jaguaribe	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2312601	São Luís do Curu	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2312700	Senador Pompeu	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2312809	Senador Sá	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2312908	Sobral	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313005	Solonópole	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313104	Tabuleiro do Norte	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313203	Tamboril	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313252	Tarrafas	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313302	Tauá	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313351	Tejuçuoca	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313401	Tianguá	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313500	Trairi	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313559	Tururu	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313609	Ubajara	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313708	Umari	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313757	Umirim	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313807	Uruburetama	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313906	Uruoca	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
CE	2313955	Varjota	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2314003	Várzea Alegre	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
CE	2314102	Viçosa do Ceará	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
RN	2400109	Acari	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2400208	Açu	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2400307	Afonso Bezerra	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2400406	Água Nova	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2400505	Alexandria	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2400604	Almino Afonso	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2400703	Alto do Rodrigues	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2400802	Angicos	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2400901	Antônio Martins	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2401008	Apodi	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2401107	Areia Branca	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2401206	Arês	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2401305	Campo Grande	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2401404	Baía Formosa	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2401453	Baraúna	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2401503	Barcelona	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2401602	Bento Fernandes	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2401651	Bodó	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2401701	Bom Jesus	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2401800	Brejinho	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2401859	Caiçara do Norte	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2401909	Caiçara do Rio do Vento	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2402006	Caicó	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2402105	Campo Redondo	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2402204	Canguaretama	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2402303	Caraúbas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
RN	2402402	Carnaúba dos Dantas	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2402501	Carnaubais	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2402600	Ceará-Mirim	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2402709	Cerro Corá	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2402808	Coronel Ezequiel	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2402907	Coronel João Pessoa	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2403004	Cruzeta	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2403103	Currais Novos	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2403202	Doutor Severiano	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2403251	Parnamirim	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2403301	Encanto	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2403400	Equador	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2403509	Espírito Santo	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
RN	2403608	Extremoz	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2403707	Felipe Guerra	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2403756	Fernando Pedroza	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2403806	Florânia	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2403905	Francisco Dantas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2404002	Frutuoso Gomes	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2404101	Galinhos	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2404200	Goianinha	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
RN	2404309	Governador Dix-Sept Rosado	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2404408	Grossos	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2404507	Guamaré	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2404606	Ielmo Marinho	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2404705	Ipanguaçu	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2404804	Ipueira	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2404853	Itajá	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2404903	Itaú	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2405009	Jaçanã	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2405108	Jandaíra	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2405207	Janduís	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2405306	Januário Cicco	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2405405	Japi	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2405504	Jardim de Angicos	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2405603	Jardim de Piranhas	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2405702	Jardim do Seridó	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2405801	João Câmara	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2405900	João Dias	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2406007	José da Penha	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2406106	Jucurutu	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2406155	Jundiá	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
RN	2406205	Lagoa d'Anta	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2406304	Lagoa de Pedras	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2406403	Lagoa de Velhos	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2406502	Lagoa Nova	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2406601	Lagoa Salgada	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2406700	Lajes	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2406809	Lajes Pintadas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2406908	Lucrécia	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
RN	2407005	Luís Gomes	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2407104	Macaíba	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2407203	Macau	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2407252	Major Sales	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2407302	Marcelino Vieira	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2407401	Martins	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2407500	Maxaranguape	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2407609	Messias Targino	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2407708	Montanhas	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
RN	2407807	Monte Alegre	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2407906	Monte das Gameleiras	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2408003	Mossoró	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2408102	Natal	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2408201	Nísia Floresta	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2408300	Nova Cruz	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2408409	Olho-d'Água do Borges	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2408508	Ouro Branco	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2408607	Paraná	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2408706	Paraú	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2408805	Parazinho	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2408904	Parelhas	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2408953	Rio do Fogo	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2409100	Passa e Fica	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2409209	Passagem	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2409308	Patu	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2409332	Santa Maria	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2409407	Pau dos Ferros	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2409506	Pedra Grande	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2409605	Pedra Preta	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2409704	Pedro Avelino	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2409803	Pedro Velho	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
RN	2409902	Pendências	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2410009	Pilões	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2410108	Poço Branco	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2410207	Portalegre	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2410256	Porto do Mangue	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2410306	Presidente Juscelino	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2410405	Pureza	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2410504	Rafael Fernandes	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2410603	Rafael Godeiro	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2410702	Riacho da Cruz	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2410801	Riacho de Santana	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2410900	Riachuelo	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2411007	Rodolfo Fernandes	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2411056	Tibau	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2411106	Ruy Barbosa	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2411205	Santa Cruz	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2411403	Santana do Matos	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2411429	Santana do Seridó	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2411502	Santo Antônio	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
RN	2411601	São Bento do Norte	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2411700	São Bento do Trairí	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2411809	São Fernando	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2411908	São Francisco do Oeste	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2412005	São Gonçalo do Amarante	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2412104	São João do Sabugi	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2412203	São José de Mipibu	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2412302	São José do Campestre	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2412401	São José do Seridó	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2412500	São Miguel	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2412559	São Miguel do Gostoso	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2412609	São Paulo do Potengi	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2412708	São Pedro	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2412807	São Rafael	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2412906	São Tomé	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2413003	São Vicente	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2413102	Senador Elói de Souza	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2413201	Senador Georgino Avelino	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2413300	Serra de São Bento	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2413359	Serra do Mel	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2413409	Serra Negra do Norte	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2413508	Serrinha	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2413557	Serrinha dos Pintos	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2413607	Severiano Melo	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2413706	Sítio Novo	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2413805	Taboleiro Grande	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2413904	Taipu	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2414001	Tangará	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2414100	Tenente Ananias	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2414159	Tenente Laurentino Cruz	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2414209	Tibau do Sul	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2414308	Timbaúba dos Batistas	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2414407	Touros	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
RN	2414456	Triunfo Potiguar	Dinâmica	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2414506	Umarizal	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2414605	Upanema	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2414704	Várzea	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2414753	Venha-Ver	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2414803	Vera Cruz	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2414902	Viçosa	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
RN	2415008	Vila Flor	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Polo Costa das Dunas
PB	2500106	Água Branca	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2500205	Aguiar	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2500304	Alagoa Grande	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2500403	Alagoa Nova	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2500502	Alagoinha	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2500536	Alcantil	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2500577	Algodão de Jandaíra	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2500601	Alhandra	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2500700	São João do Rio do Peixe	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

			Tipologia PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
PB	2500734	Amparo	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2500775	Aparecida	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2500809	Araçagi	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2500908	Arara	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2501005	Araruna	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2501104	Areia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2501153	Areia de Baraúnas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2501203	Areial	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2501302	Aroeiras	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2501351	Assunção	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2501401	Baía da Traição	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2501500	Bananeiras	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2501534	Baraúna	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2501575	Barra de Santana	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2501609	Barra de Santa Rosa	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2501708	Barra de São Miguel	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2501807	Bayeux	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2501906	Belém	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2502003	Belém do Brejo do Cruz	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2502052	Bernardino Batista	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2502102	Boa Ventura	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2502151	Boa Vista	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2502201	Bom Jesus	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2502300	Bom Sucesso	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2502409	Bonito de Santa Fé	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2502508	Boqueirão	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2502607	Igaracy	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2502706	Borborema	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2502805	Brejo do Cruz	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2502904	Brejo dos Santos	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2503001	Caaporã	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2503100	Cabaceiras	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2503209	Cabedelo	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2503308	Cachoeira dos Índios	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2503407	Cacimba de Areia	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2503506	Cacimba de Dentro	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2503555	Cacimbas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2503605	Caiçara	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2503704	Cajazeiras	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2503753	Cajazeirinhas	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2503803	Caldas Brandão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2503902	Camalaú	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504009	Campina Grande	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504033	Capim	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504074	Caraúbas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504108	Carrapateira	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504157	Casserengue	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504207	Catingueira	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504306	Catolé do Rocha	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504355	Caturité	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
PB	2504405	Conceição	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504504	Condado	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504603	Conde	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2504702	Congo	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504801	Coremas	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504850	Coxixola	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2504900	Cruz do Espírito Santo	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2505006	Cubati	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2505105	Cuité	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2505204	Cuitegi	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2505238	Cuité de Mamanguape	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2505279	Curral de Cima	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2505303	Curral Velho	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2505352	Damião	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2505402	Desterro	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2505501	Vista Serrana	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2505600	Diamante	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2505709	Dona Inês	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2505808	Duas Estradas	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2505907	Emas	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2506004	Esperança	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2506103	Fagundes	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2506202	Frei Martinho	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2506251	Gado Bravo	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2506301	Guarabira	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2506400	Gurinhém	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2506509	Gurjão	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2506608	Ibiara	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2506707	Imaculada	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2506806	Ingá	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2506905	Itabaiana	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2507002	Itaporanga	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2507101	Itapororoca	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2507200	Itatuba	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2507309	Jacaraú	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2507408	Jericó	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2507507	João Pessoa	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2507606	Juarez Távora	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2507705	Juazeirinho	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2507804	Junco do Seridó	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2507903	Juripiranga	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2508000	Juru	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2508109	Lagoa	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2508208	Lagoa de Dentro	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2508307	Lagoa Seca	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2508406	Lastro	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2508505	Livramento	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2508554	Logradouro	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2508604	Lucena	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2508703	Mãe d'Água	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
PB	2508802	Malta	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2508901	Mamanguape	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2509008	Manaíra	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2509057	Marcação	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2509107	Mari	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2509156	Marizópolis	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2509206	Massaranduba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2509305	Mataraca	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2509339	Matinhas	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2509370	Mato Grosso	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2509396	Maturéia	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2509404	Mogeiro	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2509503	Montadas	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2509602	Monte Horebe	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2509701	Monteiro	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2509800	Mulungu	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2509909	Natuba	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2510006	Nazarezinho	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2510105	Nova Floresta	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2510204	Nova Olinda	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2510303	Nova Palmeira	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2510402	Olho d'Água	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2510501	Olivedos	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2510600	Ouro Velho	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2510659	Parari	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2510709	Passagem	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2510808	Patos	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2510907	Paulista	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2511004	Pedra Branca	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2511103	Pedra Lavrada	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2511202	Pedras de Fogo	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2511301	Piancó	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2511400	Picuí	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2511509	Pilar	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2511608	Pilões	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2511707	Pilõezinhos	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2511806	Pirpirituba	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2511905	Pitimbu	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2512002	Pocinhos	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512036	Poço Dantas	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512077	Poço de José de Moura	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512101	Pombal	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512200	Prata	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512309	Princesa Isabel	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512408	Puxinanã	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512507	Queimadas	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512606	Quixabá	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512705	Remígio	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512721	Pedro Régis	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512747	Riachão	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
PB	2512754	Riachão do Bacamarte	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512762	Riachão do Poço	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512788	Riacho de Santo Antônio	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512804	Riacho dos Cavalos	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2512903	Rio Tinto	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2513000	Salgadinho	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513109	Salgado de São Félix	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513158	Santa Cecília	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513208	Santa Cruz	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513307	Santa Helena	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513356	Santa Inês	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513406	Santa Luzia	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513505	Santana de Mangueira	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513604	Santana dos Garrotes	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513653	Santarém	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513703	Santa Rita	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2513802	Santa Teresinha	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513851	Santo André	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513901	São Bento	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513927	São Bentinho	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513943	São Domingos do Cariri	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513968	São Domingos de Pombal	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2513984	São Francisco	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514008	São João do Cariri	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514107	São João do Tigre	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514206	São José da Lagoa Tapada	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514305	São José de Caiana	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514404	São José de Espinharas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514453	São José dos Ramos	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514503	São José de Piranhas	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514552	São José de Princesa	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514602	São José do Bonfim	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514651	São José do Brejo do Cruz	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514701	São José do Sabugi	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514800	São José dos Cordeiros	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2514909	São Mamede	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2515005	São Miguel de Taipu	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2515104	São Sebastião de Lagoa de Roça	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2515203	São Sebastião do Umbuzeiro	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2515302	Sapé	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Turística do Litoral
PB	2515401	Seridó	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2515500	Serra Branca	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2515609	Serra da Raiz	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2515708	Serra Grande	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2515807	Serra Redonda	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2515906	Serraria	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2515930	Sertãozinho	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2515971	Sobrado	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PB	2516003	Solânea	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2516102	Soledade	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não

611

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
PB	2516151	Sossêgo	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2516201	Sousa	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2516300	Sumé	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2516409	Campo de Santana	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2516508	Taperoá	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2516607	Tavares	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2516706	Teixeira	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2516755	Tenório	Baixa Renda	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2516805	Triunfo	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2516904	Uiraúna	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2517001	Umbuzeiro	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2517100	Várzea	Estagnada	Seridó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2517209	Vieirópolis	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PB	2517407	Zabelê	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2600054	Abreu e Lima	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2600104	Afogados da Ingazeira	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2600203	Afrânio	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2600302	Agrestina	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2600401	Água Preta	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2600500	Águas Belas	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2600609	Alagoinha	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2600708	Aliança	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2600807	Altinho	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2600906	Amaraji	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2601003	Angelim	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2601052	Araçoiaba	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2601102	Araripina	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2601201	Arcoverde	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2601300	Barra de Guabiraba	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2601409	Barreiros	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Sul - Ipojuca (Porto de Galinhas)
PE	2601508	Belém de Maria	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2601607	Belém de São Francisco	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2601706	Belo Jardim	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2601805	Betânia	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2601904	Bezerros	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2602001	Bodocó	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2602100	Bom Conselho	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2602209	Bom Jardim	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2602308	Bonito	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2602407	Brejão	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2602506	Brejinho	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2602605	Brejo da Madre de Deus	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2602704	Buenos Aires	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2602803	Buíque	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2602902	Cabo de Santo Agostinho	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Sul - Ipojuca (Porto de Galinhas)
PE	2603009	Cabrobó	Estagnada	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2603108	Cachoeirinha	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2603207	Caetés	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2603306	Calçado	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2603405	Calumbi	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
PE	2603454	Camaragibe	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Metropolitana
PE	2603504	Camocim de São Félix	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2603603	Camutanga	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2603702	Canhotinho	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2603801	Capoeiras	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2603900	Carnaíba	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2603926	Carnaubeira da Penha	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2604007	Carpina	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2604106	Caruaru	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2604155	Casinhas	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2604205	Catende	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2604304	Cedro	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2604403	Chã de Alegria	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2604502	Chã Grande	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2604601	Condado	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2604700	Correntes	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2604809	Cortês	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2604908	Cumaru	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2605004	Cupira	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2605103	Custódia	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2605152	Dormentes	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2605202	Escada	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2605301	Exu	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2605400	Feira Nova	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2605459	Fernando de Noronha	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Fernando de Noronha
PE	2605509	Ferreiros	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2605608	Flores	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2605707	Floresta	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2605806	Frei Miguelinho	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2605905	Gameleira	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2606002	Garanhuns	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2606101	Glória do Goitá	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2606200	Goiana	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2606309	Granito	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2606408	Gravatá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2606507	Iati	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2606606	Ibimirim	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2606705	Ibirajuba	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2606804	Igarassu	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2606903	Iguaraci	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2607000	Inajá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2607109	Ingazeira	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2607208	Ipojuca	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Sul - Ipojuca (Porto de Galinhas)
PE	2607307	Ipubi	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2607406	Itacuruba	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2607505	Itaíba	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2607604	Ilha de Itamaracá	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2607653	Itambé	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2607703	Itapetim	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2607752	Itapissuma	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
PE	2607802	Itaquitinga	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2607901	Jaboatão dos Guararapes	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Metropolitana
PE	2607950	Jaqueira	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608008	Jataúba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608057	Jatobá	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608107	João Alfredo	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608206	Joaquim Nabuco	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608255	Jucati	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608305	Jupi	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608404	Jurema	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608453	Lagoa do Carro	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608503	Lagoa do Itaenga	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608602	Lagoa do Ouro	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608701	Lagoa dos Gatos	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608750	Lagoa Grande	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Petrolina-Juazeiro	Não	Não
PE	2608800	Lajedo	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2608909	Limoeiro	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2609006	Macaparana	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2609105	Machados	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2609154	Manari	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2609204	Maraial	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2609303	Mirandiba	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2609402	Moreno	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2609501	Nazaré da Mata	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2609600	Olinda	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Metropolitana
PE	2609709	Orobó	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2609808	Orocó	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Petrolina-Juazeiro	Não	Não
PE	2609907	Ouricuri	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2610004	Palmares	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2610103	Palmeirina	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2610202	Panelas	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2610301	Paranatama	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2610400	Parnamirim	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2610509	Passira	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2610608	Paudalho	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2610707	Paulista	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2610806	Pedra	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2610905	Pesqueira	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2611002	Petrolândia	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2611101	Petrolina	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Petrolina-Juazeiro	Não	Não
PE	2611200	Poção	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2611309	Pombos	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2611408	Primavera	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2611507	Quipapá	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2611533	Quixaba	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2611606	Recife	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Metropolitana
PE	2611705	Riacho das Almas	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2611804	Ribeirão	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2611903	Rio Formoso	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Sul - Ipojuca (Porto de Galinhas)
PE	2612000	Sairé	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

122

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
PE	2612109	Salgadinho	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2612208	Salgueiro	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2612307	Saloá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2612406	Sanharó	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2612455	Santa Cruz	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2612471	Santa Cruz da Baixa Verde	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2612505	Santa Cruz do Capibaribe	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2612554	Santa Filomena	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2612604	Santa Maria da Boa Vista	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Petrolina-Juazeiro	Não	Não
PE	2612703	Santa Maria do Cambucá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2612802	Santa Terezinha	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2612901	São Benedito do Sul	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2613008	São Bento do Una	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2613107	São Caitano	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2613206	São João	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2613305	São Joaquim do Monte	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2613404	São José da Coroa Grande	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Sul - Ipojuca (Porto de Galinhas)
PE	2613503	São José do Belmonte	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2613602	São José do Egito	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2613701	São Lourenço da Mata	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2613800	São Vicente Ferrer	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2613909	Serra Talhada	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2614006	Serrita	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2614105	Sertânia	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2614204	Sirinhaém	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Sul - Ipojuca (Porto de Galinhas)
PE	2614303	Moreilândia	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2614402	Solidão	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2614501	Surubim	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2614600	Tabira	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2614709	Tacaimbó	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2614808	Tacaratu	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2614857	Tamandaré	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Litoral Sul - Ipojuca (Porto de Galinhas)
PE	2615003	Taquaritinga do Norte	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2615102	Terezinha	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2615201	Terra Nova	Estagnada	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2615300	Timbaúba	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2615409	Toritama	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2615508	Tracunhaém	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2615607	Trindade	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2615706	Triunfo	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2615805	Tupanatinga	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2615904	Tuparetama	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2616001	Venturosa	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2616100	Verdejante	Dinâmica	Chapada do Araripe	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2616183	Vertente do Lério	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2616209	Vertentes	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
PE	2616308	Vicência	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2616407	Vitória de Santo Antão	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
PE	2616506	Xexéu	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2700102	Água Branca	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não

183

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
AL	2700201	Anadia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2700300	Arapiraca	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2700409	Atalaia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2700508	Barra de Santo Antônio	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Maragogi
AL	2700607	Barra de São Miguel	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2700706	Batalha	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2700805	Belém	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2700904	Belo Monte	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2701001	Boca da Mata	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2701100	Branquinha	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2701209	Cacimbinhas	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2701308	Cajueiro	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2701357	Campestre	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2701407	Campo Alegre	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2701506	Campo Grande	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2701605	Canapi	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2701704	Capela	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2701803	Carneiros	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2701902	Chã Preta	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2702009	Coité do Nóia	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2702108	Colônia Leopoldina	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2702207	Coqueiro Seco	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2702306	Coruripe	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2702355	Craíbas	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2702405	Delmiro Gouveia	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2702504	Dois Riachos	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2702553	Estrela de Alagoas	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2702603	Feira Grande	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2702702	Feliz Deserto	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2702801	Flexeiras	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2702900	Girau do Ponciano	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2703007	Ibateguara	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2703106	Igaci	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2703205	Igreja Nova	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2703304	Inhapi	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2703403	Jacaré dos Homens	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2703502	Jacuípe	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2703601	Japaratinga	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Maragogi
AL	2703700	Jaramataia	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2703759	Jequiá da Praia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2703809	Joaquim Gomes	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2703908	Jundiá	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2704005	Junqueiro	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2704104	Lagoa da Canoa	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2704203	Limoeiro de Anadia	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2704302	Maceió	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Metropolitana
AL	2704401	Major Isidoro	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2704500	Maragogi	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Maragogi
AL	2704609	Maravilha	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2704708	Marechal Deodoro	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
AL	2704807	Maribondo	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2704906	Mar Vermelho	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2705002	Mata Grande	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2705101	Matriz de Camaragibe	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Maragogi
AL	2705200	Messias	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2705309	Minador do Negrão	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2705408	Monteirópolis	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2705507	Murici	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2705606	Novo Lino	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2705705	Olho d'Água das Flores	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2705804	Olho d'Água do Casado	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2705903	Olho d'Água Grande	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2706000	Olivença	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2706109	Ouro Branco	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2706208	Palestina	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2706307	Palmeira dos Índios	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2706406	Pão de Açúcar	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2706422	Pariconha	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2706448	Paripueira	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Maragogi
AL	2706505	Passo de Camaragibe	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Maragogi
AL	2706604	Paulo Jacinto	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2706703	Penedo	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2706802	Piaçabuçu	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2706901	Pilar	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2707008	Pindoba	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2707107	Piranhas	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2707206	Poço das Trincheiras	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2707305	Porto Calvo	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Maragogi
AL	2707404	Porto de Pedras	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Maragogi
AL	2707503	Porto Real do Colégio	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2707602	Quebrangulo	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2707701	Rio Largo	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Metropolitana
AL	2707800	Roteiro	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2707909	Santa Luzia do Norte	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2708006	Santana do Ipanema	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2708105	Santana do Mundaú	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2708204	São Brás	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2708303	São José da Laje	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2708402	São José da Tapera	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2708501	São Luís do Quitunde	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Maragogi
AL	2708600	São Miguel dos Campos	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2708709	São Miguel dos Milagres	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Maragogi
AL	2708808	São Sebastião	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2708907	Satuba	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Região Metropolitana
AL	2708956	Senador Rui Palmeira	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2709004	Tanque d'Arca	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2709103	Taquarana	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2709152	Teotônio Vilela	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
AL	2709202	Traipu	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
AL	2709301	União dos Palmares	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não

125

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
AL	2709400	Viçosa	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2800100	Amparo de São Francisco	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2800209	Aquidabã	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2800308	Aracaju	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2800407	Arauá	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2800506	Areia Branca	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2800605	Barra dos Coqueiros	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2800670	Boquim	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2800704	Brejo Grande	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2801009	Campo do Brito	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2801108	Canhoba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2801207	Canindé de São Francisco	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2801306	Capela	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2801405	Carira	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2801504	Carmópolis	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2801603	Cedro de São João	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2801702	Cristinápolis	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2801900	Cumbe	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2802007	Divina Pastora	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2802106	Estância	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2802205	Feira Nova	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2802304	Frei Paulo	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2802403	Gararu	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2802502	General Maynard	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2802601	Gracho Cardoso	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2802700	Ilha das Flores	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2802809	Indiaroba	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2802908	Itabaiana	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2803005	Itabaianinha	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2803104	Itabi	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2803203	Itaporanga d'Ajuda	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2803302	Japaratuba	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2803401	Japoatã	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2803500	Lagarto	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2803609	Laranjeiras	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2803708	Macambira	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2803807	Malhada dos Bois	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2803906	Malhador	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2804003	Maruim	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2804102	Moita Bonita	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2804201	Monte Alegre de Sergipe	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2804300	Muribeca	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2804409	Neópolis	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2804458	Nossa Senhora Aparecida	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2804508	Nossa Senhora da Glória	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2804607	Nossa Senhora das Dores	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2804706	Nossa Senhora de Lourdes	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2804805	Nossa Senhora do Socorro	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2804904	Pacatuba	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2805000	Pedra Mole	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
SE	2805109	Pedrinhas	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2805208	Pinhão	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2805307	Pirambu	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2805406	Poço Redondo	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2805505	Poço Verde	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2805604	Porto da Folha	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2805703	Propriá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2805802	Riachão do Dantas	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2805901	Riachuelo	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2806008	Ribeirópolis	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2806107	Rosário do Catete	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2806206	Salgado	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2806305	Santa Luzia do Itanhy	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2806404	Santana do São Francisco	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2806503	Santa Rosa de Lima	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2806602	Santo Amaro das Brotas	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2806701	São Cristóvão	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Pólo Costa dos Coquerais
SE	2806800	São Domingos	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2806909	São Francisco	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2807006	São Miguel do Aleixo	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2807105	Simão Dias	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2807204	Siriri	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2807303	Telha	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2807402	Tobias Barreto	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
SE	2807501	Tomar do Geru	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
SE	2807600	Umbaúba	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2900108	Abaíra	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2900207	Abaré	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2900306	Acajutiba	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2900355	Adustina	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2900405	Água Fria	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2900504	Érico Cardoso	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2900603	Aiquara	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2900702	Alagoinhas	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2900801	Alcobaça	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2900900	Almadina	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2901007	Amargosa	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2901106	Amélia Rodrigues	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2901155	América Dourada	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2901205	Anagé	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2901304	Andaraí	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2901353	Andorinha	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2901403	Angical	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2901502	Anguera	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2901601	Antas	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2901700	Antônio Cardoso	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2901809	Antônio Gonçalves	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2901908	Aporá	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2901957	Apuarema	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2902005	Aracatu	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
BA	2902054	Araças	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2902104	Araci	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2902203	Aramari	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2902252	Arataca	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2902302	Aratuípe	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2902401	Aurelino Leal	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2902500	Baianópolis	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2902609	Baixa Grande	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2902658	Banzaê	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2902708	Barra	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2902807	Barra da Estiva	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2902906	Barra do Choça	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2903003	Barra do Mendes	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2903102	Barra do Rocha	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2903201	Barreiras	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2903235	Barro Alto	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2903276	Barrocas	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2903300	Barro Preto	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2903409	Belmonte	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Descobrimento
BA	2903508	Belo Campo	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2903607	Biritinga	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2903706	Boa Nova	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2903805	Boa Vista do Tupim	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2903904	Bom Jesus da Lapa	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2903953	Bom Jesus da Serra	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2904001	Boninal	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2904050	Bonito	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2904100	Boquira	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2904209	Botuporã	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2904308	Brejões	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2904407	Brejolândia	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2904506	Brotas de Macaúbas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2904605	Brumado	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2904704	Buerarema	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2904753	Buritirama	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2904803	Caatiba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2904852	Cabaceiras do Paraguaçu	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2904902	Cachoeira	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2905008	Caculé	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2905107	Caém	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2905156	Caetanos	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2905206	Caetité	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2905305	Cafarnaum	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2905404	Cairu	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Dendê
BA	2905503	Caldeirão Grande	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2905602	Camacan	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2905701	Camaçari	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa dos Coqueiros
BA	2905800	Camamu	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Dendê
BA	2905909	Campo Alegre de Lourdes	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2906006	Campo Formoso	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina

128

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
BA	2906105	Canápolis	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2906204	Canarana	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2906303	Canavieiras	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2906402	Candeal	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2906501	Candeias	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2906600	Candiba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2906709	Cândido Sales	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2906808	Cansanção	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2906824	Canudos	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2906857	Capela do Alto Alegre	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2906873	Capim Grosso	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2906899	Caraíbas	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2906907	Caravelas	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2907004	Cardeal da Silva	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2907103	Carinhanha	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2907202	Casa Nova	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Petrolina-Juazeiro	Não	Não
BA	2907301	Castro Alves	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2907400	Catolândia	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2907509	Catu	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2907558	Caturama	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2907608	Central	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2907707	Chorrochó	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2907806	Cícero Dantas	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2907905	Cipó	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2908002	Coaraci	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2908101	Cocos	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2908200	Conceição da Feira	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2908309	Conceição do Almeida	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2908408	Conceição do Coité	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2908507	Conceição do Jacuípe	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2908606	Conde	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa dos Coqueiros
BA	2908705	Condeúba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2908804	Contendas do Sincorá	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2908903	Coração de Maria	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2909000	Cordeiros	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2909109	Coribe	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2909208	Coronel João Sá	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2909307	Correntina	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2909406	Cotegipe	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2909505	Cravolândia	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2909604	Crisópolis	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2909703	Cristópolis	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2909802	Cruz das Almas	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2909901	Curaçá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Petrolina-Juazeiro	Não	Não
BA	2910008	Dário Meira	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2910057	Dias d'Ávila	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2910107	Dom Basílio	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2910206	Dom Macedo Costa	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2910305	Elísio Medrado	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2910404	Encruzilhada	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

129

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
BA	2910503	Entre Rios	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa dos Coqueiros
BA	2910602	Esplanada	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa dos Coqueiros
BA	2910701	Euclides da Cunha	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2910727	Eunápolis	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2910750	Fátima	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2910776	Feira da Mata	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2910800	Feira de Santana	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2910859	Filadélfia	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2910909	Firmino Alves	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2911006	Floresta Azul	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2911105	Formosa do Rio Preto	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2911204	Gandu	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2911253	Gavião	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2911303	Gentio do Ouro	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2911402	Glória	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2911501	Gongogi	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2911600	Governador Mangabeira	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2911659	Guajeru	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2911709	Guanambi	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2911808	Guaratinga	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2911857	Heliópolis	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2911907	Iaçu	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2912004	Ibiassucê	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2912103	Ibicaraí	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2912202	Ibicoara	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2912301	Ibicuí	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2912400	Ibipeba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2912509	Ibipitanga	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2912608	Ibiquera	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2912707	Ibirapitanga	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2912806	Ibirapuã	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2912905	Ibirataia	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2913002	Ibitiara	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2913101	Ibititá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2913200	Ibotirama	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2913309	Ichu	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2913408	Igaporã	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2913457	Igrapiúna	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Dendê
BA	2913507	Iguaí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2913606	Ilhéus	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2913705	Inhambupe	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2913804	Ipecaetá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2913903	Ipiaú	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2914000	Ipirá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2914109	Ipupiara	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2914208	Irajuba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2914307	Iramaia	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2914406	Iraquara	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2914505	Irará	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2914604	Irecê	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

230

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
BA	2914653	Itabela	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Descobrimento
BA	2914703	Itaberaba	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2914802	Itabuna	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2914901	Itacaré	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2915007	Itaeté	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2915106	Itagi	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2915205	Itagibá	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2915304	Itagimirim	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2915353	Itaguaçu da Bahia	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2915403	Itaju do Colônia	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2915502	Itajuípe	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2915601	Itamaraju	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2915700	Itamari	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2915809	Itambé	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2915908	Itanagra	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa dos Coqueiros
BA	2916005	Itanhém	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2916104	Itaparica	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2916203	Itapé	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2916302	Itapebi	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2916401	Itapetinga	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2916500	Itapicuru	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2916609	Itapitanga	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2916708	Itaquara	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2916807	Itarantim	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2916856	Itatim	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2916906	Itiruçu	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2917003	Itiúba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2917102	Itororó	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2917201	Ituaçu	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2917300	Ituberá	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Dendê
BA	2917334	Iuiú	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2917359	Jaborandi	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2917409	Jacaraci	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2917508	Jacobina	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2917607	Jaguaquara	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2917706	Jaguarari	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2917805	Jaguaripe	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2917904	Jandaíra	Baixa Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa dos Coqueiros
BA	2918001	Jequié	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2918100	Jeremoabo	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2918209	Jiquiriçá	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2918308	Jitaúna	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2918357	João Dourado	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2918407	Juazeiro	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Petrolina-Juazeiro	Não	Não
BA	2918456	Jucuruçu	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2918506	Jussara	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2918555	Jussari	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2918605	Jussiape	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2918704	Lafaiete Coutinho	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2918753	Lagoa Real	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
BA	2918803	Laje	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2918902	Lajedão	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2919009	Lajedinho	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2919058	Lajedo do Tabocal	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2919108	Lamarão	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2919157	Lapão	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2919207	Lauro de Freitas	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa dos Coqueiros
BA	2919306	Lençóis	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2919405	Licínio de Almeida	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2919504	Livramento de Nossa Senhora	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2919553	Luís Eduardo Magalhães	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2919603	Macajuba	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2919702	Macarani	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2919801	Macaúbas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2919900	Macururé	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2919926	Madre de Deus	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2919959	Maetinga	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2920007	Maiquinique	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2920106	Mairi	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2920205	Malhada	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2920304	Malhada de Pedras	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2920403	Manoel Vitorino	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2920452	Mansidão	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2920502	Maracás	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2920601	Maragogipe	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2920700	Maraú	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Dendê
BA	2920809	Marcionílio Souza	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2920908	Mascote	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2921005	Mata de São João	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa dos Coqueiros
BA	2921054	Matina	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2921104	Medeiros Neto	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2921203	Miguel Calmon	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2921302	Milagres	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2921401	Mirangaba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2921450	Mirante	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2921500	Monte Santo	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2921609	Morpará	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2921708	Morro do Chapéu	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2921807	Mortugaba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2921906	Mucugê	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2922003	Mucuri	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2922052	Mulungu do Morro	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2922102	Mundo Novo	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2922201	Muniz Ferreira	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2922250	Muquém de São Francisco	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2922300	Muritiba	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2922409	Mutuípe	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2922508	Nazaré	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2922607	Nilo Peçanha	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Dendê
BA	2922656	Nordestina	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
BA	2922706	Nova Canaã	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2922730	Nova Fátima	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2922755	Nova Ibiá	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2922805	Nova Itarana	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2922854	Nova Redenção	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2922904	Nova Soure	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2923001	Nova Viçosa	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2923035	Novo Horizonte	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2923050	Novo Triunfo	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2923100	Olindina	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2923209	Oliveira dos Brejinhos	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2923308	Ouriçangas	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2923357	Ourolândia	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2923407	Palmas de Monte Alto	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2923506	Palmeiras	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2923605	Paramirim	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2923704	Paratinga	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2923803	Paripiranga	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2923902	Pau Brasil	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2924009	Paulo Afonso	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2924058	Pé de Serra	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2924108	Pedrão	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2924207	Pedro Alexandre	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2924306	Piatã	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2924405	Pilão Arcado	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2924504	Pindaí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2924603	Pindobaçu	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2924652	Pintadas	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2924678	Piraí do Norte	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2924702	Piripá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2924801	Piritiba	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2924900	Planaltino	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2925006	Planalto	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2925105	Poções	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2925204	Pojuca	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2925253	Ponto Novo	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2925303	Porto Seguro	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Descobrimento
BA	2925402	Potiraguá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2925501	Prado	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2925600	Presidente Dutra	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2925709	Presidente Jânio Quadros	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2925758	Presidente Tancredo Neves	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Dendê
BA	2925808	Queimadas	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2925907	Quijingue	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2925931	Quixabeira	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2925956	Rafael Jambeiro	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2926004	Remanso	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2926103	Retirolândia	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2926202	Riachão das Neves	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2926301	Riachão do Jacuípe	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

133

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
BA	2926400	Riacho de Santana	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2926509	Ribeira do Amparo	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2926608	Ribeira do Pombal	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2926657	Ribeirão do Largo	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2926707	Rio de Contas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2926806	Rio do Antônio	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2926905	Rio do Pires	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2927002	Rio Real	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2927101	Rodelas	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2927200	Ruy Barbosa	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2927309	Salinas da Margarida	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2927408	Salvador	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2927507	Santa Bárbara	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2927606	Santa Brígida	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2927705	Santa Cruz Cabrália	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Descobrimento
BA	2927804	Santa Cruz da Vitória	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2927903	Santa Inês	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2928000	Santaluz	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2928059	Santa Luzia	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2928109	Santa Maria da Vitória	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2928208	Santana	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2928307	Santanópolis	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2928406	Santa Rita de Cássia	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2928505	Santa Teresinha	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2928604	Santo Amaro	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2928703	Santo Antônio de Jesus	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2928802	Santo Estêvão	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2928901	São Desidério	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2928950	São Domingos	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2929008	São Félix	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2929057	São Félix do Coribe	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2929107	São Felipe	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2929206	São Francisco do Conde	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2929255	São Gabriel	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2929305	São Gonçalo dos Campos	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2929354	São José da Vitória	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2929370	São José do Jacuípe	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2929404	São Miguel das Matas	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2929503	São Sebastião do Passé	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2929602	Sapeaçu	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2929701	Sátiro Dias	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2929750	Saubara	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2929800	Saúde	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2929909	Seabra	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2930006	Sebastião Laranjeiras	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2930105	Senhor do Bonfim	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2930154	Serra do Ramalho	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2930204	Sento Sé	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2930303	Serra Dourada	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2930402	Serra Preta	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
BA	2930501	Serrinha	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2930600	Serrolândia	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2930709	Simões Filho	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2930758	Sítio do Mato	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2930766	Sítio do Quinto	Dinâmica	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2930774	Sobradinho	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Petrolina-Juazeiro	Não	Não
BA	2930808	Souto Soares	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2930907	Tabocas do Brejo Velho	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2931004	Tanhaçu	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2931053	Tanque Novo	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2931103	Tanquinho	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2931202	Taperoá	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Dendê
BA	2931301	Tapiramutá	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2931350	Teixeira de Freitas	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2931400	Teodoro Sampaio	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2931509	Teofilândia	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2931608	Teolândia	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2931707	Terra Nova	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2931806	Tremedal	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2931905	Tucano	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2932002	Uauá	Baixa Renda	Xingó	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2932101	Ubaíra	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2932200	Ubaitaba	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2932309	Ubatã	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2932408	Uibaí	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2932457	Umburanas	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2932507	Una	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2932606	Urandi	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2932705	Uruçuca	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2932804	Utinga	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2932903	Valença	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Costa do Dendê
BA	2933000	Valente	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2933059	Várzea da Roça	Baixa Renda	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2933109	Várzea do Poço	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2933158	Várzea Nova	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2933174	Varzedo	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2933208	Vera Cruz	Alta Renda	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Baía de Todos os Santos
BA	2933257	Vereda	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2933307	Vitória da Conquista	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
BA	2933406	Wagner	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Chapada Diamantina
BA	2933455	Wanderley	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
BA	2933505	Wenceslau Guimarães	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
BA	2933604	Xique-Xique	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3100906	Águas Formosas	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3101003	Águas Vermelhas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3101706	Almenara	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3102704	Cachoeira de Pajeú	Baixa Renda	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3102852	Angelândia	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3103405	Araçuaí	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3104452	Aricanduva	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não

135

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
MG	3104502	Arinos	Dinâmica	Águas Emendadas	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3104700	Ataléia	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3105202	Bandeira	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3106507	Berilo	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3106606	Bertópolis	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3106655	Berizal	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3107307	Bocaiúva	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3108255	Bonito de Minas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3108503	Botumirim	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3108602	Brasília de Minas	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3109402	Buritizeiro	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3110806	Campanário	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3111150	Campo Azul	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3112307	Capelinha	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3112703	Capitão Enéas	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3113008	Caraí	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3113503	Carbonita	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3113701	Carlos Chagas	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3115458	Catuji	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3115474	Catuti	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3116100	Chapada do Norte	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3116159	Chapada Gaúcha	Dinâmica	Águas Emendadas	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3116506	Claro dos Poções	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3117009	Comercinho	Baixa Renda	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3117836	Cônego Marinho	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3118809	Coração de Jesus	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3119500	Coronel Murta	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3120102	Couto de Magalhães de Minas	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Circuito Turístico dos Diamantes
MG	3120151	Crisólita	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3120300	Cristália	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3120870	Curral de Dentro	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3121001	Datas	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Circuito Turístico dos Diamantes
MG	3121605	Diamantina	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Circuito Turístico dos Diamantes
MG	3122355	Divisa Alegre	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3122454	Divisópolis	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3123809	Engenheiro Navarro	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3124302	Espinosa	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3125408	Felício dos Santos	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Circuito Turístico dos Diamantes
MG	3125507	São Gonçalo do Rio Preto	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3125606	Felisburgo	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3126208	Formoso	Dinâmica	Águas Emendadas	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3126505	Francisco Badaró	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3126604	Francisco Dumont	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3126703	Francisco Sá	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3126752	Franciscópolis	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3126802	Frei Gaspar	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3127057	Fronteira dos Vales	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3127073	Fruta de Leite	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3127339	Gameleiras	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3127354	Glaucilândia	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
MG	3127800	Grão Mogol	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3128253	Guaraciama	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3129608	Ibiaí	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3129657	Ibiracatu	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3130051	Icaraí de Minas	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3130655	Indaiabira	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3132008	Itacambira	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3132107	Itacarambi	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3132305	Itaipé	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3132503	Itamarandiba	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3132701	Itambacuri	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3133303	Itaobim	Baixa Renda	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3134004	Itinga	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3134707	Jacinto	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3135050	Jaíba	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3135100	Janaúba	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3135209	Januária	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3135357	Japonvar	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3135456	Jenipapo de Minas	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3135605	Jequitaí	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3135803	Jequitinhonha	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3136009	Joaíma	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3136504	Jordânia	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3136520	José Gonçalves de Minas	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3136579	Josenópolis	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3136801	Juramento	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3136959	Juvenília	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3137007	Ladainha	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3137304	Lagoa dos Patos	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3138104	Lassance	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3138351	Leme do Prado	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3138658	Lontra	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3138682	Luislândia	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3138906	Machacalis	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3139201	Malacacheta	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3139250	Mamonas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3139300	Manga	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3140555	Mata Verde	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3140852	Matias Cardoso	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3141009	Mato Verde	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3141405	Medina	Baixa Renda	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3141801	Minas Novas	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3142007	Mirabela	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3142254	Miravânia	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3142700	Montalvânia	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3142908	Monte Azul	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3143153	Monte Formoso	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3143302	Montes Claros	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3143450	Montezuma	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3144300	Nanuque	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
MG	3144656	Ninheira	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3145059	Nova Porteirinha	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3145307	Novo Cruzeiro	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3145356	Novo Oriente de Minas	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3145372	Novorizonte	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3145455	Olhos-d'Água	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3146206	Ouro Verde de Minas	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3146255	Padre Carvalho	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3146305	Padre Paraíso	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3146552	Pai Pedro	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3146750	Palmópolis	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3147956	Patis	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3148509	Pavão	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3148707	Pedra Azul	Baixa Renda	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3149150	Pedras de Maria da Cruz	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3150000	Pescador	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3150570	Pintópolis	Dinâmica	Águas Emendadas	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3151206	Pirapora	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3152131	Ponto Chique	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3152170	Ponto dos Volantes	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3152204	Porteirinha	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3152402	Poté	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3154457	Riachinho	Estagnada	Águas Emendadas	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3154507	Riacho dos Machados	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3155108	Rio do Prado	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3155603	Rio Pardo de Minas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3156007	Rio Vermelho	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3156502	Rubelita	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3156601	Rubim	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3157005	Salinas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3157104	Salto da Divisa	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3157377	Santa Cruz de Salinas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3157609	Santa Fé de Minas	Estagnada	Águas Emendadas	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3157658	Santa Helena de Minas	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3158102	Santa Maria do Salto	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3160306	Santo Antônio do Jacinto	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3160454	Santo Antônio do Retiro	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3161106	São Francisco	Dinâmica	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3162252	São João da Lagoa	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3162401	São João da Ponte	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3162450	São João das Missões	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3162658	São João do Pacuí	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3162708	São João do Paraíso	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Não	Não
MG	3164209	São Romão	Estagnada	Águas Emendadas	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3165552	Setubinha	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3165909	Senador Modestino Gonçalves	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Circuito Turístico dos Diamantes
MG	3166709	Serra dos Aimorés	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3166956	Serranópolis de Minas	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3167103	Serro	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Circuito Turístico dos Diamantes
MG	3168002	Taiobeiras	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não

1428

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	Mesorregiões	Semiárido	RIDE's	Cerrado	65 Destinos Turísticos
MG	3168606	Teófilo Otoni	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3169703	Turmalina	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3170008	Ubaí	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3170305	Umburatiba	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
MG	3170529	Urucuia	Dinâmica	Águas Emendadas	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3170651	Vargem Grande do Rio Pardo	Dinâmica	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3170800	Várzea da Palma	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3170909	Varzelândia	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3171030	Verdelândia	Estagnada	Demais Regiões	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3171071	Veredinha	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Sim	Não
MG	3171600	Virgem da Lapa	Dinâmica	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Sim	Demais Regiões	Sim	Não
ES	3200136	Águia Branca	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3200169	Água Doce do Norte	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3200359	Alto Rio Novo	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3200805	Baixo Guandu	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3200904	Barra de São Francisco	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3201001	Boa Esperança	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3201506	Colatina	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3201605	Conceição da Barra	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3202108	Ecoporanga	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3202256	Governador Lindenberg	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3203056	Jaguaré	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3203205	Linhares	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3203304	Mantenópolis	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3203353	Marilândia	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3203502	Montanha	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3203601	Mucurici	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3203908	Nova Venécia	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3204005	Pancas	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3204054	Pedro Canário	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3204104	Pinheiros	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3204252	Ponto Belo	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3204351	Rio Bananal	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3204658	São Domingos do Norte	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3204708	São Gabriel da Palha	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3204906	São Mateus	Estagnada	Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3205010	Sooretama	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3205150	Vila Pavão	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não
ES	3205176	Vila Valério	Estagnada	Demais Regiões	Não	Demais Regiões	Não	Não

130

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Banco e FNE

Em R$ MIL

Posição: 31.12.2011

Demonstrações Contábeis

B A N C O

Em R$ MIL

Posição: 31.12.2011

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. Nº 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R$ Mil)

A T I V O

		31.12.2011	31.12.2010
CIRCULANTE		**10.584.659**	**10.838.392**
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	97.086	82.391
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	3.240.283	3.872.110
Aplicações no Mercado Aberto		3.036.454	3.451.521
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		203.829	420.589
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	(Nota 7)	233.192	1.026.946
Carteira Própria		233.158	809.265
Instrumentos Financeiros Derivativos		34	210
Vinculados à Prestação de Garantias		0	217.471
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		267.274	238.268
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		90	2.320
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	260.563	230.048
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	4.984	3.971
Repasses Intefinanceiros		905	805
Correspondentes		732	1.124
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		0	285
Transferências Internas de Recursos		0	285
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.950.715	4.224.164
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	5.251.775	4.470.238
Setor Público		78.446	58.378
Setor Privado		5.173.329	4.411.860
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(301.060)	(246.074)
OUTROS CRÉDITOS		1.778.988	1.380.525
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	0	8
Carteira de Câmbio	(Nota 10.b)	641.071	521.843
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	22.902	25.570
Diversos	(Nota 10.d)	1.118.570	851.425
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.e)	(3.555)	(18.321)
OUTROS VALORES E BENS		17.121	13.703
Outros Valores e Bens		6.169	6.702
(Provisões para Desvalorizações)		(1.248)	(1.302)
Despesas Antecipadas		12.200	8.303
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**15.662.089**	**12.753.269**
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	(Nota 7)	9.874.595	6.739.820
Carteira Própria		8.878.659	6.293.647
Vinculados a Compromissos de Recompra		672.509	437.948
Instrumentos Financeiros Derivativos		44.860	95
Vinculados à Prestação de Garantias		278.567	8.130
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		36.863	32.474
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	422	329
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	32.369	27.718
Repasses Interfinanceiros		4.072	4.427
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.639.615	5.910.740
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	5.960.393	6.245.600
Setor Público		1.255.601	1.209.193
Setor Privado		4.704.792	5.036.407
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(320.778)	(334.860)
OUTROS CRÉDITOS		111.016	70.235
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	0	12
Diversos	(Nota 10.d)	161.747	155.592
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.e)	(50.731)	(85.369)
PERMANENTE		**188.840**	**192.055**
INVESTIMENTOS	(Nota 12.a)	1.568	1.429
Outros Investimentos		6.871	6.732
(Provisão para Perdas)		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 12.b)	185.569	188.219
Imóveis de Uso		137.759	132.615
Reavaliações de Imóveis de Uso		105.410	111.628
Outras Imobilizações de Uso		166.672	151.302
(Depreciações Acumuladas)		(224.272)	(207.326)
DIFERIDO	(Nota 12.c)	1.703	2.407
Gastos de Organização e Expansão		4.624	6.096
(Amortização Acumulada)		(2.921)	(3.689)
TOTAL DO ATIVO		**26.435.588**	**23.783.716**

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. Nº 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R$ Mil)

P A S S I V O

		31.12.2011	31.12.2010
CIRCULANTE		**9.748.154**	**8.474.793**
DEPÓSITOS	(Nota 13.a)	5.115.979	3.772.031
Depósitos à Vista		162.445	109.037
Depósitos de Poupança		1.329.994	1.288.569
Depósitos Interfinanceiros		588.986	670.627
Depósitos a Prazo		3.034.554	1.688.256
Outros Depósitos		0	15.542
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.b)	637.812	460.893
Carteira Própria		603.883	372.897
Carteira de Terceiros		33.929	87.996
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	199.732	2.991
Recursos Letras Imob., Hipotecárias, Crédito e Similares		196.364	0
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		3.368	2.991
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		4	22
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		4	22
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		7.142	30.330
Recursos em Trânsito de Terceiros		7.142	30.330
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.b)	849.768	461.822
Empréstimos no País - Instituições Oficiais		16.511	15.219
Empréstimos no Exterior		833.257	446.603
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	173.427	289.427
Tesouro Nacional		217	192
BNDES		162.562	166.206
FINAME		10.648	3.921
Outras Instituições		0	119.108
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	7.615	12.118
Instrumentos Financeiros Derivativos		7.615	12.118
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	81.291	66.808
Repasses do Exterior		81.291	66.808
OUTRAS OBRIGAÇÕES		2.675.384	3.378.351
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(Nota 16.a)	4.805	5.604
Carteira de Câmbio	(Nota 16.b)	1.188	16.601
Sociais e Estatutárias	(Nota 16.c)	12.254	130.687
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.d)	525.820	493.132
Negociação e Intermediação de Valores		0	7
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.e)	1.102.922	1.011.809
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(Nota 17)	70.164	1.647
Diversas	(Nota 16.h)	958.231	1.718.864
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**14.357.919**	**13.131.569**
DEPÓSITOS	(Nota 13.a)	3.848.520	4.737.550
Depósitos à Vista		21.179	25.082
Depósitos Interfinanceiros		0	13.501
Depósitos a Prazo		3.827.341	4.698.967
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.b)	66.561	63.396
Carteira Própria		66.561	63.396
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	563.876	482.496
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		563.876	482.496
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.b)	33.021	45.656
Empréstimos no País - Instituições Oficiais		33.021	45.656
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	1.113.258	1.397.349
Tesouro Nacional		775	894
BNDES		990.332	767.054
FINAME		122.151	48.938
Outras Instituições		0	580.463
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	13.513	46.020
Instrumentos Financeiros Derivativos		13.513	46.020
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	759.101	662.357
Repasses do Exterior		759.101	662.357
OUTRAS OBRIGAÇÕES		7.960.069	5.696.745
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.e)	3.617.155	2.734.366
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(Nota 17)	1.067.708	1.002.519
Dìvidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(Nota 18)	1.216.319	1.101.848
Diversas	(Nota 16.h)	2.058.887	858.012
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		**16**	**16**
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		16	16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	**2.329.499**	**2.177.338**
CAPITAL		2.010.000	1.851.000
De Domiciliados no País		2.010.000	1.851.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		25.198	28.064
RESERVAS DE LUCROS		244.536	248.528
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		50.149	50.130
(AÇÕES EM TESOURARIA)		(384)	(384)
TOTAL DO PASSIVO		**26.435.588**	**23.783.716**

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. Nº 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R$ Mil)

		2º Sem/2011	Exercício/2011	Exercício/2010
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**1.913.727**	**3.347.864**	**2.431.267**
Operações de Crédito	(Nota 9.a.2)	989.381	1.772.643	1.489.809
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	717.539	1.365.528	888.770
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	65.827	25.660	(36.140)
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	129.215	163.871	73.161
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	11.765	20.162	15.667
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(1.326.146)**	**(2.130.601)**	**(1.464.879)**
Operações de Captação no Mercado	(Nota 13.c)	(622.226)	(1.048.740)	(591.142)
Operações de Empréstimos e Repasses	(Nota 14.e)	(573.996)	(846.952)	(473.727)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 9.e)	(129.924)	(234.909)	(400.010)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**587.581**	**1.217.263**	**966.388**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 20)	**(393.949)**	**(548.829)**	**(436.119)**
Receitas de Prestação de Serviços		690.624	1.327.021	1.233.992
Rendas de Tarifas Bancárias		15.300	24.735	12.768
Despesas de Pessoal		(596.639)	(1.081.293)	(1.019.740)
Outras Despesas Administrativas		(413.352)	(775.242)	(659.632)
Despesas Tributárias		(96.622)	(188.995)	(173.182)
Outras Receitas Operacionais		574.230	1.164.760	927.571
Outras Despesas Operacionais		(567.490)	(1.019.815)	(757.896)
RESULTADO OPERACIONAL		**193.632**	**668.434**	**530.269**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**7.781**	**7.045**	**1.645**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**201.413**	**675.479**	**531.914**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	(175.399)	(323.603)	(174.086)
Provisão para Imposto de Renda		(80.021)	(181.082)	(145.381)
Provisão para Contribuição Social		(52.695)	(115.798)	(93.598)
Ativo Fiscal Diferido		(42.683)	(26.723)	64.893
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		**(11.908)**	**(37.077)**	**(44.238)**
LUCRO LÍQUIDO		**14.106**	**314.799**	**313.590**
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(Nota 19.e)	**(9.562)**	**(73.526)**	**(121.000)**
Nº de Ações (em mil)		87.002	87.002	87.002
Lucro Líquido por Ação (em R$)		0,16	3,62	3,60

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. Nº 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	T O T A L
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTRAS				
SALDOS EM 31.12.2009	**1.652.000**	**0**	**502**	**30.501**	**73.216**	**198.760**	**0**	**118.130**	**0**	**(384)**	**2.072.725**
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES											
Deliberação CVM 600/2009									65.534		65.534
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL								(68.000)			(68.000)
AUMENTO DE CAPITAL:											
Proveniente de Reserva:											
Transferência p/Aumento de Capital		199.000	(502)			(198.498)					0
Incorporação ao Capital	198.000	(198.000)									0
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:											
Valor Bruto				(4.061)					4.061		0
Encargos Tributários				1.624					(1.624)		0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO									313.590		313.590
Destinações:											
Reservas					15.680	159.370			(175.050)		0
Dividendos									(85.511)		(85.511)
Juros sobre o Capital Próprio									(121.000)		(121.000)
SALDOS EM 31.12.2010	**1.850.000**	**1.000**	**0**	**28.064**	**88.896**	**159.632**	**0**	**50.130**	**0**	**(384)**	**2.177.338**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	**198.000**	**1.000**	**(502)**	**(2.437)**	**15.680**	**(39.128)**	**0**	**(68.000)**	**0**	**0**	**104.613**
SALDOS EM 31.12.2010	**1.850.000**	**1.000**	**0**	**28.064**	**88.896**	**159.632**	**0**	**50.130**	**0**	**(384)**	**2.177.338**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL								19			19
AUMENTO DE CAPITAL:											
Proveniente de Reserva:											
Incorporação do Capital	160.000	(1.000)				(159.000)					0
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:											
Valor Bruto				(4.614)					3.994		(620)
Encargos Tributários				1.748					(1.597)		151
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO									314.799		314.799
Destinações:											
Reservas					15.740	132.230			(147.970)		0
Dividendos									(95.700)		(95.700)
Dividendos Adicionais Propostos (JCP)							7.038		(7.038)		0
Juros sobre o capital próprio									(66.488)		(66.488)
SALDOS EM 31.12.2011	**2.010.000**	**0**	**0**	**25.198**	**104.636**	**132.862**	**7.038**	**50.149**	**0**	**(384)**	**2.329.499**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	**160.000**	**(1.000)**	**0**	**(2.866)**	**15.740**	**(26.770)**	**7.038**	**19**	**0**	**0**	**152.161**
SALDOS EM 30.06.2011	**2.010.000**	**0**	**0**	**26.231**	**103.931**	**131.458**	**0**	**34.457**	**0**	**(384)**	**2.305.693**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL								15.692			15.692
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:											
Valor Bruto				(1.972)					1.972		0
Encargos Tributários				939					(788)		151
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE									14.106		14.106
Destinações:											
Reservas					705	1.404			(2.109)		0
Dividendos									(3.619)		(3.619)
Dividendos Adicionais Propostos (JCP)							7.038		(7.038)		0
Juros sobre o capital próprio									(2.524)		(2.524)
SALDOS EM 31.12.2011	**2.010.000**	**0**	**0**	**25.198**	**104.636**	**132.862**	**7.038**	**50.149**	**0**	**(384)**	**2.329.499**
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	**0**	**0**	**0**	**(1.033)**	**705**	**1.404**	**7.038**	**15.692**	**0**	**0**	**23.806**

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de Dezembro de 2011 e 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R$ Mil)

	2º Sem/2011	Exercício/2011	Exercício/2010
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício/Semestre	**14.106**	**314.799**	**313.590**
Ajustes ao Lucro Líquido:			
Despesas de Depreciação e Amortização	13.952	27.346	25.551
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	9	27	65
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	129.924	234.909	400.010
Provisão para Passivo Contingente	141.186	146.536	83.233
Aplicações no Diferido	(118)	(358)	(842)
Resultados de Exercícios Futuros	0	0	2
Lucro Líquido Ajustado	**299.059**	**723.259**	**821.609**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	280.135	17.643	(48.890)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(41.220)	(56.316)	(36.807)
Operações de Crédito	(818.018)	(712.580)	(1.588.942)
Outros Créditos	(81.859)	(387.230)	(196.015)
Outros Valores e Bens	4.704	(3.879)	(5.215)
Depósitos	150.089	454.919	2.176.853
Captaçoes no Mercado Aberto (Operações Compromissadas)	(69.007)	180.084	78.613
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	306.642	278.120	485.487
Obrigações por Empréstimos e Repasses	575.519	86.448	66.822
Instrumentos Financeiros Derivativos	(50.442)	(37.010)	21.568
Outras Obrigações	654.920	1.258.716	1.291.732
Reserva de Reavaliação	151	(469)	0
Imposto de Renda e Contribuição Social	(113.468)	(29.771)	(27.702)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.097.205**	**1.771.934**	**3.039.113**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(1.512.616)	(2.425.319)	(4.192.807)
Inversões em Investimentos	(81)	(137)	(50)
Inversões em Imobilizado de Uso	(9.262)	(27.607)	(20.580)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio	(324)	(750)	(1.008)
Alienação de Investimentos	4	(2)	0
Alienação de Imobilizado de Uso	3.427	3.974	270
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	494	1.183	351
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(1.518.358)**	**(2.448.658)**	**(4.213.824)**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(155.933)	(255.260)	(317.658)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	59.261	114.471	479.783
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	64.069	133.707	1.004.166
CAIXA UTILIZADO NAS/GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(32.603)**	**(7.082)**	**1.166.291**
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(453.756)**	**(683.806)**	**(8.420)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do Período	**3.639.449**	**3.869.499**	**3.877.919**
No fim do Período	**3.185.693**	**3.185.693**	**3.869.499**
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(453.756)**	**(683.806)**	**(8.420)**

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R$ Mil)

	2º Sem/2011	%	31.12.2011	%	31.12.2010	%
RECEITAS	**2.461.565**		**4.589.979**		**3.514.232**	
Intermediação Financeira	1.913.727		3.347.864		2.431.267	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	705.924		1.351.756		1.246.760	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(129.924)		(234.909)		(400.010)	
Outras Receitas/Despesas	(28.162)		125.268		236.215	
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(1.196.222)**		**(1.895.692)**		**(1.064.869)**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(382.974)**		**(714.868)**		**(604.897)**	
Materiais, Energia e Outros	(137.963)		(254.162)		(252.445)	
Serviços de Terceiros	(245.011)		(460.706)		(352.452)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**882.369**		**1.979.419**		**1.844.466**	
RETENÇÕES	**(13.952)**		**(27.346)**		**(25.551)**	
Depreciação, amortização e exaustão	(13.952)		(27.346)		(25.551)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**868.417**		**1.952.073**		**1.818.915**	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**868.417**		**1.952.073**		**1.818.915**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**868.417**		**1.952.073**		**1.818.915**	
PESSOAL	**540.888**	**62,3**	**987.241**	**50,6**	**950.902**	**52,3**
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	**326.598**	**37,6**	**650.738**	**33,3**	**582.963**	**32,1**
Proventos	314.690		613.661		538.725	
Participação dos empregados nos lucros	11.908		37.077		44.238	
BENEFÍCIOS	**190.101**	**21,9**	**289.720**	**14,8**	**327.459**	**18,0**
Plano de aposentadoria e pensão (CAPEF e PGBL)	0		0		11	
Provisões (Benefícios pós-emprego - Deliberação CVM 600)	117.167		153.387		210.263	
Benefícios - Outros	72.934		136.333		117.185	
FGTS	**24.189**	**2,8**	**46.783**	**2,4**	**40.480**	**2,2**
IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	**296.997**	**34,2**	**617.004**	**31,6**	**525.239**	**28,9**
Federais	289.192		602.035		509.409	
Estaduais	16		26		49	
Municipais	7.789		14.943		15.781	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	**16.426**	**1,9**	**33.029**	**1,7**	**29.184**	**1,6**
Aluguéis	16.426		33.029		29.184	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	**14.106**	**1,6**	**314.799**	**16,1**	**313.590**	**17,2**
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	**9.562**	**1,1**	**73.526**	**3,8**	**121.000**	**6,7**
União	9.000		69.206		113.891	
Outros	562		4.320		7.109	
DIVIDENDOS	**3.619**	**0,4**	**95.700**	**4,9**	**85.511**	**4,7**
União	3.406		90.077		80.487	
Outros	213		5.623		5.024	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	**925**	**0,1**	**145.573**	**7,5**	**107.079**	**5,9**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis
Nota 4- Informações por Segmento
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas
Nota 10- Outros Créditos
Nota 11- Carteira de Câmbio
Nota 12- Permanente
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos
Nota 16- Outras Obrigações
Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 25- Benefícios a Empregados
Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basiléia
Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 30- Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar Nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – BACEN e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC-24 – Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM Nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM Nº 582, de 31.07.2009).
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM Nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM Nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 7.10.2009);e

- CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação (Deliberação CVM Nº 604, de 19.11.2009).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

a.1) os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata* dia;

a.2) as provisões, inclusive os encargos sobre férias, licença-prêmio e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e

a.3) são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco do Nordeste no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de “swap” são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

i) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN Nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

j) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R$ 240) e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para operações de crédito e liquidação duvidosa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O PIS/PASEP e a COFINS são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

k) Benefícios a Empregados

O Banco mantém para seus empregados benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano. Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM Nº 600, a partir de 01.01.2009, foram reconhecidos integralmente nas demonstrações encerradas em 31.12.2010.

l) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

m)Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN Nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

n)Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões e cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a)Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b)FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE e a prestação de serviços de administração dessa carteira.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *perfomance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 31.12.2011 e 31.12.2010.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	2º Sem/2011			31.12.2011			31.12.2010		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	**1.803.896**	**691.842**	**2.495.738**	**3.154.365**	**1.365.304**	**4.519.669**	**2.255.281**	**1.105.202**	**3.360.483**
Receitas de Operações de Crédito	989.381	-	989.381	1.772.643	-	1.772.643	1.489.809	-	1.489.809
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	452.330	265.209	717.539	823.007	542.521	1.365.528	474.641	414.129	888.770
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	65.827	-	65.827	25.660	-	25.660	(36.140)	-	(36.140)
Resultado de Operações de Câmbio	129.215	-	129.215	163.871	-	163.871	73.161	-	73.161
Resultado de Aplicações Compulsórias	11.765	-	11.765	20.162	-	20.162	15.667	-	15.667
Outras Receitas	155.378	426.633	582.011	349.022	822.783	1.171.805	238.143	691.073	929.216
Despesas	**(1.088.206)**	**(575.533)**	**(1.663.739)**	**(1.627.827)**	**(1.019.343)**	**(2.647.170)**	**(1.069.387)**	**(805.739)**	**(1.875.126)**
Despesas de captação no mercado	(622.226)	-	(622.226)	(1.048.740)	-	(1.048.740)	(591.142)	-	(591.142)
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(320.721)	(253.275)	(573.996)	(328.843)	(518.109)	(846.952)	(78.235)	(395.492)	(473.727)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(129.924)	(250.907)	(380.831)	(234.909)	(429.782)	(664.691)	(400.010)	(406.384)	(806.394)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(15.335)	(71.216)	(86.551)	(15.335)	(71.216)	(86.551)	-	-	-
Provisão Proagro a Receber	-	(135)	(135)	-	(236)	(236)	-	(3.863)	(3.863)
Margem Financeira	**715.690**	**116.309**	**831.999**	**1.526.538**	**345.961**	**1.872.499**	**1.185.894**	**299.463**	**1.485.357**
Rendas de Prestação de Serviços	135.938	554.686	690.624	251.507	1.075.514	1.327.021	346.045	887.947	1.233.992
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	15.300	-	15.300	24.735	-	24.735	12.768	-	12.768
Pasep e Cofins	**(42.273)**	**(45.821)**	**(88.094)**	**(82.635)**	**(90.511)**	**(173.146)**	**(77.027)**	**(77.987)**	**(155.014)**
Resultado após tarifas e comissões	**824.655**	**625.174**	**1.449.829**	**1.720.145**	**1.330.964**	**3.051.109**	**1.467.680**	**1.109.423**	**2.577.103**
Despesas Administrativas			**(1.009.991)**			**(1.856.535)**			**(1.679.372)**
Despesas de pessoal			(596.639)			**(1.081.293)**			**(1.019.740)**
Depreciação e Amortização			(13.952)			**(27.346)**			**(25.551)**
Outras despesas administrativas			(399.400)			**(747.896)**			**(634.081)**
Outras Despesas			**(213.079)**			**(452.713)**			**(300.079)**
Despesas de provisões, exceto crédito			**(25.346)**			**(66.382)**			**(65.738)**
Lucro antes da tributação e participações			**201.413**			**675.479**			**531.914**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			(175.399)			**(323.603)**			**(174.086)**
Participações no lucro			(11.908)			**(37.077)**			**(44.238)**
Lucro Líquido			**14.106**			**314.799**			**313.590**

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades em moeda nacional	94.777	80.923
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.309	1.468
Total da Disponibilidade de Caixa	**97.086**	**82.391**
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	4.016	88.333
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.084.591	3.698.775
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.185.693**	**3.869.499**

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a) Aplicações no Mercado Aberto	**3.036.454**	**3.451.521**
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	3.002.525	3.363.525
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	33.929	87.996
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**203.829**	**420.589**
Aplicações em Moeda Estrangeira	14.987	13.475
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	188.842	407.114
TOTAL	**3.240.283**	**3.872.110**
SALDO DE CURTO PRAZO	3.240.283	3.872.110

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	**173.604**	**350.862**	**324.934**
Posição Bancada	167.719	340.397	316.614
Posição Financiada	5.885	10.465	8.320
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	**16.236**	**32.476**	**22.715**
TOTAL	**189.840**	**383.338**	**347.649**

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Títulos Disponíveis para Venda	10.049.334	7.758.083
Títulos Mantidos até o Vencimento	13.559	8.378
Diferencial a Receber Swap	44.894	305
TOTAL	**10.107.787**	**7.766.766**
SALDO DE CURTO PRAZO	233.192	1.026.946
SALDO DE LONGO PRAZO	9.874.595	6.739.820

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.12.2011				31.12.2010			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	**9.527.312**	**9.530.187**	**2.875**		**7.288.386**	**7.259.257**	**(29.129)**	
Letras Financeiras do Tesouro	7.461.949	7.462.115	166	2012 a 2018	5.648.455	5.646.915	(1.540)	2011 a 2017
Notas do Tesouro Nacional	1.091.120	1.141.978	50.858	2050	844.817	844.253	(564)	2015
Letras Financeiras	30.302	30.302	-	2016	30.313	30.313	-	2016
Debêntures	898.502	876.719	(21.783)	2013 a 2018	520.905	520.204	(701)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	13.588	13.370	(218)	2013	30.811	30.811	-	2011 a 2013
Notas Promissórias	-	-	-		182.165	182.165	-	2011
Títulos Públicos Federais – FCVS e Outros	31.598	5.518	(26.080)	2027	30.902	4.583	(26.319)	2027
Títulos da Divida Agrária	253	185	(68)	2012 a 2022	18	13	(5)	2011 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	**14.750**	**13.434**	**(1.316)**		**15.799**	**14.552**	**(1.247)**	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.316	-	(1.316)	2014	1.247	-	(1.247)	Sem Vencimento
Cotas de FIDC	13.079	13.079	-	2014	14.552	14.552	-	2012
FGI – Fundo Garantidor para Investimentos	235	235	-	Sem vencimento	-	-	-	
FGO – Fundo de Garantia de Operações	120	120	-	Sem vencimento	-	-	-	
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	**144.159**	**227.146**	**82.987**		**144.159**	**258.673**	**114.514**	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	428	(3.783)	Sem vencimento	4.211	506	(3.705)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	226.718	86.770	Sem vencimento	139.948	258.167	118.219	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA[(1)]	**279.532**	**278.567**	**(965)**		**226.188**	**225.601**	**(587)**	
Letras Financeiras do Tesouro	275.236	275.268	32	2013 a 2017	221.920	221.920	-	2011 a 2015
Títulos Públicos Federais – Outros	614	-	(614)	1993	587	-	(587)	1993
Debêntures	3.682	3.299	(383)	2018	3.681	3.681	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	**9.965.753**	**10.049.334**	**83.581**		**7.674.532**	**7.758.083**	**83.551**	
Crédito Tributário	-	-	23.453		-	-	13.873	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(56.885)		-	-	(47.294)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	**50.149**		-	-	**50.130**	

Nota: (1) Além dos títulos dados em garantia referidos no quadro acima, existem R$ 217.193 de LFT em 31.12.2010 e R$ 89 de CVS (R$ 74 em 31.12.2010) não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia-CBLC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria acima, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial" o valor de R$ 83.581 (R$ 83.551 em 31.12.2010). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R$ 50.149 (R$ 50.130 em 31.12.2010).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.12.2011			31.12.2010		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	**13.559**	**13.559**		**8.378**	**8.378**	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	1.691	1.691	2013 (*)	1.608	1.608	2011 (*)
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	453	453	2012 a 2014	421	421	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	8.609	8.609	2017 (*)	5.200	5.200	2017 (*)
FGO-Fundo de Garantia de Operações	-	-		231	231	Sem Vencimento
FIP Brasil Agronegócios	2.806	2.806	2018 (*)	918	918	2018 (*)
TOTAL DA CATEGORIA	**13.559**	**13.559**		**8.378**	**8.378**	

(*) Vencimento Previsto

a.4) Em dezembro de 2011, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data de classificação, o Banco reclassificou as cotas do Fundo de Garantia de Operações-FGO (R$ 120) na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para a categoria "Títulos Disponíveis para Venda".

a.5) Para a obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:
-1ª - Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e BM&FBOVESPA;
-2ª - Ágio/Deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na CETIP S.A. – Mercados Organizados;
-3ª - Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	173.604	350.862	324.934
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	16.236	32.476	22.715
Títulos de Renda Fixa	525.178	976.902	537.428
Títulos de Renda Variável	2.521	5.288	3.693
TOTAL	**717.539**	**1.365.528**	**888.770**

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Considerando o conservadorismo da administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

Na posição de 31.12.2011 o Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.12.2011							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	44.769	-	44.338	-	431	-
POSIÇÃO PASSIVA							
Taxa Prefixada	360.759	125	21.128	125	7.147	-	13.981
TOTAL	**869.779**	**44.894**	**21.128**	**44.463**	**7.147**	**431**	**13.981**

Composição em 31.12.2010							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	28.855	-	11.174	-	17.681
POSIÇÃO PASSIVA							
Taxa Prefixada	544.399	305	29.283	148	17.459	157	11.824
TOTAL	**1.053.419**	**305**	**58.138**	**148**	**28.633**	**157**	**29.505**

Valores em Risco de Operações de Swap	31.12.2011	31.12.2010
HEDGE DE RISCO DE MERCADO –ATIVO	562.301	488.587
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	566.822	485.113
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	453.266	667.566
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	439.143	655.709

Composição em 31.12.2011		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	**Diferencial a Receber**	**Diferencial a Pagar**
Até 3 meses	9	580
3 a 12 meses	25	7.035
1 a 3 anos	56	10.639
3 a 5 anos	44.804	2.874
TOTAL	**44.894**	**21.128**

Composição em 31.12.2010		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	**Diferencial a Receber**	**Diferencial a Pagar**
Até 3 meses	53	2.490
3 a 12 meses	157	9.628
1 a 3 anos	95	13.000
3 a 5 anos	-	33.020
TOTAL	**305**	**58.138**

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Na determinação do risco de crédito, são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Swap	65.827	25.660	(36.140)
TOTAL	**65.827**	**25.660**	**(36.140)**

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	223.654	196.368
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	36.909	33.680
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	32.369	27.718
Tesouro Nacional - Crédito Rural	5.406	4.300
TOTAL	**298.338**	**262.066**
SALDO DE CURTO PRAZO	265.547	234.019
SALDO DE LONGO PRAZO	32.791	28.047

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	8.023	15.189	11.779
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.790	3.467	10.710
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	39	106	113
Desvalorização de Créditos Vinculados	1.913	1.400	(6.935)
TOTAL	**11.765**	**20.162**	**15.667**

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) A Carteira de Crédito e a Provisão para Operações de Crédito estão assim compostas:

Especificação	31.12.2011		31.12.2010	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	**11.212.168**	**(621.838)**	**10.715.838**	**(580.934)**
Curto Prazo	5.251.775	(301.060)	4.470.238	(246.074)
Longo Prazo	5.960.393	(320.778)	6.245.600	(334.860)
Outras Rubricas com Características de Crédito	**586.892**	**(8.222)**	**571.930**	**(71.984)**
Curto Prazo	147.451	(3.555)	82.839	(18.321)
Longo Prazo	439.441	(4.667)	489.091	(53.663)
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	**11.799.060**	**(630.060)**	**11.287.768**	**(652.918)**

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Adiantamentos a Depositantes	90	1.417
Empréstimos	5.002.849	4.882.670
Títulos Descontados	175.036	170.113
Financiamentos	1.968.974	1.716.772
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	275.591	24.311
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	473.643	533.239
Financiamentos Rurais e Agroindustriais[1]	1.466.409	1.961.023
Financiamentos Imobiliários [2]	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.849.333	1.426.050
Subtotal de Operações de Crédito	**11.212.168**	**10.715.838**
Avais e Fianças Honrados	-	20
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	12.866	9.896
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.517	2.298
Títulos e Créditos a Receber	3.348	40.526
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio [3]	569.161	519.190
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	**586.892**	**571.930**
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	**11.799.060**	**11.287.768**

Notas:

[1] Redução de **R$ 685.000** em financiamentos rurais e agroindustriais, em virtude de reclassificação para contas de compensação "PATRIMÔNIO DE FUNDOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS", por se tratarem de operações de crédito administradas pelo Banco com recursos, principalmente, do Fundo de Terras, Banco da Terra, INCRA - Conta Fundiária e Fundo Rotativo de Terras. Em contrapartida, ocorreu a reclassificação do passivo que se encontrava registrado em "OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS" (Nota 14.c)

[2] Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

[3] Contas classificadas como "OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos e Títulos Descontados	450.093	888.272	759.469
Financiamentos	391.993	614.342	403.112
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	73.729	149.610	171.478
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	73.265	120.472	156.964
Avais e Fianças Honrados	1	2	1
Outros Valores	300	(55)	(1.215)
TOTAL	**989.381**	**1.772.643**	**1.489.809**

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal [1]

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2011	Total em 31.12.2010
Rural	79.285	50.312	27.548	99.642	121.254	1.039.492	1.417.533	1.882.050
Indústria	276.335	246.925	198.431	485.489	455.385	1.423.520	3.086.085	2.505.673
Governo	4.005	4.005	16.256	11.504	40.676	1.254.600	1.331.046	1.257.660
Outros Serviços	115.950	127.553	296.456	311.477	542.500	1.587.183	2.981.119	2.715.425
Comércio	265.653	216.678	188.123	587.659	540.282	403.353	2.201.748	1.778.739
Intermediários Financeiros	13.888	15.091	13.282	39.370	62.874	116.674	261.179	695.342
Habitação	243	-	-	-	-	-	243	243
Pessoas Físicas	4.591	4.062	4.033	11.047	7.913	13.895	45.541	48.783
T O T A L	**759.950**	**664.626**	**744.129**	**1.546.188**	**1.770.884**	**5.838.717**	**11.324.494**	**10.883.915**

Nota:

[1] Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vincendas								
Tipo Cliente/Atividade	**01 a 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Total em 31.12.2011**	**Total em 31.12.2010**
Rural	145	109	158	760	4.019	13.351	18.542	32.184
Indústria	2.668	2.647	7.327	7.423	14.233	29.556	63.854	32.213
Outros Serviços	3.735	3.886	2.682	12.865	13.596	37.825	74.589	45.564
Comércio	5.516	7.087	7.782	15.044	25.631	45.477	106.537	77.687
Intermediários Financeiros	142	135	138	402	733	2.290	3.840	16
Pessoas Físicas	361	319	291	736	1.001	1.349	4.057	4.038
T O T A L	**12.567**	**14.183**	**18.378**	**37.230**	**59.213**	**129.848**	**271.419**	**191.702**

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	**01 a 14 dias**	**15 a 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Total em 31.12.2011**	**Total em 31.12.2010**
Rural	56	1.062	379	2.123	6.391	12.496	16.027	38.534	60.270
Indústria	1.213	3.783	6.567	7.320	8.901	9.466	1.925	39.175	67.848
Outros Serviços	1.390	7.489	12.879	7.627	9.075	13.450	8.717	60.627	38.589
Comércio	1.959	4.555	11.136	7.686	19.940	14.277	578	60.131	41.802
Intermediários Financeiros	34	-	145	112	416	237	-	944	2
Pessoas Físicas	75	554	527	342	721	1.306	211	3.736	3.640

T O T A L	**4.727**	**17.443**	**31.633**	**25.210**	**45.444**	**51.232**	**27.458**	**203.147**	**212.151**

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2011				31.12.2010			
	Crédito Normal [1]	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal [1]	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.315.259	-	3.315.259	-	3.640.505	-	3.640.505	-
A	5.094.425	-	5.094.425	25.472	3.847.921	-	3.847.921	19.239
B	2.218.403	34.180	2.252.583	22.526	2.635.606	38.743	2.674.349	26.743
C	261.866	41.691	303.557	9.106	262.461	23.563	286.024	8.581
D	139.191	50.527	189.718	18.972	111.266	18.644	129.910	12.991
E	32.618	43.662	76.280	22.884	56.686	36.090	92.776	27.833
F	16.203	24.800	41.003	20.502	34.525	46.511	81.036	40.518
G	28.007	24.117	52.124	36.487	17.621	43.157	60.778	42.544
H	218.522	255.589	474.111	474.111	277.324	197.145	474.469	474.469
TOTAL	**11.324.494**	**474.566**	**11.799.060**	**630.060**	**10.883.915**	**403.853**	**11.287.768**	**652.918**

Nota:
[1] Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Saldo Inicial	652.918	615.845
(+) Constituição de provisão líquida no período [1]	215.557	392.528
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(238.415)	(355.455)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	**630.060**	**652.918**
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 10.e)	46.064	31.706
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	**676.124**	**684.624**

Nota:
[1] Do total de provisão do exercício, R$ 20.141 referem-se a valores registrados em atendimento às determinações do Ofício GTRJA/Cosup-03/2011/77, de 22.12.2011, do Banco Central do Brasil, fundamentadas nas disposições do artigo 3° da Resolução CMN N° 2682, de 21.12.1999.

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	132.707	265.187	356.324
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	4.862	4.862	57.357
(-) Reversões de provisões operacionais	(26.431)	(54.492)	(21.153)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	**111.138**	**215.557**	**392.528**
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	18.786	19.352	8.630
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	-	-	(1.148)
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	**129.924**	**234.909**	**400.010**

f) No exercício foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R$ 120.472 (R$ 156.964 em 31.12.2010) e as renegociações importaram em R$ 750.172 (R$ 787.810 em 31.12.2010).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis Nº 11.322, de 13.07.2006, Nº 11.775, de 17.09.2008 e Nº 12.249, de 11.06.2010, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.12.2011, um efeito positivo no valor de R$ 209.488 (R$ 89.582 em 31.12.2010), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Efetivação de Rendas	39.272	72.772	54.611
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	36.479	53.186	28.998
Despesas com Deságios	(12.092)	(24.117)	(11.767)
Efeito Líquido de Provisões	57.541	107.647	17.740
TOTAL	**121.200**	**209.488**	**89.582**

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	**-**	**20**
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	**641.071**	**521.843**
c) Rendas a Receber	**22.902**	**25.570**
d) Diversos	**1.280.317**	**1.007.017**
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 21.b)	250.629	277.353
Créditos Tributários -TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 7.a.2 e 21.b)	23.453	13.873
Devedores por Depósitos em Garantia	644.977	367.471
Impostos e Contribuições a Compensar	**207.830**	**177.148**
Decorrentes de Antecipação - IN SRF Nº 90/92	200.124	170.353
Outros Valores	7.706	6.795
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	3.348	40.526
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.095	2.111
Pagamentos a Ressarcir	8.246	8.110
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	4.843	8.320
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	26.648	27.142
Outros Valores	81.500	58.215
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	**(54.286)**	**(103.690)**
Com Características de Concessão de Crédito	(8.222)	(71.984)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	(46.064)	(31.706)
TOTAL	**1.890.004**	**1.450.760**
SALDO DE CURTO PRAZO	1.778.988	1.380.525
SALDO DE LONGO PRAZO	111.016	70.235

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	627.494	511.266
Direitos sobre Vendas de Câmbio	762	2.883
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(51)	(2.202)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	12.866	9.896
Ativo Circulante (Nota 10.b)	**641.071**	**521.843**
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	569.584	532.891
Câmbio Vendido a Liquidar	765	2.855
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(569.161)	(519.190)
Outros Valores	-	45
Passivo Circulante (Nota 16.b)	**1.188**	**16.601**

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Rendas de Câmbio	129.541	164.406	74.128
Despesas de Câmbio	(326)	(535)	(967)
TOTAL	**129.215**	**163.871**	**73.161**

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2010	Exercício de 2011				31.12.2011		
		Movimentações						
	Saldo Contábil	Adições	Exclusões	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil	Valor de Custo	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
Investimentos por Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	5.010	(5.010)	-
Ações e Cotas	652	-	-	-	652	945	(293)	652
Bens Artísticos e Valiosos	777	139	-	-	916	916	-	916
TOTAL	**1.429**	**139**	**-**	**-**	**1.568**	**6.871**	**(5.303)**	**1.568**

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2010	Exercício de 2011					31.12.2011			
		Movimentações								
	Saldo Contábil	Adições	Exclusões	Depreciação	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
Edificações	103.926	8.675	(2.876)	(9.209)	-	100.517	226.144	(125.627)	-	100.517
Sistema de Processamento de Dados	17.210	13.639	-	(7.698)	-	23.151	68.488	(45.337)	-	23.151
Móveis e Equipamentos de Uso	22.648	3.605	(81)	(4.084)	-	22.087	50.322	(28.235)	-	22.087
Terrenos	17.498	225	(698)	-	-	17.025	17.025	-	-	17.025
Instalações	7.858	924	(2)	(1.521)	-	7.259	16.167	(8.908)	-	7.259
Sistema de Comunicação	158	15	(5)	(28)	-	139	424	(285)	-	139
Imobilização em Curso [(1)]	5.586	(1.098)	(282)	-	-	4.206	4.206	-	-	4.206
Sistema de Segurança	4.266	1.556	(30)	(926)	-	4.867	10.944	(6.077)	-	4.867
Sistema de Transporte	9.069	66	-	(2.818)	-	6.318	16.121	(9.803)	-	6.318
TOTAL	**188.219**	**27.607**	**(3.974)**	**(26.284)**	**-**	**185.569**	**409.841**	**(224.272)**	**-**	**185.569**

Nota:
(1) Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

c) Diferido

Especificação	31.12.2010	Exercício de 2011					31.12.2011			
		Movimentações								
	Saldo Contábil	Adições	Exclusões	Amortização	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
Beneficiários	2.391	358	-	(1.054)	-	1.695	4.583	(2.888)	-	1.695
Gastos com aquisição Desenvolv. de Logiciais	16	-	-	(8)	-	8	41	(33)	-	8
TOTAL	**2.407**	**358**	**-**	**(1.062)**	**-**	**1.703**	**4.624**	**(2.921)**	**-**	**1.703**

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Depósitos

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a.1) Depósitos à Vista	**183.624**	**134.119**
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	28.344	31.487
Depósitos de Governos	32.763	20.446
Depósitos Vinculados	44.610	39.117
Pessoas Jurídicas	63.739	30.369
Pessoas Físicas	11.978	9.363
Outros Valores	2.190	3.337
a.2) Depósitos de Poupança	**1.329.994**	**1.288.569**
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	839.805	740.681
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	489.013	546.832
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.176	1.056
a.3) Depósitos Interfinanceiros	**588.986**	**684.128**
a.4) Depósitos a Prazo	**6.861.895**	**6.387.223**
Depósitos a Prazo	5.000.379	5.048.516
Depósitos Judiciais com Remuneração	567.361	202.751
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis	**50.795**	**370.420**
Proger Urbano	13.293	18.200
Pronaf	262	273
Protrabalho	3.320	3.535
Infraestrutura	20.404	328.476
Estiagem	84	155
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	13.432	19.781
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados	**571.594**	**316.372**
Proger Urbano	62.810	60.448
Pronaf	561	-
Protrabalho	159.624	964
Infraestrutura	249.455	192.453
Estiagem	9.838	50.731
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	89.306	11.776
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei Nº 8.167	670.169	447.569
Outros Valores	1.597	1.595
a.5) Outros Depósitos – Depósitos para Investimentos	**-**	**15.542**
TOTAL	**8.964.499**	**8.509.581**
SALDO DE CURTO PRAZO	5.115.979	3.772.031
SALDO DE LONGO PRAZO	3.848.520	4.737.550

b) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Carteira Própria	**670.444**	**436.293**
Letras Financeiras do Tesouro	670.444	436.293
Carteira de Terceiros	**33.929**	**87.996**
Letras Financeiras do Tesouro	33.929	87.996
TOTAL	**704.373**	**524.289**
SALDO DE CURTO PRAZO	637.812	460.893
SALDO DE LONGO PRAZO	66.561	63.396

c) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Despesas de Captações com Depósitos	**(579.023)**	**(973.088)**	**(543.046)**
Depósitos a Prazo	(283.738)	(550.126)	(393.896)
Depósitos de Poupança	(33.967)	(66.127)	(52.176)
Depósitos Judiciais	(24.070)	(35.698)	(5.446)
Depósitos Interfinanceiros	(8.587)	(19.658)	(15.706)
Depósitos Especiais - FAT	(56.991)	(111.196)	(68.306)
Despesa com Recebimento de Aceites e Emissão de Títulos	(166.973)	(180.822)	-
Outros Depósitos	(4.697)	(9.461)	(7.516)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	**(43.203)**	**(75.652)**	**(48.096)**
Carteira de Terceiros	(5.889)	(10.473)	(8.297)
Carteira Própria	(37.314)	(65.179)	(39.799)
TOTAL	**(622.226)**	**(1.048.740)**	**(591.142)**

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2011	Total em 31.12.2010
Empréstimos no País	-	16.511	16.511	16.510	-	-	49.532	60.875
Empréstimos no Exterior	241.007	592.250	-	-	-	-	833.257	446.603
Repasses do País	59.938	113.489	195.718	315.845	418.357	183.338	1.286.685	1.686.776
Repasses do Exterior	13.797	67.494	158.676	168.489	267.725	164.211	840.392	729.165
TOTAL	**314.742**	**789.744**	**370.905**	**500.844**	**686.082**	**347.549**	**3.009.866**	**2.923.419**

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	49.532	60.875
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	833.257	446.603
TOTAL		**882.789**	**507.478**
SALDO DE CURTO PRAZO		849.768	461.822
SALDO DE LONGO PRAZO		33.021	45.656

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2011	31.12.2010
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	**992**	**1.086**
BNDES		**1.152.894**	**933.260**
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	919.432	712.269
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	233.462	220.991
FINAME		**132.799**	**52.859**
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	116.710	38.276
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	16.089	14.583
Outras Instituições		**-**	**699.571**
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	SELIC/TJLP/6,0	-	81.699
MEPF- Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	SELIC/4,0 a 18,0	-	126.302
Banco da Terra-Combate a Pobreza Rural	Tx. Extra merc./ 2,0 a 10,0	-	491.570
TOTAL		**1.286.685**	**1.686.776**
SALDO DE CURTO PRAZO		173.427	289.427
SALDO DE LONGO PRAZO		1.113.258	1.397.349

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2011	31.12.2010
BID-Prodetur	USD + 1,24 ou UCBID + 2,26	833.307	722.200
BID-Outros Programas	USD + 1,24	6.703	6.456
Outros Programas	USD + 6,0	382	509
TOTAL		**840.392**	**729.165**
SALDO DE CURTO PRAZO		81.291	66.808
SALDO DE LONGO PRAZO		759.101	662.357

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Despesas de Obrigações por Empréstimos	**(2.128)**	**(4.604)**	**(5.484)**
Obrigações por Empréstimos no País	(2.128)	(4.604)	(5.484)
Despesas de Obrigações por Repasses	**(195.304)**	**(250.727)**	**(121.605)**
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	**(46.996)**	**(93.619)**	**(74.911)**
Tesouro Nacional	(30)	(74)	(108)
BNDES	(44.686)	(84.911)	(66.654)
FINAME	(2.131)	(3.618)	(3.268)
Outras Instituições	(149)	(5.016)	(4.881)
Despesas de Repasses do Exterior	**(148.308)**	**(157.108)**	**(46.694)**
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	**(133.995)**	**(137.402)**	**(23.131)**
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	**(242.569)**	**(454.219)**	**(323.507)**
TOTAL	**(573.996)**	**(846.952)**	**(473.727)**

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Valor em milhares de US$	Valor Contratual em 31.12.2011	Valor de Mercado em 31.12.2011	Valor de Mercado em 31.12.2010
Eurobond – Senior Unsecured Notes (1)	09.11.2010	09.11.2015	300.000	566.108	567.244	485.487
Letras de Crédito do Agronegócio (2)	-	-	-	191.015	196.364	-

Notas:

(1) Em novembro de 2010, o Banco do Nordeste emitiu Senior Unsecured Notes no valor de US$ 300.000 mil no mercado financeiro internacional, com prazo de vencimento de 5 anos e com um cupom de 3,625% ao ano. As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

(2) Título com prazo médio de 197 dias, sendo a taxa de atualização média de 90,76% a.a.,do CDI pro rata até o vencimento.

As operações de swap realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de hedge e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	**4.805**	**5.604**
Recursos do Proagro	114	148
IOF a Recolher	4.601	5.389
Outros Tributos e Assemelhados	90	67
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	**1.188**	**16.601**
c) Sociais e Estatutárias	**12.254**	**130.687**
Dividendos e Bonificações a Pagar	342	96.519
Participações nos Lucros	11.912	34.168
d) Fiscais e Previdenciárias	**525.820**	**493.132**
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	**112.578**	**101.525**
Impostos e Contribuições	82.269	74.847
Causas Fiscais	30.309	26.678
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	**66.561**	**58.716**
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2)	56.885	47.294
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	9.676	11.422
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	**298.477**	**284.294**
Imposto de Renda	182.080	173.703
Contribuição Social	116.397	110.591
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	**48.204**	**48.597**
Negociação e Intermediação de Valores	**-**	**7**
e) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	**4.720.077**	**3.746.175**
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	4.578.226	3.656.262
Outros Valores	141.851	89.913
f) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17)	**1.137.872**	**1.004.166**
g) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18)	**1.216.319**	**1.101.848**
h) Diversas	**3.017.118**	**2.576.876**
Provisão para Passivos Contingentes	**1.767.867**	**1.436.231**
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	182.824	161.863
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	106.653	92.970
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	140	65
FNE (Nota 22.e.vii)	**1.386.807**	**1.177.757**
Repasse	1.149	372
Risco Integral	91.376	84.960
Risco Compartilhado	1.294.282	1.092.425
FDNE (Nota 22.e.ix)	1.593	277
PROAGRO (Nota 22.e.x)	3.299	3.299
Outros Passivos Contingentes (Notas 22.e.xi e 22.k)	86.551	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	**1.131.570**	**1.053.884**
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM Nº 600	**985.408**	**925.375**
Plano de Aposentadoria e Pensão	457.916	490.630
Plano de Assistência Médica	527.492	434.745
Despesa de Pessoal	114.564	94.143
Outros Valores	31.598	34.366
Outros Valores	**117.681**	**86.761**
TOTAL	**10.635.453**	**9.075.096**
SALDO DE CURTO PRAZO	2.675.384	3.378.351
SALDO DE LONGO PRAZO	7.960.069	5.696.745

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R$ 1.000.000, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. Seguem informações sobre a operação:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2011	31.12.2010
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a	22.12.2010	1.137.872	1.004.166

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central.

Os contratos têm prazo indeterminado e preveem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9°-A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Segue a composição:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.216.319	1.101.848
Recursos disponíveis [1]	328.126	319.417
Recursos aplicados [2]	888.193	782.431
TOTAL	**1.216.319**	**1.101.848**

Notas: [1] São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

[2] São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01.04.2011, foi aprovado o aumento do capital social em R$ 159.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R$ 1.851.000 para R$ 2.010.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Composição em 31.12.2011					
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**Ações Preferenciais**	**Total das Ações**	**% Capital Votante**	**% Capital Total**
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	**48.484.775**	**38.517.126**	**87.001.901**	**100,00**	**100,00**

Composição em 31.12.2010					
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**Ações Preferenciais**	**Total das Ações**	**% Capital Votante**	**% Capital Total**
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	15.000	387.995	402.995	0,03	0,47
Outros	400.792	382.677	783.469	0,83	0,90
TOTAL	**48.484.775**	**38.517.126**	**87.001.901**	**100,00**	**100,00**

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R$ 25.198 (R$ 28.064 em 31.12.2010) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução Nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no exercício importa em R$ 2.866 (R$ 2.437 em 31.12.2010) e compôs a base de distribuição do resultado.

c) Ações em Tesouraria – Em R$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 31.12.2011, representam, respectivamente, R$ 35,00 e R$ 38,00 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Lucro Líquido – Destinações

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
1. Lucro Líquido	**314.799**	**313.590**
2.Ajuste de Exercícios Anteriores	-	65.534
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.397	2.437
4. Lucro Líquido Ajustado	**317.196**	**381.561**
Reserva Legal (item 1 vezes 5%)	15.740	15.680
Dividendos (Nota 19.e)	95.700	85.511
Juros sobre o Capital Próprio - JCP (Nota 19.e)	73.526	121.000
Reserva Estatutária (item 4 – Reserva Legal – Dividendos – JCP)	132.230	159.370

e) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco do Nordeste assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 50,0534% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. Segue a demonstração dos cálculos dos dividendos e juros sobre o capital próprio:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
1. Lucro Líquido do Exercício	**314.799**	**313.590**
2. Ajustes de Exercícios Anteriores	-	65.534
3. Reserva Legal Constituída	(15.740)	(15.680)
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.397	2.437
5. Participações nos Lucros e Resultados dos Empregados (Nota 24)	36.635	44.238
6. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio	**338.091**	**410.119**
7. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no exercício	73.526	121.000
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(99)	(144)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7 + item 8)	73.427	120.856
10. JCP antecipado corrigido pela taxa SELIC	(66.478)	(110.201)
11. JCP complementar (item 7 + item 10)	7.048	10.799
12. Dividendos propostos no exercício	95.700	85.511
13. Dividendos antecipados corrigidos pela taxa SELIC	(95.700)	(85.511)
14. Dividendos complementares (item 12 + item 13)	-	-
15. Total Destinado aos acionistas (item 7 + item 12) – 50,0534%	169.226	206.511
- JCP de R$ 0,80937744879 por ação ordinária (em 31.12.2010: JCP de R$ 1,331965889501 por ação ordinária)	39.236	64.569
- JCP de R$ 0,890315193449 por ação preferencial (em 31.12.2010: JCP de R$ 1,465162478331 por ação preferencial)	34.290	56.431
- Dividendos de R$ 1,05345972612 por ação ordinária (em 31.12.2010: Dividendos de R$ 0,94130871072 por ação ordinária)	51.069	45.631
-Dividendos de R$ 1,15880569878 por ação preferencial (em 31.12.2010: Dividendos de R$ 1,0354395819 por ação preferencial)	44.631	39.880

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei Nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei Nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de "Lucros ou Prejuízos Acumulados". O total dos juros sobre o capital próprio no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R$ 27.972.

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução Nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
a) Receitas de Prestação de Serviços	**690.624**	**1.327.021**	**1.233.992**
Administração de Fundos de Investimentos	7.728	14.298	12.630
Administração de Fundos e Programas	574.302	1.106.150	923.079
Prestação de Serviços	108.594	206.573	298.283
b) Rendas de Tarifas Bancárias	**15.300**	**24.735**	**12.768**
c) Despesas de Pessoal	**(596.639)**	**(1.081.293)**	**(1.019.740)**
Proventos	(310.480)	(606.229)	(532.497)
Encargos Sociais	(122.170)	(235.373)	(192.173)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM Nº 600	(32.652)	(44.147)	(98.600)
Plano de Assistência Médica - CVM Nº 600	(84.515)	(109.239)	(111.663)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(46.822)	(86.305)	(84.807)
d) Outras Despesas Administrativas	**(413.352)**	**(775.242)**	**(659.632)**
Processamento de Dados	(67.097)	(124.484)	(123.984)
Propaganda e Publicidade	(16.622)	(29.309)	(33.924)
Serviços de Terceiros	(142.606)	(259.067)	(178.752)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(23.211)	(44.698)	(43.976)
Viagens	(7.996)	(14.623)	(14.775)
Comunicações	(16.409)	(30.519)	(31.844)
Depreciação e Amortização	(13.952)	(27.346)	(25.551)
Manutenção e Conservação de Bens	(16.335)	(31.612)	(28.622)
Vigilância, Segurança e Transporte	(17.685)	(32.770)	(26.525)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(10.626)	(19.874)	(20.916)
Serviços do Sistema Financeiro	(10.066)	(19.417)	(17.082)
Serviços Técnicos Especializados	(19.108)	(34.580)	(24.213)
Seguros	(2.125)	(4.150)	(3.813)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(20.197)	(50.248)	(36.991)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(355)	(894)	(956)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(1.828)	(3.586)	(3.353)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(10.000)	(19.200)	(16.200)
Outros Valores	(17.134)	(28.865)	(28.155)
e) Despesas Tributárias	**(96.622)**	**(188.995)**	**(173.182)**
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(88.094)	(173.177)	(155.145)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.584)	(14.423)	(15.416)
Outros Valores	(944)	(1.395)	(2.621)
f) Outras Receitas Operacionais	**574.230**	**1.164.760**	**927.571**
"Del credere" de Fundos Administrados	428.100	825.511	691.906
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	6.903	105.615	99.578
Reversão de Provisão Operacional sobre riscos com operações do FNE	11	11	847
Recuperação de Encargos e Despesas	6.734	10.871	8.703
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	-	131
Reversão de Provisões Operacionais	2.019	2.310	8.229
Juros e Comissões	386	899	2.868
Correção Monetária	1.627	6.650	4.420
Resultado da Marcação a Mercado	39.074	39.074	-
Atualização Monetária de Tributos	112	218	181
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	52.728	87.628	56.614
Outros Valores	36.536	85.973	54.094
g) Outras Despesas Operacionais	**(567.490)**	**(1.019.815)**	**(757.896)**
Variação Cambial da Área de Câmbio	(5.188)	(5.188)	(964)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(7.475)	(82.425)	(107.697)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(1.052)	(1.052)	(160)
Descontos Concedidos em Renegociações	(44.321)	(48.509)	(47.348)
Encargos de Operações de Crédito	(7.709)	(12.513)	(18.175)
Riscos Fiscais	(7.078)	(12.881)	(6.835)
Riscos com Operações do FNE	(250.907)	(429.782)	(406.384)
Riscos com Operações do FDNE	(425)	(1.316)	(240)
Causas Trabalhistas	(13.460)	(32.821)	(40.428)
Causas Cíveis	(4.712)	(20.584)	(18.465)
Outras Causas	(96)	(96)	(10)
Outros Passivos Contingentes	(86.551)	(86.551)	-
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(64.069)	(135.550)	-
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(17.822)	(34.892)	(46.720)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(41.439)	(79.579)	(33.063)
Outros Valores	(15.186)	(36.076)	(31.407)
TOTAL	**(393.949)**	**(548.829)**	**(436.119)**

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no ano de 2011 foi de R$ 181.082 (R$ 145.381 em 31.12.2010) e a de Contribuição Social foi de R$ 115.798 (R$ 93.598 em 31.12.2010), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**Imposto de Renda**		**Contribuição Social**	
	31.12.2011	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	564.875	366.676	564.875	366.676
Adições/Exclusões Permanentes	(51.043)	108.644	(51.252)	108.501
Adições/Exclusões Temporárias	262.354	280.319	262.354	280.319
Resultado Tributável antes das Compensações	776.186	755.639	775.977	755.496
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	(19.350)	-	(20.354)
Resultado Tributável após Compensações	776.186	736.289	775.977	735.142
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- antes dos Incentivos Fiscais	(193.024)	(156.260)	(115.798)	(93.598)
Deduções (Incentivos Fiscais)	11.942	10.879	-	-
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos	(181.082)	(145.381)	(115.798)	(93.598)
Despesas Diferidas de IRPJ/CSLL	(16.702)	40.558	(10.021)	24.335
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	(197.784)	(104.823)	(125.819)	(69.263)
% das despesas correntes em relação ao Resultado antes da Tributação	35,01%	28,59%	22,27%	18,89%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**Imposto de Renda**		**Contribuição Social**	
	31.12.2011	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	181.082	145.381	115.798	93.598
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	998	1.015	599	609
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	-	27.307	-	16.384
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	182.080	173.703	116.397	110.591
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	138.032	117.146	63.743	54.100
Valor do Ajuste no Período	44.048	56.557	52.654	56.491

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para créditos de liquidação duvidosa são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN Nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN Nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular BACEN Nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com a Carta-Circular BACEN Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

Especificação	**IMPOSTO DE RENDA**		**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**		**TOTAL**	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2010	173.336	8.671	104.017	5.202	277.353	13.873
(+) Constituição de Créditos	73.511	2.259.150	44.120	1.355.490	117.632	3.614.640
(-) Realização de Créditos	(90.213)	(2.253.163)	(54.142)	(1.351.897)	(144.355)	(3.605.059)
Saldo Final em 31.12.2011	156.634	14.658	93.995	8.795	250.629	23.453

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos", apresenta a seguinte composição:

Especificação	**Imposto de Renda**		**Contribuição Social**	
	31.12.2011	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
1. Total das Diferenças Temporárias	3.262.708	3.000.354	3.262.708	3.000.354
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
3. Base de cálculo total (item 1 + item 2)	3.262.708	3.000.354	3.262.708	3.000.354
4.Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	815.678	750.089	489.406	450.053
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	14.658	8.671	8.795	5.202
6. Total dos Créditos Tributários (item 4 + item 5)	830.336	758.760	498.201	455.255
7. Créditos Tributários Ativados sobre Diferenças Temporárias	156.634	173.336	93.995	104.017
8 Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	14.658	8.671	8.795	5.202
9. Total de Créditos Tributários Ativados (item 7+ item 8)	171.292	182.007	102.790	109.219
10. Créditos Tributários Não Ativados (item 6 - item 9) [(1)]	659.044	576.753	395.411	346.036

Nota:

(1) Não ativados por não atender aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN Nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2011 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2012	56.063	51.096	33.638	30.658	89.701	81.754
2013	13.045	10.765	7.827	6.459	20.872	17.224
2014	10.401	7.802	6.240	4.681	16.641	12.483
2015	13.266	9.069	7.960	5.442	21.226	14.511
2016	63.859	39.826	38.330	23.904	102.189	63.730
TOTAL	**156.634**	**118.558**	**93.995**	**71.144**	**250.629**	**189.702**

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2012	7.167	7.167	4.300	4.300	11.467	11.467
2013	55	55	33	33	88	88
2014	2.444	2.444	1.467	1.467	3.911	3.911
2015	150	150	90	90	240	240
2016	3.055	3.055	1.833	1.833	4.888	4.888
2017 a 2019	1.329	1.329	797	797	2.126	2.126
2020 a 2022	6	6	3	3	9	9
2027 a 2029	452	452	272	272	724	724
TOTAL	**14.658**	**14.658**	**8.795**	**8.795**	**23.453**	**23.453**

c) Despesas Tributárias

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(88.094)	(173.177)	(155.145)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.584)	(14.423)	(15.416)
Outros Valores	(944)	(1.395)	(2.621)
Total	**(96.622)**	**(188.995)**	**(173.182)**

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outras que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN Nº 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010.

b)A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 31.12.2011 e 31.12.2010, a seguir demonstrado:

Especificação	31.12.2011			31.12.2010		
	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações
1.PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)						
1.1Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	**82.269**	**82.269**	**1**	**74.847**	**74.847**	**1**
1.2 Causas Fiscais	**850.647**	**30.309**	**201**	**554.803**	**26.678**	**179**
1.2.1 Obrigação Legal	1.063	1.063	10	551	551	7
1.2.2 Outras Obrigações-Diversas	849.584	29.246	191	554.252	26.127	172
Provável	29.246	29.246	-	26.127	26.127	-
Possível	617.180	-	-	363.126	-	-
Remota	203.158	-	-	164.999	-	-
2 .PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.h)						
2.1 Causas Trabalhistas	**263.035**	**182.824**	**802**	**226.032**	**161.863**	**802**
Provável	182.824	182.824	-	161.863	161.863	-
Possível	31.463	-	-	25.716	-	-
Remota	48.748	-	-	38.453	-	-
2.2 Causas Cíveis	**2.519.657**	**106.653**	**4.984**	**1.834.025**	**92.970**	**4.590**
Provável	106.653	106.653	-	92.970	92.970	-
Possível	467.538	-	-	350.839	-	-
Remota [(1)]	1.945.466	-	-	1.390.216	-	-
2.3 Outras Causas	**697**	**140**	**44**	**3.947**	**65**	**65**
Provável	140	140	-	65	65	-
Possível	556	-	-	1.770	-	-
Remota	1	-	-	2.112	-	-

Nota:

(1) A variação da contingência passiva classificada com risco remoto, relacionada às causas cíveis, comparada à posição de 31.12.2010, decorreu, principalmente, em razão dos seguintes processos: a) Ação que visa indenização por danos morais, materiais, pagamento de honorários advocatícios e custas processuais, na qual houve variação de contingência passiva no valor de R$ 83.518; b) Ação que visa pagamento de contribuição extra - CAPEF, na qual houve variação de contingência passiva no valor de R$ 95.596; e c) Ação que visa devolução de valores indevidamente pagos, na qual houve variação de contingência passiva no valor de R$ 36.275. Juntos os referidos processos apresentaram saldo líquido de variação na ordem de R$ 215.389.

e) Demonstramos a movimentação das seguintes provisões:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	74.847	71.343
Constituição	8.933	4.149
Reversão/Utilização/Baixa	(1.511)	(645)
Saldo Final	82.269	74.847
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	551	-
Constituição	512	551
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	1.063	551
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	26.127	23.824
Constituição	4.916	2.987
Reversão/Utilização/Baixa	(1.797)	(684)
Saldo Final	29.246	26.127
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	161.863	150.741
Constituição	34.203	44.785
Reversão/Utilização/Baixa	(13.242)	(33.663)
Saldo Final	182.824	161.863
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	92.970	95.338
Constituição	23.836	38.025
Reversão/Utilização/Baixa	(10.153)	(40.393)
Saldo Final	106.653	92.970
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	65	567
Constituição	159	12
Reversão/Utilização/Baixa	(84)	(514)
Saldo Final	140	65
vii) Férias		
Saldo Inicial	52.818	39.346
Constituição	68.777	67.870
Reversão/Utilização/Baixa	(63.262)	(54.398)
Saldo Final	58.333	52.818
viii) FNE		
Saldo Inicial	1.177.757	956.261
Constituição	429.774	409.232
Reversão/Utilização/Baixa	(220.724)	(187.736)
Saldo Final	1.386.807	1.177.757
ix) FDNE		
Saldo Inicial	277	37
Constituição	1.316	240
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	1.593	277
x) PROAGRO		
Saldo Inicial	3.299	-
Constituição	-	3.299
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	3.299	3.299
xi) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	-	-
Constituição	86.551	-
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	86.551	-

f)O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item "b", retromencionado.

g)Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no item "d", subitens 1.1 e 1.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.

h)A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2011, R$ 276.218. O processo foi ajuizado em 02.02.2011, portanto não existia estimativa de perda financeira na posição de 31.12.2010.

Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data base de 31.12.2011, perfazem

respectivamente, R$ 160.547 e R$ 108.879. Na posição de 31.12.2010, representavam, respectivamente, R$ 131.730 e R$ 85.032, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2011, R$ 83.321. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R$ 1, com nível de risco remoto, valor este, estipulado na petição inicial.

Ação na esfera cível que visa Repetição de Indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2011, R$ 32.459. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R$ 27.147, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa Indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes, sob a alegação de que o Banco não assumiu as responsabilidades pactuadas no Acordo de Cooperação Técnica e Financeira, e muito menos no Termo de Parceira firmado, bem como de negativa na concessão de financiamento para a atividade da estrutiocultura (criação de avestruzes). A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2011, R$ 22.624. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R$ 18.921, com nível de risco possível.

i)Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíves e/ou remotas, conforme quadro abaixo:

Especificação	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Demandas Trabalhistas	414.916	162.830
Demandas Fiscais	197.267	169.532
Demandas Cíveis	23.825	16.878
Total	**636.008**	**349.240**

j)Do total de provisões registradas em Provisões para Passivos Contingentes/FNE em 2011, R$ 72.753 foi em atendimento às determinações do BACEN por meio do Ofício GTRJA/Cosup-03/2011/77, de 22.12.2011, fundamentadas nas disposições do art. 3º da Resolução CMN Nº 2682, de 21.12.1999.

k) O valor de R$ 86.551, registrado em Outros Passivos Contingentes, refere-se a provisões decorrentes da reclassificação de risco de um grupo de 153 operações de crédito, recomendadas pelo BACEN por meio do Ofício GTRJA/Cosup-03/2011/77, de 22.12.2011. Esta provisão será revertida ou transferida para a adequada conta de provisão para fazer face aos riscos de crédito, à medida em que a análise desta reclassificação for se efetivando.

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores

Em 31.12.2011, os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários são os seguintes em R$ 1,00:

Remuneração Bruta [1]	**31.12.2011**
Máxima	26.481,45
Mínima	948,65
Média	6.983,98

Nota:

[1] Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Em 31.12.2011, os valores da remuneração do exercício paga pelo Banco à Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal são os seguintes em R$ 1,00:

Especificação	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Remuneração Bruta [1]	**Diretoria**	
Maior remuneração individual	471.963,15	461.242,05
Menor remuneração individual	441.962,10	356.538,74
Remuneração média individual	452.923,95	400.675,96
Número de membros [2]	7	7
Remuneração Bruta [1]	**Conselho de Administração**	
Maior remuneração individual	32.591,00	30.889,33
Menor remuneração individual	32.591,00	30.889,33
Remuneração média individual	32.838,88	30.292,26
Número de membros [2]	6	6
Remuneração Bruta [1]	**Conselho Fiscal**	
Maior remuneração individual	32.591,00	30.889,33
Menor remuneração individual	32.591,00	30.889,33
Remuneração média individual	32.475,56	30.311,52
Número de membros [2]	5	5

Notas:

[1] Valores aprovados pela 58ª reunião da Assembléia Geral Ordinária e 88ª reunião da Assembléia Geral Extraordinária do Banco do Nordeste, realizadas cumulativamente em 01.04.2011.

[2] O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.12.2011, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 6.077 (5.993 em 31.12.2010), registrando-se, um acréscimo de 1,40% no quadro de pessoal do Banco.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados - PLR

No exercício foi provisionado o valor de R$ 37.077, referente à participação dos empregados e administradores nos lucros, sendo R$ 36.635 referente à participação dos empregados, equivalente a 21,65% dos dividendos e juros sobre o capital próprio e 11,64% do lucro líquido do exercício.

NOTA 25– Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM Nº 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios por desligamento;
- Outros Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

c) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

c.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC Nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

c.1.1) Regime Atuarial

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM Nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

c.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

c.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.12.2011, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2010, 1:1).

c.1.4) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial do plano BD, na posição de 31.12.2011, apresenta-se superavitário em R$ 3.645 (superávit de R$ 6.311 em 31.12.2010) tendo como principais impactos o resultado positivo de investimentos, no valor de R$ 238.201, a reversão de contingências no valor de R$ 11.942, e dispêndios no importe de R$ 252.809, estes decorrentes do aumento das obrigações do plano, pagamento de benefícios e despesas administrativas. Merece destaque, a redução nas provisões matemáticas do plano de benefícios no valor de R$ 16.750, em face da revisão em seu plano de custeio, através do aumento da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos, de 21,25% para 21,50%, a partir de 01.01.2012.

A situação atuarial do plano CV I, na posição de 31.12.2011, é equilibrada, visto que todas as obrigações atuariais existentes, que totalizam R$ 63.785, possuem características de contribuição definida.

c.2) Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

c.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

c.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

d) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir, conforme avaliações atuariais realizadas pela PROBUS Suporte Empresarial S/S Ltda., com base em informações fornecidas pela CAPEF, pela CAMED e pelo Banco, em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM Nº 600:

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	3.109.048	2.738.730	16.494	-	492.916	469.032
2. Custo do Serviço Corrente	16.743	17.359	45.267	18.024	54.109	39.443
3. Custo dos Juros	331.595	309.271	1.673	-	52.572	52.965
4. Custo do Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
5. Benefícios Pagos pelo Plano (1)	(256.183)	(239.416)	(52)	-	(68.015)	(52.924)
6. Contribuições Recebidas de Associados, Aposentados e Pensionistas	51.900	52.425	-	-	11.792	10.201
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(7.765)	(7.786)	(1.689)	(788)	(15.501)	(13.633)
8. Perdas (Ganhos) Atuariais sobre a Obrigação Atuarial (2)	(25.348)	238.465	(1.162)	(742)	73.445	(12.168)
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	3.219.990	3.109.048	60.531	16.494	601.318	492.916

Notas: (1) CAMED: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados;
(2) Número de equilíbrio.

e) Análise da obrigação atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM Nº 600, na posição de 31.12.2011, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela CAPEF e CAMED, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

a) Planos de Previdência Privada

i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R$ 3.219.990 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R$ 2.762.074, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R$ 457.916;

ii. Plano CV I: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R$ 60.531 encontra-se integralmente fundado por ativos do plano no mesmo montante de R$ 60.531, não havendo obrigações atuariais a descoberto para esse plano.

b) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R$ 601.318 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R$ 73.826, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R$ 527.492.

f) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	2.618.418	2.255.509	16.494	-	58.171	11.789
2. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	375.219	296.148	2.336	-	5.747	1.535
3.Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	2.846	3.477	22.707	9.049	22.404	20.158
4.Contribuições Recebidas do Empregador (1)	54.662	55.871	22.559	8.975	43.902	139.250
5. Benefícios Pagos pelo Plano (2)	(256.183)	(239.416)	(52)	-	(68.015)	(52.924)
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	51.900	52.425	-	-	11.792	10.201
7.Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(7.765)	(7.786)	(1.689)	(788)	(15.501)	(13.633)
8. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano (3)	(77.023)	202.189	(1.824)	(742)	15.326	(58.205)
9.Valor justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	2.762.074	2.618.418	60.531	16.494	73.826	58.171

Notas: (1) CAPEF – Plano BD: Contribuições relativas a participantes ativos e assistidos; CAMED – Plano Natural: Contribuições relativas a associados e coparticipações pagas pelo empregador;
(2) CAMED – Plano Natural: Líquidos das coparticipações pagas pelos associados;
(3) Número de Equilíbrio.

g) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1.Valor Presente da Obrigação Atuarial	3.219.990	3.109.048	60.531	16.494	601.318	492.916
2.Valor Justo dos Ativos do Plano	(2.762.074)	(2.618.418)	(60.531)	(16.494)	(73.826)	(58.171)
3.Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta (item 1 – item 2)	457.916	490.630	-	-	527.492	434.745
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	457.916	490.630	-	-	527.492	434.745

h) Despesa reconhecida nas Demonstrações do Resultado

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Custo do Serviço Corrente	16.743	17.359	45.267	18.024	54.109	39.443
2. Contribuições de Empregados (1)	(2.846)	(3.477)	(22.707)	(9.049)	(22.404)	(20.158)
3. Custo dos Juros	331.595	309.271	1.673	-	52.572	52.965
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(375.219)	(296.148)	(2.336)	-	(5.747)	(1.535)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	51.675	36.276	662	-	58.119	46.037
6. Custo do Serviço Passado Reconhecido no Período	-	26.495	-	-	-	-
7. Despesa Reconhecida no Resultado	21.948	89.776	22.559	8.975	136.649	116.752

Nota:
(1) Contribuições recebidas de participantes ativos

i) Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Renda Fixa	85,44%	82,92%	85,04%	98,66%	8,19%	22,67%
Renda Variável	4,81%	5,79%	14,96%	0,00%	91,13%	45,91%
Investimentos Imobiliários	6,33%	5,36%	0,00%	0,00%	0,68%	2,19%
Empréstimos e Financiamentos	3,41%	3,55%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,01%	2,38%	0,00%	1,34%	0,00%	29,23%
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	1,36%	1,45%	0,00%	0,00%	8,19%	68,58%
Em propriedades/outros ativos utilizados pelo Banco	0,67%	0,68%	0,00%	0,00%	0,68%	0,00%

j) Retorno real dos ativos dos planos

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	375.219	296.148	2.336	-	5.747	1.535
2. Ganho (Perda) Atuarial sobre os Ativos do Plano	(77.022)	202.189	(1.824)	(742)	15.324	(58.205)
3. Retorno Real sobre os Ativos dos Planos (item 1 + item 2)	298.197	498.337	512	(742)	21.071	(56.670)

k) Valor presente da obrigação, valor justo dos ativos e superávit (déficit) no exercício corrente e nos últimos três exercícios

Especificação	CAPEF					
	Plano BD				Plano CV I	
	Deliberação CVM 600				Deliberação CVM 600	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2011	31.12.2010
1. Obrigação de Benefício Definido	(3.219.990)	(3.109.048)	(2.738.730)	(2.240.717)	(60.531)	(16.494)
2. Ativos do Plano	2.762.074	2.618.418	2.255.509	1.967.903	60.531	16.494
3. Superávit (déficit)	(457.916)	(490.630)	(483.221)	(272.814)	-	-
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano						
a. Montante	25.348	(238.465)	(392.699)	-	1.162	742
b. Percentual	(0,79%)	7,67%	14,34%	-	(1,92%)	(4,50%)
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano						
a. Montante	(77.023)	202.189	107.755	-	(1.824)	(742)
b. Percentual	(2,79%)	7,72%	4,78%	-	(3,02%)	(4,50%)

Especificação	CAMED			
	Plano Natural			
	Deliberação CVM 600			
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
1. Obrigação de Benefício Definido	(601.318)	(492.916)	(469.032)	(366.769)
2. Ativos do Plano	73.826	58.171	11.789	23.617
3. Superávit (déficit)	(527.492)	(434.745)	(457.243)	(343.152)
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano				
a. Montante	(73.445)	12.168	(72.418)	-
b. Percentual	12,21%	(2,47%)	15,44%	-
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano				
a. Montante	15.326	(58.205)	(6.670)	-
b. Percentual	20,76%	(100,06%)	(56,58%)	-

l) Estimativa de contribuições para o exercício de 2012

l.1) Dados de Entrada

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Taxa Nominal de Desconto no Início do Ano	10,75%	10,75%	10,75%
2. Taxa Nominal de Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano no Início do Ano	13,34%	14,41%	11,20%
3. Folha salarial de Participação Projetada (1)	50.274	234.574	-
4. Custo do Serviço Corrente	21.794	41.472	56.580
5. Contribuições Esperadas de Participantes Ativos (1)	3.344	20.805	21.570
6. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Ano	2.762.074	60.531	73.826
7. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Ano	3.219.990	60.531	601.318

Nota:
(1) Valores extraídos do fluxo de caixa atuarial

l.2) Estimativa do Custo Esperado

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Custo do Serviço Corrente	21.794	41.472	56.580
2. Contribuições de Empregados (1)	(3.344)	(20.805)	(21.570)
3. Custo dos Juros	346.120	6.507	64.636
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(368.461)	(8.723)	(8.269)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	51.675	662	58.119
6. Estimativa da Despesa a ser Reconhecida no Resultado do Período	47.784	19.113	149.496

Nota:
(1) Contribuições dos empregados, esperadas no ano, relativas a participantes ativos.

m) Premissas utilizadas

m.1) Premissas Biométricas

Especificação	Planos BD (CAPEF) e Plano Natural (CAMED)	Plano CV I (CAPEF)
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	AT2000 - Homens;	AT2000 - Homens
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência do IAPC - Fraca (1)	Experiência do IAPC - Fraca (1)
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência da CAPEF - Fraca (2)	-
Tábua de Rotatividade	Nenhuma	-

Notas:
(1) A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original;
(2) A tábua de entrada em invalidez utilizada é resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua Experiência da CAPEF original.

m.2) Premissas Econômicas

Especificação	CAPEF (% a.a.)		CAMED (% a.a.)
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,98	5,98	5,98
Taxa de inflação futura	4,50	4,50	4,50
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos do plano	13,34	14,41	11,20
Índice de aumento salarial real estimado	1,00	0,00	1,00
Taxa de crescimento real de benefícios do plano	0,00	0,00	0,00
Taxa de crescimento real de benefícios do INSS	0,00	0,00	3,20
Taxa de crescimento real dos gastos assistenciais	5,98	5,98	5,98

m.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

m.4)É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

n) Efeito do aumento de um ponto percentual e o efeito do decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos

Efeito da mudança de um ponto percentual na taxa de evolução de custos médicos	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo de serviço e o custo de juros	14.674	(7.762)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	82.125	(68.341)

o) Comentários adicionais

o.1) Despesas Correntes – obrigações apuradas no período, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;

o.2) (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no período, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – alínea "b" desta nota;

o.3) Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 96 a 101 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600; e

o.4) Não existem passivos contingentes relacionados às obrigações de benefícios pós-emprego no Banco do Nordeste.

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R$ 37.747.461 (R$ 33.326.631 em 31.12.2010) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).

b) O disponível do Fundo no valor de R$ 4.576.207 (R$ 3.653.134 em 31.12.2010), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R$ 445.076 (R$ 315.708 em 31.12.2010).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999; e

c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração Nº 616, de 26.05.2003.

A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.12.2011	Provisão em 31.12.2010
AA	2.786.457	-	-
A	11.429.317	28.549	25.186
B	8.880.056	44.875	35.642
C	899.438	13.453	9.232
D	599.739	30.004	17.470
E	281.753	42.434	31.192
F	262.615	66.089	72.859
G	225.288	86.689	56.646
H	2.113.108	1.074.714	929.530
TOTAL	**27.477.771**	**1.386.807**	**1.177.757**

d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o "del credere" do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o "del credere" é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º- A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o "del credere" é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial Nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de "del credere" foi de R$ 822.771 (R$ 690.226 em 31.12.2010).

e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem),

ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R$ 993.540 (R$ 816.783 em 31.12.2010).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	TADE	Valor
Programa Especial Combate Efeitos Estiagem	16/2006	2.036
PROGER-URBANO Investimento	17/2006	19.097
FAT - Infraestrutura	18/2006	274.523
PRONAF Investimento	19/2006	812
PROGER-RURAL - Custeio	20/2006	1.661
PRONAF - Custeio	01/2007	1.410
PROGER-RURAL - Investimento	02/2007	22.182
PROTRABALHO Investimento	04/2007	139.932
PNMPO-Pr.Nac.Microcréd.Prod.Orientado	01/2010	97.106
TOTAL		**558.759**

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R$ 622.390 (R$ 686.792 em 31.12.2010) têm custo de captação com base na taxa SELIC enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R$ 50.795 (R$ 370.420 em 31.12.2010).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT Nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2011		
		Forma (1)	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS (2)	Aplicado TJLP (3)	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.635	10	85	9.838	9.923
PROGER – URBANO- Investimento	17/2006	RA	26.066	996	13.293	62.810	76.103
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	120.350	11.266	20.404	249.455	269.858
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	344	11	192	484	676
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	118	4	69	77	146
PROTRABALHO-Investimento	04/2007	RA	43.277	264	3.320	159.625	162.945
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	8.332	1.102	13.432	89.306	102.738
TOTAL			**201.122**	**13.653**	**50.795**	**571.595**	**622.389**

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2010		
		Forma (1)	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS (2)	Aplicado TJLP (3)	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.169	17	155	11.776	11.931
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	20.950	460	18.200	60.448	78.648
FAT – Infraestrutura (4)	18/2006	RA	8.389	627	328.476	50.731	379.207
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	296	9	200	782	982
PROGER – RURAL- Custeio	20/2006	RA	496	7	-	-	-
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	92	3	73	182	255
PROGER RURAL- Investimento	02/2007	RA	3.186	31	-	-	-
PROTRABALHO- Investimento	04/2007	RA	52.103	985	3.535	192.453	195.988
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	402	121	19.781	-	19.781
TOTAL			**89.083**	**2.260**	**370.420**	**316.372**	**686.792**

Notas:

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa SELIC;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basiléia

a) Gestão de Riscos e Capital

Introdução e Visão Geral

O Banco está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e

- Risco operacional**.**

Estrutura de Gerenciamento de Risco

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação das políticas de riscos e consequente submissão ao Conselho de Administração. A Diretoria de Controle e Risco coordena a implementação das políticas de riscos e monitora o desempenho das áreas gestoras de riscos.
O Comitê corporativo de gestão de riscos aprecia e delibera sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas às instâncias superiores, bem como aquelas a serem implementadas pelas instâncias inferiores.
Área específica coordena a gestão operacional dos riscos, gerencia em nível corporativo: a) os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; b) propõe a definição de metodologias e modelos de gestão de risco de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; e c) promove a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco.

Política de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.
Os riscos não se apresentam unicamente como ameaças, vez que também as oportunidades são eventos de riscos, sobretudo no âmbito estratégico. Sem descurar das oportunidades que se apresentem ao Banco, que são devidamente avaliadas, as diretrizes delineadas na política corporativa de gestão de riscos do Banco voltam-se para a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, abrangendo os respectivos controles.

a.1) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
O risco de crédito compreende:
- O risco de crédito da contraparte, inclusive no tocante a obrigações envolvendo instrumentos financeiros derivativos;
- O risco de decisões do governo do país onde se localiza o tomador ou contraparte e de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- O risco de desembolso para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações semelhantes; e
- O risco de não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou convenente de operações de crédito.

Exposições por Setor Econômico	**Exposição**	
	31.12.2011	**31.12.2010**
OPERAÇÕES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COOBRIGAÇÕES	**27.900.112**	**25.403.408**
Público	**1.527.360**	**1.552.553**
Privado	**26.372.752**	**23.850.855**
Comércio	2.854.921	2.038.548
Comércio Exterior	835.083	522.239
Habitação	242	242
Indústria	6.563.170	4.183.965
Infraestrutura	4.414.467	3.404.530
Intermediários Financeiros	262.718	692.004
Microfinança Urbana	1.165.074	762.969
Pessoas Físicas	196.285	172.320
Rural	5.983.626	6.327.219
Outros Serviços	4.097.166	5.746.819
OPERAÇÕES DE MERCADO	**14.879.825**	**13.130.399**
Títulos Públicos Federais	**12.631.707**	**10.611.256**
Operações Compromissadas	4.415.402	4.327.417
Outras	8.216.305	6.283.839
Depósitos Interfinanceiros	**188.842**	**407.114**
Outros Títulos e Valores Mobiliários	**1.147.537**	**1.022.417**
Outras Operações	**911.739**	**1.089.612**
DEMAIS ATIVOS	**1.872.530**	**1.520.759**
Valor Total das Exposições	**44.652.467**	**40.054.566**

a.2) Gerenciamento de Risco de Crédito

Constituem-se diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito:
1) Limites de Risco
Todas as operações de crédito são amparadas por limites de risco. Em regras gerais, esses limites são deferidos mediante decisão por comitês, desde os de agência até a Diretoria, com base em modelos específicos para clientes dos setores rural, industrial, comercial e serviços.
2) Avaliação de Risco
Os limites de risco são precedidos de avaliação de risco, elaborada em modelos concebidos de acordo com as características do cliente e operação, a saber: i) clientes de pequeno porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, a maioria constituída de miniprodutores rurais e microempreendedores urbanos – a análise de risco é circunscrita ao exame cadastral do cliente e ao enquadramento da operação nos normativos de cada programa de financiamento,

cujas condições visam atender seletivamente aos tomadores de crédito; ii) clientes de médio porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco – aplicação de modelos especialistas de avaliação de risco, de acordo com as atividades dos clientes, mediante a seleção de alternativas padronizadas para os fatores de risco analisados; e iii) clientes de grande porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, incluindo os titulares de operações estruturadas – aplicação de modelo fundamentalista de avaliação de risco, feita mediante exame individual e detalhado para cada aspecto de risco, com fulcro nas constatações, dados e argumentos de análise, inclusive com a aplicação de critérios para aceitação de garantias diferenciadas, permitindo a análise do crédito em condições especiais, considerando a singularidade e complexidade dos projetos e operações desse porte.

3) Classificação de Risco

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com suas características, valor, prazo, garantias e situação.

O gerenciamento do risco de crédito envolve um fluxo constante de informações que permitem a identificação, mensuração, controle e mitigação de risco, de forma a assegurar que o Banco mantenha exposição a risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

4) Avaliação dos Ativos por Carteira

A avaliação por carteiras permite identificar, em seu portfólio de produtos e clientes, as concentrações de risco, visando adotar procedimentos preventivos e corretivos quanto à administração dos riscos globais da Instituição.

5) Garantias

A política para constituição de garantias para as operações de crédito estabelece parâmetros de escolha de garantias e de sua avaliação. Em função da qualidade da garantia e de sua suficiência, à luz da avaliação de risco do cliente, a classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação, poderá receber reavaliações para um maior ou menor nível de risco.

6) Processo de Decisão

Qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

a.3) Valor das Garantias Recebidas

As garantias para operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade e suficiência à luz da avaliação de risco do cliente. A classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação, poderá receber reavaliação para um maior ou menor nível de risco. As operações acima de R$ 5.000, analisadas individualmente, cujos montantes importam em R$ 6.394.184 na posição de 31.12.2011 (R$ 6.130.588 em 31.12.2010) estão lastreadas por garantias reais (alienação fiduciária de bens móveis, hipoteca e penhor) e outras garantias (quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco – FGPC, vinculação de cotas e fiança bancária, dentre outras).

Em todas estas operações, o Banco exige um lastro de pelo menos 125% de cobertura e, no caso de garantias reais, determina a avaliação das mesmas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que haja fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação.

b) Risco de Liquidez

b.1) Gerenciamento do Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição. O risco de liquidez pode ser agravado pelo risco de mercado como possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de gerar recursos financeiros para honrar compromissos assumidos, seja pela dificuldade de vender ativo, sem perda significativa do valor, seja pela dificuldade de captar recursos.

O monitoramento da liquidez é realizado diariamente, observando-se os limites estabelecidos na política de gestão dos riscos de mercado e de liquidez aprovada pela administração. Para tanto, são efetuadas projeções de liquidez para o período de 90 dias, considerando-se o cenário mais conservador, ou seja, submetendo-se o fluxo de valores a receber a uma situação de estresse máximo, no qual as disponibilidades são comparadas aos compromissos previstos para os próximos 90 dias, desconsiderando-se todos os valores previstos a receber. Os níveis de liquidez mantidos, também levam em consideração as possibilidades de liquidação antecipada de empréstimos e de depósitos que não possuam vencimento definido.

Para gerir o risco de liquidez, o Banco utiliza as metodologias abaixo, que são revistas e reavaliadas periodicamente:

- Saldos globais de ativos e passivos, por carteira, por título, apontando eventuais descasamentos por indexadores e por prazos;

- GAP medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa do Banco;

- Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de liquidez;

- Fluxo de caixa; e

- Mapa de descasamento cambial.

As informações relativas aos riscos de liquidez são comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. Tal índice tem caráter eminentemente conservador, pois desconsidera todos os fluxos de reembolsos. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

A tabela abaixo demonstra o índice de liquidez nos anos de 2011 e de 2010:

Especificação	2011 (%)	2010 (%)
Em 30 de junho	245,45%	290,82%
Média dos últimos 12 meses	227,39%	241,15%
Máximo dos últimos 12 meses	321,96%	312,57%
Mínimo dos últimos 12 meses	175,15%	189,31%

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais, nas posições de 31.12.2011 e 31.12.2010:

Especificação	31.12.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	10.968	202.145	379.955	-	-
Depósitos a Prazo	67.803	225.712	1.524.753	2.884.486	3.574.573
Operações Compromissadas	638.093	-	-	72.531	30.165
Letras do Agronegócio - LCA	47.951	70.784	81.907	-	-
Total	**764.815**	**498.641**	**1.986.615**	**2.957.017**	**3.604.738**
Recursos Disponíveis	**3.185.694**				

Especificação	31.12.2010				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	144.831	53.968	479.505	16.367	-
Depósitos a Prazo	44.489	384.187	589.673	4.214.105	3.189.624
Operações Compromissadas	461.206	-	44.311	37.450	-
Total	**650.526**	**438.155**	**1.113.489**	**4.267.922**	**3.189.624**
Recursos Disponíveis	**3.869.499**				

b.2) Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez descreve as orientações a serem observadas pelas áreas correspondentes na ocorrência de crise de liquidez. Entende-se como crise de liquidez ocorrências e ameaças, imediatas ou futuras, de desequilíbrio na capacidade de pagamento do Banco e que não possam ser corrigidas com medidas usuais de gestão dos recursos de tesouraria.

Caracteriza situação de crise de liquidez:

1) A insuficiência de disponibilidades para honrar os compromissos previstos para 90 dias, independentemente do fluxo de recebimentos nesse período; ou

2) A identificação, de forma antecipada, a partir do acompanhamento do fluxo de caixa da instituição, de que o Banco não reúna disponibilidades suficientes para honrar suas obrigações em qualquer instante futuro.

A responsabilidade pela identificação de crise de liquidez é de área específica de gestão de riscos. As ações operacionais para a solução de crise de liquidez seguirão as recomendações de grupo especial para gestão de crise de liquidez.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez efetivar-se-á diante de crise de liquidez ou no caso em que projeções de cenários acusem potencial situação de não-liquidez, e a recuperação da situação de liquidez dar-se-á a partir das recomendações do colegiado.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez ocorrerá de forma autônoma e alcançará todas as áreas operacionais e negociais que estejam relacionadas à crise de liquidez. As recomendações provenientes do grupo especial para gestão de crise de liquidez serão submetidas à apreciação da Diretoria mediante parecer fundamentado.

A estratégia de ação diante de crise de liquidez envolverá:

1) No âmbito externo:

- Realização de operações e de renegociações de operações com instituições financeiras com as quais o Banco mantenha relacionamento no mercado interbancário;

- Realização de operações com a autoridade monetária;

- Renegociação de condições operacionais com clientes com os quais o Banco mantenha operações ativas e passivas; e

- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

2) No âmbito interno:

- Descontinuidade, modificação ou suspensão da comercialização de produtos;

- Suspensão de concessão de limites operacionais;

- Renegociação de operações ativas e passivas, podendo envolver a antecipação de recebimentos e o alongamento de prazos de operações passivas;

- Renegociação de contratos com fornecedores; e

- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

Os procedimentos para solução de crise de liquidez envolvem, mas não se limitam a estes:

- Elevação da taxa de captação de recursos;

- Captação de recursos em novos mercados;

- Redução ou a suspensão de realização de operações ativas;

- Transferência de carteira de crédito;

- Postergação ou a suspensão da liberação de recursos para operações contratadas;

- Renegociação de passivos existentes;

- Venda de ativos; e

- Realização de operações com a autoridade monetária.

Não é exigida ordem de preferência para a adoção dos procedimentos acima, cabendo ao grupo especial para gestão de crise de liquidez estabelecer os critérios, a forma e a sequência cronológica para a implementação das recomendações à luz da situação factual, dos seus efeitos e do tempo requerido para a obtenção dos resultados necessários.

c) Risco de Mercado

c.1) Gerenciamento do Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação dos custos do passivo resultante de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de commodities.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco leva em consideração múltiplos cenários, utilizando-se das seguintes metodologias:

1) VaR (value at risk) global, por carteira, por título e por indexador;

2) Duration global (ativos e passivos), por carteira, por título e por indexador;

3) Teste de estresse;

4) GAP medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa;

5) Saldos globais de ativos e passivos, por carteira, por título, apontando eventuais descasamentos por indexadores;

6) Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado; e

7) Mapa de descasamento cambial.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
• Carteira de negociação: 1% do valor da carteira • Carteira de não-negociação: 5% do valor da carteira	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

c.2) Carteiras de Negociação e Não Negociação

Para efeito da gestão dos riscos de mercado, as operações são classificadas em duas carteiras:

1) **Carteira de negociação (*trading book*):** constituída com operações realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade. A composição da carteira de negociação é acompanhada diariamente pela área de gestão de riscos, utilizando-se o valor marcado a mercado das operações.

Para acompanhamento e controle dos riscos da Carteira de Negociação, adota-se o monitoramento da exposição a risco através do cálculo do VaR Paramétrico, que mensura a perda máxima esperada de uma carteira dentro de um intervalo de tempo, levando-se em conta o nível de confiança de 99%. O Value at Risk (VaR) das operações prefixadas da Carteira de Negociação do Banco, na posição de 31.12.2011, ficou quantificado em R$ 290, ante o saldo líquido (ativo menos passivo) de R$ 2.298.151 de composição desta carteira.

Na data base de 31.12.2011, o VaR representou apenas 0,0126% do valor líquido da Carteira de Negociação, bem abaixo do limite de 1% estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Risco do Banco.

A reduzida exposição ao risco de mercado desta carteira deve-se ao fato de que as operações prefixadas correspondentes, na sua maioria, têm um prazo de um dia e são lastreadas em títulos públicos federais.

2) **Carteira de não negociação (*banking book*):** formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, expostas aos riscos de mercado. A mensuração e avaliação do risco de taxas de juros da carteira de não negociação, relacionado à taxa de juros da economia, aos cupons cambiais, de taxas de juros e de índices de preços obedecem aos pressupostos estabelecidos pelo Banco Central, utilizando-se metodologias de amplo conhecimento e emprego por parte das instituições financeiras, baseadas nos seguintes parâmetros e hipóteses:

- VaR paramétrico;

- Distribuição normal;

- Parâmetro estatístico;

- Desvio padrão dos retornos;

- Prazo de liquidação da carteira: 10 dias;

- Período de observação do histórico de taxas: 1 ano;

- 12 vértices e suas respectivas correlações; e

- Nível de confiança de 99%.

O cálculo do VaR é feito com a utilização de informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, relativamente às taxas praticadas pelo mercado financeiro para cada fator de risco.

c.2.1) Indicadores de Risco de Mercado

Apresenta-se, a seguir, um resumo dos indicadores de risco de mercado, em valores marcados a mercado:

Especificação	**31.12.2011**	**De 01.01.2011 a 31.12.2011**		
		Médio	**Máximo**	**Mínimo**
Exposição Cambial Marcada a Mercado	29.042	34.479	110.465	1.567
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	643	709	2.035	257
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	345	1.501	16.894	280
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não Negociação (RBAN)	48.603	57.975	86.526	40.848
Especificação	**31.12.2010**	**De 01.01.2010 a 31.12.2010**		
		Médio	**Máximo**	**Mínimo**
Exposição Cambial Marcada a Mercado	43.648	51.879	90.299	11.267
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	381	895	1.863	195
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	16.652	21.227	30.543	16.652
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não Negociação (RBAN)	74.721	47.351	81.296	16.048

c.2.2) Teste de estresse

O teste de estresse, ferramenta de análise de cenários extremos, permite antever potenciais ganhos ou perdas em carteira de operações, diante da variação das taxas de juros, câmbio ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas.

O quadro abaixo demonstra os resultados dos testes de estresses da carteira de não negociação (CnN) para a posição de 31.12.2011, considerando-se os fatores que contribuem individualmente com mais de 5% da carteira, nos termos dos incisos III e IV do artigo 2º da Circular do BACEN Nº 3.365, de 12.09.2007.

A base de operações utilizada contém valores marcados a mercado e é classificada por fatores de riscos.

Para estresse das variações de taxa de juros sobre operações prefixadas, o choque é aplicado na taxa de DIxPre e nas demais operações o choque é aplicado sobre o respectivo cupom gerando um novo valor marcado a mercado.

O teste de estresse consistiu em se estimar a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas necessários para acarretar variações do valor de mercado das operações que impliquem reduções correspondentes a 5% , 10% e 20% do Patrimônio Líquido de Referência (PR), utilizando choque sobre as taxas que compõem as ETTJs (Estruturas a Termo de Taxas de Juros). Os resultados dos choques paralelos são apresentados, em pontos base e pontos percentuais, no quadro a seguir:

Tipo de Risco	Fator de Risco	Choque Paralelo (taxas anuais) – Carteira de Não Negociação					
		Perda de 5%		Perda de 10%		Perda de 20%	
		Basis Points	Pontos Percentuais	*Basis Points*	Pontos Percentuais	*Basis Points*	Pontos Percentuais
Cupom de Índice de Preços	Cupom de IGP-M	209,2	2,09	469,8	4,70	1.284,7	12,85
Cupom de Taxa de Juros	Cupom de TJLP	(509,0)	(5,09)	(844,5)	(8,45)	(1.281,0)	(12,81)
	Cupom de TR	sem estresse		sem estresse		sem estresse	
Juros Prefixados	Juros Prefixados	547,7	5,48	1.273,8	12,74	3.614,6	36,15

Verifica-se que os cenários de choques nas taxas de juros mensais para produzir perdas a partir de 5% do Patrimônio Líquido de Referência (PR) do Banco, apresentam-se bastante improváveis. Considerando as maiores exposições em 31.12.2011, atreladas aos fatores de risco de juros prefixados e TJLP, o choque para perdas de 5% do PR seria da ordem de 5,99 pontos percentuais na taxa anual no caso do risco de juros prefixados e negativo de 3,22 pontos percentuais no cupom nas operações em TJLP.

c.3 – Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM Nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	2.411.917	2.405.371	(6.546)	2.402.873	(9.044)
Carteira de Não Negociação						
Cupom de Dólar	Redução do cupom de dólar	(4.370)	(12.160)	(7.790)	(13.969)	(9.599)
Cupom de IGP	Aumento do cupom de IGP	1.791.388	1.640.507	(150.880)	1.507.295	(284.093)
Cupom de IPCA	Redução do cupom de IPCA	(366.953)	(412.158)	(45.205)	(465.173)	(98.220)
Cupom de TJLP	Redução do cupom de TJLP	(721.965)	(766.609)	(44.644)	(816.644)	(94.679)
Cupom de TR	Aumento do cupom de TR	(1.423.929)	(1.426.330)	(2.401)	(1.428.002)	(4.073)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	3.751.176	3.630.522	(120.654)	3.525.432	(225.744)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBOVESPA. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Hedge	Aumento da taxa referencial BM&F DI x PRE	Swap DI x Pre	(453.504)	(438.918)	(425.420)
		Ativo Prefixado	412.775	382.030	354.641
		Exposição Líquida	(40.729)	(56.888)	(70.779)
Hedge	Aumento da taxa referencial BM&F DI x Dólar	Swap Dólar x DI	561.711	542.289	523.703
		Passivo em ME	(577.234)	(560.841)	(545.413)
		Exposição Líquida	(15.523)	(18.552)	(21.710)

Na data-base de 31.12.2011, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre
O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI
O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Dólar.

d) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda, potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo se robustece a partir de estrutura organizacional especifica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Encontra-se segmentado sob duas abordagens: enfoque qualitativo e enfoque quantitativo.

A abordagem qualitativa reúne metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais e são compostas de descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das inconformidades. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicados ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

e) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções Nºs 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (Commitments); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 31.12.2011, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 31.12.2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do Banco do Nordeste foi de 16,32% (13,22% em 31.12.2010), enquanto o PR foi de R$ 4.604.614 (R$ 3.248.273 em 31.12.2010). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R$ 3.054.085 em 31.12.2011 (R$ 2.627.409 em 31.12.2010).

A posição de capital regulador do Banco é apresentada abaixo:

i. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.604.614	3.248.273
. Nível I	2.302.307	2.146.806
. Nível II	2.302.307	1.101.467
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.054.085	2.627.409
. Parcela PEPR (1)	2.619.648	2.248.812
. Parcela PJUR	642	381
. Parcela PCOM	345	16.652
. Parcela POPR	433.450	361.564
c) Valor do RBAN	48.603	74.721
Margem (a-b-c)	1.501.926	546.143
Índice de Basiléia (Circ.BACEN Nº 3.477, de 28.12.2009)	16,58%	13,60%
Índice de Basiléia (Incluindo Valor RBAN)	16,32%	13,22%

Nota:

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular BACEN Nº 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Patrimônio de Referência (PR)	4.604.614	3.248.273
. Nível I	2.302.307	2.146.806
(+) Patrimônio Líquido	2.329.499	2.177.338
(-) Reservas de Reavaliação	25.198	28.064
(-) Créditos Tributários Excluídos	291	291
(-) Ativo Permanente Diferido	1.703	2.177
. Nível II	2.302.307	1.101.467
(+) Reservas de Reavaliação	25.198	28.064
(+)Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR (1)	1.137.872	-
(+) Instrumentos de Dívida Subordinada (2)	1.216.319	1.101.848
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	65.165	28.445
(-) Excesso de Capital Nivel II em relação ao Nível I	11.917	-

Notas:

(1) O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

(2) Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

Em 22.12.2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R$ 1.000.000, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. O referido contrato não possui data de vencimento.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular Nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal ***www.bnb.gov.br*** no link Relação com Investidores.

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Ativos		
Operações de Crédito - Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	473.643	533.239
TOTAL	**473.643**	**533.239**

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a.4 e Nota 27)	**622.389**	**686.792**
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	**1.286.685**	**1.686.776**
Tesouro Nacional	992	1.086
BNDES	1.152.894	933.260
FINAME	132.799	52.859
Outras Instituições	-	699.571
Outras Obrigações	**6.932.417**	**5.762.276**
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.e)	4.578.226	3.656.262
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.f)	1.137.872	1.004.166
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.g)	1.216.319	1.101.848
TOTAL	**8.841.491**	**8.135.844**

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (CAPEF) e Caixa de Assistência Médica (CAMED), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Passivos		
Outras Obrigações (Nota 16.h)	**985.408**	**925.375**
CAPEF	457.916	490.630
CAMED	527.492	434.745
TOTAL	**985.408**	**925.375**

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Benefícios de Curto Prazo	**1.684**	**3.344**	**3.075**
Honorários	**1.391**	**2.612**	**2.473**
Diretoria	1.202	2.239	2.132
Conselho de Administração	98	194	186
Conselho Fiscal	91	179	155
Outros	**115**	**336**	**376**
Participação no Lucro	**178**	**396**	**226**
TOTAL	**1.684**	**3.344**	**3.075**

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Benefícios Pós-Emprego	109	200	84
TOTAL	**109**	**200**	**84**

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 30 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Créditos Abertos para Importação	131.958	110.589
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.219	92.919
- FNE	13.926.213	12.093.509
- Outras Entidades	54.180	40.745
Coobrigações em Cessões de Crédito	26.815	29.549

b) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R$ 405.649 (R$ 392.459 em 31.12.2010) assim distribuídos:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Bens Móveis	137.144	123.783
Bens Imóveis	264.485	264.656
Bens Imóveis de Terceiros	2.863	2.863
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.157	1.157
TOTAL	**405.649**	**392.459**

c) Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

No primeiro semestre de 2011, o Banco passou a divulgar as demonstrações financeiras anuais com a adoção do padrão contábil International Financial Reporting Standards (IFRS), preconizado pelo International Accounting Standard Board (IASB), em seu portal na internet. As primeiras demonstrações disponíveis são relativas à posição de 31.12.2010 (comparando-se com as de 31.12.2009).

Embora o Banco esteja desobrigado de divulgar demonstrações nesse novo formato, a administração do Banco decidiu fazê-lo voluntariamente por entender que o padrão do IASB traz conceitos novos para os registros e procedimentos contábeis, que proporcionam maior transparência e precisão nas informações, compatibilizando-as com as melhores práticas de governança corporativa.

Estima-se que as demonstrações de 31.12.2011, comparativas com as de 31.12.2010, sejam divulgadas no primeiro semestre de 2012. A administração do Banco acredita que não são significativamente diferentes o patrimônio e o resultado decorrentes da apuração das demonstrações financeiras em IFRS, comparativamente ao padrão contábil adotado nas demonstrações financeiras elaboradas em obediência às normas do Banco Central, posto que muitas das regras do IASB já vinham sendo adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

d) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio de reunião realizada em 7 de fevereiro de 2012.

Fortaleza, 7 de fevereiro de 2012

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2011, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do

Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 7 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” CE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e com base no Parecer dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu, de 7 de fevereiro de 2012, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no exercício de 2011.

Fortaleza (CE), 7 de fevereiro de 2012.

O Conselho Fiscal

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º. Semestre de 2011

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. é um órgão instituído na forma da Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional, com atribuições e requisitos de funcionamento inseridos no Estatuto Social do Banco.

Atividades do Comitê – Dentro de sua missão institucional, atuou focado no assessoramento ao Conselho de Administração, avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, revisão das Demonstrações Contábeis, desempenho da Ouvidoria e no acompanhamento das demandas dos órgãos de fiscalização e controle externo. No semestre, foram 16 reuniões, sendo 12 ordinárias e 4 extraordinárias.

Dentre as principais realizações, cabe destacar as seguintes atividades:

Assessoramento ao Conselho de Administração – O Comitê acompanhou a implantação das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, o atendimento de demandas do Conselho de Administração, de recomendações à Diretoria e da implementação de recomendações da Auditoria Interna, Auditoria Externa e órgãos de controle externos, tendo participado de onze reuniões com o Conselho de Administração.

Avaliação dos Sistemas de Controles Internos – O Banco vem estabelecendo diretrizes voltadas para o aperfeiçoamento dos controles internos, da segurança e da gestão de riscos e desenvolve ações para a implantação de estruturas de gerenciamento de capital e requerimentos de liquidez, visando a atender recomendações contidas nos Acordos de Capital Basiléia II e III e cumprir o cronograma estabelecido pelo BACEN.

Avaliação da efetividade da Auditoria Interna – A Auditoria Interna desenvolve suas atividades com satisfatória efetividade, observando o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, elaborado segundo instruções dos órgãos federais de controle, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco.

Avaliação da efetividade da Auditoria Independente – Na atuação da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES não foram evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer sua efetividade.

Revisão das Demonstrações Contábeis – Examinadas as práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis, constatou-se conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (CE), 07 de fevereiro de 2012

O Comitê de Auditoria

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Em R$ MIL

Posição: 31.12.2011

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei Nº 7.827, de 27.09.1989)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores em R$ Mil)

A T I V O				P A S S I V O			
		31.12.2011	**31.12.2010**			**31.12.2011**	**31.12.2010**
CIRCULANTE		**11.084.544**	**10.602.604**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	(Nota 4.c)	**37.747.461**	**33.326.631**
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	1.593.026	1.896.520	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:			
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2.983.181	1.756.614	No Exercício		5.030.560	4.083.917
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		84.382	75.410	Em Exercícios Anteriores		32.938.613	28.854.696
Crédito Rural - Proagro a Receber		4.340	1.970	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		386.771	570.513
Devedores por Repasses-Outras Instituições		80.042	73.440	RESULTADO DO EXERCÍCIO		(608.483)	(182.495)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 8)	6.421.632	6.870.930				
Financiamentos		2.022.785	1.819.214				
Financiamentos a Exportação		128.904	316.057				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		543.862	441.491				
Financiamentos Agroindustriais		225.982	202.575				
Financiamentos Rurais		4.390.984	4.488.993				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(890.885)	(397.400)				
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.b.6)	2.018	3.129				
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito		2.018	3.129				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.7)	305	1				
Títulos de Cobertura do Proagro		4	1				
Títulos da Dívida Agrária		357	0				
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(56)	0				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**26.662.917**	**22.724.027**				
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.349.996	1.256.033				
Crédito Rural - Proagro a Receber		529	2.659				
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9-A	(Nota 13)	1.216.319	1.101.847				
Devedores por Repasses-Outras Instituições		133.148	151.527				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 8)	25.311.906	21.466.471				
Financiamentos		9.368.708	7.601.304				
Financiamentos a Exportação		7.014	7.390				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		5.282.878	3.950.762				
Financiamentos Agroindustriais		956.119	815.277				
Financiamentos Rurais		9.697.187	9.912.929				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		0	(821.191)				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.7)	1.015	1.523				
Títulos da Dívida Agrária		1.504	2.206				
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(489)	(683)				
TOTAL DO ATIVO		**37.747.461**	**33.326.631**	**TOTAL DO PASSIVO**		**37.747.461**	**33.326.631**

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
(Lei Nº 7.827, de 27.09.1989)
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores em R$ Mil)

		2º Sem/2011	Exercício/2011	Exercício/2010
RECEITAS				
De Operações de Crédito	(Nota 8.g)	261.713	380.204	891.792
De Remuneração das Disponibilidades	(Nota 4.b.1)	235.453	445.076	315.708
DESPESAS	(Nota 4.a.8)			
De Administração		(511.667)	(993.540)	(816.783)
De PRONAF-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance		(43.019)	(81.974)	(71.164)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos		(149.094)	(358.176)	(501.977)
De Auditoria		(43)	(73)	(71)
PREJUÍZO DO PERÍODO		**(206.657)**	**(608.483)**	**(182.495)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores em R$ Mil)

EVENTOS		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS(PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2009		**28.854.696**	**600.232**	**29.454.928**
Transferências da União no Exercício		4.083.917	0	4.083.917
Ajustes de Exercícios Anteriores	(Nota 10)	0	(29.719)	(29.719)
Prejuízo do Exercício		0	(182.495)	(182.495)
SALDOS EM 31.12.2010		**32.938.613**	**388.018**	**33.326.631**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO		**4.083.917**	**(212.214)**	**3.871.703**
SALDOS EM 31.12.2010		**32.938.613**	**388.018**	**33.326.631**
Transferências da União no Exercício		5.030.560	0	5.030.560
Ajustes de Exercícios Anteriores	(Nota 10)	0	(1.247)	(1.247)
Prejuízo do Exercício		0	(608.483)	(608.483)
SALDOS EM 31.12.2011		**37.969.173**	**(221.712)**	**37.747.461**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO		**5.030.560**	**(609.730)**	**4.420.830**
SALDOS EM 30.06.2011		**35.564.229**	**(14.473)**	**35.549.756**
Transferências da União no Semestre		2.404.944	0	2.404.944
Ajustes de Exercícios Anteriores		0	(582)	(582)
Prejuízo do Semestre		0	(206.657)	(206.657)
SALDOS EM 31.12.2011		**37.969.173**	**(221.712)**	**37.747.461**
MUTAÇÕES DO SEMESTRE		**2.404.944**	**(207.239)**	**2.197.705**

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
(Lei Nº 7.827, de 27.09.1989)
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R$ Mil)

	2º Sem/11	31.12.2011	31.12.2010
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do Exercício/Semestre	**(206.657)**	**(608.483)**	**(182.495)**
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
- Provisão para de Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos	149.094	358.176	501.977
Lucro(Prejuízo) Ajustado	**(57.563)**	**(250.307)**	**319.482**
Relações Interfinanceiras	(57.905)	(102.934)	(480.370)
Operações de Crédito	(1.921.676)	(3.754.451)	(3.790.695)
Outros Créditos	(49)	1.110	(630)
Outros Valores e Bens	187	342	321
Ajustes de Exercícios Anteriores	(582)	(1.247)	(29.719)
CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(2.037.588)**	**(4.107.487)**	**(3.981.611)**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Transferências da União	2.404.944	5.030.560	4.083.917
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**2.404.944**	**5.030.560**	**4.083.917**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**367.356**	**923.073**	**102.306**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
No início do Exercício	4.208.851	3.653.134	3.550.828
No fim do Exercício	4.576.207	4.576.207	3.653.134
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**367.356**	**923.073**	**102.306**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras
Nota 3 – Administração
Nota 4 – Diretrizes Contábeis
Nota 5 – Fiscalização
Nota 6 – Auditoria Externa
Nota 7 – Isenção Tributária
Nota 8 – Risco das Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 9 – Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco do Nordeste
Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 11 – Registro no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Nota 12 – Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito
Nota 13 – Repasses ao Banco do Nordeste com base no Art. 9º- A, da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Art.159, inciso I, alínea "c"), sendo regulamentado pela Lei Nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei Complementar Nº 125, de 03.01.2007, pelas Leis Nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999 e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Art. 13 da Medida Provisória Nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009 e a regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco do Nordeste cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 - Diretrizes Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco do Nordeste para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São os seguintes os principais destaques dos procedimentos contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco do Nordeste sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 1º de janeiro de 2008, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5 a 10% a.a., de acordo com o setor de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do Banco do Nordeste na forma da legislação, os contratos firmados com os mutuários preveem que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30% (trinta por cento).

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada como rendas a apropriar do Fundo a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento), para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino, e de

15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa, constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Banco Central do Brasil.

a.3) A Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco do Nordeste, sobre os financiamentos com recursos do FNE:

- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
- Para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco do Nordeste, o *del credere* do Banco do Nordeste será de 3% a.a;
- Nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.

a.4) Na forma do Decreto Nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução Nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do PROFROTA com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco do Nordeste será de 2,5% a.a.

a.5) A Portaria Nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o Banco do Nordeste faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.

a.6) Nos financiamentos enquadrados no PRONAF, Grupos A, B, A/C, Semiárido, Floresta, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem não há incidência de *del credere* em favor do Banco do Nordeste, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.

a.7) Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do art. 31 da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial Nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco do Nordeste de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, Incisos I a IV, e determina o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, parágrafo único.

a.8) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco do Nordeste faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os financiamentos no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem, ao prêmio de performance sobre reembolsos do PRONAF A/C, Semiárido e Floresta, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco do Nordeste pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria Nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF, Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto Nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre as operações no âmbito do PRONAF Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem e o prêmio de performance sobre os reembolsos do PRONAF A/C, Semiárido e Floresta, fixados pelo Conselho Monetário Nacional, seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

b.1) O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco do Nordeste são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

b.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8).

b.3) A Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.

b.4) A Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis Nº 9.138, de

29.11.1995, Nº 10.437, de 25.04.2002 e Nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória Nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução Nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER – Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalonamentos de prazos.

b.5) A Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei Nº 11.322 não remitidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do PRONAF, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remitidas, lastreadas com recursos do FNE.

b.6) São registrados na rubrica "Outros Créditos" os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco do Nordeste para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Art. 7º da Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005.

b.7) Os títulos registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- Transferências da União, na proporção de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento), extraídas do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
- Retornos e resultados operacionais;
- Resultado da remuneração dos recursos do Fundo, momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco do Nordeste.

NOTA 5 – Fiscalização

O Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 6 - Auditoria Externa

O FNE mantém auditoria externa, contratada às suas expensas, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, para emissão de parecer sobre suas demonstrações financeiras, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

NOTA 7 - Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

NOTA 8 – Risco das Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA/Programa da Terra e respectivas regulamentações:

a.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- Nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao PROCERA;
- Nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.

a.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- Nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do PROCERA;
- Nas operações no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido e PRONAF-Emergencial/Enchentes/Estiagem, o risco é de 100% para o FNE;
- Nos repasses ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco do Nordeste;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratados a partir da vigência da Portaria Nº 616, de 26.05.2003, o Banco do Nordeste detém 100% do risco.

Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;

- Nas operações de que trata o Art. 31 da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco do Nordeste, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco;
- Nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco do Nordeste.

b) De acordo com a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no Inciso I, alíneas "a" e "b", desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no período é demonstrada no quadro a seguir:

Discriminação	31.12.2011	31.12.2010
Saldo Inicial da Provisão p/ Perdas em Operações de Créditos	**1.218.591**	**1.300.349**
. Risco Integral do FNE	953.270	1.029.846
. Risco Compartilhado	265.321	270.503
(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício	**359.514**	**504.243**
Provisão Líquida por Deságio - Ops. Adquiridas Lei Nº 11.322	**(37.452)**	**(4.946)**
. Risco Integral do FNE	(37.452)	(4.946)
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	**396.966**	**509.189**
. Risco Integral do FNE	244.486	329.387
. Risco Compartilhado	152.480	179.802
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	**687.220**	**586.000**
. Risco Integral do FNE	471.760	401.017
. Risco Compartilhado	215.460	184.983
(=) Saldo Final da Provisão p/ Perdas em Operações de Crédito	**890.885**	**1.218.591**
. Risco Integral do FNE	688.544	953.270
. Risco Compartilhado	202.341	265.321

c) Considerando que é de responsabilidade do PROCERA o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.

d) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial Nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:

d.1) para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito. Os valores do período estão discriminados no subitem "Provisão Líquida por Deságio - Ops. Adquiridas Lei Nº 11.322" no quadro da alínea "b" desta Nota; e

d.2) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No exercício, foi registrada uma redução de provisão no valor de R$ 161.960, sendo R$ 120.019 referentes às operações com risco integral do Fundo e R$ 41.941 às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R$ 171.117 resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R$ 114.746 referentes às operações com risco integral do Fundo e R$ 56.371 referentes às operações de risco compartilhado. No mesmo período de 2010, a constituição de provisão apresentou uma redução de R$ 61.363, sendo R$ 44.113 referentes às operações com risco integral do Fundo e R$ 17.250 referentes às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem "Provisão para Perdas em Operações de Crédito" do quadro apresentado na alínea "b" desta Nota.

e) A Portaria Interministerial Nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:

e.1) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e

e.2) para as operações do FNE renegociadas foi registrada uma redução de provisão no montante de R$ 110.110, sendo R$ 76.931 referentes às operações com risco integral para o Fundo e R$ 33.179 às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R$ 42.736 decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R$ 28.189 referentes às operações com risco integral do Fundo e R$ 14.547 referentes às operações de risco compartilhado. No mesmo período de 2010, a constituição de provisão foi de R$ 9.360, sendo R$ 6.404 referentes às operações com risco integral do Fundo e R$ 2.956 referente às operações com risco compartilhado. Estes

valores encontram-se inclusos no subitem "Provisão para Perdas em Operações de Créditos" do quadro apresentado na alínea "b"desta Nota.

f) As renegociações formalizadas no exercício, com base nas Leis Nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória Nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, diminuíram o resultado do Fundo em R$ 541.268 (R$ 51.990 de acréscimo, em 31.12.2010). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir :

Especificação	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	101.821	11.474
Despesas - Bônus e Dispensas	(986.730)	(23.643)
Efeito Líquido em Provisões	343.641	64.159
Efeito Líquido Final	**(541.268)**	**51.990**

g) Na Demonstração do Resultado, as "Receitas de Operações de Crédito" estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Discriminação	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Rendas de Operações de Crédito	2.688.419	2.303.018
Despesa de ***del credere*** do Banco do Nordeste	(822.771)	(690.226)
Despesa de ***del credere*** de Outras Instituições	(3.781)	(3.891)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(9.262)	(9.737)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações [(1)]	(915.468)	(198.802)
Despesas de Descontos Ops. Progr. Recuperação Lavoura Cacaueira Lei Nº 11.775, de 17.09.2008	-	(538)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco do Nordeste	(494.797)	(486.763)
Despesas Rebates/Bônus Adimplência-Repasses Lei 7.827-Art. 9º-A	(12.889)	(5.141)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(122)	(119)
Despesas de Rebate Principal Ops. c/Rec. FAT-BNDES - Lei Nº 10.193, de 14.02.2001	(13)	(247)
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei Nº 11.322, de 13.07.2006	(85)	(315)
Despesa com Outras Operações BNB – Remissão Lei Nº 12.249, de 11.06.2010	(5.491)	-
Despesa com Outras Operações BNB – Rebate Lei Nº 12.249, de 11.06.2010	(9.998)	-
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei Nº 12.249, de 11.06.2010	(11.768)	(13.985)
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Lei Nº 12.249, de 11.06.2010	(21.742)	(1.439)
Ajuste de Valores Decorrente de Alienação de Bens	(28)	(22)
Outras Despesas	-	(1)
T O T A L	**380.204**	**891.792**

[(1)] O valor registrado em 31.12.2011 decorre do volume de renegociações de dívidas ao amparo da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, efetivadas no exercício de 2011.

NOTA 9 – Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco do Nordeste

a) Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial Nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.

b) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco do Nordeste é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea "a", do Art. 5º da Portaria Interministerial Nº 11.

c) No exercício, o Banco do Nordeste devolveu ao FNE recursos no montante de R$ 220.721 (R$ 187.738 em 31.12.2010), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.

NOTA 10 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo, em 31.12.2011, de R$ 1.247 (R$ 29.719 em 31.12.2010), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 11 - Registro no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no SIAFI, observando as características peculiares do Fundo.

NOTA 12 – Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito

A Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

a) renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;

b) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;

c) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER – Fase III;

d) reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do PRONAF realizadas com risco da União;

e) reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT;

f) reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos prefixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No exercício, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R$ 68.334, ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir:

Discriminação	**Valor**
Art. 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	66.160
Art. 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	607
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III/Ops. Res. 2.471)	1.567
TOTAL	**68.334**

Ainda ao amparo da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco do Nordeste, no montante de R$ 36.075, conforme a seguir discriminado:

Discriminação	**Valor**
Art. 31 (Operações com *mix* de Recursos Outras Fontes/FNE)	17.527
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III)	13.577
Art. 31 (Operações do FAT)	4.971
TOTAL	**36.075**

NOTA 13 – Repasses ao Banco do Nordeste com base no Art. 9º-A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989

Em 16.06.2010, o Banco Central do Brasil, por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2010/05338, aprovou o enquadramento de operação de repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no montante de R$ 400.000, como Capital de Nível II no Patrimônio de Referência (PR) do Banco do Nordeste do Brasil S/A, na categoria de dívida subordinada, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007.

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco do Nordeste, incluindo a operação no valor de R$ 600.000, contratada no exercício de 2009, apresenta a seguinte composição:

Discriminação	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Recursos Disponíveis	328.126	319.417
Recursos Aplicados	888.193	782.430
TOTAL	**1.216.319**	**1.101.847**

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco do Nordeste, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

Fortaleza, 07 de fevereiro de 2012

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE ("Fundo" ou "FNE"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos Constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela

data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos Constitucionais.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 8 b) às demonstrações financeiras, que descreve sobre a adoção da faculdade prevista no Parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial Nº 11, de 28 de dezembro de 2005, na constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando que as demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos Fundos Constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras devem ser analisadas exclusivamente nesse contexto.

Fortaleza, 7 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” CE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Dyogo Henrique de Oliveira (Presidente) – Augusto Akira Chiba – Demetrius Ferreira e Cruz – Jurandir Vieira Santiago – Martim Ramos Cavalcanti – Zilana Melo Ribeiro
DIRETORIA: Jurandir Vieira Santiago (Presidente) – Fernando Passos (Diretor Financeiro e de Mercado de Capitais) – Isidro Moraes de Siqueira (Diretor de Controle e Risco) – José Sydrião de Alencar Junior (Diretor de Gestão do Desenvolvimento) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Stélio Gama Lyra Junior (Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação).
CONSELHO FISCAL: Cláudio Xavier Seefelder Filho (Presidente em exercício) – Cláudia da Costa Martinelli Wehbe – Frederico Schettini Batista – Marco Antonio Fiori – Roberta Carvalho de Alencar
COMITÊ DE AUDITORIA: João Alves de Melo (Presidente) – Antonio Carlos Correia – Luciano Silva Reis
SUPERINTENDENTE: João Francisco Freitas Peixoto (Controle Financeiro)
CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7

Tabela 25.A

FNE - Contratações por Tipo de Município

Exercício de 2011

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
AL	AGUA BRANCA	DMR	498	1.113	0,0
AL	ANADIA	BR	10	11.013	0,1
AL	ARAPIRACA	BR	582	15.975	0,1
AL	ATALAIA	BR	41	443	-
AL	BARRA DE SANTO ANTONIO	AR	44	227	-
AL	BARRA DE SAO MIGUEL	AR	2	4	-
AL	BATALHA	DMR	338	2.166	0,0
AL	BELEM	BR	98	313	-
AL	BELO MONTE	DMR	464	1.234	0,0
AL	BOCA DA MATA	BR	39	135	-
AL	BRANQUINHA	BR	28	605	0,0
AL	CACIMBINHAS	BR	125	1.021	0,0
AL	CAJUEIRO	BR	7	100	-
AL	CAMPESTRE	BR	52	128	-
AL	CAMPO ALEGRE	BR	2	202	-
AL	CAMPO GRANDE	BR	97	379	-
AL	CANAPI	DMR	475	1.386	0,0
AL	CAPELA	BR	12	373	-
AL	CARNEIROS	DMR	68	360	-
AL	CHA PRETA	DMR	32	375	-
AL	COITE DO NOIA	BR	209	674	0,0
AL	COLONIA LEOPOLDINA	BR	25	151	-
AL	COQUEIRO SECO	AR	2	4	-
AL	CORURIPE	BR	1.062	49.842	0,6
AL	CRAIBAS	BR	575	2.306	0,0
AL	DELMIRO GOUVEIA	BR	150	1.390	0,0
AL	DOIS RIACHOS	DMR	290	751	0,0
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	BR	938	2.455	0,0
AL	FEIRA GRANDE	BR	382	1.589	0,0
AL	FELIZ DESERTO	BR	27	442	-
AL	FLEXEIRAS	BR	2	248	-
AL	GIRAU DO PONCIANO	BR	826	2.485	0,0
AL	IBATEGUARA	DMR	275	1.563	0,0
AL	IGACI	BR	448	2.095	0,0
AL	IGREJA NOVA	BR	1.438	6.107	0,1
AL	INHAPI	DMR	636	2.178	0,0
AL	JACARE DOS HOMENS	DMR	213	1.007	0,0
AL	JACUIPE	BR	16	34	-
AL	JAPARATINGA	BR	82	282	-
AL	JARAMATAIA	DMR	50	186	-
AL	JEQUIA DA PRAIA	BR	49	110	-
AL	JOAQUIM GOMES	BR	141	1.350	0,0
AL	JUNDIA	BR	49	110	-
AL	JUNQUEIRO	BR	626	2.922	0,0
AL	LAGOA DA CANOA	BR	311	691	0,0
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	BR	219	963	0,0
AL	MACEIO	AR	233	202.141	1,8
AL	MAJOR ISIDORO	DMR	434	3.189	0,0
AL	MAR VERMELHO	BR	87	309	-
AL	MARAGOGI	BR	100	949	0,0
AL	MARAVILHA	DMR	80	437	-
AL	MARECHAL DEODORO	AR	12	1.031	0,0
AL	MARIBONDO	BR	84	874	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
AL	MATA GRANDE	DMR	554	2.020	0,0
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	BR	32	180	-
AL	MESSIAS	BR	3	7	-
AL	MINADOR DO NEGRAO	BR	187	1.823	0,0
AL	MONTEIROPOLIS	DMR	381	1.105	0,0
AL	MURICI	BR	7	1.835	0,0
AL	NOVO LINO	BR	41	280	-
AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	DMR	280	729	0,0
AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	BR	54	274	-
AL	OLHO D'AGUA GRANDE	DMR	336	986	0,0
AL	OLIVENCA	DMR	283	910	0,0
AL	OURO BRANCO	DMR	497	1.358	0,0
AL	PALESTINA	DMR	108	210	-
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	BR	1.102	6.917	0,1
AL	PAO DE ACUCAR	DMR	526	1.844	0,0
AL	PARICONHA	DMR	155	766	0,0
AL	PARIPUEIRA	AR	8	66	-
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	BR	53	1.058	0,0
AL	PAULO JACINTO	BR	57	456	-
AL	PENEDO	BR	475	3.421	0,0
AL	PIACABUCU	BR	142	980	0,0
AL	PILAR	AR	31	514	-
AL	PINDOBA	DMR	40	318	-
AL	PIRANHAS	BR	217	1.385	0,0
AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	DMR	327	1.049	0,0
AL	PORTO CALVO	BR	59	705	0,0
AL	PORTO DE PEDRAS	BR	30	84	-
AL	PORTO REAL DO COLEGIO	BR	457	2.172	0,0
AL	QUEBRANGULO	BR	375	1.372	0,0
AL	RIO LARGO	AR	2	763	0,0
AL	ROTEIRO	BR	5	9	-
AL	SANTA LUZIA DO NORTE	AR	1	2	-
AL	SANTANA DO IPANEMA	DMR	696	4.400	0,0
AL	SANTANA DO MUNDAU	DMR	128	714	0,0
AL	SAO BRAS	DMR	219	1.975	0,0
AL	SAO JOSE DA LAJE	DMR	222	1.206	0,0
AL	SAO JOSE DA TAPERA	DMR	1.025	3.718	0,0
AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	BR	22	283	-
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	BR	11	29.692	0,3
AL	SAO MIGUEL DOS MILAGRES	BR	155	332	-
AL	SAO SEBASTIAO	BR	1.356	5.295	0,1
AL	SATUBA	AR	1	3	-
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	DMR	264	983	0,0
AL	TANQUE D'ARCA	BR	217	715	0,0
AL	TAQUARANA	BR	126	548	-
AL	TEOTONIO VILELA	BR	155	1.563	0,0
AL	TRAIPU	DMR	418	1.871	0,0
AL	UNIAO DOS PALMARES	DMR	554	5.193	0,1
AL	VICOSA	DMR	439	2.701	0,0
BA	ABAIRA	DMR	257	575	0,0
BA	ABARE	DMR	370	1.613	0,0
BA	ACAJUTIBA	EMR	138	407	-
BA	ADUSTINA	BR	326	2.761	0,0
BA	AGUA FRIA	EMR	193	405	-
BA	AIQUARA	EMR	65	479	-
BA	ALAGOINHAS	EMR	344	6.660	0,1
BA	ALCOBACA	EMR	228	1.104	0,0
BA	ALMADINA	EMR	40	975	0,0
BA	AMARGOSA	EMR	213	927	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
BA	AMELIA RODRIGUES	EMR	76	448	-
BA	AMERICA DOURADA	EMR	260	1.074	0,0
BA	ANAGE	EMR	159	395	-
BA	ANDARAI	DMR	29	440	-
BA	ANDORINHA	EMR	203	884	0,0
BA	ANGICAL	DMR	107	1.295	0,0
BA	ANGUERA	EMR	19	77	-
BA	ANTAS	BR	180	770	0,0
BA	ANTONIO CARDOSO	EMR	271	614	0,0
BA	ANTONIO GONCALVES	EMR	64	353	-
BA	APORA	EMR	238	848	0,0
BA	APUAREMA	EMR	89	420	-
BA	ARACAS	EMR	2	5	-
BA	ARACATU	EMR	225	627	0,0
BA	ARACI	EMR	105	1.303	0,0
BA	ARAMARI	EMR	80	260	-
BA	ARATACA	EMR	109	2.330	0,0
BA	ARATUIPE	EMR	82	292	-
BA	AURELINO LEAL	EMR	154	977	0,0
BA	BAIANOPOLIS	DMR	485	2.863	0,0
BA	BAIXA GRANDE	BR	652	1.916	0,0
BA	BANZAE	BR	134	554	-
BA	BARRA	DMR	212	545	-
BA	BARRA DA ESTIVA	DMR	386	3.168	0,0
BA	BARRA DO CHOCA	EMR	28	692	0,0
BA	BARRA DO MENDES	EMR	102	410	-
BA	BARRA DO ROCHA	EMR	15	579	0,0
BA	BARREIRAS	DMR	569	121.564	1,1
BA	BARRO ALTO	EMR	260	1.587	0,0
BA	BARRO PRETO	EMR	58	804	0,0
BA	BARROCAS	EMR	266	549	-
BA	BELMONTE	EMR	72	3.191	0,0
BA	BELO CAMPO	EMR	162	527	-
BA	BIRITINGA	EMR	62	183	-
BA	BOA NOVA	EMR	86	701	0,0
BA	BOA VISTA DO TUPIM	BR	387	1.582	0,0
BA	BOM JESUS DA LAPA	BR	190	7.613	0,1
BA	BOM JESUS DA SERRA	EMR	129	307	-
BA	BONINAL	DMR	417	896	0,0
BA	BONITO	DMR	289	2.497	0,0
BA	BOQUIRA	DMR	307	1.134	0,0
BA	BOTUPORA	DMR	81	182	-
BA	BREJOES	EMR	150	295	-
BA	BREJOLANDIA	DMR	186	1.961	0,0
BA	BROTAS DE MACAUBAS	DMR	111	268.227	2,4
BA	BRUMADO	EMR	330	1.312	0,0
BA	BUERAREMA	EMR	334	2.133	0,0
BA	BURITIRAMA	DMR	57	987	0,0
BA	CAATIBA	EMR	196	1.116	0,0
BA	CABACEIRAS DO PARAGUACU	EMR	190	563	0,0
BA	CACHOEIRA	EMR	540	1.532	0,0
BA	CACULE	EMR	237	704	0,0
BA	CAEM	EMR	199	544	-
BA	CAETANOS	EMR	127	308	-
BA	CAETITE	EMR	342	2.373	0,0
BA	CAFARNAUM	EMR	285	1.956	0,0
BA	CAIRU	EMR	21	1.972	0,0
BA	CALDEIRAO GRANDE	EMR	211	775	0,0
BA	CAMACAN	EMR	123	4.073	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
BA	CAMACARI	AR	98	82.706	0,8
BA	CAMAMU	EMR	487	4.332	0,0
BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	EMR	332	838	0,0
BA	CAMPO FORMOSO	EMR	485	2.838	0,0
BA	CANAPOLIS	DMR	232	527	-
BA	CANARANA	EMR	301	2.384	0,0
BA	CANAVIEIRAS	EMR	272	5.592	0,1
BA	CANDEAL	EMR	85	179	-
BA	CANDEIAS	AR	10	462	-
BA	CANDIBA	EMR	229	1.333	0,0
BA	CANDIDO SALES	EMR	110	258	-
BA	CANSANCAO	BR	246	1.002	0,0
BA	CANUDOS	BR	92	220	-
BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	EMR	222	454	-
BA	CAPIM GROSSO	EMR	168	759	0,0
BA	CARAIBAS	EMR	112	232	-
BA	CARAVELAS	EMR	196	1.487	0,0
BA	CARDEAL DA SILVA	BR	1	19	-
BA	CARINHANHA	BR	364	1.407	0,0
BA	CASA NOVA	EMR	567	11.967	0,1
BA	CASTRO ALVES	EMR	166	1.922	0,0
BA	CATOLANDIA	DMR	19	318	-
BA	CATU	EMR	69	654	0,0
BA	CATURAMA	DMR	291	754	0,0
BA	CENTRAL	EMR	332	1.241	0,0
BA	CHORROCHO	DMR	47	111	-
BA	CICERO DANTAS	BR	348	2.926	0,0
BA	CIPO	BR	156	738	0,0
BA	COARACI	EMR	144	2.922	0,0
BA	COCOS	DMR	151	653	0,0
BA	CONCEICAO DA FEIRA	EMR	24	1.166	0,0
BA	CONCEICAO DO ALMEIDA	EMR	226	492	-
BA	CONCEICAO DO COITE	EMR	1.170	5.587	0,1
BA	CONCEICAO DO JACUIPE	EMR	79	320	-
BA	CONDE	BR	130	572	0,0
BA	CONDEUBA	EMR	176	745	0,0
BA	CONTENDAS DO SINCORA	DMR	40	339	-
BA	CORACAO DE MARIA	EMR	232	793	0,0
BA	CORDEIROS	EMR	126	333	-
BA	CORIBE	DMR	231	20.862	0,2
BA	CORONEL JOAO SA	DMR	496	4.839	0,0
BA	CORRENTINA	DMR	876	124.676	1,1
BA	COTEGIPE	DMR	229	2.819	0,0
BA	CRAVOLANDIA	EMR	31	36	-
BA	CRISOPOLIS	EMR	356	1.808	0,0
BA	CRISTOPOLIS	DMR	340	957	0,0
BA	CRUZ DAS ALMAS	EMR	245	1.455	0,0
BA	CURACA	EMR	204	1.443	0,0
BA	DARIO MEIRA	EMR	165	1.092	0,0
BA	DIAS D'AVILA	AR	6	2.672	0,0
BA	DOM BASILIO	DMR	52	1.091	0,0
BA	DOM MACEDO COSTA	EMR	75	148	-
BA	ELISIO MEDRADO	EMR	162	420	-
BA	ENCRUZILHADA	EMR	162	3.992	0,0
BA	ENTRE RIOS	BR	194	1.345	0,0
BA	ERICO CARDOSO	DMR	56	114	-
BA	ESPLANADA	BR	218	620	0,0
BA	EUCLIDES DA CUNHA	BR	340	2.711	0,0
BA	EUNAPOLIS	EMR	187	14.243	0,1

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
BA	FATIMA	BR	369	1.696	0,0
BA	FEIRA DA MATA	BR	50	226	-
BA	FEIRA DE SANTANA	EMR	408	44.766	0,4
BA	FILADELFIA	EMR	502	2.128	0,0
BA	FIRMINO ALVES	EMR	53	469	-
BA	FLORESTA AZUL	EMR	67	1.137	0,0
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	DMR	164	45.924	0,4
BA	GANDU	EMR	188	2.301	0,0
BA	GAVIAO	EMR	73	181	-
BA	GENTIO DO OURO	EMR	138	389	-
BA	GLORIA	DMR	124	714	0,0
BA	GONGOGI	EMR	15	672	0,0
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	EMR	266	6.283	0,1
BA	GUAJERU	EMR	6	38	-
BA	GUANAMBI	EMR	500	7.692	0,1
BA	GUARATINGA	EMR	210	3.562	0,0
BA	HELIOPOLIS	BR	288	1.292	0,0
BA	IACU	BR	277	3.462	0,0
BA	IBIASSUCE	EMR	263	1.103	0,0
BA	IBICARAI	EMR	65	1.832	0,0
BA	IBICOARA	DMR	231	12.318	0,1
BA	IBICUI	EMR	139	1.351	0,0
BA	IBIPEBA	EMR	257	788	0,0
BA	IBIPITANGA	DMR	106	260	-
BA	IBIQUERA	BR	150	436	-
BA	IBIRAPITANGA	EMR	264	6.554	0,1
BA	IBIRAPUA	EMR	92	13.558	0,1
BA	IBIRATAIA	EMR	337	3.841	0,0
BA	IBITIARA	DMR	149	368	-
BA	IBITITA	EMR	248	1.324	0,0
BA	IBOTIRAMA	DMR	38	1.789	0,0
BA	ICHU	EMR	34	65	-
BA	IGAPORA	EMR	171	1.510	0,0
BA	IGRAPIUNA	EMR	306	1.194	0,0
BA	IGUAI	EMR	145	1.709	0,0
BA	ILHEUS	EMR	329	13.537	0,1
BA	INHAMBUPE	EMR	408	3.120	0,0
BA	IPECAETA	EMR	34	138	-
BA	IPIAU	EMR	93	6.287	0,1
BA	IPIRA	EMR	527	3.876	0,0
BA	IPUPIARA	DMR	63	142	-
BA	IRAJUBA	EMR	60	170	-
BA	IRAMAIA	EMR	30	118	-
BA	IRAQUARA	EMR	144	356	-
BA	IRARA	EMR	564	1.141	0,0
BA	IRECE	EMR	213	7.702	0,1
BA	ITABELA	EMR	39	5.265	0,1
BA	ITABERABA	BR	588	11.382	0,1
BA	ITABUNA	EMR	157	11.573	0,1
BA	ITACARE	EMR	209	3.626	0,0
BA	ITAETE	DMR	30	64	-
BA	ITAGI	EMR	72	261	-
BA	ITAGIBA	EMR	233	1.866	0,0
BA	ITAGIMIRIM	EMR	109	1.698	0,0
BA	ITAGUACU DA BAHIA	DMR	281	679	0,0
BA	ITAJU DO COLONIA	EMR	65	3.352	0,0
BA	ITAJUIPE	EMR	118	3.592	0,0
BA	ITAMARAJU	EMR	489	19.126	0,2
BA	ITAMARI	EMR	71	661	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
BA	ITAMBE	EMR	159	3.374	0,0
BA	ITANAGRA	EMR	2	5	-
BA	ITANHEM	EMR	267	4.556	0,0
BA	ITAPARICA	AR	2	52	-
BA	ITAPE	EMR	36	1.392	0,0
BA	ITAPEBI	EMR	40	1.915	0,0
BA	ITAPETINGA	EMR	96	6.346	0,2
BA	ITAPICURU	BR	707	5.280	0,1
BA	ITAPITANGA	EMR	132	1.413	0,0
BA	ITAQUARA	EMR	58	232	-
BA	ITARANTIM	EMR	27	1.283	0,0
BA	ITATIM	EMR	117	368	-
BA	ITIRUCU	EMR	32	177	-
BA	ITIUBA	EMR	719	2.401	0,0
BA	ITORORO	EMR	96	1.209	0,0
BA	ITUACU	EMR	61	848	0,0
BA	ITUBERA	EMR	125	1.613	0,0
BA	IUIU	EMR	207	3.578	0,0
BA	JABORANDI	DMR	488	36.723	0,3
BA	JACARACI	EMR	92	1.216	0,0
BA	JACOBINA	EMR	370	5.347	0,1
BA	JAGUAQUARA	EMR	470	1.683	0,0
BA	JAGUARARI	EMR	173	982	0,0
BA	JAGUARIPE	EMR	79	537	-
BA	JANDAIRA	BR	84	204	-
BA	JEQUIE	EMR	559	9.616	0,1
BA	JEREMOABO	DMR	1.401	6.897	0,1
BA	JIQUIRICA	EMR	48	221	-
BA	JITAUNA	EMR	40	589	0,0
BA	JOAO DOURADO	EMR	161	1.205	0,0
BA	JUAZEIRO	EMR	1.057	170.242	1,5
BA	JUCURUCU	EMR	411	1.701	0,0
BA	JUSSARA	EMR	139	787	0,0
BA	JUSSARI	EMR	59	483	-
BA	JUSSIAPE	DMR	143	328	-
BA	LAFAIETE COUTINHO	EMR	93	711	0,0
BA	LAGEDO DO TABOCAL	EMR	90	234	-
BA	LAGOA REAL	EMR	280	617	0,0
BA	LAJE	EMR	476	1.173	0,0
BA	LAJEDAO	EMR	65	410	-
BA	LAJEDINHO	BR	100	449	-
BA	LAMARAO	EMR	1	3	-
BA	LAPAO	EMR	385	1.671	0,0
BA	LAURO DE FREITAS	AR	56	8.157	0,2
BA	LENCOIS	DMR	9	202	-
BA	LICINIO DE ALMEIDA	EMR	94	664	0,0
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	DMR	175	615	0,0
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	DMR	132	51.136	0,5
BA	MACAJUBA	BR	337	761	0,0
BA	MACARANI	EMR	72	825	0,0
BA	MACAUBAS	DMR	363	1.133	0,0
BA	MACURURE	DMR	49	194	-
BA	MADRE DE DEUS	AR	2	59	-
BA	MAETINGA	EMR	144	364	-
BA	MAIQUINIQUE	EMR	20	1.002	0,0
BA	MAIRI	BR	355	2.052	0,0
BA	MALHADA	EMR	193	1.558	0,0
BA	MALHADA DE PEDRAS	EMR	253	622	0,0
BA	MANOEL VITORINO	EMR	350	1.808	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
BA	MANSIDAO	DMR	60	120	-
BA	MARACAS	EMR	295	1.958	0,0
BA	MARAGOGIPE	EMR	60	194	-
BA	MARAU	EMR	232	2.866	0,0
BA	MARCIONILIO SOUZA	EMR	102	1.177	0,0
BA	MASCOTE	EMR	289	1.992	0,0
BA	MATA DE SAO JOAO	EMR	4	210	-
BA	MATINA	EMR	321	824	0,0
BA	MEDEIROS NETO	EMR	319	3.958	0,0
BA	MIGUEL CALMON	EMR	260	954	0,0
BA	MILAGRES	EMR	12	80	-
BA	MIRANGABA	EMR	285	676	0,0
BA	MIRANTE	EMR	73	422	-
BA	MONTE SANTO	BR	403	1.675	0,0
BA	MORPARA	DMR	33	363	-
BA	MORRO DO CHAPEU	EMR	221	2.779	0,0
BA	MORTUGABA	EMR	155	680	0,0
BA	MUCUGE	DMR	32	16.318	0,2
BA	MUCURI	EMR	31	1.820	0,0
BA	MULUNGU DO MORRO	EMR	219	704	0,0
BA	MUNDO NOVO	BR	466	2.781	0,0
BA	MUNIZ FERREIRA	EMR	42	124	-
BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	DMR	48	186	-
BA	MURITIBA	EMR	180	607	0,0
BA	MUTUIPE	EMR	130	729	0,0
BA	NAZARE	EMR	84	247	-
BA	NILO PECANHA	EMR	220	3.516	0,0
BA	NORDESTINA	BR	17	70	-
BA	NOVA CANAA	EMR	210	1.139	0,0
BA	NOVA FATIMA	EMR	105	422	-
BA	NOVA IBIA	EMR	91	490	-
BA	NOVA ITARANA	EMR	54	962	0,0
BA	NOVA REDENCAO	DMR	60	181	-
BA	NOVA SOURE	BR	129	933	0,0
BA	NOVA VICOSA	EMR	98	922	0,0
BA	NOVO HORIZONTE	DMR	204	424	-
BA	NOVO TRIUNFO	BR	150	545	-
BA	OLINDINA	BR	406	1.856	0,0
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	DMR	74	164	-
BA	OURICANGAS	EMR	63	131	-
BA	OUROLANDIA	EMR	240	1.447	0,0
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	EMR	370	2.399	0,0
BA	PALMEIRAS	DMR	66	136	-
BA	PARAMIRIM	DMR	295	649	0,0
BA	PARATINGA	BR	664	3.282	0,0
BA	PARIPIRANGA	BR	552	6.969	0,1
BA	PAU BRASIL	EMR	54	3.575	0,0
BA	PAULO AFONSO	DMR	108	5.244	0,1
BA	PE DE SERRA	EMR	158	568	0,0
BA	PEDRAO	EMR	249	772	0,0
BA	PEDRO ALEXANDRE	DMR	521	8.340	0,1
BA	PIATA	DMR	403	1.173	0,0
BA	PILAO ARCADO	EMR	12	26	-
BA	PINDAI	EMR	475	1.427	0,0
BA	PINDOBACU	EMR	163	1.055	0,0
BA	PINTADAS	EMR	90	387	-
BA	PIRAI DO NORTE	EMR	61	545	-
BA	PIRIPA	EMR	221	478	-
BA	PIRITIBA	EMR	547	1.849	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
BA	PLANALTINO	EMR	113	708	0,0
BA	PLANALTO	EMR	45	1.200	0,0
BA	POCOES	EMR	144	1.030	0,0
BA	POJUCA	EMR	48	190	-
BA	PONTO NOVO	EMR	170	4.117	0,0
BA	PORTO SEGURO	EMR	197	10.694	0,1
BA	POTIRAGUA	EMR	28	2.798	0,0
BA	PRADO	EMR	355	6.568	0,1
BA	PRESIDENTE DUTRA	EMR	177	651	0,0
BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	EMR	188	507	-
BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	EMR	310	2.063	0,0
BA	QUEIMADAS	BR	68	684	0,0
BA	QUIJINGUE	BR	362	1.362	0,0
BA	QUIXABEIRA	EMR	438	923	0,0
BA	RAFAEL JAMBEIRO	EMR	364	1.823	0,0
BA	REMANSO	EMR	722	1.876	0,0
BA	RETIROLANDIA	EMR	260	813	0,0
BA	RIACHAO DAS NEVES	DMR	66	49.803	0,5
BA	RIACHAO DO JACUIPE	EMR	255	1.443	0,0
BA	RIACHO DE SANTANA	EMR	631	3.568	0,0
BA	RIBEIRA DO AMPARO	BR	197	1.306	0,0
BA	RIBEIRA DO POMBAL	BR	406	5.748	0,1
BA	RIBEIRAO DO LARGO	EMR	116	833	0,0
BA	RIO DE CONTAS	DMR	31	67	-
BA	RIO DO ANTONIO	EMR	154	491	-
BA	RIO DO PIRES	DMR	80	344	-
BA	RIO REAL	EMR	391	2.850	0,0
BA	RODELAS	DMR	18	569	0,0
BA	RUY BARBOSA	BR	136	3.181	0,0
BA	SALINAS DA MARGARIDA	EMR	10	34	-
BA	SALVADOR	AR	338	767.765	6,9
BA	SANTA BARBARA	EMR	460	1.510	0,0
BA	SANTA BRIGIDA	DMR	179	1.367	0,0
BA	SANTA CRUZ CABRALIA	EMR	58	1.738	0,0
BA	SANTA CRUZ DA VITORIA	EMR	42	462	-
BA	SANTA INES	EMR	5	571	0,0
BA	SANTA LUZIA	EMR	235	3.220	0,0
BA	SANTA MARIA DA VITORIA	DMR	600	5.086	0,1
BA	SANTA RITA DE CASSIA	DMR	109	2.285	0,0
BA	SANTA TERESINHA	EMR	157	489	-
BA	SANTALUZ	EMR	204	1.713	0,0
BA	SANTANA	DMR	395	2.628	0,0
BA	SANTANOPOLIS	EMR	120	369	-
BA	SANTO AMARO	EMR	86	182	-
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	EMR	224	9.319	0,1
BA	SANTO ESTEVAO	EMR	285	681	0,0
BA	SAO DESIDERIO	DMR	219	175.621	1,6
BA	SAO DOMINGOS	EMR	132	559	0,0
BA	SAO FELIPE	EMR	202	875	0,0
BA	SAO FELIX	EMR	407	1.085	0,0
BA	SAO FELIX DO CORIBE	DMR	128	2.254	0,0
BA	SAO FRANCISCO DO CONDE	AR	21	10.828	0,1
BA	SAO GABRIEL	EMR	205	603	0,0
BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	EMR	63	764	0,0
BA	SAO JOSE DA VITORIA	EMR	48	378	-
BA	SAO JOSE DO JACUIPE	EMR	172	786	0,0
BA	SAO MIGUEL DAS MATAS	EMR	244	679	0,0
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	EMR	12	1.983	0,0
BA	SAPEACU	EMR	198	649	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
BA	SATIRO DIAS	EMR	196	4.660	0,0
BA	SAUBARA	EMR	1	10	-
BA	SAUDE	EMR	227	730	0,0
BA	SEABRA	DMR	539	2.561	0,0
BA	SEBASTIAO LARANJEIRAS	EMR	48	1.340	0,0
BA	SENHOR DO BONFIM	EMR	272	6.195	0,1
BA	SENTO SE	EMR	950	3.754	0,0
BA	SERRA DO RAMALHO	BR	305	2.495	0,0
BA	SERRA DOURADA	DMR	31	9.182	0,1
BA	SERRA PRETA	EMR	198	958	0,0
BA	SERRINHA	EMR	201	795	0,0
BA	SERROLANDIA	EMR	287	888	0,0
BA	SIMOES FILHO	AR	44	20.234	0,2
BA	SITIO DO MATO	BR	101	740	0,0
BA	SITIO DO QUINTO	DMR	335	2.130	0,0
BA	SOBRADINHO	EMR	477	3.139	0,0
BA	SOUTO SOARES	EMR	201	428	-
BA	TABOCAS DO BREJO VELHO	DMR	548	1.696	0,0
BA	TANHACU	EMR	221	755	0,0
BA	TANQUE NOVO	DMR	494	1.018	0,0
BA	TANQUINHO	EMR	15	66	-
BA	TAPEROA	EMR	474	1.756	0,0
BA	TAPIRAMUTA	BR	184	447	-
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	EMR	400	12.796	0,1
BA	TEODORO SAMPAIO	EMR	6	77	-
BA	TEOFILANDIA	EMR	125	331	-
BA	TEOLANDIA	EMR	66	521	-
BA	TERRA NOVA	EMR	3	136	-
BA	TREMEDAL	EMR	93	211	-
BA	TUCANO	BR	495	3.577	0,0
BA	UAUA	BR	419	1.557	0,0
BA	UBAIRA	EMR	32	245	-
BA	UBAITABA	EMR	112	1.458	0,0
BA	UBATA	EMR	130	2.346	0,0
BA	UIBAI	EMR	248	691	0,0
BA	UMBURANAS	EMR	36	260	-
BA	UNA	EMR	126	5.043	0,1
BA	URANDI	EMR	368	1.356	0,0
BA	URUCUCA	EMR	67	4.128	0,0
BA	UTINGA	DMR	251	2.583	0,0
BA	VALENCA	EMR	1.060	8.180	0,1
BA	VALENTE	EMR	428	1.309	0,0
BA	VARZEA DA ROCA	BR	449	1.268	0,0
BA	VARZEA DO POCO	EMR	247	987	0,0
BA	VARZEA NOVA	EMR	112	311	-
BA	VARZEDO	EMR	229	669	0,0
BA	VERA CRUZ	AR	5	326	-
BA	VEREDA	EMR	100	273	-
BA	VITORIA DA CONQUISTA	EMR	369	27.552	0,3
BA	WAGNER	DMR	36	345	-
BA	WANDERLEY	DMR	113	4.761	0,0
BA	WENCESLAU GUIMARAES	EMR	122	2.386	0,0
BA	XIQUE-XIQUE	DMR	257	1.599	0,0
CE	ABAIARA	BR	323	1.028	0,0
CE	ACARAPE	BR	76	593	0,0
CE	ACARAU	BR	282	13.039	0,1
CE	ACOPIARA	BR	480	3.537	0,0
CE	AIUABA	BR	308	1.576	0,0
CE	ALCANTARAS	BR	22	214	-

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
CE	ALTANEIRA	BR	78	390	-
CE	ALTO SANTO	EMR	271	3.890	0,0
CE	AMONTADA	BR	177	2.526	0,0
CE	ANTONINA DO NORTE	BR	36	373	-
CE	APUIARES	BR	341	849	0,0
CE	AQUIRAZ	AR	260	12.283	0,1
CE	ARACATI	EMR	790	12.471	0,1
CE	ARACOIABA	BR	579	8.735	0,1
CE	ARARENDA	BR	113	1.013	0,0
CE	ARARIPE	BR	90	1.825	0,0
CE	ARATUBA	BR	302	1.029	0,0
CE	ARNEIROZ	BR	184	655	0,0
CE	ASSARE	BR	344	1.497	0,0
CE	AURORA	BR	294	1.521	0,0
CE	BAIXIO	BR	128	1.165	0,0
CE	BANABUIU	DMR	139	4.438	0,0
CE	BARBALHA	EMR	246	15.569	0,1
CE	BARREIRA	DMR	209	1.441	0,0
CE	BARRO	BR	221	1.157	0,0
CE	BARROQUINHA	BR	90	574	0,0
CE	BATURITE	BR	495	4.265	0,0
CE	BEBERIBE	DMR	367	4.331	0,0
CE	BELA CRUZ	BR	76	652	0,0
CE	BOA VIAGEM	DMR	629	9.474	0,1
CE	BREJO SANTO	BR	653	6.185	0,1
CE	CAMOCIM	BR	530	4.248	0,0
CE	CAMPOS SALES	BR	311	1.950	0,0
CE	CANINDE	DMR	1.034	5.565	0,1
CE	CAPISTRANO	BR	480	1.660	0,0
CE	CARIDADE	DMR	468	1.310	0,0
CE	CARIRE	EMR	123	1.936	0,0
CE	CARIRIACU	BR	252	1.504	0,0
CE	CARIUS	BR	340	1.482	0,0
CE	CARNAUBAL	BR	342	1.261	0,0
CE	CASCAVEL	DMR	521	4.428	0,0
CE	CATARINA	BR	191	953	0,0
CE	CATUNDA	DMR	190	1.416	0,0
CE	CAUCAIA	AR	736	33.201	0,3
CE	CEDRO	DMR	482	2.354	0,0
CE	CHAVAL	BR	50	573	0,0
CE	CHORO	DMR	130	2.135	0,0
CE	CHOROZINHO	DMR	192	5.015	0,1
CE	COREAU	BR	239	1.332	0,0
CE	CRATEUS	BR	679	10.569	0,1
CE	CRATO	EMR	237	42.411	0,4
CE	CROATA	BR	234	831	0,0
CE	CRUZ	BR	205	699	0,0
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	BR	233	1.745	0,0
CE	ERERE	BR	132	603	0,0
CE	EUSEBIO	AR	35	20.825	0,2
CE	FARIAS BRITO	BR	257	819	0,0
CE	FORQUILHA	EMR	124	1.129	0,0
CE	FORTALEZA	AR	600	253.385	2,3
CE	FORTIM	EMR	207	1.117	0,0
CE	FRECHEIRINHA	BR	140	1.339	0,0
CE	GENERAL SAMPAIO	BR	139	781	0,0
CE	GRACA	EMR	75	399	-
CE	GRANJA	BR	1.229	38.847	0,5
CE	GRANJEIRO	BR	25	200	-

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
CE	GROAIRAS	EMR	116	710	0,0
CE	GUAIUBA	AR	303	1.726	0,0
CE	GUARACIABA DO NORTE	BR	905	3.453	0,0
CE	GUARAMIRANGA	BR	62	210	-
CE	HIDROLANDIA	DMR	126	1.099	0,0
CE	HORIZONTE	DMR	210	59.492	0,5
CE	IBARETAMA	DMR	276	1.085	0,0
CE	IBIAPINA	BR	291	1.446	0,0
CE	IBICUITINGA	EMR	226	1.572	0,0
CE	ICAPUI	EMR	239	2.959	0,0
CE	ICO	DMR	692	5.012	0,1
CE	IGUATU	DMR	919	31.875	0,3
CE	INDEPENDENCIA	BR	689	8.003	0,1
CE	IPAPORANGA	BR	266	881	0,0
CE	IPAUMIRIM	BR	166	1.362	0,0
CE	IPU	BR	353	1.964	0,0
CE	IPUEIRAS	BR	558	3.068	0,0
CE	IRACEMA	BR	401	7.129	0,1
CE	IRAUCUBA	EMR	171	654	0,0
CE	ITAICABA	EMR	117	963	0,0
CE	ITAITINGA	AR	58	13.257	0,1
CE	ITAPAGE	BR	418	3.744	0,0
CE	ITAPIPOCA	BR	1.225	7.877	0,1
CE	ITAPIUNA	BR	445	2.631	0,0
CE	ITAREMA	BR	171	8.505	0,1
CE	ITATIRA	DMR	417	5.274	0,1
CE	JAGUARETAMA	EMR	543	5.122	0,1
CE	JAGUARIBARA	EMR	277	3.746	0,0
CE	JAGUARIBE	EMR	1.046	22.435	0,2
CE	JAGUARUANA	EMR	380	14.541	0,1
CE	JARDIM	EMR	648	2.955	0,0
CE	JATI	BR	189	810	0,0
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	BR	708	2.203	0,0
CE	JUAZEIRO DO NORTE	EMR	454	144.030	1,3
CE	JUCAS	BR	220	2.261	0,0
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	BR	389	3.674	0,0
CE	LIMOEIRO DO NORTE	EMR	830	21.086	0,2
CE	MADALENA	DMR	106	1.529	0,0
CE	MARACANAU	AR	87	191.948	1,7
CE	MARANGUAPE	AR	650	4.048	0,0
CE	MARCO	BR	102	2.223	0,0
CE	MARTINOPOLE	BR	268	1.308	0,0
CE	MASSAPE	EMR	210	956	0,0
CE	MAURITI	BR	944	6.302	0,1
CE	MERUOCA	BR	21	183	-
CE	MILAGRES	BR	309	1.634	0,0
CE	MILHA	BR	326	3.350	0,0
CE	MIRAIMA	EMR	403	890	0,0
CE	MISSAO VELHA	EMR	577	2.812	0,0
CE	MOMBACA	BR	1.115	5.431	0,1
CE	MONSENHOR TABOSA	BR	310	2.022	0,0
CE	MORADA NOVA	EMR	1.216	7.046	0,1
CE	MORAUJO	BR	97	430	-
CE	MORRINHOS	BR	260	870	0,0
CE	MUCAMBO	EMR	85	354	-
CE	MULUNGU	BR	241	662	0,0
CE	NOVA OLINDA	EMR	99	2.838	0,0
CE	NOVA RUSSAS	BR	326	2.415	0,0
CE	NOVO ORIENTE	BR	348	3.326	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
CE	OCARA	DMR	230	1.401	0,0
CE	OROS	DMR	428	2.351	0,0
CE	PACAJUS	DMR	276	90.918	0,9
CE	PACATUBA	AR	66	10.029	0,1
CE	PACOTI	BR	297	706	0,0
CE	PACUJA	EMR	29	79	-
CE	PALHANO	EMR	200	1.078	0,0
CE	PALMACIA	BR	180	3.190	0,0
CE	PARACURU	BR	249	1.592	0,0
CE	PARAIPABA	BR	62	1.506	0,0
CE	PARAMBU	BR	233	834	0,0
CE	PARAMOTI	DMR	192	680	0,0
CE	PEDRA BRANCA	BR	324	2.257	0,0
CE	PENAFORTE	BR	122	677	0,0
CE	PENTECOSTE	BR	360	1.293	0,0
CE	PEREIRO	BR	828	2.517	0,0
CE	PINDORETAMA	DMR	84	714	0,0
CE	PIQUET CARNEIRO	BR	295	1.253	0,0
CE	PIRES FERREIRA	BR	46	201	-
CE	PORANGA	BR	47	298	-
CE	PORTEIRAS	EMR	551	1.446	0,0
CE	POTENGI	BR	31	1.757	0,0
CE	POTIRETAMA	BR	152	1.170	0,0
CE	QUITERIANOPOLIS	BR	420	1.331	0,0
CE	QUIXADA	DMR	801	10.397	0,1
CE	QUIXELO	DMR	356	4.138	0,0
CE	QUIXERAMOBIM	DMR	1.119	9.522	0,1
CE	QUIXERE	EMR	102	6.562	0,1
CE	REDENCAO	BR	413	3.527	0,0
CE	RERIUTABA	BR	90	824	0,0
CE	RUSSAS	EMR	617	35.558	0,3
CE	SABOEIRO	BR	289	1.639	0,0
CE	SALITRE	BR	257	1.106	0,0
CE	SANTA QUITERIA	DMR	379	5.201	0,1
CE	SANTANA DO ACARAU	EMR	478	2.467	0,0
CE	SANTANA DO CARIRI	EMR	135	499	-
CE	SAO BENEDITO	BR	1.185	6.766	0,1
CE	SAO GONCALO DO AMARANTE	BR	244	252.519	2,3
CE	SAO JOAO DO JAGUARIBE	EMR	124	706	0,0
CE	SAO LUIS DO CURU	BR	93	368	-
CE	SENADOR POMPEU	BR	217	1.785	0,0
CE	SENADOR SA	EMR	47	406	-
CE	SOBRAL	EMR	455	45.761	0,4
CE	SOLONOPOLE	BR	493	1.835	0,0
CE	TABULEIRO DO NORTE	EMR	628	14.584	0,1
CE	TAMBORIL	BR	471	2.304	0,0
CE	TARRAFAS	BR	206	654	0,0
CE	TAUA	BR	282	11.075	0,1
CE	TEJUCUOCA	BR	89	587	0,0
CE	TIANGUA	BR	838	8.878	0,1
CE	TRAIRI	BR	674	2.945	0,0
CE	TURURU	BR	305	1.059	0,0
CE	UBAJARA	BR	394	5.890	0,1
CE	UMARI	BR	207	1.332	0,0
CE	UMIRIM	BR	211	437	-
CE	URUBURETAMA	BR	166	624	0,0
CE	URUOCA	BR	625	3.230	0,0
CE	VARJOTA	BR	100	2.724	0,0
CE	VARZEA ALEGRE	BR	304	3.444	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
CE	VICOSA DO CEARA	BR	795	3.671	0,0
ES	AGUA DOCE DO NORTE	EMR	14	1.335	0,0
ES	AGUIA BRANCA	EMR	15	356	-
ES	ALTO RIO NOVO	EMR	17	398	-
ES	BAIXO GUANDU	EMR	28	1.415	0,0
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	EMR	34	4.379	0,0
ES	BOA ESPERANCA	EMR	7	398	-
ES	COLATINA	EMR	133	28.807	0,3
ES	CONCEICAO DA BARRA	EMR	1	50	-
ES	ECOPORANGA	EMR	13	7.314	0,1
ES	GOVERNADOR LINDENBERG	EMR	15	1.669	0,0
ES	JAGUARE	EMR	12	1.131	0,0
ES	LINHARES	EMR	113	14.247	0,1
ES	MANTENOPOLIS	EMR	27	979	0,0
ES	MARILANDIA	EMR	24	12.209	0,1
ES	MONTANHA	EMR	11	4.579	0,0
ES	MUCURICI	EMR	5	1.724	0,0
ES	NOVA VENECIA	EMR	44	5.196	0,1
ES	PANCAS	EMR	27	1.085	0,0
ES	PEDRO CANARIO	EMR	3	148	-
ES	PINHEIROS	EMR	17	11.501	0,1
ES	PONTO BELO	EMR	1	81	-
ES	RIO BANANAL	EMR	25	1.901	0,0
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	EMR	19	1.224	0,0
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	EMR	19	655	0,0
ES	SAO MATEUS	EMR	52	3.776	0,0
ES	SOORETAMA	EMR	5	394	-
ES	VILA PAVAO	EMR	2	68	-
ES	VILA VALERIO	EMR	22	1.544	0,0
MA	ACAILANDIA	EMR	595	315.145	2,8
MA	AFONSO CUNHA	BR	11	21	-
MA	AGUA DOCE DO MARANHAO	BR	280	627	0,0
MA	ALCANTARA	BR	10	302	-
MA	ALDEIAS ALTAS	BR	175	16.144	0,2
MA	ALTAMIRA DO MARANHAO	BR	82	299	-
MA	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	BR	49	187	-
MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	BR	331	1.939	0,0
MA	ALTO PARNAIBA	DMR	13	1.655	0,0
MA	AMAPA DO MARANHAO	BR	15	581	0,0
MA	AMARANTE DO MARANHAO	EMR	547	12.205	0,1
MA	ANAJATUBA	BR	351	819	0,0
MA	ANAPURUS	BR	202	7.477	0,1
MA	APICUM-ACU	BR	12	533	-
MA	ARAGUANA	BR	339	3.505	0,0
MA	ARAIOSES	BR	380	1.892	0,0
MA	ARAME	BR	395	3.423	0,0
MA	ARARI	BR	194	693	0,0
MA	AXIXA	BR	125	316	-
MA	BACABAL	BR	631	12.935	0,1
MA	BACABEIRA	BR	106	445	-
MA	BACURI	BR	111	904	0,0
MA	BACURITUBA	BR	190	386	-
MA	BALSAS	DMR	628	101.762	0,9
MA	BARAO DE GRAJAU	BR	603	2.153	0,0
MA	BARRA DO CORDA	BR	1.237	10.817	0,1
MA	BARREIRINHAS	BR	77	1.241	0,0
MA	BELA VISTA DO MARANHAO	BR	149	315	-
MA	BELAGUA	BR	22	52	-
MA	BENEDITO LEITE	DMR	100	5.115	0,1

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
MA	BEQUIMAO	BR	520	1.143	0,0
MA	BERNARDO DO MEARIM	BR	245	1.904	0,0
MA	BOA VISTA DO GURUPI	BR	56	383	-
MA	BOM JARDIM	BR	391	9.573	0,1
MA	BOM JESUS DAS SELVAS	BR	201	5.849	0,1
MA	BOM LUGAR	BR	152	654	0,0
MA	BREJO	BR	514	6.478	0,1
MA	BREJO DE AREIA	BR	237	947	0,0
MA	BURITI	BR	556	2.757	0,0
MA	BURITI BRAVO	BR	231	2.293	0,0
MA	BURITICUPU	BR	394	11.696	0,1
MA	BURITIRANA	EMR	341	3.858	0,0
MA	CACHOEIRA GRANDE	BR	59	335	-
MA	CAJAPIO	BR	12	94	-
MA	CAJARI	BR	112	287	-
MA	CAMPESTRE DO MARANHAO	EMR	16	2.994	0,0
MA	CANDIDO MENDES	BR	87	439	-
MA	CANTANHEDE	BR	8	196	-
MA	CAPINZAL DO NORTE	BR	93	390	-
MA	CAROLINA	EMR	1	142	-
MA	CARUTAPERA	BR	95	7.552	0,1
MA	CAXIAS	BR	1.000	11.731	0,1
MA	CEDRAL	BR	108	280	-
MA	CENTRAL DO MARANHAO	BR	1	50	-
MA	CENTRO DO GUILHERME	BR	137	2.573	0,0
MA	CENTRO NOVO DO MARANHAO	BR	479	1.434	0,0
MA	CHAPADINHA	BR	425	8.154	0,1
MA	CIDELANDIA	EMR	367	3.952	0,0
MA	CODO	BR	837	32.948	0,3
MA	COELHO NETO	BR	113	1.321	0,0
MA	COLINAS	BR	318	7.541	0,1
MA	CONCEICAO DO LAGO-ACU	BR	12	494	-
MA	COROATA	BR	487	7.363	0,1
MA	CURURUPU	BR	330	1.083	0,0
MA	DAVINOPOLIS	EMR	176	730	0,0
MA	DOM PEDRO	BR	114	1.796	0,0
MA	DUQUE BACELAR	BR	79	186	-
MA	ESPERANTINOPOLIS	BR	277	2.566	0,0
MA	ESTREITO	EMR	59	5.628	0,1
MA	FEIRA NOVA DO MARANHAO	DMR	289	3.107	0,0
MA	FERNANDO FALCAO	BR	329	748	0,0
MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA	BR	250	2.515	0,0
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	DMR	349	5.832	0,1
MA	FORTUNA	BR	213	1.247	0,0
MA	GODOFREDO VIANA	BR	2	168	-
MA	GONCALVES DIAS	BR	485	1.835	0,0
MA	GOVERNADOR ARCHER	BR	93	756	0,0
MA	GOVERNADOR EDISON LOBAO	EMR	58	1.076	0,0
MA	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	BR	225	1.832	0,0
MA	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	BR	104	1.008	0,0
MA	GOVERNADOR NEWTON BELLO	BR	163	3.387	0,0
MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	BR	484	3.905	0,0
MA	GRACA ARANHA	BR	174	570	0,0
MA	GRAJAU	BR	165	18.013	0,2
MA	GUIMARAES	BR	138	297	-
MA	HUMBERTO DE CAMPOS	BR	48	586	0,0
MA	ICATU	BR	120	381	-
MA	IGARAPE DO MEIO	BR	159	4.274	0,0
MA	IGARAPE GRANDE	BR	124	1.030	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
MA	IMPERATRIZ	EMR	253	47.536	0,4
MA	ITAIPAVA DO GRAJAU	BR	110	1.267	0,0
MA	ITAPECURU MIRIM	BR	120	1.180	0,0
MA	ITINGA DO MARANHAO	EMR	74	3.328	0,0
MA	JATOBA	BR	94	644	0,0
MA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	BR	211	1.861	0,0
MA	JOAO LISBOA	EMR	445	4.776	0,0
MA	JOSELANDIA	BR	197	1.333	0,0
MA	JUNCO DO MARANHAO	BR	74	510	-
MA	LAGO DA PEDRA	BR	223	4.297	0,0
MA	LAGO DO JUNCO	BR	145	627	0,0
MA	LAGO DOS RODRIGUES	BR	257	955	0,0
MA	LAGO VERDE	BR	211	1.051	0,0
MA	LAGOA DO MATO	BR	422	1.154	0,0
MA	LAGOA GRANDE DO MARANHAO	BR	27	316	-
MA	LAJEADO NOVO	EMR	33	2.792	0,0
MA	LIMA CAMPOS	BR	141	976	0,0
MA	LORETO	DMR	100	2.242	0,0
MA	LUIS DOMINGUES	BR	13	88	-
MA	MAGALHAES DE ALMEIDA	BR	194	540	-
MA	MARACACUME	BR	239	2.390	0,0
MA	MARAJA DO SENA	BR	101	1.005	0,0
MA	MARANHAOZINHO	BR	132	2.036	0,0
MA	MATA ROMA	BR	198	3.064	0,0
MA	MATINHA	BR	119	1.552	0,0
MA	MATOES	BR	210	794	0,0
MA	MATOES DO NORTE	BR	44	289	-
MA	MILAGRES DO MARANHAO	BR	137	334	-
MA	MIRADOR	BR	221	1.976	0,0
MA	MIRANDA DO NORTE	BR	163	428	-
MA	MIRINZAL	BR	104	592	0,0
MA	MONCAO	BR	189	1.308	0,0
MA	MONTES ALTOS	EMR	217	1.380	0,0
MA	MORROS	BR	61	715	0,0
MA	NINA RODRIGUES	BR	18	238	-
MA	NOVA COLINAS	DMR	335	1.181	0,0
MA	NOVA IORQUE	BR	14	264	-
MA	NOVA OLINDA DO MARANHAO	BR	207	4.898	0,0
MA	OLHO D'AGUA DAS CUNHAS	BR	179	1.130	0,0
MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	BR	59	1.123	0,0
MA	PACO DO LUMIAR	EMR	154	11.901	0,1
MA	PALMEIRANDIA	BR	191	531	-
MA	PARAIBANO	BR	483	1.662	0,0
MA	PARNARAMA	BR	466	7.816	0,1
MA	PASSAGEM FRANCA	BR	188	819	0,0
MA	PASTOS BONS	BR	270	2.093	0,0
MA	PAULINO NEVES	BR	210	1.122	0,0
MA	PAULO RAMOS	BR	94	1.101	0,0
MA	PEDREIRAS	BR	408	3.299	0,0
MA	PEDRO DO ROSARIO	BR	19	1.238	0,0
MA	PENALVA	BR	290	2.263	0,0
MA	PERI MIRIM	BR	97	265	-
MA	PERITORO	BR	101	1.844	0,0
MA	PINDARE MIRIM	BR	150	873	0,0
MA	PINHEIRO	BR	1.024	7.250	0,1
MA	PIO XII	BR	150	1.501	0,0
MA	PIRAPEMAS	BR	53	534	-
MA	POCAO DE PEDRAS	BR	349	3.137	0,0
MA	PORTO FRANCO	EMR	55	30.541	0,3

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
MA	PORTO RICO DO MARANHAO	BR	1	100	-
MA	PRESIDENTE DUTRA	BR	742	6.979	0,1
MA	PRESIDENTE JUSCELINO	BR	72	181	-
MA	PRESIDENTE MEDICI	BR	116	1.467	0,0
MA	PRESIDENTE SARNEY	BR	105	370	-
MA	PRESIDENTE VARGAS	BR	46	102	-
MA	PRIMEIRA CRUZ	BR	3	60	-
MA	RAPOSA	EMR	169	1.548	0,0
MA	RIACHAO	DMR	281	2.320	0,0
MA	RIBAMAR FIQUENE	EMR	211	951	0,0
MA	ROSARIO	BR	163	578	0,0
MA	SAMBAIBA	DMR	40	46.890	0,4
MA	SANTA FILOMENA DO MARANHAO	BR	202	1.067	0,0
MA	SANTA HELENA	BR	388	3.382	0,0
MA	SANTA INES	BR	378	15.764	0,1
MA	SANTA LUZIA	BR	766	24.244	0,2
MA	SANTA LUZIA DO PARUA	BR	236	19.041	0,2
MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	BR	16	9.030	0,1
MA	SANTA RITA	BR	55	261	-
MA	SANTANA DO MARANHAO	BR	48	106	-
MA	SANTO AMARO DO MARANHAO	BR	2	57	-
MA	SANTO ANTONIO DOS LOPES	BR	153	2.156	0,0
MA	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	BR	105	1.803	0,0
MA	SAO BENTO	BR	193	814	0,0
MA	SAO BERNARDO	BR	198	509	-
MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	DMR	85	10.193	0,1
MA	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	BR	524	4.337	0,0
MA	SAO FELIX DE BALSAS	DMR	111	3.021	0,0
MA	SAO FRANCISCO DO BREJAO	EMR	228	881	0,0
MA	SAO FRANCISCO DO MARANHAO	BR	427	1.057	0,0
MA	SAO JOAO BATISTA	BR	91	328	-
MA	SAO JOAO DO CARU	BR	10	867	0,0
MA	SAO JOAO DO PARAISO	EMR	106	1.782	0,0
MA	SAO JOAO DO SOTER	BR	54	1.804	0,0
MA	SAO JOAO DOS PATOS	BR	109	1.536	0,0
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	EMR	122	12.299	0,1
MA	SAO JOSE DOS BASILIOS	BR	471	1.305	0,0
MA	SAO LUIS	EMR	418	288.590	2,6
MA	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	BR	85	2.098	0,0
MA	SAO MATEUS DO MARANHAO	BR	144	2.006	0,0
MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	EMR	112	1.133	0,0
MA	SAO PEDRO DOS CRENTES	EMR	203	2.681	0,0
MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	DMR	122	1.723	0,0
MA	SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	BR	105	396	-
MA	SAO ROBERTO	BR	123	692	0,0
MA	SAO VICENTE FERRER	BR	141	821	0,0
MA	SATUBINHA	BR	137	302	-
MA	SENADOR ALEXANDRE COSTA	BR	68	819	0,0
MA	SENADOR LA ROCQUE	EMR	623	3.692	0,0
MA	SERRANO DO MARANHAO	BR	3	55	-
MA	SITIO NOVO	BR	370	3.063	0,0
MA	SUCUPIRA DO NORTE	BR	330	3.227	0,0
MA	SUCUPIRA DO RIACHAO	BR	32	69	-
MA	TASSO FRAGOSO	DMR	97	72.362	0,7
MA	TIMBIRAS	BR	390	1.961	0,0
MA	TIMON	BR	711	9.247	0,1
MA	TRIZIDELA DO VALE	BR	309	1.805	0,0
MA	TUFILANDIA	BR	79	382	-
MA	TUNTUM	BR	491	9.234	0,1

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
MA	TURIACU	BR	207	2.749	0,0
MA	TURILANDIA	BR	146	2.539	0,0
MA	TUTOIA	BR	224	990	0,0
MA	URBANO SANTOS	BR	109	860	0,0
MA	VARGEM GRANDE	BR	221	2.941	0,0
MA	VIANA	BR	442	3.926	0,0
MA	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	EMR	150	835	0,0
MA	VITORIA DO MEARIM	BR	98	662	0,0
MA	VITORINO FREIRE	BR	235	4.415	0,0
MA	ZE DOCA	BR	832	14.445	0,1
MG	AGUAS FORMOSAS	EMR	319	867	0,0
MG	AGUAS VERMELHAS	DMR	90	5.022	0,1
MG	ALMENARA	DMR	175	1.228	0,0
MG	ANGELANDIA	DMR	146	3.188	0,0
MG	ARACUAI	DMR	252	2.198	0,0
MG	ARICANDUVA	DMR	254	1.251	0,0
MG	ARINOS	DMR	110	2.366	0,0
MG	ATALEIA	EMR	323	2.389	0,0
MG	BANDEIRA	DMR	162	636	0,0
MG	BERILO	DMR	367	775	0,0
MG	BERIZAL	DMR	176	569	0,0
MG	BERTOPOLIS	EMR	110	245	-
MG	BOCAIUVA	EMR	501	3.510	0,0
MG	BONITO DE MINAS	DMR	317	1.733	0,0
MG	BOTUMIRIM	DMR	73	905	0,0
MG	BRASILIA DE MINAS	EMR	937	6.627	0,1
MG	BURITIZEIRO	EMR	69	13.880	0,1
MG	CACHOEIRA DE PAJEU	BR	250	873	0,0
MG	CAMPANARIO	EMR	32	631	0,0
MG	CAMPO AZUL	EMR	333	872	0,0
MG	CAPELINHA	DMR	397	9.905	0,1
MG	CAPITAO ENEAS	EMR	103	1.022	0,0
MG	CARAI	DMR	221	776	0,0
MG	CARBONITA	DMR	183	410	-
MG	CARLOS CHAGAS	EMR	101	7.697	0,1
MG	CATUJI	EMR	82	398	-
MG	CATUTI	DMR	192	678	0,0
MG	CHAPADA DO NORTE	DMR	163	439	-
MG	CHAPADA GAUCHA	DMR	363	7.430	0,1
MG	CLARO DOS POCOES	EMR	48	314	-
MG	COMERCINHO	BR	334	948	0,0
MG	CONEGO MARINHO	DMR	235	1.078	0,0
MG	CORACAO DE JESUS	EMR	871	5.125	0,1
MG	CORONEL MURTA	DMR	297	1.905	0,0
MG	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	EMR	6	39	-
MG	CRISOLITA	EMR	40	199	-
MG	CRISTALIA	DMR	118	781	0,0
MG	CURRAL DE DENTRO	DMR	189	1.043	0,0
MG	DATAS	EMR	20	68	-
MG	DIAMANTINA	EMR	257	1.586	0,0
MG	DIVISA ALEGRE	DMR	56	133	-
MG	DIVISOPOLIS	DMR	7	138	-
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	EMR	31	691	0,0
MG	ESPINOSA	DMR	688	3.627	0,0
MG	FELICIO DOS SANTOS	EMR	89	524	-
MG	FELISBURGO	DMR	41	87	-
MG	FORMOSO	DMR	160	4.555	0,0
MG	FRANCISCO BADARO	DMR	82	181	-
MG	FRANCISCO DUMONT	EMR	91	706	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
MG	FRANCISCO SA	EMR	482	3.709	0,0
MG	FRANCISCOPOLIS	EMR	153	291	-
MG	FREI GASPAR	EMR	154	579	0,0
MG	FRONTEIRA DOS VALES	EMR	107	258	-
MG	FRUTA DE LEITE	DMR	114	609	0,0
MG	GAMELEIRAS	DMR	185	755	0,0
MG	GLAUCILANDIA	EMR	74	200	-
MG	GRAO MOGOL	DMR	201	2.329	0,0
MG	GUARACIAMA	EMR	98	201	-
MG	IBIAI	EMR	107	4.217	0,0
MG	IBIRACATU	EMR	125	317	-
MG	ICARAI DE MINAS	DMR	219	3.282	0,0
MG	INDAIABIRA	DMR	114	354	-
MG	ITACAMBIRA	DMR	171	593	0,0
MG	ITACARAMBI	DMR	303	6.137	0,1
MG	ITAIPE	EMR	147	548	-
MG	ITAMARANDIBA	DMR	324	932	0,0
MG	ITAMBACURI	EMR	327	2.868	0,0
MG	ITAOBIM	BR	61	273	-
MG	ITINGA	DMR	242	2.148	0,0
MG	JACINTO	DMR	124	1.435	0,0
MG	JAIBA	DMR	511	17.836	0,2
MG	JANAUBA	DMR	746	19.525	0,2
MG	JANUARIA	DMR	1.294	11.483	0,1
MG	JAPONVAR	EMR	307	1.376	0,0
MG	JENIPAPO DE MINAS	DMR	47	100	-
MG	JEQUITAI	EMR	147	1.868	0,0
MG	JEQUITINHONHA	DMR	266	1.972	0,0
MG	JOAIMA	DMR	355	3.622	0,0
MG	JORDANIA	DMR	90	272	-
MG	JOSE GONCALVES DE MINAS	DMR	126	365	-
MG	JOSENOPOLIS	DMR	11	51	-
MG	JURAMENTO	EMR	57	244	-
MG	JUVENILIA	DMR	297	1.154	0,0
MG	LADAINHA	EMR	409	1.077	0,0
MG	LAGOA DOS PATOS	EMR	100	2.955	0,0
MG	LASSANCE	EMR	122	1.764	0,0
MG	LEME DO PRADO	DMR	40	177	-
MG	LONTRA	EMR	257	1.183	0,0
MG	LUISLANDIA	EMR	281	1.522	0,0
MG	MACHACALIS	EMR	74	311	-
MG	MALACACHETA	EMR	410	1.207	0,0
MG	MAMONAS	DMR	458	1.105	0,0
MG	MANGA	DMR	562	9.006	0,1
MG	MATA VERDE	DMR	115	359	-
MG	MATIAS CARDOSO	DMR	285	18.786	0,2
MG	MATO VERDE	DMR	446	2.348	0,0
MG	MEDINA	BR	296	2.759	0,0
MG	MINAS NOVAS	DMR	401	3.411	0,0
MG	MIRABELA	EMR	184	2.103	0,0
MG	MIRAVANIA	DMR	240	698	0,0
MG	MONTALVANIA	DMR	628	3.025	0,0
MG	MONTE AZUL	DMR	773	6.629	0,1
MG	MONTE FORMOSO	DMR	73	3.465	0,0
MG	MONTES CLAROS	EMR	1.906	85.351	0,8
MG	MONTEZUMA	DMR	211	917	0,0
MG	NANUQUE	EMR	7	572	0,0
MG	NINHEIRA	DMR	166	697	0,0
MG	NOVA PORTEIRINHA	DMR	282	3.070	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
MG	NOVO CRUZEIRO	DMR	529	6.627	0,1
MG	NOVO ORIENTE DE MINAS	EMR	243	552	-
MG	NOVORIZONTE	DMR	188	1.015	0,0
MG	OLHOS-D'AGUA	EMR	69	249	-
MG	OURO VERDE DE MINAS	EMR	235	716	0,0
MG	PADRE CARVALHO	DMR	199	699	0,0
MG	PADRE PARAISO	DMR	109	260	-
MG	PAI PEDRO	DMR	124	1.530	0,0
MG	PALMOPOLIS	DMR	4	418	-
MG	PATIS	EMR	162	1.635	0,0
MG	PAVAO	EMR	10	18	-
MG	PEDRA AZUL	BR	41	3.311	0,0
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	DMR	78	2.496	0,0
MG	PESCADOR	EMR	17	4.500	0,0
MG	PINTOPOLIS	DMR	224	2.101	0,0
MG	PIRAPORA	EMR	112	23.839	0,2
MG	PONTO CHIQUE	EMR	138	1.039	0,0
MG	PONTO DOS VOLANTES	DMR	316	1.243	0,0
MG	PORTEIRINHA	DMR	1.290	9.187	0,1
MG	POTE	EMR	299	1.051	0,0
MG	RIACHINHO	EMR	139	593	0,0
MG	RIACHO DOS MACHADOS	DMR	190	902	0,0
MG	RIO DO PRADO	DMR	134	302	-
MG	RIO PARDO DE MINAS	DMR	556	6.076	0,1
MG	RIO VERMELHO	EMR	286	1.246	0,0
MG	RUBELITA	DMR	231	2.126	0,0
MG	RUBIM	DMR	49	628	0,0
MG	SALINAS	DMR	732	9.403	0,1
MG	SALTO DA DIVISA	DMR	37	87	-
MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	DMR	367	2.020	0,0
MG	SANTA FE DE MINAS	EMR	85	1.011	0,0
MG	SANTA HELENA DE MINAS	EMR	84	180	-
MG	SANTA MARIA DO SALTO	DMR	20	46	-
MG	SANTO ANTONIO DO JACINTO	DMR	72	244	-
MG	SANTO ANTONIO DO RETIRO	DMR	303	937	0,0
MG	SAO FRANCISCO	DMR	1.659	13.688	0,1
MG	SAO GONCALO DO RIO PRETO	EMR	13	33	-
MG	SAO JOAO DA LAGOA	EMR	332	1.203	0,0
MG	SAO JOAO DA PONTE	EMR	948	5.370	0,1
MG	SAO JOAO DAS MISSOES	DMR	197	857	0,0
MG	SAO JOAO DO PACUI	EMR	126	379	-
MG	SAO JOAO DO PARAISO	DMR	382	2.425	0,0
MG	SAO ROMAO	EMR	74	487	-
MG	SENADOR MODESTINO GONCALVES	EMR	247	611	0,0
MG	SERRA DOS AIMORES	EMR	4	35	-
MG	SERRANOPOLIS DE MINAS	DMR	169	639	0,0
MG	SERRO	EMR	158	627	0,0
MG	SETUBINHA	EMR	352	1.526	0,0
MG	TAIOBEIRAS	DMR	131	5.129	0,1
MG	TEOFILO OTONI	EMR	660	8.525	0,1
MG	TURMALINA	DMR	110	2.244	0,0
MG	UBAI	EMR	492	2.037	0,0
MG	UMBURATIBA	EMR	37	95	-
MG	URUCUIA	DMR	398	4.928	0,0
MG	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	DMR	124	303	-
MG	VARZEA DA PALMA	EMR	168	10.135	0,1
MG	VARZELANDIA	EMR	827	4.110	0,0
MG	VERDELANDIA	EMR	229	3.952	0,0
MG	VEREDINHA	DMR	144	567	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
MG	VIRGEM DA LAPA	DMR	126	2.090	0,0
PB	AGUA BRANCA	DMR	217	456	-
PB	AGUIAR	BR	73	165	-
PB	ALAGOA GRANDE	BR	137	856	0,0
PB	ALAGOA NOVA	BR	240	618	0,0
PB	ALAGOINHA	BR	162	610	0,0
PB	ALCANTIL	DMR	130	309	-
PB	ALGODAO DE JANDAIRA	BR	113	272	-
PB	ALHANDRA	DMR	57	113.758	1,0
PB	AMPARO	DMR	59	160	-
PB	APARECIDA	EMR	154	508	-
PB	ARACAGI	BR	274	1.628	0,0
PB	ARARA	BR	149	689	0,0
PB	ARARUNA	BR	29	301	-
PB	AREIA	BR	163	520	-
PB	AREIA DE BARAUNAS	DMR	54	115	-
PB	AREIAL	EMR	163	362	-
PB	AROEIRAS	BR	176	401	-
PB	ASSUNCAO	DMR	32	71	-
PB	BAIA DA TRAICAO	BR	94	271	-
PB	BANANEIRAS	BR	383	1.155	0,0
PB	BARAUNA	BR	67	176	-
PB	BARRA DE SANTA ROSA	BR	154	552	-
PB	BARRA DE SANTANA	DMR	193	646	0,0
PB	BARRA DE SAO MIGUEL	DMR	255	704	0,0
PB	BAYEUX	AR	17	875	0,0
PB	BELEM	BR	295	1.003	0,0
PB	BELEM DO BREJO DO CRUZ	EMR	31	556	0,0
PB	BERNARDINO BATISTA	EMR	41	122	-
PB	BOA VENTURA	DMR	118	375	-
PB	BOA VISTA	EMR	48	135	-
PB	BOM JESUS	EMR	19	53	-
PB	BOM SUCESSO	EMR	229	687	0,0
PB	BONITO DE SANTA FE	EMR	65	327	-
PB	BOQUEIRAO	DMR	477	1.115	0,0
PB	BORBOREMA	BR	71	223	-
PB	BREJO DO CRUZ	EMR	295	1.591	0,0
PB	BREJO DOS SANTOS	EMR	226	862	0,0
PB	CAAPORA	DMR	26	883	0,0
PB	CABACEIRAS	DMR	160	390	-
PB	CABEDELO	AR	48	12.626	0,1
PB	CACHOEIRA DOS INDIOS	EMR	228	831	0,0
PB	CACIMBA DE AREIA	DMR	103	432	-
PB	CACIMBA DE DENTRO	BR	182	556	0,0
PB	CACIMBAS	DMR	92	197	-
PB	CAICARA	BR	76	362	-
PB	CAJAZEIRAS	EMR	551	7.872	0,1
PB	CAJAZEIRINHAS	EMR	92	629	0,0
PB	CALDAS BRANDAO	BR	20	60	-
PB	CAMALAU	DMR	242	592	0,0
PB	CAMPINA GRANDE	EMR	381	19.592	0,2
PB	CAMPO DE SANTANA	BR	194	538	-
PB	CAPIM	BR	17	291	-
PB	CARAUBAS	DMR	56	159	-
PB	CARRAPATEIRA	EMR	76	161	-
PB	CASSERENGUE	BR	226	730	0,0
PB	CATINGUEIRA	BR	88	442	-
PB	CATOLE DO ROCHA	EMR	647	5.099	0,1
PB	CATURITE	DMR	193	467	-

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
PB	CONCEICAO	DMR	199	1.151	0,0
PB	CONDADO	EMR	138	397	-
PB	CONDE	AR	74	630	0,0
PB	CONGO	DMR	143	575	0,0
PB	COREMAS	BR	175	692	0,0
PB	COXIXOLA	DMR	38	175	-
PB	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	BR	98	393	-
PB	CUBATI	BR	133	309	-
PB	CUITE	BR	249	908	0,0
PB	CUITE DE MAMANGUAPE	BR	35	377	-
PB	CUITEGI	BR	96	944	0,0
PB	CURRAL DE CIMA	BR	90	226	-
PB	CURRAL VELHO	DMR	48	198	-
PB	DAMIAO	BR	159	353	-
PB	DESTERRO	DMR	259	911	0,0
PB	DIAMANTE	DMR	42	174	-
PB	DONA INES	BR	182	432	-
PB	DUAS ESTRADAS	BR	37	168	-
PB	EMAS	BR	26	200	-
PB	ESPERANCA	EMR	214	3.501	0,0
PB	FAGUNDES	EMR	68	157	-
PB	FREI MARTINHO	BR	64	306	-
PB	GADO BRAVO	BR	393	1.058	0,0
PB	GUARABIRA	BR	345	6.542	0,1
PB	GURINHEM	BR	129	3.272	0,0
PB	GURJAO	DMR	41	198	-
PB	IBIARA	DMR	188	721	0,0
PB	IGARACY	BR	70	356	-
PB	IMACULADA	DMR	78	290	-
PB	INGA	BR	242	800	0,0
PB	ITABAIANA	BR	117	1.723	0,0
PB	ITAPORANGA	DMR	338	2.942	0,0
PB	ITAPOROROCA	BR	119	488	-
PB	ITATUBA	BR	104	2.158	0,0
PB	JACARAU	BR	129	815	0,0
PB	JERICO	EMR	137	596	0,0
PB	JOAO PESSOA	AR	276	104.853	1,0
PB	JUAREZ TAVORA	BR	167	337	-
PB	JUAZEIRINHO	BR	181	457	-
PB	JUNCO DO SERIDO	EMR	126	337	-
PB	JURIPIRANGA	BR	20	205	-
PB	JURU	DMR	93	306	-
PB	LAGOA	EMR	128	347	-
PB	LAGOA DE DENTRO	BR	75	235	-
PB	LAGOA SECA	EMR	238	734	0,0
PB	LASTRO	EMR	46	133	-
PB	LIVRAMENTO	DMR	339	758	0,0
PB	LOGRADOURO	BR	58	502	-
PB	LUCENA	AR	51	1.210	0,0
PB	MAE D'AGUA	DMR	13	31	-
PB	MALTA	EMR	76	682	0,0
PB	MAMANGUAPE	BR	176	2.567	0,0
PB	MANAIRA	DMR	95	232	-
PB	MARCACAO	BR	65	218	-
PB	MARI	BR	76	1.269	0,0
PB	MARIZOPOLIS	EMR	63	185	-
PB	MASSARANDUBA	EMR	115	375	-
PB	MATARACA	BR	34	243	-
PB	MATINHAS	BR	28	65	-

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
PB	MATO GROSSO	EMR	154	360	-
PB	MATUREIA	DMR	128	260	-
PB	MOGEIRO	BR	162	795	0,0
PB	MONTADAS	EMR	117	268	-
PB	MONTE HOREBE	EMR	94	249	-
PB	MONTEIRO	DMR	625	2.392	0,0
PB	MULUNGU	BR	418	1.530	0,0
PB	NATUBA	BR	102	803	0,0
PB	NAZAREZINHO	EMR	504	1.602	0,0
PB	NOVA FLORESTA	BR	122	321	-
PB	NOVA OLINDA	BR	114	241	-
PB	NOVA PALMEIRA	BR	94	704	0,0
PB	OLHO D'AGUA	BR	266	783	0,0
PB	OLIVEDOS	BR	142	721	0,0
PB	OURO VELHO	DMR	135	539	-
PB	PARARI	DMR	69	445	-
PB	PASSAGEM	DMR	80	186	-
PB	PATOS	DMR	212	4.900	0,0
PB	PAULISTA	EMR	296	1.648	0,0
PB	PEDRA BRANCA	DMR	54	302	-
PB	PEDRA LAVRADA	BR	271	843	0,0
PB	PEDRAS DE FOGO	DMR	65	1.076	0,0
PB	PEDRO REGIS	BR	206	411	-
PB	PIANCO	BR	21	268	-
PB	PICUI	BR	289	913	0,0
PB	PILAR	BR	152	489	-
PB	PILOES	BR	116	229	-
PB	PILOEZINHOS	BR	89	322	-
PB	PIRPIRITUBA	BR	70	288	-
PB	PITIMBU	DMR	162	1.026	0,0
PB	POCINHOS	BR	379	2.730	0,0
PB	POCO DANTAS	EMR	151	323	-
PB	POCO DE JOSE DE MOURA	EMR	162	413	-
PB	POMBAL	EMR	316	3.991	0,0
PB	PRATA	AR	55	215	-
PB	PRINCESA ISABEL	DMR	66	1.452	0,0
PB	PUXINANA	EMR	64	196	-
PB	QUEIMADAS	EMR	114	371	-
PB	QUIXABA	DMR	69	612	0,0
PB	REMIGIO	BR	171	611	0,0
PB	RIACHAO	BR	36	94	-
PB	RIACHAO DO BACAMARTE	BR	58	123	-
PB	RIACHAO DO POCO	BR	130	303	-
PB	RIACHO DE SANTO ANTONIO	DMR	44	407	-
PB	RIACHO DOS CAVALOS	EMR	780	1.934	0,0
PB	RIO TINTO	BR	182	5.361	0,1
PB	SALGADINHO	EMR	83	198	-
PB	SALGADO DE SAO FELIX	BR	116	569	0,0
PB	SANTA CECILIA DE UMBUZEIRO	BR	9	247	-
PB	SANTA CRUZ	EMR	204	528	-
PB	SANTA HELENA	EMR	179	582	0,0
PB	SANTA INES	DMR	80	514	-
PB	SANTA LUZIA	EMR	171	914	0,0
PB	SANTA RITA	AR	98	15.154	0,1
PB	SANTA TERESINHA	DMR	113	411	-
PB	SANTANA DE MANGUEIRA	DMR	33	454	-
PB	SANTANA DOS GARROTES	BR	102	209	-
PB	SANTAREM	EMR	122	293	-
PB	SANTO ANDRE	DMR	88	235	-

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
PB	SAO BENTINHO	EMR	68	210	-
PB	SAO BENTO	EMR	421	2.364	0,0
PB	SAO DOMINGOS DE POMBAL	EMR	247	629	0,0
PB	SAO DOMINGOS DO CARIRI	DMR	102	200	-
PB	SAO FRANCISCO	EMR	154	760	0,0
PB	SAO JOAO DO CARIRI	DMR	113	489	-
PB	SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	EMR	379	1.688	0,0
PB	SAO JOAO DO TIGRE	DMR	45	117	-
PB	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	EMR	216	998	0,0
PB	SAO JOSE DE CAIANA	DMR	3	36	-
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	DMR	119	586	0,0
PB	SAO JOSE DE PIRANHAS	EMR	205	1.204	0,0
PB	SAO JOSE DE PRINCESA	DMR	21	200	-
PB	SAO JOSE DO BONFIM	DMR	62	240	-
PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	EMR	77	186	-
PB	SAO JOSE DO SABUGI	EMR	91	302	-
PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	DMR	203	766	0,0
PB	SAO JOSE DOS RAMOS	BR	92	240	-
PB	SAO MAMEDE	EMR	96	340	-
PB	SAO MIGUEL DE TAIPU	BR	10	410	-
PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	EMR	54	197	-
PB	SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	DMR	68	203	-
PB	SAPE	BR	164	4.293	0,0
PB	SERIDO	BR	91	204	-
PB	SERRA BRANCA	DMR	359	1.209	0,0
PB	SERRA DA RAIZ	BR	26	54	-
PB	SERRA GRANDE	DMR	105	242	-
PB	SERRA REDONDA	EMR	160	363	-
PB	SERRARIA	BR	53	116	-
PB	SERTAOZINHO	BR	110	333	-
PB	SOBRADO	BR	58	341	-
PB	SOLANEA	BR	318	1.659	0,0
PB	SOLEDADE	BR	159	1.473	0,0
PB	SOSSEGO	BR	146	319	-
PB	SOUSA	EMR	855	15.100	0,1
PB	SUME	DMR	271	1.096	0,0
PB	TAPEROA	DMR	222	497	-
PB	TAVARES	DMR	22	61	-
PB	TEIXEIRA	DMR	133	505	-
PB	TENORIO	BR	72	160	-
PB	TRIUNFO	EMR	283	1.089	0,0
PB	UIRAUNA	EMR	557	2.156	0,0
PB	UMBUZEIRO	BR	38	412	-
PB	VARZEA	EMR	85	289	-
PB	VIEIROPOLIS	EMR	222	649	0,0
PB	VISTA SERRANA	EMR	48	105	-
PB	ZABELE	DMR	33	89	-
PE	ABREU E LIMA	AR	99	2.657	0,0
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	DMR	343	5.112	0,1
PE	AFRANIO	EMR	480	3.411	0,0
PE	AGRESTINA	BR	194	502	-
PE	AGUA PRETA	BR	204	1.292	0,0
PE	AGUAS BELAS	BR	377	3.360	0,0
PE	ALAGOINHA	EMR	93	927	0,0
PE	ALIANCA	EMR	534	5.374	0,1
PE	ALTINHO	BR	341	824	0,0
PE	AMARAJI	BR	438	3.610	0,0
PE	ANGELIM	EMR	56	131	-
PE	ARACOIABA	EMR	23	236	-

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
PE	ARARIPINA	DMR	2.066	19.800	0,2
PE	ARCOVERDE	EMR	184	10.734	0,1
PE	BARRA DE GUABIRABA	BR	125	769	0,0
PE	BARREIROS	BR	215	1.010	0,0
PE	BELEM DE MARIA	BR	42	91	-
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	DMR	626	6.424	0,1
PE	BELO JARDIM	EMR	193	26.382	0,2
PE	BETANIA	EMR	105	539	-
PE	BEZERROS	EMR	590	4.344	0,0
PE	BODOCO	DMR	1.229	14.420	0,1
PE	BOM CONSELHO	EMR	787	123.472	1,1
PE	BOM JARDIM	BR	169	1.450	0,0
PE	BONITO	BR	498	1.799	0,0
PE	BREJAO	EMR	56	296	-
PE	BREJINHO	DMR	167	451	-
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	EMR	212	686	0,0
PE	BUENOS AIRES	EMR	219	587	0,0
PE	BUIQUE	BR	377	2.719	0,0
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	EMR	325	2.784	0,0
PE	CABROBO	EMR	762	2.937	0,0
PE	CACHOEIRINHA	EMR	479	1.377	0,0
PE	CAETES	EMR	738	2.136	0,0
PE	CALCADO	EMR	276	1.092	0,0
PE	CALUMBI	DMR	114	604	0,0
PE	CAMARAGIBE	AR	20	717	0,0
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	BR	69	462	-
PE	CAMUTANGA	EMR	88	578	0,0
PE	CANHOTINHO	EMR	123	854	0,0
PE	CAPOEIRAS	EMR	411	2.438	0,0
PE	CARNAIBA	DMR	635	13.430	0,1
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	DMR	472	2.541	0,0
PE	CARPINA	EMR	109	1.982	0,0
PE	CARUARU	EMR	651	18.312	0,2
PE	CASINHAS	EMR	95	481	-
PE	CATENDE	BR	34	67	-
PE	CEDRO	DMR	288	2.921	0,0
PE	CHA DE ALEGRIA	EMR	58	245	-
PE	CHA GRANDE	EMR	251	1.169	0,0
PE	CONDADO	EMR	47	738	0,0
PE	CORRENTES	EMR	367	1.061	0,0
PE	CORTES	BR	116	910	0,0
PE	CUMARU	BR	160	594	0,0
PE	CUPIRA	BR	23	226	-
PE	CUSTODIA	EMR	267	2.635	0,0
PE	DORMENTES	EMR	577	5.246	0,1
PE	ESCADA	BR	257	19.788	0,2
PE	EXU	DMR	805	8.606	0,1
PE	FEIRA NOVA	BR	210	1.173	0,0
PE	FERNANDO DE NORONHA	AR	6	68	-
PE	FERREIROS	EMR	103	962	0,0
PE	FLORES	DMR	263	1.655	0,0
PE	FLORESTA	DMR	1.236	4.903	0,0
PE	FREI MIGUELINHO	EMR	212	1.681	0,0
PE	GAMELEIRA	BR	15	489	-
PE	GARANHUNS	EMR	700	24.431	0,2
PE	GLORIA DO GOITA	EMR	1.049	2.827	0,0
PE	GOIANA	EMR	444	3.726	0,0
PE	GRANITO	DMR	288	2.391	0,0
PE	GRAVATA	EMR	398	31.431	0,3

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
PE	IATI	EMR	197	1.583	0,0
PE	IBIMIRIM	EMR	256	3.692	0,0
PE	IBIRAJUBA	BR	188	723	0,0
PE	IGARASSU	EMR	162	3.057	0,0
PE	IGUARACI	DMR	190	1.174	0,0
PE	INAJA	EMR	199	1.265	0,0
PE	INGAZEIRA	DMR	80	459	-
PE	IPOJUCA	EMR	208	31.071	0,3
PE	IPUBI	DMR	551	3.628	0,0
PE	ITACURUBA	DMR	93	639	0,0
PE	ITAIBA	BR	341	1.388	0,0
PE	ITAMARACA	EMR	80	415	-
PE	ITAMBE	EMR	540	3.929	0,0
PE	ITAPETIM	DMR	76	1.448	0,0
PE	ITAPISSUMA	EMR	4	695	0,0
PE	ITAQUITINGA	EMR	183	59.411	0,5
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	AR	91	22.799	0,2
PE	JAQUEIRA	BR	58	281	-
PE	JATAUBA	EMR	372	1.299	0,0
PE	JATOBA	DMR	9	121	-
PE	JOAO ALFREDO	BR	104	1.519	0,0
PE	JOAQUIM NABUCO	BR	5	45	-
PE	JUCATI	EMR	390	1.138	0,0
PE	JUPI	EMR	317	1.005	0,0
PE	JUREMA	EMR	32	109	-
PE	LAGOA DO CARRO	EMR	139	1.072	0,0
PE	LAGOA DO ITAENGA	EMR	173	519	-
PE	LAGOA DO OURO	EMR	407	1.791	0,0
PE	LAGOA DOS GATOS	BR	92	318	-
PE	LAGOA GRANDE	EMR	399	1.625	0,0
PE	LAJEDO	EMR	476	2.738	0,0
PE	LIMOEIRO	BR	299	4.814	0,0
PE	MACAPARANA	EMR	189	2.123	0,0
PE	MACHADOS	BR	46	789	0,0
PE	MANARI	EMR	599	1.791	0,0
PE	MARAIAL	BR	89	215	-
PE	MIRANDIBA	DMR	199	631	0,0
PE	MOREILANDIA	DMR	407	1.081	0,0
PE	MORENO	AR	22	518	-
PE	NAZARE DA MATA	EMR	69	2.666	0,0
PE	OLINDA	AR	54	7.228	0,1
PE	OROBO	BR	353	961	0,0
PE	OROCO	EMR	312	1.191	0,0
PE	OURICURI	DMR	1.345	13.032	0,1
PE	PALMARES	BR	121	1.538	0,0
PE	PALMEIRINA	EMR	98	320	-
PE	PANELAS	BR	247	740	0,0
PE	PARANATAMA	EMR	594	1.706	0,0
PE	PARNAMIRIM	DMR	114	1.265	0,0
PE	PASSIRA	BR	32	713	0,0
PE	PAUDALHO	EMR	309	1.832	0,0
PE	PAULISTA	AR	88	4.088	0,0
PE	PEDRA	BR	553	3.304	0,0
PE	PESQUEIRA	EMR	500	3.889	0,0
PE	PETROLANDIA	DMR	263	2.314	0,0
PE	PETROLINA	EMR	1.354	69.285	0,6
PE	POCAO	EMR	279	1.495	0,0
PE	POMBOS	EMR	306	5.201	0,1
PE	PRIMAVERA	BR	183	1.014	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
PE	QUIPAPA	BR	36	1.117	0,0
PE	QUIXABA	DMR	206	814	0,0
PE	RECIFE	AR	396	286.608	2,6
PE	RIACHO DAS ALMAS	EMR	271	1.024	0,0
PE	RIBEIRAO	BR	302	2.329	0,0
PE	RIO FORMOSO	BR	182	2.618	0,0
PE	SAIRE	BR	302	867	0,0
PE	SALGADINHO	BR	11	32	-
PE	SALGUEIRO	DMR	529	10.612	0,1
PE	SALOA	EMR	264	1.005	0,0
PE	SANHARO	EMR	120	1.252	0,0
PE	SANTA CRUZ	DMR	790	4.971	0,0
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	DMR	279	618	0,0
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	EMR	113	1.413	0,0
PE	SANTA FILOMENA	DMR	713	2.677	0,0
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	EMR	112	1.278	0,0
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	EMR	114	594	0,0
PE	SANTA TEREZINHA	DMR	123	498	-
PE	SAO BENEDITO DO SUL	BR	11	122	-
PE	SAO BENTO DO UNA	EMR	484	9.454	0,1
PE	SAO CAITANO	EMR	257	983	0,0
PE	SAO JOAO	EMR	13	299	-
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	BR	328	891	0,0
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	BR	103	278	-
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	DMR	477	1.792	0,0
PE	SAO JOSE DO EGITO	DMR	269	3.245	0,0
PE	SAO LOURENCO DA MATA	AR	92	251.251	2,3
PE	SAO VICENTE FERRER	BR	315	2.601	0,0
PE	SERRA TALHADA	DMR	671	13.194	0,1
PE	SERRITA	DMR	599	2.364	0,0
PE	SERTANIA	EMR	230	3.377	0,0
PE	SIRINHAEM	BR	183	899	0,0
PE	SOLIDAO	DMR	78	279	-
PE	SURUBIM	EMR	810	6.507	0,1
PE	TABIRA	DMR	572	2.549	0,0
PE	TACAIMBO	EMR	193	584	0,0
PE	TACARATU	DMR	468	2.355	0,0
PE	TAMANDARE	BR	94	1.534	0,0
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	EMR	179	1.077	0,0
PE	TEREZINHA	EMR	230	696	0,0
PE	TERRA NOVA	EMR	97	216	-
PE	TIMBAUBA	EMR	265	44.847	0,4
PE	TORITAMA	EMR	12	547	-
PE	TRACUNHAEM	EMR	51	267	-
PE	TRINDADE	DMR	283	6.142	0,1
PE	TRIUNFO	DMR	116	241	-
PE	TUPANATINGA	BR	193	1.205	0,0
PE	TUPARETAMA	DMR	21	689	0,0
PE	VENTUROSA	BR	275	1.966	0,0
PE	VERDEJANTE	DMR	339	1.386	0,0
PE	VERTENTE DO LERIO	EMR	82	236	-
PE	VERTENTES	EMR	209	1.267	0,0
PE	VICENCIA	EMR	216	1.993	0,0
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	EMR	484	8.222	0,1
PE	XEXEU	BR	9	18	-
PI	ACAUA	DMR	268	617	0,0
PI	AGRICOLANDIA	BR	171	511	-
PI	AGUA BRANCA	BR	153	2.981	0,0
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	DMR	58	283	-

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
PI	ALEGRETE DO PIAUI	DMR	30	232	-
PI	ALTO LONGA	DMR	396	1.369	0,0
PI	ALTOS	EMR	495	3.279	0,0
PI	ALVORADA DO GURGUEIA	DMR	190	451	-
PI	AMARANTE	BR	735	1.792	0,0
PI	ANGICAL DO PIAUI	BR	120	513	-
PI	ANISIO DE ABREU	DMR	145	356	-
PI	ANTONIO ALMEIDA	DMR	46	1.652	0,0
PI	AROAZES	BR	173	559	0,0
PI	AROEIRAS DO ITAIM	EMR	117	352	-
PI	ARRAIAL	BR	137	291	-
PI	ASSUNCAO DO PIAUI	DMR	12	29	-
PI	AVELINO LOPES	DMR	172	680	0,0
PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	DMR	181	34.448	0,3
PI	BARRA D'ALCANTARA	BR	74	301	-
PI	BARRAS	DMR	123	2.025	0,0
PI	BARREIRAS DO PIAUI	DMR	88	8.770	0,1
PI	BARRO DURO	BR	125	1.291	0,0
PI	BATALHA	DMR	397	1.192	0,0
PI	BELA VISTA DO PIAUI	DMR	73	263	-
PI	BELEM DO PIAUI	DMR	98	261	-
PI	BENEDITINOS	EMR	72	138	-
PI	BERTOLINIA	DMR	63	496	-
PI	BETANIA DO PIAUI	DMR	161	648	0,0
PI	BOA HORA	DMR	257	523	-
PI	BOCAINA	EMR	55	362	-
PI	BOM JESUS	DMR	300	10.472	0,1
PI	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	EMR	9	50	-
PI	BONFIM DO PIAUI	DMR	95	206	-
PI	BOQUEIRAO DO PIAUI	DMR	144	291	-
PI	BRASILEIRA	DMR	166	407	-
PI	BREJO DO PIAUI	DMR	67	345	-
PI	BURITI DOS LOPES	EMR	213	1.036	0,0
PI	BURITI DOS MONTES	DMR	193	492	-
PI	CABECEIRAS DO PIAUI	DMR	402	1.264	0,0
PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	EMR	158	540	-
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	EMR	47	157	-
PI	CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI	DMR	341	1.572	0,0
PI	CAMPINAS DO PIAUI	DMR	402	1.432	0,0
PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	DMR	192	758	0,0
PI	CAMPO GRANDE DO PIAUI	DMR	209	675	0,0
PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	DMR	183	413	-
PI	CAMPO MAIOR	DMR	714	5.792	0,1
PI	CANAVIEIRA	EMR	110	874	0,0
PI	CANTO DO BURITI	DMR	229	760	0,0
PI	CAPITAO DE CAMPOS	DMR	110	781	0,0
PI	CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	DMR	169	557	0,0
PI	CARACOL	DMR	95	525	-
PI	CARAUBAS DO PIAUI	EMR	14	149	-
PI	CARIDADE DO PIAUI	DMR	16	191	-
PI	CASTELO DO PIAUI	DMR	223	1.107	0,0
PI	CAXINGO	EMR	6	11	-
PI	COCAL	EMR	461	1.421	0,0
PI	COCAL DE TELHA	DMR	114	203	-
PI	COCAL DOS ALVES	EMR	134	282	-
PI	COIVARAS	EMR	122	568	0,0
PI	COLONIA DO GURGUEIA	DMR	59	240	-
PI	COLONIA DO PIAUI	EMR	143	699	0,0
PI	CONCEICAO DO CANINDE	DMR	72	343	-

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
PI	CORONEL JOSE DIAS	DMR	147	354	-
PI	CORRENTE	DMR	378	6.523	0,1
PI	CRISTALANDIA DO PIAUI	DMR	49	350	-
PI	CRISTINO CASTRO	DMR	199	1.442	0,0
PI	CURIMATA	DMR	132	770	0,0
PI	CURRAIS	DMR	190	3.067	0,0
PI	CURRAL NOVO DO PIAUI	DMR	153	518	-
PI	CURRALINHOS	EMR	30	256	-
PI	DEMERVAL LOBAO	EMR	80	1.419	0,0
PI	DIRCEU ARCOVERDE	DMR	35	83	-
PI	DOM EXPEDITO LOPES	EMR	197	489	-
PI	DOM INOCENCIO	DMR	272	1.570	0,0
PI	DOMINGOS MOURAO	DMR	128	345	-
PI	ELESBAO VELOSO	BR	148	593	0,0
PI	ELISEU MARTINS	DMR	124	423	-
PI	ESPERANTINA	DMR	756	3.789	0,0
PI	FARTURA DO PIAUI	DMR	20	45	-
PI	FLORES DO PIAUI	EMR	66	254	-
PI	FLORESTA DO PIAUI	DMR	65	362	-
PI	FLORIANO	EMR	158	16.485	0,2
PI	FRANCINOPOLIS	BR	66	330	-
PI	FRANCISCO AYRES	BR	135	355	-
PI	FRANCISCO MACEDO	DMR	71	227	-
PI	FRANCISCO SANTOS	DMR	136	821	0,0
PI	FRONTEIRAS	DMR	246	2.990	0,0
PI	GEMINIANO	EMR	106	480	-
PI	GILBUES	DMR	196	17.003	0,2
PI	GUADALUPE	EMR	16	742	0,0
PI	GUARIBAS	DMR	260	528	-
PI	HUGO NAPOLEAO	BR	40	126	-
PI	ILHA GRANDE	EMR	75	202	-
PI	INHUMA	BR	597	1.924	0,0
PI	IPIRANGA DO PIAUI	EMR	277	856	0,0
PI	ISAIAS COELHO	DMR	187	661	0,0
PI	ITAINOPOLIS	DMR	242	1.177	0,0
PI	ITAUEIRA	EMR	106	490	-
PI	JACOBINA DO PIAUI	DMR	255	1.046	0,0
PI	JAICOS	DMR	70	524	-
PI	JARDIM DO MULATO	BR	194	685	0,0
PI	JATOBA DO PIAUI	DMR	245	530	-
PI	JERUMENHA	EMR	157	1.280	0,0
PI	JOAO COSTA	DMR	254	776	0,0
PI	JOAQUIM PIRES	DMR	376	1.727	0,0
PI	JOCA MARQUES	DMR	80	180	-
PI	JOSE DE FREITAS	EMR	176	750	0,0
PI	JUAZEIRO DO PIAUI	DMR	120	320	-
PI	JULIO BORGES	DMR	252	1.253	0,0
PI	JUREMA	DMR	86	203	-
PI	LAGOA ALEGRE	EMR	137	399	-
PI	LAGOA DE SAO FRANCISCO	DMR	70	198	-
PI	LAGOA DO BARRO DO PIAUI	DMR	115	476	-
PI	LAGOA DO PIAUI	EMR	48	92	-
PI	LAGOA DO SITIO	BR	354	1.093	0,0
PI	LAGOINHA DO PIAUI	BR	37	99	-
PI	LANDRI SALES	DMR	3	6	-
PI	LUIS CORREIA	EMR	267	2.113	0,0
PI	LUZILANDIA	DMR	495	1.676	0,0
PI	MADEIRO	DMR	122	359	-
PI	MANOEL EMIDIO	DMR	100	403	-

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
PI	MARCOLANDIA	DMR	69	1.512	0,0
PI	MARCOS PARENTE	DMR	3	29	-
PI	MASSAPE DO PIAUI	DMR	102	291	-
PI	MATIAS OLIMPIO	DMR	327	715	0,0
PI	MIGUEL ALVES	DMR	82	1.464	0,0
PI	MIGUEL LEAO	EMR	16	79	-
PI	MILTON BRANDAO	DMR	140	398	-
PI	MONSENHOR GIL	EMR	29	291	-
PI	MONSENHOR HIPOLITO	DMR	205	864	0,0
PI	MONTE ALEGRE DO PIAUI	DMR	228	34.237	0,3
PI	MORRO CABECA NO TEMPO	DMR	34	78	-
PI	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	DMR	223	545	-
PI	MURICI DOS PORTELAS	EMR	56	400	-
PI	NAZARE DO PIAUI	EMR	302	733	0,0
PI	NAZARIA	(vazio)	63	135	-
PI	NOSSA SENHORA DE NAZARE	DMR	189	383	-
PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	DMR	124	272	-
PI	NOVA SANTA RITA	DMR	274	1.295	0,0
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	BR	207	989	0,0
PI	NOVO SANTO ANTONIO	DMR	119	250	-
PI	OEIRAS	EMR	518	7.752	0,1
PI	OLHO D'AGUA DO PIAUI	BR	100	588	0,0
PI	PADRE MARCOS	DMR	114	284	-
PI	PAES LANDIM	DMR	25	292	-
PI	PAJEU DO PIAUI	DMR	17	38	-
PI	PALMEIRA DO PIAUI	DMR	213	12.847	0,1
PI	PALMEIRAIS	BR	277	1.212	0,0
PI	PAQUETA	EMR	183	773	0,0
PI	PARNAGUA	DMR	124	1.954	0,0
PI	PARNAIBA	EMR	249	8.782	0,1
PI	PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	BR	212	630	0,0
PI	PATOS DO PIAUI	DMR	72	226	-
PI	PAU D´ARCO DO PIAUÍ	EMR	158	432	-
PI	PAULISTANA	DMR	274	2.316	0,0
PI	PAVUSSU	EMR	84	186	-
PI	PEDRO II	DMR	463	4.632	0,0
PI	PEDRO LAURENTINO	DMR	75	352	-
PI	PICOS	EMR	670	10.474	0,1
PI	PIMENTEIRAS	BR	344	843	0,0
PI	PIO IX	DMR	224	2.305	0,0
PI	PIRACURUCA	EMR	527	3.515	0,0
PI	PIRIPIRI	DMR	411	2.813	0,0
PI	PORTO	DMR	53	118	-
PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	DMR	9	16	-
PI	PRATA DO PIAUI	BR	44	133	-
PI	QUEIMADA NOVA	DMR	210	1.001	0,0
PI	REDENCAO DO GURGUEIA	DMR	96	659	0,0
PI	REGENERACAO	BR	223	1.074	0,0
PI	RIACHO FRIO	DMR	103	314	-
PI	RIBEIRA DO PIAUI	DMR	63	923	0,0
PI	RIBEIRO GONCALVES	DMR	117	87.020	0,8
PI	RIO GRANDE DO PIAUI	EMR	94	483	-
PI	SANTA CRUZ DO PIAUI	EMR	79	1.136	0,0
PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	BR	87	218	-
PI	SANTA FILOMENA	DMR	65	9.820	0,1
PI	SANTA LUZ	DMR	163	908	0,0
PI	SANTA ROSA DO PIAUI	EMR	246	684	0,0
PI	SANTANA DO PIAUI	EMR	61	243	-
PI	SANTO ANTONIO DE LISBOA	DMR	191	733	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
PI	SANTO ANTONIO DOS MILAGRES	BR	13	45	-
PI	SANTO INACIO DO PIAUI	DMR	100	462	-
PI	SAO BRAZ DO PIAUI	DMR	79	181	-
PI	SAO FELIX DO PIAUI	BR	72	455	-
PI	SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	DMR	177	411	-
PI	SAO FRANCISCO DO PIAUI	EMR	268	982	0,0
PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	DMR	88	236	-
PI	SAO GONCALO DO PIAUI	BR	69	335	-
PI	SAO JOAO DA CANABRAVA	EMR	122	365	-
PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	EMR	238	578	0,0
PI	SAO JOAO DA SERRA	DMR	144	316	-
PI	SAO JOAO DA VARJOTA	EMR	155	492	-
PI	SAO JOAO DO ARRAIAL	DMR	297	623	0,0
PI	SAO JOAO DO PIAUI	DMR	103	1.410	0,0
PI	SAO JOSE DO DIVINO	EMR	268	642	0,0
PI	SAO JOSE DO PEIXE	EMR	134	317	-
PI	SAO JOSE DO PIAUI	EMR	226	669	0,0
PI	SAO JULIAO	DMR	43	384	-
PI	SAO LOURENCO DO PIAUI	DMR	197	782	0,0
PI	SAO LUIS DO PIAUI	EMR	210	556	0,0
PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	BR	28	500	-
PI	SAO MIGUEL DO FIDALGO	EMR	123	989	0,0
PI	SAO MIGUEL DO TAPUIO	DMR	304	1.770	0,0
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	BR	208	1.168	0,0
PI	SAO RAIMUNDO NONATO	DMR	252	2.377	0,0
PI	SEBASTIAO BARROS	DMR	71	429	-
PI	SEBASTIAO LEAL	DMR	126	18.687	0,2
PI	SIGEFREDO PACHECO	DMR	536	2.172	0,0
PI	SIMOES	DMR	784	2.394	0,0
PI	SIMPLICIO MENDES	DMR	205	2.150	0,0
PI	SOCORRO DO PIAUI	DMR	90	241	-
PI	SUSSUAPARA	EMR	143	931	0,0
PI	TAMBORIL DO PIAUI	DMR	18	37	-
PI	TANQUE DO PIAUI	EMR	97	304	-
PI	TERESINA	EMR	801	314.269	2,8
PI	UNIAO	EMR	81	1.840	0,0
PI	URUCUI	DMR	273	64.839	0,6
PI	VALENCA DO PIAUI	BR	373	3.798	0,0
PI	VARZEA BRANCA	DMR	89	199	-
PI	VARZEA GRANDE	BR	98	240	-
PI	VERA MENDES	DMR	235	670	0,0
PI	VILA NOVA DO PIAUI	DMR	68	226	-
PI	WALL FERRAZ	EMR	27	484	-
RN	ACARI	DMR	53	1.586	0,0
RN	AFONSO BEZERRA	DMR	176	8.203	0,1
RN	AGUA NOVA	DMR	70	195	-
RN	ALEXANDRIA	DMR	364	1.405	0,0
RN	ALMINO AFONSO	DMR	86	235	-
RN	ALTO DO RODRIGUES	DMR	122	2.755	0,0
RN	ANGICOS	DMR	102	2.499	0,0
RN	ANTONIO MARTINS	DMR	338	1.069	0,0
RN	APODI	DMR	844	5.751	0,1
RN	AREIA BRANCA	EMR	30	722	0,0
RN	ARES	DMR	36	237	-
RN	ASSU	DMR	440	14.967	0,1
RN	BAIA FORMOSA	DMR	32	74	-
RN	BARAUNA	EMR	217	256.495	2,3
RN	BARCELONA	DMR	36	244	-
RN	BENTO FERNANDES	BR	39	137	-

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
RN	BOA SAUDE	DMR	69	469	-
RN	BODO	DMR	72	259	-
RN	BOM JESUS	DMR	97	871	0,0
RN	BREJINHO	DMR	35	1.033	0,0
RN	CAICARA DO NORTE	DMR	27	67	-
RN	CAICARA DO RIO DO VENTO	DMR	49	230	-
RN	CAICO	EMR	367	11.322	0,1
RN	CAMPO GRANDE	DMR	689	2.526	0,0
RN	CAMPO REDONDO	DMR	387	2.320	0,0
RN	CANGUARETAMA	DMR	48	754	0,0
RN	CARAUBAS	DMR	337	3.329	0,0
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	DMR	206	3.493	0,0
RN	CARNAUBAIS	DMR	168	844	0,0
RN	CEARA-MIRIM	DMR	75	3.713	0,0
RN	CERRO CORA	DMR	236	1.536	0,0
RN	CORONEL EZEQUIEL	DMR	207	651	0,0
RN	CORONEL JOAO PESSOA	DMR	103	241	-
RN	CRUZETA	DMR	100	1.324	0,0
RN	CURRAIS NOVOS	DMR	377	15.632	0,1
RN	DOUTOR SEVERIANO	DMR	118	686	0,0
RN	ENCANTO	DMR	125	540	-
RN	EQUADOR	DMR	98	946	0,0
RN	ESPIRITO SANTO	DMR	109	390	-
RN	EXTREMOZ	AR	111	576	0,0
RN	FELIPE GUERRA	DMR	202	670	0,0
RN	FERNANDO PEDROZA	DMR	18	78	-
RN	FLORANIA	DMR	208	1.161	0,0
RN	FRANCISCO DANTAS	DMR	33	163	-
RN	FRUTUOSO GOMES	DMR	100	213	-
RN	GALINHOS	DMR	5	141	-
RN	GOIANINHA	DMR	52	865	0,0
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	DMR	137	788	0,0
RN	GROSSOS	EMR	48	2.720	0,0
RN	GUAMARE	DMR	60	304.194	2,7
RN	IELMO MARINHO	DMR	125	1.366	0,0
RN	IPANGUACU	DMR	107	1.584	0,0
RN	IPUEIRA	EMR	37	118	-
RN	ITAJA	DMR	102	3.078	0,0
RN	ITAU	DMR	68	348	-
RN	JACANA	DMR	201	1.140	0,0
RN	JANDAIRA	BR	17	275	-
RN	JANDUIS	DMR	115	675	0,0
RN	JAPI	DMR	102	347	-
RN	JARDIM DE ANGICOS	DMR	126	669	0,0
RN	JARDIM DE PIRANHAS	EMR	290	3.820	0,0
RN	JARDIM DO SERIDO	DMR	388	3.625	0,0
RN	JOAO CAMARA	BR	246	2.014	0,0
RN	JOAO DIAS	DMR	116	408	-
RN	JOSE DA PENHA	DMR	184	588	0,0
RN	JUCURUTU	DMR	613	3.535	0,0
RN	JUNDIÁ	DMR	112	433	-
RN	LAGOA D'ANTA	DMR	148	560	0,0
RN	LAGOA DE PEDRAS	DMR	257	723	0,0
RN	LAGOA DE VELHOS	DMR	21	354	-
RN	LAGOA NOVA	DMR	361	2.523	0,0
RN	LAGOA SALGADA	DMR	214	1.403	0,0
RN	LAJES	DMR	40	16.994	0,2
RN	LAJES PINTADAS	DMR	104	290	-
RN	LUCRECIA	DMR	32	514	-

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
RN	LUIS GOMES	DMR	114	434	-
RN	MACAIBA	DMR	262	4.056	0,0
RN	MACAU	DMR	150	5.158	0,1
RN	MAJOR SALES	DMR	130	271	-
RN	MARCELINO VIEIRA	DMR	195	904	0,0
RN	MARTINS	DMR	49	109	-
RN	MAXARANGUAPE	BR	7	64	-
RN	MESSIAS TARGINO	DMR	40	537	-
RN	MONTANHAS	DMR	137	886	0,0
RN	MONTE ALEGRE	DMR	300	1.123	0,0
RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	DMR	119	274	-
RN	MOSSORO	EMR	357	56.533	0,5
RN	NATAL	AR	307	34.629	0,3
RN	NISIA FLORESTA	DMR	72	689	0,0
RN	NOVA CRUZ	DMR	309	2.180	0,0
RN	OLHO D'AGUA DO BORGES	DMR	88	250	-
RN	OURO BRANCO	DMR	334	1.913	0,0
RN	PARANA	DMR	105	397	-
RN	PARAU	DMR	23	349	-
RN	PARAZINHO	DMR	18	387	-
RN	PARELHAS	DMR	438	3.505	0,0
RN	PARNAMIRIM	AR	91	18.552	0,2
RN	PASSA E FICA	DMR	406	1.248	0,0
RN	PASSAGEM	DMR	43	167	-
RN	PATU	DMR	47	437	-
RN	PAU DOS FERROS	DMR	108	3.119	0,0
RN	PEDRA GRANDE	BR	38	87	-
RN	PEDRA PRETA	DMR	6	36	-
RN	PEDRO AVELINO	DMR	292	1.446	0,0
RN	PEDRO VELHO	DMR	163	601	0,0
RN	PENDENCIAS	DMR	46	1.556	0,0
RN	PILOES	DMR	68	677	0,0
RN	POCO BRANCO	BR	125	504	-
RN	PORTALEGRE	DMR	184	631	0,0
RN	PORTO DO MANGUE	DMR	2	28	-
RN	PUREZA	BR	26	99	-
RN	RAFAEL FERNANDES	DMR	66	287	-
RN	RAFAEL GODEIRO	DMR	90	286	-
RN	RIACHO DA CRUZ	DMR	100	240	-
RN	RIACHO DE SANTANA	DMR	29	93	-
RN	RIACHUELO	DMR	62	352	-
RN	RIO DO FOGO	BR	83	564	0,0
RN	RODOLFO FERNANDES	DMR	93	227	-
RN	RUY BARBOSA	DMR	66	226	-
RN	SANTA CRUZ	DMR	373	3.636	0,0
RN	SANTA MARIA	DMR	40	114	-
RN	SANTANA DO MATOS	DMR	497	2.765	0,0
RN	SANTANA DO SERIDO	DMR	165	1.817	0,0
RN	SANTO ANTONIO	DMR	459	2.627	0,0
RN	SAO BENTO DO NORTE	DMR	63	130	-
RN	SAO BENTO DO TRAIRI	DMR	86	271	-
RN	SAO FERNANDO	EMR	424	1.530	0,0
RN	SAO FRANCISCO DO OESTE	DMR	13	89	-
RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	DMR	101	3.430	0,0
RN	SAO JOAO DO SABUGI	EMR	164	776	0,0
RN	SAO JOSE DE MIPIBU	DMR	17	1.423	0,0
RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	DMR	224	1.381	0,0
RN	SAO JOSE DO SERIDO	DMR	227	2.701	0,0
RN	SAO MIGUEL	DMR	188	899	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	BR	147	406	-
RN	SAO PAULO DO POTENGI	DMR	297	1.293	0,0
RN	SAO PEDRO	DMR	170	721	0,0
RN	SAO RAFAEL	DMR	115	503	-
RN	SAO TOME	DMR	396	1.093	0,0
RN	SAO VICENTE	DMR	156	660	0,0
RN	SENADOR ELOI DE SOUZA	DMR	120	1.434	0,0
RN	SENADOR GEORGINO AVELINO	DMR	5	10	-
RN	SERRA CAIADA	DMR	65	260	-
RN	SERRA DE SAO BENTO	DMR	82	484	-
RN	SERRA DO MEL	EMR	634	4.221	0,0
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	EMR	330	1.764	0,0
RN	SERRINHA	DMR	50	184	-
RN	SERRINHA DOS PINTOS	DMR	174	858	0,0
RN	SEVERIANO MELO	DMR	309	1.674	0,0
RN	SITIO NOVO	DMR	131	336	-
RN	TABOLEIRO GRANDE	DMR	19	306	-
RN	TAIPU	BR	238	2.092	0,0
RN	TANGARA	DMR	78	577	0,0
RN	TENENTE ANANIAS	DMR	107	1.224	0,0
RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	DMR	99	634	0,0
RN	TIBAU	EMR	10	94	-
RN	TIBAU DO SUL	DMR	6	223	-
RN	TIMBAUBA DOS BATISTAS	EMR	18	85	-
RN	TOUROS	BR	461	3.365	0,0
RN	TRIUNFO POTIGUAR	DMR	39	146	-
RN	UMARIZAL	DMR	108	1.233	0,0
RN	UPANEMA	DMR	170	1.150	0,0
RN	VARZEA	DMR	75	591	0,0
RN	VENHA-VER	DMR	149	412	-
RN	VERA CRUZ	DMR	241	1.744	0,0
RN	VICOSA	DMR	36	83	-
RN	VILA FLOR	DMR	1	3	-
SE	AMPARO DE SAO FRANCISCO	EMR	39	167	-
SE	AQUIDABA	DMR	516	3.989	0,0
SE	ARACAJU	AR	517	51.612	0,5
SE	ARAUA	BR	105	1.933	0,0
SE	AREIA BRANCA	EMR	101	1.369	0,0
SE	BARRA DOS COQUEIROS	AR	27	491	-
SE	BOQUIM	BR	386	2.280	0,0
SE	BREJO GRANDE	EMR	34	334	-
SE	CAMPO DO BRITO	EMR	243	3.771	0,0
SE	CANHOBA	EMR	187	1.964	0,0
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	DMR	76	1.185	0,0
SE	CAPELA	DMR	192	46.778	0,4
SE	CARIRA	DMR	801	15.212	0,1
SE	CARMOPOLIS	BR	16	770	0,0
SE	CEDRO DE SAO JOAO	EMR	29	1.007	0,0
SE	CRISTINAPOLIS	BR	143	793	0,0
SE	CUMBE	DMR	32	736	0,0
SE	DIVINA PASTORA	DMR	2	29	-
SE	ESTANCIA	DMR	252	11.004	0,1
SE	FEIRA NOVA	DMR	101	1.498	0,0
SE	FREI PAULO	DMR	326	16.028	0,1
SE	GARARU	DMR	804	3.847	0,0
SE	GENERAL MAYNARD	BR	6	286	-
SE	GRACHO CARDOSO	DMR	273	2.840	0,0
SE	ILHA DAS FLORES	EMR	56	231	-
SE	INDIAROBA	DMR	249	1.461	0,0

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
SE	ITABAIANA	EMR	846	19.609	0,2
SE	ITABAIANINHA	BR	885	5.826	0,1
SE	ITABI	DMR	187	1.032	0,0
SE	ITAPORANGA D'AJUDA	DMR	250	2.444	0,0
SE	JAPARATUBA	DMR	50	1.117	0,0
SE	JAPOATA	DMR	158	2.142	0,0
SE	LAGARTO	EMR	1	1	-
SE	LAGARTO	DMR	1.089	14.716	0,1
SE	LARANJEIRAS	BR	18	1.859	0,0
SE	MACAMBIRA	EMR	216	1.197	0,0
SE	MALHADA DOS BOIS	DMR	38	314	-
SE	MALHADOR	EMR	460	1.923	0,0
SE	MARUIM	BR	23	2.036	0,0
SE	MOITA BONITA	EMR	186	1.041	0,0
SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	DMR	391	3.271	0,0
SE	MURIBECA	DMR	84	30.077	0,3
SE	NEOPOLIS	EMR	346	11.565	0,2
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	DMR	678	5.621	0,1
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	DMR	660	6.098	0,1
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	DMR	384	22.190	0,2
SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	EMR	240	1.065	0,0
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	AR	90	5.843	0,1
SE	PACATUBA	DMR	365	1.021	0,0
SE	PEDRA MOLE	DMR	65	743	0,0
SE	PEDRINHAS	BR	79	258	-
SE	PINHAO	DMR	52	835	0,0
SE	PIRAMBU	DMR	17	111	-
SE	POCO REDONDO	DMR	438	2.217	0,0
SE	POCO VERDE	DMR	361	8.285	0,1
SE	PORTO DA FOLHA	DMR	671	4.756	0,0
SE	PROPRIA	EMR	147	2.150	0,0
SE	RIACHAO DO DANTAS	DMR	602	2.488	0,0
SE	RIACHUELO	BR	16	150	-
SE	RIBEIROPOLIS	DMR	293	6.611	0,1
SE	ROSARIO DO CATETE	BR	24	528	-
SE	SALGADO	BR	199	6.798	0,1
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	DMR	207	1.213	0,0
SE	SANTA ROSA DE LIMA	DMR	60	426	-
SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	EMR	142	383	-
SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	BR	93	1.266	0,0
SE	SAO CRISTOVAO	AR	75	2.467	0,0
SE	SAO DOMINGOS	EMR	235	723	0,0
SE	SAO FRANCISCO	DMR	24	313	-
SE	SAO MIGUEL DO ALEIXO	DMR	130	1.708	0,0
SE	SIMAO DIAS	DMR	465	8.826	0,1
SE	SIRIRI	DMR	25	1.329	0,0
SE	TELHA	EMR	100	960	0,0
SE	TOBIAS BARRETO	DMR	673	6.731	0,1
SE	TOMAR DO GERU	BR	194	679	0,0
SE	UMBAUBA	BR	300	3.579	0,0
Total			**439.819**	**11.090.654**	**100,0**

Tabela 26.A

FNE - Contratações por Município - Setor Rural

Exercício de 2011

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
AL	AGUA BRANCA	DMR	-	-	498	1.113	-	-	-	-	498	1.113
AL	ANADIA	BR	-	-	6	38	-	-	3	10.936	9	10.974
AL	ARAPIRACA	BR	-	-	495	1.233	-	-	7	321	502	1.554
AL	ATALAIA	BR	9	59	30	86	-	-	1	118	40	263
AL	BARRA DE SANTO ANTONIO	AR	-	-	42	88	-	-	-	-	42	88
AL	BARRA DE SAO MIGUEL	AR	-	-	2	4	-	-	-	-	2	4
AL	BATALHA	DMR	-	-	288	692	-	-	19	840	307	1.532
AL	BELEM	BR	-	-	97	281	-	-	1	32	98	313
AL	BELO MONTE	DMR	-	-	458	1.100	-	-	6	134	464	1.234
AL	BOCA DA MATA	BR	-	-	39	135	-	-	-	-	39	135
AL	BRANQUINHA	BR	4	24	17	45	-	-	6	530	27	599
AL	CACIMBINHAS	BR	-	-	106	402	-	-	16	507	122	909
AL	CAJUEIRO	BR	-	-	4	54	-	-	3	46	7	100
AL	CAMPESTRE	BR	-	-	52	128	-	-	-	-	52	128
AL	CAMPO ALEGRE	BR			1	2					1	2
AL	CAMPO GRANDE	BR	-	-	95	352	-	-	2	27	97	379
AL	CANAPI	DMR	-	-	469	1.151	-	-	5	116	474	1.267
AL	CAPELA	BR	-	-	5	61	-	-	7	312	12	373
AL	CARNEIROS	DMR	-	-	66	155	-	-	-	-	66	155
AL	CHA PRETA	DMR	-	-	27	132	-	-	2	201	29	333
AL	COITE DO NOIA	BR	-	-	209	674	-	-	-	-	209	674
AL	COLONIA LEOPOLDINA	BR	-	-	22	76	-	-	-	-	22	76
AL	COQUEIRO SECO	AR	-	-	2	4	-	-	-	-	2	4
AL	CORURIPE	BR	-	-	1.027	2.436	-	-	20	16.614	1.047	19.050
AL	CRAIBAS	BR	-	-	568	1.614	-	-	7	692	575	2.306
AL	DELMIRO GOUVEIA	BR	-	-	133	329	-	-	-	-	133	329
AL	DOIS RIACHOS	DMR	-	-	289	746	-	-	-	-	289	746
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	BR	8	170	919	2.126	-	-	8	109	935	2.405
AL	FEIRA GRANDE	BR	-	-	374	993	-	-	6	565	380	1.558
AL	FELIZ DESERTO	BR	-	-	23	80	-	-	4	362	27	442
AL	FLEXEIRASW	BR							2	248	2	248
AL	GIRAU DO PONCIANO	BR	12	94	804	1.949	-	-	8	419	824	2.462
AL	IBATEGUARA	DMR	62	439	209	459	-	-	2	80	273	978
AL	IGACI	BR	-	-	436	1.163	-	-	10	794	446	1.957
AL	IGREJA NOVA	BR	1	21	1.363	4.273	-	-	67	1.542	1.431	5.836
AL	INHAPI	DMR	-	-	626	1.764	-	-	4	46	630	1.810
AL	JACARE DOS HOMENS	DMR	-	-	202	421	-	-	8	551	210	972

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
AL	JACUIPE	BR	-	-	16	34	-	-	-	-	16	34
AL	JAPARATINGA	BR	-	-	81	281	-	-	-	-	81	281
AL	JARAMATAIA	DMR	-	-	47	102	-	-	1	56	48	158
AL	JEQUIA DA PRAIA	BR	-	-	49	110	-	-	-	-	49	110
AL	JOAQUIM GOMES	BR	24	511	114	654	-	-	3	184	141	1.349
AL	JUNDIA	BR	-	-	49	110	-	-	-	-	49	110
AL	JUNQUEIRO	BR	-	-	599	1.306	-	-	14	679	613	1.985
AL	LAGOA DA CANOA	BR	-	-	311	691	-	-	-	-	311	691
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	BR	-	-	215	679	-	-	4	284	219	963
AL	MACEIO	AR	-	-	98	681	-	-	4	613	102	1.294
AL	MAJOR ISIDORO	DMR	-	-	389	1.123	-	-	30	1.112	419	2.235
AL	MAR VERMELHO	BR	-	-	86	213	-	-	1	96	87	309
AL	MARAGOGI	BR	5	34	92	409	-	-	-	-	97	443
AL	MARAVILHA	DMR	4	86	76	351	-	-	-	-	80	437
AL	MARECHAL DEODORO	AR	-	-	7	16	-	-	-	-	7	16
AL	MARIBONDO	BR	-	-	76	275	-	-	5	366	81	641
AL	MATA GRANDE	DMR	-	-	542	1.281	-	-	5	363	547	1.644
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	BR	-	-	31	66	-	-	1	114	32	180
AL	MESSIAS	BR	-	-	3	7	-	-	-	-	3	7
AL	MINADOR DO NEGRAO	BR	-	-	142	554	-	-	38	890	180	1.444
AL	MONTEIROPOLIS	DMR	-	-	374	757	-	-	5	295	379	1.052
AL	MURICI	BR	3	21	-	-	-	-	2	1.441	5	1.462
AL	NOVO LINO	BR	-	-	41	280	-	-	-	-	41	280
AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	DMR	-	-	270	546	-	-	2	12	272	558
AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	BR	-	-	51	189	-	-	-	-	51	189
AL	OLHO D'AGUA GRANDE	DMR	-	-	331	853	-	-	5	133	336	986
AL	OLIVENCA	DMR	-	-	280	660	-	-	-	-	280	660
AL	OURO BRANCO	DMR	1	21	484	1.127	-	-	2	12	487	1.160
AL	PALESTINA	DMR	-	-	108	210	-	-	-	-	108	210
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	BR	-	-	999	2.962	-	-	22	623	1.021	3.585
AL	PAO DE ACUCAR	DMR	-	-	502	1.160	-	-	10	178	512	1.338
AL	PARICONHA	DMR	-	-	151	312	-	-	-	-	151	312
AL	PARIPUEIRA	AR	-	-	8	66	-	-	-	-	8	66
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	BR	-	-	49	106	-	-	3	378	52	484
AL	PAULO JACINTO	BR	-	-	50	122	-	-	5	312	55	434
AL	PENEDO	BR	-	-	413	1.005	1	7	19	484	433	1.496
AL	PIACABUCU	BR	-	-	131	291	-	-	4	516	135	807
AL	PILAR	AR	-	-	28	65	-	-	-	-	28	65
AL	PINDOBA	DMR	-	-	36	82	-	-	4	237	40	319
AL	PIRANHAS	BR	-	-	204	698	-	-	6	98	210	796
AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	DMR	-	-	323	987	-	-	-	-	323	987

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
AL	PORTO CALVO	BR	20	134	36	163	-	-	-	-	56	297
AL	PORTO DE PEDRAS	BR	-	-	30	84	-	-	-	-	30	84
AL	PORTO REAL DO COLEGIO	BR	-	-	443	1.419	-	-	13	742	456	2.161
AL	QUEBRANGULO	BR	8	48	362	933	-	-	5	391	375	1.372
AL	ROTEIRO	BR	-	-	5	9	-	-	-	-	5	9
AL	SANTA LUZIA DO NORTE	AR	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2
AL	SANTANA DO IPANEMA	DMR	-	-	675	1.781	-	-	2	42	677	1.823
AL	SANTANA DO MUNDAU	DMR	2	42	115	438	-	-	11	233	128	713
AL	SAO BRAS	DMR	-	-	214	512	-	-	3	1.293	217	1.805
AL	SAO JOSE DA LAJE	DMR	-	-	218	486	-	-	-	-	218	486
AL	SAO JOSE DA TAPERA	DMR	-	-	1.008	3.041	-	-	8	96	1.016	3.137
AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	BR	3	19	18	116	-	-	1	148	22	283
AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	BR							1	18.751	1	18.751
AL	SAO MIGUEL DOS MILAGRES	BR	-	-	155	332	-	-	-	-	155	332
AL	SAO SEBASTIAO	BR	-	-	1.305	3.532	1	16	33	1.345	1.339	4.893
AL	SATUBA	AR			1	3	-	-	-	-	1	3
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	DMR	-	-	260	895	-	-	1	15	261	910
AL	TANQUE D'ARCA	BR	-	-	212	540	-	-	2	21	214	561
AL	TAQUARANA	BR	-	-	121	323	-	-	3	177	124	500
AL	TEOTONIO VILELA	BR	-	-	122	388	-	-	11	284	133	672
AL	TRAIPU	DMR	12	255	398	1.236	-	-	7	240	417	1.731
AL	UNIAO DOS PALMARES	DMR	1	6	514	1.222	-	-	9	973	524	2.201
AL	VICOSA	DMR	7	44	425	973	-	-	7	1.685	439	2.702
BA	ABAIRA	DMR	-	-	256	544	-	-	-	-	256	544
BA	ABARE	DMR	-	-	367	1.515	-	-	2	62	369	1.577
BA	ACAJUTIBA	EMR	-	-	137	305	-	-	1	102	138	407
BA	ADUSTINA	BR	-	-	292	821	-	-	32	1.796	324	2.617
BA	AGUA FRIA	EMR	-	-	193	405	-	-	-	-	193	405
BA	AIQUARA	EMR	-	-	57	120	-	-	8	359	65	479
BA	ALAGOINHAS	EMR	-	-	259	545	-	-	2	122	261	667
BA	ALCOBACA	EMR	-	-	224	774	-	-	3	322	227	1.096
BA	ALMADINA	EMR	-	-	32	112	-	-	7	828	39	940
BA	AMARGOSA	EMR	-	-	203	417	-	-	-	-	203	417
BA	AMELIA RODRIGUES	EMR	-	-	73	149	-	-	1	214	74	363
BA	AMERICA DOURADA	EMR	-	-	253	980	-	-	-	-	253	980
BA	ANAGE	EMR	-	-	159	395	-	-	-	-	159	395
BA	ANDARAI	DMR	-	-	23	53	-	-	-	-	23	53
BA	ANDORINHA	EMR	-	-	190	547	-	-	5	143	195	690
BA	ANGICAL	DMR	-	-	94	495	-	-	13	800	107	1.295
BA	ANGUERA	EMR	-	-	19	77	-	-	-	-	19	77
BA	ANTAS	BR	-	-	174	446	-	-	5	314	179	760

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	ANTONIO CARDOSO	EMR	-	-	271	613	-	-	-	-	271	613
BA	ANTONIO GONCALVES	EMR	-	-	62	181	-	-	1	49	63	230
BA	APORA	EMR	-	-	236	800	-	-	2	48	238	848
BA	APUAREMA	EMR	-	-	77	292	-	-	12	128	89	420
BA	ARACAS	EMR			2	5			-	-	2	5
BA	ARACATU	EMR	-	-	225	627	-	-	-	-	225	627
BA	ARACI	EMR	-	-	97	320	-	-	5	579	102	899
BA	ARAMARI	EMR	-	-	79	151	-	-	-	-	79	151
BA	ARATACA	EMR	-	-	85	192	-	-	24	2.138	109	2.330
BA	ARATUIPE	EMR	-	-	81	228	-	-	1	64	82	292
BA	AURELINO LEAL	EMR	-	-	140	330	-	-	14	647	154	977
BA	BAIANOPOLIS	DMR	-	-	481	1.449	-	-	4	1.414	485	2.863
BA	BAIXA GRANDE	BR	-	-	644	1.439	-	-	6	440	650	1.879
BA	BANZAE	BR	-	-	130	293	-	-	1	22	131	315
BA	BARRA	DMR	-	-	211	462	-	-	1	84	212	546
BA	BARRA DA ESTIVA	DMR	-	-	365	1.626	-	-	-	-	365	1.626
BA	BARRA DO CHOCA	EMR	-	-	14	26	-	-	6	509	20	535
BA	BARRA DO MENDES	EMR	-	-	101	360	-	-	1	50	102	410
BA	BARRA DO ROCHA	EMR	-	-	12	35	-	-	3	544	15	579
BA	BARREIRAS	DMR	-	-	268	959	-	-	79	111.048	347	112.007
BA	BARRO ALTO	EMR	-	-	255	1.138	-	-	-	-	255	1.138
BA	BARRO PRETO	EMR	-	-	52	223	-	-	5	573	57	796
BA	BARROCAS	EMR	-	-	266	549	-	-	-	-	266	549
BA	BELMONTE	EMR	-	-	63	186	-	-	9	3.005	72	3.191
BA	BELO CAMPO	EMR	-	-	160	329	-	-	2	198	162	527
BA	BIRITINGA	EMR	-	-	60	136	-	-	2	47	62	183
BA	BOA NOVA	EMR	-	-	82	232	-	-	4	469	86	701
BA	BOA VISTA DO TUPIM	BR	-	-	382	1.383	-	-	4	169	386	1.552
BA	BOM JESUS DA LAPA	BR	31	619	63	618	-	-	36	2.662	130	3.899
BA	BOM JESUS DA SERRA	EMR	-	-	128	304	-	-	-	-	128	304
BA	BONINAL	DMR	-	-	417	896	-	-	-	-	417	896
BA	BONITO	DMR	14	299	252	1.185	-	-	14	781	280	2.265
BA	BOQUIRA	DMR	-	-	304	809	-	-	3	325	307	1.134
BA	BOTUPORA	DMR	-	-	81	182	-	-	-	-	81	182
BA	BREJOES	EMR	-	-	150	295	-	-	-	-	150	295
BA	BREJOLANDIA	DMR	-	-	170	568	-	-	13	1.295	183	1.863
BA	BROTAS DE MACAUBAS	DMR	-	-	108	243	-	-	-	-	108	243
BA	BRUMADO	EMR	-	-	318	690	-	-	3	182	321	872
BA	BUERAREMA	EMR	-	-	320	704	-	-	13	1.378	333	2.082
BA	BURITIRAMA	DMR	-	-	54	703	-	-	1	103	55	806
BA	CAATIBA	EMR	-	-	187	433	-	-	7	654	194	1.087

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	CABACEIRAS DO PARAGUACU	EMR	-	-	186	430	-	-	3	125	189	555
BA	CACHOEIRA	EMR	-	-	537	1.177	-	-	-	-	537	1.177
BA	CACULE	EMR	-	-	234	497	-	-	2	145	236	642
BA	CAEM	EMR	-	-	198	516	-	-	1	28	199	544
BA	CAETANOS	EMR	-	-	127	307	-	-	-	-	127	307
BA	CAETITE	EMR	-	-	325	926	-	-	5	190	330	1.116
BA	CAFARNAUM	EMR	-	-	272	1.233	-	-	-	-	272	1.233
BA	CAIRU	EMR	-	-	15	34	-	-	1	673	16	707
BA	CALDEIRAO GRANDE	EMR	-	-	208	691	-	-	3	83	211	774
BA	CAMACAN	EMR	-	-	88	290	-	-	19	3.487	107	3.777
BA	CAMACARI	AR	-	-	32	77	-	-	2	176	34	253
BA	CAMAMU	EMR	22	444	381	859	-	-	65	1.643	468	2.946
BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	EMR	-	-	328	685	-	-	-	-	328	685
BA	CAMPO FORMOSO	EMR	-	-	462	1.149	-	-	11	948	473	2.097
BA	CANAPOLIS	DMR	-	-	232	527	-	-	-	-	232	527
BA	CANARANA	EMR	-	-	290	1.686	-	-	1	78	291	1.764
BA	CANAVIEIRAS	EMR	-	-	248	752	-	-	21	4.738	269	5.490
BA	CANDEAL	EMR	-	-	85	179	-	-	-	-	85	179
BA	CANDEIAS	AR	-	-	3	40	-	-	-	-	3	40
BA	CANDIBA	EMR	-	-	220	470	-	-	2	115	222	585
BA	CANDIDO SALES	EMR	-	-	109	233	-	-	-	-	109	233
BA	CANSANCAO	BR	-	-	240	493	-	-	3	150	243	643
BA	CANUDOS	BR	-	-	91	200	-	-	1	20	92	220
BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	EMR	-	-	222	454	-	-	-	-	222	454
BA	CAPIM GROSSO	EMR	-	-	157	319	-	-	1	50	158	369
BA	CARAIBAS	EMR	-	-	112	232	-	-	-	-	112	232
BA	CARAVELAS	EMR	-	-	189	779	-	-	6	670	195	1.449
BA	CARINHANHA	BR	-	-	347	745	-	-	3	231	350	976
BA	CASA NOVA	EMR	-	-	541	2.036	-	-	13	6.356	554	8.392
BA	CASTRO ALVES	EMR	-	-	156	436	-	-	8	1.465	164	1.901
BA	CATOLANDIA	DMR	-	-	15	57	-	-	3	249	18	306
BA	CATU	EMR	-	-	63	129	-	-	1	85	64	214
BA	CATURAMA	DMR	-	-	291	754	-	-	-	-	291	754
BA	CENTRAL	EMR	16	341	315	880	-	-	1	20	332	1.241
BA	CHORROCHO	DMR	-	-	47	110	-	-	-	-	47	110
BA	CICERO DANTAS	BR	-	-	308	1.417	-	-	16	756	324	2.173
BA	CIPO	BR	-	-	152	306	-	-	-	-	152	306
BA	COARACI	EMR	-	-	123	312	-	-	15	2.485	138	2.797
BA	COCOS	DMR	-	-	144	365	-	-	2	160	146	525
BA	CONCEICAO DA FEIRA	EMR	-	-	22	66	-	-	-	-	22	66
BA	CONCEICAO DO ALMEIDA	EMR	-	-	226	492	-	-	-	-	226	492

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	CONCEICAO DO COITE	EMR	-	-	1.117	2.551	-	-	10	408	1.127	2.959
BA	CONCEICAO DO JACUIPE	EMR	-	-	77	168	-	-	-	-	77	168
BA	CONDE	BR	-	-	125	265	-	-	1	129	126	394
BA	CONDEUBA	EMR	-	-	174	669	-	-	-	-	174	669
BA	CONTENDAS DO SINCORA	DMR	-	-	35	173	-	-	5	166	40	339
BA	CORACAO DE MARIA	EMR	-	-	231	751	-	-	1	41	232	792
BA	CORDEIROS	EMR	-	-	126	333	-	-	-	-	126	333
BA	CORIBE	DMR	-	-	212	591	-	-	18	20.261	230	20.852
BA	CORONEL JOAO SA	DMR	-	-	436	1.724	-	-	57	2.905	493	4.629
BA	CORRENTINA	DMR	-	-	805	2.244	-	-	53	121.170	858	123.414
BA	COTEGIPE	DMR	37	795	181	443	-	-	8	1.350	226	2.588
BA	CRAVOLANDIA	EMR			31	36			-	-	31	36
BA	CRISOPOLIS	EMR	-	-	354	1.653	-	-	2	155	356	1.808
BA	CRISTOPOLIS	DMR	-	-	339	951	-	-	-	-	339	951
BA	CRUZ DAS ALMAS	EMR	-	-	225	713	-	-	-	-	225	713
BA	CURACA	EMR	-	-	197	791	-	-	5	322	202	1.113
BA	DARIO MEIRA	EMR	19	409	139	297	-	-	7	387	165	1.093
BA	DOM BASILIO	DMR	-	-	52	1.091	-	-	-	-	52	1.091
BA	DOM MACEDO COSTA	EMR	-	-	75	148	-	-	-	-	75	148
BA	ELISIO MEDRADO	EMR	-	-	156	320	-	-	-	-	156	320
BA	ENCRUZILHADA	EMR	-	-	150	383	-	-	11	3.587	161	3.970
BA	ENTRE RIOS	BR	-	-	186	487	-	-	3	287	189	774
BA	ERICO CARDOSO	DMR	-	-	56	114	-	-	-	-	56	114
BA	ESPLANADA	BR	-	-	216	479	-	-	-	-	216	479
BA	EUCLIDES DA CUNHA	BR	-	-	321	1.398	-	-	14	853	335	2.251
BA	EUNAPOLIS	EMR	-	-	151	461	-	-	11	4.534	162	4.995
BA	FATIMA	BR	-	-	348	1.033	-	-	17	576	365	1.609
BA	FEIRA DA MATA	BR	-	-	46	131	-	-	-	-	46	131
BA	FEIRA DE SANTANA	EMR	-	-	308	961	-	-	4	1.090	312	2.051
BA	FILADELFIA	EMR	-	-	489	1.340	-	-	4	105	493	1.445
BA	FIRMINO ALVES	EMR	-	-	49	115	-	-	2	196	51	311
BA	FLORESTA AZUL	EMR	-	-	60	337	-	-	7	800	67	1.137
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	DMR	49	1.054	31	259	-	-	77	43.589	157	44.902
BA	GANDU	EMR	-	-	162	387	-	-	17	1.432	179	1.819
BA	GAVIAO	EMR	-	-	71	143	-	-	-	-	71	143
BA	GENTIO DO OURO	EMR	-	-	136	296	-	-	1	61	137	357
BA	GLORIA	DMR	-	-	121	670	-	-	3	44	124	714
BA	GONGOGI	EMR	-	-	8	32	-	-	7	640	15	672
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	EMR	-	-	264	529	-	-	-	-	264	529
BA	GUAJERU	EMR	-	-	6	38	-	-	-	-	6	38
BA	GUANAMBI	EMR	-	-	446	1.096	-	-	6	757	452	1.853

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	GUARATINGA	EMR	-	-	197	606	-	-	13	2.956	210	3.562
BA	HELIOPOLIS	BR	-	-	282	1.186	-	-	6	106	288	1.292
BA	IACU	BR	-	-	254	899	-	-	9	1.695	263	2.594
BA	IBIASSUCE	EMR	-	-	262	561	-	-	-	-	262	561
BA	IBICARAI	EMR	-	-	52	259	-	-	10	1.327	62	1.586
BA	IBICOARA	DMR	-	-	220	1.536	-	-	5	10.407	225	11.943
BA	IBICUI	EMR	-	-	132	339	-	-	4	336	136	675
BA	IBIPEBA	EMR	-	-	255	706	-	-	2	82	257	788
BA	IBIPITANGA	DMR	-	-	106	260	-	-	-	-	106	260
BA	IBIQUERA	BR	-	-	150	436	-	-	-	-	150	436
BA	IBIRAPITANGA	EMR	-	-	209	679	-	-	54	5.850	263	6.529
BA	IBIRAPUA	EMR	-	-	81	417	-	-	8	13.055	89	13.472
BA	IBIRATAIA	EMR	-	-	314	747	-	-	15	2.872	329	3.619
BA	IBITIARA	DMR	-	-	148	343	-	-	-	-	148	343
BA	IBITITA	EMR	-	-	247	1.304	-	-	1	20	248	1.324
BA	IBOTIRAMA	DMR	-	-	21	42	-	-	1	195	22	237
BA	ICHU	EMR	-	-	34	65	-	-	-	-	34	65
BA	IGAPORA	EMR	-	-	168	333	-	-	2	1.170	170	1.503
BA	IGRAPIUNA	EMR	-	-	289	632	-	-	10	374	299	1.006
BA	IGUAI	EMR	8	171	120	262	-	-	9	900	137	1.333
BA	ILHEUS	EMR	-	-	173	689	-	-	75	7.673	248	8.362
BA	INHAMBUPE	EMR	-	-	386	1.383	-	-	10	1.134	396	2.517
BA	IPECAETA	EMR	-	-	33	95	-	-	1	43	34	138
BA	IPIAU	EMR	-	-	39	83	-	-	14	4.401	53	4.484
BA	IPIRA	EMR	-	-	511	2.163	-	-	11	1.070	522	3.233
BA	IPUPIARA	DMR	-	-	63	142	-	-	-	-	63	142
BA	IRAJUBA	EMR	-	-	60	170	-	-	-	-	60	170
BA	IRAMAIA	EMR	-	-	28	68	-	-	2	50	30	118
BA	IRAQUARA	EMR	-	-	143	306	-	-	-	-	143	306
BA	IRARA	EMR	-	-	564	1.141	-	-	-	-	564	1.141
BA	IRECE	EMR	-	-	127	321	-	-	5	236	132	557
BA	ITABELA	EMR	-	-	17	191	-	-	17	4.501	34	4.692
BA	ITABERABA	BR	-	-	430	4.036	-	-	61	2.499	491	6.535
BA	ITABUNA	EMR	-	-	48	137	-	-	16	2.756	64	2.893
BA	ITACARE	EMR	-	-	153	472	-	-	51	2.982	204	3.454
BA	ITAETE	DMR	-	-	30	64	-	-	-	-	30	64
BA	ITAGI	EMR	-	-	67	163	-	-	5	98	72	261
BA	ITAGIBA	EMR	-	-	214	554	-	-	18	1.287	232	1.841
BA	ITAGIMIRIM	EMR	-	-	105	321	-	-	4	1.377	109	1.698
BA	ITAGUACU DA BAHIA	DMR	-	-	280	623	-	-	1	56	281	679
BA	ITAJU DO COLONIA	EMR	-	-	47	166	-	-	14	3.079	61	3.245

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	ITAJUIPE	EMR	-	-	84	182	-	-	29	1.785	113	1.967
BA	ITAMARAJU	EMR	6	36	314	1.451	-	-	45	13.165	365	14.652
BA	ITAMARI	EMR	-	-	44	86	-	-	27	575	71	661
BA	ITAMBE	EMR	-	-	138	294	-	-	16	2.976	154	3.270
BA	ITANAGRA	EMR			2	5			-	-	2	5
BA	ITANHEM	EMR	-	-	242	1.138	-	-	12	2.639	254	3.777
BA	ITAPE	EMR	-	-	19	108	-	-	14	1.216	33	1.324
BA	ITAPEBI	EMR	8	172	25	84	-	-	7	1.659	40	1.915
BA	ITAPETINGA	EMR	-	-	3	7	-	-	11	3.715	14	3.722
BA	ITAPICURU	BR	-	-	650	2.107	-	-	48	2.325	698	4.432
BA	ITAPITANGA	EMR	-	-	121	271	-	-	8	1.081	129	1.352
BA	ITAQUARA	EMR	6	125	51	91	-	-	1	16	58	232
BA	ITARANTIM	EMR	-	-	8	16	-	-	13	1.151	21	1.167
BA	ITATIM	EMR	-	-	114	277	-	-	3	91	117	368
BA	ITIRUCU	EMR	-	-	31	57	-	-	1	120	32	177
BA	ITIUBA	EMR	-	-	711	2.051	-	-	8	350	719	2.401
BA	ITORORO	EMR	-	-	72	170	-	-	12	779	84	949
BA	ITUACU	EMR	16	343	39	76	-	-	2	241	57	660
BA	ITUBERA	EMR	-	-	79	189	-	-	31	577	110	766
BA	IUIU	EMR	-	-	201	572	-	-	6	3.006	207	3.578
BA	JABORANDI	DMR	-	-	454	1.492	-	-	33	35.092	487	36.584
BA	JACARACI	EMR	-	-	90	914	-	-	2	302	92	1.216
BA	JACOBINA	EMR	30	644	253	616	-	-	13	1.547	296	2.807
BA	JAGUAQUARA	EMR	-	-	454	1.001	-	-	10	407	464	1.408
BA	JAGUARARI	EMR	-	-	162	362	-	-	2	57	164	419
BA	JAGUARIPE	EMR	-	-	77	282	-	-	2	255	79	537
BA	JANDAIRA	BR	-	-	83	182	-	-	1	22	84	204
BA	JEQUIE	EMR	38	464	399	882	1	47	52	3.117	490	4.510
BA	JEREMOABO	DMR	4	43	1.361	3.086	-	-	33	3.424	1.398	6.553
BA	JIQUIRICA	EMR	-	-	46	85	-	-	-	-	46	85
BA	JITAUNA	EMR	-	-	26	62	-	-	11	501	37	563
BA	JOAO DOURADO	EMR	-	-	149	552	-	-	8	360	157	912
BA	JUAZEIRO	EMR	-	-	824	2.588	-	-	99	26.979	923	29.567
BA	JUCURUCU	EMR	-	-	404	1.108	-	-	6	583	410	1.691
BA	JUSSARA	EMR	-	-	136	543	-	-	1	84	137	627
BA	JUSSARI	EMR	-	-	53	117	-	-	3	310	56	427
BA	JUSSIAPE	DMR	-	-	143	328	-	-	-	-	143	328
BA	LAFAIETE COUTINHO	EMR	-	-	89	391	-	-	3	129	92	520
BA	LAGEDO DO TABOCAL	EMR	-	-	88	185	-	-	2	49	90	234
BA	LAGOA REAL	EMR	-	-	280	617	-	-	-	-	280	617
BA	LAJE	EMR	-	-	475	978	-	-	-	-	475	978

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	LAJEDAO	EMR	-	-	65	410	-	-	-	-	65	410
BA	LAJEDINHO	BR	-	-	97	235	-	-	3	214	100	449
BA	LAMARÃO	EMR			1	3			-	-	1	3
BA	LAPAO	EMR	-	-	379	1.232	-	-	2	280	381	1.512
BA	LENCOIS	DMR	2	40	6	12	-	-	-	-	8	52
BA	LICINIO DE ALMEIDA	EMR	-	-	94	664	-	-	-	-	94	664
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENI	DMR	-	-	173	426	-	-	-	-	173	426
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	DMR	7	140	11	52	-	-	41	42.624	59	42.816
BA	MACAJUBA	BR	-	-	336	726	-	-	-	-	336	726
BA	MACARANI	EMR	-	-	60	132	-	-	8	629	68	761
BA	MACAUBAS	DMR	-	-	358	1.087	-	-	4	44	362	1.131
BA	MACURURE	DMR	-	-	48	104	-	-	1	90	49	194
BA	MAETINGA	EMR	-	-	142	334	-	-	-	-	142	334
BA	MAIQUINIQUE	EMR	-	-	2	22	-	-	9	780	11	802
BA	MAIRI	BR	12	257	336	1.168	-	-	5	326	353	1.751
BA	MALHADA	EMR	-	-	191	432	-	-	2	1.127	193	1.559
BA	MALHADA DE PEDRAS	EMR	-	-	253	622	-	-	-	-	253	622
BA	MANOEL VITORINO	EMR	-	-	329	877	-	-	21	931	350	1.808
BA	MANSIDAO	DMR	-	-	60	120	-	-	-	-	60	120
BA	MARACAS	EMR	-	-	281	704	-	-	12	1.201	293	1.905
BA	MARAGOGIPE	EMR	-	-	60	194	-	-	-	-	60	194
BA	MARAU	EMR	5	97	200	521	-	-	26	1.709	231	2.327
BA	MARCIONILIO SOUZA	EMR	-	-	94	515	-	-	3	210	97	725
BA	MASCOTE	EMR	20	430	242	534	-	-	17	795	279	1.759
BA	MATA DE SAO JOAO	EMR	-	-	-	-	-	-	1	92	1	92
BA	MATINA	EMR	-	-	320	784	-	-	1	39	321	823
BA	MEDEIROS NETO	EMR	-	-	285	808	-	-	20	2.847	305	3.655
BA	MIGUEL CALMON	EMR	-	-	253	769	-	-	3	108	256	877
BA	MILAGRES	EMR	-	-	8	14	-	-	2	13	10	27
BA	MIRANGABA	EMR	-	-	284	640	-	-	1	36	285	676
BA	MIRANTE	EMR	1	20	70	202	-	-	2	200	73	422
BA	MONTE SANTO	BR	-	-	394	1.158	-	-	8	489	402	1.647
BA	MORPARA	DMR	-	-	31	70	-	-	2	293	33	363
BA	MORRO DO CHAPEU	EMR	-	-	171	760	-	-	12	825	183	1.585
BA	MORTUGABA	EMR	-	-	150	385	-	-	2	90	152	475
BA	MUCUGE	DMR	-	-	28	420	-	-	3	15.862	31	16.282
BA	MUCURI	EMR	-	-	22	245	-	-	2	561	24	806
BA	MULUNGU DO MORRO	EMR	-	-	216	607	-	-	2	86	218	693
BA	MUNDO NOVO	BR	-	-	447	1.242	-	-	13	1.225	460	2.467
BA	MUNIZ FERREIRA	EMR	-	-	42	124	-	-	-	-	42	124
BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	DMR	-	-	48	186	-	-	-	-	48	186

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	MURITIBA	EMR	-	-	179	454	-	-	-	-	179	454
BA	MUTUIPE	EMR	-	-	117	364	-	-	3	138	120	502
BA	NAZARE	EMR	-	-	82	172	-	-	-	-	82	172
BA	NILO PECANHA	EMR	-	-	186	447	-	-	30	3.002	216	3.449
BA	NORDESTINA	BR	-	-	16	30	-	-	1	40	17	70
BA	NOVA CANAA	EMR	-	-	199	417	-	-	7	630	206	1.047
BA	NOVA FATIMA	EMR	-	-	101	207	-	-	2	56	103	263
BA	NOVA IBIA	EMR	-	-	87	427	-	-	4	63	91	490
BA	NOVA ITARANA	EMR	-	-	50	108	-	-	3	826	53	934
BA	NOVA REDENCAO	DMR	-	-	59	132	-	-	-	-	59	132
BA	NOVA SOURE	BR	-	-	104	305	-	-	21	411	125	716
BA	NOVA VICOSA	EMR	-	-	91	208	-	-	2	175	93	383
BA	NOVO HORIZONTE	DMR	-	-	204	424	-	-	-	-	204	424
BA	NOVO TRIUNFO	BR	-	-	143	335	-	-	2	110	145	445
BA	OLINDINA	BR	-	-	386	1.181	-	-	16	355	402	1.536
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	DMR	-	-	74	164	-	-	-	-	74	164
BA	OURICANGAS	EMR	-	-	63	131	-	-	-	-	63	131
BA	OUROLANDIA	EMR	34	731	206	716	-	-	-	-	240	1.447
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	EMR	-	-	360	895	-	-	8	1.393	368	2.288
BA	PALMEIRAS	DMR	-	-	65	128	-	-	-	-	65	128
BA	PARAMIRIM	DMR	-	-	295	649	-	-	-	-	295	649
BA	PARATINGA	BR	8	157	644	2.572	-	-	4	181	656	2.910
BA	PARIPIRANGA	BR	-	-	488	1.397	-	-	49	3.020	537	4.417
BA	PAU BRASIL	EMR	-	-	45	96	-	-	9	3.479	54	3.575
BA	PAULO AFONSO	DMR	-	-	61	251	-	-	3	163	64	414
BA	PE DE SERRA	EMR	-	-	157	484	-	-	1	83	158	567
BA	PEDRAO	EMR	-	-	248	592	-	-	1	180	249	772
BA	PEDRO ALEXANDRE	DMR	-	-	457	1.388	-	-	61	6.898	518	8.286
BA	PIATA	DMR	-	-	402	997	-	-	1	176	403	1.173
BA	PILAO ARCADO	EMR	-	-	12	26	-	-	-	-	12	26
BA	PINDAI	EMR	-	-	473	1.258	-	-	2	169	475	1.427
BA	PINDOBACU	EMR	-	-	153	365	-	-	10	690	163	1.055
BA	PINTADAS	EMR	-	-	89	325	-	-	1	62	90	387
BA	PIRAI DO NORTE	EMR	-	-	51	224	-	-	7	106	58	330
BA	PIRIPA	EMR	-	-	221	478	-	-	-	-	221	478
BA	PIRITIBA	EMR	-	-	534	1.498	-	-	10	211	544	1.709
BA	PLANALTINO	EMR	-	-	107	366	-	-	6	342	113	708
BA	PLANALTO	EMR	-	-	42	231	-	-	2	950	44	1.181
BA	POCOES	EMR	-	-	139	566	-	-	2	214	141	780
BA	POJUCA	EMR	-	-	47	121	-	-	1	69	48	190
BA	PONTO NOVO	EMR	-	-	166	376	-	-	1	2.570	167	2.946

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	PORTO SEGURO	EMR	-	-	169	490	-	-	17	6.802	186	7.292
BA	POTIRAGUA	EMR	11	236	8	19	-	-	5	2.482	24	2.737
BA	PRADO	EMR	-	-	335	852	-	-	16	5.256	351	6.108
BA	PRESIDENTE DUTRA	EMR	-	-	175	412	-	-	-	-	175	412
BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	EMR	-	-	188	507	-	-	-	-	188	507
BA	PRESIDENTE TANCREDO NEV	EMR	-	-	308	2.001	-	-	1	51	309	2.052
BA	QUEIMADAS	BR	-	-	66	291	-	-	2	393	68	684
BA	QUIJINGUE	BR	-	-	355	756	-	-	7	606	362	1.362
BA	QUIXABEIRA	EMR	-	-	438	923	-	-	-	-	438	923
BA	RAFAEL JAMBEIRO	EMR	-	-	360	920	-	-	2	142	362	1.062
BA	REMANSO	EMR	-	-	715	1.613	-	-	-	-	715	1.613
BA	RETIROLANDIA	EMR	-	-	259	702	-	-	-	-	259	702
BA	RIACHAO DAS NEVES	DMR	-	-	24	184	-	-	41	49.599	65	49.783
BA	RIACHAO DO JACUIPE	EMR	-	-	243	528	-	-	3	297	246	825
BA	RIACHO DE SANTANA	EMR	-	-	610	2.161	-	-	11	538	621	2.699
BA	RIBEIRA DO AMPARO	BR	25	536	166	553	-	-	5	191	196	1.280
BA	RIBEIRA DO POMBAL	BR	6	129	359	1.091	-	-	13	729	378	1.949
BA	RIBEIRAO DO LARGO	EMR	-	-	107	251	-	-	9	583	116	834
BA	RIO DE CONTAS	DMR	-	-	31	67	-	-	-	-	31	67
BA	RIO DO ANTONIO	EMR	-	-	153	341	-	-	-	-	153	341
BA	RIO DO PIRES	DMR	-	-	80	344	-	-	-	-	80	344
BA	RIO REAL	EMR	-	-	377	836	-	-	11	1.765	388	2.601
BA	RODELAS	DMR	-	-	18	569	-	-	-	-	18	569
BA	RUY BARBOSA	BR	-	-	110	505	-	-	10	631	120	1.136
BA	SALINAS DA MARGARIDA	EMR	-	-	10	34	-	-	-	-	10	34
BA	SALVADOR	AR							1	254	1	254
BA	SANTA BARBARA	EMR	-	-	455	1.151	-	-	1	198	456	1.349
BA	SANTA BRIGIDA	DMR	-	-	169	1.109	-	-	8	231	177	1.340
BA	SANTA CRUZ CABRALIA	EMR	-	-	55	130	-	-	3	1.608	58	1.738
BA	SANTA CRUZ DA VITORIA	EMR	-	-	34	119	-	-	7	325	41	444
BA	SANTA INES	EMR	-	-	3	6	-	-	2	565	5	571
BA	SANTA LUZIA	EMR	1	21	203	493	-	-	29	2.525	233	3.039
BA	SANTA MARIA DA VITORIA	DMR	-	-	552	1.705	-	-	10	816	562	2.521
BA	SANTA RITA DE CASSIA	DMR	38	817	67	353	-	-	4	1.115	109	2.285
BA	SANTA TERESINHA	EMR	-	-	150	309	-	-	3	103	153	412
BA	SANTALUZ	EMR	-	-	194	682	-	-	8	964	202	1.646
BA	SANTANA	DMR	-	-	378	884	-	-	11	1.510	389	2.394
BA	SANTANOPOLIS	EMR	-	-	119	354	-	-	1	15	120	369
BA	SANTO AMARO	EMR	-	-	86	182	-	-	-	-	86	182
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	EMR	-	-	124	307	-	-	1	79	125	386
BA	SANTO ESTEVAO	EMR	-	-	283	629	-	-	2	52	285	681

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	SAO DESIDERIO	DMR	-	-	86	346	-	-	122	174.964	208	175.310
BA	SAO DOMINGOS	EMR	-	-	130	409	-	-	1	8	131	417
BA	SAO FELIPE	EMR	-	-	199	788	-	-	1	85	200	873
BA	SAO FELIX	EMR	-	-	406	1.000	-	-	-	-	406	1.000
BA	SAO FELIX DO CORIBE	DMR	13	280	94	282	-	-	17	1.298	124	1.860
BA	SAO FRANCISCO DO CONDE	AR	-	-	16	230	-	-	-	-	16	230
BA	SAO GABRIEL	EMR	-	-	204	568	-	-	-	-	204	568
BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	EMR	-	-	58	156	-	-	2	138	60	294
BA	SAO JOSE DA VITORIA	EMR	-	-	44	89	-	-	4	289	48	378
BA	SAO JOSE DO JACUIPE	EMR	-	-	167	569	-	-	1	38	168	607
BA	SAO MIGUEL DAS MATAS	EMR	-	-	241	464	-	-	1	72	242	536
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	EMR	-	-	6	89	-	-	-	-	6	89
BA	SAPEACU	EMR	-	-	195	395	-	-	-	-	195	395
BA	SATIRO DIAS	EMR	-	-	187	415	-	-	7	4.214	194	4.629
BA	SAUBARA	EMR			-	-	1	10			1	10
BA	SAUDE	EMR	-	-	224	501	-	-	2	221	226	722
BA	SEABRA	DMR	-	-	527	1.308	-	-	1	39	528	1.347
BA	SEBASTIAO LARANJEIRAS	EMR	-	-	44	85	-	-	4	1.255	48	1.340
BA	SENHOR DO BONFIM	EMR	-	-	197	540	-	-	24	1.804	221	2.344
BA	SENTO SE	EMR	-	-	942	3.457	-	-	7	212	949	3.669
BA	SERRA DO RAMALHO	BR	-	-	294	1.596	-	-	1	91	295	1.687
BA	SERRA DOURADA	DMR	-	-	16	91	-	-	12	8.960	28	9.051
BA	SERRA PRETA	EMR	-	-	195	741	-	-	3	217	198	958
BA	SERRINHA	EMR	-	-	194	439	-	-	1	13	195	452
BA	SERROLANDIA	EMR	-	-	284	720	-	-	2	134	286	854
BA	SIMÕES FILHO	AR			5	49					5	49
BA	SITIO DO MATO	BR	8	161	89	350	-	-	1	20	98	531
BA	SITIO DO QUINTO	DMR	15	304	299	973	-	-	20	824	334	2.101
BA	SOBRADINHO	EMR	100	2.144	373	821	-	-	1	49	474	3.014
BA	SOUTO SOARES	EMR	-	-	201	428	-	-	-	-	201	428
BA	TABOCAS DO BREJO VELHO	DMR	-	-	543	1.246	-	-	4	416	547	1.662
BA	TANHACU	EMR	-	-	214	548	-	-	4	79	218	627
BA	TANQUE NOVO	DMR	-	-	494	1.018	-	-	-	-	494	1.018
BA	TANQUINHO	EMR	-	-	14	27	-	-	1	39	15	66
BA	TAPEROA	EMR	-	-	461	1.053	-	-	7	255	468	1.308
BA	TAPIRAMUTA	BR	-	-	181	398	-	-	-	-	181	398
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	EMR	-	-	322	1.439	-	-	10	1.761	332	3.200
BA	TEODORO SAMPAIO	EMR	-	-	5	13	-	-	1	65	6	78
BA	TEOFILANDIA	EMR	-	-	124	263	-	-	1	68	125	331
BA	TEOLANDIA	EMR	-	-	59	147	-	-	6	364	65	511
BA	TERRA NOVA	EMR							1	80	1	80

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	TREMEDAL	EMR	-	-	93	211	-	-	-	-	93	211
BA	TUCANO	BR	59	1.240	415	1.035	-	-	16	1.066	490	3.341
BA	UAUA	BR	-	-	404	982	-	-	6	75	410	1.057
BA	UBAIRA	EMR			27	56			-	-	27	56
BA	UBAITABA	EMR	23	454	68	162	-	-	8	461	99	1.077
BA	UBATA	EMR	-	-	108	244	-	-	13	1.217	121	1.461
BA	UIBAI	EMR	-	-	247	654	-	-	1	36	248	690
BA	UMBURANAS	EMR	-	-	36	260	-	-	-	-	36	260
BA	UNA	EMR	-	-	95	289	-	-	29	4.748	124	5.037
BA	URANDI	EMR	-	-	365	1.032	-	-	-	-	365	1.032
BA	URUCUCA	EMR	-	-	42	91	-	-	20	3.903	62	3.994
BA	UTINGA	DMR	-	-	235	746	-	-	9	1.645	244	2.391
BA	VALENCA	EMR	-	-	969	2.998	-	-	24	1.717	993	4.715
BA	VALENTE	EMR	-	-	419	944	-	-	5	136	424	1.080
BA	VARZEA DA ROCA	BR	-	-	445	945	-	-	1	66	446	1.011
BA	VARZEA DO POCO	EMR	-	-	240	723	-	-	2	108	242	831
BA	VARZEA NOVA	EMR	-	-	110	224	-	-	-	-	110	224
BA	VARZEDO	EMR	-	-	227	529	-	-	2	140	229	669
BA	VEREDA	EMR	-	-	100	273	-	-	-	-	100	273
BA	VITORIA DA CONQUISTA	EMR	26	559	237	962	-	-	9	1.095	272	2.616
BA	WAGNER	DMR	-	-	32	72	-	-	-	-	32	72
BA	WANDERLEY	DMR	-	-	94	258	-	-	10	4.320	104	4.578
BA	WENCESLAU GUIMARAES	EMR	-	-	93	240	-	-	29	2.146	122	2.386
BA	XIQUE-XIQUE	DMR	22	439	230	577	-	-	3	64	255	1.080
CE	ABAIARA	BR	-	-	319	883	-	-	2	39	321	922
CE	ACARAPE	BR	6	125	65	172	-	-	-	-	71	297
CE	ACARAU	BR	6	111	230	505	1	5.661	32	5.119	269	11.396
CE	ACOPIARA	BR	-	-	462	1.681	-	-	4	97	466	1.778
CE	AIUABA	BR	-	-	296	833	-	-	5	82	301	915
CE	ALCANTARAS	BR	-	-	19	56	-	-	-	-	19	56
CE	ALTANEIRA	BR	-	-	73	147	-	-	5	243	78	390
CE	ALTO SANTO	EMR	-	-	243	996	1	1.051	18	1.206	262	3.253
CE	AMONTADA	BR	-	-	150	422	-	-	4	89	154	511
CE	ANTONINA DO NORTE	BR	-	-	21	79	-	-	4	89	25	168
CE	APUIARES	BR	-	-	336	777	-	-	5	72	341	849
CE	AQUIRAZ	AR	-	-	233	503	-	-	9	431	242	934
CE	ARACATI	EMR	-	-	721	1.854	2	2.954	2	402	725	5.210
CE	ARACOIABA	BR	8	62	498	3.228	57	482	10	3.806	573	7.578
CE	ARARENDA	BR	-	-	102	448	-	-	2	39	104	487
CE	ARARIPE	BR	10	190	68	388	-	-	5	397	83	975
CE	ARATUBA	BR	-	-	296	815	-	-	5	173	301	988

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
CE	ARNEIROZ	BR	-	-	182	572	-	-	-	-	182	572
CE	ASSARE	BR	-	-	337	1.169	-	-	7	327	344	1.496
CE	AURORA	BR	-	-	280	895	-	-	11	481	291	1.376
CE	BAIXIO	BR	-	-	123	620	-	-	4	193	127	813
CE	BANABUIU	DMR	1	22	122	1.132	-	-	10	2.749	133	3.903
CE	BARBALHA	EMR	15	211	198	580	-	-	3	200	216	991
CE	BARREIRA	DMR	-	-	195	876	-	-	5	149	200	1.025
CE	BARRO	BR	-	-	215	857	-	-	2	62	217	919
CE	BARROQUINHA	BR	-	-	82	196	-	-	3	80	85	276
CE	BATURITE	BR	-	-	438	1.712	-	-	11	543	449	2.255
CE	BEBERIBE	DMR	-	-	361	1.391	1	14	2	2.827	364	4.232
CE	BELA CRUZ	BR	-	-	68	194	-	-	7	439	75	633
CE	BOA VIAGEM	DMR	-	-	570	1.835	-	-	37	1.420	607	3.255
CE	BREJO SANTO	BR	-	-	602	1.966	-	-	12	320	614	2.286
CE	CAMOCIM	BR	-	-	449	1.098	1	15	19	375	469	1.488
CE	CAMPOS SALES	BR	-	-	275	596	-	-	7	204	282	800
CE	CANINDE	DMR	1	22	931	2.594	31	510	8	478	971	3.604
CE	CAPISTRANO	BR	-	-	466	1.328	-	-	5	164	471	1.492
CE	CARIDADE	DMR	-	-	463	1.010	-	-	2	102	465	1.112
CE	CARIRE	EMR	8	172	105	483	-	-	7	233	120	888
CE	CARIRIACU	BR	-	-	243	560	-	-	4	229	247	789
CE	CARIUS	BR	-	-	336	1.217	-	-	1	83	337	1.300
CE	CARNAUBAL	BR	-	-	334	817	-	-	-	-	334	817
CE	CASCAVEL	DMR	-	-	508	1.456	1	260	8	192	517	1.908
CE	CATARINA	BR	-	-	186	510	-	-	1	26	187	536
CE	CATUNDA	DMR	3	64	168	671	-	-	12	375	183	1.110
CE	CAUCAIA	AR	-	-	704	1.669	-	-	8	1.039	712	2.708
CE	CEDRO	DMR	-	-	471	1.564	-	-	8	376	479	1.940
CE	CHAVAL	BR	-	-	42	111	-	-	4	286	46	397
CE	CHORO	DMR	8	48	108	381	-	-	4	996	120	1.425
CE	CHOROZINHO	DMR	15	313	129	644	-	-	44	831	188	1.788
CE	COREAU	BR	7	145	225	703	-	-	4	169	236	1.017
CE	CRATEUS	BR	-	-	533	2.720	-	-	71	3.026	604	5.746
CE	CRATO	EMR	-	-	141	399	-	-	12	818	153	1.217
CE	CROATA	BR	-	-	227	573	-	-	-	-	227	573
CE	CRUZ	BR	-	-	199	368	-	-	-	-	199	368
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIR	BR	-	-	202	1.011	-	-	24	324	226	1.335
CE	ERERE	BR	-	-	130	563	-	-	2	40	132	603
CE	EUSEBIO	AR							1	200	1	200
CE	FARIAS BRITO	BR	-	-	252	660	-	-	3	57	255	717
CE	FORQUILHA	EMR	12	251	101	374	-	-	4	99	117	724

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
CE	FORTALEZA	AR	-	-	34	600	7	2.701	1	20	42	3.321
CE	FORTIM	EMR	-	-	202	980	-	-	4	112	206	1.092
CE	FRECHEIRINHA	BR	-	-	115	213	-	-	-	-	115	213
CE	GENERAL SAMPAIO	BR	-	-	114	304	24	403	1	74	139	781
CE	GRACA	EMR	-	-	70	135	-	-	3	163	73	298
CE	GRANJA	BR	-	-	1.143	3.121	3	32.808	45	1.685	1.191	37.614
CE	GRANJEIRO	BR	-	-	23	133	-	-	1	18	24	151
CE	GROAIRAS	EMR	-	-	113	267	-	-	1	44	114	311
CE	GUAIUBA	AR	2	43	289	1.008	-	-	8	580	299	1.631
CE	GUARACIABA DO NORTE	BR	-	-	875	2.303	-	-	4	83	879	2.386
CE	GUARAMIRANGA	BR	-	-	59	118	-	-	2	80	61	198
CE	HIDROLANDIA	DMR	-	-	107	492	-	-	14	123	121	615
CE	HORIZONTE	DMR	-	-	164	542	-	-	31	724	195	1.266
CE	IBARETAMA	DMR	2	43	262	759	-	-	8	137	272	939
CE	IBIAPINA	BR	-	-	272	732	-	-	9	423	281	1.155
CE	IBICUITINGA	EMR	82	687	122	533	-	-	8	149	212	1.369
CE	ICAPUI	EMR	-	-	212	2.017	2	91	-	-	214	2.108
CE	ICO	DMR	10	208	649	1.819	-	-	11	802	670	2.829
CE	IGUATU	DMR	-	-	788	2.956	-	-	17	998	805	3.954
CE	INDEPENDENCIA	BR	-	-	602	3.911	-	-	74	3.372	676	7.283
CE	IPAPORANGA	BR	-	-	261	743	-	-	3	106	264	849
CE	IPAUMIRIM	BR	-	-	152	613	-	-	13	323	165	936
CE	IPU	BR	5	107	332	814	-	-	7	250	344	1.171
CE	IPUEIRAS	BR	6	98	525	1.656	-	-	6	661	537	2.415
CE	IRACEMA	BR	-	-	346	2.358	-	-	45	3.816	391	6.174
CE	IRAUCUBA	EMR	-	-	161	348	-	-	2	68	163	416
CE	ITAICABA	EMR	-	-	108	275	-	-	1	79	109	354
CE	ITAITINGA	AR	-	-	42	86	-	-	2	40	44	126
CE	ITAPAGE	BR	-	-	389	815	-	-	3	289	392	1.104
CE	ITAPIPOCA	BR	-	-	1.142	2.726	-	-	8	163	1.150	2.889
CE	ITAPIUNA	BR	-	-	436	2.064	-	-	6	518	442	2.582
CE	ITAREMA	BR	-	-	163	383	-	-	-	-	163	383
CE	ITATIRA	DMR	7	140	393	1.616	-	-	8	227	408	1.983
CE	JAGUARETAMA	EMR	-	-	521	1.632	-	-	19	1.472	540	3.104
CE	JAGUARIBARA	EMR	-	-	264	1.311	4	1.955	4	193	272	3.459
CE	JAGUARIBE	EMR	-	-	938	4.073	1	369	42	1.397	981	5.839
CE	JAGUARUANA	EMR	-	-	338	852	-	-	13	9.959	351	10.811
CE	JARDIM	EMR	-	-	625	1.668	-	-	12	436	637	2.104
CE	JATI	BR	-	-	188	739	-	-	1	72	189	811
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	BR	-	-	692	1.592	-	-	1	13	693	1.605
CE	JUAZEIRO DO NORTE	EMR	-	-	191	406	-	-	2	185	193	591

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
CE	JUCAS	BR	-	-	197	1.159	-	-	17	908	214	2.067
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	BR	3	64	356	2.208	-	-	23	855	382	3.127
CE	LIMOEIRO DO NORTE	EMR	11	236	647	2.129	-	-	100	8.445	758	10.810
CE	MADALENA	DMR	-	-	87	489	-	-	10	442	97	931
CE	MARACANAU	AR	-	-	10	46	-	-	1	20	11	66
CE	MARANGUAPE	AR	-	-	614	1.830	6	119	12	692	632	2.641
CE	MARCO	BR	-	-	76	271	-	-	9	439	85	710
CE	MARTINOPOLE	BR	-	-	252	602	-	-	10	564	262	1.166
CE	MASSAPE	EMR	-	-	194	422	-	-	9	265	203	687
CE	MAURITI	BR	-	-	912	2.933	-	-	9	331	921	3.264
CE	MERUOCA	BR	-	-	17	62	-	-	1	30	18	92
CE	MILAGRES	BR	-	-	292	918	-	-	5	242	297	1.160
CE	MILHA	BR	-	-	295	1.591	-	-	25	727	320	2.318
CE	MIRAIMA	EMR	-	-	400	805	-	-	-	-	400	805
CE	MISSAO VELHA	EMR	-	-	556	1.322	-	-	7	459	563	1.781
CE	MOMBACA	BR	25	537	1.017	2.776	-	-	35	597	1.077	3.910
CE	MONSENHOR TABOSA	BR	-	-	296	854	-	-	8	559	304	1.413
CE	MORADA NOVA	EMR	30	641	1.147	4.657	-	-	18	766	1.195	6.064
CE	MORAUJO	BR	-	-	92	228	-	-	3	48	95	276
CE	MORRINHOS	BR	-	-	253	552	-	-	1	20	254	572
CE	MUCAMBO	EMR	-	-	83	198	-	-	1	129	84	327
CE	MULUNGU	BR	-	-	239	599	-	-	-	-	239	599
CE	NOVA OLINDA	EMR	-	-	93	432	-	-	3	257	96	689
CE	NOVA RUSSAS	BR	-	-	283	850	-	-	12	99	295	949
CE	NOVO ORIENTE	BR	-	-	315	1.210	-	-	22	788	337	1.998
CE	OCARA	DMR	10	141	214	711	-	-	3	478	227	1.330
CE	OROS	DMR	-	-	421	1.801	-	-	3	103	424	1.904
CE	PACAJUS	DMR	-	-	230	583	2	550	32	1.626	264	2.759
CE	PACATUBA	AR	-	-	51	157	-	-	-	-	51	157
CE	PACOTI	BR	-	-	293	604	-	-	-	-	293	604
CE	PACUJA	EMR	-	-	29	79	-	-	-	-	29	79
CE	PALHANO	EMR	-	-	193	836	-	-	2	24	195	860
CE	PALMACIA	BR	-	-	177	411	1	20	1	2.744	179	3.175
CE	PARACURU	BR	-	-	241	574	1	621	3	319	245	1.514
CE	PARAIPABA	BR	-	-	49	104	-	-	2	949	51	1.053
CE	PARAMBU	BR	-	-	224	573	-	-	3	35	227	608
CE	PARAMOTI	DMR	-	-	185	490	1	15	1	18	187	523
CE	PEDRA BRANCA	BR	-	-	304	858	-	-	14	697	318	1.555
CE	PENAFORTE	BR	-	-	113	348	-	-	2	28	115	376
CE	PENTECOSTE	BR	-	-	354	1.026	1	142	3	76	358	1.244
CE	PEREIRO	BR	-	-	822	1.797	-	-	4	657	826	2.454

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
CE	PINDORETAMA	DMR	-	-	78	252	-	-	-	-	78	252
CE	PIQUET CARNEIRO	BR	-	-	285	891	-	-	5	204	290	1.095
CE	PIRES FERREIRA	BR	-	-	46	201	-	-	-	-	46	201
CE	PORANGA	BR	-	-	41	82	-	-	1	81	42	163
CE	PORTEIRAS	EMR	-	-	546	1.213	-	-	3	210	549	1.423
CE	POTENGI	BR	-	-	27	56	-	-	2	216	29	272
CE	POTIRETAMA	BR	-	-	133	323	-	-	18	822	151	1.145
CE	QUITERIANOPOLIS	BR	-	-	414	953	-	-	5	360	419	1.313
CE	QUIXADA	DMR	13	39	657	2.464	-	-	19	2.120	689	4.623
CE	QUIXELO	DMR	-	-	344	3.210	-	-	6	348	350	3.558
CE	QUIXERAMOBIM	DMR	-	-	919	3.198	-	-	85	2.177	1.004	5.375
CE	QUIXERE	EMR	-	-	90	509	-	-	7	5.017	97	5.526
CE	REDENCAO	BR	-	-	398	1.129	-	-	2	371	400	1.500
CE	RERIUTABA	BR	-	-	85	414	-	-	-	-	85	414
CE	RUSSAS	EMR	2	34	497	1.357	-	-	50	13.508	549	14.899
CE	SABOEIRO	BR	-	-	281	1.125	-	-	2	89	283	1.214
CE	SALITRE	BR	-	-	245	543	-	-	10	369	255	912
CE	SANTA QUITERIA	DMR	7	150	314	1.079	-	-	30	1.048	351	2.277
CE	SANTANA DO ACARAU	EMR	70	413	380	900	-	-	15	581	465	1.894
CE	SANTANA DO CARIRI	EMR	-	-	130	342	-	-	3	118	133	460
CE	SAO BENEDITO	BR	-	-	1.120	2.449	-	-	11	380	1.131	2.829
CE	SAO GONCALO DO AMARANTE	BR	-	-	223	588	2	602	5	205	230	1.395
CE	SAO JOAO DO JAGUARIBE	EMR	-	-	116	313	-	-	5	285	121	598
CE	SAO LUIS DO CURU	BR	-	-	90	174	-	-	2	145	92	319
CE	SENADOR POMPEU	BR	-	-	186	582	-	-	16	440	202	1.022
CE	SENADOR SA	EMR	8	170	32	89	-	-	6	142	46	401
CE	SOBRAL	EMR	19	344	258	875	-	-	26	1.244	303	2.463
CE	SOLONOPOLE	BR	-	-	475	1.445	-	-	14	309	489	1.754
CE	TABULEIRO DO NORTE	EMR	-	-	569	8.227	-	-	7	823	576	9.050
CE	TAMBORIL	BR	-	-	445	1.339	-	-	16	256	461	1.595
CE	TARRAFAS	BR	-	-	204	586	-	-	2	67	206	653
CE	TAUA	BR	-	-	225	931	-	-	18	629	243	1.560
CE	TEJUCUOCA	BR	10	215	76	335	2	30	-	-	88	580
CE	TIANGUA	BR	-	-	704	1.621	-	-	6	576	710	2.197
CE	TRAIRI	BR	-	-	656	1.614	-	-	2	207	658	1.821
CE	TURURU	BR	-	-	302	627	-	-	2	268	304	895
CE	UBAJARA	BR	-	-	371	932	-	-	6	3.879	377	4.811
CE	UMARI	BR	-	-	206	1.236	-	-	-	-	206	1.236
CE	UMIRIM	BR	-	-	208	401	-	-	1	20	209	421
CE	URUBURETAMA	BR	-	-	156	392	-	-	2	74	158	466
CE	URUOCA	BR	-	-	569	1.482	-	-	46	1.251	615	2.733

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
CE	VARJOTA	BR	-	-	56	300	1	685	22	813	79	1.798
CE	VARZEA ALEGRE	BR	-	-	282	2.122	-	-	7	422	289	2.544
CE	VICOSA DO CEARA	BR	36	766	728	1.712	-	-	1	199	765	2.677
ES	AGUA DOCE DO NORTE	EMR	-	-	10	302	-	-	3	378	13	680
ES	AGUIA BRANCA	EMR	13	280	1	31	-	-	1	46	15	357
ES	ALTO RIO NOVO	EMR	12	234	4	137	-	-	-	-	16	371
ES	BAIXO GUANDU	EMR	-	-	22	770	-	-	4	191	26	961
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	EMR	9	192	6	139	-	-	9	488	24	819
ES	BOA ESPERANCA	EMR	-	-	3	64	-	-	2	290	5	354
ES	COLATINA	EMR	4	68	70	1.670	-	-	17	3.225	91	4.963
ES	CONCEICAO DA BARRA	EMR			1	50			-	-	1	50
ES	ECOPORANGA	EMR	-	-	-	-	-	-	13	7.314	13	7.314
ES	GOVERNADOR LINDENBERG	EMR	-	-	5	106	-	-	9	901	14	1.007
ES	JAGUARE	EMR	-	-	6	204	-	-	4	841	10	1.045
ES	LINHARES	EMR	-	-	14	582	-	-	24	4.665	38	5.247
ES	MANTENOPOLIS	EMR	12	244	4	165	-	-	11	571	27	980
ES	MARILANDIA	EMR	2	43	4	163	-	-	7	10.884	13	11.090
ES	MONTANHA	EMR	-	-	1	69	-	-	3	2.284	4	2.353
ES	MUCURICI	EMR	-	-	-	-	-	-	5	1.724	5	1.724
ES	NOVA VENECIA	EMR	22	469	3	137	-	-	13	3.370	38	3.976
ES	PANCAS	EMR	11	236	5	235	-	-	9	564	25	1.035
ES	PEDRO CANARIO	EMR	-	-	-	-	-	-	2	141	2	141
ES	PINHEIROS	EMR	-	-	2	55	-	-	7	10.583	9	10.638
ES	PONTO BELO	EMR			1	81	-	-	-	-	1	81
ES	RIO BANANAL	EMR	-	-	12	518	-	-	8	535	20	1.053
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	EMR	-	-	4	257	1	50	13	889	18	1.196
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	EMR	-	-	6	98	-	-	6	240	12	338
ES	SAO MATEUS	EMR	-	-	24	755	-	-	17	2.272	41	3.027
ES	SOORETAMA	EMR	-	-	1	54	-	-	2	279	3	333
ES	VILA PAVAO	EMR			1	28			-	-	1	28
ES	VILA VALERIO	EMR	-	-	11	439	-	-	11	1.105	22	1.544
MA	ACAILANDIA	EMR	-	-	488	1.155	-	-	55	28.816	543	29.971
MA	AFONSO CUNHA	BR	-	-	11	20	-	-	-	-	11	20
MA	AGUA DOCE DO MARANHAO	BR	-	-	280	627	-	-	-	-	280	627
MA	ALCANTARA	BR	-	-	9	168	-	-	-	-	9	168
MA	ALDEIAS ALTAS	BR	-	-	168	371	-	-	4	15.726	172	16.097
MA	ALTAMIRA DO MARANHAO	BR	-	-	79	184	-	-	2	99	81	283
MA	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	BR	-	-	47	135	-	-	-	-	47	135
MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	BR	10	215	314	1.029	-	-	7	695	331	1.939
MA	ALTO PARNAIBA	DMR	-	-	10	195	-	-	3	1.459	13	1.654
MA	AMAPA DO MARANHAO	BR	9	193	1	49	-	-	5	339	15	581

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MA	AMARANTE DO MARANHAO	EMR	4	86	497	4.688	-	-	46	7.431	547	12.205
MA	ANAJATUBA	BR	-	-	350	794	-	-	-	-	350	794
MA	ANAPURUS	BR	-	-	192	406	-	-	6	6.847	198	7.253
MA	ARAGUANA	BR	3	55	317	935	-	-	18	2.509	338	3.499
MA	ARAIOSES	BR	-	-	370	1.061	-	-	1	150	371	1.211
MA	ARAME	BR	26	557	338	1.199	-	-	20	1.358	384	3.114
MA	ARARI	BR	-	-	189	386	-	-	2	166	191	552
MA	AXIXA	BR	-	-	125	316	-	-	-	-	125	316
MA	BACABAL	BR	3	62	565	1.470	-	-	15	949	583	2.481
MA	BACABEIRA	BR	-	-	106	445	-	-	-	-	106	445
MA	BACURI	BR	-	-	103	210	-	-	2	169	105	379
MA	BACURITUBA	BR	-	-	190	386	-	-	-	-	190	386
MA	BALSAS	DMR	-	-	536	1.728	-	-	30	92.379	566	94.107
MA	BARAO DE GRAJAU	BR	-	-	596	1.358	-	-	38	2.993	634	4.351
MA	BARRA DO CORDA	BR	18	383	1.098	3.524	-	-	-	-	1.116	3.907
MA	BARREIRINHAS	BR	20	427	49	476	-	-	-	-	69	903
MA	BELA VISTA DO MARANHAO	BR	-	-	149	315	-	-	-	-	149	315
MA	BELAGUA	BR	-	-	22	52	-	-	-	-	22	52
MA	BENEDITO LEITE	DMR	-	-	93	569	-	-	7	4.546	100	5.115
MA	BEQUIMAO	BR	-	-	517	1.091	-	-	1	19	518	1.110
MA	BERNARDO DO MEARIM	BR	-	-	241	886	-	-	3	997	244	1.883
MA	BOA VISTA DO GURUPI	BR	-	-	55	119	-	-	1	264	56	383
MA	BOM JARDIM	BR	104	2.236	259	2.348	-	-	28	4.989	391	9.573
MA	BOM JESUS DAS SELVAS	BR	129	2.772	55	246	-	-	11	2.546	195	5.564
MA	BOM LUGAR	BR	-	-	150	610	-	-	2	44	152	654
MA	BREJO	BR	39	672	464	1.056	-	-	7	4.653	510	6.381
MA	BREJO DE AREIA	BR	-	-	229	765	-	-	7	162	236	927
MA	BURITI	BR	-	-	554	1.231	-	-	2	1.526	556	2.757
MA	BURITI BRAVO	BR	69	1.472	153	345	-	-	5	374	227	2.191
MA	BURITICUPU	BR	266	5.710	73	769	-	-	43	4.774	382	11.253
MA	BURITIRANA	EMR	13	257	312	983	-	-	16	2.618	341	3.858
MA	CACHOEIRA GRANDE	BR	-	-	59	335	-	-	-	-	59	335
MA	CAJAPIO	BR	-	-	10	21	-	-	-	-	10	21
MA	CAJARI	BR	-	-	111	275	-	-	1	11	112	286
MA	CAMPESTRE DO MARANHAO	EMR	-	-	11	229	-	-	5	2.765	16	2.994
MA	CANDIDO MENDES	BR	12	258	74	174	-	-	-	-	86	432
MA	CANTANHEDE	BR	-	-	5	58	-	-	2	110	7	168
MA	CAPINZAL DO NORTE	BR	-	-	89	186	-	-	3	169	92	355
MA	CAROLINA	EMR	-	-	-	-	-	-	1	142	1	142
MA	CARUTAPERA	BR	-	-	81	162	-	-	12	5.327	93	5.489
MA	CAXIAS	BR	6	115	847	2.378	1	9	30	1.482	884	3.984

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MA	CEDRAL	BR	-	-	108	280	-	-	-	-	108	280
MA	CENTRAL DO MARANHÃO	BR							1	50	1	50
MA	CENTRO DO GUILHERME	BR	25	537	96	293	-	-	16	1.743	137	2.573
MA	CENTRO NOVO DO MARANHA	BR	-	-	476	1.173	-	-	3	261	479	1.434
MA	CHAPADINHA	BR	36	582	329	887	-	-	6	1.161	371	2.630
MA	CIDELANDIA	EMR	-	-	350	799	-	-	17	3.153	367	3.952
MA	CODO	BR	2	40	653	2.058	-	-	51	24.696	706	26.794
MA	COELHO NETO	BR	-	-	110	261	-	-	1	49	111	310
MA	COLINAS	BR	33	706	255	586	-	-	20	4.402	308	5.694
MA	CONCEICAO DO LAGO-ACU	BR	-	-	3	25	-	-	7	424	10	449
MA	COROATA	BR	71	1.417	363	1.330	-	-	33	3.726	467	6.473
MA	CURURUPU	BR	-	-	320	809	-	-	2	97	322	906
MA	DAVINOPOLIS	EMR	-	-	169	372	-	-	3	245	172	617
MA	DOM PEDRO	BR	-	-	85	205	-	-	12	857	97	1.062
MA	DUQUE BACELAR	BR	-	-	79	186	-	-	-	-	79	186
MA	ESPERANTINOPOLIS	BR	-	-	234	563	-	-	18	1.041	252	1.604
MA	ESTREITO	EMR	15	322	30	930	-	-	10	4.075	55	5.327
MA	FEIRA NOVA DO MARANHAO	DMR	-	-	281	2.333	-	-	8	774	289	3.107
MA	FERNANDO FALCAO	BR	-	-	329	748	-	-	-	-	329	748
MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA	BR	-	-	237	1.494	-	-	9	600	246	2.094
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	DMR	-	-	326	2.185	-	-	18	3.364	344	5.549
MA	FORTUNA	BR	7	150	189	443	-	-	9	478	205	1.071
MA	GODOFREDO VIANA	BR	-	-	1	2	-	-	1	166	2	168
MA	GONCALVES DIAS	BR	-	-	475	1.202	-	-	9	601	484	1.803
MA	GOVERNADOR ARCHER	BR	-	-	86	176	-	-	3	220	89	396
MA	GOVERNADOR EDISON LOBA	EMR	-	-	51	134	2	120	4	509	57	763
MA	GOVERNADOR EUGENIO BARI	BR	-	-	201	475	-	-	22	1.303	223	1.778
MA	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	BR	-	-	99	230	-	-	4	729	103	959
MA	GOVERNADOR NEWTON BELL	BR	-	-	141	741	-	-	20	2.629	161	3.370
MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	BR	94	2.018	384	1.047	-	-	6	840	484	3.905
MA	GRACA ARANHA	BR	-	-	172	477	-	-	2	93	174	570
MA	GRAJAU	BR	-	-	125	465	-	-	9	14.782	134	15.247
MA	GUIMARAES	BR	-	-	137	282	-	-	-	-	137	282
MA	HUMBERTO DE CAMPOS	BR	-	-	41	121	1	15	4	177	46	313
MA	ICATU	BR	-	-	120	381	-	-	-	-	120	381
MA	IGARAPE DO MEIO	BR	7	150	146	330	3	3.048	2	44	158	3.572
MA	IGARAPE GRANDE	BR	-	-	116	370	-	-	4	610	120	980
MA	IMPERATRIZ	EMR	-	-	139	549	-	-	14	6.209	153	6.758
MA	ITAIPAVA DO GRAJAU	BR	43	919	65	155	-	-	2	193	110	1.267
MA	ITAPECURU MIRIM	BR	-	-	110	270	-	-	5	368	115	638
MA	ITINGA DO MARANHAO	EMR	11	236	46	127	-	-	9	2.362	66	2.725

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MA	JATOBA	BR	-	-	89	468	-	-	5	176	94	644
MA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	BR	-	-	192	779	-	-	18	1.073	210	1.852
MA	JOAO LISBOA	EMR	-	-	430	1.340	-	-	14	3.386	444	4.726
MA	JOSELANDIA	BR	36	766	157	351	-	-	2	160	195	1.277
MA	JUNCO DO MARANHAO	BR	15	321	59	189	-	-	-	-	74	510
MA	LAGO DA PEDRA	BR	-	-	169	603	1	40	32	1.771	202	2.414
MA	LAGO DO JUNCO	BR	-	-	137	353	-	-	6	245	143	598
MA	LAGO DOS RODRIGUES	BR	15	288	237	581	-	-	-	-	252	869
MA	LAGO VERDE	BR	-	-	204	533	-	-	7	517	211	1.050
MA	LAGOA DO MATO	BR	2	43	416	922	-	-	3	174	421	1.139
MA	LAGOA GRANDE DO MARANH/	BR	3	64	20	99	-	-	4	153	27	316
MA	LAJEADO NOVO	EMR	-	-	24	99	-	-	8	2.675	32	2.774
MA	LIMA CAMPOS	BR	-	-	127	384	-	-	5	138	132	522
MA	LORETO	DMR	-	-	93	298	-	-	7	1.945	100	2.243
MA	LUIS DOMINGUES	BR			13	88			-	-	13	88
MA	MAGALHAES DE ALMEIDA	BR	-	-	192	415	-	-	1	100	193	515
MA	MARACACUME	BR	46	987	187	572	-	-	4	406	237	1.965
MA	MARAJA DO SENA	BR	19	408	76	287	-	-	6	310	101	1.005
MA	MARANHAOZINHO	BR	-	-	118	617	-	-	14	1.419	132	2.036
MA	MATA ROMA	BR	-	-	188	441	-	-	3	2.265	191	2.706
MA	MATINHA	BR	-	-	111	242	2	1.112	4	92	117	1.446
MA	MATOES	BR	-	-	207	530	-	-	3	264	210	794
MA	MATOES DO NORTE	BR	-	-	41	87	-	-	3	202	44	289
MA	MILAGRES DO MARANHAO	BR	-	-	136	292	-	-	1	42	137	334
MA	MIRADOR	BR	36	773	175	517	-	-	9	661	220	1.951
MA	MIRANDA DO NORTE	BR	-	-	160	386	-	-	2	34	162	420
MA	MIRINZAL	BR	-	-	96	230	-	-	1	100	97	330
MA	MONCAO	BR	-	-	178	402	-	-	7	682	185	1.084
MA	MONTES ALTOS	EMR	-	-	203	590	1	110	13	680	217	1.380
MA	MORROS	BR	-	-	59	491	-	-	-	-	59	491
MA	NINA RODRIGUES	BR	-	-	17	38	-	-	1	200	18	238
MA	NOVA COLINAS	DMR	-	-	333	1.044	-	-	2	138	335	1.182
MA	NOVA IORQUE	BR	-	-	12	68	-	-	2	197	14	265
MA	NOVA OLINDA DO MARANHAO	BR	69	1.476	105	511	-	-	27	2.688	201	4.675
MA	OLHO D'AGUA DAS CUNHAS	BR	-	-	166	460	-	-	2	199	168	659
MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	BR	-	-	56	251	-	-	1	87	57	338
MA	PACO DO LUMIAR	EMR	-	-	147	679	-	-	2	167	149	846
MA	PALMEIRANDIA	BR	-	-	189	490	-	-	1	15	190	505
MA	PARAIBANO	BR	-	-	478	1.128	-	-	4	334	482	1.462
MA	PARNARAMA	BR	9	180	446	972	-	-	6	5.972	461	7.124
MA	PASSAGEM FRANCA	BR	-	-	177	494	-	-	3	124	180	618

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MA	PASTOS BONS	BR	-	-	260	644	-	-	7	1.389	267	2.033
MA	PAULINO NEVES	BR	29	608	180	362	-	-	-	-	209	970
MA	PAULO RAMOS	BR	-	-	72	211	-	-	14	549	86	760
MA	PEDREIRAS	BR	-	-	348	816	-	-	7	249	355	1.065
MA	PEDRO DO ROSARIO	BR	4	86	6	86	-	-	9	1.067	19	1.239
MA	PENALVA	BR	-	-	273	645	1	46	16	1.572	290	2.263
MA	PERI MIRIM	BR	-	-	96	255	-	-	-	-	96	255
MA	PERITORO	BR	52	1.081	39	308	-	-	4	230	95	1.619
MA	PINDARE MIRIM	BR	-	-	145	482	2	255	2	102	149	839
MA	PINHEIRO	BR	-	-	957	2.739	1	99	27	1.998	985	4.836
MA	PIO XII	BR	56	1.203	93	272	-	-	-	-	149	1.475
MA	PIRAPEMAS	BR	8	150	40	317	-	-	5	68	53	535
MA	POCAO DE PEDRAS	BR	-	-	315	1.511	-	-	33	1.611	348	3.122
MA	PORTO FRANCO	EMR	-	-	28	369	-	-	16	11.551	44	11.920
MA	PRESIDENTE DUTRA	BR	-	-	632	1.559	-	-	62	3.026	694	4.585
MA	PRESIDENTE JUSCELINO	BR	-	-	72	181	-	-	-	-	72	181
MA	PRESIDENTE MEDICI	BR	-	-	103	793	-	-	12	653	115	1.446
MA	PRESIDENTE SARNEY	BR	-	-	103	225	-	-	1	137	104	362
MA	PRESIDENTE VARGAS	BR	-	-	46	102	-	-	-	-	46	102
MA	PRIMEIRA CRUZ	BR			3	60					3	60
MA	RAPOSA	EMR	-	-	168	1.348	-	-	-	-	168	1.348
MA	RIACHAO	DMR	-	-	268	632	-	-	13	1.688	281	2.320
MA	RIBAMAR FIQUENE	EMR	-	-	209	666	-	-	2	286	211	952
MA	ROSARIO	BR	-	-	161	504	-	-	-	-	161	504
MA	SAMBAIBA	DMR	-	-	24	190	-	-	15	46.697	39	46.887
MA	SANTA FILOMENA DO MARANI	BR	15	323	181	540	-	-	4	163	200	1.026
MA	SANTA HELENA	BR	-	-	347	764	-	-	11	894	358	1.658
MA	SANTA INES	BR	-	-	328	697	-	-	8	2.050	336	2.747
MA	SANTA LUZIA	BR	72	1.546	638	1.690	-	-	54	20.928	764	24.164
MA	SANTA LUZIA DO PARUA	BR	15	322	178	1.052	-	-	40	6.467	233	7.841
MA	SANTA QUITERIA DO MARANH	BR	-	-	3	37	-	-	8	8.740	11	8.777
MA	SANTA RITA	BR	-	-	53	106	-	-	-	-	53	106
MA	SANTANA DO MARANHAO	BR	-	-	48	106	-	-	-	-	48	106
MA	SANTO ANTONIO DOS LOPES	BR	-	-	127	301	-	-	22	1.630	149	1.931
MA	SAO BENEDITO DO RIO PRET	BR	-	-	94	198	-	-	7	1.538	101	1.736
MA	SAO BENTO	BR	-	-	188	403	-	-	-	-	188	403
MA	SAO BERNARDO	BR	-	-	195	404	-	-	-	-	195	404
MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	DMR	-	-	65	497	-	-	13	9.574	78	10.071
MA	SAO DOMINGOS DO MARANH	BR	-	-	472	1.220	-	-	33	1.852	505	3.072
MA	SAO FELIX DE BALSAS	DMR	-	-	109	710	-	-	2	2.310	111	3.020
MA	SAO FRANCISCO DO BREJAO	EMR	-	-	225	607	-	-	3	274	228	881

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MA	SAO FRANCISCO DO MARANH	BR	-	-	426	996	-	-	-	-	426	996
MA	SAO JOAO BATISTA	BR	-	-	85	192	-	-	2	76	87	268
MA	SAO JOAO DO CARU	BR	-	-	4	93	-	-	6	775	10	868
MA	SAO JOAO DO PARAISO	EMR	-	-	91	487	-	-	13	1.255	104	1.742
MA	SAO JOAO DO SOTER	BR	2	39	36	115	-	-	4	517	42	671
MA	SAO JOAO DOS PATOS	BR	-	-	96	561	-	-	7	770	103	1.331
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	EMR	-	-	106	714	-	-	3	488	109	1.202
MA	SAO JOSE DOS BASILIOS	BR	-	-	467	1.104	-	-	4	201	471	1.305
MA	SAO LUIS	EMR	-	-	124	638	-	-	3	4.205	127	4.843
MA	SAO LUIS GONZAGA DO MARA	BR	-	-	70	455	-	-	15	1.643	85	2.098
MA	SAO MATEUS DO MARANHAO	BR	18	386	120	438	-	-	4	1.072	142	1.896
MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANC	EMR	-	-	108	537	1	401	3	196	112	1.134
MA	SAO PEDRO DOS CRENTES	EMR	-	-	188	1.406	-	-	14	1.269	202	2.675
MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGAB	DMR	-	-	117	415	-	-	4	153	121	568
MA	SAO RAIMUNDO DO DOCA BE	BR	-	-	104	370	-	-	-	-	104	370
MA	SAO ROBERTO	BR	-	-	120	278	-	-	2	214	122	492
MA	SAO VICENTE FERRER	BR	-	-	127	309	-	-	-	-	127	309
MA	SATUBINHA	BR	-	-	137	302	-	-	-	-	137	302
MA	SENADOR ALEXANDRE COST	BR	-	-	64	125	-	-	4	693	68	818
MA	SENADOR LA ROCQUE	EMR	-	-	609	1.812	-	-	14	1.880	623	3.692
MA	SERRANO DO MARANHÃO	BR			3	55			-	-	3	55
MA	SITIO NOVO	BR	17	365	335	1.479	-	-	16	1.169	368	3.013
MA	SUCUPIRA DO NORTE	BR	-	-	328	764	-	-	1	2.444	329	3.208
MA	SUCUPIRA DO RIACHAO	BR	-	-	31	65	-	-	1	5	32	70
MA	TASSO FRAGOSO	DMR	-	-	84	501	-	-	13	71.861	97	72.362
MA	TIMBIRAS	BR	-	-	364	949	-	-	5	321	369	1.270
MA	TIMON	BR	22	435	652	1.517	2	423	4	198	680	2.573
MA	TRIZIDELA DO VALE	BR	-	-	281	641	-	-	8	202	289	843
MA	TUFILANDIA	BR	-	-	74	166	-	-	4	181	78	347
MA	TUNTUM	BR	110	2.364	311	1.288	-	-	67	5.460	488	9.112
MA	TURIACU	BR	53	1.083	131	757	-	-	19	855	203	2.695
MA	TURILANDIA	BR	-	-	134	300	-	-	8	2.018	142	2.318
MA	TUTOIA	BR	-	-	217	454	-	-	-	-	217	454
MA	URBANO SANTOS	BR	-	-	101	230	-	-	2	326	103	556
MA	VARGEM GRANDE	BR	-	-	206	1.300	-	-	10	1.363	216	2.663
MA	VIANA	BR	-	-	427	958	2	1.558	12	1.396	441	3.912
MA	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	EMR	-	-	145	430	-	-	5	405	150	835
MA	VITORIA DO MEARIM	BR	1	21	94	426	1	142	1	57	97	646
MA	VITORINO FREIRE	BR	-	-	184	452	-	-	32	3.148	216	3.600
MA	ZE DOCA	BR	66	1.416	679	2.231	-	-	75	6.853	820	10.500
MG	AGUAS FORMOSAS	EMR	-	-	316	814	-	-	2	29	318	843

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MG	AGUAS VERMELHAS	DMR	-	-	85	235	-	-	4	4.752	89	4.987
MG	ALMENARA	DMR	-	-	167	476	-	-	6	547	173	1.023
MG	ANGELANDIA	DMR	-	-	140	332	-	-	2	2.663	142	2.995
MG	ARACUAI	DMR	-	-	246	622	-	-	2	245	248	867
MG	ARICANDUVA	DMR	-	-	252	704	-	-	2	547	254	1.251
MG	ARINOS	DMR	-	-	98	222	-	-	4	1.691	102	1.913
MG	ATALEIA	EMR	-	-	315	683	-	-	8	1.707	323	2.390
MG	BANDEIRA	DMR	-	-	160	325	-	-	1	276	161	601
MG	BERILO	DMR	-	-	366	754	-	-	1	21	367	775
MG	BERIZAL	DMR	-	-	175	534	-	-	-	-	175	534
MG	BERTOPOLIS	EMR	-	-	109	232	-	-	1	14	110	246
MG	BOCAIUVA	EMR	2	24	479	1.098	-	-	7	604	488	1.726
MG	BONITO DE MINAS	DMR	-	-	313	793	-	-	3	887	316	1.680
MG	BOTUMIRIM	DMR	22	337	51	568	-	-	-	-	73	905
MG	BRASILIA DE MINAS	EMR	-	-	882	3.956	-	-	19	1.189	901	5.145
MG	BURITIZEIRO	EMR	2	43	28	569	-	-	16	12.007	46	12.619
MG	CACHOEIRA DE PAJEU	BR	-	-	245	497	-	-	3	297	248	794
MG	CAMPANARIO	EMR	-	-	30	69	-	-	2	562	32	631
MG	CAMPO AZUL	EMR	-	-	332	760	-	-	-	-	332	760
MG	CAPELINHA	DMR	1	13	323	1.363	-	-	28	5.191	352	6.567
MG	CAPITAO ENEAS	EMR	-	-	96	212	-	-	7	809	103	1.021
MG	CARAI	DMR	-	-	219	456	-	-	2	320	221	776
MG	CARBONITA	DMR	-	-	183	410	-	-	-	-	183	410
MG	CARLOS CHAGAS	EMR	-	-	90	392	-	-	11	7.305	101	7.697
MG	CATUJI	EMR	-	-	80	145	-	-	2	253	82	398
MG	CATUTI	DMR	-	-	186	481	-	-	4	176	190	657
MG	CHAPADA DO NORTE	DMR	-	-	163	439	-	-	-	-	163	439
MG	CHAPADA GAUCHA	DMR	-	-	345	1.007	-	-	16	6.177	361	7.184
MG	CLARO DOS POCOES	EMR	-	-	42	110	-	-	6	205	48	315
MG	COMERCINHO	BR	-	-	332	695	-	-	2	253	334	948
MG	CONEGO MARINHO	DMR	-	-	228	684	-	-	5	357	233	1.041
MG	CORACAO DE JESUS	EMR	10	215	842	3.335	-	-	12	1.059	864	4.609
MG	CORONEL MURTA	DMR	-	-	294	1.095	-	-	2	793	296	1.888
MG	COUTO DE MAGALHAES DE M	EMR	-	-	6	39	-	-	-	-	6	39
MG	CRISOLITA	EMR	-	-	38	76	-	-	2	123	40	199
MG	CRISTALIA	DMR	28	479	88	210	-	-	1	57	117	746
MG	CURRAL DE DENTRO	DMR	-	-	186	557	-	-	3	486	189	1.043
MG	DATAS	EMR	-	-	19	47	-	-	-	-	19	47
MG	DIAMANTINA	EMR	-	-	248	535	-	-	2	874	250	1.409
MG	DIVISA ALEGRE	DMR	-	-	56	133	-	-	-	-	56	133
MG	DIVISOPOLIS	DMR	-	-	6	12	-	-	1	126	7	138

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	EMR	-	-	26	67	-	-	1	441	27	508
MG	ESPINOSA	DMR	-	-	637	1.323	-	-	4	111	641	1.434
MG	FELICIO DOS SANTOS	EMR	-	-	87	422	-	-	-	-	87	422
MG	FELISBURGO	DMR	-	-	41	87	-	-	-	-	41	87
MG	FORMOSO	DMR	-	-	136	304	-	-	21	3.770	157	4.074
MG	FRANCISCO BADARO	DMR	-	-	81	171	-	-	1	10	82	181
MG	FRANCISCO DUMONT	EMR	4	15	85	166	-	-	1	475	90	656
MG	FRANCISCO SA	EMR	-	-	462	1.006	-	-	19	2.503	481	3.509
MG	FRANCISCOPOLIS	EMR	-	-	153	291	-	-	-	-	153	291
MG	FREI GASPAR	EMR	-	-	150	346	-	-	3	225	153	571
MG	FRONTEIRA DOS VALES	EMR	-	-	106	237	-	-	-	-	106	237
MG	FRUTA DE LEITE	DMR	-	-	111	285	-	-	3	323	114	608
MG	GAMELEIRAS	DMR	-	-	177	388	-	-	5	295	182	683
MG	GLAUCILANDIA	EMR	-	-	73	132	-	-	1	68	74	200
MG	GRAO MOGOL	DMR	4	76	186	480	-	-	8	977	198	1.533
MG	GUARACIAMA	EMR	-	-	97	191	-	-	1	10	98	201
MG	IBIAI	EMR	-	-	92	366	-	-	10	3.489	102	3.855
MG	IBIRACATU	EMR	-	-	125	317	-	-	-	-	125	317
MG	ICARAI DE MINAS	DMR	-	-	203	2.326	-	-	8	680	211	3.006
MG	INDAIABIRA	DMR	-	-	113	291	-	-	1	63	114	354
MG	ITACAMBIRA	DMR	-	-	170	553	-	-	1	40	171	593
MG	ITACARAMBI	DMR	-	-	286	579	-	-	5	5.001	291	5.580
MG	ITAIPE	EMR	-	-	145	384	-	-	1	139	146	523
MG	ITAMARANDIBA	DMR	2	38	320	721	-	-	1	137	323	896
MG	ITAMBACURI	EMR	-	-	322	657	-	-	4	2.199	326	2.856
MG	ITAOBIM	BR	-	-	58	120	-	-	1	68	59	188
MG	ITINGA	DMR	-	-	232	528	-	-	9	1.597	241	2.125
MG	JACINTO	DMR	-	-	120	275	-	-	3	1.125	123	1.400
MG	JAIBA	DMR	19	366	386	1.806	-	-	55	13.106	460	15.278
MG	JANAUBA	DMR	16	301	479	1.077	-	-	57	10.617	552	11.995
MG	JANUARIA	DMR	-	-	1.180	3.413	-	-	15	2.554	1.195	5.967
MG	JAPONVAR	EMR	-	-	301	866	-	-	3	293	304	1.159
MG	JENIPAPO DE MINAS	DMR	-	-	47	100	-	-	-	-	47	100
MG	JEQUITAI	EMR	-	-	137	579	-	-	8	1.097	145	1.676
MG	JEQUITINHONHA	DMR	-	-	260	622	-	-	4	396	264	1.018
MG	JOAIMA	DMR	-	-	329	1.451	-	-	25	2.115	354	3.566
MG	JORDANIA	DMR	-	-	88	187	-	-	1	60	89	247
MG	JOSE GONCALVES DE MINAS	DMR	7	90	119	276	-	-	-	-	126	366
MG	JOSENOPOLIS	DMR	-	-	10	26	-	-	-	-	10	26
MG	JURAMENTO	EMR	-	-	56	118	-	-	1	126	57	244
MG	JUVENILIA	DMR	16	110	275	660	-	-	1	132	292	902

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MG	LADAINHA	EMR	-	-	405	893	-	-	2	129	407	1.022
MG	LAGOA DOS PATOS	EMR	-	-	97	415	-	-	2	2.490	99	2.905
MG	LASSANCE	EMR	-	-	110	335	-	-	11	1.342	121	1.677
MG	LEME DO PRADO	DMR	-	-	39	99	-	-	-	-	39	99
MG	LONTRA	EMR	-	-	246	628	-	-	6	328	252	956
MG	LUISLANDIA	EMR	-	-	271	805	-	-	7	642	278	1.447
MG	MACHACALIS	EMR	-	-	71	162	-	-	2	124	73	286
MG	MALACACHETA	EMR	-	-	404	796	-	-	4	383	408	1.179
MG	MAMONAS	DMR	-	-	454	1.027	-	-	-	-	454	1.027
MG	MANGA	DMR	43	379	491	1.029	-	-	7	7.055	541	8.463
MG	MATA VERDE	DMR	-	-	114	267	-	-	-	-	114	267
MG	MATIAS CARDOSO	DMR	-	-	264	527	-	-	17	18.179	281	18.706
MG	MATO VERDE	DMR	-	-	419	1.136	-	-	11	415	430	1.551
MG	MEDINA	BR	-	-	279	556	-	-	10	1.968	289	2.524
MG	MINAS NOVAS	DMR	-	-	392	982	-	-	4	1.742	396	2.724
MG	MIRABELA	EMR	2	43	166	709	-	-	8	1.233	176	1.985
MG	MIRAVANIA	DMR	-	-	236	533	-	-	2	120	238	653
MG	MONTALVANIA	DMR	-	-	600	1.624	-	-	4	477	604	2.101
MG	MONTE AZUL	DMR	-	-	666	1.529	-	-	16	789	682	2.318
MG	MONTE FORMOSO	DMR	-	-	71	175	-	-	1	3.256	72	3.431
MG	MONTES CLAROS	EMR	-	-	1.730	4.549	-	-	16	2.116	1.746	6.665
MG	MONTEZUMA	DMR	-	-	203	748	-	-	1	26	204	774
MG	NANUQUE	EMR	-	-	2	4	-	-	-	-	2	4
MG	NINHEIRA	DMR	-	-	165	416	-	-	1	281	166	697
MG	NOVA PORTEIRINHA	DMR	-	-	258	472	-	-	10	2.253	268	2.725
MG	NOVO CRUZEIRO	DMR	-	-	522	2.088	-	-	6	4.413	528	6.501
MG	NOVO ORIENTE DE MINAS	EMR	-	-	242	526	-	-	1	26	243	552
MG	NOVORIZONTE	DMR	-	-	184	485	-	-	3	335	187	820
MG	OLHOS-D'AGUA	EMR	-	-	67	148	-	-	2	101	69	249
MG	OURO VERDE DE MINAS	EMR	-	-	234	706	-	-	-	-	234	706
MG	PADRE CARVALHO	DMR	-	-	198	569	-	-	-	-	198	569
MG	PADRE PARAISO	DMR	-	-	108	238	-	-	-	-	108	238
MG	PAI PEDRO	DMR	-	-	114	473	-	-	6	1.015	120	1.488
MG	PALMOPOLIS	DMR	-	-	-	-	-	-	2	331	2	331
MG	PATIS	EMR	-	-	153	553	-	-	5	802	158	1.355
MG	PAVAO	EMR	-	-	10	18	-	-	-	-	10	18
MG	PEDRA AZUL	BR	-	-	35	64	-	-	5	3.178	40	3.242
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	DMR	-	-	63	381	-	-	8	1.850	71	2.231
MG	PESCADOR	EMR	-	-	16	53	-	-	1	4.447	17	4.500
MG	PINTOPOLIS	DMR	4	34	208	1.026	-	-	10	981	222	2.041
MG	PIRAPORA	EMR	4	59	30	201	-	-	1	120	35	380

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MG	PONTO CHIQUE	EMR	-	-	135	956	-	-	2	38	137	994
MG	PONTO DOS VOLANTES	DMR	-	-	313	713	-	-	3	531	316	1.244
MG	PORTEIRINHA	DMR	-	-	1.197	3.542	-	-	23	1.532	1.220	5.074
MG	POTE	EMR	-	-	293	667	-	-	4	334	297	1.001
MG	RIACHINHO	EMR	-	-	134	315	-	-	4	262	138	577
MG	RIACHO DOS MACHADOS	DMR	-	-	179	540	-	-	8	312	187	852
MG	RIO DO PRADO	DMR	-	-	134	302	-	-	-	-	134	302
MG	RIO PARDO DE MINAS	DMR	-	-	545	2.391	-	-	6	3.442	551	5.833
MG	RIO VERMELHO	EMR	-	-	282	836	-	-	3	398	285	1.234
MG	RUBELITA	DMR	-	-	223	1.097	-	-	8	1.030	231	2.127
MG	RUBIM	DMR	-	-	45	101	-	-	3	497	48	598
MG	SALINAS	DMR	-	-	648	1.854	-	-	26	2.085	674	3.939
MG	SALTO DA DIVISA	DMR	-	-	37	87	-	-	-	-	37	87
MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	DMR	-	-	365	1.584	-	-	2	436	367	2.020
MG	SANTA FE DE MINAS	EMR	-	-	80	217	-	-	3	699	83	916
MG	SANTA HELENA DE MINAS	EMR	-	-	84	180	-	-	-	-	84	180
MG	SANTA MARIA DO SALTO	DMR	-	-	20	46	-	-	-	-	20	46
MG	SANTO ANTONIO DO JACINTO	DMR	-	-	69	145	-	-	1	29	70	174
MG	SANTO ANTONIO DO RETIRO	DMR	-	-	299	715	-	-	1	9	300	724
MG	SAO FRANCISCO	DMR	-	-	1.584	6.099	-	-	46	6.045	1.630	12.144
MG	SÃO GONÇALO DO RIO PRETO				13	33			-	-	13	33
MG	SAO JOAO DA LAGOA	EMR	-	-	330	1.010	-	-	2	193	332	1.203
MG	SAO JOAO DA PONTE	EMR	-	-	942	3.396	-	-	6	1.973	948	5.369
MG	SAO JOAO DAS MISSOES	DMR	-	-	194	643	-	-	1	101	195	744
MG	SAO JOAO DO PACUI	EMR	-	-	126	379	-	-	-	-	126	379
MG	SAO JOAO DO PARAISO	DMR	-	-	378	2.085	-	-	-	-	378	2.085
MG	SAO ROMAO	EMR	-	-	71	280	-	-	1	146	72	426
MG	SENADOR MODESTINO GONC	EMR	-	-	247	611	-	-	-	-	247	611
MG	SERRA DOS AIMORES	EMR	-	-	3	5	-	-	1	30	4	35
MG	SERRANOPOLIS DE MINAS	DMR	-	-	164	362	-	-	2	53	166	415
MG	SERRO	EMR	-	-	156	377	-	-	-	-	156	377
MG	SETUBINHA	EMR	-	-	350	1.053	-	-	2	472	352	1.525
MG	TAIOBEIRAS	DMR	-	-	116	256	-	-	5	3.537	121	3.793
MG	TEOFILO OTONI	EMR	-	-	624	1.389	-	-	10	668	634	2.057
MG	TURMALINA	DMR	4	26	101	234	-	-	1	715	106	975
MG	UBAI	EMR	-	-	479	1.368	-	-	8	535	487	1.903
MG	UMBURATIBA	EMR	-	-	37	95	-	-	-	-	37	95
MG	URUCUIA	DMR	25	276	366	1.130	-	-	6	3.515	397	4.921
MG	VARGEM GRANDE DO RIO PAI	DMR	-	-	124	303	-	-	-	-	124	303
MG	VARZEA DA PALMA	EMR	-	-	141	592	-	-	14	8.821	155	9.413
MG	VARZELANDIA	EMR	-	-	822	3.036	-	-	4	1.035	826	4.071

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MG	VERDELANDIA	EMR	20	249	187	423	-	-	12	2.875	219	3.547
MG	VEREDINHA	DMR	-	-	142	350	-	-	-	-	142	350
MG	VIRGEM DA LAPA	DMR	-	-	108	478	-	-	12	1.322	120	1.800
PB	AGUA BRANCA	DMR	-	-	217	456	-	-	-	-	217	456
PB	AGUIAR	BR	-	-	71	151	-	-	2	14	73	165
PB	ALAGOA GRANDE	BR	4	31	118	273	-	-	2	126	124	430
PB	ALAGOA NOVA	BR	1	13	234	528	-	-	1	12	236	553
PB	ALAGOINHA	BR	-	-	157	322	-	-	-	-	157	322
PB	ALCANTIL	DMR	-	-	130	309	-	-	-	-	130	309
PB	ALGODAO DE JANDAIRA	BR	-	-	111	238	-	-	-	-	111	238
PB	ALHANDRA	DMR	-	-	42	82	-	-	10	1.799	52	1.881
PB	AMPARO	DMR	-	-	58	132	-	-	-	-	58	132
PB	APARECIDA	EMR	-	-	143	320	-	-	11	188	154	508
PB	ARACAGI	BR	2	43	257	827	-	-	8	455	267	1.325
PB	ARARA	BR	-	-	133	292	-	-	3	148	136	440
PB	ARARUNA	BR	1	21	22	51	-	-	-	-	23	72
PB	AREIA	BR	4	86	155	312	-	-	1	84	160	482
PB	AREIA DE BARAUNAS	DMR	-	-	54	116	-	-	-	-	54	116
PB	AREIAL	EMR	-	-	163	362	-	-	-	-	163	362
PB	AROEIRAS	BR	-	-	176	401	-	-	-	-	176	401
PB	ASSUNCAO	DMR	-	-	31	65	-	-	-	-	31	65
PB	BAIA DA TRAICAO	BR	-	-	93	221	-	-	-	-	93	221
PB	BANANEIRAS	BR	5	86	362	839	-	-	4	66	371	991
PB	BARAUNA	BR	-	-	63	133	-	-	-	-	63	133
PB	BARRA DE SANTA ROSA	BR	5	96	147	315	-	-	1	127	153	538
PB	BARRA DE SANTANA	DMR	-	-	189	427	-	-	-	-	189	427
PB	BARRA DE SAO MIGUEL	DMR	5	107	249	575	-	-	1	22	255	704
PB	BAYEUX	AR	-	-	1	3	-	-	-	-	1	3
PB	BELEM	BR	-	-	289	785	-	-	1	33	290	818
PB	BELEM DO BREJO DO CRUZ	EMR	-	-	19	166	-	-	11	383	30	549
PB	BERNARDINO BATISTA	EMR	-	-	38	72	-	-	2	21	40	93
PB	BOA VENTURA	DMR	-	-	113	292	-	-	3	44	116	336
PB	BOA VISTA	EMR	-	-	48	135	-	-	-	-	48	135
PB	BOM JESUS	EMR	-	-	18	35	-	-	1	18	19	53
PB	BOM SUCESSO	EMR	5	108	216	520	-	-	7	46	228	674
PB	BONITO DE SANTA FE	EMR	-	-	61	191	-	-	2	29	63	220
PB	BOQUEIRAO	DMR	-	-	476	1.087	-	-	-	-	476	1.087
PB	BORBOREMA	BR	-	-	69	171	-	-	-	-	69	171
PB	BREJO DO CRUZ	EMR	-	-	254	530	-	-	19	335	273	865
PB	BREJO DOS SANTOS	EMR	1	22	208	453	-	-	4	29	213	504
PB	CAAPORA	DMR	5	48	13	27	1	180	5	588	24	843

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PB	CABACEIRAS	DMR	-	-	159	341	-	-	-	-	159	341
PB	CABEDELO	AR	-	-	10	38	-	-	-	-	10	38
PB	CACHOEIRA DOS INDIOS	EMR	-	-	220	471	-	-	4	227	224	698
PB	CACIMBA DE AREIA	DMR	-	-	101	375	-	-	2	57	103	432
PB	CACIMBA DE DENTRO	BR	-	-	177	378	-	-	-	-	177	378
PB	CACIMBAS	DMR	-	-	92	197	-	-	-	-	92	197
PB	CAICARA	BR	-	-	72	180	-	-	2	167	74	347
PB	CAJAZEIRAS	EMR	2	43	441	1.210	-	-	20	435	463	1.688
PB	CAJAZEIRINHAS	EMR	-	-	83	255	-	-	8	339	91	594
PB	CALDAS BRANDAO	BR	1	17	19	43	-	-	-	-	20	60
PB	CAMALAU	DMR	-	-	237	524	-	-	-	-	237	524
PB	CAMPINA GRANDE	EMR	-	-	246	524	-	-	-	-	246	524
PB	CAMPO DE SANTANA	BR	-	-	191	462	-	-	1	26	192	488
PB	CAPIM	BR	-	-	12	27	-	-	2	60	14	87
PB	CARAUBAS	DMR	-	-	54	149	-	-	1	6	55	155
PB	CARRAPATEIRA	EMR	-	-	76	161	-	-	-	-	76	161
PB	CASSERENGUE	BR	-	-	220	543	-	-	-	-	220	543
PB	CATINGUEIRA	BR	-	-	84	234	-	-	4	209	88	443
PB	CATOLE DO ROCHA	EMR	-	-	528	1.189	-	-	26	433	554	1.622
PB	CATURITE	DMR	-	-	193	467	-	-	-	-	193	467
PB	CONCEICAO	DMR	-	-	186	681	-	-	6	147	192	828
PB	CONDADO	EMR	-	-	130	264	-	-	6	98	136	362
PB	CONDE	AR	4	54	61	279	-	-	3	139	68	472
PB	CONGO	DMR	-	-	141	471	-	-	-	-	141	471
PB	COREMAS	BR	-	-	160	367	-	-	2	98	162	465
PB	COXIXOLA	DMR	5	99	33	75	-	-	-	-	38	174
PB	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	BR	3	55	94	324	-	-	-	-	97	379
PB	CUBATI	BR	-	-	133	309	-	-	-	-	133	309
PB	CUITE	BR	15	303	229	481	-	-	-	-	244	784
PB	CUITE DE MAMANGUAPE	BR	-	-	33	246	-	-	2	131	35	377
PB	CUITEGI	BR	-	-	92	182	-	-	2	710	94	892
PB	CURRAL DE CIMA	BR	-	-	89	216	-	-	1	10	90	226
PB	CURRAL VELHO	DMR	-	-	44	91	-	-	3	81	47	172
PB	DAMIAO	BR	-	-	159	354	-	-	-	-	159	354
PB	DESTERRO	DMR	-	-	257	608	-	-	1	292	258	900
PB	DIAMANTE	DMR	-	-	36	80	-	-	1	3	37	83
PB	DONA INES	BR	6	50	176	382	-	-	-	-	182	432
PB	DUAS ESTRADAS	BR	-	-	37	168	-	-	-	-	37	168
PB	EMAS	BR	-	-	19	56	-	-	7	144	26	200
PB	ESPERANCA	EMR	-	-	193	446	-	-	1	48	194	494
PB	FAGUNDES	EMR	-	-	67	131	-	-	1	26	68	157

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PB	FREI MARTINHO	BR	9	193	55	113	-	-	-	-	64	306
PB	GADO BRAVO	BR	-	-	393	1.058	-	-	-	-	393	1.058
PB	GUARABIRA	BR	-	-	243	605	-	-	8	1.019	251	1.624
PB	GURINHEM	BR	9	177	119	245	-	-	-	-	128	422
PB	GURJAO	DMR	-	-	39	91	-	-	1	30	40	121
PB	IBIARA	DMR	-	-	182	590	-	-	3	80	185	670
PB	IGARACY	BR	-	-	63	160	-	-	4	62	67	222
PB	IMACULADA	DMR	-	-	75	232	-	-	-	-	75	232
PB	INGA	BR	-	-	239	515	-	-	2	279	241	794
PB	ITABAIANA	BR	12	229	84	192	-	-	9	804	105	1.225
PB	ITAPORANGA	DMR	-	-	286	715	-	-	9	297	295	1.012
PB	ITAPOROROCA	BR	-	-	113	341	-	-	1	17	114	358
PB	ITATUBA	BR	-	-	95	324	-	-	5	838	100	1.162
PB	JACARAU	BR	1	7	121	268	-	-	2	186	124	461
PB	JERICO	EMR	-	-	127	284	-	-	6	45	133	329
PB	JOAO PESSOA	AR	-	-	9	19	-	-	1	49	10	68
PB	JUAREZ TAVORA	BR	-	-	167	337	-	-	-	-	167	337
PB	JUAZEIRINHO	BR	2	43	178	364	-	-	-	-	180	407
PB	JUNCO DO SERIDO	EMR	-	-	125	271	-	-	-	-	125	271
PB	JURIPIRANGA	BR	-	-	18	42	-	-	-	-	18	42
PB	JURU	DMR	-	-	92	218	-	-	-	-	92	218
PB	LAGOA	EMR	-	-	126	286	-	-	-	-	126	286
PB	LAGOA DE DENTRO	BR	-	-	74	208	-	-	1	27	75	235
PB	LAGOA SECA	EMR	-	-	234	588	-	-	-	-	234	588
PB	LASTRO	EMR	-	-	43	108	-	-	2	18	45	126
PB	LIVRAMENTO	DMR	-	-	339	758	-	-	-	-	339	758
PB	LOGRADOURO	BR	-	-	55	125	-	-	3	377	58	502
PB	LUCENA	AR	1	20	44	125	-	-	1	260	46	405
PB	MAE D'AGUA	DMR			13	30			-	-	13	30
PB	MALTA	EMR	-	-	68	201	-	-	5	224	73	425
PB	MAMANGUAPE	BR	3	65	160	558	-	-	3	679	166	1.302
PB	MANAIRA	DMR	-	-	95	232	-	-	-	-	95	232
PB	MARCACAO	BR	-	-	65	218	-	-	-	-	65	218
PB	MARI	BR	-	-	60	179	-	-	7	802	67	981
PB	MARIZOPOLIS	EMR	-	-	61	165	-	-	1	14	62	179
PB	MASSARANDUBA	EMR	-	-	114	258	-	-	1	117	115	375
PB	MATARACA	BR	-	-	31	63	1	10	-	-	32	73
PB	MATINHAS	BR	-	-	28	65	-	-	-	-	28	65
PB	MATO GROSSO	EMR	-	-	153	337	-	-	1	23	154	360
PB	MATUREIA	DMR	-	-	128	260	-	-	-	-	128	260
PB	MOGEIRO	BR	8	107	148	315	-	-	4	270	160	692

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PB	MONTADAS	EMR	-	-	117	268	-	-	-	-	117	268
PB	MONTE HOREBE	EMR	-	-	90	202	-	-	-	-	90	202
PB	MONTEIRO	DMR	-	-	606	1.712	-	-	5	94	611	1.806
PB	MULUNGU	BR	-	-	411	1.068	-	-	6	412	417	1.480
PB	NATUBA	BR	-	-	96	274	-	-	3	257	99	531
PB	NAZAREZINHO	EMR	-	-	483	1.289	-	-	14	104	497	1.393
PB	NOVA FLORESTA	BR	-	-	120	292	-	-	-	-	120	292
PB	NOVA OLINDA	BR	-	-	114	241	-	-	-	-	114	241
PB	NOVA PALMEIRA	BR	23	495	70	149	-	-	-	-	93	644
PB	OLHO D'AGUA	BR	-	-	257	582	-	-	6	153	263	735
PB	OLIVEDOS	BR	-	-	140	583	-	-	2	138	142	721
PB	OURO VELHO	DMR	-	-	132	304	-	-	2	200	134	504
PB	PARARI	DMR	-	-	65	149	-	-	4	296	69	445
PB	PASSAGEM	DMR	-	-	79	163	-	-	1	23	80	186
PB	PATOS	DMR	2	43	108	307	-	-	9	294	119	644
PB	PAULISTA	EMR	-	-	267	577	-	-	10	393	277	970
PB	PEDRA BRANCA	DMR	-	-	47	173	-	-	5	106	52	279
PB	PEDRA LAVRADA	BR	-	-	269	573	-	-	-	-	269	573
PB	PEDRAS DE FOGO	DMR	5	44	50	196	-	-	8	685	63	925
PB	PEDRO REGIS	BR	-	-	206	411	-	-	-	-	206	411
PB	PIANCO	BR	-	-	13	79	-	-	2	19	15	98
PB	PICUI	BR	13	280	274	568	-	-	-	-	287	848
PB	PILAR	BR	-	-	149	383	-	-	2	100	151	483
PB	PILOES	BR	-	-	116	229	-	-	-	-	116	229
PB	PILOEZINHOS	BR	-	-	84	170	-	-	2	49	86	219
PB	PIRPIRITUBA	BR	-	-	66	157	-	-	1	50	67	207
PB	PITIMBU	DMR	12	88	146	613	-	-	2	314	160	1.015
PB	POCINHOS	BR	16	310	356	936	-	-	5	1.428	377	2.674
PB	POCO DANTAS	EMR	-	-	151	323	-	-	-	-	151	323
PB	POCO DE JOSE DE MOURA	EMR	-	-	159	372	-	-	2	29	161	401
PB	POMBAL	EMR	-	-	227	593	2	24	16	587	245	1.204
PB	PRATA	AR	-	-	52	114	-	-	2	31	54	145
PB	PRINCESA ISABEL	DMR	-	-	45	225	-	-	-	-	45	225
PB	PUXINANA	EMR	-	-	63	162	-	-	-	-	63	162
PB	QUEIMADAS	EMR	-	-	110	231	-	-	-	-	110	231
PB	QUIXABA	DMR	-	-	64	146	-	-	2	63	66	209
PB	REMIGIO	BR	-	-	164	362	-	-	-	-	164	362
PB	RIACHAO	BR	-	-	36	94	-	-	-	-	36	94
PB	RIACHAO DO BACAMARTE	BR	-	-	58	123	-	-	-	-	58	123
PB	RIACHAO DO POCO	BR	-	-	130	303	-	-	-	-	130	303
PB	RIACHO DE SANTO ANTONIO	DMR	16	343	28	64	-	-	-	-	44	407

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PB	RIACHO DOS CAVALOS	EMR	-	-	764	1.665	-	-	8	131	772	1.796
PB	RIO TINTO	BR	-	-	179	544	-	-	3	4.817	182	5.361
PB	SALGADINHO	EMR	1	21	81	168	-	-	-	-	82	189
PB	SALGADO DE SAO FELIX	BR	5	86	109	310	-	-	2	173	116	569
PB	SANTA CECILIA DE UMBUZEIR	BR			8	47					8	47
PB	SANTA CRUZ	EMR	-	-	200	459	-	-	1	2	201	461
PB	SANTA HELENA	EMR	-	-	171	391	-	-	8	191	179	582
PB	SANTA INES	DMR	-	-	76	210	-	-	1	35	77	245
PB	SANTA LUZIA	EMR	-	-	155	340	-	-	5	143	160	483
PB	SANTA RITA	AR	-	-	84	611	-	-	5	518	89	1.129
PB	SANTA TERESINHA	DMR	1	9	108	228	-	-	4	174	113	411
PB	SANTANA DE MANGUEIRA	DMR	-	-	26	262	-	-	5	111	31	373
PB	SANTANA DOS GARROTES	BR	-	-	101	204	-	-	1	4	102	208
PB	SANTAREM	EMR	-	-	122	293	-	-	-	-	122	293
PB	SANTO ANDRE	DMR	-	-	88	235	-	-	-	-	88	235
PB	SAO BENTINHO	EMR	-	-	65	146	-	-	3	65	68	211
PB	SAO BENTO	EMR	-	-	381	760	-	-	17	352	398	1.112
PB	SAO DOMINGOS DE POMBAL	EMR	-	-	243	495	-	-	3	128	246	623
PB	SAO DOMINGOS DO CARIRI	DMR	-	-	102	200	-	-	-	-	102	200
PB	SAO FRANCISCO	EMR	-	-	146	374	-	-	4	131	150	505
PB	SAO JOAO DO CARIRI	DMR	-	-	110	235	-	-	1	200	111	435
PB	SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	EMR	-	-	358	919	-	-	11	400	369	1.319
PB	SAO JOAO DO TIGRE	DMR	-	-	44	99	-	-	-	-	44	99
PB	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	EMR	-	-	204	706	-	-	9	230	213	936
PB	SAO JOSE DE CAIANA	DMR	-	-	1	21	-	-	2	15	3	36
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	DMR	-	-	114	429	-	-	5	156	119	585
PB	SAO JOSE DE PIRANHAS	EMR	1	21	187	633	-	-	11	357	199	1.011
PB	SAO JOSE DE PRINCESA	DMR	-	-	21	200	-	-	-	-	21	200
PB	SAO JOSE DO BONFIM	DMR	-	-	57	124	-	-	5	115	62	239
PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRU	EMR	-	-	75	163	-	-	2	23	77	186
PB	SAO JOSE DO SABUGI	EMR	-	-	86	199	-	-	4	83	90	282
PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	DMR	-	-	201	506	-	-	2	260	203	766
PB	SAO JOSE DOS RAMOS	BR	2	42	90	198	-	-	-	-	92	240
PB	SAO MAMEDE	EMR	-	-	91	193	-	-	4	130	95	323
PB	SAO MIGUEL DE TAIPU	BR	3	38	3	7	1	107	3	257	10	409
PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DI	EMR	-	-	53	167	-	-	-	-	53	167
PB	SAO SEBASTIAO DO UMBUZEI	DMR	-	-	67	159	-	-	1	43	68	202
PB	SAPE	BR	2	27	114	340	-	-	9	2.573	125	2.940
PB	SERIDO	BR	-	-	91	204	-	-	-	-	91	204
PB	SERRA BRANCA	DMR	-	-	351	809	-	-	1	157	352	966
PB	SERRA DA RAIZ	BR	-	-	26	54	-	-	-	-	26	54

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PB	SERRA GRANDE	DMR	-	-	104	222	-	-	1	20	105	242
PB	SERRA REDONDA	EMR	-	-	160	363	-	-	-	-	160	363
PB	SERRARIA	BR	-	-	53	116	-	-	-	-	53	116
PB	SERTAOZINHO	BR	-	-	107	220	-	-	1	73	108	293
PB	SOBRADO	BR	-	-	58	341	-	-	-	-	58	341
PB	SOLANEA	BR	-	-	282	731	-	-	3	52	285	783
PB	SOLEDADE	BR	20	430	131	446	-	-	6	565	157	1.441
PB	SOSSEGO	BR	-	-	146	319	-	-	-	-	146	319
PB	SOUSA	EMR	10	198	709	1.554	-	-	29	1.115	748	2.867
PB	SUME	DMR	1	20	259	716	-	-	1	35	261	771
PB	TAPEROA	DMR	-	-	221	447	-	-	1	50	222	497
PB	TAVARES	DMR	-	-	22	61	-	-	-	-	22	61
PB	TEIXEIRA	DMR	-	-	130	313	-	-	1	33	131	346
PB	TENORIO	BR	-	-	72	160	-	-	-	-	72	160
PB	TRIUNFO	EMR	-	-	273	824	-	-	5	82	278	906
PB	UIRAUNA	EMR	-	-	533	1.138	-	-	12	119	545	1.257
PB	UMBUZEIRO	BR	-	-	35	106	-	-	3	306	38	412
PB	VARZEA	EMR	-	-	81	194	-	-	3	89	84	283
PB	VIEIROPOLIS	EMR	-	-	221	507	-	-	1	142	222	649
PB	VISTA SERRANA	EMR	-	-	48	105	-	-	-	-	48	105
PB	ZABELE	DMR	-	-	33	89	-	-	-	-	33	89
PE	ABREU E LIMA	AR	-	-	64	683	-	-	-	-	64	683
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	DMR	-	-	258	704	-	-	14	632	272	1.336
PE	AFRANIO	EMR	-	-	471	2.664	-	-	2	23	473	2.687
PE	AGRESTINA	BR	-	-	193	418	-	-	1	84	194	502
PE	AGUA PRETA	BR	-	-	200	451	-	-	4	841	204	1.292
PE	AGUAS BELAS	BR	29	622	316	1.008	-	-	9	427	354	2.057
PE	ALAGOINHA	EMR	-	-	71	512	-	-	16	316	87	828
PE	ALIANCA	EMR	5	102	478	1.776	-	-	15	1.248	498	3.126
PE	ALTINHO	BR	-	-	339	755	-	-	-	-	339	755
PE	AMARAJI	BR	4	22	431	3.469	-	-	-	-	435	3.491
PE	ANGELIM	EMR	-	-	56	131	-	-	-	-	56	131
PE	ARACOIABA	EMR	-	-	17	150	-	-	-	-	17	150
PE	ARARIPINA	DMR	-	-	1.915	4.960	-	-	46	1.625	1.961	6.585
PE	ARCOVERDE	EMR	2	43	120	746	-	-	5	199	127	988
PE	BARRA DE GUABIRABA	BR	-	-	116	248	-	-	1	105	117	353
PE	BARREIROS	BR	-	-	212	559	-	-	1	273	213	832
PE	BELEM DE MARIA	BR	-	-	42	91	-	-	-	-	42	91
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	DMR	-	-	603	2.595	-	-	7	675	610	3.270
PE	BELO JARDIM	EMR	-	-	133	692	-	-	11	1.391	144	2.083
PE	BETANIA	EMR	-	-	98	246	-	-	4	198	102	444

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PE	BEZERROS	EMR	-	-	535	1.206	-	-	7	571	542	1.777
PE	BODOCO	DMR	12	258	1.164	10.379	-	-	36	1.374	1.212	12.011
PE	BOM CONSELHO	EMR	7	151	677	1.670	-	-	45	1.402	729	3.223
PE	BOM JARDIM	BR	-	-	156	490	-	-	6	697	162	1.187
PE	BONITO	BR	-	-	484	1.071	-	-	2	204	486	1.275
PE	BREJAO	EMR	-	-	54	284	-	-	2	12	56	296
PE	BREJINHO	DMR	-	-	164	360	-	-	2	41	166	401
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	EMR	-	-	209	515	-	-	2	128	211	643
PE	BUENOS AIRES	EMR	-	-	216	496	-	-	2	17	218	513
PE	BUIQUE	BR	-	-	357	1.736	-	-	9	238	366	1.974
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	EMR	-	-	315	868	-	-	2	127	317	995
PE	CABROBO	EMR	-	-	744	1.650	-	-	2	281	746	1.931
PE	CACHOEIRINHA	EMR	-	-	477	1.322	-	-	-	-	477	1.322
PE	CAETES	EMR	-	-	723	1.652	-	-	5	77	728	1.729
PE	CALCADO	EMR	-	-	273	675	-	-	2	384	275	1.059
PE	CALUMBI	DMR	-	-	112	583	-	-	-	-	112	583
PE	CAMARAGIBE	AR	-	-	14	29	-	-	-	-	14	29
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	BR	-	-	59	136	-	-	2	69	61	205
PE	CAMUTANGA	EMR	-	-	83	199	-	-	1	74	84	273
PE	CANHOTINHO	EMR	-	-	109	244	-	-	4	281	113	525
PE	CAPOEIRAS	EMR	9	194	386	1.734	-	-	3	271	398	2.199
PE	CARNAIBA	DMR	-	-	598	1.620	-	-	10	605	608	2.225
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	DMR	-	-	469	2.492	-	-	3	49	472	2.541
PE	CARPINA	EMR	-	-	83	262	-	-	1	182	84	444
PE	CARUARU	EMR	-	-	555	1.230	-	-	4	328	559	1.558
PE	CASINHAS	EMR	-	-	90	196	-	-	-	-	90	196
PE	CATENDE	BR	-	-	34	67	-	-	-	-	34	67
PE	CEDRO	DMR	-	-	280	847	-	-	5	1.749	285	2.596
PE	CHA DE ALEGRIA	EMR	-	-	56	120	-	-	1	18	57	138
PE	CHA GRANDE	EMR	-	-	242	683	-	-	-	-	242	683
PE	CONDADO	EMR	-	-	34	147	-	-	9	202	43	349
PE	CORRENTES	EMR	-	-	366	1.042	-	-	-	-	366	1.042
PE	CORTES	BR	-	-	114	729	-	-	1	5	115	734
PE	CUMARU	BR	1	21	154	408	-	-	3	122	158	551
PE	CUPIRA	BR	-	-	20	63	-	-	-	-	20	63
PE	CUSTODIA	EMR	-	-	249	575	-	-	11	1.306	260	1.881
PE	DORMENTES	EMR	-	-	574	5.150	-	-	-	-	574	5.150
PE	ESCADA	BR	-	-	245	2.398	-	-	-	-	245	2.398
PE	EXU	DMR	8	172	752	6.128	-	-	32	1.700	792	8.000
PE	FEIRA NOVA	BR	-	-	197	436	-	-	3	177	200	613
PE	FERNANDO DE NORONHA	AR			5	11			-	-	5	11

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PE	FERREIROS	EMR	-	-	91	331	-	-	-	-	91	331
PE	FLORES	DMR	-	-	257	1.298	-	-	2	280	259	1.578
PE	FLORESTA	DMR	-	-	1.205	3.224	-	-	2	35	1.207	3.259
PE	FREI MIGUELINHO	EMR	-	-	197	469	-	-	7	960	204	1.429
PE	GAMELEIRA	BR	-	-	13	32	-	-	2	456	15	488
PE	GARANHUNS	EMR	8	69	478	1.200	-	-	8	12.029	494	13.298
PE	GLORIA DO GOITA	EMR	-	-	1.042	2.200	-	-	3	36	1.045	2.236
PE	GOIANA	EMR	-	-	399	2.224	-	-	5	307	404	2.531
PE	GRANITO	DMR	-	-	278	2.187	-	-	7	112	285	2.299
PE	GRAVATA	EMR	-	-	358	1.294	-	-	4	243	362	1.537
PE	IATI	EMR	15	322	168	834	-	-	9	279	192	1.435
PE	IBIMIRIM	EMR	10	215	223	2.892	-	-	10	217	243	3.324
PE	IBIRAJUBA	BR	-	-	187	589	-	-	-	-	187	589
PE	IGARASSU	EMR	-	-	124	648	1	15	2	150	127	813
PE	IGUARACI	DMR	8	171	172	431	-	-	3	150	183	752
PE	INAJA	EMR	-	-	175	581	-	-	23	634	198	1.215
PE	INGAZEIRA	DMR	-	-	75	187	-	-	4	79	79	266
PE	IPOJUCA	EMR	-	-	199	445	-	-	-	-	199	445
PE	IPUBI	DMR	-	-	529	1.485	-	-	4	200	533	1.685
PE	ITACURUBA	DMR	-	-	93	639	-	-	-	-	93	639
PE	ITAIBA	BR	-	-	334	1.087	-	-	5	283	339	1.370
PE	ITAMARACA	EMR	-	-	75	162	-	-	-	-	75	162
PE	ITAMBE	EMR	-	-	501	1.277	-	-	13	1.443	514	2.720
PE	ITAPETIM	DMR	-	-	61	737	-	-	2	23	63	760
PE	ITAPISSUMA	EMR	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2
PE	ITAQUITINGA	EMR	-	-	171	399	-	-	4	206	175	605
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	AR	-	-	10	23	-	-	-	-	10	23
PE	JAQUEIRA	BR	-	-	57	114	-	-	-	-	57	114
PE	JATAUBA	EMR	-	-	369	1.195	-	-	-	-	369	1.195
PE	JATOBA	DMR	-	-	4	8	-	-	1	11	5	19
PE	JOAO ALFREDO	BR	-	-	71	284	-	-	2	27	73	311
PE	JOAQUIM NABUCO	BR	-	-	5	45	-	-	-	-	5	45
PE	JUCATI	EMR	-	-	387	978	-	-	2	111	389	1.089
PE	JUPI	EMR	-	-	310	790	-	-	-	-	310	790
PE	JUREMA	EMR	-	-	30	61	-	-	-	-	30	61
PE	LAGOA DO CARRO	EMR	-	-	136	495	-	-	2	91	138	586
PE	LAGOA DO ITAENGA	EMR	-	-	168	382	-	-	1	16	169	398
PE	LAGOA DO OURO	EMR	-	-	403	1.228	-	-	2	474	405	1.702
PE	LAGOA DOS GATOS	BR	-	-	91	217	-	-	1	102	92	319
PE	LAGOA GRANDE	EMR	-	-	391	935	-	-	-	-	391	935
PE	LAJEDO	EMR	-	-	422	1.157	-	-	4	42	426	1.199

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PE	LIMOEIRO	BR	-	-	259	575	-	-	10	1.602	269	2.177
PE	MACAPARANA	EMR	-	-	161	665	-	-	13	648	174	1.313
PE	MACHADOS	BR	-	-	38	99	-	-	3	252	41	351
PE	MANARI	EMR	-	-	595	1.654	-	-	1	8	596	1.662
PE	MARAIAL	BR	-	-	89	215	-	-	-	-	89	215
PE	MIRANDIBA	DMR	-	-	197	543	-	-	2	88	199	631
PE	MOREILANDIA	DMR	-	-	406	923	-	-	1	158	407	1.081
PE	MORENO	AR	-	-	17	63	-	-	-	-	17	63
PE	NAZARE DA MATA	EMR	3	65	42	88	-	-	14	1.640	59	1.793
PE	OLINDA	AR	-	-	5	10	-	-	-	-	5	10
PE	OROBO	BR	-	-	349	742	-	-	2	110	351	852
PE	OROCO	EMR	7	150	298	729	-	-	2	100	307	979
PE	OURICURI	DMR	5	107	1.270	6.249	-	-	30	930	1.305	7.286
PE	PALMARES	BR	-	-	117	1.126	-	-	-	-	117	1.126
PE	PALMEIRINA	EMR	-	-	98	320	-	-	-	-	98	320
PE	PANELAS	BR	-	-	246	607	-	-	1	133	247	740
PE	PARANATAMA	EMR	-	-	588	1.508	-	-	-	-	588	1.508
PE	PARNAMIRIM	DMR	5	92	100	569	-	-	7	529	112	1.190
PE	PASSIRA	BR	1	21	22	55	-	-	4	358	27	434
PE	PAUDALHO	EMR	-	-	297	659	-	-	1	35	298	694
PE	PAULISTA	AR	-	-	8	17	-	-	-	-	8	17
PE	PEDRA	BR	-	-	532	2.099	-	-	13	821	545	2.920
PE	PESQUEIRA	EMR	16	343	431	1.281	-	-	15	1.182	462	2.806
PE	PETROLANDIA	DMR	-	-	236	1.211	2	20	5	445	243	1.676
PE	PETROLINA	EMR	11	237	996	2.611	-	-	98	43.624	1.105	46.472
PE	POCAO	EMR	-	-	250	629	-	-	6	253	256	882
PE	POMBOS	EMR	-	-	296	2.027	-	-	1	139	297	2.166
PE	PRIMAVERA	BR	-	-	182	978	-	-	-	-	182	978
PE	QUIPAPA	BR	-	-	34	64	-	-	1	954	35	1.018
PE	QUIXABA	DMR	-	-	201	630	-	-	5	184	206	814
PE	RECIFE	AR	-	-	2	5	-	-	1	19	3	24
PE	RIACHO DAS ALMAS	EMR	-	-	269	603	-	-	1	412	270	1.015
PE	RIBEIRAO	BR	-	-	290	924	-	-	5	1.221	295	2.145
PE	RIO FORMOSO	BR	-	-	182	2.618	-	-	-	-	182	2.618
PE	SAIRE	BR	-	-	296	767	-	-	4	51	300	818
PE	SALGADINHO	BR	-	-	11	32	-	-	-	-	11	32
PE	SALGUEIRO	DMR	6	129	419	1.167	-	-	6	248	431	1.544
PE	SALOA	EMR	-	-	258	887	-	-	1	35	259	922
PE	SANHARO	EMR	-	-	87	373	-	-	28	760	115	1.133
PE	SANTA CRUZ	DMR	35	727	742	3.499	-	-	8	409	785	4.635
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	DMR	-	-	278	615	-	-	-	-	278	615

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	EMR	-	-	88	241	-	-	1	115	89	356
PE	SANTA FILOMENA	DMR	4	86	700	2.404	-	-	6	117	710	2.607
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	EMR	17	224	83	212	-	-	4	215	104	651
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	EMR	-	-	105	215	-	-	2	54	107	269
PE	SANTA TEREZINHA	DMR	6	120	115	347	-	-	-	-	121	467
PE	SAO BENEDITO DO SUL	BR	-	-	9	17	-	-	-	-	9	17
PE	SAO BENTO DO UNA	EMR	-	-	434	1.652	-	-	16	4.807	450	6.459
PE	SAO CAITANO	EMR	-	-	255	861	-	-	2	121	257	982
PE	SAO JOAO	EMR	-	-	7	88	-	-	1	20	8	108
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	BR	-	-	325	719	-	-	2	121	327	840
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDI	BR	-	-	102	228	-	-	-	-	102	228
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	DMR	13	279	456	1.193	-	-	4	168	473	1.640
PE	SAO JOSE DO EGITO	DMR	-	-	193	760	-	-	63	1.962	256	2.722
PE	SAO LOURENCO DA MATA	AR	-	-	77	162	-	-	-	-	77	162
PE	SAO VICENTE FERRER	BR	-	-	301	1.732	-	-	11	614	312	2.346
PE	SERRA TALHADA	DMR	6	128	588	1.897	-	-	10	285	604	2.310
PE	SERRITA	DMR	30	644	565	1.471	-	-	2	130	597	2.245
PE	SERTANIA	EMR	13	250	156	355	-	-	13	892	182	1.497
PE	SIRINHAEM	BR	-	-	183	899	-	-	-	-	183	899
PE	SOLIDAO	DMR	-	-	74	181	-	-	1	14	75	195
PE	SURUBIM	EMR	-	-	707	1.626	-	-	11	624	718	2.250
PE	TABIRA	DMR	-	-	544	1.382	-	-	-	-	544	1.382
PE	TACAIMBO	EMR	-	-	193	584	-	-	-	-	193	584
PE	TACARATU	DMR	11	230	429	1.029	-	-	8	112	448	1.371
PE	TAMANDARE	BR	-	-	94	1.534	-	-	-	-	94	1.534
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	EMR	-	-	163	394	-	-	3	78	166	472
PE	TEREZINHA	EMR	-	-	227	583	-	-	1	13	228	596
PE	TERRA NOVA	EMR	-	-	96	197	-	-	-	-	96	197
PE	TIMBAUBA	EMR	-	-	161	381	-	-	11	961	172	1.342
PE	TRACUNHAEM	EMR	-	-	48	112	-	-	2	106	50	218
PE	TRINDADE	DMR	-	-	242	568	-	-	1	6	243	574
PE	TRIUNFO	DMR	-	-	116	241	-	-	-	-	116	241
PE	TUPANATINGA	BR	-	-	191	1.131	-	-	1	12	192	1.143
PE	TUPARETAMA	DMR	6	96	-	-	-	-	10	352	16	448
PE	VENTUROSA	BR	-	-	258	1.691	-	-	4	101	262	1.792
PE	VERDEJANTE	DMR	-	-	333	783	-	-	2	199	335	982
PE	VERTENTE DO LERIO	EMR	-	-	79	171	-	-	2	55	81	226
PE	VERTENTES	EMR	-	-	183	400	-	-	8	321	191	721
PE	VICENCIA	EMR	-	-	196	798	-	-	15	890	211	1.688
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	EMR	-	-	426	1.786	-	-	7	533	433	2.319
PE	XEXEU	BR	-	-	9	18	-	-	-	-	9	18

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	ACAUA	DMR	-	-	268	617	-	-	-	-	268	617
PI	AGRICOLANDIA	BR	-	-	162	397	-	-	9	113	171	510
PI	AGUA BRANCA	BR	-	-	111	245	-	-	4	214	115	459
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	DMR	5	91	47	115	-	-	2	29	54	235
PI	ALEGRETE DO PIAUI	DMR	6	129	22	42	-	-	2	61	30	232
PI	ALTO LONGA	DMR	22	429	371	821	-	-	3	119	396	1.369
PI	ALTOS	EMR	3	64	478	1.245	-	-	12	461	493	1.770
PI	ALVORADA DO GURGUEIA	DMR	-	-	190	451	-	-	-	-	190	451
PI	AMARANTE	BR	-	-	723	1.596	1	16	2	33	726	1.645
PI	ANGICAL DO PIAUI	BR	13	279	107	235	-	-	-	-	120	514
PI	ANISIO DE ABREU	DMR	-	-	142	290	-	-	-	-	142	290
PI	ANTONIO ALMEIDA	DMR	-	-	43	98	-	-	2	1.540	45	1.638
PI	AROAZES	BR	3	64	168	457	-	-	2	38	173	559
PI	AROEIRAS DO ITAIM	EMR	-	-	115	250	-	-	-	-	115	250
PI	ARRAIAL	BR	-	-	137	291	-	-	-	-	137	291
PI	ASSUNCAO DO PIAUI	DMR			12	29					12	29
PI	AVELINO LOPES	DMR	-	-	163	351	-	-	-	-	163	351
PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	DMR	-	-	153	764	-	-	15	32.018	168	32.782
PI	BARRA D'ALCANTARA	BR	-	-	72	285	-	-	2	16	74	301
PI	BARRAS	DMR	-	-	113	278	-	-	3	1.558	116	1.836
PI	BARREIRAS DO PIAUI	DMR	-	-	77	279	-	-	11	8.491	88	8.770
PI	BARRO DURO	BR	-	-	118	364	-	-	1	102	119	466
PI	BATALHA	DMR	1	22	391	951	-	-	2	40	394	1.013
PI	BELA VISTA DO PIAUI	DMR	-	-	68	148	-	-	2	28	70	176
PI	BELEM DO PIAUI	DMR	-	-	97	234	-	-	1	27	98	261
PI	BENEDITINOS	EMR	-	-	72	138	-	-	-	-	72	138
PI	BERTOLINIA	DMR	-	-	56	208	-	-	2	20	58	228
PI	BETANIA DO PIAUI	DMR	-	-	157	564	-	-	4	84	161	648
PI	BOA HORA	DMR	-	-	257	523	-	-	-	-	257	523
PI	BOCAINA	EMR	3	56	44	155	-	-	7	114	54	325
PI	BOM JESUS	DMR	-	-	239	541	-	-	13	6.598	252	7.139
PI	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	EMR	-	-	8	17	-	-	-	-	8	17
PI	BONFIM DO PIAUI	DMR	-	-	95	206	-	-	-	-	95	206
PI	BOQUEIRAO DO PIAUI	DMR	-	-	144	291	-	-	-	-	144	291
PI	BRASILEIRA	DMR	-	-	164	356	-	-	1	26	165	382
PI	BREJO DO PIAUI	DMR	6	129	57	143	-	-	2	21	65	293
PI	BURITI DOS LOPES	EMR	-	-	207	487	-	-	-	-	207	487
PI	BURITI DOS MONTES	DMR	-	-	193	492	-	-	-	-	193	492
PI	CABECEIRAS DO PIAUI	DMR	-	-	402	1.264	-	-	-	-	402	1.264
PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	EMR	-	-	153	464	-	-	4	60	157	524
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	EMR	-	-	46	96	-	-	-	-	46	96

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	CALDEIRAO GRANDE DO PIAU	DMR	-	-	324	1.051	-	-	17	521	341	1.572
PI	CAMPINAS DO PIAUI	DMR	10	215	380	1.086	-	-	12	131	402	1.432
PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	DMR	11	236	180	509	-	-	-	-	191	745
PI	CAMPO GRANDE DO PIAUI	DMR	2	40	192	437	-	-	12	147	206	624
PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	DMR	-	-	183	413	-	-	-	-	183	413
PI	CAMPO MAIOR	DMR	10	214	670	1.358	-	-	2	176	682	1.748
PI	CANAVIEIRA	EMR	27	579	82	284	-	-	1	9	110	872
PI	CANTO DO BURITI	DMR	-	-	217	501	-	-	2	26	219	527
PI	CAPITAO DE CAMPOS	DMR	7	150	99	210	-	-	1	131	107	491
PI	CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	DMR	-	-	162	428	-	-	6	110	168	538
PI	CARACOL	DMR	-	-	91	175	-	-	1	47	92	222
PI	CARAUBAS DO PIAUI	EMR	-	-	11	52	-	-	2	53	13	105
PI	CARIDADE DO PIAUI	DMR	-	-	12	85	-	-	4	106	16	191
PI	CASTELO DO PIAUI	DMR	-	-	216	750	-	-	-	-	216	750
PI	CAXINGO	EMR	-	-	6	11	-	-	-	-	6	11
PI	COCAL	EMR	-	-	449	994	-	-	7	72	456	1.066
PI	COCAL DE TELHA	DMR	-	-	114	203	-	-	-	-	114	203
PI	COCAL DOS ALVES	EMR	-	-	134	282	-	-	-	-	134	282
PI	COIVARAS	EMR	7	150	110	227	-	-	5	191	122	568
PI	COLONIA DO GURGUEIA	DMR	-	-	59	240	-	-	-	-	59	240
PI	COLONIA DO PIAUI	EMR	2	43	132	479	-	-	9	177	143	699
PI	CONCEICAO DO CANINDE	DMR	-	-	67	161	-	-	-	-	67	161
PI	CORONEL JOSE DIAS	DMR	-	-	146	326	-	-	-	-	146	326
PI	CORRENTE	DMR	-	-	335	1.055	-	-	19	3.511	354	4.566
PI	CRISTALANDIA DO PIAUI	DMR	-	-	44	196	-	-	5	154	49	350
PI	CRISTINO CASTRO	DMR	12	257	176	374	-	-	2	141	190	772
PI	CURIMATA	DMR	-	-	128	650	-	-	-	-	128	650
PI	CURRAIS	DMR	-	-	189	470	-	-	1	2.597	190	3.067
PI	CURRAL NOVO DO PIAUI	DMR	-	-	148	318	-	-	5	200	153	518
PI	CURRALINHOS	EMR	11	215	19	42	-	-	-	-	30	257
PI	DEMERVAL LOBAO	EMR	4	86	72	152	-	-	-	-	76	238
PI	DIRCEU ARCOVERDE	DMR	-	-	35	83	-	-	-	-	35	83
PI	DOM EXPEDITO LOPES	EMR	5	103	191	382	-	-	-	-	196	485
PI	DOM INOCENCIO	DMR	-	-	265	1.390	-	-	5	90	270	1.480
PI	DOMINGOS MOURAO	DMR	1	17	126	324	-	-	1	4	128	345
PI	ELESBAO VELOSO	BR	8	172	134	333	-	-	1	5	143	510
PI	ELISEU MARTINS	DMR	-	-	119	247	-	-	-	-	119	247
PI	ESPERANTINA	DMR	-	-	695	1.526	-	-	8	476	703	2.002
PI	FARTURA DO PIAUI	DMR	-	-	20	45	-	-	-	-	20	45
PI	FLORES DO PIAUI	EMR	-	-	65	249	-	-	-	-	65	249
PI	FLORESTA DO PIAUI	DMR	10	214	55	149	-	-	1	5	66	368

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	FLORIANO	EMR	4	86	69	303	-	-	5	499	78	888
PI	FRANCINOPOLIS	BR	-	-	65	282	-	-	1	49	66	331
PI	FRANCISCO AYRES	BR	-	-	132	289	-	-	2	51	134	340
PI	FRANCISCO MACEDO	DMR	-	-	69	135	-	-	1	20	70	155
PI	FRANCISCO SANTOS	DMR	20	415	107	266	-	-	9	140	136	821
PI	FRONTEIRAS	DMR	-	-	228	504	-	-	14	497	242	1.001
PI	GEMINIANO	EMR	13	256	90	194	-	-	3	30	106	480
PI	GILBUES	DMR	1	21	185	496	-	-	9	16.470	195	16.987
PI	GUADALUPE	EMR	-	-	8	120	-	-	6	602	14	722
PI	GUARIBAS	DMR	-	-	260	528	-	-	-	-	260	528
PI	HUGO NAPOLEAO	BR	-	-	34	73	-	-	3	31	37	104
PI	ILHA GRANDE	EMR	-	-	74	150	-	-	-	-	74	150
PI	INHUMA	BR	2	43	584	1.504	-	-	2	20	588	1.567
PI	IPIRANGA DO PIAUI	EMR	10	211	265	604	-	-	1	4	276	819
PI	ISAIAS COELHO	DMR	2	43	181	516	-	-	2	53	185	612
PI	ITAINOPOLIS	DMR	3	64	230	930	-	-	7	165	240	1.159
PI	ITAUEIRA	EMR	6	129	97	263	-	-	1	22	104	414
PI	JACOBINA DO PIAUI	DMR	-	-	244	781	-	-	7	132	251	913
PI	JAICOS	DMR	6	120	52	107	-	-	6	131	64	358
PI	JARDIM DO MULATO	BR	15	322	179	363	-	-	-	-	194	685
PI	JATOBA DO PIAUI	DMR	-	-	244	513	-	-	-	-	244	513
PI	JERUMENHA	EMR	36	764	116	268	-	-	3	140	155	1.172
PI	JOAO COSTA	DMR	-	-	253	760	-	-	-	-	253	760
PI	JOAQUIM PIRES	DMR	11	236	344	769	-	-	4	172	359	1.177
PI	JOCA MARQUES	DMR	-	-	79	158	-	-	1	22	80	180
PI	JOSE DE FREITAS	EMR	3	64	163	448	3	92	2	38	171	642
PI	JUAZEIRO DO PIAUI	DMR	-	-	119	270	1	51	-	-	120	321
PI	JULIO BORGES	DMR	-	-	248	1.193	-	-	2	31	250	1.224
PI	JUREMA	DMR	-	-	86	203	-	-	-	-	86	203
PI	LAGOA ALEGRE	EMR	-	-	133	277	-	-	4	122	137	399
PI	LAGOA DE SAO FRANCISCO	DMR	-	-	69	145	-	-	-	-	69	145
PI	LAGOA DO BARRO DO PIAUI	DMR	-	-	107	307	-	-	8	169	115	476
PI	LAGOA DO PIAUI	EMR	-	-	48	92	-	-	-	-	48	92
PI	LAGOA DO SITIO	BR	14	297	336	772	-	-	4	24	354	1.093
PI	LAGOINHA DO PIAUI	BR	-	-	35	72	-	-	1	14	36	86
PI	LANDRI SALES	DMR	-	-	3	6	-	-	-	-	3	6
PI	LUIS CORREIA	EMR	-	-	255	531	1	130	2	42	258	703
PI	LUZILANDIA	DMR	-	-	470	989	-	-	4	181	474	1.170
PI	MADEIRO	DMR	-	-	118	259	-	-	-	-	118	259
PI	MANOEL EMIDIO	DMR	-	-	97	268	-	-	-	-	97	268
PI	MARCOLANDIA	DMR	-	-	51	289	-	-	2	182	53	471

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	MARCOS PARENTE	DMR			2	4			1	25	3	29
PI	MASSAPE DO PIAUI	DMR	-	-	95	193	-	-	4	68	99	261
PI	MATIAS OLIMPIO	DMR	-	-	323	673	-	-	1	10	324	683
PI	MIGUEL ALVES	DMR	-	-	70	233	-	-	7	419	77	652
PI	MIGUEL LEAO	EMR	-	-	13	28	-	-	3	51	16	79
PI	MILTON BRANDAO	DMR	8	99	131	276	-	-	1	23	140	398
PI	MONSENHOR GIL	EMR	3	62	22	140	-	-	2	20	27	222
PI	MONSENHOR HIPOLITO	DMR	17	359	185	422	-	-	3	83	205	864
PI	MONTE ALEGRE DO PIAUI	DMR	-	-	206	585	-	-	21	33.633	227	34.218
PI	MORRO CABECA NO TEMPO	DMR	-	-	34	78	-	-	-	-	34	78
PI	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	DMR	-	-	221	475	-	-	2	70	223	545
PI	MURICI DOS PORTELAS	EMR	-	-	54	214	-	-	2	186	56	400
PI	NAZARE DO PIAUI	EMR	3	63	297	657	-	-	-	-	300	720
PI	NAZARIA	EMR			63	135			-	-	63	135
PI	NOSSA SENHORA DE NAZARE	DMR	-	-	189	383	-	-	-	-	189	383
PI	NOSSA SENHORA DOS REMEI	DMR	-	-	123	256	-	-	-	-	123	256
PI	NOVA SANTA RITA	DMR	19	408	248	701	-	-	6	113	273	1.222
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	BR	4	86	193	595	-	-	6	91	203	772
PI	NOVO SANTO ANTONIO	DMR	-	-	119	250	-	-	-	-	119	250
PI	OEIRAS	EMR	37	794	409	1.626	-	-	34	627	480	3.047
PI	OLHO D'AGUA DO PIAUI	BR	-	-	96	242	-	-	3	324	99	566
PI	PADRE MARCOS	DMR	-	-	114	285	-	-	-	-	114	285
PI	PAES LANDIM	DMR	-	-	23	244	-	-	2	48	25	292
PI	PAJEU DO PIAUI	DMR	-	-	17	38	-	-	-	-	17	38
PI	PALMEIRA DO PIAUI	DMR	-	-	200	606	-	-	7	12.036	207	12.642
PI	PALMEIRAIS	BR	-	-	264	744	3	111	9	350	276	1.205
PI	PAQUETA	EMR	3	64	173	463	-	-	7	246	183	773
PI	PARNAGUA	DMR	-	-	113	893	-	-	6	869	119	1.762
PI	PARNAIBA	EMR	-	-	133	371	-	-	15	1.311	148	1.682
PI	PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	BR	7	129	204	444	-	-	1	57	212	630
PI	PATOS DO PIAUI	DMR	3	64	69	162	-	-	-	-	72	226
PI	PAU D´ARCO DO PIAUÍ	EMR	-	-	156	361	-	-	2	72	158	433
PI	PAULISTANA	DMR	3	63	241	796	-	-	9	149	253	1.008
PI	PAVUSSU	EMR	-	-	84	186	-	-	-	-	84	186
PI	PEDRO II	DMR	-	-	407	887	-	-	4	310	411	1.197
PI	PEDRO LAURENTINO	DMR	6	129	68	222	-	-	-	-	74	351
PI	PICOS	EMR	15	309	504	1.232	-	-	28	555	547	2.096
PI	PIMENTEIRAS	BR	-	-	339	718	-	-	-	-	339	718
PI	PIO IX	DMR	7	147	177	1.109	-	-	34	628	218	1.884
PI	PIRACURUCA	EMR	18	340	476	1.067	1	117	2	82	497	1.606
PI	PIRIPIRI	DMR	23	425	339	740	-	-	8	181	370	1.346

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	PORTO	DMR	-	-	52	110	-	-	-	-	52	110
PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	DMR	-	-	9	16	-	-	-	-	9	16
PI	PRATA DO PIAUI	BR	-	-	44	133	-	-	-	-	44	133
PI	QUEIMADA NOVA	DMR	-	-	197	754	-	-	6	110	203	864
PI	REDENCAO DO GURGUEIA	DMR	-	-	92	241	-	-	3	411	95	652
PI	REGENERACAO	BR	-	-	212	473	-	-	3	64	215	537
PI	RIACHO FRIO	DMR	-	-	103	314	-	-	-	-	103	314
PI	RIBEIRA DO PIAUI	DMR	-	-	62	133	-	-	-	-	62	133
PI	RIBEIRO GONCALVES	DMR	1	21	102	484	-	-	10	13.374	113	13.879
PI	RIO GRANDE DO PIAUI	EMR	2	43	90	268	-	-	-	-	92	311
PI	SANTA CRUZ DO PIAUI	EMR	47	982	26	94	-	-	3	16	76	1.092
PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	BR	-	-	85	198	-	-	2	20	87	218
PI	SANTA FILOMENA	DMR	-	-	57	819	-	-	7	8.982	64	9.801
PI	SANTA LUZ	DMR	-	-	156	356	-	-	5	455	161	811
PI	SANTA ROSA DO PIAUI	EMR	-	-	238	598	-	-	7	82	245	680
PI	SANTANA DO PIAUI	EMR	3	62	55	147	-	-	2	13	60	222
PI	SANTO ANTONIO DE LISBOA	DMR	-	-	183	480	-	-	2	75	185	555
PI	SANTO ANTONIO DOS MILAGR	BR	-	-	12	25	-	-	1	20	13	45
PI	SANTO INACIO DO PIAUI	DMR	2	43	88	281	-	-	9	130	99	454
PI	SAO BRAZ DO PIAUI	DMR	-	-	79	181	-	-	-	-	79	181
PI	SAO FELIX DO PIAUI	BR	-	-	69	383	-	-	3	72	72	455
PI	SAO FRANCISCO DE ASSIS DO	DMR	-	-	176	381	-	-	1	30	177	411
PI	SAO FRANCISCO DO PIAUI	EMR	2	43	259	810	-	-	6	110	267	963
PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	DMR	-	-	87	231	-	-	-	-	87	231
PI	SAO GONCALO DO PIAUI	BR	-	-	60	140	-	-	3	61	63	201
PI	SAO JOAO DA CANABRAVA	EMR	-	-	120	315	-	-	2	50	122	365
PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	EMR	-	-	235	509	-	-	-	-	235	509
PI	SAO JOAO DA SERRA	DMR	-	-	144	316	-	-	-	-	144	316
PI	SAO JOAO DA VARJOTA	EMR	-	-	153	472	-	-	2	20	155	492
PI	SAO JOAO DO ARRAIAL	DMR	-	-	294	590	-	-	-	-	294	590
PI	SAO JOAO DO PIAUI	DMR	7	96	73	269	-	-	3	71	83	436
PI	SAO JOSE DO DIVINO	EMR	-	-	263	550	-	-	5	92	268	642
PI	SAO JOSE DO PEIXE	EMR	-	-	130	286	-	-	4	32	134	318
PI	SAO JOSE DO PIAUI	EMR	2	43	217	498	-	-	1	13	220	554
PI	SAO JULIAO	DMR	-	-	35	92	-	-	4	72	39	164
PI	SAO LOURENCO DO PIAUI	DMR	-	-	195	450	-	-	-	-	195	450
PI	SAO LUIS DO PIAUI	EMR	1	22	207	507	-	-	2	27	210	556
PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRAND	BR	-	-	23	51	-	-	5	449	28	500
PI	SAO MIGUEL DO FIDALGO	EMR	20	430	90	396	-	-	13	163	123	989
PI	SAO MIGUEL DO TAPUIO	DMR	29	622	273	700	1	81	1	367	304	1.770
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	BR	-	-	193	492	-	-	7	114	200	606

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	SAO RAIMUNDO NONATO	DMR	-	-	225	534	-	-	2	34	227	568
PI	SEBASTIAO BARROS	DMR	-	-	69	341	-	-	2	88	71	429
PI	SEBASTIAO LEAL	DMR	-	-	119	363	-	-	7	18.324	126	18.687
PI	SIGEFREDO PACHECO	DMR	46	985	490	1.187	-	-	-	-	536	2.172
PI	SIMOES	DMR	-	-	768	1.980	-	-	9	179	777	2.159
PI	SIMPLICIO MENDES	DMR	12	258	174	492	-	-	4	83	190	833
PI	SOCORRO DO PIAUI	DMR	-	-	88	226	-	-	2	16	90	242
PI	SUSSUAPARA	EMR	-	-	132	526	-	-	5	98	137	624
PI	TAMBORIL DO PIAUI	DMR	-	-	18	37	-	-	-	-	18	37
PI	TANQUE DO PIAUI	EMR	-	-	91	202	-	-	6	102	97	304
PI	TERESINA	EMR	-	-	364	834	4	154	19	1.047	387	2.035
PI	UNIAO	EMR	-	-	76	153	-	-	3	1.220	79	1.373
PI	URUCUI	DMR	6	129	175	973	-	-	34	61.388	215	62.490
PI	VALENCA DO PIAUI	BR	9	193	306	686	-	-	8	204	323	1.083
PI	VARZEA BRANCA	DMR	-	-	88	185	-	-	-	-	88	185
PI	VARZEA GRANDE	BR	-	-	98	240	-	-	-	-	98	240
PI	VERA MENDES	DMR	1	21	234	649	-	-	-	-	235	670
PI	VILA NOVA DO PIAUI	DMR	1	22	62	141	-	-	5	64	68	227
PI	WALL FERRAZ	EMR	21	441	4	30	-	-	1	6	26	477
RN	ACARI	DMR	-	-	20	57	-	-	10	350	30	407
RN	AFONSO BEZERRA	DMR	15	299	153	410	-	-	4	7.387	172	8.096
RN	AGUA NOVA	DMR	-	-	69	165	-	-	-	-	69	165
RN	ALEXANDRIA	DMR	-	-	349	944	-	-	8	309	357	1.253
RN	ALMINO AFONSO	DMR	-	-	83	185	-	-	1	6	84	191
RN	ALTO DO RODRIGUES	DMR	-	-	74	377	-	-	13	631	87	1.008
RN	ANGICOS	DMR	8	150	59	152	-	-	13	563	80	865
RN	ANTONIO MARTINS	DMR	-	-	331	783	-	-	3	84	334	867
RN	APODI	DMR	40	764	734	2.006	-	-	6	323	780	3.093
RN	AREIA BRANCA	EMR	-	-	22	161	-	-	-	-	22	161
RN	ARES	DMR	-	-	35	76	1	161	-	-	36	237
RN	ASSU	DMR	69	571	162	585	-	-	17	981	248	2.137
RN	BAIA FORMOSA	DMR	-	-	32	73	-	-	-	-	32	73
RN	BARAUNA	EMR	1	151	204	1.113	-	-	4	281	209	1.545
RN	BARCELONA	DMR	-	-	32	68	-	-	-	-	32	68
RN	BENTO FERNANDES	BR	-	-	37	88	-	-	2	49	39	137
RN	BOA SAUDE	DMR	1	18	62	257	-	-	5	188	68	463
RN	BODO	DMR	-	-	69	149	-	-	2	102	71	251
RN	BOM JESUS	DMR	-	-	90	286	-	-	4	513	94	799
RN	BREJINHO	DMR	-	-	13	162	-	-	6	179	19	341
RN	CAICARA DO NORTE	DMR	-	-	26	52	-	-	-	-	26	52
RN	CAICARA DO RIO DO VENTO	DMR	-	-	45	103	-	-	2	66	47	169

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
RN	CAICO	EMR	-	-	189	649	-	-	49	1.752	238	2.401
RN	CAMPO GRANDE	DMR	-	-	681	2.200	-	-	4	157	685	2.357
RN	CAMPO REDONDO	DMR	5	62	373	1.239	-	-	2	111	380	1.412
RN	CANGUARETAMA	DMR	-	-	43	107	-	-	-	-	43	107
RN	CARAUBAS	DMR	3	65	288	891	-	-	12	346	303	1.302
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	DMR	-	-	168	498	-	-	14	344	182	842
RN	CARNAUBAIS	DMR	-	-	155	432	-	-	7	117	162	549
RN	CEARA-MIRIM	DMR	7	129	52	280	-	-	6	2.612	65	3.021
RN	CERRO CORA	DMR	1	21	228	740	-	-	1	11	230	772
RN	CORONEL EZEQUIEL	DMR	-	-	205	457	-	-	1	174	206	631
RN	CORONEL JOAO PESSOA	DMR	-	-	101	215	-	-	1	17	102	232
RN	CRUZETA	DMR	-	-	67	252	-	-	15	416	82	668
RN	CURRAIS NOVOS	DMR	31	665	135	327	-	-	25	778	191	1.770
RN	DOUTOR SEVERIANO	DMR	-	-	116	486	-	-	-	-	116	486
RN	ENCANTO	DMR	-	-	117	302	-	-	3	125	120	427
RN	EQUADOR	DMR	-	-	91	183	-	-	2	27	93	210
RN	ESPIRITO SANTO	DMR	-	-	106	270	-	-	3	120	109	390
RN	EXTREMOZ	AR	-	-	106	242	-	-	-	-	106	242
RN	FELIPE GUERRA	DMR	5	103	191	437	-	-	-	-	196	540
RN	FERNANDO PEDROZA	DMR	-	-	17	60	-	-	-	-	17	60
RN	FLORANIA	DMR	-	-	195	491	-	-	8	512	203	1.003
RN	FRANCISCO DANTAS	DMR	-	-	30	114	-	-	1	10	31	124
RN	FRUTUOSO GOMES	DMR	-	-	100	213	-	-	-	-	100	213
RN	GALINHOS	DMR	-	-	2	91	-	-	2	20	4	111
RN	GOIANINHA	DMR	-	-	38	75	-	-	1	20	39	95
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROS	DMR	-	-	129	368	-	-	3	152	132	520
RN	GROSSOS	EMR	-	-	43	148	-	-	2	47	45	195
RN	GUAMARE	DMR	-	-	18	226	-	-	3	66	21	292
RN	IELMO MARINHO	DMR	47	933	74	276	-	-	4	157	125	1.366
RN	IPANGUACU	DMR	8	150	78	239	-	-	4	126	90	515
RN	IPUEIRA	EMR	-	-	36	78	-	-	1	40	37	118
RN	ITAJA	DMR	5	86	64	367	-	-	-	-	69	453
RN	ITAU	DMR	-	-	57	142	-	-	3	63	60	205
RN	JACANA	DMR	-	-	191	418	-	-	-	-	191	418
RN	JANDAIRA	BR	-	-	8	50	-	-	7	207	15	257
RN	JANDUIS	DMR	-	-	108	317	-	-	7	358	115	675
RN	JAPI	DMR	6	79	94	238	-	-	1	9	101	326
RN	JARDIM DE ANGICOS	DMR	20	407	105	252	-	-	1	10	126	669
RN	JARDIM DE PIRANHAS	EMR	5	64	232	548	-	-	33	1.993	270	2.605
RN	JARDIM DO SERIDO	DMR	1	21	299	801	-	-	35	890	335	1.712
RN	JOAO CAMARA	BR	-	-	232	496	-	-	1	71	233	567

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
RN	JOAO DIAS	DMR	-	-	113	237	-	-	2	161	115	398
RN	JOSE DA PENHA	DMR	-	-	177	440	-	-	3	48	180	488
RN	JUCURUTU	DMR	8	170	562	1.423	-	-	21	537	591	2.130
RN	JUNDIÁ	DMR	-	-	110	397	-	-	-	-	110	397
RN	LAGOA D'ANTA	DMR	-	-	140	303	-	-	4	152	144	455
RN	LAGOA DE PEDRAS	DMR	3	64	252	641	-	-	2	19	257	724
RN	LAGOA DE VELHOS	DMR	-	-	19	55	-	-	1	167	20	222
RN	LAGOA NOVA	DMR	-	-	339	843	-	-	6	111	345	954
RN	LAGOA SALGADA	DMR	26	548	186	594	-	-	2	261	214	1.403
RN	LAJES	DMR	-	-	34	86	-	-	2	39	36	125
RN	LAJES PINTADAS	DMR	-	-	104	290	-	-	-	-	104	290
RN	LUCRECIA	DMR	-	-	29	64	-	-	-	-	29	64
RN	LUIS GOMES	DMR	-	-	112	237	-	-	-	-	112	237
RN	MACAIBA	DMR	-	-	235	613	-	-	9	695	244	1.308
RN	MACAU	DMR	2	43	50	633	-	-	1	15	53	691
RN	MAJOR SALES	DMR	-	-	130	271	-	-	-	-	130	271
RN	MARCELINO VIEIRA	DMR	14	229	177	453	-	-	1	63	192	745
RN	MARTINS	DMR	-	-	49	109	-	-	-	-	49	109
RN	MAXANGUAPE		-	-	6	14			-	-	6	14
RN	MESSIAS TARGINO	DMR	7	129	23	55	-	-	6	194	36	378
RN	MONTANHAS	DMR	-	-	129	328	-	-	4	381	133	709
RN	MONTE ALEGRE	DMR	-	-	288	706	-	-	6	273	294	979
RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	DMR	-	-	117	250	-	-	-	-	117	250
RN	MOSSORO	EMR	13	279	79	429	-	-	7	1.979	99	2.687
RN	NATAL	AR	-	-	7	32	-	-	-	-	7	32
RN	NISIA FLORESTA	DMR	-	-	66	126	1	125	2	73	69	324
RN	NOVA CRUZ	DMR	-	-	278	702	-	-	7	489	285	1.191
RN	OLHO D'AGUA DO BORGES	DMR	-	-	87	222	-	-	-	-	87	222
RN	OURO BRANCO	DMR	1	21	283	838	-	-	44	812	328	1.671
RN	PARANA	DMR	-	-	102	355	-	-	2	39	104	394
RN	PARAU	DMR	-	-	19	52	-	-	3	227	22	279
RN	PARAZINHO	DMR	11	234	6	26	-	-	1	127	18	387
RN	PARELHAS	DMR	-	-	373	1.022	-	-	23	389	396	1.411
RN	PASSA E FICA	DMR	-	-	400	882	-	-	-	-	400	882
RN	PASSAGEM	DMR	-	-	41	141	-	-	-	-	41	141
RN	PATU	DMR	-	-	34	110	-	-	4	62	38	172
RN	PAU DOS FERROS	DMR	-	-	57	120	-	-	1	63	58	183
RN	PEDRA GRANDE	BR	-	-	38	87	-	-	-	-	38	87
RN	PEDRA PRETA	DMR	-	-	5	19	-	-	-	-	5	19
RN	PEDRO AVELINO	DMR	-	-	288	717	-	-	2	605	290	1.322
RN	PEDRO VELHO	DMR	-	-	157	365	-	-	3	84	160	449

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
RN	PENDENCIAS	DMR	-	-	31	312	-	-	2	79	33	391
RN	PILOES	DMR	-	-	61	132	-	-	-	-	61	132
RN	POCO BRANCO	BR	-	-	122	268	-	-	2	226	124	494
RN	PORTALEGRE	DMR	-	-	180	384	-	-	1	46	181	430
RN	PORTO DO MANGUE	DMR			1	3			-	-	1	3
RN	PUREZA	BR	-	-	26	99	-	-	-	-	26	99
RN	RAFAEL FERNANDES	DMR	-	-	62	167	-	-	2	24	64	191
RN	RAFAEL GODEIRO	DMR	-	-	88	200	-	-	-	-	88	200
RN	RIACHO DA CRUZ	DMR	-	-	99	210	-	-	-	-	99	210
RN	RIACHO DE SANTANA	DMR	-	-	26	60	-	-	2	23	28	83
RN	RIACHUELO	DMR	-	-	59	266	-	-	2	52	61	318
RN	RIO DO FOGO	BR	-	-	81	509	-	-	1	50	82	559
RN	RODOLFO FERNANDES	DMR	-	-	92	216	-	-	1	11	93	227
RN	RUY BARBOSA	DMR	-	-	55	115	-	-	7	47	62	162
RN	SANTA CRUZ	DMR	1	21	287	723	-	-	7	94	295	838
RN	SANTA MARIA	DMR	-	-	39	82	-	-	-	-	39	82
RN	SANTANA DO MATOS	DMR	2	42	468	1.196	-	-	17	887	487	2.125
RN	SANTANA DO SERIDO	DMR	-	-	154	365	-	-	6	242	160	607
RN	SANTO ANTONIO	DMR	-	-	436	1.196	-	-	8	664	444	1.860
RN	SAO BENTO DO NORTE	DMR	-	-	63	130	-	-	-	-	63	130
RN	SAO BENTO DO TRAIRI	DMR	-	-	83	217	-	-	2	40	85	257
RN	SAO FERNANDO	EMR	-	-	405	1.009	-	-	17	482	422	1.491
RN	SAO FRANCISCO DO OESTE	DMR	-	-	10	45	-	-	2	30	12	75
RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	DMR	-	-	80	209	-	-	-	-	80	209
RN	SAO JOAO DO SABUGI	EMR	-	-	160	582	-	-	3	145	163	727
RN	SAO JOSE DE MIPIBU	DMR	-	-	2	5	-	-	6	425	8	430
RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	DMR	-	-	212	578	-	-	5	544	217	1.122
RN	SAO JOSE DO SERIDO	DMR	-	-	185	526	-	-	28	701	213	1.227
RN	SAO MIGUEL	DMR	-	-	178	417	-	-	-	-	178	417
RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	BR	-	-	146	337	-	-	-	-	146	337
RN	SAO PAULO DO POTENGI	DMR	-	-	283	688	-	-	5	37	288	725
RN	SAO PEDRO	DMR	-	-	166	512	-	-	4	209	170	721
RN	SAO RAFAEL	DMR	-	-	111	436	-	-	3	47	114	483
RN	SAO TOME	DMR	-	-	386	842	-	-	1	18	387	860
RN	SAO VICENTE	DMR	-	-	147	385	-	-	3	67	150	452
RN	SENADOR ELOI DE SOUZA	DMR	44	812	71	344	-	-	3	258	118	1.414
RN	SENADOR GEORGINO AVELIN	DMR	-	-	5	10	-	-	-	-	5	10
RN	SERRA CAIADA	DMR	-	-	61	122	-	-	2	74	63	196
RN	SERRA DE SAO BENTO	DMR	13	258	66	150	-	-	1	31	80	439
RN	SERRA DO MEL	EMR	-	-	618	3.216	-	-	14	906	632	4.122
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	EMR	-	-	303	836	-	-	15	471	318	1.307

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
RN	SERRINHA	DMR	-	-	49	141	-	-	1	43	50	184
RN	SERRINHA DOS PINTOS	DMR	-	-	170	417	-	-	2	44	172	461
RN	SEVERIANO MELO	DMR	-	-	288	833	-	-	9	283	297	1.116
RN	SITIO NOVO	DMR	-	-	127	258	-	-	1	12	128	270
RN	TABOLEIRO GRANDE	DMR	3	61	13	32	-	-	-	-	16	93
RN	TAIPU	BR	-	-	231	543	-	-	4	1.219	235	1.762
RN	TANGARA	DMR	-	-	63	139	-	-	2	147	65	286
RN	TENENTE ANANIAS	DMR	-	-	103	354	-	-	3	70	106	424
RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	DMR	-	-	89	218	-	-	1	31	90	249
RN	TIBAU	EMR	-	-	9	54	-	-	-	-	9	54
RN	TIBAU DO SUL	DMR	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2
RN	TIMBAUBA DOS BATISTAS	EMR	-	-	17	39	-	-	-	-	17	39
RN	TOUROS	BR	19	408	433	2.435	-	-	4	264	456	3.107
RN	TRIUNFO POTIGUAR	DMR	-	-	37	83	-	-	1	10	38	93
RN	UMARIZAL	DMR	3	53	97	249	-	-	3	78	103	380
RN	UPANEMA	DMR	38	795	128	301	-	-	4	54	170	1.150
RN	VARZEA	DMR	-	-	70	180	-	-	4	402	74	582
RN	VENHA-VER	DMR	-	-	148	314	-	-	-	-	148	314
RN	VERA CRUZ	DMR	-	-	225	558	-	-	9	905	234	1.463
RN	VICOSA	DMR	-	-	36	83	-	-	-	-	36	83
RN	VILA FLOR	DMR	-	-	1	2					1	2
SE	AMPARO DE SAO FRANCISCO	EMR	-	-	36	79	-	-	3	88	39	167
SE	AQUIDABA	DMR	13	124	444	1.163	-	-	52	2.545	509	3.832
SE	ARACAJU	AR	-	-	22	47	-	-	1	102	23	149
SE	ARAUA	BR	5	43	92	230	-	-	8	1.660	105	1.933
SE	AREIA BRANCA	EMR	-	-	97	269	-	-	1	81	98	350
SE	BARRA DOS COQUEIROS	AR	-	-	23	57	-	-	-	-	23	57
SE	BOQUIM	BR	-	-	366	1.001	-	-	11	648	377	1.649
SE	BREJO GRANDE	EMR	-	-	26	55	-	-	4	186	30	241
SE	CAMPO DO BRITO	EMR	8	59	189	553	-	-	9	1.551	206	2.163
SE	CANHOBA	EMR	-	-	164	445	-	-	23	1.519	187	1.964
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	DMR	5	65	64	148	-	-	3	471	72	684
SE	CAPELA	DMR	2	26	148	510	-	-	29	8.914	179	9.450
SE	CARIRA	DMR	-	-	594	3.653	-	-	179	10.876	773	14.529
SE	CARMOPOLIS	BR	-	-	3	27	-	-	1	17	4	44
SE	CEDRO DE SAO JOAO	EMR	-	-	14	84	-	-	14	913	28	997
SE	CRISTINAPOLIS	BR	2	26	138	306	-	-	2	453	142	785
SE	CUMBE	DMR	-	-	20	70	-	-	11	561	31	631
SE	DIVINA PASTORA	DMR	-	-	1	2	-	-	1	27	2	29
SE	ESTANCIA	DMR	16	172	173	363	1	38	10	338	200	911
SE	FEIRA NOVA	DMR	3	37	85	193	-	-	12	1.243	100	1.473

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
SE	FREI PAULO	DMR	39	505	197	1.218	-	-	63	5.995	299	7.718
SE	GARARU	DMR	1	13	726	2.200	-	-	64	1.182	791	3.395
SE	GENERAL MAYNARD	BR	-	-	2	5	-	-	4	281	6	286
SE	GRACHO CARDOSO	DMR	32	241	210	833	-	-	29	1.464	271	2.538
SE	ILHA DAS FLORES	EMR	-	-	54	113	1	20	1	98	56	231
SE	INDIAROBA	DMR	15	194	226	454	-	-	7	690	248	1.338
SE	ITABAIANA	EMR	-	-	540	1.779	-	-	20	538	560	2.317
SE	ITABAIANINHA	BR	-	-	830	1.958	-	-	32	2.012	862	3.970
SE	ITABI	DMR	-	-	170	472	-	-	15	418	185	890
SE	ITAPORANGA D'AJUDA	DMR	44	430	187	583	-	-	10	866	241	1.879
SE	JAPARATUBA	DMR	4	37	35	92	-	-	6	865	45	994
SE	JAPOATA	DMR	-	-	131	458	-	-	21	1.268	152	1.726
SE	LAGARTO	DMR	76	682	864	2.112	-	-	73	4.267	1.013	7.061
SE	LARANJEIRAS	BR	-	-	8	17	-	-	6	428	14	445
SE	MACAMBIRA	EMR	-	-	205	575	-	-	5	399	210	974
SE	MALHADA DOS BOIS	DMR	-	-	33	115	-	-	4	140	37	255
SE	MALHADOR	EMR	-	-	435	1.339	-	-	10	75	445	1.414
SE	MARUIM	BR	-	-	16	37	-	-	2	522	18	559
SE	MOITA BONITA	EMR	-	-	166	516	-	-	8	136	174	652
SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	DMR	28	349	343	1.761	-	-	16	754	387	2.864
SE	MURIBECA	DMR	-	-	73	161	-	-	7	1.068	80	1.229
SE	NEOPOLIS	EMR	-	-	326	782	-	-	11	10.201	337	10.983
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	DMR	7	63	611	2.869	-	-	53	2.381	671	5.313
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	DMR	9	98	581	2.134	-	-	49	2.447	639	4.679
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	DMR	-	-	293	820	-	-	35	4.863	328	5.683
SE	NOSSA SENHORA DE LOURDE	EMR	-	-	227	528	-	-	8	260	235	788
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORI	AR	-	-	57	126	-	-	-	-	57	126
SE	PACATUBA	DMR	-	-	360	887	-	-	5	133	365	1.020
SE	PEDRA MOLE	DMR	34	256	24	111	-	-	6	327	64	694
SE	PEDRINHAS	BR	-	-	76	174	-	-	1	31	77	205
SE	PINHAO	DMR	-	-	45	244	-	-	5	533	50	777
SE	PIRAMBU	DMR	-	-	15	33	-	-	-	-	15	33
SE	POCO REDONDO	DMR	14	181	405	1.029	-	-	17	897	436	2.107
SE	POCO VERDE	DMR	3	38	297	810	-	-	39	1.359	339	2.207
SE	PORTO DA FOLHA	DMR	59	753	569	1.609	-	-	28	1.745	656	4.107
SE	PROPRIA	EMR	-	-	126	429	-	-	4	188	130	617
SE	RIACHAO DO DANTAS	DMR	29	202	562	1.322	-	-	11	965	602	2.489
SE	RIACHUELO	BR	-	-	11	23	-	-	1	48	12	71
SE	RIBEIROPOLIS	DMR	3	36	243	1.330	-	-	26	2.785	272	4.151
SE	ROSARIO DO CATETE	BR	-	-	20	42	-	-	1	428	21	470
SE	SALGADO	BR	17	139	162	470	1	48	13	6.037	193	6.694

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	DMR	27	251	171	343	-	-	7	597	205	1.191
SE	SANTA ROSA DE LIMA	DMR	-	-	55	159	-	-	5	267	60	426
SE	SANTANA DO SAO FRANCISC(	EMR	-	-	140	332	-	-	-	-	140	332
SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	BR	59	720	28	71	-	-	6	475	93	1.266
SE	SAO CRISTOVAO	AR	2	15	47	142	-	-	8	413	57	570
SE	SAO DOMINGOS	EMR	-	-	225	501	-	-	1	18	226	519
SE	SAO FRANCISCO	DMR	-	-	20	46	-	-	4	266	24	312
SE	SAO MIGUEL DO ALEIXO	DMR	-	-	99	309	-	-	26	939	125	1.248
SE	SIMAO DIAS	DMR	-	-	399	1.389	-	-	41	6.269	440	7.658
SE	SIRIRI	DMR	-	-	17	33	-	-	4	1.229	21	1.262
SE	TELHA	EMR	-	-	94	209	-	-	6	751	100	960
SE	TOBIAS BARRETO	DMR	65	475	493	1.312	-	-	50	1.854	608	3.641
SE	TOMAR DO GERU	BR	8	28	178	386	-	-	5	200	191	614
SE	UMBAUBA	BR	-	-	260	557	-	-	10	649	270	1.206
TOTAL			**5.972**	**109.304**	**398.518**	**1.224.327**	**207**	**61.066**	**12.903**	**2.511.969**	**417.600**	**3.906.666**

Tabela 27.A

FNE - Contratações por Município - Setor Não Rural

Exercício de 2011

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
AL	ANADIA	BR		-	1	39	-	-		-	-	-	1	39
AL	ARAPIRACA	BR	3	1.596	10	3.141	-	-		-	67	9.684	80	14.421
AL	ATALAIA	BR		-	-	-	-	-		-	1	181	1	181
AL	BARRA DE SANTO ANTONIO	AR		-	-	-	-	-		-	2	139	2	139
AL	BATALHA	DMR		-	1	8	-	-		-	30	626	31	634
AL	BRANQUINHA	BR		-	-	-	-	-		-	1	6	1	6
AL	CACIMBINHAS	BR	1	75	-	-	-	-		-	2	38	3	113
AL	CAMPO ALEGRE	BR		-	-	-	-	-		-	1	200	1	200
AL	CANAPI	DMR		-	-	-	-	-		-	1	119	1	119
AL	CARNEIROS	DMR		-	-	-	-	-		-	2	205	2	205
AL	CHA PRETA	DMR		-	-	-	-	-		-	3	43	3	43
AL	COLONIA LEOPOLDINA	BR		-	-	-	-	-		-	3	75	3	75
AL	CORURIPE	BR	1	30.000	-	-	-	-		-	14	791	15	30.791
AL	DELMIRO GOUVEIA	BR		-	3	112	-	-		-	14	950	17	1.062
AL	DOIS RIACHOS	DMR		-	-	-	-	-		-	1	6	1	6
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	BR		-	-	-	-	-		-	3	51	3	51
AL	FEIRA GRANDE	BR		-	-	-	-	-		-	2	31	2	31
AL	GIRAU DO PONCIANO	BR		-	-	-	-	-		-	2	23	2	23
AL	IBATEGUARA	DMR		-	-	-	-	-		-	2	586	2	586
AL	IGACI	BR		-	-	-	-	-		-	2	138	2	138
AL	IGREJA NOVA	BR		-	-	-	-	-		-	7	270	7	270
AL	INHAPI	DMR		-	-	-	-	-		-	6	367	6	367
AL	JACARE DOS HOMENS	DMR		-	-	-	-	-		-	3	35	3	35
AL	JAPARATINGA	BR		-	-	-	-	-		-	1	1	1	1
AL	JARAMATAIA	DMR		-	-	-	-	-		-	2	28	2	28
AL	JUNQUEIRO	BR		-	1	9	-	-		-	12	928	13	937
AL	MACEIO	AR		-	16	32.682	3	12.167		-	112	155.998	131	200.847
AL	MAJOR ISIDORO	DMR		-	1	133	-	-		-	14	820	15	953
AL	MARAGOGI	BR		-	-	-	2	427		-	1	79	3	506
AL	MARECHAL DEODORO	AR		-	1	366	3	450		-	1	200	5	1.016
AL	MARIBONDO	BR		-	-	-	-	-		-	3	232	3	232
AL	MATA GRANDE	DMR		-	-	-	-	-		-	7	376	7	376
AL	MINADOR DO NEGRAO	BR		-	-	-	-	-		-	7	378	7	378
AL	MONTEIROPOLIS	DMR		-	-	-	-	-		-	2	54	2	54
AL	MURICI	BR		-	-	-	-	-		-	2	373	2	373
AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	DMR		-	-	-	-	-		-	8	172	8	172
AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	BR		-	-	-	-	-		-	3	86	3	86
AL	OLIVENCA	DMR		-	-	-	-	-		-	3	250	3	250
AL	OURO BRANCO	DMR		-	-	-	-	-		-	10	198	10	198
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	BR		-	2	34	-	-		-	79	3.298	81	3.332
AL	PAO DE ACUCAR	DMR		-	1	5	-	-		-	13	500	14	505
AL	PARICONHA	DMR		-	-	-	-	-		-	4	454	4	454
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	BR		-	-	-	-	-		-	1	574	1	574
AL	PAULO JACINTO	BR		-	-	-	-	-		-	2	23	2	23
AL	PENEDO	BR		-	3	296	-	-		-	39	1.628	42	1.924
AL	PIACABUCU	BR		-	-	-	-	-		-	7	173	7	173
AL	PILAR	AR		-	-	-	1	319		-	2	130	3	449
AL	PIRANHAS	BR		-	-	-	1	262		-	6	327	7	589
AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	DMR		-	-	-	-	-		-	4	62	4	62
AL	PORTO CALVO	BR		-	-	-	-	-		-	3	408	3	408
AL	PORTO REAL DO COLEGIO	BR		-	-	-	-	-		-	1	11	1	11
AL	RIO LARGO	AR		-	1	182	-	-		-	1	581	2	763
AL	SANTANA DO IPANEMA	DMR		-	-	-	-	-		-	19	2.577	19	2.577
AL	SAO BRAS	DMR		-	-	-	-	-		-	2	171	2	171

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
AL	SAO JOSE DA LAJE	DMR		-	-	-	-	-		-	4	721	4	721
AL	SAO JOSE DA TAPERA	DMR		-	-	-	-	-		-	9	581	9	581
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	BR		-	1	20	2	5.342		-	7	5.580	10	10.942
AL	SAO SEBASTIAO	BR		-	-	-	-	-		-	17	402	17	402
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	DMR		-	-	-	-	-		-	3	73	3	73
AL	TANQUE D'ARCA	BR		-	-	-	-	-		-	3	154	3	154
AL	TAQUARANA	BR		-	-	-	-	-		-	2	48	2	48
AL	TEOTONIO VILELA	BR		-	1	35	-	-		-	21	856	22	891
AL	TRAIPU	DMR		-	-	-	-	-		-	1	140	1	140
AL	UNIAO DOS PALMARES	DMR		-	-	-	-	-		-	30	2.993	30	2.993
BA	ABAIRA	DMR		-	-	-	-	-		-	1	31	1	31
BA	ABARE	DMR		-	-	-	-	-		-	1	36	1	36
BA	ADUSTINA	BR		-	-	-	-	-		-	2	144	2	144
BA	ALAGOINHAS	EMR		-	9	1.000	-	-		-	74	4.992	83	5.992
BA	ALCOBACA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	8	1	8
BA	ALMADINA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	35	1	35
BA	AMARGOSA	EMR		-	-	-	-	-		-	10	510	10	510
BA	AMELIA RODRIGUES	EMR		-	-	-	-	-		-	2	86	2	86
BA	AMERICA DOURADA	EMR		-	-	-	-	-		-	7	94	7	94
BA	ANDARAI	DMR		-	-	-	-	-		-	6	387	6	387
BA	ANDORINHA	EMR		-	1	5	-	-		-	7	189	8	194
BA	ANTAS	BR		-	-	-	-	-		-	1	10	1	10
BA	ANTONIO GONCALVES	EMR		-	-	-	-	-		-	1	123	1	123
BA	ARACI	EMR		-	1	90	-	-		-	2	313	3	403
BA	ARAMARI	EMR		-	-	-	-	-		-	1	109	1	109
BA	BAIXA GRANDE	BR		-	-	-	-	-		-	2	37	2	37
BA	BANZAE	BR		-	-	-	-	-		-	3	239	3	239
BA	BARRA DA ESTIVA	DMR		-	1	51	-	-		-	20	1.492	21	1.543
BA	BARRA DO CHOCA	EMR		-	-	-	-	-		-	8	156	8	156
BA	BARREIRAS	DMR	4	522	16	1.106	-	-		-	202	7.927	222	9.555
BA	BARRO ALTO	EMR		-	-	-	-	-		-	5	449	5	449
BA	BARRO PRETO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	8	1	8
BA	BOA VISTA DO TUPIM	BR		-	-	-	-	-		-	1	30	1	30
BA	BOM JESUS DA LAPA	BR	1	94	2	41	2	53		-	55	3.527	60	3.715
BA	BOM JESUS DA SERRA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	3	1	3
BA	BONITO	DMR		-	1	50	-	-		-	8	182	9	232
BA	BREJOLANDIA	DMR		-	-	-	-	-		-	3	97	3	97
BA	BROTAS DE MACAUBAS	DMR		-	-	-	-	-	3	267.984	-	-	3	267.984
BA	BRUMADO	EMR		-	1	100	-	-		-	8	340	9	440
BA	BUERAREMA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	50	1	50
BA	BURITIRAMA	DMR		-	-	-	-	-		-	2	181	2	181
BA	CAATIBA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	28	2	28
BA	CABACEIRAS DO PARAGUACU	EMR		-	1	8	-	-		-	-	-	1	8
BA	CACHOEIRA	EMR		-	-	-	-	-		-	3	355	3	355
BA	CACULE	EMR		-	1	63	-	-		-	-	-	1	63
BA	CAETITE	EMR		-	3	270	1	200		-	8	788	12	1.258
BA	CAFARNAUM	EMR		-	-	-	-	-		-	13	723	13	723
BA	CAIRU	EMR		-	-	-	2	1.101		-	3	164	5	1.265
BA	CAMACAN	EMR		-	-	-	-	-		-	16	295	16	295
BA	CAMACARI	AR		-	11	36.304	-	-	1	30.000	52	16.150	64	82.454
BA	CAMAMU	EMR	7	160	-	-	1	147		-	11	1.079	19	1.386
BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	EMR		-	-	-	-	-		-	4	153	4	153
BA	CAMPO FORMOSO	EMR		-	2	98	-	-		-	10	642	12	740
BA	CANARANA	EMR		-	1	18	-	-		-	9	603	10	621
BA	CANAVIEIRAS	EMR		-	-	-	-	-		-	3	102	3	102
BA	CANDEIAS	AR		-	1	142	-	-		-	6	281	7	423
BA	CANDIBA	EMR		-	1	154	-	-		-	6	594	7	748
BA	CANDIDO SALES	EMR		-	-	-	-	-		-	1	25	1	25
BA	CANSANCAO	BR		-	-	-	-	-		-	3	359	3	359

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	CAPIM GROSSO	EMR		-	-	-	-	-		-	10	390	10	390
BA	CARAVELAS	EMR		-	-	-	-	-		-	1	39	1	39
BA	CARDEAL DA SILVA	BR		-	-	-	-	-		-	1	19	1	19
BA	CARINHANHA	BR		-	-	-	-	-		-	14	430	14	430
BA	CASA NOVA	EMR		-	-	-	-	-		-	13	3.574	13	3.574
BA	CASTRO ALVES	EMR		-	-	-	-	-		-	2	22	2	22
BA	CATOLANDIA	DMR		-	-	-	-	-		-	1	13	1	13
BA	CATU	EMR		-	1	32	-	-		-	4	407	5	439
BA	CICERO DANTAS	BR		-	-	-	-	-		-	23	744	23	744
BA	CIPO	BR		-	1	9	1	162		-	3	270	5	441
BA	COARACI	EMR	5	112	-	-	-	-		-	1	14	6	126
BA	COCOS	DMR		-	-	-	-	-		-	5	128	5	128
BA	CONCEICAO DA FEIRA	EMR	1	969	-	-	-	-		-	1	132	2	1.101
BA	CONCEICAO DO COITE	EMR		-	12	1.235	-	-		-	31	1.393	43	2.628
BA	CONCEICAO DO JACUIPE	EMR		-	-	-	-	-		-	2	152	2	152
BA	CONDE	BR	2	123	-	-	-	-		-	2	55	4	178
BA	CONDEUBA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	76	2	76
BA	CORIBE	DMR		-	-	-	-	-		-	1	10	1	10
BA	CORONEL JOAO SA	DMR		-	-	-	-	-		-	3	210	3	210
BA	CORRENTINA	DMR		-	-	-	1	81		-	17	1.180	18	1.261
BA	COTEGIPE	DMR		-	-	-	-	-		-	3	231	3	231
BA	CRISTOPOLIS	DMR		-	-	-	-	-		-	1	6	1	6
BA	CRUZ DAS ALMAS	EMR	1	73	1	11	-	-		-	18	658	20	742
BA	CURACA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	329	2	329
BA	DIAS D'AVILA	AR		-	1	1.895	-	-		-	5	777	6	2.672
BA	ELISIO MEDRADO	EMR		-	-	-	-	-		-	6	100	6	100
BA	ENCRUZILHADA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	21	1	21
BA	ENTRE RIOS	BR		-	-	-	-	-		-	5	571	5	571
BA	ESPLANADA	BR		-	-	-	-	-		-	2	141	2	141
BA	EUCLIDES DA CUNHA	BR		-	-	-	1	170		-	4	291	5	461
BA	EUNAPOLIS	EMR	1	1.917	4	2.243	2	762		-	18	4.326	25	9.248
BA	FATIMA	BR		-	-	-	-	-		-	4	86	4	86
BA	FEIRA DA MATA	BR		-	-	-	-	-		-	4	95	4	95
BA	FEIRA DE SANTANA	EMR	3	4.191	12	1.844	1	571		-	80	36.109	96	42.715
BA	FILADELFIA	EMR		-	1	30	1	145		-	7	508	9	683
BA	FIRMINO ALVES	EMR		-	-	-	-	-		-	2	158	2	158
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	DMR		-	-	-	-	-		-	7	1.022	7	1.022
BA	GANDU	EMR		-	-	-	-	-		-	9	482	9	482
BA	GAVIAO	EMR		-	-	-	-	-		-	2	39	2	39
BA	GENTIO DO OURO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	32	1	32
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	5.754	2	5.754
BA	GUANAMBI	EMR	1	67	5	716	-	-		-	42	5.056	48	5.839
BA	IACU	BR		-	-	-	-	-		-	14	869	14	869
BA	IBIASSUCE	EMR		-	-	-	-	-		-	1	542	1	542
BA	IBICARAI	EMR		-	-	-	-	-		-	3	247	3	247
BA	IBICOARA	DMR		-	-	-	-	-		-	6	375	6	375
BA	IBICUI	EMR	1	345	-	-	-	-		-	2	330	3	675
BA	IBIRAPITANGA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	25	1	25
BA	IBIRAPUA	EMR		-	-	-	-	-		-	3	86	3	86
BA	IBIRATAIA	EMR		-	2	157	-	-		-	6	65	8	222
BA	IBITIARA	DMR		-	-	-	-	-		-	1	25	1	25
BA	IBOTIRAMA	DMR	1	73	-	-	-	-		-	15	1.479	16	1.552
BA	IGAPORA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	7	1	7
BA	IGRAPIUNA	EMR		-	3	38	-	-		-	4	150	7	188
BA	IGUAI	EMR		-	-	-	-	-		-	8	376	8	376
BA	ILHEUS	EMR		-	4	72	1	500		-	76	4.603	81	5.175
BA	INHAMBUPE	EMR		-	-	-	-	-		-	12	603	12	603
BA	IPIAU	EMR	2	75	1	21	1	121		-	36	1.587	40	1.804
BA	IPIRA	EMR		-	-	-	-	-		-	5	644	5	644

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	IRAQUARA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	50	1	50
BA	IRECE	EMR		-	5	307	1	45		-	75	6.793	81	7.145
BA	ITABELA	EMR	3	177	-	-	-	-		-	2	395	5	572
BA	ITABERABA	BR		-	4	175	2	111		-	91	4.561	97	4.847
BA	ITABUNA	EMR		-	6	439	-	-		-	87	8.241	93	8.680
BA	ITACARE	EMR		-	-	-	-	-		-	5	172	5	172
BA	ITAGIBA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	25	1	25
BA	ITAJU DO COLONIA	EMR		-	-	-	-	-		-	4	107	4	107
BA	ITAJUIPE	EMR	1	1.352	2	198	-	-		-	2	75	5	1.625
BA	ITAMARAJU	EMR		-	16	551	-	-		-	108	3.923	124	4.474
BA	ITAMBE	EMR		-	-	-	-	-		-	5	105	5	105
BA	ITANHEM	EMR	1	18	-	-	-	-		-	12	761	13	779
BA	ITAPARICA	AR		-	-	-	-	-		-	2	52	2	52
BA	ITAPE	EMR		-	-	-	-	-		-	3	68	3	68
BA	ITAPETINGA	EMR		-	10	626	-	-		-	72	1.999	82	2.625
BA	ITAPICURU	BR		-	4	442	-	-		-	5	407	9	849
BA	ITAPITANGA	EMR		-	-	-	-	-		-	3	60	3	60
BA	ITARANTIM	EMR		-	-	-	-	-		-	6	116	6	116
BA	ITORORO	EMR		-	-	-	-	-		-	12	260	12	260
BA	ITUACU	EMR		-	1	10	-	-		-	3	178	4	188
BA	ITUBERA	EMR	1	161	-	-	-	-		-	14	687	15	848
BA	JABORANDI	DMR		-	-	-	-	-		-	1	139	1	139
BA	JACOBINA	EMR		-	6	187	3	88		-	65	2.265	74	2.540
BA	JAGUAQUARA	EMR		-	-	-	-	-		-	6	276	6	276
BA	JAGUARARI	EMR		-	-	-	-	-		-	9	563	9	563
BA	JEQUIE	EMR	2	54	11	902	-	-		-	56	4.151	69	5.107
BA	JEREMOABO	DMR		-	-	-	-	-		-	3	344	3	344
BA	JIQUIRICA	EMR	1	128	-	-	-	-		-	1	8	2	136
BA	JITAUNA	EMR		-	-	-	-	-		-	3	26	3	26
BA	JOAO DOURADO	EMR		-	-	-	-	-		-	4	293	4	293
BA	JUAZEIRO	EMR		-	7	124.515	-	-		-	127	16.160	134	140.675
BA	JUCURUCU	EMR		-	-	-	-	-		-	1	10	1	10
BA	JUSSARA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	160	2	160
BA	JUSSARI	EMR		-	-	-	-	-		-	3	56	3	56
BA	LAFAIETE COUTINHO	EMR		-	1	191	-	-		-	-	-	1	191
BA	LAJE	EMR		-	-	-	-	-		-	1	195	1	195
BA	LAPAO	EMR		-	-	-	-	-		-	4	159	4	159
BA	LAURO DE FREITAS	AR		-	5	1.525	-	-		-	51	6.633	56	8.158
BA	LENCOIS	DMR		-	-	-	-	-		-	1	150	1	150
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHOR	DMR		-	-	-	-	-		-	2	189	2	189
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	DMR		-	-	-	1	197		-	72	8.123	73	8.320
BA	MACAJUBA	BR		-	-	-	-	-		-	1	35	1	35
BA	MACARANI	EMR		-	-	-	-	-		-	4	64	4	64
BA	MACAUBAS	DMR		-	-	-	-	-		-	1	2	1	2
BA	MADRE DE DEUS	AR		-	-	-	-	-		-	2	59	2	59
BA	MAETINGA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	30	2	30
BA	MAIQUINIQUE	EMR	1	66	-	-	-	-		-	8	134	9	200
BA	MAIRI	BR		-	-	-	-	-		-	2	301	2	301
BA	MARACAS	EMR		-	-	-	-	-		-	2	53	2	53
BA	MARAU	EMR		-	-	-	1	539		-	-	-	1	539
BA	MARCIONILIO SOUZA	EMR		-	-	-	-	-		-	5	452	5	452
BA	MASCOTE	EMR		-	-	-	-	-		-	10	233	10	233
BA	MATA DE SAO JOAO	EMR		-	-	-	1	46		-	2	73	3	119
BA	MEDEIROS NETO	EMR		-	1	22	-	-		-	13	281	14	303
BA	MIGUEL CALMON	EMR		-	1	18	-	-		-	3	59	4	77
BA	MILAGRES	EMR		-	-	-	-	-		-	2	53	2	53
BA	MONTE SANTO	BR		-	1	28	-	-		-	-	-	1	28
BA	MORRO DO CHAPEU	EMR		-	-	-	-	-		-	38	1.195	38	1.195
BA	MORTUGABA	EMR		-	1	30	-	-		-	2	175	3	205

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	MUCUGE	DMR		-	-	-	-	-		-	1	37	1	37
BA	MUCURI	EMR		-	-	-	-	-		-	7	1.014	7	1.014
BA	MULUNGU DO MORRO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	11	1	11
BA	MUNDO NOVO	BR		-	-	-	-	-		-	6	313	6	313
BA	MURITIBA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	153	1	153
BA	MUTUIPE	EMR		-	-	-	-	-		-	10	228	10	228
BA	NAZARE	EMR		-	-	-	-	-		-	2	76	2	76
BA	NILO PECANHA	EMR		-	-	-	-	-		-	4	68	4	68
BA	NOVA CANAA	EMR	2	39	-	-	-	-		-	2	53	4	92
BA	NOVA FATIMA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	159	2	159
BA	NOVA ITARANA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	29	1	29
BA	NOVA REDENCAO	DMR		-	-	-	-	-		-	1	49	1	49
BA	NOVA SOURE	BR		-	-	-	-	-		-	4	218	4	218
BA	NOVA VICOSA	EMR		-	-	-	-	-		-	5	538	5	538
BA	NOVO TRIUNFO	BR		-	-	-	-	-		-	5	100	5	100
BA	OLINDINA	BR		-	-	-	-	-		-	4	321	4	321
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	EMR		-	1	24	-	-		-	1	87	2	111
BA	PALMEIRAS	DMR		-	-	-	-	-		-	1	8	1	8
BA	PARATINGA	BR		-	-	-	-	-		-	8	372	8	372
BA	PARIPIRANGA	BR		-	-	-	-	-		-	15	2.552	15	2.552
BA	PAULO AFONSO	DMR		-	4	118	2	235		-	38	4.477	44	4.830
BA	PEDRO ALEXANDRE	DMR		-	-	-	-	-		-	3	55	3	55
BA	PIRAI DO NORTE	EMR		-	-	-	-	-		-	3	216	3	216
BA	PIRITIBA	EMR		-	-	-	1	100		-	2	41	3	141
BA	PLANALTO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	19	1	19
BA	POCOES	EMR		-	1	175	-	-		-	2	75	3	250
BA	PONTO NOVO	EMR		-	-	-	1	1.156		-	2	15	3	1.171
BA	PORTO SEGURO	EMR		-	-	-	2	445		-	9	2.958	11	3.403
BA	POTIRAGUA	EMR		-	-	-	-	-		-	4	61	4	61
BA	PRADO	EMR		-	1	50	1	200		-	2	210	4	460
BA	PRESIDENTE DUTRA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	240	2	240
BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	EMR		-	-	-	-	-		-	1	11	1	11
BA	RAFAEL JAMBEIRO	EMR		-	-	-	-	-		-	2	761	2	761
BA	REMANSO	EMR		-	-	-	-	-		-	7	263	7	263
BA	RETIROLANDIA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	112	1	112
BA	RIACHAO DAS NEVES	DMR		-	-	-	-	-		-	1	20	1	20
BA	RIACHAO DO JACUIPE	EMR		-	3	324	-	-		-	6	294	9	618
BA	RIACHO DE SANTANA	EMR	3	166	-	-	-	-		-	7	703	10	869
BA	RIBEIRA DO AMPARO	BR		-	-	-	-	-		-	1	25	1	25
BA	RIBEIRA DO POMBAL	BR		-	-	-	2	178		-	26	3.621	28	3.799
BA	RIO DO ANTONIO	EMR		-	1	150	-	-		-	-	-	1	150
BA	RIO REAL	EMR		-	-	-	-	-		-	3	248	3	248
BA	RUY BARBOSA	BR		-	1	15	-	-		-	15	2.030	16	2.045
BA	SALVADOR	AR		-	27	4.121	11	8.167	3	660.574	296	94.649	337	767.511
BA	SANTA BARBARA	EMR		-	-	-	-	-		-	4	161	4	161
BA	SANTA BRIGIDA	DMR		-	-	-	-	-		-	2	27	2	27
BA	SANTA CRUZ DA VITORIA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	18	1	18
BA	SANTA LUZIA	EMR		-	1	160	-	-		-	1	20	2	180
BA	SANTA MARIA DA VITORIA	DMR	1	23	3	53	-	-		-	34	2.489	38	2.565
BA	SANTA TERESINHA	EMR		-	-	-	-	-		-	4	77	4	77
BA	SANTALUZ	EMR		-	-	-	-	-		-	2	68	2	68
BA	SANTANA	DMR		-	-	-	-	-		-	6	234	6	234
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	EMR	7	529	11	452	2	1.279		-	79	6.672	99	8.932
BA	SAO DESIDERIO	DMR		-	3	174	-	-		-	8	137	11	311
BA	SAO DOMINGOS	EMR		-	-	-	-	-		-	1	142	1	142
BA	SAO FELIPE	EMR		-	-	-	-	-		-	3	87	3	87
BA	SAO FELIX DO CORIBE	DMR		-	-	-	-	-		-	4	395	4	395
BA	SAO FRANCISCO DO CONDE	AR		-	-	-	-	-		-	5	10.598	5	10.598
BA	SAO GABRIEL	EMR		-	-	-	-	-		-	1	35	1	35

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	EMR	1	400	2	70	-	-		-	-	-	3	470
BA	SAO JOSE DO JACUIPE	EMR		-	-	-	-	-		-	4	179	4	179
BA	SAO MIGUEL DAS MATAS	EMR	1	60	-	-	-	-		-	1	83	2	143
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	EMR		-	-	-	-	-		-	6	1.894	6	1.894
BA	SAPEACU	EMR		-	-	-	-	-		-	3	254	3	254
BA	SATIRO DIAS	EMR		-	-	-	-	-		-	2	31	2	31
BA	SAUDE	EMR		-	-	-	-	-		-	1	7	1	7
BA	SEABRA	DMR		-	-	-	-	-		-	11	1.214	11	1.214
BA	SENHOR DO BONFIM	EMR		-	2	189	1	196		-	48	3.466	51	3.851
BA	SENTO SE	EMR		-	-	-	-	-		-	1	85	1	85
BA	SERRA DO RAMALHO	BR	1	53	-	-	-	-		-	9	754	10	807
BA	SERRA DOURADA	DMR		-	1	25	-	-		-	2	106	3	131
BA	SERRINHA	EMR		-	1	146	1	61		-	4	136	6	343
BA	SERROLANDIA	EMR		-	1	34	-	-		-	-	-	1	34
BA	SIMOES FILHO	AR		-	10	11.447	-	-		-	29	8.738	39	20.185
BA	SITIO DO MATO	BR		-	-	-	-	-		-	3	208	3	208
BA	SITIO DO QUINTO	DMR		-	-	-	-	-		-	1	28	1	28
BA	SOBRADINHO	EMR		-	1	29	-	-		-	2	95	3	124
BA	TABOCAS DO BREJO VELHO	DMR		-	-	-	-	-		-	1	35	1	35
BA	TANHACU	EMR		-	-	-	-	-		-	3	128	3	128
BA	TAPEROA	EMR		-	1	32	-	-		-	5	418	6	450
BA	TAPIRAMUTA	BR		-	-	-	-	-		-	3	49	3	49
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	EMR	2	65	3	145	1	354		-	62	9.031	68	9.595
BA	TEOLANDIA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	10	1	10
BA	TERRA NOVA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	55	2	55
BA	TUCANO	BR		-	-	-	-	-		-	5	236	5	236
BA	UAUA	BR		-	-	-	-	-		-	9	500	9	500
BA	UBAIRA	EMR		-	-	-	-	-		-	5	190	5	190
BA	UBAITABA	EMR		-	-	-	-	-		-	13	382	13	382
BA	UBATA	EMR		-	-	-	-	-		-	9	885	9	885
BA	UNA	EMR		-	-	-	1	12		-	1	4	2	16
BA	URANDI	EMR		-	-	-	-	-		-	3	324	3	324
BA	URUCUCA	EMR		-	1	17	1	43		-	3	74	5	134
BA	UTINGA	DMR		-	1	7	-	-		-	6	185	7	192
BA	VALENCA	EMR	3	179	5	369	3	417		-	56	2.500	67	3.465
BA	VALENTE	EMR		-	1	21	-	-		-	3	209	4	230
BA	VARZEA DA ROCA	BR		-	-	-	2	172		-	1	86	3	258
BA	VARZEA DO POCO	EMR	1	62	1	13	-	-		-	3	73	5	148
BA	VARZEA NOVA	EMR	1	58	-	-	-	-		-	1	29	2	87
BA	VERA CRUZ	AR		-	-	-	-	-		-	5	326	5	326
BA	VITORIA DA CONQUISTA	EMR		-	16	3.415	1	7.600		-	80	13.921	97	24.936
BA	WAGNER	DMR		-	-	-	-	-		-	4	273	4	273
BA	WANDERLEY	DMR		-	-	-	-	-		-	9	183	9	183
BA	XIQUE-XIQUE	DMR		-	-	-	-	-		-	2	519	2	519
CE	ABAIARA	BR		-	-	-	-	-		-	2	106	2	106
CE	ACARAPE	BR		-	3	92	-	-		-	2	205	5	297
CE	ACARAU	BR		-	-	-	-	-		-	13	1.642	13	1.642
CE	ACOPIARA	BR		-	-	-	-	-		-	14	1.759	14	1.759
CE	AIUABA	BR		-	1	355	-	-		-	6	306	7	661
CE	ALCANTARAS	BR		-	-	-	-	-		-	3	158	3	158
CE	ALTO SANTO	EMR		-	1	35	-	-		-	8	601	9	636
CE	AMONTADA	BR		-	-	-	1	50		-	22	1.965	23	2.015
CE	ANTONINA DO NORTE	BR		-	1	32	-	-		-	10	173	11	205
CE	AQUIRAZ	AR		-	3	95	1	1.749		-	15	9.504	19	11.348
CE	ARACATI	EMR		-	8	971	-	-		-	57	6.290	65	7.261
CE	ARACOIABA	BR		-	1	31	-	-		-	5	1.126	6	1.157
CE	ARARENDA	BR		-	-	-	-	-		-	9	526	9	526
CE	ARARIPE	BR		-	-	-	-	-		-	7	851	7	851
CE	ARATUBA	BR		-	-	-	-	-		-	1	41	1	41

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
CE	ARNEIROZ	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	83	2	83
CE	AURORA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	145	3	145
CE	BAIXIO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	353	1	353
CE	BANABUIU	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	536	6	536
CE	BARBALHA	EMR	-	-	8	10.909	1	1.861	-	-	21	1.808	30	14.578
CE	BARREIRA	DMR	-	-	1	31	-	-	-	-	8	385	9	416
CE	BARRO	BR	-	-	1	118	-	-	-	-	3	121	4	239
CE	BARROQUINHA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	298	5	298
CE	BATURITE	BR	-	-	2	94	-	-	-	-	44	1.915	46	2.009
CE	BEBERIBE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	99	3	99
CE	BELA CRUZ	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20	1	20
CE	BOA VIAGEM	DMR	-	-	4	4.082	-	-	-	-	18	2.138	22	6.220
CE	BREJO SANTO	BR	-	-	3	282	1	2.200	-	-	35	1.417	39	3.899
CE	CAMOCIM	BR	-	-	5	341	-	-	-	-	56	2.420	61	2.761
CE	CAMPOS SALES	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	29	1.151	29	1.151
CE	CANINDE	DMR	-	-	1	41	1	58	-	-	61	1.863	63	1.962
CE	CAPISTRANO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	167	9	167
CE	CARIDADE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	198	3	198
CE	CARIRE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1.048	3	1.048
CE	CARIRIACU	BR	-	-	1	24	-	-	-	-	4	691	5	715
CE	CARIUS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	182	3	182
CE	CARNAUBAL	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	444	8	444
CE	CASCAVEL	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2.520	4	2.520
CE	CATARINA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	416	4	416
CE	CATUNDA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	305	7	305
CE	CAUCAIA	AR	-	-	8	25.860	-	-	-	-	16	4.632	24	30.492
CE	CEDRO	DMR	-	-	1	350	-	-	-	-	2	65	3	415
CE	CHAVAL	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	175	4	175
CE	CHORO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	10	710	10	710
CE	CHOROZINHO	DMR	-	-	1	160	-	-	-	-	3	3.067	4	3.227
CE	COREAU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	315	3	315
CE	CRATEUS	BR	-	-	2	77	-	-	-	-	73	4.746	75	4.823
CE	CRATO	EMR	1	19	23	30.879	-	-	-	-	60	10.295	84	41.193
CE	CROATA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	258	7	258
CE	CRUZ	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	331	6	331
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	410	7	410
CE	EUSEBIO	AR	-	-	22	14.588	-	-	-	-	12	6.037	34	20.625
CE	FARIAS BRITO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	102	2	102
CE	FORQUILHA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	405	7	405
CE	FORTALEZA	AR	1	450	75	11.876	8	3.447	3	145.975	471	88.316	558	250.064
CE	FORTIM	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
CE	FRECHEIRINHA	BR	-	-	4	164	-	-	-	-	21	962	25	1.126
CE	GRACA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	102	2	102
CE	GRANJA	BR	-	-	2	65	1	283	-	-	35	885	38	1.233
CE	GRANJEIRO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
CE	GROAIRAS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	398	2	398
CE	GUAIUBA	AR	-	-	1	49	-	-	-	-	3	45	4	94
CE	GUARACIABA DO NORTE	BR	-	-	3	128	-	-	-	-	23	939	26	1.067
CE	GUARAMIRANGA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13	1	13
CE	HIDROLANDIA	DMR	-	-	1	50	-	-	-	-	4	434	5	484
CE	HORIZONTE	DMR	-	-	7	48.225	-	-	-	-	8	10.001	15	58.226
CE	IBARETAMA	DMR	-	-	2	79	-	-	-	-	2	68	4	147
CE	IBIAPINA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	10	291	10	291
CE	IBICUITINGA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	14	202	14	202
CE	ICAPUI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	25	851	25	851
CE	ICO	DMR	-	-	2	155	-	-	-	-	20	2.028	22	2.183
CE	IGUATU	DMR	1	78	19	2.253	1	2.107	-	-	93	23.483	114	27.921
CE	INDEPENDENCIA	BR	-	-	1	216	-	-	-	-	12	504	13	720
CE	IPAPORANGA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	32	2	32

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
CE	IPAUMIRIM	BR		-	1	425	-	-		-	-	-	1	425
CE	IPU	BR		-	2	81	-	-		-	7	712	9	793
CE	IPUEIRAS	BR		-	-	-	-	-		-	21	653	21	653
CE	IRACEMA	BR		-	-	-	-	-		-	9	956	9	956
CE	IRAUCUBA	EMR		-	1	39	1	14		-	6	185	8	238
CE	ITAICABA	EMR		-	-	-	-	-		-	8	608	8	608
CE	ITAITINGA	AR		-	8	8.826	-	-		-	6	4.306	14	13.132
CE	ITAPAGE	BR		-	1	22	-	-		-	25	2.619	26	2.641
CE	ITAPIPOCA	BR		-	-	-	1	200		-	74	4.789	75	4.989
CE	ITAPIUNA	BR		-	-	-	-	-		-	3	49	3	49
CE	ITAREMA	BR	1	7.528	-	-	-	-		-	7	594	8	8.122
CE	ITATIRA	DMR		-	-	-	-	-		-	9	3.291	9	3.291
CE	JAGUARETAMA	EMR		-	-	-	-	-		-	3	2.018	3	2.018
CE	JAGUARIBARA	EMR		-	-	-	-	-		-	5	287	5	287
CE	JAGUARIBE	EMR	1	6.903	6	1.630	-	-		-	58	8.064	65	16.597
CE	JAGUARUANA	EMR		-	7	2.486	-	-		-	22	1.245	29	3.731
CE	JARDIM	EMR		-	-	-	-	-		-	11	851	11	851
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	BR		-	2	52	1	90		-	12	456	15	598
CE	JUAZEIRO DO NORTE	EMR		-	92	21.728	5	3.212	1	60.746	163	57.751	261	143.437
CE	JUCAS	BR		-	-	-	-	-		-	6	194	6	194
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	BR		-	1	74	-	-		-	6	472	7	546
CE	LIMOEIRO DO NORTE	EMR	1	51	5	464	-	-		-	66	9.760	72	10.275
CE	MADALENA	DMR		-	1	34	-	-		-	8	564	9	598
CE	MARACANAU	AR		-	32	183.689	-	-		-	44	8.193	76	191.882
CE	MARANGUAPE	AR		-	3	100	-	-		-	15	1.308	18	1.408
CE	MARCO	BR		-	8	1.069	-	-		-	9	444	17	1.513
CE	MARTINOPOLE	BR		-	-	-	-	-		-	6	142	6	142
CE	MASSAPE	EMR		-	1	50	-	-		-	6	220	7	270
CE	MAURITI	BR		-	1	186	1	130		-	21	2.722	23	3.038
CE	MERUOCA	BR		-	-	-	-	-		-	3	92	3	92
CE	MILAGRES	BR		-	-	-	-	-		-	12	475	12	475
CE	MILHA	BR	1	568	-	-	-	-		-	5	464	6	1.032
CE	MIRAIMA	EMR		-	-	-	-	-		-	3	84	3	84
CE	MISSAO VELHA	EMR		-	3	377	-	-		-	11	654	14	1.031
CE	MOMBACA	BR		-	2	25	-	-		-	36	1.495	38	1.520
CE	MONSENHOR TABOSA	BR		-	-	-	-	-		-	6	609	6	609
CE	MORADA NOVA	EMR		-	-	-	-	-		-	21	982	21	982
CE	MORAUJO	BR		-	-	-	-	-		-	2	155	2	155
CE	MORRINHOS	BR		-	1	35	1	147		-	4	116	6	298
CE	MUCAMBO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	27	1	27
CE	MULUNGU	BR		-	-	-	-	-		-	2	63	2	63
CE	NOVA OLINDA	EMR		-	2	2.086	-	-		-	1	63	3	2.149
CE	NOVA RUSSAS	BR		-	1	12	-	-		-	30	1.453	31	1.465
CE	NOVO ORIENTE	BR		-	1	50	-	-		-	10	1.278	11	1.328
CE	OCARA	DMR		-	1	7	-	-		-	2	64	3	71
CE	OROS	DMR		-	-	-	-	-		-	4	447	4	447
CE	PACAJUS	DMR		-	5	82.653	-	-		-	7	5.506	12	88.159
CE	PACATUBA	AR		-	4	7.296	1	1.916		-	10	661	15	9.873
CE	PACOTI	BR		-	-	-	-	-		-	4	102	4	102
CE	PALHANO	EMR		-	1	19	-	-		-	4	199	5	218
CE	PALMACIA	BR		-	1	15	-	-		-	-	-	1	15
CE	PARACURU	BR		-	-	-	-	-		-	4	78	4	78
CE	PARAIPABA	BR		-	-	-	-	-		-	11	453	11	453
CE	PARAMBU	BR		-	-	-	-	-		-	6	226	6	226
CE	PARAMOTI	DMR		-	-	-	-	-		-	5	157	5	157
CE	PEDRA BRANCA	BR		-	-	-	-	-		-	6	702	6	702
CE	PENAFORTE	BR		-	-	-	-	-		-	7	301	7	301
CE	PENTECOSTE	BR		-	-	-	-	-		-	2	49	2	49
CE	PEREIRO	BR		-	-	-	-	-		-	2	63	2	63

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
CE	PINDORETAMA	DMR		-	3	190	-	-		-	3	273	6	463
CE	PIQUET CARNEIRO	BR		-	-	-	-	-		-	5	158	5	158
CE	PORANGA	BR		-	-	-	-	-		-	5	135	5	135
CE	PORTEIRAS	EMR		-	1	6	-	-		-	1	17	2	23
CE	POTENGI	BR		-	-	-	-	-		-	2	1.485	2	1.485
CE	POTIRETAMA	BR		-	1	25	-	-		-	-	-	1	25
CE	QUITERIANOPOLIS	BR		-	-	-	-	-		-	1	18	1	18
CE	QUIXADA	DMR	2	120	6	152	-	-		-	104	5.502	112	5.774
CE	QUIXELO	DMR		-	-	-	-	-		-	6	579	6	579
CE	QUIXERAMOBIM	DMR		-	8	788	-	-		-	107	3.360	115	4.148
CE	QUIXERE	EMR		-	1	650	-	-		-	4	386	5	1.036
CE	REDENCAO	BR		-	-	-	-	-		-	13	2.026	13	2.026
CE	RERIUTABA	BR		-	-	-	-	-		-	5	410	5	410
CE	RUSSAS	EMR	2	3.330	25	12.717	-	-		-	41	4.612	68	20.659
CE	SABOEIRO	BR		-	-	-	-	-		-	6	424	6	424
CE	SALITRE	BR		-	-	-	-	-		-	2	194	2	194
CE	SANTA QUITERIA	DMR		-	3	165	1	26		-	24	2.732	28	2.923
CE	SANTANA DO ACARAU	EMR		-	1	18	-	-		-	12	554	13	572
CE	SANTANA DO CARIRI	EMR		-	-	-	-	-		-	2	39	2	39
CE	SAO BENEDITO	BR		-	6	1.353	-	-		-	48	2.584	54	3.937
CE	SAO GONCALO DO AMARANTE	BR	2	228	2	400	2	333	1	250.000	7	164	14	251.125
CE	SAO JOAO DO JAGUARIBE	EMR		-	-	-	-	-		-	3	109	3	109
CE	SAO LUIS DO CURU	BR		-	-	-	-	-		-	1	48	1	48
CE	SENADOR POMPEU	BR		-	-	-	-	-		-	15	764	15	764
CE	SENADOR SA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	5	1	5
CE	SOBRAL	EMR		-	17	2.039	-	-		-	135	41.259	152	43.298
CE	SOLONOPOLE	BR		-	-	-	-	-		-	4	80	4	80
CE	TABULEIRO DO NORTE	EMR		-	6	609	-	-		-	46	4.925	52	5.534
CE	TAMBORIL	BR		-	-	-	-	-		-	10	710	10	710
CE	TAUA	BR		-	-	-	2	2.124		-	37	7.392	39	9.516
CE	TEJUCUOCA	BR		-	-	-	-	-		-	1	8	1	8
CE	TIANGUA	BR	1	456	9	391	-	-		-	118	5.834	128	6.681
CE	TRAIRI	BR		-	-	-	-	-		-	16	1.123	16	1.123
CE	TURURU	BR		-	-	-	-	-		-	1	165	1	165
CE	UBAJARA	BR		-	2	191	-	-		-	15	888	17	1.079
CE	UMARI	BR		-	-	-	-	-		-	1	96	1	96
CE	UMIRIM	BR		-	-	-	-	-		-	2	15	2	15
CE	URUBURETAMA	BR		-	-	-	-	-		-	8	159	8	159
CE	URUOCA	BR		-	-	-	-	-		-	10	497	10	497
CE	VARJOTA	BR		-	-	-	-	-		-	21	927	21	927
CE	VARZEA ALEGRE	BR		-	3	222	-	-		-	12	679	15	901
CE	VICOSA DO CEARA	BR		-	-	-	-	-		-	30	994	30	994
ES	AGUA DOCE DO NORTE	EMR		-	1	655	-	-		-	-	-	1	655
ES	ALTO RIO NOVO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	27	1	27
ES	BAIXO GUANDU	EMR		-	-	-	-	-		-	2	454	2	454
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	EMR		-	2	1.645	1	310		-	7	1.605	10	3.560
ES	BOA ESPERANCA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	45	2	45
ES	COLATINA	EMR	1	5.000	7	320	2	5.942		-	32	12.583	42	23.845
ES	GOVERNADOR LINDENBERG	EMR		-	-	-	-	-		-	1	661	1	661
ES	JAGUARE	EMR		-	-	-	-	-		-	2	87	2	87
ES	LINHARES	EMR		-	13	3.406	-	-		-	62	5.594	75	9.000
ES	MARILANDIA	EMR		-	3	132	-	-		-	8	987	11	1.119
ES	MONTANHA	EMR	1	1.800	-	-	-	-		-	6	426	7	2.226
ES	NOVA VENECIA	EMR		-	-	-	-	-		-	6	1.219	6	1.219
ES	PANCAS	EMR		-	-	-	-	-		-	2	50	2	50
ES	PEDRO CANARIO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	7	1	7
ES	PINHEIROS	EMR		-	-	-	-	-		-	8	862	8	862
ES	RIO BANANAL	EMR		-	-	-	-	-		-	5	849	5	849
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	EMR		-	-	-	-	-		-	1	29	1	29

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	EMR	-	-	2	183	-	-	-	-	5	133	7	316
ES	SAO MATEUS	EMR	-	-	3	477	-	-	-	-	8	272	11	749
ES	SOORETAMA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	61	2	61
ES	VILA PAVAO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	40	1	40
MA	ACAILANDIA	EMR	1	422	4	246.250	-	-	-	-	47	38.502	52	285.174
MA	ALCANTARA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	134	1	134
MA	ALDEIAS ALTAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	47	3	47
MA	ALTAMIRA DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16	1	16
MA	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	53	2	53
MA	ANAJATUBA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
MA	ANAPURUS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	224	4	224
MA	APICUM-ACU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	12	533	12	533
MA	ARAGUANA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	1	7
MA	ARAIOSES	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	681	9	681
MA	ARAME	BR	-	-	1	13	-	-	-	-	10	296	11	309
MA	ARARI	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	141	3	141
MA	BACABAL	BR	1	2.066	3	52	1	525	-	-	43	7.812	48	10.455
MA	BACURI	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	525	6	525
MA	BALSAS	DMR	1	1.560	-	-	-	-	-	-	61	6.095	62	7.655
MA	BARAO DE GRAJAU	BR	-	-	1	75	-	-	-	-	6	721	7	796
MA	BARRA DO CORDA	BR	-	-	1	12	-	-	-	-	82	3.904	83	3.916
MA	BARREIRINHAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	337	8	337
MA	BEQUIMAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	34	2	34
MA	BERNARDO DO MEARIM	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
MA	BOM JESUS DAS SELVAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	285	6	285
MA	BREJO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	98	4	98
MA	BREJO DE AREIA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
MA	BURITI BRAVO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	102	4	102
MA	BURITICUPU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	12	442	12	442
MA	CAJAPIO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	73	2	73
MA	CANDIDO MENDES	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	1	7
MA	CANTANHEDE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	28	1	28
MA	CAPINZAL DO NORTE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
MA	CARUTAPERA	BR	-	-	-	-	1	2.015	-	-	1	48	2	2.063
MA	CAXIAS	BR	1	150	9	440	1	34	-	-	105	7.122	116	7.746
MA	CHAPADINHA	BR	-	-	3	2.841	3	246	-	-	48	2.438	54	5.525
MA	CODO	BR	-	-	3	195	1	164	-	-	127	5.795	131	6.154
MA	COELHO NETO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1.011	2	1.011
MA	COLINAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	10	1.846	10	1.846
MA	CONCEICAO DO LAGO-ACU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	46	2	46
MA	COROATA	BR	-	-	1	112	1	245	-	-	18	532	20	889
MA	CURURUPU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	176	8	176
MA	DAVINOPOLIS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	113	4	113
MA	DOM PEDRO	BR	-	-	5	237	-	-	-	-	12	497	17	734
MA	ESPERANTINOPOLIS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	25	963	25	963
MA	ESTREITO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	300	4	300
MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	421	4	421
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	283	5	283
MA	FORTUNA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	176	8	176
MA	GONCALVES DIAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	32	1	32
MA	GOVERNADOR ARCHER	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	360	4	360
MA	GOVERNADOR EDISON LOBAO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	312	1	312
MA	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	54	2	54
MA	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	49	1	49
MA	GOVERNADOR NEWTON BELLO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	18	2	18
MA	GRAJAU	BR	-	-	7	969	-	-	-	-	24	1.797	31	2.766
MA	GUIMARAES	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	1	15
MA	HUMBERTO DE CAMPOS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	272	2	272
MA	IGARAPE DO MEIO	BR	-	-	1	702	-	-	-	-	-	-	1	702

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MA	IGARAPE GRANDE	BR		-	-	-	-	-		-	4	50	4	50
MA	IMPERATRIZ	EMR		-	8	4.400	1	10.525		-	91	25.853	100	40.778
MA	ITAPECURU MIRIM	BR		-	2	158	1	179		-	2	205	5	542
MA	ITINGA DO MARANHAO	EMR		-	-	-	-	-		-	8	602	8	602
MA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	BR		-	-	-	-	-		-	1	9	1	9
MA	JOAO LISBOA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	50	1	50
MA	JOSELANDIA	BR		-	-	-	-	-		-	2	56	2	56
MA	LAGO DA PEDRA	BR		-	-	-	-	-		-	21	1.883	21	1.883
MA	LAGO DO JUNCO	BR		-	-	-	-	-		-	2	29	2	29
MA	LAGO DOS RODRIGUES	BR		-	-	-	-	-		-	5	87	5	87
MA	LAGOA DO MATO	BR		-	-	-	-	-		-	1	15	1	15
MA	LAJEADO NOVO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	17	1	17
MA	LIMA CAMPOS	BR		-	-	-	-	-		-	9	454	9	454
MA	MAGALHAES DE ALMEIDA	BR		-	-	-	-	-		-	1	25	1	25
MA	MARACACUME	BR		-	1	199	-	-		-	1	227	2	426
MA	MATA ROMA	BR		-	1	20	-	-		-	6	338	7	358
MA	MATINHA	BR		-	-	-	-	-		-	2	106	2	106
MA	MIRADOR	BR		-	-	-	-	-		-	1	25	1	25
MA	MIRANDA DO NORTE	BR		-	-	-	-	-		-	1	8	1	8
MA	MIRINZAL	BR		-	-	-	1	153		-	6	110	7	263
MA	MONCAO	BR		-	-	-	-	-		-	4	223	4	223
MA	MORROS	BR		-	-	-	-	-		-	2	224	2	224
MA	NOVA OLINDA DO MARANHAO	BR		-	-	-	-	-		-	6	223	6	223
MA	OLHO D'AGUA DAS CUNHAS	BR		-	-	-	-	-		-	11	472	11	472
MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	BR		-	1	769	-	-		-	1	15	2	784
MA	PACO DO LUMIAR	EMR		-	-	-	-	-		-	5	11.055	5	11.055
MA	PALMEIRANDIA	BR		-	-	-	-	-		-	1	25	1	25
MA	PARAIBANO	BR		-	-	-	-	-		-	1	200	1	200
MA	PARNARAMA	BR		-	-	-	-	-		-	5	692	5	692
MA	PASSAGEM FRANCA	BR		-	-	-	-	-		-	8	202	8	202
MA	PASTOS BONS	BR		-	-	-	-	-		-	3	60	3	60
MA	PAULINO NEVES	BR		-	-	-	-	-		-	1	151	1	151
MA	PAULO RAMOS	BR		-	-	-	-	-		-	8	341	8	341
MA	PEDREIRAS	BR		-	-	-	-	-		-	53	2.234	53	2.234
MA	PERI MIRIM	BR		-	-	-	-	-		-	1	11	1	11
MA	PERITORO	BR		-	-	-	-	-		-	6	226	6	226
MA	PINDARE MIRIM	BR		-	-	-	-	-		-	1	35	1	35
MA	PINHEIRO	BR		-	1	139	1	200		-	37	2.074	39	2.413
MA	PIO XII	BR		-	-	-	-	-		-	1	25	1	25
MA	POCAO DE PEDRAS	BR		-	-	-	-	-		-	1	15	1	15
MA	PORTO FRANCO	EMR	1	17.025	-	-	-	-		-	10	1.596	11	18.621
MA	PORTO RICO DO MARANHAO	BR		-	1	100	-	-		-	-	-	1	100
MA	PRESIDENTE DUTRA	BR	3	233	5	408	-	-		-	40	1.753	48	2.394
MA	PRESIDENTE MEDICI	BR		-	-	-	-	-		-	1	21	1	21
MA	PRESIDENTE SARNEY	BR		-	-	-	-	-		-	1	8	1	8
MA	RAPOSA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	200	1	200
MA	ROSARIO	BR		-	-	-	-	-		-	2	74	2	74
MA	SAMBAIBA	DMR		-	-	-	-	-		-	1	3	1	3
MA	SANTA FILOMENA DO MARANHAO	BR		-	-	-	-	-		-	2	42	2	42
MA	SANTA HELENA	BR		-	1	25	-	-		-	29	1.700	30	1.725
MA	SANTA INES	BR		-	-	-	2	1.063		-	40	11.953	42	13.016
MA	SANTA LUZIA	BR		-	-	-	-	-		-	2	81	2	81
MA	SANTA LUZIA DO PARUA	BR		-	-	-	-	-		-	3	11.200	3	11.200
MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	BR		-	-	-	-	-		-	5	253	5	253
MA	SANTA RITA	BR		-	-	-	-	-		-	2	155	2	155
MA	SANTO AMARO DO MARANHAO	BR		-	-	-	-	-		-	2	57	2	57
MA	SANTO ANTONIO DOS LOPES	BR		-	-	-	-	-		-	4	225	4	225
MA	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	BR		-	-	-	-	-		-	4	68	4	68
MA	SAO BENTO	BR		-	-	-	-	-		-	5	411	5	411

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MA	SAO BERNARDO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	105	3	105
MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	122	7	122
MA	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	19	1.265	19	1.265
MA	SAO FRANCISCO DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	62	1	62
MA	SAO JOAO BATISTA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	60	4	60
MA	SAO JOAO DO PARAISO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	39	2	39
MA	SAO JOAO DO SOTER	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	12	1.133	12	1.133
MA	SAO JOAO DOS PATOS	BR	-	-	2	64	-	-	-	-	4	142	6	206
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	EMR	-	-	5	6.642	1	1.822	-	-	7	2.633	13	11.097
MA	SAO LUIS	EMR	-	-	11	103.064	-	-	2	60.743	278	119.939	291	283.746
MA	SAO MATEUS DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	109	2	109
MA	SAO PEDRO DOS CRENTES	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	1	6
MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIR	DMR	-	-	1	1.156	-	-	-	-	-	-	1	1.156
MA	SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZER	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	26	1	26
MA	SAO ROBERTO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	200	1	200
MA	SAO VICENTE FERRER	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	14	513	14	513
MA	SITIO NOVO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	50	2	50
MA	SUCUPIRA DO NORTE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20	1	20
MA	TIMBIRAS	BR	1	20	1	5	-	-	-	-	19	666	21	691
MA	TIMON	BR	-	-	1	42	-	-	-	-	30	6.633	31	6.675
MA	TRIZIDELA DO VALE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	20	962	20	962
MA	TUFILANDIA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
MA	TUNTUM	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	121	3	121
MA	TURIACU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	54	4	54
MA	TURILANDIA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	221	4	221
MA	TUTOIA	BR	-	-	-	-	1	134	-	-	6	402	7	536
MA	URBANO SANTOS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	304	6	304
MA	VARGEM GRANDE	BR	-	-	1	198	-	-	-	-	4	80	5	278
MA	VIANA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	1	15
MA	VITORIA DO MEARIM	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17	1	17
MA	VITORINO FREIRE	BR	-	-	1	133	-	-	-	-	18	682	19	815
MA	ZE DOCA	BR	-	-	3	2.055	1	194	-	-	8	1.695	12	3.944
MG	AGUAS FORMOSAS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
MG	AGUAS VERMELHAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
MG	ALMENARA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	205	2	205
MG	ANGELANDIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	193	4	193
MG	ARACUAI	DMR	-	-	1	1.241	-	-	-	-	3	91	4	1.332
MG	ARINOS	DMR	-	-	1	80	1	179	-	-	6	194	8	453
MG	BANDEIRA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
MG	BERIZAL	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
MG	BOCAIUVA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	13	1.784	13	1.784
MG	BONITO DE MINAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	53	1	53
MG	BRASILIA DE MINAS	EMR	-	-	3	206	-	-	-	-	33	1.276	36	1.482
MG	BURITIZEIRO	EMR	-	-	3	371	3	180	-	-	17	709	23	1.260
MG	CACHOEIRA DE PAJEU	BR	-	-	2	80	-	-	-	-	-	-	2	80
MG	CAMPO AZUL	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	112	1	112
MG	CAPELINHA	DMR	-	-	5	1.335	-	-	-	-	40	2.003	45	3.338
MG	CATUTI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	21	2	21
MG	CHAPADA GAUCHA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	246	2	246
MG	CONEGO MARINHO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	37	2	37
MG	CORACAO DE JESUS	EMR	-	-	1	150	-	-	-	-	6	365	7	515
MG	CORONEL MURTA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	18	1	18
MG	CRISTALIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
MG	DATAS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
MG	DIAMANTINA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	176	7	176
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	184	4	184
MG	ESPINOSA	DMR	-	-	12	487	1	65	-	-	34	1.642	47	2.194
MG	FELICIO DOS SANTOS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	102	2	102
MG	FORMOSO	DMR	-	-	-	-	1	200	-	-	2	282	3	482

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MG	FRANCISCO DUMONT	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
MG	FRANCISCO SA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	200	1	200
MG	FREI GASPAR	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	1	8
MG	FRONTEIRA DOS VALES	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
MG	GAMELEIRAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	72	3	72
MG	GRAO MOGOL	DMR	-	-	-	-	1	683	-	-	2	113	3	796
MG	IBIAI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	361	5	361
MG	ICARAI DE MINAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	276	8	276
MG	ITACARAMBI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	12	557	12	557
MG	ITAIPE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
MG	ITAMARANDIBA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
MG	ITAMBACURI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12	1	12
MG	ITAOBIM	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	85	2	85
MG	ITINGA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	22	1	22
MG	JACINTO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
MG	JAIBA	DMR	-	-	1	175	-	-	-	-	50	2.382	51	2.557
MG	JANAUBA	DMR	1	103	16	776	-	-	-	-	177	6.651	194	7.530
MG	JANUARIA	DMR	-	-	7	193	2	242	-	-	90	5.081	99	5.516
MG	JAPONVAR	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	218	3	218
MG	JEQUITAI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	192	2	192
MG	JEQUITINHONHA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	954	2	954
MG	JOAIMA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	56	1	56
MG	JORDANIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
MG	JOSENOPOLIS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
MG	JUVENILIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	252	5	252
MG	LADAINHA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	55	2	55
MG	LAGOA DOS PATOS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
MG	LASSANCE	EMR	-	-	-	-	1	87	-	-	-	-	1	87
MG	LEME DO PRADO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	79	1	79
MG	LONTRA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	227	5	227
MG	LUISLANDIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	75	3	75
MG	MACHACALIS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
MG	MALACACHETA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	28	2	28
MG	MAMONAS	DMR	-	-	1	25	-	-	-	-	3	53	4	78
MG	MANGA	DMR	-	-	1	10	-	-	-	-	20	534	21	544
MG	MATA VERDE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	92	1	92
MG	MATIAS CARDOSO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	80	4	80
MG	MATO VERDE	DMR	-	-	1	35	-	-	-	-	15	763	16	798
MG	MEDINA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	236	7	236
MG	MINAS NOVAS	DMR	-	-	1	226	-	-	-	-	4	460	5	686
MG	MIRABELA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	118	8	118
MG	MIRAVANIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	46	2	46
MG	MONTALVANIA	DMR	-	-	2	122	-	-	-	-	22	802	24	924
MG	MONTE AZUL	DMR	-	-	9	776	-	-	-	-	82	3.535	91	4.311
MG	MONTE FORMOSO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
MG	MONTES CLAROS	EMR	-	-	10	57.039	3	6.342	-	-	147	15.305	160	78.686
MG	MONTEZUMA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	144	7	144
MG	NANUQUE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	568	5	568
MG	NOVA PORTEIRINHA	DMR	-	-	4	185	-	-	-	-	10	159	14	344
MG	NOVO CRUZEIRO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	126	1	126
MG	NOVORIZONTE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	195	1	195
MG	OURO VERDE DE MINAS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	1	10
MG	PADRE CARVALHO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	130	1	130
MG	PADRE PARAISO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	22	1	22
MG	PAI PEDRO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	42	4	42
MG	PALMOPOLIS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	87	2	87
MG	PATIS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	280	4	280
MG	PEDRA AZUL	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	69	1	69
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	266	7	266
MG	PINTOPOLIS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	60	2	60

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MG	PIRAPORA	EMR	-		5	18.042	2	71	-		70	5.346	77	23.459
MG	PONTO CHIQUE	EMR	-		-	-	-	-	-		1	46	1	46
MG	PORTEIRINHA	DMR	-		2	79	1	240	-		67	3.794	70	4.113
MG	POTE	EMR	-		-	-	-	-	-		2	50	2	50
MG	RIACHINHO	EMR	-		-	-	-	-	-		1	15	1	15
MG	RIACHO DOS MACHADOS	DMR	-		-	-	-	-	-		3	49	3	49
MG	RIO PARDO DE MINAS	DMR	-		-	-	-	-	-		5	243	5	243
MG	RIO VERMELHO	EMR	-		-	-	-	-	-		1	13	1	13
MG	RUBIM	DMR	-		-	-	-	-	-		1	31	1	31
MG	SALINAS	DMR	-		7	1.243	-	-	-		51	4.221	58	5.464
MG	SANTA FE DE MINAS	EMR	-		-	-	-	-	-		2	95	2	95
MG	SANTO ANTONIO DO JACINTO	DMR	-		-	-	-	-	-		2	70	2	70
MG	SANTO ANTONIO DO RETIRO	DMR	-		-	-	-	-	-		3	212	3	212
MG	SAO FRANCISCO	DMR	-		-	-	1	30	-		28	1.514	29	1.544
MG	SAO JOAO DAS MISSOES	DMR	-		-	-	-	-	-		2	113	2	113
MG	SAO JOAO DO PARAISO	DMR	-		2	151	-	-	-		2	189	4	340
MG	SAO ROMAO	EMR	-		-	-	-	-	-		2	62	2	62
MG	SERRANOPOLIS DE MINAS	DMR	-		-	-	-	-	-		3	224	3	224
MG	SERRO	EMR	-		-	-	1	200	-		1	50	2	250
MG	TAIOBEIRAS	DMR	-		3	359	-	-	-		7	977	10	1.336
MG	TEOFILO OTONI	EMR	1	1.005	2	197	1	7	-		22	5.260	26	6.469
MG	TURMALINA	DMR	-		-	-	1	944	-		3	325	4	1.269
MG	UBAI	EMR	-		-	-	-	-	-		5	134	5	134
MG	URUCUIA	DMR	-		-	-	-	-	-		1	8	1	8
MG	VARZEA DA PALMA	EMR	-		1	17	-	-	-		12	704	13	721
MG	VARZELANDIA	EMR	-		-	-	-	-	-		1	39	1	39
MG	VERDELANDIA	EMR	-		-	-	-	-	-		10	405	10	405
MG	VEREDINHA	DMR	-		-	-	-	-	-		2	217	2	217
MG	VIRGEM DA LAPA	DMR	-		-	-	-	-	-		6	290	6	290
PB	ALAGOA GRANDE	BR	-		2	41	-	-	-		11	386	13	427
PB	ALAGOA NOVA	BR	-		-	-	-	-	-		4	65	4	65
PB	ALAGOINHA	BR	-		1	200	-	-	-		4	88	5	288
PB	ALGODAO DE JANDAIRA	BR	-		1	18	-	-	-		1	16	2	34
PB	ALHANDRA	DMR	-		1	100.000	-	-	-		4	11.877	5	111.877
PB	AMPARO	DMR	-		-	-	-	-	-		1	28	1	28
PB	ARACAGI	BR	-		1	31	1	82	-		5	191	7	304
PB	ARARA	BR	-		-	-	-	-	-		13	249	13	249
PB	ARARUNA	BR	-		-	-	-	-	-		6	228	6	228
PB	AREIA	BR	-		-	-	-	-	-		3	37	3	37
PB	ASSUNCAO	DMR	-		-	-	-	-	-		1	6	1	6
PB	BAIA DA TRAICAO	BR	-		-	-	-	-	-		1	50	1	50
PB	BANANEIRAS	BR	-		-	-	-	-	-		12	165	12	165
PB	BARAUNA	BR	-		-	-	-	-	-		4	43	4	43
PB	BARRA DE SANTA ROSA	BR	-		-	-	-	-	-		1	14	1	14
PB	BARRA DE SANTANA	DMR	3	170	1	50	-	-	-		-	-	4	220
PB	BAYEUX	AR	-		2	182	-	-	-		14	690	16	872
PB	BELEM	BR	-		-	-	-	-	-		5	185	5	185
PB	BELEM DO BREJO DO CRUZ	EMR	-		-	-	-	-	-		1	7	1	7
PB	BERNARDINO BATISTA	EMR	-		-	-	-	-	-		1	28	1	28
PB	BOA VENTURA	DMR	-		1	25	-	-	-		1	14	2	39
PB	BOM SUCESSO	EMR	-		-	-	-	-	-		1	14	1	14
PB	BONITO DE SANTA FE	EMR	-		-	-	-	-	-		2	107	2	107
PB	BOQUEIRAO	DMR	-		-	-	-	-	-		1	28	1	28
PB	BORBOREMA	BR	-		-	-	-	-	-		2	52	2	52
PB	BREJO DO CRUZ	EMR	-		11	313	-	-	-		11	413	22	726
PB	BREJO DOS SANTOS	EMR	-		-	-	-	-	-		13	359	13	359
PB	CAAPORA	DMR	-		-	-	-	-	-		2	40	2	40
PB	CABACEIRAS	DMR	-		-	-	-	-	-		1	49	1	49
PB	CABEDELO	AR	-		13	1.860	-	-	-		25	10.729	38	12.589
PB	CACHOEIRA DOS INDIOS	EMR	-		-	-	-	-	-		4	134	4	134
PB	CACIMBA DE DENTRO	BR	-		-	-	-	-	-		5	178	5	178
PB	CAICARA	BR	-		-	-	-	-	-		2	15	2	15
PB	CAJAZEIRAS	EMR	-		11	1.038	1	9	-		76	5.137	88	6.184

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PB	CAJAZEIRINHAS	EMR		-	-	-	-	-		-	1	35	1	35
PB	CAMALAU	DMR		-	-	-	-	-		-	5	67	5	67
PB	CAMPINA GRANDE	EMR		-	35	5.107	10	3.326		-	90	10.635	135	19.068
PB	CAMPO DE SANTANA	BR		-	-	-	-	-		-	2	50	2	50
PB	CAPIM	BR		-	-	-	-	-		-	3	204	3	204
PB	CARAUBAS	DMR		-	-	-	-	-		-	1	4	1	4
PB	CASSERENGUE	BR		-	-	-	-	-		-	6	187	6	187
PB	CATOLE DO ROCHA	EMR	1	46	15	682	-	-		-	77	2.749	93	3.477
PB	CONCEICAO	DMR		-	-	-	-	-		-	7	323	7	323
PB	CONDADO	EMR		-	-	-	-	-		-	2	35	2	35
PB	CONDE	AR		-	-	-	-	-		-	6	158	6	158
PB	CONGO	DMR		-	-	-	-	-		-	2	104	2	104
PB	COREMAS	BR		-	-	-	-	-		-	13	228	13	228
PB	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	BR		-	-	-	-	-		-	1	14	1	14
PB	CUITE	BR		-	-	-	-	-		-	5	124	5	124
PB	CUITEGI	BR		-	-	-	-	-		-	2	52	2	52
PB	CURRAL VELHO	DMR		-	-	-	-	-		-	1	26	1	26
PB	DESTERRO	DMR		-	-	-	-	-		-	1	11	1	11
PB	DIAMANTE	DMR		-	-	-	-	-		-	5	90	5	90
PB	ESPERANCA	EMR		-	-	-	-	-		-	20	3.007	20	3.007
PB	GUARABIRA	BR	2	233	11	814	1	50		-	80	3.821	94	4.918
PB	GURINHEM	BR		-	1	2.850	-	-		-	-	-	1	2.850
PB	GURJAO	DMR		-	-	-	-	-		-	1	77	1	77
PB	IBIARA	DMR		-	-	-	-	-		-	3	51	3	51
PB	IGARACY	BR		-	-	-	-	-		-	3	134	3	134
PB	IMACULADA	DMR		-	-	-	-	-		-	3	59	3	59
PB	INGA	BR		-	1	6	-	-		-	-	-	1	6
PB	ITABAIANA	BR		-	-	-	-	-		-	12	498	12	498
PB	ITAPORANGA	DMR		-	11	579	-	-		-	32	1.351	43	1.930
PB	ITAPOROROCA	BR		-	1	31	-	-		-	4	100	5	131
PB	ITATUBA	BR		-	2	938	-	-		-	2	59	4	997
PB	JACARAU	BR		-	2	310	-	-		-	3	44	5	354
PB	JERICO	EMR		-	-	-	-	-		-	4	268	4	268
PB	JOAO PESSOA	AR	2	1.017	20	21.936	20	69.129		-	225	12.752	267	104.834
PB	JUNCO DO SERIDO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	65	1	65
PB	JURIPIRANGA	BR		-	2	163	-	-		-	-	-	2	163
PB	JURU	DMR		-	-	-	-	-		-	1	88	1	88
PB	LAGOA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	61	2	61
PB	LAGOA SECA	EMR		-	1	7	-	-		-	3	139	4	146
PB	LASTRO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	8	1	8
PB	LUCENA	AR		-	-	-	2	730		-	3	75	5	805
PB	MALTA	EMR		-	1	179	-	-		-	2	78	3	257
PB	MAMANGUAPE	BR	1	81	2	48	-	-		-	7	1.137	10	1.266
PB	MARI	BR		-	1	7	-	-		-	8	281	9	288
PB	MARIZOPOLIS	EMR		-	-	-	-	-		-	1	6	1	6
PB	MATARACA	BR	1	162	1	7	-	-		-	-	-	2	169
PB	MOGEIRO	BR		-	-	-	-	-		-	2	103	2	103
PB	MONTE HOREBE	EMR		-	1	21	-	-		-	3	27	4	48
PB	MONTEIRO	DMR		-	1	17	-	-		-	13	569	14	586
PB	MULUNGU	BR		-	-	-	-	-		-	1	50	1	50
PB	NATUBA	BR		-	-	-	-	-		-	3	272	3	272
PB	NAZAREZINHO	EMR		-	-	-	-	-		-	7	209	7	209
PB	NOVA FLORESTA	BR		-	1	13	-	-		-	1	16	2	29
PB	NOVA PALMEIRA	BR		-	-	-	-	-		-	1	60	1	60
PB	OLHO D'AGUA	BR		-	-	-	-	-		-	3	48	3	48
PB	OURO VELHO	DMR		-	-	-	-	-		-	1	35	1	35
PB	PATOS	DMR	1	56	16	651	2	14		-	74	3.535	93	4.256
PB	PAULISTA	EMR		-	3	57	-	-		-	16	620	19	677
PB	PEDRA BRANCA	DMR		-	-	-	-	-		-	2	23	2	23
PB	PEDRA LAVRADA	BR		-	-	-	-	-		-	2	270	2	270
PB	PEDRAS DE FOGO	DMR		-	-	-	-	-		-	2	151	2	151
PB	PIANCO	BR		-	4	100	-	-		-	2	70	6	170
PB	PICUI	BR		-	-	-	-	-		-	2	66	2	66

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PB	PILAR	BR		-	-	-	-	-		-	1	6	1	6
PB	PILOEZINHOS	BR		-	-	-	-	-		-	3	103	3	103
PB	PIRPIRITUBA	BR		-	2	78	-	-		-	1	3	3	81
PB	PITIMBU	DMR		-	-	-	-	-		-	2	11	2	11
PB	POCINHOS	BR		-	-	-	-	-		-	2	56	2	56
PB	POCO DE JOSE DE MOURA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	12	1	12
PB	POMBAL	EMR		-	3	186	1	40		-	67	2.562	71	2.788
PB	PRATA	AR		-	-	-	-	-		-	1	70	1	70
PB	PRINCESA ISABEL	DMR		-	7	454	-	-		-	14	773	21	1.227
PB	PUXINANA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	34	1	34
PB	QUEIMADAS	EMR		-	2	89	-	-		-	2	51	4	140
PB	QUIXABA	DMR		-	2	204	-	-		-	1	198	3	402
PB	REMIGIO	BR		-	3	181	-	-		-	4	68	7	249
PB	RIACHO DOS CAVALOS	EMR		-	-	-	-	-		-	8	138	8	138
PB	SALGADINHO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	8	1	8
PB	SANTA CECILIA DE UMBUZEIRO	BR		-	-	-	-	-		-	1	200	1	200
PB	SANTA CRUZ	EMR		-	-	-	-	-		-	3	67	3	67
PB	SANTA INES	DMR		-	1	39	-	-		-	2	230	3	269
PB	SANTA LUZIA	EMR		-	1	8	1	118		-	9	305	11	431
PB	SANTA RITA	AR	2	13.673	3	93	-	-		-	4	260	9	14.026
PB	SANTANA DE MANGUEIRA	DMR		-	-	-	-	-		-	2	80	2	80
PB	SAO BENTO	EMR		-	3	48	-	-		-	20	1.204	23	1.252
PB	SAO DOMINGOS DE POMBAL	EMR		-	-	-	-	-		-	1	7	1	7
PB	SAO FRANCISCO	EMR		-	-	-	-	-		-	4	255	4	255
PB	SAO JOAO DO CARIRI	DMR		-	1	45	-	-		-	1	9	2	54
PB	SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	EMR		-	1	9	-	-		-	9	359	10	368
PB	SAO JOAO DO TIGRE	DMR		-	-	-	-	-		-	1	18	1	18
PB	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	EMR		-	-	-	-	-		-	3	62	3	62
PB	SAO JOSE DE PIRANHAS	EMR		-	-	-	-	-		-	6	192	6	192
PB	SAO JOSE DO SABUGI	EMR		-	-	-	-	-		-	1	21	1	21
PB	SAO MAMEDE	EMR		-	-	-	-	-		-	1	17	1	17
PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE RO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	30	1	30
PB	SAPE	BR	2	32	1	42	-	-		-	36	1.280	39	1.354
PB	SERRA BRANCA	DMR		-	-	-	-	-		-	7	243	7	243
PB	SERTAOZINHO	BR		-	-	-	-	-		-	2	40	2	40
PB	SOLANEA	BR		-	-	-	-	-		-	33	877	33	877
PB	SOLEDADE	BR		-	-	-	-	-		-	2	33	2	33
PB	SOUSA	EMR	5	2.653	15	1.245	3	104		-	84	8.229	107	12.231
PB	SUME	DMR		-	-	-	-	-		-	10	323	10	323
PB	TEIXEIRA	DMR		-	-	-	-	-		-	2	159	2	159
PB	TRIUNFO	EMR		-	-	-	-	-		-	5	183	5	183
PB	UIRAUNA	EMR		-	2	44	-	-		-	10	856	12	900
PB	VARZEA	EMR		-	1	6	-	-		-	-	-	1	6
PE	ABREU E LIMA	AR	1	430	14	844	-	-		-	20	702	35	1.976
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	DMR		-	9	558	5	463		-	57	2.755	71	3.776
PE	AFRANIO	EMR		-	-	-	-	-		-	7	724	7	724
PE	AGUAS BELAS	BR		-	3	190	-	-		-	20	1.113	23	1.303
PE	ALAGOINHA	EMR		-	-	-	-	-		-	6	100	6	100
PE	ALIANCA	EMR		-	-	-	-	-		-	36	2.248	36	2.248
PE	ALTINHO	BR		-	-	-	-	-		-	2	69	2	69
PE	AMARAJI	BR		-	-	-	-	-		-	3	119	3	119
PE	ARACOIABA	EMR		-	-	-	-	-		-	6	86	6	86
PE	ARARIPINA	DMR	3	329	20	1.792	2	5.968		-	80	5.125	105	13.214
PE	ARCOVERDE	EMR	2	162	3	345	1	6.614		-	51	2.625	57	9.746
PE	BARRA DE GUABIRABA	BR		-	4	283	-	-		-	4	133	8	416
PE	BARREIROS	BR		-	-	-	-	-		-	2	177	2	177
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	DMR		-	-	-	-	-		-	16	3.154	16	3.154
PE	BELO JARDIM	EMR		-	9	22.869	2	277		-	38	1.153	49	24.299
PE	BETANIA	EMR		-	-	-	-	-		-	3	95	3	95
PE	BEZERROS	EMR		-	8	730	-	-		-	40	1.837	48	2.567

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PE	BODOCO	DMR		-	1	1.551	-	-		-	16	858	17	2.409
PE	BOM CONSELHO	EMR	1	118.296	2	48	-	-		-	55	1.906	58	120.250
PE	BOM JARDIM	BR		-	1	32	-	-		-	6	231	7	263
PE	BONITO	BR		-	3	297	1	23		-	8	205	12	525
PE	BREJINHO	DMR		-	-	-	-	-		-	1	50	1	50
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	EMR		-	-	-	-	-		-	1	42	1	42
PE	BUENOS AIRES	EMR		-	-	-	-	-		-	1	74	1	74
PE	BUIQUE	BR	1	9	-	-	1	592		-	9	144	11	745
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	EMR		-	4	1.275	-	-		-	4	513	8	1.788
PE	CABROBO	EMR		-	1	32	-	-		-	15	974	16	1.006
PE	CACHOEIRINHA	EMR		-	1	32	-	-		-	1	23	2	55
PE	CAETES	EMR		-	1	100	-	-		-	9	306	10	406
PE	CALCADO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	33	1	33
PE	CALUMBI	DMR		-	-	-	-	-		-	2	21	2	21
PE	CAMARAGIBE	AR		-	-	-	-	-		-	6	688	6	688
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	BR		-	1	11	-	-		-	7	246	8	257
PE	CAMUTANGA	EMR		-	1	59	-	-		-	3	246	4	305
PE	CANHOTINHO	EMR		-	4	216	-	-		-	6	112	10	328
PE	CAPOEIRAS	EMR		-	-	-	-	-		-	13	239	13	239
PE	CARNAIBA	DMR		-	3	10.053	-	-		-	24	1.151	27	11.204
PE	CARPINA	EMR		-	6	237	-	-		-	19	1.301	25	1.538
PE	CARUARU	EMR	1	19	20	1.052	1	435		-	70	15.249	92	16.755
PE	CASINHAS	EMR		-	3	57	-	-		-	2	227	5	284
PE	CEDRO	DMR		-	-	-	-	-		-	3	325	3	325
PE	CHA DE ALEGRIA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	107	1	107
PE	CHA GRANDE	EMR		-	4	113	-	-		-	5	374	9	487
PE	CONDADO	EMR		-	-	-	-	-		-	4	389	4	389
PE	CORRENTES	EMR		-	-	-	-	-		-	1	19	1	19
PE	CORTES	BR		-	-	-	-	-		-	1	175	1	175
PE	CUMARU	BR		-	-	-	-	-		-	2	43	2	43
PE	CUPIRA	BR		-	1	50	-	-		-	2	112	3	162
PE	CUSTODIA	EMR		-	1	586	-	-		-	6	168	7	754
PE	DORMENTES	EMR		-	-	-	-	-		-	3	97	3	97
PE	ESCADA	BR		-	2	16.931	-	-		-	10	458	12	17.389
PE	EXU	DMR		-	-	-	-	-		-	13	606	13	606
PE	FEIRA NOVA	BR		-	3	395	-	-		-	7	165	10	560
PE	FERNANDO DE NORONHA	AR		-	-	-	1	56		-	-	-	1	56
PE	FERREIROS	EMR		-	-	-	-	-		-	12	631	12	631
PE	FLORES	DMR		-	-	-	-	-		-	4	77	4	77
PE	FLORESTA	DMR		-	3	450	-	-		-	26	1.194	29	1.644
PE	FREI MIGUELINHO	EMR		-	-	-	-	-		-	8	252	8	252
PE	GARANHUNS	EMR	1	4.000	39	905	-	-		-	166	6.229	206	11.134
PE	GLORIA DO GOITA	EMR		-	-	-	-	-		-	4	590	4	590
PE	GOIANA	EMR		-	5	149	-	-		-	35	1.046	40	1.195
PE	GRANITO	DMR		-	-	-	-	-		-	3	92	3	92
PE	GRAVATA	EMR		-	5	296	2	25.807		-	29	3.790	36	29.893
PE	IATI	EMR		-	-	-	-	-		-	5	148	5	148
PE	IBIMIRIM	EMR		-	-	-	-	-		-	13	369	13	369
PE	IBIRAJUBA	BR		-	-	-	-	-		-	1	134	1	134
PE	IGARASSU	EMR		-	11	1.474	-	-		-	24	771	35	2.245
PE	IGUARACI	DMR		-	1	25	-	-		-	6	397	7	422
PE	INAJA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	49	1	49
PE	INGAZEIRA	DMR		-	-	-	-	-		-	1	193	1	193
PE	IPOJUCA	EMR		-	4	30.438	-	-		-	5	188	9	30.626
PE	IPUBI	DMR	1	120	12	1.398	-	-		-	5	424	18	1.942
PE	ITAIBA	BR		-	2	18	-	-		-	-	-	2	18
PE	ITAMARACA	EMR		-	-	-	-	-		-	5	253	5	253
PE	ITAMBE	EMR		-	2	27	-	-		-	24	1.181	26	1.208
PE	ITAPETIM	DMR		-	-	-	-	-		-	13	688	13	688

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PE	ITAPISSUMA	EMR		-	1	583	-	-		-	2	110	3	693
PE	ITAQUITINGA	EMR		-	-	-	-	-	-	-	8	58.807	8	58.807
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	AR	2	541	17	2.279	-	-		-	62	19.956	81	22.776
PE	JAQUEIRA	BR		-	-	-	-	-		-	1	167	1	167
PE	JATAUBA	EMR		-	-	-	-	-		-	3	104	3	104
PE	JATOBA	DMR		-	-	-	-	-		-	4	102	4	102
PE	JOAO ALFREDO	BR		-	9	444	-	-		-	22	765	31	1.209
PE	JUCATI	EMR		-	-	-	-	-		-	1	48	1	48
PE	JUPI	EMR		-	1	50	-	-		-	6	166	7	216
PE	JUREMA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	48	2	48
PE	LAGOA DO CARRO	EMR		-	1	485	-	-		-	-	-	1	485
PE	LAGOA DO ITAENGA	EMR		-	1	15	-	-		-	3	107	4	122
PE	LAGOA DO OURO	EMR		-	-	-	-	-		-	2	89	2	89
PE	LAGOA GRANDE	EMR		-	1	34	-	-		-	7	656	8	690
PE	LAJEDO	EMR		-	28	847	-	-		-	22	692	50	1.539
PE	LIMOEIRO	BR	1	50	4	1.058	-	-		-	25	1.529	30	2.637
PE	MACAPARANA	EMR		-	2	73	-	-		-	13	738	15	811
PE	MACHADOS	BR		-	-	-	-	-		-	5	438	5	438
PE	MANARI	EMR		-	-	-	-	-		-	3	129	3	129
PE	MORENO	AR		-	-	-	-	-		-	5	455	5	455
PE	NAZARE DA MATA	EMR		-	6	588	-	-		-	4	285	10	873
PE	OLINDA	AR	1	75	6	808	-	-		-	42	6.336	49	7.219
PE	OROBO	BR		-	-	-	-	-		-	2	108	2	108
PE	OROCO	EMR	1	14	-	-	-	-		-	4	197	5	211
PE	OURICURI	DMR		-	3	1.232	-	-		-	37	4.514	40	5.746
PE	PALMARES	BR		-	-	-	-	-		-	4	412	4	412
PE	PARANATAMA	EMR		-	-	-	-	-		-	6	198	6	198
PE	PARNAMIRIM	DMR		-	-	-	-	-		-	2	75	2	75
PE	PASSIRA	BR		-	1	15	-	-		-	4	265	5	280
PE	PAUDALHO	EMR		-	5	461	-	-		-	6	676	11	1.137
PE	PAULISTA	AR		-	15	892	-	-		-	65	3.179	80	4.071
PE	PEDRA	BR	4	144	1	170	-	-		-	3	71	8	385
PE	PESQUEIRA	EMR		-	2	63	-	-		-	36	1.019	38	1.082
PE	PETROLANDIA	DMR		-	1	15	3	427		-	19	623	23	1.065
PE	PETROLINA	EMR		-	24	2.996	-	-		-	222	19.390	246	22.386
PE	POCAO	EMR		-	3	209	-	-		-	20	404	23	613
PE	POMBOS	EMR		-	4	2.695	-	-		-	5	340	9	3.035
PE	PRIMAVERA	BR		-	-	-	-	-		-	1	36	1	36
PE	QUIPAPA	BR		-	-	-	-	-		-	1	100	1	100
PE	RECIFE	AR	2	83	45	3.750	3	9.103	2	112.816	341	160.833	393	286.585
PE	RIACHO DAS ALMAS	EMR		-	-	-	-	-		-	1	9	1	9
PE	RIBEIRAO	BR		-	1	22	-	-		-	6	163	7	185
PE	SAIRE	BR		-	-	-	-	-		-	2	50	2	50
PE	SALGUEIRO	DMR		-	7	309	2	291		-	89	8.468	98	9.068
PE	SALOA	EMR		-	-	-	-	-		-	5	83	5	83
PE	SANHARO	EMR		-	-	-	-	-		-	5	119	5	119
PE	SANTA CRUZ	DMR		-	-	-	-	-		-	5	336	5	336
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	DMR		-	1	4	-	-		-	-	-	1	4
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	EMR		-	10	543	-	-		-	14	514	24	1.057
PE	SANTA FILOMENA	DMR		-	-	-	-	-		-	3	70	3	70
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	EMR		-	-	-	-	-		-	8	628	8	628
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	EMR	1	14	1	5	-	-		-	5	306	7	325
PE	SANTA TEREZINHA	DMR		-	1	14	-	-		-	1	18	2	32
PE	SAO BENEDITO DO SUL	BR		-	-	-	1	98		-	1	7	2	105
PE	SAO BENTO DO UNA	EMR	9	1.065	3	81	-	-		-	22	1.849	34	2.995
PE	SAO JOAO	EMR		-	-	-	-	-		-	5	191	5	191
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	BR		-	-	-	-	-		-	1	50	1	50
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	BR		-	-	-	-	-		-	1	50	1	50
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	DMR		-	-	-	-	-		-	4	152	4	152

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PE	SAO JOSE DO EGITO	DMR		-	1	14	1	200		-	11	310	13	524
PE	SAO LOURENCO DA MATA	AR	1	113	4	384	1	250.000		-	9	591	15	251.088
PE	SAO VICENTE FERRER	BR		-	1	50	-	-		-	2	206	3	256
PE	SERRA TALHADA	DMR		-	10	4.867	1	1.167		-	56	4.849	67	10.883
PE	SERRITA	DMR		-	-	-	-	-		-	2	119	2	119
PE	SERTANIA	EMR		-	1	6	-	-		-	47	1.875	48	1.881
PE	SOLIDAO	DMR		-	-	-	-	-		-	3	85	3	85
PE	SURUBIM	EMR		-	17	515	-	-		-	75	3.742	92	4.257
PE	TABIRA	DMR		-	2	44	-	-		-	26	1.122	28	1.166
PE	TACARATU	DMR		-	4	275	-	-		-	16	709	20	984
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	EMR		-	12	590	-	-		-	1	15	13	605
PE	TEREZINHA	EMR		-	-	-	-	-		-	2	100	2	100
PE	TERRA NOVA	EMR		-	-	-	-	-		-	1	19	1	19
PE	TIMBAUBA	EMR		-	9	39.571	-	-		-	84	3.935	93	43.506
PE	TORITAMA	EMR		-	2	160	-	-		-	10	387	12	547
PE	TRACUNHAEM	EMR		-	-	-	-	-		-	1	50	1	50
PE	TRINDADE	DMR		-	16	4.381	-	-		-	24	1.186	40	5.567
PE	TUPANATINGA	BR		-	-	-	-	-		-	1	62	1	62
PE	TUPARETAMA	DMR		-	1	14	-	-		-	4	228	5	242
PE	VENTUROSA	BR		-	-	-	-	-		-	13	174	13	174
PE	VERDEJANTE	DMR		-	-	-	-	-		-	4	403	4	403
PE	VERTENTE DO LERIO	EMR		-	-	-	-	-		-	1	11	1	11
PE	VERTENTES	EMR		-	9	257	-	-		-	9	289	18	546
PE	VICENCIA	EMR		-	-	-	-	-		-	5	306	5	306
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	EMR		-	3	2.992	-	-		-	48	2.912	51	5.904
PI	AGUA BRANCA	BR		-	1	8	-	-		-	37	2.514	38	2.522
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	DMR		-	-	-	-	-		-	4	48	4	48
PI	ALTOS	EMR		-	1	1.500	-	-		-	1	8	2	1.508
PI	AMARANTE	BR		-	-	-	-	-		-	9	147	9	147
PI	ANISIO DE ABREU	DMR		-	1	10	-	-		-	2	55	3	65
PI	ANTONIO ALMEIDA	DMR		-	-	-	-	-		-	1	14	1	14
PI	AROEIRAS DO ITAIM	EMR		-	-	-	-	-		-	2	102	2	102
PI	AVELINO LOPES	DMR		-	-	-	-	-		-	9	329	9	329
PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	DMR		-	2	71	-	-		-	11	1.594	13	1.665
PI	BARRAS	DMR		-	-	-	-	-		-	7	190	7	190
PI	BARRO DURO	BR		-	-	-	-	-		-	6	826	6	826
PI	BATALHA	DMR		-	-	-	1	129		-	2	50	3	179
PI	BELA VISTA DO PIAUI	DMR		-	-	-	-	-		-	3	87	3	87
PI	BERTOLINIA	DMR		-	-	-	-	-		-	5	268	5	268
PI	BOCAINA	EMR		-	-	-	1	36		-	-	-	1	36
PI	BOM JESUS	DMR		-	2	73	-	-		-	46	3.261	48	3.334
PI	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	EMR		-	-	-	-	-		-	1	34	1	34
PI	BRASILEIRA	DMR		-	1	25				-	-	-	1	25
PI	BREJO DO PIAUI	DMR		-	1	21				-	1	32	2	53
PI	BURITI DOS LOPES	EMR		-	-	-				-	6	549	6	549
PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	EMR		-	-	-				-	1	15	1	15
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	EMR		-	-	-	1	61		-	-	-	1	61
PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	DMR		-	-	-				-	1	13	1	13
PI	CAMPO GRANDE DO PIAUI	DMR		-	-	-				-	3	50	3	50
PI	CAMPO MAIOR	DMR	2	3.071	6	250				-	24	725	32	4.046
PI	CANTO DO BURITI	DMR		-	1	28				-	9	205	10	233
PI	CAPITAO DE CAMPOS	DMR		-	-	-				-	3	290	3	290
PI	CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	DMR		-	-	-				-	1	19	1	19
PI	CARACOL	DMR		-	-	-				-	3	303	3	303
PI	CARAUBAS DO PIAUI	EMR		-	-	-				-	1	44	1	44
PI	CASTELO DO PIAUI	DMR	1	69						-	6	287	7	356
PI	COCAL	EMR		-						-	5	355	5	355
PI	CONCEICAO DO CANINDE	DMR		-						-	5	182	5	182
PI	CORONEL JOSE DIAS	DMR		-	1	28				-	-	-	1	28

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	CORRENTE	DMR		-			1	371		-	23	1.587	24	1.958
PI	CRISTINO CASTRO	DMR		-	1	20				-	8	652	9	672
PI	CURIMATA	DMR		-						-	4	120	4	120
PI	DEMERVAL LOBAO	EMR		-	1	915				-	3	267	4	1.182
PI	DOM EXPEDITO LOPES	EMR		-						-	1	4	1	4
PI	DOM INOCENCIO	DMR		-						-	2	90	2	90
PI	ELESBAO VELOSO	BR	1	7						-	4	76	5	83
PI	ELISEU MARTINS	DMR		-						-	5	176	5	176
PI	ESPERANTINA	DMR	1	240	5	333				-	47	1.214	53	1.787
PI	FLORIANO	EMR	2	83	9	676	1	4.375		-	68	10.463	80	15.597
PI	FRANCISCO AYRES	BR		-						-	1	15	1	15
PI	FRANCISCO MACEDO	DMR		-						-	1	72	1	72
PI	FRONTEIRAS	DMR		-						-	4	1.989	4	1.989
PI	GILBUES	DMR		-						-	1	16	1	16
PI	GUADALUPE	EMR		-						-	2	20	2	20
PI	HUGO NAPOLEAO	BR		-						-	3	22	3	22
PI	ILHA GRANDE	EMR		-						-	1	52	1	52
PI	INHUMA	BR		-						-	9	357	9	357
PI	IPIRANGA DO PIAUI	EMR	1	37						-	-	-	1	37
PI	ISAIAS COELHO	DMR		-						-	2	49	2	49
PI	ITAINOPOLIS	DMR		-						-	2	18	2	18
PI	ITAUEIRA	EMR		-						-	2	77	2	77
PI	JACOBINA DO PIAUI	DMR		-						-	4	133	4	133
PI	JAICOS	DMR		-	1	18				-	5	148	6	166
PI	JATOBA DO PIAUI	DMR		-						-	1	18	1	18
PI	JERUMENHA	EMR		-	2	108				-	-	-	2	108
PI	JOAO COSTA	DMR		-						-	1	16	1	16
PI	JOAQUIM PIRES	DMR		-						-	17	550	17	550
PI	JOSE DE FREITAS	EMR		-						-	5	108	5	108
PI	JULIO BORGES	DMR		-						-	2	29	2	29
PI	LAGOA DE SAO FRANCISCO	DMR		-						-	1	53	1	53
PI	LAGOINHA DO PIAUI	BR		-						-	1	13	1	13
PI	LUIS CORREIA	EMR		-	1	25	1	656		-	7	730	9	1.411
PI	LUZILANDIA	DMR		-	2	184				-	19	321	21	505
PI	MADEIRO	DMR		-						-	4	99	4	99
PI	MANOEL EMIDIO	DMR		-						-	3	135	3	135
PI	MARCOLANDIA	DMR		-						-	16	1.041	16	1.041
PI	MASSAPE DO PIAUI	DMR		-						-	3	30	3	30
PI	MATIAS OLIMPIO	DMR		-						-	3	33	3	33
PI	MIGUEL ALVES	DMR		-			1	663		-	4	149	5	812
PI	MONSENHOR GIL	EMR		-						-	2	68	2	68
PI	MONTE ALEGRE DO PIAUI	DMR		-						-	1	20	1	20
PI	NAZARE DO PIAUI	EMR		-						-	2	12	2	12
PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	DMR		-						-	1	16	1	16
PI	NOVA SANTA RITA	DMR		-						-	1	73	1	73
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	BR		-						-	4	217	4	217
PI	OEIRAS	EMR		-	2	29				-	36	4.676	38	4.705
PI	OLHO D'AGUA DO PIAUI	BR		-						-	1	22	1	22
PI	PALMEIRA DO PIAUI	DMR		-						-	6	205	6	205
PI	PALMEIRAIS	BR		-						-	1	8	1	8
PI	PARNAGUA	DMR		-						-	5	192	5	192
PI	PARNAIBA	EMR	2	289	10	871	4	1.275		-	85	4.665	101	7.100
PI	PAULISTANA	DMR		-	2	56	1	40		-	18	1.211	21	1.307
PI	PEDRO II	DMR		-	7	316	1	30		-	44	3.090	52	3.436
PI	PEDRO LAURENTINO	DMR		-						-	1	1	1	1
PI	PICOS	EMR	6	1.012	16	657				-	101	6.708	123	8.377
PI	PIMENTEIRAS	BR		-						-	5	125	5	125
PI	PIO IX	DMR		-						-	6	420	6	420
PI	PIRACURUCA	EMR		-	7	448				-	23	1.462	30	1.910

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	PIRIPIRI	DMR		-	6	272	2	215		-	33	978	41	1.465
PI	PORTO	DMR		-						-	1	8	1	8
PI	QUEIMADA NOVA	DMR		-						-	7	137	7	137
PI	REDENCAO DO GURGUEIA	DMR		-						-	1	8	1	8
PI	REGENERACAO	BR		-						-	8	537	8	537
PI	RIBEIRA DO PIAUI	DMR	1	790						-	-	-	1	790
PI	RIBEIRO GONCALVES	DMR		-					1	70.000	3	3.140	4	73.140
PI	RIO GRANDE DO PIAUI	EMR		-						-	2	172	2	172
PI	SANTA CRUZ DO PIAUI	EMR		-						-	3	43	3	43
PI	SANTA FILOMENA	DMR		-						-	1	19	1	19
PI	SANTA LUZ	DMR		-						-	2	97	2	97
PI	SANTA ROSA DO PIAUI	EMR		-						-	1	4	1	4
PI	SANTANA DO PIAUI	EMR		-						-	1	21	1	21
PI	SANTO ANTONIO DE LISBOA	DMR		-	1	9				-	5	169	6	178
PI	SANTO INACIO DO PIAUI	DMR		-						-	1	8	1	8
PI	SAO FRANCISCO DO PIAUI	EMR		-						-	1	19	1	19
PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	DMR		-						-	1	5	1	5
PI	SAO GONCALO DO PIAUI	BR		-						-	6	134	6	134
PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	EMR		-						-	3	69	3	69
PI	SAO JOAO DO ARRAIAL	DMR		-						-	3	33	3	33
PI	SAO JOAO DO PIAUI	DMR		-			1	487		-	19	487	20	974
PI	SAO JOSE DO PIAUI	EMR		-						-	6	116	6	116
PI	SAO JULIAO	DMR		-						-	4	219	4	219
PI	SAO LOURENCO DO PIAUI	DMR		-	1	297				-	1	35	2	332
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	BR		-	1	60				-	7	502	8	562
PI	SAO RAIMUNDO NONATO	DMR		-	3	391	1	264		-	21	1.154	25	1.809
PI	SIMOES	DMR		-						-	7	235	7	235
PI	SIMPLICIO MENDES	DMR		-			1	913		-	14	405	15	1.318
PI	SUSSUAPARA	EMR		-	3	250				-	3	56	6	306
PI	TERESINA	EMR	4	385	66	31.420	5	6.021		-	339	274.408	414	312.234
PI	UNIAO	EMR		-	1	460				-	1	7	2	467
PI	URUCUI	DMR	1	255	6	200				-	51	1.894	58	2.349
PI	VALENCA DO PIAUI	BR	2	271	6	207				-	42	2.236	50	2.714
PI	VARZEA BRANCA	DMR		-						-	1	14	1	14
PI	WALL FERRAZ	EMR		-						-	1	7	1	7
RN	ACARI	DMR		-	11	749				-	12	429	23	1.178
RN	AFONSO BEZERRA	DMR		-						-	4	105	4	105
RN	AGUA NOVA	DMR		-						-	1	29	1	29
RN	ALEXANDRIA	DMR		-						-	7	151	7	151
RN	ALMINO AFONSO	DMR		-						-	2	44	2	44
RN	ALTO DO RODRIGUES	DMR		-	1	13	1	15		-	33	1.720	35	1.748
RN	ANGICOS	DMR		-			1	77		-	21	1.557	22	1.634
RN	ANTONIO MARTINS	DMR		-	2	152				-	2	49	4	201
RN	APODI	DMR	1	81	4	208				-	59	2.370	64	2.659
RN	AREIA BRANCA	EMR	1	200						-	7	360	8	560
RN	ASSU	DMR		-	26	2.210	3	1.362		-	163	9.257	192	12.829
RN	BARAUNA	EMR		-	1	254.729				-	7	222	8	254.951
RN	BARCELONA	DMR		-						-	4	176	4	176
RN	BOA SAUDE	DMR		-	1	6				-	-	-	1	6
RN	BODO	DMR		-						-	1	7	1	7
RN	BOM JESUS	DMR		-						-	3	72	3	72
RN	BREJINHO	DMR		-						-	16	692	16	692
RN	CAICARA DO NORTE	DMR		-						-	1	15	1	15
RN	CAICARA DO RIO DO VENTO	DMR		-						-	2	61	2	61
RN	CAICO	EMR	3	246	23	1.942	1	97		-	102	6.637	129	8.922
RN	CAMPO GRANDE	DMR		-						-	4	169	4	169
RN	CAMPO REDONDO	DMR		-						-	7	907	7	907
RN	CANGUARETAMA	DMR		-						-	5	647	5	647
RN	CARAUBAS	DMR		-	3	77				-	31	1.950	34	2.027

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	DMR		-	15	2.430				-	9	220	24	2.650
RN	CARNAUBAIS	DMR		-						-	6	295	6	295
RN	CEARA-MIRIM	DMR		-						-	10	692	10	692
RN	CERRO CORA	DMR		-	1	128	1	301		-	4	334	6	763
RN	CORONEL EZEQUIEL	DMR		-						-	1	21	1	21
RN	CORONEL JOAO PESSOA	DMR		-						-	1	8	1	8
RN	CRUZETA	DMR		-	4	180				-	14	475	18	655
RN	CURRAIS NOVOS	DMR	1	932	23	1.828	2	133		-	160	10.968	186	13.861
RN	DOUTOR SEVERIANO	DMR		-						-	2	200	2	200
RN	ENCANTO	DMR		-						-	5	113	5	113
RN	EQUADOR	DMR		-	1	456				-	4	281	5	737
RN	EXTREMOZ	AR	1	100						-	4	235	5	335
RN	FELIPE GUERRA	DMR		-						-	6	130	6	130
RN	FERNANDO PEDROZA	DMR		-						-	1	18	1	18
RN	FLORANIA	DMR		-						-	5	158	5	158
RN	FRANCISCO DANTAS	DMR		-						-	2	38	2	38
RN	GALINHOS	DMR		-			1	30		-	-	-	1	30
RN	GOIANINHA	DMR		-						-	13	770	13	770
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	DMR		-	1	160				-	4	109	5	269
RN	GROSSOS	EMR		-	1	2.461				-	2	64	3	2.525
RN	GUAMARE	DMR		-	1	4	2	175	4	302.428	32	1.294	39	303.901
RN	IPANGUACU	DMR		-	3	250				-	14	819	17	1.069
RN	ITAJA	DMR		-	10	1.839				-	23	786	33	2.625
RN	ITAU	DMR		-						-	8	143	8	143
RN	JACANA	DMR		-	1	80	1	190		-	8	452	10	722
RN	JANDAIRA	BR		-	1	8				-	1	11	2	19
RN	JAPI	DMR		-						-	1	21	1	21
RN	JARDIM DE PIRANHAS	EMR		-	8	782				-	12	433	20	1.215
RN	JARDIM DO SERIDO	DMR		-	17	754				-	36	1.159	53	1.913
RN	JOAO CAMARA	BR		-	4	871				-	9	577	13	1.448
RN	JOAO DIAS	DMR		-						-	1	11	1	11
RN	JOSE DA PENHA	DMR		-						-	4	100	4	100
RN	JUCURUTU	DMR		-	6	450	1	68		-	15	887	22	1.405
RN	JUNDIÁ	DMR		-						-	2	36	2	36
RN	LAGOA D'ANTA	DMR		-						-	4	105	4	105
RN	LAGOA DE VELHOS	DMR		-	1	132				-	-	-	1	132
RN	LAGOA NOVA	DMR		-			2	73		-	14	1.496	16	1.569
RN	LAJES	DMR		-	1	16.724				-	3	146	4	16.870
RN	LUCRECIA	DMR		-						-	3	450	3	450
RN	LUIS GOMES	DMR		-						-	2	196	2	196
RN	MACAIBA	DMR	6	454	5	1.952				-	7	342	18	2.748
RN	MACAU	DMR		-	2	966	2	161		-	93	3.341	97	4.468
RN	MARCELINO VIEIRA	DMR		-						-	3	160	3	160
RN	MAXARANGUAPE	BR		-						-	1	50	1	50
RN	MESSIAS TARGINO	DMR		-	3	59				-	1	100	4	159
RN	MONTANHAS	DMR		-						-	4	178	4	178
RN	MONTE ALEGRE	DMR		-						-	6	144	6	144
RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	DMR		-						-	2	24	2	24
RN	MOSSORO	EMR	13	460	34	31.694	6	1.441		-	205	20.250	258	53.845
RN	NATAL	AR	11	609	24	1.891	13	2.206	1	45	251	29.845	300	34.596
RN	NISIA FLORESTA	DMR		-						-	3	365	3	365
RN	NOVA CRUZ	DMR		-	1	17				-	23	973	24	990
RN	OLHO D'AGUA DO BORGES	DMR		-						-	1	28	1	28
RN	OURO BRANCO	DMR		-	2	187				-	4	54	6	241
RN	PARANA	DMR		-						-	1	3	1	3
RN	PARAU	DMR		-						-	1	70	1	70
RN	PARELHAS	DMR		-	20	1.532				-	22	563	42	2.095
RN	PARNAMIRIM	AR	6	438	17	5.994				-	68	12.120	91	18.552
RN	PASSA E FICA	DMR		-	3	200				-	3	165	6	365

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
RN	PASSAGEM	DMR		-						-	2	26	2	26
RN	PATU	DMR		-						-	9	265	9	265
RN	PAU DOS FERROS	DMR		-	3	68	2	50		-	45	2.817	50	2.935
RN	PEDRA PRETA	DMR		-	1	17				-	-	-	1	17
RN	PEDRO AVELINO	DMR		-						-	2	124	2	124
RN	PEDRO VELHO	DMR		-						-	3	153	3	153
RN	PENDENCIAS	DMR		-	3	470				-	10	695	13	1.165
RN	PILOES	DMR		-						-	7	545	7	545
RN	POCO BRANCO	BR		-						-	1	9	1	9
RN	PORTALEGRE	DMR		-	1	11				-	2	191	3	202
RN	PORTO DO MANGUE	DMR		-						-	1	26	1	26
RN	RAFAEL FERNANDES	DMR		-						-	2	96	2	96
RN	RAFAEL GODEIRO	DMR		-						-	2	86	2	86
RN	RIACHO DA CRUZ	DMR		-						-	1	30	1	30
RN	RIACHO DE SANTANA	DMR		-						-	1	11	1	11
RN	RIACHUELO	DMR		-	1	33				-	-	-	1	33
RN	RIO DO FOGO	BR		-						-	1	6	1	6
RN	RUY BARBOSA	DMR		-						-	4	63	4	63
RN	SANTA CRUZ	DMR		-	5	361				-	73	2.436	78	2.797
RN	SANTA MARIA	DMR		-						-	1	33	1	33
RN	SANTANA DO MATOS	DMR		-						-	10	641	10	641
RN	SANTANA DO SERIDO	DMR		-	4	1.166				-	1	44	5	1.210
RN	SANTO ANTONIO	DMR		-						-	15	766	15	766
RN	SAO BENTO DO TRAIRI	DMR		-	1	14				-	-	-	1	14
RN	SAO FERNANDO	EMR		-						-	2	39	2	39
RN	SAO FRANCISCO DO OESTE	DMR		-						-	1	14	1	14
RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	DMR	2	143	10	2.552				-	9	525	21	3.220
RN	SAO JOAO DO SABUGI	EMR		-						-	1	49	1	49
RN	SAO JOSE DE MIPIBU	DMR	1	105	4	736				-	4	153	9	994
RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	DMR		-	2	201				-	5	59	7	260
RN	SAO JOSE DO SERIDO	DMR		-	6	948				-	8	526	14	1.474
RN	SAO MIGUEL	DMR		-	1	25				-	9	456	10	481
RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	BR		-			1	69		-	-	-	1	69
RN	SAO PAULO DO POTENGI	DMR		-						-	9	569	9	569
RN	SAO RAFAEL	DMR		-						-	1	21	1	21
RN	SAO TOME	DMR		-						-	9	233	9	233
RN	SAO VICENTE	DMR		-	1	49	1	43		-	4	116	6	208
RN	SENADOR ELOI DE SOUZA	DMR		-						-	2	20	2	20
RN	SERRA CAIADA	DMR		-						-	2	64	2	64
RN	SERRA DE SAO BENTO	DMR		-						-	2	46	2	46
RN	SERRA DO MEL	EMR	1	63						-	1	37	2	100
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	EMR		-	8	384				-	4	73	12	457
RN	SERRINHA DOS PINTOS	DMR		-						-	2	397	2	397
RN	SEVERIANO MELO	DMR		-	1	3				-	11	555	12	558
RN	SITIO NOVO	DMR		-						-	3	65	3	65
RN	TABOLEIRO GRANDE	DMR		-	1	120				-	2	93	3	213
RN	TAIPU	BR	2	297						-	1	35	3	332
RN	TANGARA	DMR		-	3	127				-	10	164	13	291
RN	TENENTE ANANIAS	DMR		-						-	1	799	1	799
RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	DMR		-						-	9	385	9	385
RN	TIBAU	EMR		-			1	40		-	-	-	1	40
RN	TIBAU DO SUL	DMR		-			3	147		-	2	75	5	222
RN	TIMBAUBA DOS BATISTAS	EMR		-						-	1	46	1	46
RN	TOUROS	BR		-						-	5	258	5	258
RN	TRIUNFO POTIGUAR	DMR		-			1	53		-	-	-	1	53
RN	UMARIZAL	DMR		-	2	345				-	3	507	5	852
RN	VARZEA	DMR		-						-	1	8	1	8
RN	VENHA-VER	DMR		-						-	1	98	1	98
RN	VERA CRUZ	DMR		-	1	17				-	6	264	7	281

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
SE	AQUIDABA	DMR		-	1	43				-	6	115	7	158
SE	ARACAJU	AR	5	482	54	8.552	3	1.080		-	432	41.350	494	51.464
SE	AREIA BRANCA	EMR		-						-	3	1.020	3	1.020
SE	BARRA DOS COQUEIROS	AR	1	300						-	3	135	4	435
SE	BOQUIM	BR	1	100						-	8	531	9	631
SE	BREJO GRANDE	EMR		-						-	4	94	4	94
SE	CAMPO DO BRITO	EMR		-	7	359				-	30	1.249	37	1.608
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	DMR		-						-	4	502	4	502
SE	CAPELA	DMR	6	37.122	1	149				-	6	56	13	37.327
SE	CARIRA	DMR		-						-	28	684	28	684
SE	CARMOPOLIS	BR		-	1	11				-	11	715	12	726
SE	CEDRO DE SAO JOAO	EMR		-	1	10				-	-	-	1	10
SE	CRISTINAPOLIS	BR		-						-	1	8	1	8
SE	CUMBE	DMR		-						-	1	105	1	105
SE	ESTANCIA	DMR	6	8.061	12	456	1	36		-	33	1.540	52	10.093
SE	FEIRA NOVA	DMR		-						-	1	25	1	25
SE	FREI PAULO	DMR		-	5	6.167				-	22	2.144	27	8.311
SE	GARARU	DMR		-						-	13	453	13	453
SE	GRACHO CARDOSO	DMR		-						-	2	303	2	303
SE	INDIAROBA	DMR		-						-	1	123	1	123
SE	ITABAIANA	EMR		-	52	5.116				-	234	12.175	286	17.291
SE	ITABAIANINHA	BR		-	7	1.074				-	16	783	23	1.857
SE	ITABI	DMR		-						-	2	142	2	142
SE	ITAPORANGA D'AJUDA	DMR		-	1	187				-	8	379	9	566
SE	JAPARATUBA	DMR		-						-	5	123	5	123
SE	JAPOATA	DMR		-						-	6	416	6	416
SE	LAGARTO	DMR	1	11	18	2.227				-	58	5.418	77	7.656
SE	LARANJEIRAS	BR		-	1	357				-	3	1.056	4	1.413
SE	MACAMBIRA	EMR		-						-	6	223	6	223
SE	MALHADA DOS BOIS	DMR	1	59						-	-	-	1	59
SE	MALHADOR	EMR		-						-	15	509	15	509
SE	MARUIM	BR		-	1	1.336				-	4	140	5	1.476
SE	MOITA BONITA	EMR		-	2	20				-	10	370	12	390
SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	DMR		-						-	4	408	4	408
SE	MURIBECA	DMR	2	28.830						-	2	19	4	28.849
SE	NEOPOLIS	EMR		-						-	9	582	9	582
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	DMR		-						-	7	308	7	308
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	DMR	1	146	1	77				-	19	1.195	21	1.418
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	DMR	5	14.443	5	195				-	46	1.869	56	16.507
SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	EMR		-	1	19				-	4	258	5	277
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	AR		-	9	3.265				-	24	2.453	33	5.718
SE	PEDRA MOLE	DMR		-						-	1	50	1	50
SE	PEDRINHAS	BR		-						-	2	52	2	52
SE	PINHAO	DMR		-						-	2	57	2	57
SE	PIRAMBU	DMR		-						-	2	79	2	79
SE	POCO REDONDO	DMR		-						-	2	110	2	110
SE	POCO VERDE	DMR		-	1	304				-	21	5.774	22	6.078
SE	PORTO DA FOLHA	DMR		-	2	101				-	13	548	15	649
SE	PROPRIA	EMR		-	1	243				-	16	1.291	17	1.534
SE	RIACHUELO	BR		-						-	4	80	4	80
SE	RIBEIROPOLIS	DMR		-	3	894				-	18	1.565	21	2.459
SE	ROSARIO DO CATETE	BR		-						-	3	57	3	57
SE	SALGADO	BR		-	1	3				-	5	102	6	105
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	DMR		-						-	2	23	2	23
SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	EMR		-						-	2	51	2	51
SE	SAO CRISTOVAO	AR		-	5	376				-	13	1.517	18	1.893
SE	SAO DOMINGOS	EMR		-	2	19				-	7	185	9	204
SE	SAO MIGUEL DO ALEIXO	DMR		-						-	5	461	5	461
SE	SIMAO DIAS	DMR		-	1	8				-	24	1.160	25	1.168

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
SE	SIRIRI	DMR		-						-	4	67	4	67
SE	TOBIAS BARRETO	DMR		-	36	1.294	3	216		-	26	1.580	65	3.090
SE	TOMAR DO GERU	BR		-						-	3	65	3	65
SE	UMBAUBA	BR		-	2	640				-	28	1.733	30	2.373
			250	**336.875**	**2.548**	**1.912.182**	**286**	**496.511**	**22**	**1.961.311**	**19.113**	**2.477.108**	**22.219**	**7.183.987**

TABELA 20.B

FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Município da Agência e Tipologia

Posição: 31.12.2011

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
AL	ARAPIRACA	ALTA RENDA	2.162	12	0,56
		BAIXA RENDA	79.432	5.287	6,66
		DINÂMICA	19.662	271	1,38
		ESTAGNADA	58	22	37,93
	BATALHA	ALTA RENDA	198	-	-
		BAIXA RENDA	12.034	1.261	10,48
		DINÂMICA	54.396	5.877	10,80
		ESTAGNADA	24	-	-
	MACEIO CENTRO	ALTA RENDA	439.686	844	0,19
		BAIXA RENDA	121.202	5	0,00
		DINÂMICA	5.429	11	0,20
		ESTAGNADA	4.301	-	-
	MACEIO FAROL	ALTA RENDA	127.325	1.113	0,87
		BAIXA RENDA	66.184	13.824	20,89
		DINÂMICA	81.110	9.490	11,70
		ESTAGNADA	1.811	200	11,04
	MATA GRANDE	ALTA RENDA	26	-	-
		BAIXA RENDA	8.057	807	10,02
		DINÂMICA	30.155	3.300	10,94
		ESTAGNADA	13.573	1.676	12,35
	PALMEIRA DOS INDIOS	ALTA RENDA	102	-	-
		BAIXA RENDA	58.247	2.869	4,93
		DINÂMICA	4.407	308	6,99
		ESTAGNADA	13.459	1.201	8,92
	PENEDO	ALTA RENDA	370	7	1,89
		BAIXA RENDA	86.563	3.811	4,40
		DINÂMICA	3.437	152	4,42
		ESTAGNADA	366	5	1,37
	SANTANA DO IPANEMA	ALTA RENDA	15	2	13,33
		BAIXA RENDA	1.409	144	10,22
		DINÂMICA	49.079	4.630	9,43
		ESTAGNADA	57	4	7,02
	UNIAO DOS PALMARES	ALTA RENDA	1.065	54	5,07
		BAIXA RENDA	13.517	2.852	21,10
		DINÂMICA	68.677	8.161	11,88
		ESTAGNADA	3.553	426	11,99
BA	ALAGOINHAS	ALTA RENDA	511	20	3,91
		BAIXA RENDA	19.180	1.581	8,24
		DINÂMICA	468	4	0,85
		ESTAGNADA	80.724	4.708	5,83
	ANDARAI	BAIXA RENDA	595	23	3,87
		DINÂMICA	58.194	5.083	8,73
		ESTAGNADA	517	46	8,90
	BARREIRAS	ALTA RENDA	3	-	-
		BAIXA RENDA	533	-	-
		DINÂMICA	580.640	18.079	3,11
		ESTAGNADA	17	-	-
	BOM JESUS DA LAPA	ALTA RENDA	6	-	-
		BAIXA RENDA	68.661	5.481	7,98
		DINÂMICA	13.297	1.475	11,09
		ESTAGNADA	11.884	432	3,64
	CAMACAN	ESTAGNADA	34.938	3.916	11,21
	CAMACARI	ALTA RENDA	194.739	2.130	1,09
		BAIXA RENDA	210	11	5,24
		DINÂMICA	6.250	7	0,11
		ESTAGNADA	22.099	2.439	11,04
	CICERO DANTAS	ALTA RENDA	11	-	-
		BAIXA RENDA	79.785	6.091	7,63
		DINÂMICA	8.769	1.083	12,35
	CONCEICAO DO COITE	BAIXA RENDA	1.384	75	5,42
		DINÂMICA	191	-	-
		ESTAGNADA	45.292	3.427	7,57
	CORRENTINA	DINÂMICA	112.292	4.127	3,68
	EUNAPOLIS	DINÂMICA	2.399	-	-
		ESTAGNADA	107.200	3.630	3,39
	FEIRA DE SANTANA	ALTA RENDA	94	-	-
		BAIXA RENDA	13.492	226	1,68
		DINÂMICA	18.446	23	0,12
		ESTAGNADA	138.021	4.962	3,60

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	GUANAMBI	BAIXA RENDA	9.945	1.093	10,99
		DINÂMICA	18.367	412	2,24
		ESTAGNADA	89.298	3.008	3,37
	ILHEUS	DINÂMICA	534	-	-
		ESTAGNADA	68.163	5.074	7,44
	IPIAU	ALTA RENDA	262	-	-
		BAIXA RENDA	61	8	13,11
		ESTAGNADA	51.622	2.631	5,10
	IRECE	ALTA RENDA	40	-	-
		DINÂMICA	14.530	3.338	22,97
		ESTAGNADA	68.495	7.455	10,88
	ITABERABA	ALTA RENDA	26	-	-
		BAIXA RENDA	61.829	4.324	6,99
		DINÂMICA	18.619	2.866	15,39
		ESTAGNADA	8.004	434	5,42
	ITABUNA	ALTA RENDA	2.569	-	-
		BAIXA RENDA	63	-	-
		DINÂMICA	34.441	4	0,01
		ESTAGNADA	169.409	6.316	3,73
	ITAMARAJU	ESTAGNADA	72.773	5.952	8,18
	ITAPETINGA	BAIXA RENDA	122	-	-
		DINÂMICA	1.740	73	4,20
		ESTAGNADA	85.331	4.427	5,19
	JACOBINA	ALTA RENDA	345	-	-
		BAIXA RENDA	363	2	0,55
		DINÂMICA	5	1	20,00
		ESTAGNADA	69.378	7.661	11,04
	JEQUIE	ALTA RENDA	339	-	-
		DINÂMICA	1.814	88	4,85
		ESTAGNADA	88.538	5.830	6,58
	JUAZEIRO	BAIXA RENDA	9.037	1.845	20,42
		DINÂMICA	26	-	-
		ESTAGNADA	385.855	16.086	4,17
	LUIS EDUARDO MAGALHAES	BAIXA RENDA	171	-	-
		DINÂMICA	156.739	12.146	7,75
		ESTAGNADA	371	-	-
	MEDEIROS NETO	ESTAGNADA	78.212	1.698	2,17
	MORRO DO CHAPEU	BAIXA RENDA	137	9	6,57
		DINÂMICA	44.941	1.870	4,16
		ESTAGNADA	32.373	4.465	13,79
	MUNDO NOVO	BAIXA RENDA	42.764	2.234	5,22
		DINÂMICA	18	-	-
		ESTAGNADA	10.202	402	3,94
	PAULO AFONSO	BAIXA RENDA	482	66	13,69
		DINÂMICA	94.823	11.247	11,86
		ESTAGNADA	16	-	-
	SALVADOR BARRA	ALTA RENDA	88.829	1.735	1,95
		BAIXA RENDA	587	-	-
		DINÂMICA	731	164	22,44
		ESTAGNADA	8.822	377	4,27
	SALVADOR COMERCIO	ALTA RENDA	100.605	2.438	2,42
		BAIXA RENDA	592	127	21,45
		DINÂMICA	1.160	18	1,55
		ESTAGNADA	28.866	1.164	4,03
	SALVADOR PITUBA	ALTA RENDA	1.212.205	3.733	0,31
		BAIXA RENDA	71.372	3.285	4,60
		DINÂMICA	440.068	414	0,09
		ESTAGNADA	735.857	5.898	0,80
	SANTA MARIA DA VITORIA	BAIXA RENDA	22	-	-
		DINÂMICA	76.252	6.238	8,18
	SANTO ANTONIO DE JESUS	ALTA RENDA	1.919	18	0,94
		BAIXA RENDA	51.445	2.745	5,34
		ESTAGNADA	64.530	2.997	4,64
	SENHOR DO BONFIM	ALTA RENDA	3	-	-
		BAIXA RENDA	13.756	955	6,94
		DINÂMICA	2.623	-	-
		ESTAGNADA	64.699	3.154	4,87
	SIMOES FILHO	ALTA RENDA	274.392	7.345	2,68
		BAIXA RENDA	87	8	9,20
		DINÂMICA	240	-	-
		ESTAGNADA	9.835	357	3,63
	TEIXEIRA DE FREITAS	DINÂMICA	6.110	-	-
		ESTAGNADA	207.087	2.718	1,31

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	VALENCA	ALTA RENDA	19	-	-
		ESTAGNADA	50.664	2.632	5,20
	VITORIA DA CONQUISTA	DINÂMICA	24.047	1.257	5,23
		ESTAGNADA	116.664	6.442	5,52
CE	ARACATI	ALTA RENDA	5.031	43	0,85
		DINÂMICA	11.117	438	3,94
		ESTAGNADA	144.342	3.586	2,48
	BATURITE	ALTA RENDA	154	3	1,95
		BAIXA RENDA	67.428	4.537	6,73
		DINÂMICA	5.724	548	9,57
		ESTAGNADA	132	-	-
	BOA VIAGEM	ALTA RENDA	9.802	532	5,43
		BAIXA RENDA	37.680	4.912	13,04
		DINÂMICA	55.931	5.140	9,19
	BREJO SANTO	BAIXA RENDA	75.509	3.837	5,08
		DINÂMICA	923	53	5,74
		ESTAGNADA	9.294	380	4,09
	CAMPOS SALES	BAIXA RENDA	22.041	969	4,40
		DINÂMICA	14.272	474	3,32
		ESTAGNADA	115	9	7,83
	CANINDE	ALTA RENDA	216	10	4,63
		BAIXA RENDA	8.227	692	8,41
		DINÂMICA	76.404	6.482	8,48
	CRATEUS	ALTA RENDA	80	-	-
		BAIXA RENDA	64.203	2.539	3,95
		DINÂMICA	1.197	251	20,97
	CRATO	ALTA RENDA	775	-	-
		BAIXA RENDA	8.524	390	4,58
		DINÂMICA	20.215	663	3,28
		ESTAGNADA	85.371	3.099	3,63
	FORTALEZA ALDEOTA	ALTA RENDA	208.253	3.563	1,71
		BAIXA RENDA	22.672	335	1,48
		DINÂMICA	26.844	767	2,86
		ESTAGNADA	26.320	205	0,78
	FORTALEZA BEZERRA DE MENEZES	ALTA RENDA	88.309	2.844	3,22
		BAIXA RENDA	44.652	846	1,89
		DINÂMICA	7.487	128	1,71
		ESTAGNADA	8.494	5	0,06
	FORTALEZA CENTRO	ALTA RENDA	1.141.411	10.857	0,95
		BAIXA RENDA	202.614	2.429	1,20
		DINÂMICA	242.353	4.017	1,66
		ESTAGNADA	490.604	1.128	0,23
	FORTALEZA MONTESE	ALTA RENDA	221.110	4.291	1,94
		BAIXA RENDA	64.791	105	0,16
		DINÂMICA	27.868	9	0,03
		ESTAGNADA	49.218	222	0,45
	GRANJA	BAIXA RENDA	48.061	842	1,75
		DINÂMICA	292	-	-
		ESTAGNADA	321	-	-
	IGUATU	ALTA RENDA	8.983	7	0,08
		BAIXA RENDA	35.580	1.225	3,44
		DINÂMICA	114.861	3.328	2,90
		ESTAGNADA	2.433	-	-
	ITAPIPOCA	ALTA RENDA	1.233	21	1,70
		BAIXA RENDA	150.978	14.287	9,46
		DINÂMICA	29	2	6,90
		ESTAGNADA	2.130	138	6,48
	JAGUARIBE	ALTA RENDA	135	-	-
		BAIXA RENDA	13.103	619	4,72
		DINÂMICA	3.697	113	3,06
		ESTAGNADA	136.474	2.886	2,11
	JUAZEIRO DO NORTE	ALTA RENDA	9.678	-	-
		BAIXA RENDA	6.934	167	2,41
		DINÂMICA	2.743	72	2,62
		ESTAGNADA	273.635	5.630	2,06
	LAVRAS DA MANGABEIRA	ALTA RENDA	62	8	12,90
		BAIXA RENDA	64.240	3.007	4,68
		DINÂMICA	3.204	173	5,40
		ESTAGNADA	185	-	-
	LIMOEIRO DO NORTE	ALTA RENDA	5.333	1.369	25,67
		BAIXA RENDA	45.035	4.194	9,31
		DINÂMICA	4.269	86	2,01
		ESTAGNADA	305.019	18.325	6,01

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	MARACANAU	ALTA RENDA	176.638	8.113	4,59
		BAIXA RENDA	18.331	2.091	11,41
		DINÂMICA	69.327	5.736	8,27
		ESTAGNADA	34.113	1.759	5,16
	MOMBACA	BAIXA RENDA	42.329	1.733	4,09
		DINÂMICA	289	2	0,69
		ESTAGNADA	26	-	-
	NOVA RUSSAS	ALTA RENDA	3.072	65	2,12
		BAIXA RENDA	49.941	2.962	5,93
		DINÂMICA	15.917	832	5,23
	QUIXADA	ALTA RENDA	7.156	-	-
		BAIXA RENDA	505	41	8,12
		DINÂMICA	103.163	8.065	7,82
		ESTAGNADA	21.640	1.171	5,41
	QUIXERAMOBIM	ALTA RENDA	194	3	1,55
		BAIXA RENDA	1.983	74	3,73
		DINÂMICA	54.280	4.341	8,00
		ESTAGNADA	3	3	100,00
	SAO BENEDITO	ALTA RENDA	352	-	-
		BAIXA RENDA	46.011	1.199	2,61
		DINÂMICA	847	26	3,07
		ESTAGNADA	285	38	13,33
	SOBRAL	ALTA RENDA	1.297	37	2,85
		BAIXA RENDA	35.119	769	2,19
		DINÂMICA	27.249	2.178	7,99
		ESTAGNADA	139.900	4.219	3,02
	TAUA	ALTA RENDA	3.455	74	2,14
		BAIXA RENDA	49.223	3.122	6,34
		DINÂMICA	2.851	-	-
	TIANGUA	BAIXA RENDA	55.390	2.282	4,12
		ESTAGNADA	980	-	-
ES	COLATINA	DINÂMICA	4.195	-	-
		ESTAGNADA	175.848	3.815	2,17
	LINHARES	DINÂMICA	332	-	-
		ESTAGNADA	190.214	20.989	11,03
MA	ACAILANDIA	BAIXA RENDA	169.351	11.969	7,07
		DINÂMICA	25	13	52,00
		ESTAGNADA	195.728	4.051	2,07
	BACABAL	BAIXA RENDA	129.008	7.820	6,06
		DINÂMICA	172	-	-
		ESTAGNADA	227	-	-
	BALSAS	BAIXA RENDA	3.222	29	0,90
		DINÂMICA	319.811	6.713	2,10
		ESTAGNADA	5.135	75	1,46
	BARRA DO CORDA	BAIXA RENDA	113.015	9.420	8,34
		DINÂMICA	9	-	-
		ESTAGNADA	6	-	-
	CAXIAS	BAIXA RENDA	88.122	6.587	7,47
		DINÂMICA	136	-	-
		ESTAGNADA	4.576	-	-
	CHAPADINHA	BAIXA RENDA	112.898	7.680	6,80
		DINÂMICA	3.225	-	-
		ESTAGNADA	40	-	-
	CODO	BAIXA RENDA	64.780	3.817	5,89
	IMPERATRIZ	BAIXA RENDA	35.471	1.060	2,99
		DINÂMICA	982	270	27,49
		ESTAGNADA	240.751	6.075	2,52
	PEDREIRAS	BAIXA RENDA	54.634	2.860	5,23
	PINHEIRO	BAIXA RENDA	72.758	4.817	6,62
		ESTAGNADA	2.269	-	-
	PRESIDENTE DUTRA	BAIXA RENDA	129.501	7.470	5,77
		ESTAGNADA	90	-	-
	SANTA INES	BAIXA RENDA	197.176	14.928	7,57
		ESTAGNADA	2.044	73	3,57
	SAO LUIS CENTRO	ALTA RENDA	729	-	-
		BAIXA RENDA	157.892	8.066	5,11
		DINÂMICA	35.247	18	0,05
		ESTAGNADA	172.403	5.990	3,47
	SAO LUIS RENASCENCA	ALTA RENDA	4.748	-	-
		BAIXA RENDA	133.835	6.920	5,17
		DINÂMICA	257.526	-	-
		ESTAGNADA	864.118	3.042	0,35
	ZE DOCA	BAIXA RENDA	159.569	4.963	3,11

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
		DINÂMICA	38	-	-
		ESTAGNADA	24	-	-
	PORTO FRANCO	BAIXA RENDA	78	-	-
		DINÂMICA	135	-	-
		ESTAGNADA	11.199	161	1,44
MG	BRASILIA DE MINAS	DINÂMICA	67.459	2.154	3,19
		ESTAGNADA	83.049	1.541	1,86
	CAPELINHA	DINÂMICA	53.343	429	0,80
		ESTAGNADA	28.384	152	0,54
	JANAUBA	DINÂMICA	187.119	8.574	4,58
		ESTAGNADA	39.703	212	0,53
	JANUARIA	BAIXA RENDA	2.435	-	-
		DINÂMICA	116.279	3.587	3,08
		ESTAGNADA	4.541	154	3,39
	MONTALVANIA	BAIXA RENDA	15.199	1.961	12,90
		DINÂMICA	48.873	3.331	6,82
	MONTE AZUL	DINÂMICA	48.337	2.935	6,07
		ESTAGNADA	220	-	-
	MONTES CLAROS	DINÂMICA	46.075	582	1,26
		ESTAGNADA	238.225	5.501	2,31
	PIRAPORA	DINÂMICA	219	-	-
		ESTAGNADA	146.590	3.832	2,61
	PORTEIRINHA	DINÂMICA	81.635	1.356	1,66
		ESTAGNADA	1.938	41	2,12
	SALINAS	BAIXA RENDA	9.933	201	2,02
		DINÂMICA	169.871	5.129	3,02
		ESTAGNADA	2.006	-	-
	TEOFILO OTONI	BAIXA RENDA	694	4	0,58
		DINÂMICA	13.782	450	3,27
		ESTAGNADA	49.062	989	2,02
	BELO HORIZONTE	ESTAGNADA	145.288	-	-
	ALMENARA	BAIXA RENDA	413	-	-
		DINÂMICA	3.403	136	4,00
PB	ALAGOA GRANDE	ALTA RENDA	340	7	2,06
		BAIXA RENDA	19.094	1.801	9,43
		ESTAGNADA	864	39	4,51
	CAJAZEIRAS	ALTA RENDA	553	-	-
		BAIXA RENDA	1.598	133	8,32
		DINÂMICA	394	28	7,11
		ESTAGNADA	59.434	4.279	7,20
	CAMPINA GRANDE	ALTA RENDA	6.271	-	-
		BAIXA RENDA	32.869	2.076	6,32
		DINÂMICA	14.622	854	5,84
		ESTAGNADA	92.375	1.643	1,78
	CATOLE DO ROCHA	DINÂMICA	3.053	188	6,16
		ESTAGNADA	34.114	1.175	3,44
	GUARABIRA	ALTA RENDA	26	-	-
		BAIXA RENDA	58.613	4.662	7,95
		DINÂMICA	6.202	-	-
	ITAPORANGA	BAIXA RENDA	7.456	624	8,37
		DINÂMICA	35.912	2.909	8,10
		ESTAGNADA	101	12	11,88
	JOAO PESSOA CENTRO	ALTA RENDA	263.254	2.965	1,13
		BAIXA RENDA	71.599	1.659	2,32
		DINÂMICA	49.899	5.569	11,16
		ESTAGNADA	270.025	27	0,01
	JOAO PESSOA EPITACIO PESSOA	ALTA RENDA	132.832	3.410	2,57
		BAIXA RENDA	7.957	10	0,13
		DINÂMICA	8.216	32	0,39
		ESTAGNADA	1.075	1	0,09
	PATOS	BAIXA RENDA	6.627	883	13,32
		DINÂMICA	41.423	2.720	6,57
		ESTAGNADA	14.501	732	5,05
	POMBAL	BAIXA RENDA	3.526	332	9,42
		DINÂMICA	70	-	-
		ESTAGNADA	25.838	2.399	9,28
	SAPE	ALTA RENDA	117	3	2,56
		BAIXA RENDA	35.892	5.509	15,35
		DINÂMICA	10	2	20,00
		ESTAGNADA	32	-	-
	SOLANEA	ALTA RENDA	16	-	-
		BAIXA RENDA	31.589	2.878	9,11
		DINÂMICA	5	-	-

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
		ESTAGNADA	199	4	2,01
	SOUSA	ALTA RENDA	184	-	-
		BAIXA RENDA	15	-	-
		DINÂMICA	846	3	0,35
		ESTAGNADA	49.706	3.335	6,71
	SUME	ALTA RENDA	1.594	44	2,76
		BAIXA RENDA	75	-	-
		DINÂMICA	51.746	3.772	7,29
		ESTAGNADA	26	-	-
PE	ARARIPINA	ALTA RENDA	118	-	-
		BAIXA RENDA	185	-	-
		DINÂMICA	93.859	8.576	9,14
		ESTAGNADA	70	5	7,14
	BEZERROS	ALTA RENDA	817	11	1,35
		BAIXA RENDA	28.515	2.714	9,52
		ESTAGNADA	33.749	3.589	10,63
	CARUARU	ALTA RENDA	2.968	-	-
		BAIXA RENDA	12.957	923	7,12
		ESTAGNADA	85.302	5.631	6,60
	FLORESTA	DINÂMICA	64.938	7.416	11,42
		ESTAGNADA	315	31	9,84
	GARANHUNS	ALTA RENDA	35	-	-
		BAIXA RENDA	27.105	3.830	14,13
		ESTAGNADA	111.524	4.191	3,76
	GOIANA	ALTA RENDA	376	1	0,27
		BAIXA RENDA	1.612	-	-
		DINÂMICA	3.042	5	0,16
		ESTAGNADA	45.276	2.532	5,59
	OURICURI	BAIXA RENDA	6	-	-
		DINÂMICA	94.995	5.342	5,62
		ESTAGNADA	386	-	-
	PAULISTA	ALTA RENDA	54.079	507	0,94
		BAIXA RENDA	226	-	-
		ESTAGNADA	26.888	302	1,12
	PESQUEIRA	ALTA RENDA	181	-	-
		BAIXA RENDA	43.773	3.967	9,06
		DINÂMICA	237	76	32,07
		ESTAGNADA	73.177	7.176	9,81
	PETROLINA	ALTA RENDA	162	-	-
		DINÂMICA	6.704	296	4,42
		ESTAGNADA	289.675	25.287	8,73
	RECIFE AGAMENON MAGALHAES	ALTA RENDA	119.314	1.886	1,58
		BAIXA RENDA	49.982	116	0,23
		DINÂMICA	3.143	44	1,40
		ESTAGNADA	172.751	1.931	1,12
	RECIFE CENTRO	ALTA RENDA	589.955	5.125	0,87
		BAIXA RENDA	111.281	5.504	4,95
		DINÂMICA	503.960	29	0,01
		ESTAGNADA	1.281.344	3.844	0,30
	RECIFE DOMINGOS FERREIRA	ALTA RENDA	299.619	6.002	2,00
		BAIXA RENDA	16.546	451	2,73
		DINÂMICA	18.926	-	-
		ESTAGNADA	29.498	2.544	8,62
	SALGUEIRO	ALTA RENDA	183	-	-
		BAIXA RENDA	141	-	-
		DINÂMICA	67.403	5.087	7,55
		ESTAGNADA	36.203	5.605	15,48
	SERRA TALHADA	DINÂMICA	60.486	4.933	8,16
		ESTAGNADA	4.240	566	13,35
	SERTANIA	ALTA RENDA	119	3	2,52
		BAIXA RENDA	347	27	7,78
		DINÂMICA	59.339	3.049	5,14
		ESTAGNADA	39.236	4.374	11,15
	SURUBIM	ALTA RENDA	1.533	14	0,91
		BAIXA RENDA	38.377	3.631	9,46
		DINÂMICA	95	5	5,26
		ESTAGNADA	30.662	994	3,24
	TIMBAUBA	ALTA RENDA	2.024	1	0,05
		BAIXA RENDA	14.263	359	2,52
		DINÂMICA	596	116	19,46
		ESTAGNADA	50.128	2.317	4,62
	VITORIA DE SANTO ANTAO	ALTA RENDA	4.115	335	8,14
		BAIXA RENDA	32.232	5.115	15,87

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
		ESTAGNADA	46.828	3.656	7,81
PI	AGUA BRANCA	BAIXA RENDA	42.828	3.857	9,01
		DINÂMICA	7	1	14,29
		ESTAGNADA	676	119	17,60
	BOM JESUS	DINÂMICA	190.099	12.758	6,71
		ESTAGNADA	145	-	-
	CAMPO MAIOR	DINÂMICA	46.210	3.456	7,48
		ESTAGNADA	1.149	39	3,39
	CORRENTE	ALTA RENDA	1.052	60	5,70
		BAIXA RENDA	5	-	-
		DINÂMICA	142.322	16.556	11,63
	ESPERANTINA	DINÂMICA	35.434	1.864	5,26
		ESTAGNADA	216	-	-
	FLORIANO	BAIXA RENDA	26.033	1.222	4,69
		DINÂMICA	64.297	1.377	2,14
		ESTAGNADA	46.416	3.096	6,67
	OEIRAS	DINÂMICA	11.482	694	6,04
		ESTAGNADA	50.596	4.530	8,95
	PARNAIBA	BAIXA RENDA	15.197	1.416	9,32
		DINÂMICA	682	24	3,52
		ESTAGNADA	49.027	3.440	7,02
	PAULISTANA	BAIXA RENDA	16	-	-
		DINÂMICA	42.114	3.553	8,44
		ESTAGNADA	1.763	127	7,20
	PICOS	BAIXA RENDA	125	3	2,40
		DINÂMICA	42.035	3.430	8,16
		ESTAGNADA	46.960	2.406	5,12
	PIRIPIRI	BAIXA RENDA	35	-	-
		DINÂMICA	29.045	1.231	4,24
		ESTAGNADA	18.930	1.106	5,84
	SAO JOAO DO PIAUI	DINÂMICA	37.999	4.870	12,82
		ESTAGNADA	116	7	6,03
	SAO RAIMUNDO NONATO	DINÂMICA	41.796	5.815	13,91
		ESTAGNADA	14.502	1.866	12,87
	TERESINA CENTRO	BAIXA RENDA	74.883	2.169	2,90
		DINÂMICA	421.364	2.626	0,62
		ESTAGNADA	267.871	6.146	2,29
	TERESINA JOAO XXIII	BAIXA RENDA	1.764	83	4,71
		DINÂMICA	2.286	219	9,58
		ESTAGNADA	65.692	1.308	1,99
	URUCUI	BAIXA RENDA	1.554	56	3,60
		DINÂMICA	86.100	2.048	2,38
		ESTAGNADA	9	-	-
	VALENCA DO PIAUI	BAIXA RENDA	49.766	4.745	9,53
		DINÂMICA	243	24	9,88
		ESTAGNADA	590	98	16,61
RJ	RIO DE JANEIRO	ALTA RENDA	51.203	-	-
		BAIXA RENDA	238.826	-	-
		ESTAGNADA	203.615	-	-
RN	ANGICOS	ALTA RENDA	60	1	1,67
		BAIXA RENDA	19	5	26,32
		DINÂMICA	44.741	4.969	11,11
		ESTAGNADA	29	-	-
	APODI	BAIXA RENDA	190	1	0,53
		DINÂMICA	63.360	4.558	7,19
		ESTAGNADA	1.382	176	12,74
	ASSU	DINÂMICA	69.053	3.981	5,77
		ESTAGNADA	202	9	4,46
	CAICO	ALTA RENDA	8	1	12,50
		DINÂMICA	19.269	1.045	5,42
		ESTAGNADA	56.644	2.963	5,23
	CURRAIS NOVOS	ALTA RENDA	342	27	7,89
		BAIXA RENDA	10	-	-
		DINÂMICA	69.329	4.337	6,26
	JARDIM DO SERIDO	DINÂMICA	33.916	780	2,30
		ESTAGNADA	69	2	2,90
	MACAU	ALTA RENDA	158	1	0,63
		BAIXA RENDA	3.504	404	11,53
		DINÂMICA	56.458	6.700	11,87
		ESTAGNADA	6	-	-
	MOSSORO	ALTA RENDA	1.331	21	1,58
		BAIXA RENDA	373	3	0,80
		DINÂMICA	41.961	2.468	5,88

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
		ESTAGNADA	158.587	6.323	3,99
	NATAL CENTRO	ALTA RENDA	169.586	972	0,57
		BAIXA RENDA	43.973	4.099	9,32
		DINÂMICA	919.817	6.047	0,66
		ESTAGNADA	241.325	3.489	1,45
	NATAL PRUDENTE DE MORAIS	ALTA RENDA	57.878	725	1,25
		BAIXA RENDA	19.589	689	3,52
		DINÂMICA	59.951	1.702	2,84
		ESTAGNADA	1.052	2	0,19
	PARNAMIRIM	ALTA RENDA	8.527	2	0,02
		DINÂMICA	12.147	338	2,78
	PAU DOS FERROS	BAIXA RENDA	1.065	51	4,79
		DINÂMICA	62.054	2.673	4,31
		ESTAGNADA	368	-	-
	SANTA CRUZ	ALTA RENDA	60	18	30,00
		BAIXA RENDA	2.885	498	17,26
		DINÂMICA	51.186	3.380	6,60
		ESTAGNADA	5	-	-
	SANTO ANTONIO	ALTA RENDA	64	2	3,13
		BAIXA RENDA	366	4	1,09
		DINÂMICA	48.468	1.981	4,09
		ESTAGNADA	8	-	-
SP	SAO PAULO	ESTAGNADA	45.894	-	-
SE	ARACAJU CENTRO	ALTA RENDA	274.113	2.395	0,87
		BAIXA RENDA	16.290	3	0,02
		DINÂMICA	142.875	272	0,19
		ESTAGNADA	23.751	-	-
	ARACAJU SIQUEIRA CAMPOS	ALTA RENDA	82.854	3.317	4,00
		BAIXA RENDA	11.375	115	1,01
		DINÂMICA	267.902	1.764	0,66
		ESTAGNADA	38.712	1.330	3,44
	BOQUIM	ALTA RENDA	9.108	7	0,08
		BAIXA RENDA	33.451	1.387	4,15
		DINÂMICA	3.870	372	9,61
		ESTAGNADA	2.083	92	4,42
	CARIRA	ALTA RENDA	93	8	8,60
		BAIXA RENDA	339	-	-
		DINÂMICA	51.157	3.582	7,00
		ESTAGNADA	649	111	17,10
	ESTANCIA	ALTA RENDA	279	5	1,79
		BAIXA RENDA	22.562	1.211	5,37
		DINÂMICA	25.663	3.355	13,07
		ESTAGNADA	11.157	42	0,38
	GARARU	ALTA RENDA	365	-	-
		BAIXA RENDA	301	57	18,94
		DINÂMICA	42.637	4.003	9,39
		ESTAGNADA	1.019	25	2,45
	ITABAIANA	ALTA RENDA	6.008	55	0,92
		BAIXA RENDA	2.985	22	0,74
		DINÂMICA	50.224	903	1,80
		ESTAGNADA	72.605	1.379	1,90
	LAGARTO	ALTA RENDA	222	10	4,50
		BAIXA RENDA	7.426	491	6,61
		DINÂMICA	37.907	2.438	6,43
		ESTAGNADA	610	27	4,43
	LARANJEIRAS	ALTA RENDA	5.006	351	7,01
		BAIXA RENDA	46.420	2.906	6,26
		DINÂMICA	26.135	817	3,13
		ESTAGNADA	1.943	224	11,53
	N.SRA.DA GLORIA	ALTA RENDA	464	1	0,22
		DINÂMICA	55.654	8.764	15,75
	N.SRA.DAS DORES	ALTA RENDA	634	29	4,57
		BAIXA RENDA	917	82	8,94
		DINÂMICA	37.207	2.001	5,38
		ESTAGNADA	503	16	3,18
	NEOPOLIS	ALTA RENDA	416	-	-
		BAIXA RENDA	13	1	7,69
		DINÂMICA	19.478	4.531	23,26
		ESTAGNADA	14.074	1.832	13,02
	PROPRIA	ALTA RENDA	620	18	2,90
		BAIXA RENDA	6.560	435	6,63
		DINÂMICA	20.985	809	3,86
		ESTAGNADA	20.875	1.495	7,16

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	SIMAO DIAS	BAIXA RENDA	22.488	1.220	5,43
		DINÂMICA	25.279	923	3,65
		ESTAGNADA	130	14	10,77
	TOBIAS BARRETO	ALTA RENDA	51	-	-
		BAIXA RENDA	37.137	3.249	8,75
		DINÂMICA	21.045	929	4,41
		ESTAGNADA	1.692	18	1,06
Total			**32.624.425**	**1.108.828**	**3,40**

Tabela 28.A

FNE - Contratações por Município - Porte do Tomador

Exercício de 2011

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
AL	AGUA BRANCA	DMR	498	1.113	-	-	-	-	-	-	-	-	498	1.113
AL	ANADIA	BR	7	49	2	115	-	-	-	-	1	10.848	10	11.012
AL	ARAPIRACA	BR	512	3.400	36	2.664	6	1.127	14	2.953	14	5.831	582	15.975
AL	ATALAIA	BR	40	263	1	181	-	-	-	-	-	-	41	444
AL	BARRA DE SANTO ANT	AR	42	88	2	139	-	-	-	-	-	-	44	227
AL	BARRA DE SAO MIGUE	AR	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	2	4
AL	BATALHA	DMR	317	1.604	19	439	1	66	1	56	-	-	338	2.165
AL	BELEM	BR	97	281	1	32	-	-	-	-	-	-	98	313
AL	BELO MONTE	DMR	464	1.234	-	-	-	-	-	-	-	-	464	1.234
AL	BOCA DA MATA	BR	39	135	-	-	-	-	-	-	-	-	39	135
AL	BRANQUINHA	BR	26	181	2	424	-	-	-	-	-	-	28	605
AL	CACIMBINHAS	BR	125	1.021	-	-	-	-	-	-	-	-	125	1.021
AL	CAJUEIRO	BR	4	54	3	46	-	-	-	-	-	-	7	100
AL	CAMPESTRE	BR	52	128	-	-	-	-	-	-	-	-	52	128
AL	CAMPO ALEGRE	BR	1	2	1	200	-	-	-	-	-	-	2	202
AL	CAMPO GRANDE	BR	97	379	-	-	-	-	-	-	-	-	97	379
AL	CANAPI	DMR	474	1.267	1	119	-	-	-	-	-	-	475	1.386
AL	CAPELA	BR	9	201	2	94	-	-	1	78	-	-	12	373
AL	CARNEIROS	DMR	66	155	2	205	-	-	-	-	-	-	68	360
AL	CHA PRETA	DMR	28	164	3	42	1	169	-	-	-	-	32	375
AL	COITE DO NOIA	BR	209	674	-	-	-	-	-	-	-	-	209	674
AL	COLONIA LEOPOLDINA	BR	22	76	3	75	-	-	-	-	-	-	25	151
AL	COQUEIRO SECO	AR	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	2	4
AL	CORURIPE	BR	1.047	3.134	13	692	-	-	-	-	2	46.016	1.062	49.842
AL	CRAIBAS	BR	575	2.306	-	-	-	-	-	-	-	-	575	2.306
AL	DELMIRO GOUVEIA	BR	133	329	16	1.009	1	53	-	-	-	-	150	1.391
AL	DOIS RIACHOS	DMR	289	746	1	5	-	-	-	-	-	-	290	751
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	BR	937	2.444	1	11	-	-	-	-	-	-	938	2.455
AL	FEIRA GRANDE	BR	379	1.188	2	31	1	369	-	-	-	-	382	1.588
AL	FELIZ DESERTO	BR	25	204	2	238	-	-	-	-	-	-	27	442
AL	FLEXEIRAS	BR	2	248	-	-	-	-	-	-	-	-	2	248
AL	GIRAU DO PONCIANO	BR	825	2.475	1	10	-	-	-	-	-	-	826	2.485
AL	IBATEGUARA	DMR	272	927	3	635	-	-	-	-	-	-	275	1.562
AL	IGACI	BR	442	1.249	6	846	-	-	-	-	-	-	448	2.095
AL	IGREJA NOVA	BR	1.423	5.430	15	677	-	-	-	-	-	-	1.438	6.107
AL	INHAPI	DMR	630	1.810	6	367	-	-	-	-	-	-	636	2.177
AL	JACARE DOS HOMENS	DMR	208	664	5	343	-	-	-	-	-	-	213	1.007
AL	JACUIPE	BR	16	34	-	-	-	-	-	-	-	-	16	34
AL	JAPARATINGA	BR	82	282	-	-	-	-	-	-	-	-	82	282
AL	JARAMATAIA	DMR	47	102	3	84	-	-	-	-	-	-	50	186
AL	JEQUIA DA PRAIA	BR	49	110	-	-	-	-	-	-	-	-	49	110
AL	JOAQUIM GOMES	BR	141	1.350	-	-	-	-	-	-	-	-	141	1.350
AL	JUNDIA	BR	49	110	-	-	-	-	-	-	-	-	49	110
AL	JUNQUEIRO	BR	614	1.852	12	1.070	-	-	-	-	-	-	626	2.922
AL	LAGOA DA CANOA	BR	311	691	-	-	-	-	-	-	-	-	311	691

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	BR	219	963	-	-	-	-	-	-	-	-	219	963
AL	MACEIO	AR	110	1.028	77	14.026	30	13.208	11	115.099	5	58.780	233	202.141
AL	MAJOR ISIDORO	DMR	414	2.154	18	946	-	-	2	89	-	-	434	3.189
AL	MAR VERMELHO	BR	87	309	-	-	-	-	-	-	-	-	87	309
AL	MARAGOGI	BR	97	444	3	506	-	-	-	-	-	-	100	950
AL	MARAVILHA	DMR	80	437	-	-	-	-	-	-	-	-	80	437
AL	MARECHAL DEODORO	AR	7	16	3	599	2	417	-	-	-	-	12	1.032
AL	MARIBONDO	BR	83	626	1	249	-	-	-	-	-	-	84	875
AL	MATA GRANDE	DMR	545	1.344	9	676	-	-	-	-	-	-	554	2.020
AL	MATRIZ DE CAMARAGI	BR	31	66	1	114	-	-	-	-	-	-	32	180
AL	MESSIAS	BR	3	7	-	-	-	-	-	-	-	-	3	7
AL	MINADOR DO NEGRAC	BR	183	1.660	4	162	-	-	-	-	-	-	187	1.822
AL	MONTEIROPOLIS	DMR	376	806	1	14	4	286	-	-	-	-	381	1.106
AL	MURICI	BR	5	238	2	1.596	-	-	-	-	-	-	7	1.834
AL	NOVO LINO	BR	41	280	-	-	-	-	-	-	-	-	41	280
AL	OLHO D'AGUA DAS FL	DMR	274	613	5	93	1	23	-	-	-	-	280	729
AL	OLHO D'AGUA DO CAS	BR	52	239	2	36	-	-	-	-	-	-	54	275
AL	OLHO D'AGUA GRANDI	DMR	336	986	-	-	-	-	-	-	-	-	336	986
AL	OLIVENCA	DMR	281	710	1	25	1	175	-	-	-	-	283	910
AL	OURO BRANCO	DMR	489	1.216	8	142	-	-	-	-	-	-	497	1.358
AL	PALESTINA	DMR	108	210	-	-	-	-	-	-	-	-	108	210
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	BR	1.043	4.345	56	2.317	3	255	-	-	-	-	1.102	6.917
AL	PAO DE ACUCAR	DMR	516	1.430	10	414	-	-	-	-	-	-	526	1.844
AL	PARICONHA	DMR	152	357	3	409	-	-	-	-	-	-	155	766
AL	PARIPUEIRA	AR	8	66	-	-	-	-	-	-	-	-	8	66
AL	PASSO DE CAMARAGI	BR	51	358	2	700	-	-	-	-	-	-	53	1.058
AL	PAULO JACINTO	BR	55	421	2	35	-	-	-	-	-	-	57	456
AL	PENEDO	BR	435	1.329	35	1.589	4	422	1	81	-	-	475	3.421
AL	PIACABUCU	BR	137	416	4	112	-	-	1	452	-	-	142	980
AL	PILAR	AR	28	65	3	449	-	-	-	-	-	-	31	514
AL	PINDOBA	DMR	39	137	1	181	-	-	-	-	-	-	40	318
AL	PIRANHAS	BR	210	797	7	588	-	-	-	-	-	-	217	1.385
AL	POCO DAS TRINCHEIR	DMR	323	987	4	62	-	-	-	-	-	-	327	1.049
AL	PORTO CALVO	BR	57	326	2	380	-	-	-	-	-	-	59	706
AL	PORTO DE PEDRAS	BR	30	84	-	-	-	-	-	-	-	-	30	84
AL	PORTO REAL DO COLE	BR	454	1.756	3	416	-	-	-	-	-	-	457	2.172
AL	QUEBRANGULO	BR	373	1.021	2	350	-	-	-	-	-	-	375	1.371
AL	RIO LARGO	AR	-	-	1	182	-	-	-	-	1	581	2	763
AL	ROTEIRO	BR	5	9	-	-	-	-	-	-	-	-	5	9
AL	SANTA LUZIA DO NOR	AR	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
AL	SANTANA DO IPANEMA	DMR	682	2.405	11	394	1	50	2	1.550	-	-	696	4.399
AL	SANTANA DO MUNDAU	DMR	128	714	-	-	-	-	-	-	-	-	128	714
AL	SAO BRAS	DMR	215	632	2	171	1	873	-	-	1	300	219	1.976
AL	SAO JOSE DA LAJE	DMR	219	496	3	711	-	-	-	-	-	-	222	1.207
AL	SAO JOSE DA TAPERA	DMR	1.020	3.379	5	339	-	-	-	-	-	-	1.025	3.718
AL	SAO LUIS DO QUITUNI	BR	22	283	-	-	-	-	-	-	-	-	22	283
AL	SAO MIGUEL DOS CAM	BR	-	-	6	374	3	5.751	-	-	2	23.568	11	29.693
AL	SAO MIGUEL DOS MIL	BR	155	332	-	-	-	-	-	-	-	-	155	332
AL	SAO SEBASTIAO	BR	1.338	4.483	16	725	2	86	-	-	-	-	1.356	5.294
AL	SATUBA	AR	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
AL	SENADOR RUI PALMEI	DMR	261	910	3	73	-	-	-	-	-	-	264	983
AL	TANQUE D'ARCA	BR	214	561	3	154	-	-	-	-	-	-	217	715
AL	TAQUARANA	BR	124	426	2	121	-	-	-	-	-	-	126	547
AL	TEOTONIO VILELA	BR	142	950	12	473	1	140	-	-	-	-	155	1.563
AL	TRAIPU	DMR	416	1.713	2	158	-	-	-	-	-	-	418	1.871
AL	UNIAO DOS PALMARES	DMR	533	2.888	20	2.143	1	162	-	-	-	-	554	5.193
AL	VICOSA	DMR	433	1.084	4	922	1	78	-	-	1	617	439	2.701
BA	ABAIRA	DMR	257	575	-	-	-	-	-	-	-	-	257	575
BA	ABARE	DMR	370	1.613	-	-	-	-	-	-	-	-	370	1.613
BA	ACAJUTIBA	EMR	138	407	-	-	-	-	-	-	-	-	138	407
BA	ADUSTINA	BR	318	1.907	7	752	-	-	1	102	-	-	326	2.761
BA	AGUA FRIA	EMR	193	405	-	-	-	-	-	-	-	-	193	405
BA	AIQUARA	EMR	63	358	2	121	-	-	-	-	-	-	65	479
BA	ALAGOINHAS	EMR	273	1.478	53	3.371	9	697	3	325	6	788	344	6.659
BA	ALCOBACA	EMR	227	1.009	1	95	-	-	-	-	-	-	228	1.104
BA	ALMADINA	EMR	35	569	3	98	1	238	1	70	-	-	40	975
BA	AMARGOSA	EMR	206	467	7	460	-	-	-	-	-	-	213	927
BA	AMELIA RODRIGUES	EMR	73	149	1	214	2	85	-	-	-	-	76	448
BA	AMERICA DOURADA	EMR	256	1.018	4	56	-	-	-	-	-	-	260	1.074
BA	ANAGE	EMR	159	395	-	-	-	-	-	-	-	-	159	395
BA	ANDARAI	DMR	26	135	2	165	1	140	-	-	-	-	29	440
BA	ANDORINHA	EMR	200	852	3	32	-	-	-	-	-	-	203	884
BA	ANGICAL	DMR	102	1.054	5	241	-	-	-	-	-	-	107	1.295
BA	ANGUERA	EMR	19	77	-	-	-	-	-	-	-	-	19	77
BA	ANTAS	BR	179	760	1	10	-	-	-	-	-	-	180	770
BA	ANTONIO CARDOSO	EMR	271	614	-	-	-	-	-	-	-	-	271	614
BA	ANTONIO GONCALVES	EMR	63	230	1	123	-	-	-	-	-	-	64	353
BA	APORA	EMR	238	848	-	-	-	-	-	-	-	-	238	848
BA	APUAREMA	EMR	89	420	-	-	-	-	-	-	-	-	89	420
BA	ARACAS	EMR	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5
BA	ARACATU	EMR	225	627	-	-	-	-	-	-	-	-	225	627
BA	ARACI	EMR	100	476	2	184	-	-	3	643	-	-	105	1.303
BA	ARAMARI	EMR	79	151	1	109	-	-	-	-	-	-	80	260
BA	ARATACA	EMR	104	1.713	2	265	-	-	2	275	1	76	109	2.329
BA	ARATUIPE	EMR	82	292	-	-	-	-	-	-	-	-	82	292
BA	AURELINO LEAL	EMR	151	569	2	235	-	-	1	172	-	-	154	976
BA	BAIANOPOLIS	DMR	481	1.449	1	68	3	1.347	-	-	-	-	485	2.864
BA	BAIXA GRANDE	BR	649	1.747	3	169	-	-	-	-	-	-	652	1.916
BA	BANZAE	BR	133	519	1	35	-	-	-	-	-	-	134	554
BA	BARRA	DMR	212	545	-	-	-	-	-	-	-	-	212	545
BA	BARRA DA ESTIVA	DMR	378	2.248	8	920	-	-	-	-	-	-	386	3.168
BA	BARRA DO CHOCA	EMR	19	314	8	327	1	50	-	-	-	-	28	691
BA	BARRA DO MENDES	EMR	102	410	-	-	-	-	-	-	-	-	102	410
BA	BARRA DO ROCHA	EMR	15	579	-	-	-	-	-	-	-	-	15	579
BA	BARREIRAS	DMR	296	2.265	163	6.744	77	15.406	16	21.475	17	75.674	569	121.564
BA	BARRO ALTO	EMR	255	1.138	5	449	-	-	-	-	-	-	260	1.587
BA	BARRO PRETO	EMR	58	804	-	-	-	-	-	-	-	-	58	804
BA	BARROCAS	EMR	266	549	-	-	-	-	-	-	-	-	266	549
BA	BELMONTE	EMR	68	1.207	2	1.894	-	-	2	90	-	-	72	3.191
BA	BELO CAMPO	EMR	161	464	1	63	-	-	-	-	-	-	162	527

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	BIRITINGA	EMR	62	183	-	-	-	-	-	-	-	-	62	183
BA	BOA NOVA	EMR	84	312	2	388	-	-	-	-	-	-	86	700
BA	BOA VISTA DO TUPIM	BR	386	1.552	1	30	-	-	-	-	-	-	387	1.582
BA	BOM JESUS DA LAPA	BR	135	3.331	55	4.283	-	-	-	-	-	-	190	7.614
BA	BOM JESUS DA SERRA	EMR	129	307	-	-	-	-	-	-	-	-	129	307
BA	BONINAL	DMR	417	896	-	-	-	-	-	-	-	-	417	896
BA	BONITO	DMR	280	1.852	9	646	-	-	-	-	-	-	289	2.498
BA	BOQUIRA	DMR	306	834	1	300	-	-	-	-	-	-	307	1.134
BA	BOTUPORA	DMR	81	182	-	-	-	-	-	-	-	-	81	182
BA	BREJOES	EMR	150	295	-	-	-	-	-	-	-	-	150	295
BA	BREJOLANDIA	DMR	183	1.699	3	262	-	-	-	-	-	-	186	1.961
BA	BROTAS DE MACAUBA	DMR	108	243	-	-	3	267.984	-	-	-	-	111	268.227
BA	BRUMADO	EMR	322	883	8	429	-	-	-	-	-	-	330	1.312
BA	BUERAREMA	EMR	330	1.436	4	697	-	-	-	-	-	-	334	2.133
BA	BURITIRAMA	DMR	55	806	2	181	-	-	-	-	-	-	57	987
BA	CAATIBA	EMR	193	807	3	309	-	-	-	-	-	-	196	1.116
BA	CABACEIRAS DO PARA	EMR	187	485	3	78	-	-	-	-	-	-	190	563
BA	CACHOEIRA	EMR	537	1.177	-	-	3	355	-	-	-	-	540	1.532
BA	CACULE	EMR	235	561	2	144	-	-	-	-	-	-	237	705
BA	CAEM	EMR	199	544	-	-	-	-	-	-	-	-	199	544
BA	CAETANOS	EMR	127	308	-	-	-	-	-	-	-	-	127	308
BA	CAETITE	EMR	334	1.420	7	887	-	-	-	-	1	66	342	2.373
BA	CAFARNAUM	EMR	278	1.596	7	360	-	-	-	-	-	-	285	1.956
BA	CAIRU	EMR	15	34	6	1.938	-	-	-	-	-	-	21	1.972
BA	CALDEIRAO GRANDE	EMR	211	775	-	-	-	-	-	-	-	-	211	775
BA	CAMACAN	EMR	102	1.929	16	302	1	60	4	1.781	-	-	123	4.072
BA	CAMACARI	AR	33	227	39	3.932	16	12.461	6	1.386	4	64.700	98	82.706
BA	CAMAMU	EMR	467	3.105	18	1.119	1	38	1	70	-	-	487	4.332
BA	CAMPO ALEGRE DE LO	EMR	328	685	4	153	-	-	-	-	-	-	332	838
BA	CAMPO FORMOSO	EMR	479	2.373	5	389	1	76	-	-	-	-	485	2.838
BA	CANAPOLIS	DMR	232	527	-	-	-	-	-	-	-	-	232	527
BA	CANARANA	EMR	292	1.828	9	557	-	-	-	-	-	-	301	2.385
BA	CANAVIEIRAS	EMR	260	1.924	11	3.510	-	-	1	157	-	-	272	5.591
BA	CANDEAL	EMR	85	179	-	-	-	-	-	-	-	-	85	179
BA	CANDEIAS	AR	4	90	2	50	4	323	-	-	-	-	10	463
BA	CANDIBA	EMR	226	862	3	471	-	-	-	-	-	-	229	1.333
BA	CANDIDO SALES	EMR	109	233	1	25	-	-	-	-	-	-	110	258
BA	CANSANCAO	BR	242	558	4	445	-	-	-	-	-	-	246	1.003
BA	CANUDOS	BR	92	220	-	-	-	-	-	-	-	-	92	220
BA	CAPELA DO ALTO ALE	EMR	222	454	-	-	-	-	-	-	-	-	222	454
BA	CAPIM GROSSO	EMR	160	476	8	284	-	-	-	-	-	-	168	760
BA	CARAIBAS	EMR	112	232	-	-	-	-	-	-	-	-	112	232
BA	CARAVELAS	EMR	193	1.212	3	275	-	-	-	-	-	-	196	1.487
BA	CARDEAL DA SILVA	BR	-	-	1	19	-	-	-	-	-	-	1	19
BA	CARINHANHA	BR	356	1.013	8	393	-	-	-	-	-	-	364	1.406
BA	CASA NOVA	EMR	550	2.477	13	2.721	1	1.599	2	4.310	1	859	567	11.966
BA	CASTRO ALVES	EMR	158	494	7	1.416	1	12	-	-	-	-	166	1.922
BA	CATOLANDIA	DMR	16	124	2	104	-	-	1	91	-	-	19	319
BA	CATU	EMR	65	221	3	95	1	337	-	-	-	-	69	653
BA	CATURAMA	DMR	291	754	-	-	-	-	-	-	-	-	291	754

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	CENTRAL	EMR	332	1.241	-	-	-	-	-	-	-	-	332	1.241
BA	CHORROCHO	DMR	47	111	-	-	-	-	-	-	-	-	47	111
BA	CICERO DANTAS	BR	327	2.091	20	655	-	-	1	180	-	-	348	2.926
BA	CIPO	BR	154	648	2	90	-	-	-	-	-	-	156	738
BA	COARACI	EMR	136	2.603	8	319	-	-	-	-	-	-	144	2.922
BA	COCOS	DMR	149	605	2	48	-	-	-	-	-	-	151	653
BA	CONCEICAO DA FEIRA	EMR	22	66	-	-	-	-	2	1.101	-	-	24	1.167
BA	CONCEICAO DO ALME	EMR	226	492	-	-	-	-	-	-	-	-	226	492
BA	CONCEICAO DO COITE	EMR	1.142	3.738	23	995	4	849	1	6	-	-	1.170	5.588
BA	CONCEICAO DO JACUI	EMR	79	320	-	-	-	-	-	-	-	-	79	320
BA	CONDE	BR	127	320	2	123	-	-	1	129	-	-	130	572
BA	CONDEUBA	EMR	175	685	1	60	-	-	-	-	-	-	176	745
BA	CONTENDAS DO SINC	DMR	40	339	-	-	-	-	-	-	-	-	40	339
BA	CORACAO DE MARIA	EMR	232	793	-	-	-	-	-	-	-	-	232	793
BA	CORDEIROS	EMR	126	333	-	-	-	-	-	-	-	-	126	333
BA	CORIBE	DMR	228	1.201	-	-	2	11.061	1	8.600	-	-	231	20.862
BA	CORONEL JOAO SA	DMR	488	3.885	5	604	1	105	2	245	-	-	496	4.839
BA	CORRENTINA	DMR	819	3.486	20	2.624	24	23.838	11	59.936	2	34.792	876	124.676
BA	COTEGIPE	DMR	221	1.418	6	475	1	767	1	158	-	-	229	2.818
BA	CRAVOLANDIA	EMR	31	36	-	-	-	-	-	-	-	-	31	36
BA	CRISOPOLIS	EMR	356	1.808	-	-	-	-	-	-	-	-	356	1.808
BA	CRISTOPOLIS	DMR	339	951	1	6	-	-	-	-	-	-	340	957
BA	CRUZ DAS ALMAS	EMR	226	746	18	694	1	15	-	-	-	-	245	1.455
BA	CURACA	EMR	203	1.270	1	173	-	-	-	-	-	-	204	1.443
BA	DARIO MEIRA	EMR	164	1.042	1	50	-	-	-	-	-	-	165	1.092
BA	DIAS D'AVILA	AR	1	5	2	67	-	-	2	705	1	1.895	6	2.672
BA	DOM BASILIO	DMR	52	1.091	-	-	-	-	-	-	-	-	52	1.091
BA	DOM MACEDO COSTA	EMR	75	148	-	-	-	-	-	-	-	-	75	148
BA	ELISIO MEDRADO	EMR	158	360	4	60	-	-	-	-	-	-	162	420
BA	ENCRUZILHADA	EMR	153	565	9	3.426	-	-	-	-	-	-	162	3.991
BA	ENTRE RIOS	BR	189	775	4	533	1	38	-	-	-	-	194	1.346
BA	ERICO CARDOSO	DMR	56	114	-	-	-	-	-	-	-	-	56	114
BA	ESPLANADA	BR	217	602	1	18	-	-	-	-	-	-	218	620
BA	EUCLIDES DA CUNHA	BR	333	2.025	5	461	-	-	2	225	-	-	340	2.711
BA	EUNAPOLIS	EMR	159	1.148	22	5.143	5	7.652	1	300	-	-	187	14.243
BA	FATIMA	BR	363	1.397	6	299	-	-	-	-	-	-	369	1.696
BA	FEIRA DA MATA	BR	46	131	4	95	-	-	-	-	-	-	50	226
BA	FEIRA DE SANTANA	EMR	328	1.983	43	8.259	31	23.165	6	11.359	-	-	408	44.766
BA	FILADELFIA	EMR	497	1.567	5	561	-	-	-	-	-	-	502	2.128
BA	FIRMINO ALVES	EMR	49	115	4	353	-	-	-	-	-	-	53	468
BA	FLORESTA AZUL	EMR	66	1.020	1	118	-	-	-	-	-	-	67	1.138
BA	FORMOSA DO RIO PRE	DMR	80	1.313	25	3.648	50	21.435	6	15.838	3	3.689	164	45.923
BA	GANDU	EMR	180	1.870	8	431	-	-	-	-	-	-	188	2.301
BA	GAVIAO	EMR	72	148	1	33	-	-	-	-	-	-	73	181
BA	GENTIO DO OURO	EMR	137	357	1	32	-	-	-	-	-	-	138	389
BA	GLORIA	DMR	124	714	-	-	-	-	-	-	-	-	124	714
BA	GONGOGI	EMR	11	177	1	4	-	-	3	491	-	-	15	672
BA	GOVERNADOR MANGA	EMR	264	529	-	-	2	5.754	-	-	-	-	266	6.283
BA	GUAJERU	EMR	6	38	-	-	-	-	-	-	-	-	6	38
BA	GUANAMBI	EMR	462	1.935	36	5.626	2	132	-	-	-	-	500	7.693

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	GUARATINGA	EMR	204	1.206	4	1.901	-	-	2	456	-	-	210	3.563
BA	HELIOPOLIS	BR	288	1.292	-	-	-	-	-	-	-	-	288	1.292
BA	IACU	BR	265	1.438	9	1.310	2	538	1	177	-	-	277	3.463
BA	IBIASSUCE	EMR	262	561	1	542	-	-	-	-	-	-	263	1.103
BA	IBICARAI	EMR	62	611	3	1.221	-	-	-	-	-	-	65	1.832
BA	IBICOARA	DMR	224	1.679	4	365	-	-	1	1.258	2	9.017	231	12.319
BA	IBICUI	EMR	137	832	2	519	-	-	-	-	-	-	139	1.351
BA	IBIPEBA	EMR	256	723	1	66	-	-	-	-	-	-	257	789
BA	IBIPITANGA	DMR	106	260	-	-	-	-	-	-	-	-	106	260
BA	IBIQUERA	BR	150	436	-	-	-	-	-	-	-	-	150	436
BA	IBIRAPITANGA	EMR	258	3.363	6	3.191	-	-	-	-	-	-	264	6.554
BA	IBIRAPUA	EMR	83	558	6	754	-	-	2	6.731	1	5.515	92	13.558
BA	IBIRATAIA	EMR	331	1.292	6	2.549	-	-	-	-	-	-	337	3.841
BA	IBITIARA	DMR	148	343	1	25	-	-	-	-	-	-	149	368
BA	IBITITA	EMR	247	1.304	1	20	-	-	-	-	-	-	248	1.324
BA	IBOTIRAMA	DMR	21	42	12	1.250	5	497	-	-	-	-	38	1.789
BA	ICHU	EMR	34	65	-	-	-	-	-	-	-	-	34	65
BA	IGAPORA	EMR	170	376	1	1.134	-	-	-	-	-	-	171	1.510
BA	IGRAPIUNA	EMR	298	730	8	465	-	-	-	-	-	-	306	1.195
BA	IGUAI	EMR	135	749	9	884	-	-	1	76	-	-	145	1.709
BA	ILHEUS	EMR	252	7.859	65	3.452	5	244	7	1.982	-	-	329	13.537
BA	INHAMBUPE	EMR	396	2.055	11	582	1	483	-	-	-	-	408	3.120
BA	IPECAETA	EMR	34	138	-	-	-	-	-	-	-	-	34	138
BA	IPIAU	EMR	65	1.512	28	4.775	-	-	-	-	-	-	93	6.287
BA	IPIRA	EMR	519	2.852	6	851	1	37	1	135	-	-	527	3.875
BA	IPUPIARA	DMR	63	142	-	-	-	-	-	-	-	-	63	142
BA	IRAJUBA	EMR	60	170	-	-	-	-	-	-	-	-	60	170
BA	IRAMAIA	EMR	30	118	-	-	-	-	-	-	-	-	30	118
BA	IRAQUARA	EMR	144	356	-	-	-	-	-	-	-	-	144	356
BA	IRARA	EMR	564	1.141	-	-	-	-	-	-	-	-	564	1.141
BA	IRECE	EMR	136	594	52	2.996	25	4.112	-	-	-	-	213	7.702
BA	ITABELA	EMR	20	512	14	3.882	3	177	1	225	1	468	39	5.264
BA	ITABERABA	BR	521	7.748	61	3.126	6	508	-	-	-	-	588	11.382
BA	ITABUNA	EMR	78	3.092	53	4.316	21	3.598	5	568	-	-	157	11.574
BA	ITACARE	EMR	201	3.452	8	174	-	-	-	-	-	-	209	3.626
BA	ITAETE	DMR	30	64	-	-	-	-	-	-	-	-	30	64
BA	ITAGI	EMR	72	261	-	-	-	-	-	-	-	-	72	261
BA	ITAGIBA	EMR	223	1.042	7	204	-	-	3	619	-	-	233	1.865
BA	ITAGIMIRIM	EMR	107	564	-	-	-	-	2	1.135	-	-	109	1.699
BA	ITAGUACU DA BAHIA	DMR	280	623	1	56	-	-	-	-	-	-	281	679
BA	ITAJU DO COLONIA	EMR	48	171	16	3.055	-	-	1	126	-	-	65	3.352
BA	ITAJUIPE	EMR	112	1.652	3	390	1	69	2	1.481	-	-	118	3.592
BA	ITAMARAJU	EMR	366	3.612	109	4.571	4	7.755	9	2.241	1	948	489	19.127
BA	ITAMARI	EMR	71	661	-	-	-	-	-	-	-	-	71	661
BA	ITAMBE	EMR	150	1.294	8	946	1	1.134	-	-	-	-	159	3.374
BA	ITANAGRA	EMR	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5
BA	ITANHEM	EMR	252	1.664	14	1.932	1	960	-	-	-	-	267	4.556
BA	ITAPARICA	AR	-	-	2	52	-	-	-	-	-	-	2	52
BA	ITAPE	EMR	23	486	13	906	-	-	-	-	-	-	36	1.392
BA	ITAPEBI	EMR	38	718	2	1.198	-	-	-	-	-	-	40	1.916

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	ITAPETINGA	EMR	28	1.082	66	2.990	2	2.274	-	-	-	-	96	6.346
BA	ITAPICURU	BR	684	3.510	18	1.141	3	420	2	209	-	-	707	5.280
BA	ITAPITANGA	EMR	125	674	7	739	-	-	-	-	-	-	132	1.413
BA	ITAQUARA	EMR	58	232	-	-	-	-	-	-	-	-	58	232
BA	ITARANTIM	EMR	16	579	10	571	-	-	1	133	-	-	27	1.283
BA	ITATIM	EMR	117	368	-	-	-	-	-	-	-	-	117	368
BA	ITIRUCU	EMR	32	177	-	-	-	-	-	-	-	-	32	177
BA	ITIUBA	EMR	717	2.376	2	25	-	-	-	-	-	-	719	2.401
BA	ITORORO	EMR	82	479	12	250	-	-	2	481	-	-	96	1.210
BA	ITUACU	EMR	56	461	5	387	-	-	-	-	-	-	61	848
BA	ITUBERA	EMR	108	522	13	613	3	317	1	161	-	-	125	1.613
BA	IUIU	EMR	201	572	5	2.889	-	-	1	117	-	-	207	3.578
BA	JABORANDI	DMR	458	1.874	7	2.762	19	14.797	1	2.413	3	14.876	488	36.722
BA	JACARACI	EMR	92	1.216	-	-	-	-	-	-	-	-	92	1.216
BA	JACOBINA	EMR	312	2.923	58	2.424	-	-	-	-	-	-	370	5.347
BA	JAGUAQUARA	EMR	464	1.407	5	150	1	126	-	-	-	-	470	1.683
BA	JAGUARARI	EMR	169	690	4	292	-	-	-	-	-	-	173	982
BA	JAGUARIPE	EMR	78	337	1	200	-	-	-	-	-	-	79	537
BA	JANDAIRA	BR	84	204	-	-	-	-	-	-	-	-	84	204
BA	JEQUIE	EMR	479	3.118	66	4.760	12	1.490	2	248	-	-	559	9.616
BA	JEREMOABO	DMR	1.389	4.921	11	1.864	-	-	1	112	-	-	1.401	6.897
BA	JIQUIRICA	EMR	47	93	1	128	-	-	-	-	-	-	48	221
BA	JITAUNA	EMR	40	589	-	-	-	-	-	-	-	-	40	589
BA	JOAO DOURADO	EMR	156	890	5	315	-	-	-	-	-	-	161	1.205
BA	JUAZEIRO	EMR	931	7.450	98	9.776	7	1.109	19	6.260	2	145.647	1.057	170.242
BA	JUCURUCU	EMR	409	1.580	2	122	-	-	-	-	-	-	411	1.702
BA	JUSSARA	EMR	137	627	2	160	-	-	-	-	-	-	139	787
BA	JUSSARI	EMR	55	408	4	76	-	-	-	-	-	-	59	484
BA	JUSSIAPE	DMR	143	328	-	-	-	-	-	-	-	-	143	328
BA	LAFAIETE COUTINHO	EMR	91	430	1	191	-	-	1	90	-	-	93	711
BA	LAGEDO DO TABOCAL	EMR	90	234	-	-	-	-	-	-	-	-	90	234
BA	LAGOA REAL	EMR	280	617	-	-	-	-	-	-	-	-	280	617
BA	LAJE	EMR	475	978	1	195	-	-	-	-	-	-	476	1.173
BA	LAJEDAO	EMR	65	410	-	-	-	-	-	-	-	-	65	410
BA	LAJEDINHO	BR	100	449	-	-	-	-	-	-	-	-	100	449
BA	LAMARAO	EMR	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
BA	LAPAO	EMR	381	1.339	4	332	-	-	-	-	-	-	385	1.671
BA	LAURO DE FREITAS	AR	11	503	28	2.292	15	4.075	2	1.287	-	-	56	8.157
BA	LENCOIS	DMR	8	52	1	150	-	-	-	-	-	-	9	202
BA	LICINIO DE ALMEIDA	EMR	94	664	-	-	-	-	-	-	-	-	94	664
BA	LIVRAMENTO DE NOSS	DMR	173	426	1	25	1	164	-	-	-	-	175	615
BA	LUIS EDUARDO MAGAI	DMR	28	1.401	44	3.427	44	19.385	4	1.212	12	25.710	132	51.135
BA	MACAJUBA	BR	336	726	1	35	-	-	-	-	-	-	337	761
BA	MACARANI	EMR	65	487	7	338	-	-	-	-	-	-	72	825
BA	MACAUBAS	DMR	358	1.087	4	44	1	2	-	-	-	-	363	1.133
BA	MACURURE	DMR	49	194	-	-	-	-	-	-	-	-	49	194
BA	MADRE DE DEUS	AR	1	50	1	9	-	-	-	-	-	-	2	59
BA	MAETINGA	EMR	142	334	2	30	-	-	-	-	-	-	144	364
BA	MAIQUINIQUE	EMR	8	487	12	515	-	-	-	-	-	-	20	1.002
BA	MAIRI	BR	353	1.752	2	301	-	-	-	-	-	-	355	2.053

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	MALHADA	EMR	192	532	1	1.026	-	-	-	-	-	-	193	1.558
BA	MALHADA DE PEDRAS	EMR	253	622	-	-	-	-	-	-	-	-	253	622
BA	MANOEL VITORINO	EMR	344	1.574	4	160	-	-	2	74	-	-	350	1.808
BA	MANSIDAO	DMR	60	120	-	-	-	-	-	-	-	-	60	120
BA	MARACAS	EMR	291	1.038	2	75	1	795	1	50	-	-	295	1.958
BA	MARAGOGIPE	EMR	60	194	-	-	-	-	-	-	-	-	60	194
BA	MARAU	EMR	226	1.701	6	1.166	-	-	-	-	-	-	232	2.867
BA	MARCIONILIO SOUZA	EMR	97	539	4	504	1	133	-	-	-	-	102	1.176
BA	MASCOTE	EMR	279	1.759	10	233	-	-	-	-	-	-	289	1.992
BA	MATA DE SAO JOAO	EMR	3	164	1	46	-	-	-	-	-	-	4	210
BA	MATINA	EMR	321	824	-	-	-	-	-	-	-	-	321	824
BA	MEDEIROS NETO	EMR	297	1.352	20	2.393	1	45	1	169	-	-	319	3.959
BA	MIGUEL CALMON	EMR	257	885	3	68	-	-	-	-	-	-	260	953
BA	MILAGRES	EMR	9	19	3	61	-	-	-	-	-	-	12	80
BA	MIRANGABA	EMR	285	676	-	-	-	-	-	-	-	-	285	676
BA	MIRANTE	EMR	73	422	-	-	-	-	-	-	-	-	73	422
BA	MONTE SANTO	BR	399	1.327	4	348	-	-	-	-	-	-	403	1.675
BA	MORPARA	DMR	32	315	1	48	-	-	-	-	-	-	33	363
BA	MORRO DO CHAPEU	EMR	195	1.549	25	1.096	-	-	1	133	-	-	221	2.778
BA	MORTUGABA	EMR	153	505	2	175	-	-	-	-	-	-	155	680
BA	MUCUGE	DMR	29	457	-	-	1	6.072	-	-	2	9.790	32	16.319
BA	MUCURI	EMR	25	644	4	786	1	180	1	210	-	-	31	1.820
BA	MULUNGU DO MORRO	EMR	219	704	-	-	-	-	-	-	-	-	219	704
BA	MUNDO NOVO	BR	458	2.068	6	380	-	-	2	333	-	-	466	2.781
BA	MUNIZ FERREIRA	EMR	42	124	-	-	-	-	-	-	-	-	42	124
BA	MUQUEM DE SAO FRA	DMR	48	186	-	-	-	-	-	-	-	-	48	186
BA	MURITIBA	EMR	179	454	-	-	1	153	-	-	-	-	180	607
BA	MUTUIPE	EMR	120	505	6	140	4	84	-	-	-	-	130	729
BA	NAZARE	EMR	84	247	-	-	-	-	-	-	-	-	84	247
BA	NILO PECANHA	EMR	214	1.012	6	2.505	-	-	-	-	-	-	220	3.517
BA	NORDESTINA	BR	17	70	-	-	-	-	-	-	-	-	17	70
BA	NOVA CANAA	EMR	206	908	4	231	-	-	-	-	-	-	210	1.139
BA	NOVA FATIMA	EMR	102	235	3	187	-	-	-	-	-	-	105	422
BA	NOVA IBIA	EMR	91	490	-	-	-	-	-	-	-	-	91	490
BA	NOVA ITARANA	EMR	51	136	3	826	-	-	-	-	-	-	54	962
BA	NOVA REDENCAO	DMR	60	181	-	-	-	-	-	-	-	-	60	181
BA	NOVA SOURE	BR	124	676	5	258	-	-	-	-	-	-	129	934
BA	NOVA VICOSA	EMR	94	534	4	388	-	-	-	-	-	-	98	922
BA	NOVO HORIZONTE	DMR	204	424	-	-	-	-	-	-	-	-	204	424
BA	NOVO TRIUNFO	BR	146	455	4	90	-	-	-	-	-	-	150	545
BA	OLINDINA	BR	402	1.591	4	266	-	-	-	-	-	-	406	1.857
BA	OLIVEIRA DOS BREJIN	DMR	74	164	-	-	-	-	-	-	-	-	74	164
BA	OURICANGAS	EMR	63	131	-	-	-	-	-	-	-	-	63	131
BA	OUROLANDIA	EMR	240	1.447	-	-	-	-	-	-	-	-	240	1.447
BA	PALMAS DE MONTE AL	EMR	365	1.352	4	1.023	1	24	-	-	-	-	370	2.399
BA	PALMEIRAS	DMR	66	136	-	-	-	-	-	-	-	-	66	136
BA	PARAMIRIM	DMR	295	649	-	-	-	-	-	-	-	-	295	649
BA	PARATINGA	BR	657	3.038	7	244	-	-	-	-	-	-	664	3.282
BA	PARIPIRANGA	BR	530	3.450	18	1.560	1	1.443	3	516	-	-	552	6.969
BA	PAU BRASIL	EMR	48	511	2	120	3	2.356	1	588	-	-	54	3.575

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	PAULO AFONSO	DMR	79	1.090	24	3.424	2	396	3	333	-	-	108	5.243
BA	PE DE SERRA	EMR	158	568	-	-	-	-	-	-	-	-	158	568
BA	PEDRAO	EMR	248	592	1	180	-	-	-	-	-	-	249	772
BA	PEDRO ALEXANDRE	DMR	504	3.967	12	1.973	2	1.926	3	474	-	-	521	8.340
BA	PIATA	DMR	403	1.173	-	-	-	-	-	-	-	-	403	1.173
BA	PILAO ARCADO	EMR	12	26	-	-	-	-	-	-	-	-	12	26
BA	PINDAI	EMR	475	1.427	-	-	-	-	-	-	-	-	475	1.427
BA	PINDOBACU	EMR	161	1.011	2	44	-	-	-	-	-	-	163	1.055
BA	PINTADAS	EMR	90	387	-	-	-	-	-	-	-	-	90	387
BA	PIRAI DO NORTE	EMR	59	379	2	166	-	-	-	-	-	-	61	545
BA	PIRIPA	EMR	221	478	-	-	-	-	-	-	-	-	221	478
BA	PIRITIBA	EMR	544	1.795	3	54	-	-	-	-	-	-	547	1.849
BA	PLANALTINO	EMR	112	586	1	123	-	-	-	-	-	-	113	709
BA	PLANALTO	EMR	43	305	2	895	-	-	-	-	-	-	45	1.200
BA	POCOES	EMR	141	780	3	250	-	-	-	-	-	-	144	1.030
BA	POJUCA	EMR	47	121	1	68	-	-	-	-	-	-	48	189
BA	PONTO NOVO	EMR	168	391	1	1.156	1	2.570	-	-	-	-	170	4.117
BA	PORTO SEGURO	EMR	175	1.429	16	3.859	4	4.973	2	433	-	-	197	10.694
BA	POTIRAGUA	EMR	20	287	4	840	4	1.672	-	-	-	-	28	2.799
BA	PRADO	EMR	342	1.681	8	1.487	3	2.473	2	927	-	-	355	6.568
BA	PRESIDENTE DUTRA	EMR	176	451	1	200	-	-	-	-	-	-	177	651
BA	PRESIDENTE JANIO QI	EMR	188	507	-	-	-	-	-	-	-	-	188	507
BA	PRESIDENTE TANCRE	EMR	308	2.001	2	62	-	-	-	-	-	-	310	2.063
BA	QUEIMADAS	BR	68	684	-	-	-	-	-	-	-	-	68	684
BA	QUIJINGUE	BR	359	1.050	3	312	-	-	-	-	-	-	362	1.362
BA	QUIXABEIRA	EMR	438	923	-	-	-	-	-	-	-	-	438	923
BA	RAFAEL JAMBEIRO	EMR	361	943	3	880	-	-	-	-	-	-	364	1.823
BA	REMANSO	EMR	715	1.613	5	192	2	70	-	-	-	-	722	1.875
BA	RETIROLANDIA	EMR	259	701	1	112	-	-	-	-	-	-	260	813
BA	RIACHAO DAS NEVES	DMR	27	527	16	1.985	10	9.840	5	13.897	8	23.554	66	49.803
BA	RIACHAO DO JACUIPE	EMR	246	825	8	537	1	81	-	-	-	-	255	1.443
BA	RIACHO DE SANTANA	EMR	620	2.588	11	980	-	-	-	-	-	-	631	3.568
BA	RIBEIRA DO AMPARO	BR	196	1.280	1	25	-	-	-	-	-	-	197	1.305
BA	RIBEIRA DO POMBAL	BR	384	2.321	17	3.058	3	233	1	126	1	11	406	5.749
BA	RIBEIRAO DO LARGO	EMR	115	770	1	63	-	-	-	-	-	-	116	833
BA	RIO DE CONTAS	DMR	31	67	-	-	-	-	-	-	-	-	31	67
BA	RIO DO ANTONIO	EMR	153	341	1	150	-	-	-	-	-	-	154	491
BA	RIO DO PIRES	DMR	80	344	-	-	-	-	-	-	-	-	80	344
BA	RIO REAL	EMR	384	1.293	5	826	2	731	-	-	-	-	391	2.850
BA	RODELAS	DMR	18	569	-	-	-	-	-	-	-	-	18	569
BA	RUY BARBOSA	BR	118	947	18	2.233	-	-	-	-	-	-	136	3.180
BA	SALINAS DA MARGARI	EMR	10	34	-	-	-	-	-	-	-	-	10	34
BA	SALVADOR	AR	66	2.804	175	14.901	63	34.412	26	11.830	8	703.816	338	767.763
BA	SANTA BARBARA	EMR	457	1.378	3	132	-	-	-	-	-	-	460	1.510
BA	SANTA BRIGIDA	DMR	178	1.361	1	7	-	-	-	-	-	-	179	1.368
BA	SANTA CRUZ CABRALI	EMR	56	246	1	494	1	998	-	-	-	-	58	1.738
BA	SANTA CRUZ DA VITOI	EMR	40	348	2	114	-	-	-	-	-	-	42	462
BA	SANTA INES	EMR	3	6	1	374	-	-	1	191	-	-	5	571
BA	SANTA LUZIA	EMR	231	2.996	3	64	1	160	-	-	-	-	235	3.220
BA	SANTA MARIA DA VITC	DMR	569	2.900	22	535	5	873	4	778	-	-	600	5.086

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	SANTA RITA DE CASSI	DMR	107	1.540	1	328	1	418	-	-	-	-	109	2.286
BA	SANTA TERESINHA	EMR	153	412	4	77	-	-	-	-	-	-	157	489
BA	SANTALUZ	EMR	200	983	2	67	1	178	1	485	-	-	204	1.713
BA	SANTANA	DMR	390	1.610	5	1.018	-	-	-	-	-	-	395	2.628
BA	SANTANOPOLIS	EMR	120	369	-	-	-	-	-	-	-	-	120	369
BA	SANTO AMARO	EMR	86	182	-	-	-	-	-	-	-	-	86	182
BA	SANTO ANTONIO DE JI	EMR	133	663	67	5.906	20	1.843	3	206	1	700	224	9.318
BA	SANTO ESTEVAO	EMR	284	657	1	23	-	-	-	-	-	-	285	680
BA	SAO DESIDERIO	DMR	91	468	24	9.913	55	36.084	18	27.051	31	102.106	219	175.622
BA	SAO DOMINGOS	EMR	130	409	2	150	-	-	-	-	-	-	132	559
BA	SAO FELIPE	EMR	199	788	3	87	-	-	-	-	-	-	202	875
BA	SAO FELIX	EMR	407	1.085	-	-	-	-	-	-	-	-	407	1.085
BA	SAO FELIX DO CORIBE	DMR	123	1.620	3	347	-	-	2	287	-	-	128	2.254
BA	SAO FRANCISCO DO C	AR	19	353	1	50	-	-	-	-	1	10.425	21	10.828
BA	SAO GABRIEL	EMR	204	568	1	35	-	-	-	-	-	-	205	603
BA	SAO GONCALO DOS C	EMR	59	276	2	49	1	38	1	400	-	-	63	763
BA	SAO JOSE DA VITORIA	EMR	48	378	-	-	-	-	-	-	-	-	48	378
BA	SAO JOSE DO JACUIPE	EMR	169	611	3	175	-	-	-	-	-	-	172	786
BA	SAO MIGUEL DAS MAT	EMR	242	536	2	143	-	-	-	-	-	-	244	679
BA	SAO SEBASTIAO DO P.	EMR	7	204	4	480	-	-	-	-	1	1.300	12	1.984
BA	SAPEACU	EMR	196	400	2	250	-	-	-	-	-	-	198	650
BA	SATIRO DIAS	EMR	191	534	-	-	-	-	4	2.901	1	1.225	196	4.660
BA	SAUBARA	EMR	1	10	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10
BA	SAUDE	EMR	226	560	1	170	-	-	-	-	-	-	227	730
BA	SEABRA	DMR	535	1.861	4	699	-	-	-	-	-	-	539	2.560
BA	SEBASTIAO LARANJEI	EMR	46	376	2	963	-	-	-	-	-	-	48	1.339
BA	SENHOR DO BONFIM	EMR	249	3.032	18	2.860	5	303	-	-	-	-	272	6.195
BA	SENTO SE	EMR	949	3.669	1	85	-	-	-	-	-	-	950	3.754
BA	SERRA DO RAMALHO	BR	295	1.687	10	807	-	-	-	-	-	-	305	2.494
BA	SERRA DOURADA	DMR	29	853	1	389	1	7.939	-	-	-	-	31	9.181
BA	SERRA PRETA	EMR	197	943	1	15	-	-	-	-	-	-	198	958
BA	SERRINHA	EMR	196	513	4	202	1	80	-	-	-	-	201	795
BA	SERROLANDIA	EMR	286	854	1	34	-	-	-	-	-	-	287	888
BA	SIMOES FILHO	AR	9	224	25	1.906	4	6.283	6	11.821	-	-	44	20.234
BA	SITIO DO MATO	BR	98	532	3	208	-	-	-	-	-	-	101	740
BA	SITIO DO QUINTO	DMR	332	1.923	3	207	-	-	-	-	-	-	335	2.130
BA	SOBRADINHO	EMR	476	3.110	1	29	-	-	-	-	-	-	477	3.139
BA	SOUTO SOARES	EMR	201	428	-	-	-	-	-	-	-	-	201	428
BA	TABOCAS DO BREJO V	DMR	546	1.456	2	240	-	-	-	-	-	-	548	1.696
BA	TANHACU	EMR	218	627	3	128	-	-	-	-	-	-	221	755
BA	TANQUE NOVO	DMR	494	1.018	-	-	-	-	-	-	-	-	494	1.018
BA	TANQUINHO	EMR	15	66	-	-	-	-	-	-	-	-	15	66
BA	TAPEROA	EMR	468	1.456	6	300	-	-	-	-	-	-	474	1.756
BA	TAPIRAMUTA	BR	181	398	3	48	-	-	-	-	-	-	184	446
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	EMR	347	4.180	48	4.312	4	4.161	1	143	-	-	400	12.796
BA	TEODORO SAMPAIO	EMR	6	77	-	-	-	-	-	-	-	-	6	77
BA	TEOFILANDIA	EMR	125	331	-	-	-	-	-	-	-	-	125	331
BA	TEOLANDIA	EMR	65	512	1	10	-	-	-	-	-	-	66	522
BA	TERRA NOVA	EMR	1	80	2	55	-	-	-	-	-	-	3	135
BA	TREMEDAL	EMR	93	211	-	-	-	-	-	-	-	-	93	211

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
BA	TUCANO	BR	483	2.854	11	534	-	-	1	190	-	-	495	3.578
BA	UAUA	BR	410	1.057	9	499	-	-	-	-	-	-	419	1.556
BA	UBAIRA	EMR	28	60	4	185	-	-	-	-	-	-	32	245
BA	UBAITABA	EMR	101	1.109	11	349	-	-	-	-	-	-	112	1.458
BA	UBATA	EMR	123	1.494	4	668	3	183	-	-	-	-	130	2.345
BA	UIBAI	EMR	247	654	1	36	-	-	-	-	-	-	248	690
BA	UMBURANAS	EMR	36	260	-	-	-	-	-	-	-	-	36	260
BA	UNA	EMR	117	3.267	6	259	2	1.363	1	155	-	-	126	5.044
BA	URANDI	EMR	367	1.282	1	73	-	-	-	-	-	-	368	1.355
BA	URUCUCA	EMR	61	2.521	4	300	1	1.024	1	282	-	-	67	4.127
BA	UTINGA	DMR	243	970	6	434	1	1.008	1	170	-	-	251	2.582
BA	VALENCA	EMR	1.013	4.994	42	2.301	4	477	-	-	1	408	1.060	8.180
BA	VALENTE	EMR	424	1.232	4	77	-	-	-	-	-	-	428	1.309
BA	VARZEA DA ROCA	BR	449	1.268	-	-	-	-	-	-	-	-	449	1.268
BA	VARZEA DO POCO	EMR	243	854	3	90	1	43	-	-	-	-	247	987
BA	VARZEA NOVA	EMR	110	224	2	87	-	-	-	-	-	-	112	311
BA	VARZEDO	EMR	229	669	-	-	-	-	-	-	-	-	229	669
BA	VERA CRUZ	AR	-	-	4	311	1	15	-	-	-	-	5	326
BA	VEREDA	EMR	100	273	-	-	-	-	-	-	-	-	100	273
BA	VITORIA DA CONQUIST	EMR	280	2.712	72	6.446	6	1.520	8	4.782	3	12.093	369	27.553
BA	WAGNER	DMR	34	154	2	191	-	-	-	-	-	-	36	345
BA	WANDERLEY	DMR	100	880	12	3.767	-	-	1	113	-	-	113	4.760
BA	WENCESLAU GUIMARA	EMR	120	1.172	1	134	1	1.080	-	-	-	-	122	2.386
BA	XIQUE-XIQUE	DMR	253	1.040	3	544	1	15	-	-	-	-	257	1.599
CE	ABAIARA	BR	321	922	2	106	-	-	-	-	-	-	323	1.028
CE	ACARAPE	BR	75	575	1	18	-	-	-	-	-	-	76	593
CE	ACARAU	BR	261	1.891	13	2.329	3	1.876	1	5.662	4	1.282	282	13.040
CE	ACOPIARA	BR	468	2.011	11	1.327	1	200	-	-	-	-	480	3.538
CE	AIUABA	BR	299	944	9	632	-	-	-	-	-	-	308	1.576
CE	ALCANTARAS	BR	22	214	-	-	-	-	-	-	-	-	22	214
CE	ALTANEIRA	BR	78	390	-	-	-	-	-	-	-	-	78	390
CE	ALTO SANTO	EMR	267	2.588	3	251	1	1.051	-	-	-	-	271	3.890
CE	AMONTADA	BR	160	1.054	16	886	1	586	-	-	-	-	177	2.526
CE	ANTONINA DO NORTE	BR	28	249	8	125	-	-	-	-	-	-	36	374
CE	APUIARES	BR	341	849	-	-	-	-	-	-	-	-	341	849
CE	AQUIRAZ	AR	239	706	13	6.193	7	5.174	1	210	-	-	260	12.283
CE	ARACATI	EMR	765	3.718	20	4.689	1	2.822	4	1.242	-	-	790	12.471
CE	ARACOIABA	BR	517	3.685	61	1.569	-	-	1	3.481	-	-	579	8.735
CE	ARARENDA	BR	111	701	1	147	1	165	-	-	-	-	113	1.013
CE	ARARIPE	BR	87	1.581	3	244	-	-	-	-	-	-	90	1.825
CE	ARATUBA	BR	302	1.029	-	-	-	-	-	-	-	-	302	1.029
CE	ARNEIROZ	BR	183	594	1	61	-	-	-	-	-	-	184	655
CE	ASSARE	BR	343	1.470	1	26	-	-	-	-	-	-	344	1.496
CE	AURORA	BR	291	1.376	3	145	-	-	-	-	-	-	294	1.521
CE	BAIXIO	BR	127	813	1	352	-	-	-	-	-	-	128	1.165
CE	BANABUIU	DMR	137	2.097	2	2.341	-	-	-	-	-	-	139	4.438
CE	BARBALHA	EMR	224	1.219	14	2.812	6	1.384	1	8.696	1	1.457	246	15.568
CE	BARREIRA	DMR	205	1.332	1	50	-	-	3	59	-	-	209	1.441
CE	BARRO	BR	220	1.039	1	118	-	-	-	-	-	-	221	1.157
CE	BARROQUINHA	BR	87	351	2	24	1	199	-	-	-	-	90	574

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
CE	BATURITE	BR	474	2.770	20	1.435	1	60	-	-	-	-	495	4.265
CE	BEBERIBE	DMR	364	1.457	2	74	-	-	1	2.800	-	-	367	4.331
CE	BELA CRUZ	BR	75	632	1	20	-	-	-	-	-	-	76	652
CE	BOA VIAGEM	DMR	608	3.399	20	5.876	1	199	-	-	-	-	629	9.474
CE	BREJO SANTO	BR	637	2.941	11	2.585	5	659	-	-	-	-	653	6.185
CE	CAMOCIM	BR	502	3.068	27	1.040	1	140	-	-	-	-	530	4.248
CE	CAMPOS SALES	BR	292	1.081	18	825	-	-	1	44	-	-	311	1.950
CE	CANINDE	DMR	1.007	4.700	27	865	-	-	-	-	-	-	1.034	5.565
CE	CAPISTRANO	BR	476	1.591	4	68	-	-	-	-	-	-	480	1.659
CE	CARIDADE	DMR	466	1.127	1	18	1	165	-	-	-	-	468	1.310
CE	CARIRE	EMR	121	1.147	2	789	-	-	-	-	-	-	123	1.936
CE	CARIRIACU	BR	248	813	4	691	-	-	-	-	-	-	252	1.504
CE	CARIUS	BR	337	1.300	3	182	-	-	-	-	-	-	340	1.482
CE	CARNAUBAL	BR	337	1.028	5	233	-	-	-	-	-	-	342	1.261
CE	CASCAVEL	DMR	515	1.659	6	2.769	-	-	-	-	-	-	521	4.428
CE	CATARINA	BR	189	594	2	359	-	-	-	-	-	-	191	953
CE	CATUNDA	DMR	189	1.391	1	25	-	-	-	-	-	-	190	1.416
CE	CAUCAIA	AR	711	2.187	17	1.469	5	3.152	3	26.392	-	-	736	33.200
CE	CEDRO	DMR	478	1.866	4	489	-	-	-	-	-	-	482	2.355
CE	CHAVAL	BR	48	465	2	109	-	-	-	-	-	-	50	574
CE	CHORO	DMR	123	1.036	7	1.099	-	-	-	-	-	-	130	2.135
CE	CHOROZINHO	DMR	185	1.767	6	256	1	2.992	-	-	-	-	192	5.015
CE	COREAU	BR	238	1.097	1	236	-	-	-	-	-	-	239	1.333
CE	CRATEUS	BR	629	6.857	45	3.470	5	243	-	-	-	-	679	10.570
CE	CRATO	EMR	165	1.593	45	4.866	25	23.133	2	12.819	-	-	237	42.411
CE	CROATA	BR	231	684	3	147	-	-	-	-	-	-	234	831
CE	CRUZ	BR	204	592	1	108	-	-	-	-	-	-	205	700
CE	DEPUTADO IRAPUAN F	BR	210	1.180	21	427	2	138	-	-	-	-	233	1.745
CE	ERERE	BR	132	603	-	-	-	-	-	-	-	-	132	603
CE	EUSEBIO	AR	6	386	6	1.415	7	1.530	14	17.001	2	492	35	20.824
CE	FARIAS BRITO	BR	255	771	2	48	-	-	-	-	-	-	257	819
CE	FORQUILHA	EMR	121	968	3	162	-	-	-	-	-	-	124	1.130
CE	FORTALEZA	AR	181	10.789	292	37.100	86	21.893	31	27.596	10	156.007	600	253.385
CE	FORTIM	EMR	206	1.092	-	-	1	25	-	-	-	-	207	1.117
CE	FRECHEIRINHA	BR	118	422	22	917	-	-	-	-	-	-	140	1.339
CE	GENERAL SAMPAIO	BR	139	781	-	-	-	-	-	-	-	-	139	781
CE	GRACA	EMR	74	374	1	25	-	-	-	-	-	-	75	399
CE	GRANJA	BR	1.199	4.749	24	28.684	2	4.946	4	468	-	-	1.229	38.847
CE	GRANJEIRO	BR	25	200	-	-	-	-	-	-	-	-	25	200
CE	GROAIRAS	EMR	115	401	1	308	-	-	-	-	-	-	116	709
CE	GUAIUBA	AR	299	1.632	4	94	-	-	-	-	-	-	303	1.726
CE	GUARACIABA DO NOR	BR	884	2.525	17	737	4	192	-	-	-	-	905	3.454
CE	GUARAMIRANGA	BR	60	157	2	52	-	-	-	-	-	-	62	209
CE	HIDROLANDIA	DMR	124	880	1	20	1	200	-	-	-	-	126	1.100
CE	HORIZONTE	DMR	193	1.463	10	5.320	5	11.281	-	-	2	41.427	210	59.491
CE	IBARETAMA	DMR	271	924	5	161	-	-	-	-	-	-	276	1.085
CE	IBIAPINA	BR	282	1.235	9	211	-	-	-	-	-	-	291	1.446
CE	IBICUITINGA	EMR	213	1.375	13	197	-	-	-	-	-	-	226	1.572
CE	ICAPUI	EMR	237	2.908	2	51	-	-	-	-	-	-	239	2.959
CE	ICO	DMR	682	3.887	8	970	2	155	-	-	-	-	692	5.012

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
CE	IGUATU	DMR	832	5.200	69	7.972	16	2.116	-	-	2	16.587	919	31.875
CE	INDEPENDENCIA	BR	682	7.575	7	429	-	-	-	-	-	-	689	8.004
CE	IPAPORANGA	BR	265	857	1	24	-	-	-	-	-	-	266	881
CE	IPAUMIRIM	BR	163	904	3	458	-	-	-	-	-	-	166	1.362
CE	IPU	BR	349	1.359	4	605	-	-	-	-	-	-	353	1.964
CE	IPUEIRAS	BR	552	2.555	6	512	-	-	-	-	-	-	558	3.067
CE	IRACEMA	BR	395	5.781	5	1.154	1	194	-	-	-	-	401	7.129
CE	IRAUCUBA	EMR	168	604	3	50	-	-	-	-	-	-	171	654
CE	ITAICABA	EMR	115	583	2	380	-	-	-	-	-	-	117	963
CE	ITAITINGA	AR	48	475	4	4.056	4	8.326	2	400	-	-	58	13.257
CE	ITAPAGE	BR	401	1.565	16	714	1	1.466	-	-	-	-	418	3.745
CE	ITAPIPOCA	BR	1.191	4.202	30	1.113	3	180	1	2.382	-	-	1.225	7.877
CE	ITAPIUNA	BR	442	2.424	3	207	-	-	-	-	-	-	445	2.631
CE	ITAREMA	BR	166	486	4	490	-	-	1	7.528	-	-	171	8.504
CE	ITATIRA	DMR	410	2.149	6	1.165	-	-	1	1.960	-	-	417	5.274
CE	JAGUARETAMA	EMR	536	2.124	5	955	1	1.943	1	100	-	-	543	5.122
CE	JAGUARIBARA	EMR	275	1.820	1	50	1	1.875	-	-	-	-	277	3.745
CE	JAGUARIBE	EMR	1.005	6.526	36	6.522	3	1.137	2	8.250	-	-	1.046	22.435
CE	JAGUARUANA	EMR	367	2.659	6	261	2	3.931	5	7.691	-	-	380	14.542
CE	JARDIM	EMR	639	2.332	9	622	-	-	-	-	-	-	648	2.954
CE	JATI	BR	189	810	-	-	-	-	-	-	-	-	189	810
CE	JIJOCA DE JERICOACO	BR	704	1.958	4	245	-	-	-	-	-	-	708	2.203
CE	JUAZEIRO DO NORTE	EMR	228	2.527	178	49.173	38	24.415	9	7.167	1	60.747	454	144.029
CE	JUCAS	BR	217	2.133	2	15	1	113	-	-	-	-	220	2.261
CE	LAVRAS DA MANGABE	BR	384	3.295	5	379	-	-	-	-	-	-	389	3.674
CE	LIMOEIRO DO NORTE	EMR	796	7.618	33	10.191	-	-	1	3.276	-	-	830	21.085
CE	MADALENA	DMR	101	1.238	5	291	-	-	-	-	-	-	106	1.529
CE	MARACANAU	AR	25	1.231	41	3.908	14	15.637	4	24.370	3	146.802	87	191.948
CE	MARANGUAPE	AR	633	2.626	12	1.172	3	100	2	150	-	-	650	4.048
CE	MARCO	BR	89	807	10	1.086	2	278	1	53	-	-	102	2.224
CE	MARTINOPOLE	BR	262	883	4	165	-	-	2	260	-	-	268	1.308
CE	MASSAPE	EMR	205	770	5	186	-	-	-	-	-	-	210	956
CE	MAURITI	BR	938	4.765	6	1.537	-	-	-	-	-	-	944	6.302
CE	MERUOCA	BR	18	112	3	71	-	-	-	-	-	-	21	183
CE	MILAGRES	BR	305	1.401	4	233	-	-	-	-	-	-	309	1.634
CE	MILHA	BR	309	1.951	17	1.398	-	-	-	-	-	-	326	3.349
CE	MIRAIMA	EMR	402	840	1	50	-	-	-	-	-	-	403	890
CE	MISSAO VELHA	EMR	566	1.784	11	1.028	-	-	-	-	-	-	577	2.812
CE	MOMBACA	BR	1.078	4.100	35	1.228	2	103	-	-	-	-	1.115	5.431
CE	MONSENHOR TABOSA	BR	305	1.223	3	746	2	53	-	-	-	-	310	2.022
CE	MORADA NOVA	EMR	1.211	6.808	5	238	-	-	-	-	-	-	1.216	7.046
CE	MORAUJO	BR	96	325	1	105	-	-	-	-	-	-	97	430
CE	MORRINHOS	BR	256	754	4	116	-	-	-	-	-	-	260	870
CE	MUCAMBO	EMR	84	225	1	129	-	-	-	-	-	-	85	354
CE	MULUNGU	BR	241	662	-	-	-	-	-	-	-	-	241	662
CE	NOVA OLINDA	EMR	96	689	2	1.232	1	917	-	-	-	-	99	2.838
CE	NOVA RUSSAS	BR	319	1.959	6	407	1	49	-	-	-	-	326	2.415
CE	NOVO ORIENTE	BR	343	2.735	5	590	-	-	-	-	-	-	348	3.325
CE	OCARA	DMR	228	939	2	462	-	-	-	-	-	-	230	1.401
CE	OROS	DMR	425	1.951	3	401	-	-	-	-	-	-	428	2.352

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
CE	PACAJUS	DMR	257	1.570	15	5.894	1	848	-	-	3	82.605	276	90.917
CE	PACATUBA	AR	51	157	10	2.101	3	1.957	2	5.815	-	-	66	10.030
CE	PACOTI	BR	296	672	1	34	-	-	-	-	-	-	297	706
CE	PACUJA	EMR	29	79	-	-	-	-	-	-	-	-	29	79
CE	PALHANO	EMR	199	1.062	1	16	-	-	-	-	-	-	200	1.078
CE	PALMACIA	BR	179	446	1	2.744	-	-	-	-	-	-	180	3.190
CE	PARACURU	BR	243	630	5	341	-	-	-	-	1	621	249	1.592
CE	PARAIPABA	BR	51	158	11	1.348	-	-	-	-	-	-	62	1.506
CE	PARAMBU	BR	229	623	4	211	-	-	-	-	-	-	233	834
CE	PARAMOTI	DMR	188	550	4	129	-	-	-	-	-	-	192	679
CE	PEDRA BRANCA	BR	321	1.832	2	412	1	13	-	-	-	-	324	2.257
CE	PENAFORTE	BR	117	410	5	266	-	-	-	-	-	-	122	676
CE	PENTECOSTE	BR	359	1.258	1	35	-	-	-	-	-	-	360	1.293
CE	PEREIRO	BR	826	2.042	2	475	-	-	-	-	-	-	828	2.517
CE	PINDORETAMA	DMR	78	252	3	273	3	190	-	-	-	-	84	715
CE	PIQUET CARNEIRO	BR	289	1.080	6	174	-	-	-	-	-	-	295	1.254
CE	PIRES FERREIRA	BR	46	201	-	-	-	-	-	-	-	-	46	201
CE	PORANGA	BR	46	278	1	20	-	-	-	-	-	-	47	298
CE	PORTEIRAS	EMR	549	1.423	2	23	-	-	-	-	-	-	551	1.446
CE	POTENGI	BR	29	272	2	1.485	-	-	-	-	-	-	31	1.757
CE	POTIRETAMA	BR	152	1.170	-	-	-	-	-	-	-	-	152	1.170
CE	QUITERIANOPOLIS	BR	420	1.331	-	-	-	-	-	-	-	-	420	1.331
CE	QUIXADA	DMR	709	3.838	79	3.208	9	1.856	3	1.378	1	117	801	10.397
CE	QUIXELO	DMR	350	3.674	4	240	2	224	-	-	-	-	356	4.138
CE	QUIXERAMOBIM	DMR	1.046	6.177	67	1.813	6	1.531	-	-	-	-	1.119	9.521
CE	QUIXERE	EMR	96	1.020	5	2.984	-	-	1	2.557	-	-	102	6.561
CE	REDENCAO	BR	406	1.306	6	494	1	1.726	-	-	-	-	413	3.526
CE	RERIUTABA	BR	86	464	4	360	-	-	-	-	-	-	90	824
CE	RUSSAS	EMR	587	6.318	26	9.062	1	326	2	12.543	1	7.309	617	35.558
CE	SABOEIRO	BR	285	1.231	4	408	-	-	-	-	-	-	289	1.639
CE	SALITRE	BR	254	863	3	243	-	-	-	-	-	-	257	1.106
CE	SANTA QUITERIA	DMR	357	2.713	22	2.488	-	-	-	-	-	-	379	5.201
CE	SANTANA DO ACARAU	EMR	475	2.252	3	215	-	-	-	-	-	-	478	2.467
CE	SANTANA DO CARIRI	EMR	133	460	2	39	-	-	-	-	-	-	135	499
CE	SAO BENEDITO	BR	1.143	3.328	40	2.187	2	1.251	-	-	-	-	1.185	6.766
CE	SAO GONCALO DO AM	BR	227	1.110	10	169	1	29	5	1.213	1	250.000	244	252.521
CE	SAO JOAO DO JAGUAF	EMR	122	502	2	204	-	-	-	-	-	-	124	706
CE	SAO LUIS DO CURU	BR	90	174	3	194	-	-	-	-	-	-	93	368
CE	SENADOR POMPEU	BR	203	1.069	13	470	1	247	-	-	-	-	217	1.786
CE	SENADOR SA	EMR	47	406	-	-	-	-	-	-	-	-	47	406
CE	SOBRAL	EMR	376	5.442	73	10.039	5	30.254	1	27	-	-	455	45.762
CE	SOLONOPOLE	BR	486	1.729	7	106	-	-	-	-	-	-	493	1.835
CE	TABULEIRO DO NORTE	EMR	618	13.203	8	860	2	521	-	-	-	-	628	14.584
CE	TAMBORIL	BR	469	1.980	2	324	-	-	-	-	-	-	471	2.304
CE	TARRAFAS	BR	206	654	-	-	-	-	-	-	-	-	206	654
CE	TAUA	BR	263	2.510	17	6.473	1	874	1	1.218	-	-	282	11.075
CE	TEJUCUOCA	BR	89	587	-	-	-	-	-	-	-	-	89	587
CE	TIANGUA	BR	731	3.523	93	4.597	14	757	-	-	-	-	838	8.877
CE	TRAIRI	BR	662	1.746	12	1.199	-	-	-	-	-	-	674	2.945
CE	TURURU	BR	303	791	2	268	-	-	-	-	-	-	305	1.059

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
CE	UBAJARA	BR	375	1.038	16	1.114	2	232	1	3.507	-	-	394	5.891
CE	UMARI	BR	206	1.236	1	96	-	-	-	-	-	-	207	1.332
CE	UMIRIM	BR	208	401	3	35	-	-	-	-	-	-	211	436
CE	URUBURETAMA	BR	160	503	6	122	-	-	-	-	-	-	166	625
CE	URUOCA	BR	621	2.920	4	310	-	-	-	-	-	-	625	3.230
CE	VARJOTA	BR	84	1.313	13	681	3	730	-	-	-	-	100	2.724
CE	VARZEA ALEGRE	BR	294	2.862	4	160	6	422	-	-	-	-	304	3.444
CE	VICOSA DO CEARA	BR	769	2.819	24	725	2	126	-	-	-	-	795	3.670
ES	AGUA DOCE DO NORT	EMR	13	680	1	655	-	-	-	-	-	-	14	1.335
ES	AGUIA BRANCA	EMR	15	356	-	-	-	-	-	-	-	-	15	356
ES	ALTO RIO NOVO	EMR	16	371	1	27	-	-	-	-	-	-	17	398
ES	BAIXO GUANDU	EMR	27	1.003	1	412	-	-	-	-	-	-	28	1.415
ES	BARRA DE SAO FRANC	EMR	24	644	8	3.393	1	90	1	252	-	-	34	4.379
ES	BOA ESPERANCA	EMR	4	73	3	325	-	-	-	-	-	-	7	398
ES	COLATINA	EMR	90	2.825	33	9.505	2	137	1	127	7	16.214	133	28.808
ES	CONCEICAO DA BARR	EMR	1	50	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50
ES	ECOPORANGA	EMR	3	240	5	3.287	3	2.649	2	1.138	-	-	13	7.314
ES	GOVERNADOR LINDEN	EMR	12	344	2	1.274	-	-	1	50	-	-	15	1.668
ES	JAGUARE	EMR	7	275	3	125	1	75	1	657	-	-	12	1.132
ES	LINHARES	EMR	48	2.124	56	5.102	3	2.250	6	4.771	-	-	113	14.247
ES	MANTENOPOLIS	EMR	25	904	2	75	-	-	-	-	-	-	27	979
ES	MARILANDIA	EMR	13	538	7	1.580	2	91	-	-	2	10.000	24	12.209
ES	MONTANHA	EMR	1	69	6	1.250	3	1.459	1	1.800	-	-	11	4.578
ES	MUCURICI	EMR	1	31	3	1.267	1	426	-	-	-	-	5	1.724
ES	NOVA VENECIA	EMR	32	1.128	11	3.568	1	500	-	-	-	-	44	5.196
ES	PANCAS	EMR	23	865	4	220	-	-	-	-	-	-	27	1.085
ES	PEDRO CANARIO	EMR	2	72	1	76	-	-	-	-	-	-	3	148
ES	PINHEIROS	EMR	4	166	8	1.297	-	-	2	750	3	9.288	17	11.501
ES	PONTO BELO	EMR	1	81	-	-	-	-	-	-	-	-	1	81
ES	RIO BANANAL	EMR	19	753	5	845	-	-	1	303	-	-	25	1.901
ES	SAO DOMINGOS DO N	EMR	11	587	8	638	-	-	-	-	-	-	19	1.225
ES	SAO GABRIEL DA PAL	EMR	9	205	9	401	-	-	1	50	-	-	19	656
ES	SAO MATEUS	EMR	35	1.327	14	2.222	1	21	2	206	-	-	52	3.776
ES	SOORETAMA	EMR	1	54	4	340	-	-	-	-	-	-	5	394
ES	VILA PAVAO	EMR	1	28	1	40	-	-	-	-	-	-	2	68
ES	VILA VALERIO	EMR	19	771	3	772	-	-	-	-	-	-	22	1.543
MA	ACAILANDIA	EMR	512	3.544	57	8.488	22	51.128	3	7.985	1	244.000	595	315.145
MA	AFONSO CUNHA	BR	11	21	-	-	-	-	-	-	-	-	11	21
MA	AGUA DOCE DO MARA	BR	280	627	-	-	-	-	-	-	-	-	280	627
MA	ALCANTARA	BR	9	168	1	134	-	-	-	-	-	-	10	302
MA	ALDEIAS ALTAS	BR	170	404	3	47	-	-	2	15.693	-	-	175	16.144
MA	ALTAMIRA DO MARANI	BR	81	283	1	16	-	-	-	-	-	-	82	299
MA	ALTO ALEGRE DO MAF	BR	47	135	2	52	-	-	-	-	-	-	49	187
MA	ALTO ALEGRE DO PINI	BR	329	1.540	2	399	-	-	-	-	-	-	331	1.939
MA	ALTO PARNAIBA	DMR	10	195	3	1.459	-	-	-	-	-	-	13	1.654
MA	AMAPA DO MARANHAO	BR	14	529	1	52	-	-	-	-	-	-	15	581
MA	AMARANTE DO MARAN	EMR	532	7.932	10	1.659	2	1.625	3	989	-	-	547	12.205
MA	ANAJATUBA	BR	350	794	1	25	-	-	-	-	-	-	351	819
MA	ANAPURUS	BR	193	459	5	1.570	2	2.617	2	2.830	-	-	202	7.476
MA	APICUM-ACU	BR	-	-	12	533	-	-	-	-	-	-	12	533

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MA	ARAGUANA	BR	336	2.326	3	1.179	-	-	-	-	-	-	339	3.505
MA	ARAIOSES	BR	373	1.224	7	669	-	-	-	-	-	-	380	1.893
MA	ARAME	BR	385	2.849	7	473	3	101	-	-	-	-	395	3.423
MA	ARARI	BR	192	602	2	91	-	-	-	-	-	-	194	693
MA	AXIXA	BR	125	316	-	-	-	-	-	-	-	-	125	316
MA	BACABAL	BR	583	2.360	34	4.943	8	885	6	4.748	-	-	631	12.936
MA	BACABEIRA	BR	106	445	-	-	-	-	-	-	-	-	106	445
MA	BACURI	BR	105	379	6	525	-	-	-	-	-	-	111	904
MA	BACURITUBA	BR	190	386	-	-	-	-	-	-	-	-	190	386
MA	BALSAS	DMR	547	2.281	58	11.261	19	6.240	2	22.709	2	59.271	628	101.762
MA	BARAO DE GRAJAU	BR	598	1.370	4	708	1	75	-	-	-	-	603	2.153
MA	BARRA DO CORDA	BR	1.160	6.610	68	3.506	9	701	-	-	-	-	1.237	10.817
MA	BARREIRINHAS	BR	69	903	8	337	-	-	-	-	-	-	77	1.240
MA	BELA VISTA DO MARAI	BR	149	315	-	-	-	-	-	-	-	-	149	315
MA	BELAGUA	BR	22	52	-	-	-	-	-	-	-	-	22	52
MA	BENEDITO LEITE	DMR	99	944	-	-	1	4.171	-	-	-	-	100	5.115
MA	BEQUIMAO	BR	518	1.109	2	33	-	-	-	-	-	-	520	1.142
MA	BERNARDO DO MEARI	BR	243	1.085	2	819	-	-	-	-	-	-	245	1.904
MA	BOA VISTA DO GURUP	BR	56	383	-	-	-	-	-	-	-	-	56	383
MA	BOM JARDIM	BR	386	6.934	4	2.009	-	-	1	630	-	-	391	9.573
MA	BOM JESUS DAS SELV	BR	190	3.678	10	1.592	1	579	-	-	-	-	201	5.849
MA	BOM LUGAR	BR	152	654	-	-	-	-	-	-	-	-	152	654
MA	BREJO	BR	503	1.728	8	2.396	3	2.354	-	-	-	-	514	6.478
MA	BREJO DE AREIA	BR	236	926	1	21	-	-	-	-	-	-	237	947
MA	BURITI	BR	554	1.231	1	38	1	1.488	-	-	-	-	556	2.757
MA	BURITI BRAVO	BR	227	2.191	4	101	-	-	-	-	-	-	231	2.292
MA	BURITICUPU	BR	376	9.373	18	2.323	-	-	-	-	-	-	394	11.696
MA	BURITIRANA	EMR	332	2.036	8	1.528	-	-	1	294	-	-	341	3.858
MA	CACHOEIRA GRANDE	BR	59	335	-	-	-	-	-	-	-	-	59	335
MA	CAJAPIO	BR	10	21	2	73	-	-	-	-	-	-	12	94
MA	CAJARI	BR	111	275	1	11	-	-	-	-	-	-	112	286
MA	CAMPESTRE DO MARA	EMR	14	668	1	327	1	1.999	-	-	-	-	16	2.994
MA	CANDIDO MENDES	BR	86	432	1	7	-	-	-	-	-	-	87	439
MA	CANTANHEDE	BR	7	168	1	28	-	-	-	-	-	-	8	196
MA	CAPINZAL DO NORTE	BR	90	193	3	197	-	-	-	-	-	-	93	390
MA	CAROLINA	EMR	-	-	1	142	-	-	-	-	-	-	1	142
MA	CARUTAPERA	BR	86	997	3	2.828	6	3.727	-	-	-	-	95	7.552
MA	CAXIAS	BR	886	4.025	101	4.351	10	2.405	2	150	1	800	1.000	11.731
MA	CEDRAL	BR	108	280	-	-	-	-	-	-	-	-	108	280
MA	CENTRAL DO MARANH	BR	1	50	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50
MA	CENTRO DO GUILHERI	BR	136	2.386	1	188	-	-	-	-	-	-	137	2.574
MA	CENTRO NOVO DO MA	BR	479	1.434	-	-	-	-	-	-	-	-	479	1.434
MA	CHAPADINHA	BR	375	2.029	46	3.294	4	2.831	-	-	-	-	425	8.154
MA	CIDELANDIA	EMR	361	1.410	4	1.251	-	-	2	1.291	-	-	367	3.952
MA	CODO	BR	702	3.654	125	10.843	9	471	1	17.979	-	-	837	32.947
MA	COELHO NETO	BR	111	310	1	38	1	973	-	-	-	-	113	1.321
MA	COLINAS	BR	300	2.271	18	5.270	-	-	-	-	-	-	318	7.541
MA	CONCEICAO DO LAGO	BR	8	221	4	273	-	-	-	-	-	-	12	494
MA	COROATA	BR	463	4.041	23	3.077	-	-	1	245	-	-	487	7.363
MA	CURURUPU	BR	322	854	8	228	-	-	-	-	-	-	330	1.082

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MA	DAVINOPOLIS	EMR	171	510	4	113	-	-	1	107	-	-	176	730
MA	DOM PEDRO	BR	92	480	20	1.027	-	-	2	289	-	-	114	1.796
MA	DUQUE BACELAR	BR	79	186	-	-	-	-	-	-	-	-	79	186
MA	ESPERANTINOPOLIS	BR	255	1.538	19	716	3	313	-	-	-	-	277	2.567
MA	ESTREITO	EMR	52	1.700	4	830	3	3.098	-	-	-	-	59	5.628
MA	FEIRA NOVA DO MARA	DMR	287	2.848	2	259	-	-	-	-	-	-	289	3.107
MA	FERNANDO FALCAO	BR	329	748	-	-	-	-	-	-	-	-	329	748
MA	FORMOSA DA SERRA I	BR	247	2.230	3	284	-	-	-	-	-	-	250	2.514
MA	FORTALEZA DOS NOG	DMR	340	3.596	6	336	1	1.487	1	86	1	327	349	5.832
MA	FORTUNA	BR	205	1.072	8	175	-	-	-	-	-	-	213	1.247
MA	GODOFREDO VIANA	BR	2	168	-	-	-	-	-	-	-	-	2	168
MA	GONCALVES DIAS	BR	481	1.357	4	477	-	-	-	-	-	-	485	1.834
MA	GOVERNADOR ARCHE	BR	88	367	4	302	-	-	1	87	-	-	93	756
MA	GOVERNADOR EDISO	EMR	56	519	2	557	-	-	-	-	-	-	58	1.076
MA	GOVERNADOR EUGEN	BR	219	1.343	4	219	-	-	2	269	-	-	225	1.831
MA	GOVERNADOR LUIZ R	BR	102	355	2	654	-	-	-	-	-	-	104	1.009
MA	GOVERNADOR NEWTO	BR	159	2.508	4	879	-	-	-	-	-	-	163	3.387
MA	GOVERNADOR NUNES	BR	482	3.515	2	389	-	-	-	-	-	-	484	3.904
MA	GRACA ARANHA	BR	174	570	-	-	-	-	-	-	-	-	174	570
MA	GRAJAU	BR	133	1.425	25	2.230	6	3.199	-	-	1	11.159	165	18.013
MA	GUIMARAES	BR	137	282	-	-	1	15	-	-	-	-	138	297
MA	HUMBERTO DE CAMP	BR	46	314	2	272	-	-	-	-	-	-	48	586
MA	ICATU	BR	120	381	-	-	-	-	-	-	-	-	120	381
MA	IGARAPE DO MEIO	BR	154	505	3	929	2	2.840	-	-	-	-	159	4.274
MA	IGARAPE GRANDE	BR	120	514	3	41	-	-	1	475	-	-	124	1.030
MA	IMPERATRIZ	EMR	154	1.846	74	9.784	17	5.576	7	15.306	1	15.024	253	47.536
MA	ITAIPAVA DO GRAJAU	BR	110	1.267	-	-	-	-	-	-	-	-	110	1.267
MA	ITAPECURU MIRIM	BR	114	514	3	314	3	353	-	-	-	-	120	1.181
MA	ITINGA DO MARANHAO	EMR	60	785	9	2.194	5	349	-	-	-	-	74	3.328
MA	JATOBA	BR	94	644	-	-	-	-	-	-	-	-	94	644
MA	JENIPAPO DOS VIEIRA	BR	209	1.813	2	48	-	-	-	-	-	-	211	1.861
MA	JOAO LISBOA	EMR	441	2.212	1	693	2	1.810	1	62	-	-	445	4.777
MA	JOSELANDIA	BR	195	1.277	1	21	1	35	-	-	-	-	197	1.333
MA	JUNCO DO MARANHAO	BR	74	510	-	-	-	-	-	-	-	-	74	510
MA	LAGO DA PEDRA	BR	198	1.957	24	2.239	1	101	-	-	-	-	223	4.297
MA	LAGO DO JUNCO	BR	143	598	2	29	-	-	-	-	-	-	145	627
MA	LAGO DOS RODRIGUE	BR	252	868	5	87	-	-	-	-	-	-	257	955
MA	LAGO VERDE	BR	209	745	1	90	-	-	1	216	-	-	211	1.051
MA	LAGOA DO MATO	BR	420	1.011	1	15	-	-	1	128	-	-	422	1.154
MA	LAGOA GRANDE DO M	BR	27	316	-	-	-	-	-	-	-	-	27	316
MA	LAJEADO NOVO	EMR	26	388	7	2.404	-	-	-	-	-	-	33	2.792
MA	LIMA CAMPOS	BR	132	522	9	454	-	-	-	-	-	-	141	976
MA	LORETO	DMR	98	498	-	-	1	1.278	1	466	-	-	100	2.242
MA	LUIS DOMINGUES	BR	13	88	-	-	-	-	-	-	-	-	13	88
MA	MAGALHAES DE ALME	BR	192	415	2	125	-	-	-	-	-	-	194	540
MA	MARACACUME	BR	236	1.765	2	398	1	227	-	-	-	-	239	2.390
MA	MARAJA DO SENA	BR	101	1.005	-	-	-	-	-	-	-	-	101	1.005
MA	MARANHAOZINHO	BR	125	1.146	7	890	-	-	-	-	-	-	132	2.036
MA	MATA ROMA	BR	190	447	6	308	1	50	1	2.259	-	-	198	3.064
MA	MATINHA	BR	115	334	3	295	1	924	-	-	-	-	119	1.553

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MA	MATOES	BR	210	794	-	-	-	-	-	-	-	-	210	794
MA	MATOES DO NORTE	BR	44	289	-	-	-	-	-	-	-	-	44	289
MA	MILAGRES DO MARAN	BR	137	334	-	-	-	-	-	-	-	-	137	334
MA	MIRADOR	BR	218	1.722	3	254	-	-	-	-	-	-	221	1.976
MA	MIRANDA DO NORTE	BR	162	420	1	8	-	-	-	-	-	-	163	428
MA	MIRINZAL	BR	98	482	6	110	-	-	-	-	-	-	104	592
MA	MONCAO	BR	184	1.053	4	171	1	84	-	-	-	-	189	1.308
MA	MONTES ALTOS	EMR	216	1.338	1	42	-	-	-	-	-	-	217	1.380
MA	MORROS	BR	59	491	2	224	-	-	-	-	-	-	61	715
MA	NINA RODRIGUES	BR	18	238	-	-	-	-	-	-	-	-	18	238
MA	NOVA COLINAS	DMR	335	1.181	-	-	-	-	-	-	-	-	335	1.181
MA	NOVA IORQUE	BR	14	264	-	-	-	-	-	-	-	-	14	264
MA	NOVA OLINDA DO MAF	BR	196	4.177	11	721	-	-	-	-	-	-	207	4.898
MA	OLHO D'AGUA DAS CU	BR	168	658	11	472	-	-	-	-	-	-	179	1.130
MA	OLINDA NOVA DO MAF	BR	57	339	2	784	-	-	-	-	-	-	59	1.123
MA	PACO DO LUMIAR	EMR	150	850	3	62	-	-	-	-	1	10.988	154	11.900
MA	PALMEIRANDIA	BR	190	506	1	25	-	-	-	-	-	-	191	531
MA	PARAIBANO	BR	482	1.462	-	-	1	200	-	-	-	-	483	1.662
MA	PARNARAMA	BR	455	1.152	7	5.249	1	301	1	337	2	776	466	7.815
MA	PASSAGEM FRANCA	BR	183	701	5	118	-	-	-	-	-	-	188	819
MA	PASTOS BONS	BR	261	805	8	1.258	1	30	-	-	-	-	270	2.093
MA	PAULINO NEVES	BR	209	971	1	151	-	-	-	-	-	-	210	1.122
MA	PAULO RAMOS	BR	84	702	10	400	-	-	-	-	-	-	94	1.102
MA	PEDREIRAS	BR	364	986	40	1.938	3	276	1	99	-	-	408	3.299
MA	PEDRO DO ROSARIO	BR	17	1.093	2	145	-	-	-	-	-	-	19	1.238
MA	PENALVA	BR	287	1.809	3	454	-	-	-	-	-	-	290	2.263
MA	PERI MIRIM	BR	96	255	1	10	-	-	-	-	-	-	97	265
MA	PERITORO	BR	94	1.420	5	324	2	100	-	-	-	-	101	1.844
MA	PINDARE MIRIM	BR	149	838	-	-	1	35	-	-	-	-	150	873
MA	PINHEIRO	BR	987	4.277	35	2.868	2	105	-	-	-	-	1.024	7.250
MA	PIO XII	BR	149	1.476	1	25	-	-	-	-	-	-	150	1.501
MA	PIRAPEMAS	BR	53	534	-	-	-	-	-	-	-	-	53	534
MA	POCAO DE PEDRAS	BR	343	2.490	5	421	1	226	-	-	-	-	349	3.137
MA	PORTO FRANCO	EMR	39	1.702	11	2.802	3	8.577	1	435	1	17.025	55	30.541
MA	PORTO RICO DO MAR/	BR	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100
MA	PRESIDENTE DUTRA	BR	683	3.485	47	2.684	8	494	4	316	-	-	742	6.979
MA	PRESIDENTE JUSCELI	BR	72	181	-	-	-	-	-	-	-	-	72	181
MA	PRESIDENTE MEDICI	BR	110	1.208	6	259	-	-	-	-	-	-	116	1.467
MA	PRESIDENTE SARNEY	BR	105	370	-	-	-	-	-	-	-	-	105	370
MA	PRESIDENTE VARGAS	BR	46	102	-	-	-	-	-	-	-	-	46	102
MA	PRIMEIRA CRUZ	BR	3	60	-	-	-	-	-	-	-	-	3	60
MA	RAPOSA	EMR	168	1.348	-	-	1	200	-	-	-	-	169	1.548
MA	RIACHAO	DMR	277	1.125	3	434	1	762	-	-	-	-	281	2.321
MA	RIBAMAR FIQUENE	EMR	209	666	2	286	-	-	-	-	-	-	211	952
MA	ROSARIO	BR	161	504	2	74	-	-	-	-	-	-	163	578
MA	SAMBAIBA	DMR	34	796	3	1.215	2	8.252	-	-	1	36.626	40	46.889
MA	SANTA FILOMENA DO	BR	200	1.025	2	42	-	-	-	-	-	-	202	1.067
MA	SANTA HELENA	BR	357	1.508	29	1.676	2	199	-	-	-	-	388	3.383
MA	SANTA INES	BR	336	1.424	33	5.474	6	610	2	195	1	8.061	378	15.764
MA	SANTA LUZIA	BR	751	6.163	9	6.110	5	11.484	-	-	1	487	766	24.244

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MA	SANTA LUZIA DO PARU	BR	225	3.528	9	784	1	3.564	1	11.165	-	-	236	19.041
MA	SANTA QUITERIA DO M	BR	9	555	6	546	-	-	1	7.929	-	-	16	9.030
MA	SANTA RITA	BR	53	106	2	155	-	-	-	-	-	-	55	261
MA	SANTANA DO MARANH	BR	48	106	-	-	-	-	-	-	-	-	48	106
MA	SANTO AMARO DO MA	BR	-	-	2	57	-	-	-	-	-	-	2	57
MA	SANTO ANTONIO DOS	BR	140	1.048	10	881	-	-	3	227	-	-	153	2.156
MA	SAO BENEDITO DO RI	BR	94	197	11	1.605	-	-	-	-	-	-	105	1.802
MA	SAO BENTO	BR	189	449	4	365	-	-	-	-	-	-	193	814
MA	SAO BERNARDO	BR	196	434	2	75	-	-	-	-	-	-	198	509
MA	SAO DOMINGOS DO AZ	DMR	73	812	6	657	6	8.724	-	-	-	-	85	10.193
MA	SAO DOMINGOS DO M	BR	505	3.072	16	808	3	457	-	-	-	-	524	4.337
MA	SAO FELIX DE BALSAS	DMR	109	711	1	143	1	2.168	-	-	-	-	111	3.022
MA	SAO FRANCISCO DO B	EMR	227	706	-	-	-	-	1	175	-	-	228	881
MA	SAO FRANCISCO DO M	BR	426	996	1	62	-	-	-	-	-	-	427	1.058
MA	SAO JOAO BATISTA	BR	87	268	4	60	-	-	-	-	-	-	91	328
MA	SAO JOAO DO CARU	BR	8	380	2	487	-	-	-	-	-	-	10	867
MA	SAO JOAO DO PARAIS	EMR	103	1.604	2	152	-	-	1	26	-	-	106	1.782
MA	SAO JOAO DO SOTER	BR	40	267	13	1.163	-	-	1	374	-	-	54	1.804
MA	SAO JOAO DOS PATOS	BR	101	777	5	358	1	55	2	345	-	-	109	1.535
MA	SAO JOSE DE RIBAMA	EMR	108	747	13	6.935	1	4.616	-	-	-	-	122	12.298
MA	SAO JOSE DOS BASILI	BR	471	1.305	-	-	-	-	-	-	-	-	471	1.305
MA	SAO LUIS	EMR	158	2.428	197	41.127	47	15.069	12	210.446	4	19.520	418	288.590
MA	SAO LUIS GONZAGA D	BR	82	1.080	3	1.019	-	-	-	-	-	-	85	2.099
MA	SAO MATEUS DO MAR	BR	140	849	4	1.157	-	-	-	-	-	-	144	2.006
MA	SAO PEDRO DA AGUA	EMR	111	733	1	401	-	-	-	-	-	-	112	1.134
MA	SAO PEDRO DOS CRE	EMR	201	2.514	2	167	-	-	-	-	-	-	203	2.681
MA	SAO RAIMUNDO DAS M	DMR	121	568	1	1.156	-	-	-	-	-	-	122	1.724
MA	SAO RAIMUNDO DO D	BR	104	370	1	26	-	-	-	-	-	-	105	396
MA	SAO ROBERTO	BR	121	293	2	399	-	-	-	-	-	-	123	692
MA	SAO VICENTE FERRER	BR	128	359	13	463	-	-	-	-	-	-	141	822
MA	SATUBINHA	BR	137	302	-	-	-	-	-	-	-	-	137	302
MA	SENADOR ALEXANDRE	BR	66	320	2	499	-	-	-	-	-	-	68	819
MA	SENADOR LA ROCQUE	EMR	619	2.911	3	505	1	276	-	-	-	-	623	3.692
MA	SERRANO DO MARANH	BR	3	55	-	-	-	-	-	-	-	-	3	55
MA	SITIO NOVO	BR	367	2.728	3	335	-	-	-	-	-	-	370	3.063
MA	SUCUPIRA DO NORTE	BR	329	784	-	-	-	-	-	-	1	2.444	330	3.228
MA	SUCUPIRA DO RIACHA	BR	31	65	1	5	-	-	-	-	-	-	32	70
MA	TASSO FRAGOSO	DMR	84	501	4	2.304	6	9.242	2	33.322	1	26.993	97	72.362
MA	TIMBIRAS	BR	370	1.304	20	656	-	-	-	-	-	-	390	1.960
MA	TIMON	BR	679	2.085	22	973	9	1.961	-	-	1	4.228	711	9.247
MA	TRIZIDELA DO VALE	BR	289	844	19	813	1	148	-	-	-	-	309	1.805
MA	TUFILANDIA	BR	76	207	3	175	-	-	-	-	-	-	79	382
MA	TUNTUM	BR	473	5.945	15	2.885	-	-	3	404	-	-	491	9.234
MA	TURIACU	BR	201	2.623	6	126	-	-	-	-	-	-	207	2.749
MA	TURILANDIA	BR	143	843	3	1.695	-	-	-	-	-	-	146	2.538
MA	TUTOIA	BR	219	616	4	353	1	21	-	-	-	-	224	990
MA	URBANO SANTOS	BR	103	556	5	244	1	60	-	-	-	-	109	860
MA	VARGEM GRANDE	BR	216	2.663	5	278	-	-	-	-	-	-	221	2.941
MA	VIANA	BR	438	1.749	3	682	-	-	-	-	1	1.496	442	3.927
MA	VILA NOVA DOS MART	EMR	148	690	1	91	-	-	1	54	-	-	150	835

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MA	VITORIA DO MEARIM	BR	96	504	2	158	-	-	-	-	-	-	98	662
MA	VITORINO FREIRE	BR	210	1.243	22	2.470	2	582	-	-	1	120	235	4.415
MA	ZE DOCA	BR	814	9.072	14	2.865	2	1.912	2	595	-	-	832	14.444
MG	AGUAS FORMOSAS	EMR	316	814	2	29	1	25	-	-	-	-	319	868
MG	AGUAS VERMELHAS	DMR	85	235	4	2.295	1	2.492	-	-	-	-	90	5.022
MG	ALMENARA	DMR	174	1.198	-	-	1	29	-	-	-	-	175	1.227
MG	ANGELANDIA	DMR	141	353	3	172	2	2.663	-	-	-	-	146	3.188
MG	ARACUAI	DMR	247	722	3	1.298	1	33	1	145	-	-	252	2.198
MG	ARICANDUVA	DMR	252	704	1	50	-	-	1	497	-	-	254	1.251
MG	ARINOS	DMR	104	701	5	1.245	1	419	-	-	-	-	110	2.365
MG	ATALEIA	EMR	318	887	5	1.503	-	-	-	-	-	-	323	2.390
MG	BANDEIRA	DMR	160	325	2	311	-	-	-	-	-	-	162	636
MG	BERILO	DMR	366	754	1	21	-	-	-	-	-	-	367	775
MG	BERIZAL	DMR	175	534	1	35	-	-	-	-	-	-	176	569
MG	BERTOPOLIS	EMR	110	245	-	-	-	-	-	-	-	-	110	245
MG	BOCAIUVA	EMR	491	1.474	9	1.693	1	343	-	-	-	-	501	3.510
MG	BONITO DE MINAS	DMR	313	793	3	617	-	-	1	323	-	-	317	1.733
MG	BOTUMIRIM	DMR	73	905	-	-	-	-	-	-	-	-	73	905
MG	BRASILIA DE MINAS	EMR	911	5.294	22	1.119	4	215	-	-	-	-	937	6.628
MG	BURITIZEIRO	EMR	50	1.511	8	1.015	4	4.296	5	2.999	2	4.059	69	13.880
MG	CACHOEIRA DE PAJEU	BR	247	630	3	243	-	-	-	-	-	-	250	873
MG	CAMPANARIO	EMR	31	85	-	-	1	546	-	-	-	-	32	631
MG	CAMPO AZUL	EMR	333	872	-	-	-	-	-	-	-	-	333	872
MG	CAPELINHA	DMR	366	3.657	24	3.134	5	1.939	1	632	1	543	397	9.905
MG	CAPITAO ENEAS	EMR	97	232	5	617	-	-	1	173	-	-	103	1.022
MG	CARAI	DMR	220	484	-	-	-	-	1	293	-	-	221	777
MG	CARBONITA	DMR	183	410	-	-	-	-	-	-	-	-	183	410
MG	CARLOS CHAGAS	EMR	92	591	4	2.381	4	4.471	1	254	-	-	101	7.697
MG	CATUJI	EMR	80	145	-	-	-	-	2	253	-	-	82	398
MG	CATUTI	DMR	191	671	1	7	-	-	-	-	-	-	192	678
MG	CHAPADA DO NORTE	DMR	163	439	-	-	-	-	-	-	-	-	163	439
MG	CHAPADA GAUCHA	DMR	348	1.274	10	2.969	3	789	2	2.398	-	-	363	7.430
MG	CLARO DOS POCOES	EMR	43	118	5	197	-	-	-	-	-	-	48	315
MG	COMERCINHO	BR	333	833	-	-	-	-	1	115	-	-	334	948
MG	CONEGO MARINHO	DMR	230	840	5	238	-	-	-	-	-	-	235	1.078
MG	CORACAO DE JESUS	EMR	866	4.595	5	529	-	-	-	-	-	-	871	5.124
MG	CORONEL MURTA	DMR	295	1.249	2	656	-	-	-	-	-	-	297	1.905
MG	COUTO DE MAGALHAE	EMR	6	39	-	-	-	-	-	-	-	-	6	39
MG	CRISOLITA	EMR	40	199	-	-	-	-	-	-	-	-	40	199
MG	CRISTALIA	DMR	116	689	2	92	-	-	-	-	-	-	118	781
MG	CURRAL DE DENTRO	DMR	189	1.043	-	-	-	-	-	-	-	-	189	1.043
MG	DATAS	EMR	19	47	1	21	-	-	-	-	-	-	20	68
MG	DIAMANTINA	EMR	253	641	3	145	1	799	-	-	-	-	257	1.585
MG	DIVISA ALEGRE	DMR	56	133	-	-	-	-	-	-	-	-	56	133
MG	DIVISOPOLIS	DMR	7	138	-	-	-	-	-	-	-	-	7	138
MG	ENGENHEIRO NAVARR	EMR	29	227	2	465	-	-	-	-	-	-	31	692
MG	ESPINOSA	DMR	646	1.522	41	2.053	1	52	-	-	-	-	688	3.627
MG	FELICIO DOS SANTOS	EMR	87	422	2	102	-	-	-	-	-	-	89	524
MG	FELISBURGO	DMR	41	87	-	-	-	-	-	-	-	-	41	87
MG	FORMOSO	DMR	147	2.100	13	2.455	-	-	-	-	-	-	160	4.555

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MG	FRANCISCO BADARO	DMR	82	181	-	-	-	-	-	-	-	-	82	181
MG	FRANCISCO DUMONT	EMR	90	231	-	-	-	-	-	-	1	475	91	706
MG	FRANCISCO SA	EMR	467	1.483	9	1.236	1	126	5	864	-	-	482	3.709
MG	FRANCISCOPOLIS	EMR	153	291	-	-	-	-	-	-	-	-	153	291
MG	FREI GASPAR	EMR	151	354	3	225	-	-	-	-	-	-	154	579
MG	FRONTEIRA DOS VALE	EMR	106	237	1	21	-	-	-	-	-	-	107	258
MG	FRUTA DE LEITE	DMR	113	337	1	271	-	-	-	-	-	-	114	608
MG	GAMELEIRAS	DMR	182	682	3	73	-	-	-	-	-	-	185	755
MG	GLAUCILANDIA	EMR	73	132	1	68	-	-	-	-	-	-	74	200
MG	GRAO MOGOL	DMR	193	759	5	1.149	-	-	3	421	-	-	201	2.329
MG	GUARACIAMA	EMR	97	191	1	10	-	-	-	-	-	-	98	201
MG	IBIAI	EMR	100	903	4	777	-	-	2	222	1	2.315	107	4.217
MG	IBIRACATU	EMR	125	317	-	-	-	-	-	-	-	-	125	317
MG	ICARAI DE MINAS	DMR	210	2.996	7	186	2	100	-	-	-	-	219	3.282
MG	INDAIABIRA	DMR	113	291	1	63	-	-	-	-	-	-	114	354
MG	ITACAMBIRA	DMR	171	593	-	-	-	-	-	-	-	-	171	593
MG	ITACARAMBI	DMR	291	996	9	1.638	3	3.503	-	-	-	-	303	6.137
MG	ITAIPE	EMR	145	384	2	164	-	-	-	-	-	-	147	548
MG	ITAMARANDIBA	DMR	322	759	1	35	-	-	1	137	-	-	324	931
MG	ITAMBACURI	EMR	323	799	4	2.068	-	-	-	-	-	-	327	2.867
MG	ITAOBIM	BR	59	156	-	-	1	50	1	67	-	-	61	273
MG	ITINGA	DMR	239	1.117	2	68	-	-	1	963	-	-	242	2.148
MG	JACINTO	DMR	120	275	3	656	-	-	1	504	-	-	124	1.435
MG	JAIBA	DMR	431	3.583	58	5.210	17	8.079	3	496	2	467	511	17.835
MG	JANAUBA	DMR	571	4.594	144	8.799	26	5.651	5	482	-	-	746	19.526
MG	JANUARIA	DMR	1.217	5.587	66	4.142	11	1.754	-	-	-	-	1.294	11.483
MG	JAPONVAR	EMR	306	1.353	1	23	-	-	-	-	-	-	307	1.376
MG	JENIPAPO DE MINAS	DMR	47	100	-	-	-	-	-	-	-	-	47	100
MG	JEQUITAI	EMR	144	921	3	948	-	-	-	-	-	-	147	1.869
MG	JEQUITINHONHA	DMR	264	989	2	983	-	-	-	-	-	-	266	1.972
MG	JOAIMA	DMR	350	3.104	2	81	-	-	2	272	1	165	355	3.622
MG	JORDANIA	DMR	89	247	1	25	-	-	-	-	-	-	90	272
MG	JOSE GONCALVES DE	DMR	126	365	-	-	-	-	-	-	-	-	126	365
MG	JOSENOPOLIS	DMR	11	51	-	-	-	-	-	-	-	-	11	51
MG	JURAMENTO	EMR	56	118	-	-	1	126	-	-	-	-	57	244
MG	JUVENILIA	DMR	294	1.028	3	126	-	-	-	-	-	-	297	1.154
MG	LADAINHA	EMR	407	1.022	2	55	-	-	-	-	-	-	409	1.077
MG	LAGOA DOS PATOS	EMR	99	584	-	-	1	2.370	-	-	-	-	100	2.954
MG	LASSANCE	EMR	117	686	3	458	-	-	1	200	1	420	122	1.764
MG	LEME DO PRADO	DMR	40	177	-	-	-	-	-	-	-	-	40	177
MG	LONTRA	EMR	255	1.153	2	30	-	-	-	-	-	-	257	1.183
MG	LUISLANDIA	EMR	279	1.502	2	20	-	-	-	-	-	-	281	1.522
MG	MACHACALIS	EMR	72	222	2	89	-	-	-	-	-	-	74	311
MG	MALACACHETA	EMR	407	1.005	3	202	-	-	-	-	-	-	410	1.207
MG	MAMONAS	DMR	455	1.052	3	53	-	-	-	-	-	-	458	1.105
MG	MANGA	DMR	543	1.894	16	1.893	2	105	1	5.114	-	-	562	9.006
MG	MATA VERDE	DMR	115	359	-	-	-	-	-	-	-	-	115	359
MG	MATIAS CARDOSO	DMR	270	652	8	960	1	24	6	17.150	-	-	285	18.786
MG	MATO VERDE	DMR	433	1.621	12	693	1	35	-	-	-	-	446	2.349
MG	MEDINA	BR	285	1.401	11	1.359	-	-	-	-	-	-	296	2.760

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MG	MINAS NOVAS	DMR	397	1.600	2	699	1	1.035	1	76	-	-	401	3.410
MG	MIRABELA	EMR	174	1.135	10	968	-	-	-	-	-	-	184	2.103
MG	MIRAVANIA	DMR	237	611	3	86	-	-	-	-	-	-	240	697
MG	MONTALVANIA	DMR	613	2.200	15	825	-	-	-	-	-	-	628	3.025
MG	MONTE AZUL	DMR	688	2.347	85	4.282	-	-	-	-	-	-	773	6.629
MG	MONTE FORMOSO	DMR	71	175	2	3.291	-	-	-	-	-	-	73	3.466
MG	MONTES CLAROS	EMR	1.833	9.910	59	11.220	7	6.857	6	779	1	56.586	1.906	85.352
MG	MONTEZUMA	DMR	204	763	7	154	-	-	-	-	-	-	211	917
MG	NANUQUE	EMR	3	91	4	481	-	-	-	-	-	-	7	572
MG	NINHEIRA	DMR	165	416	1	281	-	-	-	-	-	-	166	697
MG	NOVA PORTEIRINHA	DMR	268	738	7	429	1	77	6	1.826	-	-	282	3.070
MG	NOVO CRUZEIRO	DMR	524	2.336	3	1.207	2	3.084	-	-	-	-	529	6.627
MG	NOVO ORIENTE DE MI	EMR	243	552	-	-	-	-	-	-	-	-	243	552
MG	NOVORIZONTE	DMR	186	669	1	195	-	-	1	151	-	-	188	1.015
MG	OLHOS-D'AGUA	EMR	69	249	-	-	-	-	-	-	-	-	69	249
MG	OURO VERDE DE MIN	EMR	234	706	1	10	-	-	-	-	-	-	235	716
MG	PADRE CARVALHO	DMR	198	569	-	-	1	130	-	-	-	-	199	699
MG	PADRE PARAISO	DMR	108	238	1	22	-	-	-	-	-	-	109	260
MG	PAI PEDRO	DMR	119	595	5	936	-	-	-	-	-	-	124	1.531
MG	PALMOPOLIS	DMR	3	179	1	239	-	-	-	-	-	-	4	418
MG	PATIS	EMR	158	879	3	32	1	723	-	-	-	-	162	1.634
MG	PAVAO	EMR	10	18	-	-	-	-	-	-	-	-	10	18
MG	PEDRA AZUL	BR	36	163	4	836	-	-	-	-	1	2.312	41	3.311
MG	PEDRAS DE MARIA DA	DMR	69	696	9	1.800	-	-	-	-	-	-	78	2.496
MG	PESCADOR	EMR	16	53	-	-	1	4.447	-	-	-	-	17	4.500
MG	PINTOPOLIS	DMR	218	1.374	5	404	-	-	1	324	-	-	224	2.102
MG	PIRAPORA	EMR	92	2.970	14	2.526	4	272	1	280	1	17.791	112	23.839
MG	PONTO CHIQUE	EMR	137	1.019	1	20	-	-	-	-	-	-	138	1.039
MG	PONTO DOS VOLANTE	DMR	313	713	2	360	-	-	1	170	-	-	316	1.243
MG	PORTEIRINHA	DMR	1.243	5.395	44	3.428	2	228	1	136	-	-	1.290	9.187
MG	POTE	EMR	297	802	-	-	-	-	2	249	-	-	299	1.051
MG	RIACHINHO	EMR	137	479	2	114	-	-	-	-	-	-	139	593
MG	RIACHO DOS MACHAD	DMR	187	855	3	47	-	-	-	-	-	-	190	902
MG	RIO DO PRADO	DMR	134	302	-	-	-	-	-	-	-	-	134	302
MG	RIO PARDO DE MINAS	DMR	549	2.601	4	196	-	-	1	6	2	3.273	556	6.076
MG	RIO VERMELHO	EMR	284	1.092	2	154	-	-	-	-	-	-	286	1.246
MG	RUBELITA	DMR	223	1.097	8	1.030	-	-	-	-	-	-	231	2.127
MG	RUBIM	DMR	47	497	2	132	-	-	-	-	-	-	49	629
MG	SALINAS	DMR	683	3.529	40	3.134	6	2.251	2	444	1	45	732	9.403
MG	SALTO DA DIVISA	DMR	37	87	-	-	-	-	-	-	-	-	37	87
MG	SANTA CRUZ DE SALI	DMR	367	2.020	-	-	-	-	-	-	-	-	367	2.020
MG	SANTA FE DE MINAS	EMR	83	320	1	45	1	646	-	-	-	-	85	1.011
MG	SANTA HELENA DE MI	EMR	84	180	-	-	-	-	-	-	-	-	84	180
MG	SANTA MARIA DO SAL	DMR	20	46	-	-	-	-	-	-	-	-	20	46
MG	SANTO ANTONIO DO J	DMR	69	145	3	99	-	-	-	-	-	-	72	244
MG	SANTO ANTONIO DO R	DMR	301	774	2	162	-	-	-	-	-	-	303	936
MG	SAO FRANCISCO	DMR	1.635	9.202	22	1.378	2	3.107	-	-	-	-	1.659	13.687
MG	SAO GONCALO DO RI	EMR	13	33	-	-	-	-	-	-	-	-	13	33
MG	SAO JOAO DA LAGOA	EMR	331	1.058	1	145	-	-	-	-	-	-	332	1.203
MG	SAO JOAO DA PONTE	EMR	945	3.435	1	63	2	1.872	-	-	-	-	948	5.370

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
MG	SAO JOAO DAS MISSO	DMR	195	741	2	115	-	-	-	-	-	-	197	856
MG	SAO JOAO DO PACUI	EMR	126	379	-	-	-	-	-	-	-	-	126	379
MG	SAO JOAO DO PARAIS	DMR	379	2.212	3	213	-	-	-	-	-	-	382	2.425
MG	SAO ROMAO	EMR	73	476	1	11	-	-	-	-	-	-	74	487
MG	SENADOR MODESTINO	EMR	247	611	-	-	-	-	-	-	-	-	247	611
MG	SERRA DOS AIMORES	EMR	4	35	-	-	-	-	-	-	-	-	4	35
MG	SERRANOPOLIS DE MI	DMR	167	578	2	60	-	-	-	-	-	-	169	638
MG	SERRO	EMR	158	627	-	-	-	-	-	-	-	-	158	627
MG	SETUBINHA	EMR	351	1.094	1	432	-	-	-	-	-	-	352	1.526
MG	TAIOBEIRAS	DMR	117	289	6	967	6	2.260	1	29	1	1.584	131	5.129
MG	TEOFILO OTONI	EMR	645	2.576	14	3.681	1	2.268	-	-	-	-	660	8.525
MG	TURMALINA	DMR	106	1.204	4	1.040	-	-	-	-	-	-	110	2.244
MG	UBAI	EMR	487	1.903	5	134	-	-	-	-	-	-	492	2.037
MG	UMBURATIBA	EMR	37	95	-	-	-	-	-	-	-	-	37	95
MG	URUCUIA	DMR	395	1.976	2	565	1	2.387	-	-	-	-	398	4.928
MG	VARGEM GRANDE DO	DMR	124	303	-	-	-	-	-	-	-	-	124	303
MG	VARZEA DA PALMA	EMR	154	1.507	10	2.566	3	4.421	-	-	1	1.641	168	10.135
MG	VARZELANDIA	EMR	823	3.075	2	480	1	395	1	161	-	-	827	4.111
MG	VERDELANDIA	EMR	210	909	13	1.708	4	1.203	2	131	-	-	229	3.951
MG	VEREDINHA	DMR	144	567	-	-	-	-	-	-	-	-	144	567
MG	VIRGEM DA LAPA	DMR	118	1.412	7	494	-	-	1	184	-	-	126	2.090
PB	AGUA BRANCA	DMR	217	456	-	-	-	-	-	-	-	-	217	456
PB	AGUIAR	BR	73	165	-	-	-	-	-	-	-	-	73	165
PB	ALAGOA GRANDE	BR	130	551	7	306	-	-	-	-	-	-	137	857
PB	ALAGOA NOVA	BR	236	544	2	33	2	41	-	-	-	-	240	618
PB	ALAGOINHA	BR	160	382	2	228	-	-	-	-	-	-	162	610
PB	ALCANTIL	DMR	130	309	-	-	-	-	-	-	-	-	130	309
PB	ALGODAO DE JANDAIF	BR	111	238	2	34	-	-	-	-	-	-	113	272
PB	ALHANDRA	DMR	48	460	6	1.527	1	11.706	-	-	2	100.066	57	113.759
PB	AMPARO	DMR	58	132	1	28	-	-	-	-	-	-	59	160
PB	APARECIDA	EMR	153	491	1	17	-	-	-	-	-	-	154	508
PB	ARACAGI	BR	269	1.374	5	254	-	-	-	-	-	-	274	1.628
PB	ARARA	BR	137	446	12	244	-	-	-	-	-	-	149	690
PB	ARARUNA	BR	25	170	4	132	-	-	-	-	-	-	29	302
PB	AREIA	BR	162	492	1	27	-	-	-	-	-	-	163	519
PB	AREIA DE BARAUNAS	DMR	54	115	-	-	-	-	-	-	-	-	54	115
PB	AREIAL	EMR	163	362	-	-	-	-	-	-	-	-	163	362
PB	AROEIRAS	BR	176	401	-	-	-	-	-	-	-	-	176	401
PB	ASSUNCAO	DMR	31	65	1	6	-	-	-	-	-	-	32	71
PB	BAIA DA TRAICAO	BR	94	271	-	-	-	-	-	-	-	-	94	271
PB	BANANEIRAS	BR	372	993	11	162	-	-	-	-	-	-	383	1.155
PB	BARAUNA	BR	63	133	4	43	-	-	-	-	-	-	67	176
PB	BARRA DE SANTA ROS	BR	152	411	2	141	-	-	-	-	-	-	154	552
PB	BARRA DE SANTANA	DMR	189	427	4	219	-	-	-	-	-	-	193	646
PB	BARRA DE SAO MIGUE	DMR	254	682	1	22	-	-	-	-	-	-	255	704
PB	BAYEUX	AR	5	278	10	280	-	-	2	318	-	-	17	876
PB	BELEM	BR	292	913	3	90	-	-	-	-	-	-	295	1.003
PB	BELEM DO BREJO DO	EMR	28	454	3	101	-	-	-	-	-	-	31	555
PB	BERNARDINO BATISTA	EMR	40	94	1	28	-	-	-	-	-	-	41	122
PB	BOA VENTURA	DMR	115	323	3	52	-	-	-	-	-	-	118	375

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PB	BOA VISTA	EMR	48	135	-	-	-	-	-	-	-	-	48	135
PB	BOM JESUS	EMR	19	53	-	-	-	-	-	-	-	-	19	53
PB	BOM SUCESSO	EMR	227	670	2	17	-	-	-	-	-	-	229	687
PB	BONITO DE SANTA FE	EMR	64	227	1	100	-	-	-	-	-	-	65	327
PB	BOQUEIRAO	DMR	476	1.087	1	28	-	-	-	-	-	-	477	1.115
PB	BORBOREMA	BR	69	171	2	52	-	-	-	-	-	-	71	223
PB	BREJO DO CRUZ	EMR	268	781	27	810	-	-	-	-	-	-	295	1.591
PB	BREJO DOS SANTOS	EMR	212	489	13	174	1	199	-	-	-	-	226	862
PB	CAAPORA	DMR	21	273	4	416	-	-	1	195	-	-	26	884
PB	CABACEIRAS	DMR	160	390	-	-	-	-	-	-	-	-	160	390
PB	CABEDELO	AR	13	299	17	2.130	11	8.678	7	1.520	-	-	48	12.627
PB	CACHOEIRA DOS INDI(	EMR	224	698	3	74	-	-	1	60	-	-	228	832
PB	CACIMBA DE AREIA	DMR	102	425	1	7	-	-	-	-	-	-	103	432
PB	CACIMBA DE DENTRO	BR	177	378	5	178	-	-	-	-	-	-	182	556
PB	CACIMBAS	DMR	92	197	-	-	-	-	-	-	-	-	92	197
PB	CAICARA	BR	73	215	3	147	-	-	-	-	-	-	76	362
PB	CAJAZEIRAS	EMR	470	1.794	61	2.352	18	3.559	2	167	-	-	551	7.872
PB	CAJAZEIRINHAS	EMR	88	467	3	51	-	-	1	111	-	-	92	629
PB	CALDAS BRANDAO	BR	20	60	-	-	-	-	-	-	-	-	20	60
PB	CAMALAU	DMR	242	592	-	-	-	-	-	-	-	-	242	592
PB	CAMPINA GRANDE	EMR	270	2.350	78	10.147	22	4.596	11	2.498	-	-	381	19.591
PB	CAMPO DE SANTANA	BR	192	488	2	50	-	-	-	-	-	-	194	538
PB	CAPIM	BR	12	27	5	264	-	-	-	-	-	-	17	291
PB	CARAUBAS	DMR	55	153	1	6	-	-	-	-	-	-	56	159
PB	CARRAPATEIRA	EMR	76	161	-	-	-	-	-	-	-	-	76	161
PB	CASSERENGUE	BR	222	563	4	166	-	-	-	-	-	-	226	729
PB	CATINGUEIRA	BR	87	366	1	77	-	-	-	-	-	-	88	443
PB	CATOLE DO ROCHA	EMR	550	1.460	86	2.921	11	718	-	-	-	-	647	5.099
PB	CATURITE	DMR	193	467	-	-	-	-	-	-	-	-	193	467
PB	CONCEICAO	DMR	195	1.015	4	136	-	-	-	-	-	-	199	1.151
PB	CONDADO	EMR	135	381	3	16	-	-	-	-	-	-	138	397
PB	CONDE	AR	67	455	4	63	3	112	-	-	-	-	74	630
PB	CONGO	DMR	141	471	2	104	-	-	-	-	-	-	143	575
PB	COREMAS	BR	165	485	10	207	-	-	-	-	-	-	175	692
PB	COXIXOLA	DMR	38	175	-	-	-	-	-	-	-	-	38	175
PB	CRUZ DO ESPIRITO SA	BR	97	379	1	14	-	-	-	-	-	-	98	393
PB	CUBATI	BR	133	309	-	-	-	-	-	-	-	-	133	309
PB	CUITE	BR	247	811	2	96	-	-	-	-	-	-	249	907
PB	CUITE DE MAMANGUA	BR	33	246	-	-	-	-	-	-	2	131	35	377
PB	CUITEGI	BR	93	206	2	708	-	-	1	30	-	-	96	944
PB	CURRAL DE CIMA	BR	90	226	-	-	-	-	-	-	-	-	90	226
PB	CURRAL VELHO	DMR	47	128	1	70	-	-	-	-	-	-	48	198
PB	DAMIAO	BR	159	354	-	-	-	-	-	-	-	-	159	354
PB	DESTERRO	DMR	257	608	1	11	-	-	1	292	-	-	259	911
PB	DIAMANTE	DMR	41	168	1	6	-	-	-	-	-	-	42	174
PB	DONA INES	BR	182	432	-	-	-	-	-	-	-	-	182	432
PB	DUAS ESTRADAS	BR	37	168	-	-	-	-	-	-	-	-	37	168
PB	EMAS	BR	23	133	3	67	-	-	-	-	-	-	26	200
PB	ESPERANCA	EMR	195	505	5	185	2	51	11	1.759	1	1.000	214	3.500
PB	FAGUNDES	EMR	68	157	-	-	-	-	-	-	-	-	68	157

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PB	FREI MARTINHO	BR	64	306	-	-	-	-	-	-	-	-	64	306
PB	GADO BRAVO	BR	393	1.058	-	-	-	-	-	-	-	-	393	1.058
PB	GUARABIRA	BR	273	1.820	64	3.801	1	90	7	831	-	-	345	6.542
PB	GURINHEM	BR	128	423	1	2.850	-	-	-	-	-	-	129	3.273
PB	GURJAO	DMR	39	91	2	107	-	-	-	-	-	-	41	198
PB	IBIARA	DMR	187	709	1	11	-	-	-	-	-	-	188	720
PB	IGARACY	BR	66	203	4	153	-	-	-	-	-	-	70	356
PB	IMACULADA	DMR	78	290	-	-	-	-	-	-	-	-	78	290
PB	INGA	BR	240	521	2	279	-	-	-	-	-	-	242	800
PB	ITABAIANA	BR	101	874	13	781	3	68	-	-	-	-	117	1.723
PB	ITAPORANGA	DMR	299	1.232	33	1.348	6	363	-	-	-	-	338	2.943
PB	ITAPOROROCA	BR	116	420	3	68	-	-	-	-	-	-	119	488
PB	ITATUBA	BR	100	462	-	-	2	758	2	938	-	-	104	2.158
PB	JACARAU	BR	124	461	3	44	1	260	1	50	-	-	129	815
PB	JERICO	EMR	132	323	5	274	-	-	-	-	-	-	137	597
PB	JOAO PESSOA	AR	80	3.998	140	7.563	44	9.701	6	62.025	6	21.567	276	104.854
PB	JUAREZ TAVORA	BR	167	337	-	-	-	-	-	-	-	-	167	337
PB	JUAZEIRINHO	BR	181	457	-	-	-	-	-	-	-	-	181	457
PB	JUNCO DO SERIDO	EMR	126	337	-	-	-	-	-	-	-	-	126	337
PB	JURIPIRANGA	BR	18	42	2	163	-	-	-	-	-	-	20	205
PB	JURU	DMR	92	218	1	88	-	-	-	-	-	-	93	306
PB	LAGOA	EMR	127	326	1	21	-	-	-	-	-	-	128	347
PB	LAGOA DE DENTRO	BR	74	208	1	27	-	-	-	-	-	-	75	235
PB	LAGOA SECA	EMR	236	627	-	-	2	107	-	-	-	-	238	734
PB	LASTRO	EMR	45	125	1	8	-	-	-	-	-	-	46	133
PB	LIVRAMENTO	DMR	339	758	-	-	-	-	-	-	-	-	339	758
PB	LOGRADOURO	BR	57	338	1	164	-	-	-	-	-	-	58	502
PB	LUCENA	AR	47	184	2	45	2	981	-	-	-	-	51	1.210
PB	MAE D'AGUA	DMR	13	31	-	-	-	-	-	-	-	-	13	31
PB	MALTA	EMR	74	454	2	228	-	-	-	-	-	-	76	682
PB	MAMANGUAPE	BR	163	622	7	769	2	98	4	1.077	-	-	176	2.566
PB	MANAIRA	DMR	95	232	-	-	-	-	-	-	-	-	95	232
PB	MARCACAO	BR	65	218	-	-	-	-	-	-	-	-	65	218
PB	MARI	BR	66	563	10	706	-	-	-	-	-	-	76	1.269
PB	MARIZOPOLIS	EMR	62	179	1	6	-	-	-	-	-	-	63	185
PB	MASSARANDUBA	EMR	114	257	1	117	-	-	-	-	-	-	115	374
PB	MATARACA	BR	31	63	3	180	-	-	-	-	-	-	34	243
PB	MATINHAS	BR	28	65	-	-	-	-	-	-	-	-	28	65
PB	MATO GROSSO	EMR	153	337	1	23	-	-	-	-	-	-	154	360
PB	MATUREIA	DMR	128	260	-	-	-	-	-	-	-	-	128	260
PB	MOGEIRO	BR	159	647	3	147	-	-	-	-	-	-	162	794
PB	MONTADAS	EMR	117	268	-	-	-	-	-	-	-	-	117	268
PB	MONTE HOREBE	EMR	93	228	1	21	-	-	-	-	-	-	94	249
PB	MONTEIRO	DMR	615	1.945	10	448	-	-	-	-	-	-	625	2.393
PB	MULUNGU	BR	414	1.246	4	284	-	-	-	-	-	-	418	1.530
PB	NATUBA	BR	99	531	3	272	-	-	-	-	-	-	102	803
PB	NAZAREZINHO	EMR	495	1.386	9	216	-	-	-	-	-	-	504	1.602
PB	NOVA FLORESTA	BR	121	305	1	16	-	-	-	-	-	-	122	321
PB	NOVA OLINDA	BR	114	241	-	-	-	-	-	-	-	-	114	241
PB	NOVA PALMEIRA	BR	93	644	-	-	1	60	-	-	-	-	94	704

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PB	OLHO D'AGUA	BR	260	606	6	177	-	-	-	-	-	-	266	783
PB	OLIVEDOS	BR	142	721	-	-	-	-	-	-	-	-	142	721
PB	OURO VELHO	DMR	133	471	2	68	-	-	-	-	-	-	135	539
PB	PARARI	DMR	66	278	3	167	-	-	-	-	-	-	69	445
PB	PASSAGEM	DMR	80	185	-	-	-	-	-	-	-	-	80	185
PB	PATOS	DMR	151	1.749	57	2.940	4	211	-	-	-	-	212	4.900
PB	PAULISTA	EMR	282	1.173	14	476	-	-	-	-	-	-	296	1.649
PB	PEDRA BRANCA	DMR	53	285	1	17	-	-	-	-	-	-	54	302
PB	PEDRA LAVRADA	BR	269	573	2	270	-	-	-	-	-	-	271	843
PB	PEDRAS DE FOGO	DMR	57	355	8	720	-	-	-	-	-	-	65	1.075
PB	PEDRO REGIS	BR	206	411	-	-	-	-	-	-	-	-	206	411
PB	PIANCO	BR	15	98	6	170	-	-	-	-	-	-	21	268
PB	PICUI	BR	288	888	1	25	-	-	-	-	-	-	289	913
PB	PILAR	BR	150	390	2	100	-	-	-	-	-	-	152	490
PB	PILOES	BR	116	229	-	-	-	-	-	-	-	-	116	229
PB	PILOEZINHOS	BR	88	293	1	29	-	-	-	-	-	-	89	322
PB	PIRPIRITUBA	BR	69	238	1	50	-	-	-	-	-	-	70	288
PB	PITIMBU	DMR	158	700	4	325	-	-	-	-	-	-	162	1.025
PB	POCINHOS	BR	377	1.396	1	18	1	1.317	-	-	-	-	379	2.731
PB	POCO DANTAS	EMR	151	323	-	-	-	-	-	-	-	-	151	323
PB	POCO DE JOSE DE MC	EMR	160	395	2	17	-	-	-	-	-	-	162	412
PB	POMBAL	EMR	265	1.705	43	1.626	7	620	1	40	-	-	316	3.991
PB	PRATA	AR	54	145	1	70	-	-	-	-	-	-	55	215
PB	PRINCESA ISABEL	DMR	50	579	11	530	5	343	-	-	-	-	66	1.452
PB	PUXINANA	EMR	63	162	1	34	-	-	-	-	-	-	64	196
PB	QUEIMADAS	EMR	112	281	-	-	1	36	1	53	-	-	114	370
PB	QUIXABA	DMR	68	414	1	198	-	-	-	-	-	-	69	612
PB	REMIGIO	BR	164	362	6	243	1	6	-	-	-	-	171	611
PB	RIACHAO	BR	36	94	-	-	-	-	-	-	-	-	36	94
PB	RIACHAO DO BACAMA	BR	58	123	-	-	-	-	-	-	-	-	58	123
PB	RIACHAO DO POCO	BR	130	303	-	-	-	-	-	-	-	-	130	303
PB	RIACHO DE SANTO AN	DMR	44	407	-	-	-	-	-	-	-	-	44	407
PB	RIACHO DOS CAVALO	EMR	771	1.776	9	158	-	-	-	-	-	-	780	1.934
PB	RIO TINTO	BR	179	544	-	-	3	4.816	-	-	-	-	182	5.360
PB	SALGADINHO	EMR	83	198	-	-	-	-	-	-	-	-	83	198
PB	SALGADO DE SAO FEL	BR	115	468	1	101	-	-	-	-	-	-	116	569
PB	SANTA CECILIA DE UM	BR	8	47	1	200	-	-	-	-	-	-	9	247
PB	SANTA CRUZ	EMR	201	461	3	67	-	-	-	-	-	-	204	528
PB	SANTA HELENA	EMR	176	516	3	66	-	-	-	-	-	-	179	582
PB	SANTA INES	DMR	78	284	2	230	-	-	-	-	-	-	80	514
PB	SANTA LUZIA	EMR	162	597	8	191	1	126	-	-	-	-	171	914
PB	SANTA RITA	AR	86	719	9	470	1	291	-	-	2	13.673	98	15.153
PB	SANTA TERESINHA	DMR	112	325	1	87	-	-	-	-	-	-	113	412
PB	SANTANA DE MANGUE	DMR	29	330	4	123	-	-	-	-	-	-	33	453
PB	SANTANA DOS GARRC	BR	102	209	-	-	-	-	-	-	-	-	102	209
PB	SANTAREM	EMR	122	293	-	-	-	-	-	-	-	-	122	293
PB	SANTO ANDRE	DMR	88	235	-	-	-	-	-	-	-	-	88	235
PB	SAO BENTINHO	EMR	68	210	-	-	-	-	-	-	-	-	68	210
PB	SAO BENTO	EMR	394	999	23	926	3	427	1	12	-	-	421	2.364
PB	SAO DOMINGOS DE P	EMR	246	612	1	18	-	-	-	-	-	-	247	630

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PB	SAO DOMINGOS DO C/	DMR	102	200	-	-	-	-	-	-	-	-	102	200
PB	SAO FRANCISCO	EMR	150	520	4	239	-	-	-	-	-	-	154	759
PB	SAO JOAO DO CARIRI	DMR	112	289	1	200	-	-	-	-	-	-	113	489
PB	SAO JOAO DO RIO DO	EMR	367	1.281	10	187	1	120	1	100	-	-	379	1.688
PB	SAO JOAO DO TIGRE	DMR	45	117	-	-	-	-	-	-	-	-	45	117
PB	SAO JOSE DA LAGOA '	EMR	213	936	3	62	-	-	-	-	-	-	216	998
PB	SAO JOSE DE CAIANA	DMR	2	30	1	6	-	-	-	-	-	-	3	36
PB	SAO JOSE DE ESPINH/	DMR	117	556	2	30	-	-	-	-	-	-	119	586
PB	SAO JOSE DE PIRANH/	EMR	197	914	7	230	1	60	-	-	-	-	205	1.204
PB	SAO JOSE DE PRINCE	DMR	21	200	-	-	-	-	-	-	-	-	21	200
PB	SAO JOSE DO BONFIM	DMR	62	240	-	-	-	-	-	-	-	-	62	240
PB	SAO JOSE DO BREJO I	EMR	77	186	-	-	-	-	-	-	-	-	77	186
PB	SAO JOSE DO SABUGI	EMR	90	281	1	21	-	-	-	-	-	-	91	302
PB	SAO JOSE DOS CORDI	DMR	203	766	-	-	-	-	-	-	-	-	203	766
PB	SAO JOSE DOS RAMO	BR	92	240	-	-	-	-	-	-	-	-	92	240
PB	SAO MAMEDE	EMR	95	323	1	17	-	-	-	-	-	-	96	340
PB	SAO MIGUEL DE TAIPU	BR	9	303	1	107	-	-	-	-	-	-	10	410
PB	SAO SEBASTIAO DE LA	EMR	53	167	-	-	1	30	-	-	-	-	54	197
PB	SAO SEBASTIAO DO U	DMR	68	203	-	-	-	-	-	-	-	-	68	203
PB	SAPE	BR	130	733	29	1.384	5	2.176	-	-	-	-	164	4.293
PB	SERIDO	BR	91	204	-	-	-	-	-	-	-	-	91	204
PB	SERRA BRANCA	DMR	354	982	4	157	1	70	-	-	-	-	359	1.209
PB	SERRA DA RAIZ	BR	26	54	-	-	-	-	-	-	-	-	26	54
PB	SERRA GRANDE	DMR	105	242	-	-	-	-	-	-	-	-	105	242
PB	SERRA REDONDA	EMR	160	363	-	-	-	-	-	-	-	-	160	363
PB	SERRARIA	BR	53	116	-	-	-	-	-	-	-	-	53	116
PB	SERTAOZINHO	BR	108	293	2	40	-	-	-	-	-	-	110	333
PB	SOBRADO	BR	58	341	-	-	-	-	-	-	-	-	58	341
PB	SOLANEA	BR	289	816	29	843	-	-	-	-	-	-	318	1.659
PB	SOLEDADE	BR	158	1.452	1	21	-	-	-	-	-	-	159	1.473
PB	SOSSEGO	BR	146	319	-	-	-	-	-	-	-	-	146	319
PB	SOUSA	EMR	769	3.315	71	5.305	10	3.754	5	2.725	-	-	855	15.099
PB	SUME	DMR	263	847	7	204	1	45	-	-	-	-	271	1.096
PB	TAPEROA	DMR	222	497	-	-	-	-	-	-	-	-	222	497
PB	TAVARES	DMR	22	61	-	-	-	-	-	-	-	-	22	61
PB	TEIXEIRA	DMR	132	347	1	158	-	-	-	-	-	-	133	505
PB	TENORIO	BR	72	160	-	-	-	-	-	-	-	-	72	160
PB	TRIUNFO	EMR	279	1.004	4	85	-	-	-	-	-	-	283	1.089
PB	UIRAUNA	EMR	543	1.438	12	675	2	43	-	-	-	-	557	2.156
PB	UMBUZEIRO	BR	38	412	-	-	-	-	-	-	-	-	38	412
PB	VARZEA	EMR	83	207	1	34	-	-	1	48	-	-	85	289
PB	VIEIROPOLIS	EMR	222	649	-	-	-	-	-	-	-	-	222	649
PB	VISTA SERRANA	EMR	48	105	-	-	-	-	-	-	-	-	48	105
PB	ZABELE	DMR	33	89	-	-	-	-	-	-	-	-	33	89
PE	ABREU E LIMA	AR	67	814	26	886	4	329	2	629	-	-	99	2.658
PE	AFOGADOS DA INGAZI	DMR	284	1.474	56	3.346	3	292	-	-	-	-	343	5.112
PE	AFRANIO	EMR	475	2.767	5	644	-	-	-	-	-	-	480	3.411
PE	AGRESTINA	BR	194	502	-	-	-	-	-	-	-	-	194	502
PE	AGUA PRETA	BR	201	547	1	199	2	546	-	-	-	-	204	1.292
PE	AGUAS BELAS	BR	359	2.404	15	675	1	12	2	269	-	-	377	3.360

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PE	ALAGOINHA	EMR	87	879	6	48	-	-	-	-	-	-	93	927
PE	ALIANCA	EMR	498	2.736	33	2.034	3	604	-	-	-	-	534	5.374
PE	ALTINHO	BR	339	755	2	69	-	-	-	-	-	-	341	824
PE	AMARAJI	BR	437	3.561	1	49	-	-	-	-	-	-	438	3.610
PE	ANGELIM	EMR	56	131	-	-	-	-	-	-	-	-	56	131
PE	ARACOIABA	EMR	20	165	3	72	-	-	-	-	-	-	23	237
PE	ARARIPINA	DMR	1.989	7.630	66	11.281	11	889	-	-	-	-	2.066	19.800
PE	ARCOVERDE	EMR	132	1.103	46	2.846	5	172	1	6.614	-	-	184	10.735
PE	BARRA DE GUABIRAB/	BR	118	344	7	425	-	-	-	-	-	-	125	769
PE	BARREIROS	BR	212	559	2	177	-	-	1	273	-	-	215	1.009
PE	BELEM DE MARIA	BR	42	91	-	-	-	-	-	-	-	-	42	91
PE	BELEM DE SAO FRANC	DMR	610	2.850	7	588	6	2.456	3	531	-	-	626	6.425
PE	BELO JARDIM	EMR	148	1.453	37	1.238	5	1.162	1	150	2	22.379	193	26.382
PE	BETANIA	EMR	103	504	2	34	-	-	-	-	-	-	105	538
PE	BEZERROS	EMR	550	1.917	35	2.123	5	304	-	-	-	-	590	4.344
PE	BODOCO	DMR	1.219	12.210	9	2.199	1	11	-	-	-	-	1.229	14.420
PE	BOM CONSELHO	EMR	727	2.874	49	1.814	9	390	1	98	1	118.296	787	123.472
PE	BOM JARDIM	BR	166	1.170	2	179	1	100	-	-	-	-	169	1.449
PE	BONITO	BR	489	1.448	9	352	-	-	-	-	-	-	498	1.800
PE	BREJAO	EMR	56	296	-	-	-	-	-	-	-	-	56	296
PE	BREJINHO	DMR	167	451	-	-	-	-	-	-	-	-	167	451
PE	BREJO DA MADRE DE	EMR	211	644	1	42	-	-	-	-	-	-	212	686
PE	BUENOS AIRES	EMR	218	513	1	74	-	-	-	-	-	-	219	587
PE	BUIQUE	BR	366	1.968	10	732	1	20	-	-	-	-	377	2.720
PE	CABO DE SANTO AGO	EMR	318	1.011	5	738	1	94	-	-	1	940	325	2.783
PE	CABROBO	EMR	746	1.689	10	637	3	96	3	516	-	-	762	2.938
PE	CACHOEIRINHA	EMR	477	1.322	2	55	-	-	-	-	-	-	479	1.377
PE	CAETES	EMR	729	1.825	9	311	-	-	-	-	-	-	738	2.136
PE	CALCADO	EMR	274	786	2	307	-	-	-	-	-	-	276	1.093
PE	CALUMBI	DMR	112	583	2	21	-	-	-	-	-	-	114	604
PE	CAMARAGIBE	AR	17	445	3	271	-	-	-	-	-	-	20	716
PE	CAMOCIM DE SAO FEL	BR	63	257	5	95	1	110	-	-	-	-	69	462
PE	CAMUTANGA	EMR	87	438	1	140	-	-	-	-	-	-	88	578
PE	CANHOTINHO	EMR	113	339	10	514	-	-	-	-	-	-	123	853
PE	CAPOEIRAS	EMR	404	2.070	6	301	1	67	-	-	-	-	411	2.438
PE	CARNAIBA	DMR	611	2.255	21	1.111	3	10.063	-	-	-	-	635	13.429
PE	CARNAUBEIRA DA PEI	DMR	471	2.517	1	25	-	-	-	-	-	-	472	2.542
PE	CARPINA	EMR	91	593	11	667	7	722	-	-	-	-	109	1.982
PE	CARUARU	EMR	581	2.519	55	7.750	7	423	2	421	6	7.200	651	18.313
PE	CASINHAS	EMR	90	196	5	284	-	-	-	-	-	-	95	480
PE	CATENDE	BR	34	67	-	-	-	-	-	-	-	-	34	67
PE	CEDRO	DMR	281	978	6	1.748	-	-	1	195	-	-	288	2.921
PE	CHA DE ALEGRIA	EMR	57	138	1	107	-	-	-	-	-	-	58	245
PE	CHA GRANDE	EMR	242	683	9	486	-	-	-	-	-	-	251	1.169
PE	CONDADO	EMR	43	349	-	-	4	389	-	-	-	-	47	738
PE	CORRENTES	EMR	366	1.042	1	19	-	-	-	-	-	-	367	1.061
PE	CORTES	BR	114	729	2	180	-	-	-	-	-	-	116	909
PE	CUMARU	BR	159	581	1	13	-	-	-	-	-	-	160	594
PE	CUPIRA	BR	23	226	-	-	-	-	-	-	-	-	23	226
PE	CUSTODIA	EMR	258	1.654	8	396	-	-	1	586	-	-	267	2.636

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PE	DORMENTES	EMR	575	5.162	2	85	-	-	-	-	-	-	577	5.247
PE	ESCADA	BR	246	2.418	10	457	-	-	-	-	1	16.912	257	19.787
PE	EXU	DMR	799	8.100	6	506	-	-	-	-	-	-	805	8.606
PE	FEIRA NOVA	BR	198	460	11	686	-	-	1	27	-	-	210	1.173
PE	FERNANDO DE NORON	AR	5	11	1	56	-	-	-	-	-	-	6	67
PE	FERREIROS	EMR	101	860	2	102	-	-	-	-	-	-	103	962
PE	FLORES	DMR	258	1.337	5	318	-	-	-	-	-	-	263	1.655
PE	FLORESTA	DMR	1.220	3.678	16	1.224	-	-	-	-	-	-	1.236	4.902
PE	FREI MIGUELINHO	EMR	203	699	9	982	-	-	-	-	-	-	212	1.681
PE	GAMELEIRA	BR	13	32	1	190	1	266	-	-	-	-	15	488
PE	GARANHUNS	EMR	527	2.212	117	4.600	51	1.778	1	42	4	15.800	700	24.432
PE	GLORIA DO GOITA	EMR	1.042	2.200	7	626	-	-	-	-	-	-	1.049	2.826
PE	GOIANA	EMR	405	2.402	31	829	6	416	2	80	-	-	444	3.727
PE	GRANITO	DMR	288	2.391	-	-	-	-	-	-	-	-	288	2.391
PE	GRAVATA	EMR	373	1.970	20	3.568	4	129	1	25.763	-	-	398	31.430
PE	IATI	EMR	193	1.440	4	143	-	-	-	-	-	-	197	1.583
PE	IBIMIRIM	EMR	244	3.372	12	320	-	-	-	-	-	-	256	3.692
PE	IBIRAJUBA	BR	187	589	1	134	-	-	-	-	-	-	188	723
PE	IGARASSU	EMR	129	872	21	665	-	-	12	1.520	-	-	162	3.057
PE	IGUARACI	DMR	183	753	7	422	-	-	-	-	-	-	190	1.175
PE	INAJA	EMR	198	1.162	1	103	-	-	-	-	-	-	199	1.265
PE	INGAZEIRA	DMR	79	267	1	193	-	-	-	-	-	-	80	460
PE	IPOJUCA	EMR	200	495	4	138	-	-	-	-	4	30.438	208	31.071
PE	IPUBI	DMR	533	1.685	11	1.403	7	540	-	-	-	-	551	3.628
PE	ITACURUBA	DMR	93	639	-	-	-	-	-	-	-	-	93	639
PE	ITAIBA	BR	339	1.370	2	18	-	-	-	-	-	-	341	1.388
PE	ITAMARACA	EMR	75	162	2	21	3	232	-	-	-	-	80	415
PE	ITAMBE	EMR	514	1.909	25	1.839	-	-	1	180	-	-	540	3.928
PE	ITAPETIM	DMR	68	926	8	521	-	-	-	-	-	-	76	1.447
PE	ITAPISSUMA	EMR	1	2	2	110	-	-	-	-	1	583	4	695
PE	ITAQUITINGA	EMR	172	442	8	455	-	-	2	104	1	58.409	183	59.410
PE	JABOATAO DOS GUAR	AR	43	1.421	28	3.926	11	15.826	7	1.415	2	211	91	22.799
PE	JAQUEIRA	BR	57	114	1	167	-	-	-	-	-	-	58	281
PE	JATAUBA	EMR	369	1.195	3	104	-	-	-	-	-	-	372	1.299
PE	JATOBA	DMR	8	72	1	48	-	-	-	-	-	-	9	120
PE	JOAO ALFREDO	BR	76	369	26	1.089	2	62	-	-	-	-	104	1.520
PE	JOAQUIM NABUCO	BR	5	45	-	-	-	-	-	-	-	-	5	45
PE	JUCATI	EMR	390	1.138	-	-	-	-	-	-	-	-	390	1.138
PE	JUPI	EMR	313	889	4	116	-	-	-	-	-	-	317	1.005
PE	JUREMA	EMR	30	61	1	7	1	41	-	-	-	-	32	109
PE	LAGOA DO CARRO	EMR	138	586	1	485	-	-	-	-	-	-	139	1.071
PE	LAGOA DO ITAENGA	EMR	168	382	5	137	-	-	-	-	-	-	173	519
PE	LAGOA DO OURO	EMR	404	1.271	3	520	-	-	-	-	-	-	407	1.791
PE	LAGOA DOS GATOS	BR	92	318	-	-	-	-	-	-	-	-	92	318
PE	LAGOA GRANDE	EMR	393	1.153	6	472	-	-	-	-	-	-	399	1.625
PE	LAJEDO	EMR	425	1.183	28	836	23	719	-	-	-	-	476	2.738
PE	LIMOEIRO	BR	273	1.675	21	2.773	2	74	3	292	-	-	299	4.814
PE	MACAPARANA	EMR	177	1.479	12	644	-	-	-	-	-	-	189	2.123
PE	MACHADOS	BR	44	450	2	339	-	-	-	-	-	-	46	789
PE	MANARI	EMR	598	1.783	1	8	-	-	-	-	-	-	599	1.791

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PE	MARAIAL	BR	89	215	-	-	-	-	-	-	-	-	89	215
PE	MIRANDIBA	DMR	198	608	1	23	-	-	-	-	-	-	199	631
PE	MOREILANDIA	DMR	407	1.080	-	-	-	-	-	-	-	-	407	1.080
PE	MORENO	AR	18	95	4	423	-	-	-	-	-	-	22	518
PE	NAZARE DA MATA	EMR	52	430	11	437	5	1.725	1	73	-	-	69	2.665
PE	OLINDA	AR	13	350	38	3.592	1	508	1	2.260	1	518	54	7.228
PE	OROBO	BR	352	933	1	28	-	-	-	-	-	-	353	961
PE	OROCO	EMR	305	880	6	299	1	13	-	-	-	-	312	1.192
PE	OURICURI	DMR	1.314	7.736	29	4.896	1	200	-	-	1	200	1.345	13.032
PE	PALMARES	BR	117	1.126	-	-	-	-	-	-	4	412	121	1.538
PE	PALMEIRINA	EMR	98	320	-	-	-	-	-	-	-	-	98	320
PE	PANELAS	BR	247	740	-	-	-	-	-	-	-	-	247	740
PE	PARANATAMA	EMR	590	1.579	2	60	2	67	-	-	-	-	594	1.706
PE	PARNAMIRIM	DMR	111	998	2	206	1	60	-	-	-	-	114	1.264
PE	PASSIRA	BR	26	321	6	392	-	-	-	-	-	-	32	713
PE	PAUDALHO	EMR	300	932	6	657	3	243	-	-	-	-	309	1.832
PE	PAULISTA	AR	19	423	57	1.971	8	1.042	4	652	-	-	88	4.088
PE	PEDRA	BR	545	2.790	7	344	1	170	-	-	-	-	553	3.304
PE	PESQUEIRA	EMR	460	2.530	38	884	1	15	1	459	-	-	500	3.888
PE	PETROLANDIA	DMR	246	1.767	17	547	-	-	-	-	-	-	263	2.314
PE	PETROLINA	EMR	1.095	7.243	200	21.932	28	5.941	15	32.056	16	2.113	1.354	69.285
PE	POCAO	EMR	257	886	18	502	4	107	-	-	-	-	279	1.495
PE	POMBOS	EMR	297	2.166	7	1.040	2	1.995	-	-	-	-	306	5.201
PE	PRIMAVERA	BR	183	1.014	-	-	-	-	-	-	-	-	183	1.014
PE	QUIPAPA	BR	35	164	1	954	-	-	-	-	-	-	36	1.118
PE	QUIXABA	DMR	206	814	-	-	-	-	-	-	-	-	206	814
PE	RECIFE	AR	116	12.351	197	27.260	47	85.474	32	13.227	4	148.296	396	286.608
PE	RIACHO DAS ALMAS	EMR	269	603	1	9	1	412	-	-	-	-	271	1.024
PE	RIBEIRAO	BR	291	951	9	1.114	2	264	-	-	-	-	302	2.329
PE	RIO FORMOSO	BR	182	2.618	-	-	-	-	-	-	-	-	182	2.618
PE	SAIRE	BR	302	867	-	-	-	-	-	-	-	-	302	867
PE	SALGADINHO	BR	11	32	-	-	-	-	-	-	-	-	11	32
PE	SALGUEIRO	DMR	445	1.928	65	4.386	10	1.411	9	2.887	-	-	529	10.612
PE	SALOA	EMR	263	984	1	21	-	-	-	-	-	-	264	1.005
PE	SANHARO	EMR	112	1.143	8	109	-	-	-	-	-	-	120	1.252
PE	SANTA CRUZ	DMR	787	4.826	3	145	-	-	-	-	-	-	790	4.971
PE	SANTA CRUZ DA BAIX/	DMR	279	618	-	-	-	-	-	-	-	-	279	618
PE	SANTA CRUZ DO CAPI	EMR	92	518	19	824	2	71	-	-	-	-	113	1.413
PE	SANTA FILOMENA	DMR	706	2.538	7	140	-	-	-	-	-	-	713	2.678
PE	SANTA MARIA DA BOA	EMR	107	892	5	386	-	-	-	-	-	-	112	1.278
PE	SANTA MARIA DO CAM	EMR	108	402	5	157	-	-	1	34	-	-	114	593
PE	SANTA TEREZINHA	DMR	121	467	2	32	-	-	-	-	-	-	123	499
PE	SAO BENEDITO DO SU	BR	9	17	2	105	-	-	-	-	-	-	11	122
PE	SAO BENTO DO UNA	EMR	444	2.256	23	1.640	-	-	12	1.290	5	4.268	484	9.454
PE	SAO CAITANO	EMR	256	963	1	20	-	-	-	-	-	-	257	983
PE	SAO JOAO	EMR	8	108	5	191	-	-	-	-	-	-	13	299
PE	SAO JOAQUIM DO MO	BR	328	891	-	-	-	-	-	-	-	-	328	891
PE	SAO JOSE DA COROA	BR	103	278	-	-	-	-	-	-	-	-	103	278
PE	SAO JOSE DO BELMO	DMR	474	1.644	2	50	1	98	-	-	-	-	477	1.792
PE	SAO JOSE DO EGITO	DMR	260	2.866	9	379	-	-	-	-	-	-	269	3.245

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PE	SAO LOURENCO DA M	AR	79	415	7	339	5	497	-	-	1	250.000	92	251.251
PE	SAO VICENTE FERREF	BR	314	2.402	1	199	-	-	-	-	-	-	315	2.601
PE	SERRA TALHADA	DMR	614	2.420	38	2.391	11	3.343	4	183	4	4.857	671	13.194
PE	SERRITA	DMR	597	2.245	2	119	-	-	-	-	-	-	599	2.364
PE	SERTANIA	EMR	190	1.611	38	1.526	2	240	-	-	-	-	230	3.377
PE	SIRINHAEM	BR	183	899	-	-	-	-	-	-	-	-	183	899
PE	SOLIDAO	DMR	78	279	-	-	-	-	-	-	-	-	78	279
PE	SURUBIM	EMR	722	2.221	82	3.678	4	366	2	242	-	-	810	6.507
PE	TABIRA	DMR	555	1.650	17	899	-	-	-	-	-	-	572	2.549
PE	TACAIMBO	EMR	193	584	-	-	-	-	-	-	-	-	193	584
PE	TACARATU	DMR	451	1.537	17	818	-	-	-	-	-	-	468	2.355
PE	TAMANDARE	BR	94	1.534	-	-	-	-	-	-	-	-	94	1.534
PE	TAQUARITINGA DO NC	EMR	163	394	15	668	1	15	-	-	-	-	179	1.077
PE	TEREZINHA	EMR	229	646	1	50	-	-	-	-	-	-	230	696
PE	TERRA NOVA	EMR	96	197	1	19	-	-	-	-	-	-	97	216
PE	TIMBAUBA	EMR	220	3.419	28	1.610	9	181	7	361	1	39.276	265	44.847
PE	TORITAMA	EMR	-	-	8	203	4	344	-	-	-	-	12	547
PE	TRACUNHAEM	EMR	50	188	-	-	1	79	-	-	-	-	51	267
PE	TRINDADE	DMR	248	928	29	2.282	5	155	1	2.777	-	-	283	6.142
PE	TRIUNFO	DMR	116	241	-	-	-	-	-	-	-	-	116	241
PE	TUPANATINGA	BR	192	1.144	1	62	-	-	-	-	-	-	193	1.206
PE	TUPARETAMA	DMR	17	454	4	236	-	-	-	-	-	-	21	690
PE	VENTUROSA	BR	264	1.832	9	118	2	17	-	-	-	-	275	1.967
PE	VERDEJANTE	DMR	336	835	2	522	1	28	-	-	-	-	339	1.385
PE	VERTENTE DO LERIO	EMR	81	212	1	24	-	-	-	-	-	-	82	236
PE	VERTENTES	EMR	195	828	14	440	-	-	-	-	-	-	209	1.268
PE	VICENCIA	EMR	213	1.689	3	304	-	-	-	-	-	-	216	1.993
PE	VITORIA DE SANTO AN	EMR	434	2.088	45	2.757	5	3.377	-	-	-	-	484	8.222
PE	XEXEU	BR	9	18	-	-	-	-	-	-	-	-	9	18
PI	ACAUA	DMR	268	617	-	-	-	-	-	-	-	-	268	617
PI	AGRICOLANDIA	BR	167	491	4	19	-	-	-	-	-	-	171	510
PI	AGUA BRANCA	BR	116	418	37	2.563	-	-	-	-	-	-	153	2.981
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	DMR	54	235	4	48	-	-	-	-	-	-	58	283
PI	ALEGRETE DO PIAUI	DMR	30	232	-	-	-	-	-	-	-	-	30	232
PI	ALTO LONGA	DMR	395	1.349	1	20	-	-	-	-	-	-	396	1.369
PI	ALTOS	EMR	487	1.438	7	341	1	1.500	-	-	-	-	495	3.279
PI	ALVORADA DO GURGU	DMR	190	451	-	-	-	-	-	-	-	-	190	451
PI	AMARANTE	BR	727	1.653	7	100	1	39	-	-	-	-	735	1.792
PI	ANGICAL DO PIAUI	BR	120	513	-	-	-	-	-	-	-	-	120	513
PI	ANISIO DE ABREU	DMR	143	301	2	55	-	-	-	-	-	-	145	356
PI	ANTONIO ALMEIDA	DMR	43	98	1	14	2	1.540	-	-	-	-	46	1.652
PI	AROAZES	BR	173	559	-	-	-	-	-	-	-	-	173	559
PI	AROEIRAS DO ITAIM	EMR	115	250	2	102	-	-	-	-	-	-	117	352
PI	ARRAIAL	BR	137	291	-	-	-	-	-	-	-	-	137	291
PI	ASSUNCAO DO PIAUI	DMR	12	29	-	-	-	-	-	-	-	-	12	29
PI	AVELINO LOPES	DMR	163	351	8	294	1	35	-	-	-	-	172	680
PI	BAIXA GRANDE DO RIE	DMR	157	1.212	17	6.868	3	10.015	3	12.353	1	4.000	181	34.448
PI	BARRA D'ALCANTARA	BR	74	301	-	-	-	-	-	-	-	-	74	301
PI	BARRAS	DMR	115	306	7	190	1	1.530	-	-	-	-	123	2.026
PI	BARREIRAS DO PIAUI	DMR	77	279	5	1.717	4	5.822	1	755	1	197	88	8.770

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	BARRO DURO	BR	118	364	6	903	1	25	-	-	-	-	125	1.292
PI	BATALHA	DMR	394	1.012	3	179	-	-	-	-	-	-	397	1.191
PI	BELA VISTA DO PIAUI	DMR	71	204	2	59	-	-	-	-	-	-	73	263
PI	BELEM DO PIAUI	DMR	98	261	-	-	-	-	-	-	-	-	98	261
PI	BENEDITINOS	EMR	72	138	-	-	-	-	-	-	-	-	72	138
PI	BERTOLINIA	DMR	56	208	7	288	-	-	-	-	-	-	63	496
PI	BETANIA DO PIAUI	DMR	161	648	-	-	-	-	-	-	-	-	161	648
PI	BOA HORA	DMR	257	523	-	-	-	-	-	-	-	-	257	523
PI	BOCAINA	EMR	52	329	3	32	-	-	-	-	-	-	55	361
PI	BOM JESUS	DMR	250	670	42	4.187	8	5.615	-	-	-	-	300	10.472
PI	BOM PRINCIPIO DO PI	EMR	8	17	1	34	-	-	-	-	-	-	9	51
PI	BONFIM DO PIAUI	DMR	95	206	-	-	-	-	-	-	-	-	95	206
PI	BOQUEIRAO DO PIAUI	DMR	144	291	-	-	-	-	-	-	-	-	144	291
PI	BRASILEIRA	DMR	165	382	1	25	-	-	-	-	-	-	166	407
PI	BREJO DO PIAUI	DMR	65	293	2	53	-	-	-	-	-	-	67	346
PI	BURITI DOS LOPES	EMR	209	542	4	494	-	-	-	-	-	-	213	1.036
PI	BURITI DOS MONTES	DMR	193	492	-	-	-	-	-	-	-	-	193	492
PI	CABECEIRAS DO PIAU	DMR	402	1.264	-	-	-	-	-	-	-	-	402	1.264
PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	EMR	157	525	1	15	-	-	-	-	-	-	158	540
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	EMR	46	96	1	61	-	-	-	-	-	-	47	157
PI	CALDEIRAO GRANDE I	DMR	341	1.572	-	-	-	-	-	-	-	-	341	1.572
PI	CAMPINAS DO PIAUI	DMR	402	1.432	-	-	-	-	-	-	-	-	402	1.432
PI	CAMPO ALEGRE DO FI	DMR	191	745	1	13	-	-	-	-	-	-	192	758
PI	CAMPO GRANDE DO P	DMR	205	612	4	63	-	-	-	-	-	-	209	675
PI	CAMPO LARGO DO PIA	DMR	183	413	-	-	-	-	-	-	-	-	183	413
PI	CAMPO MAIOR	DMR	684	1.600	28	1.122	-	-	2	3.070	-	-	714	5.792
PI	CANAVIEIRA	EMR	110	874	-	-	-	-	-	-	-	-	110	874
PI	CANTO DO BURITI	DMR	220	538	9	223	-	-	-	-	-	-	229	761
PI	CAPITAO DE CAMPOS	DMR	108	493	2	288	-	-	-	-	-	-	110	781
PI	CAPITAO GERVASIO O	DMR	164	478	5	79	-	-	-	-	-	-	169	557
PI	CARACOL	DMR	92	222	1	35	2	268	-	-	-	-	95	525
PI	CARAUBAS DO PIAUI	EMR	13	105	1	44	-	-	-	-	-	-	14	149
PI	CARIDADE DO PIAUI	DMR	16	191	-	-	-	-	-	-	-	-	16	191
PI	CASTELO DO PIAUI	DMR	218	766	4	272	1	69	-	-	-	-	223	1.107
PI	CAXINGO	EMR	6	11	-	-	-	-	-	-	-	-	6	11
PI	COCAL	EMR	457	1.088	4	333	-	-	-	-	-	-	461	1.421
PI	COCAL DE TELHA	DMR	114	203	-	-	-	-	-	-	-	-	114	203
PI	COCAL DOS ALVES	EMR	134	282	-	-	-	-	-	-	-	-	134	282
PI	COIVARAS	EMR	122	568	-	-	-	-	-	-	-	-	122	568
PI	COLONIA DO GURGUE	DMR	59	240	-	-	-	-	-	-	-	-	59	240
PI	COLONIA DO PIAUI	EMR	141	686	2	13	-	-	-	-	-	-	143	699
PI	CONCEICAO DO CANI	DMR	67	161	5	182	-	-	-	-	-	-	72	343
PI	CORONEL JOSE DIAS	DMR	146	326	1	28	-	-	-	-	-	-	147	354
PI	CORRENTE	DMR	342	1.583	30	3.329	4	908	2	702	-	-	378	6.522
PI	CRISTALANDIA DO PIA	DMR	49	350	-	-	-	-	-	-	-	-	49	350
PI	CRISTINO CASTRO	DMR	190	771	9	671	-	-	-	-	-	-	199	1.442
PI	CURIMATA	DMR	128	650	4	120	-	-	-	-	-	-	132	770
PI	CURRAIS	DMR	189	470	-	-	1	2.597	-	-	-	-	190	3.067
PI	CURRAL NOVO DO PIA	DMR	153	518	-	-	-	-	-	-	-	-	153	518
PI	CURRALINHOS	EMR	30	256	-	-	-	-	-	-	-	-	30	256

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	DEMERVAL LOBAO	EMR	76	238	4	1.181	-	-	-	-	-	-	80	1.419
PI	DIRCEU ARCOVERDE	DMR	35	83	-	-	-	-	-	-	-	-	35	83
PI	DOM EXPEDITO LOPES	EMR	196	485	1	4	-	-	-	-	-	-	197	489
PI	DOM INOCENCIO	DMR	268	1.453	2	27	2	90	-	-	-	-	272	1.570
PI	DOMINGOS MOURAO	DMR	128	345	-	-	-	-	-	-	-	-	128	345
PI	ELESBAO VELOSO	BR	143	510	5	82	-	-	-	-	-	-	148	592
PI	ELISEU MARTINS	DMR	122	349	2	74	-	-	-	-	-	-	124	423
PI	ESPERANTINA	DMR	705	2.086	45	1.393	5	208	1	102	-	-	756	3.789
PI	FARTURA DO PIAUI	DMR	20	45	-	-	-	-	-	-	-	-	20	45
PI	FLORES DO PIAUI	EMR	65	249	1	5	-	-	-	-	-	-	66	254
PI	FLORESTA DO PIAUI	DMR	65	362	-	-	-	-	-	-	-	-	65	362
PI	FLORIANO	EMR	81	737	55	1.738	13	7.384	8	2.184	1	4.443	158	16.486
PI	FRANCINOPOLIS	BR	66	330	-	-	-	-	-	-	-	-	66	330
PI	FRANCISCO AYRES	BR	134	340	1	15	-	-	-	-	-	-	135	355
PI	FRANCISCO MACEDO	DMR	71	227	-	-	-	-	-	-	-	-	71	227
PI	FRANCISCO SANTOS	DMR	133	788	3	33	-	-	-	-	-	-	136	821
PI	FRONTEIRAS	DMR	242	995	2	30	1	1.665	1	300	-	-	246	2.990
PI	GEMINIANO	EMR	106	480	-	-	-	-	-	-	-	-	106	480
PI	GILBUES	DMR	186	518	3	1.867	7	14.618	-	-	-	-	196	17.003
PI	GUADALUPE	EMR	14	712	2	30	-	-	-	-	-	-	16	742
PI	GUARIBAS	DMR	260	528	-	-	-	-	-	-	-	-	260	528
PI	HUGO NAPOLEAO	BR	37	103	3	22	-	-	-	-	-	-	40	125
PI	ILHA GRANDE	EMR	74	150	-	-	1	52	-	-	-	-	75	202
PI	INHUMA	BR	593	1.587	4	337	-	-	-	-	-	-	597	1.924
PI	IPIRANGA DO PIAUI	EMR	277	856	-	-	-	-	-	-	-	-	277	856
PI	ISAIAS COELHO	DMR	184	581	3	80	-	-	-	-	-	-	187	661
PI	ITAINOPOLIS	DMR	238	1.138	4	39	-	-	-	-	-	-	242	1.177
PI	ITAUEIRA	EMR	104	413	1	21	1	56	-	-	-	-	106	490
PI	JACOBINA DO PIAUI	DMR	250	861	5	185	-	-	-	-	-	-	255	1.046
PI	JAICOS	DMR	64	359	5	120	1	45	-	-	-	-	70	524
PI	JARDIM DO MULATO	BR	194	685	-	-	-	-	-	-	-	-	194	685
PI	JATOBA DO PIAUI	DMR	245	530	-	-	-	-	-	-	-	-	245	530
PI	JERUMENHA	EMR	155	1.172	2	108	-	-	-	-	-	-	157	1.280
PI	JOAO COSTA	DMR	253	760	1	16	-	-	-	-	-	-	254	776
PI	JOAQUIM PIRES	DMR	359	1.177	17	550	-	-	-	-	-	-	376	1.727
PI	JOCA MARQUES	DMR	80	180	-	-	-	-	-	-	-	-	80	180
PI	JOSE DE FREITAS	EMR	172	654	4	96	-	-	-	-	-	-	176	750
PI	JUAZEIRO DO PIAUI	DMR	120	320	-	-	-	-	-	-	-	-	120	320
PI	JULIO BORGES	DMR	250	1.224	2	29	-	-	-	-	-	-	252	1.253
PI	JUREMA	DMR	86	203	-	-	-	-	-	-	-	-	86	203
PI	LAGOA ALEGRE	EMR	136	317	1	83	-	-	-	-	-	-	137	400
PI	LAGOA DE SAO FRANC	DMR	69	145	1	53	-	-	-	-	-	-	70	198
PI	LAGOA DO BARRO DO	DMR	113	397	2	79	-	-	-	-	-	-	115	476
PI	LAGOA DO PIAUI	EMR	48	92	-	-	-	-	-	-	-	-	48	92
PI	LAGOA DO SITIO	BR	354	1.093	-	-	-	-	-	-	-	-	354	1.093
PI	LAGOINHA DO PIAUI	BR	36	86	1	12	-	-	-	-	-	-	37	98
PI	LANDRI SALES	DMR	3	6	-	-	-	-	-	-	-	-	3	6
PI	LUIS CORREIA	EMR	259	846	8	1.267	-	-	-	-	-	-	267	2.113
PI	LUZILANDIA	DMR	475	1.086	20	589	-	-	-	-	-	-	495	1.675
PI	MADEIRO	DMR	119	262	3	97	-	-	-	-	-	-	122	359

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	MANOEL EMIDIO	DMR	97	268	3	135	-	-	-	-	-	-	100	403
PI	MARCOLANDIA	DMR	57	605	8	620	4	287	-	-	-	-	69	1.512
PI	MARCOS PARENTE	DMR	3	29	-	-	-	-	-	-	-	-	3	29
PI	MASSAPE DO PIAUI	DMR	99	261	3	30	-	-	-	-	-	-	102	291
PI	MATIAS OLIMPIO	DMR	326	710	1	6	-	-	-	-	-	-	327	716
PI	MIGUEL ALVES	DMR	75	602	7	863	-	-	-	-	-	-	82	1.465
PI	MIGUEL LEAO	EMR	16	79	-	-	-	-	-	-	-	-	16	79
PI	MILTON BRANDAO	DMR	140	398	-	-	-	-	-	-	-	-	140	398
PI	MONSENHOR GIL	EMR	25	203	3	70	1	18	-	-	-	-	29	291
PI	MONSENHOR HIPOLIT	DMR	205	864	-	-	-	-	-	-	-	-	205	864
PI	MONTE ALEGRE DO PI	DMR	210	826	7	3.603	9	11.423	1	2.849	1	15.537	228	34.238
PI	MORRO CABECA NO T	DMR	34	78	-	-	-	-	-	-	-	-	34	78
PI	MORRO DO CHAPEU D	DMR	223	545	-	-	-	-	-	-	-	-	223	545
PI	MURICI DOS PORTELA	EMR	55	230	1	170	-	-	-	-	-	-	56	400
PI	NAZARE DO PIAUI	EMR	302	733	-	-	-	-	-	-	-	-	302	733
PI	NAZARIA	(vazio)	63	135	-	-	-	-	-	-	-	-	63	135
PI	NOSSA SENHORA DE I	DMR	189	383	-	-	-	-	-	-	-	-	189	383
PI	NOSSA SENHORA DOS	DMR	123	256	1	16	-	-	-	-	-	-	124	272
PI	NOVA SANTA RITA	DMR	274	1.295	-	-	-	-	-	-	-	-	274	1.295
PI	NOVO ORIENTE DO PI	BR	203	772	4	217	-	-	-	-	-	-	207	989
PI	NOVO SANTO ANTONI	DMR	119	250	-	-	-	-	-	-	-	-	119	250
PI	OEIRAS	EMR	480	3.050	37	3.970	1	732	-	-	-	-	518	7.752
PI	OLHO D'AGUA DO PIAU	BR	98	297	2	291	-	-	-	-	-	-	100	588
PI	PADRE MARCOS	DMR	114	284	-	-	-	-	-	-	-	-	114	284
PI	PAES LANDIM	DMR	25	292	-	-	-	-	-	-	-	-	25	292
PI	PAJEU DO PIAUI	DMR	17	38	-	-	-	-	-	-	-	-	17	38
PI	PALMEIRA DO PIAUI	DMR	202	643	9	1.593	2	10.611	-	-	-	-	213	12.847
PI	PALMEIRAIS	BR	269	1.027	8	185	-	-	-	-	-	-	277	1.212
PI	PAQUETA	EMR	183	773	-	-	-	-	-	-	-	-	183	773
PI	PARNAGUA	DMR	117	1.290	7	664	-	-	-	-	-	-	124	1.954
PI	PARNAIBA	EMR	157	1.211	70	5.306	14	1.469	8	795	-	-	249	8.781
PI	PASSAGEM FRANCA D	BR	212	630	-	-	-	-	-	-	-	-	212	630
PI	PATOS DO PIAUI	DMR	72	226	-	-	-	-	-	-	-	-	72	226
PI	PAU D´ARCO DO PIAUÍ	EMR	158	432	-	-	-	-	-	-	-	-	158	432
PI	PAULISTANA	DMR	258	1.121	16	1.194	-	-	-	-	-	-	274	2.315
PI	PAVUSSU	EMR	84	186	-	-	-	-	-	-	-	-	84	186
PI	PEDRO II	DMR	416	1.158	42	2.566	5	909	-	-	-	-	463	4.633
PI	PEDRO LAURENTINO	DMR	75	352	-	-	-	-	-	-	-	-	75	352
PI	PICOS	EMR	554	2.534	88	4.260	25	2.349	3	1.330	-	-	670	10.473
PI	PIMENTEIRAS	BR	339	718	5	125	-	-	-	-	-	-	344	843
PI	PIO IX	DMR	217	1.873	7	432	-	-	-	-	-	-	224	2.305
PI	PIRACURUCA	EMR	497	1.592	21	1.251	9	672	-	-	-	-	527	3.515
PI	PIRIPIRI	DMR	373	1.490	32	1.121	5	119	1	82	-	-	411	2.812
PI	PORTO	DMR	52	111	1	7	-	-	-	-	-	-	53	118
PI	PORTO ALEGRE DO PI	DMR	9	16	-	-	-	-	-	-	-	-	9	16
PI	PRATA DO PIAUI	BR	44	133	-	-	-	-	-	-	-	-	44	133
PI	QUEIMADA NOVA	DMR	205	945	5	56	-	-	-	-	-	-	210	1.001
PI	REDENCAO DO GURGI	DMR	94	639	2	20	-	-	-	-	-	-	96	659
PI	REGENERACAO	BR	216	532	7	543	-	-	-	-	-	-	223	1.075
PI	RIACHO FRIO	DMR	103	314	-	-	-	-	-	-	-	-	103	314

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	RIBEIRA DO PIAUI	DMR	62	133	1	790	-	-	-	-	-	-	63	923
PI	RIBEIRO GONCALVES	DMR	104	650	6	1.824	5	6.644	1	7.902	1	70.000	117	87.020
PI	RIO GRANDE DO PIAUI	EMR	93	320	1	163	-	-	-	-	-	-	94	483
PI	SANTA CRUZ DO PIAUI	EMR	76	1.093	3	43	-	-	-	-	-	-	79	1.136
PI	SANTA CRUZ DOS MIL	BR	85	198	2	20	-	-	-	-	-	-	87	218
PI	SANTA FILOMENA	DMR	57	819	5	3.231	3	5.770	-	-	-	-	65	9.820
PI	SANTA LUZ	DMR	158	421	5	487	-	-	-	-	-	-	163	908
PI	SANTA ROSA DO PIAU	EMR	246	684	-	-	-	-	-	-	-	-	246	684
PI	SANTANA DO PIAUI	EMR	58	209	3	34	-	-	-	-	-	-	61	243
PI	SANTO ANTONIO DE L	DMR	183	480	8	253	-	-	-	-	-	-	191	733
PI	SANTO ANTONIO DOS	BR	13	45	-	-	-	-	-	-	-	-	13	45
PI	SANTO INACIO DO PIA	DMR	99	454	1	8	-	-	-	-	-	-	100	462
PI	SAO BRAZ DO PIAUI	DMR	79	181	-	-	-	-	-	-	-	-	79	181
PI	SAO FELIX DO PIAUI	BR	71	435	1	20	-	-	-	-	-	-	72	455
PI	SAO FRANCISCO DE A	DMR	176	381	1	30	-	-	-	-	-	-	177	411
PI	SAO FRANCISCO DO P	EMR	267	963	1	19	-	-	-	-	-	-	268	982
PI	SAO GONCALO DO GU	DMR	88	236	-	-	-	-	-	-	-	-	88	236
PI	SAO GONCALO DO PIA	BR	63	201	6	133	-	-	-	-	-	-	69	334
PI	SAO JOAO DA CANABF	EMR	122	365	-	-	-	-	-	-	-	-	122	365
PI	SAO JOAO DA FRONTE	EMR	235	509	3	69	-	-	-	-	-	-	238	578
PI	SAO JOAO DA SERRA	DMR	144	316	-	-	-	-	-	-	-	-	144	316
PI	SAO JOAO DA VARJOT	EMR	155	492	-	-	-	-	-	-	-	-	155	492
PI	SAO JOAO DO ARRAIA	DMR	294	590	3	33	-	-	-	-	-	-	297	623
PI	SAO JOAO DO PIAUI	DMR	83	474	19	894	1	42	-	-	-	-	103	1.410
PI	SAO JOSE DO DIVINO	EMR	268	642	-	-	-	-	-	-	-	-	268	642
PI	SAO JOSE DO PEIXE	EMR	132	305	2	12	-	-	-	-	-	-	134	317
PI	SAO JOSE DO PIAUI	EMR	219	541	4	57	3	71	-	-	-	-	226	669
PI	SAO JULIAO	DMR	40	216	3	168	-	-	-	-	-	-	43	384
PI	SAO LOURENCO DO P	DMR	195	450	2	332	-	-	-	-	-	-	197	782
PI	SAO LUIS DO PIAUI	EMR	210	556	-	-	-	-	-	-	-	-	210	556
PI	SAO MIGUEL DA BAIXA	BR	24	78	3	285	-	-	1	137	-	-	28	500
PI	SAO MIGUEL DO FIDAL	EMR	121	962	2	27	-	-	-	-	-	-	123	989
PI	SAO MIGUEL DO TAPU	DMR	302	1.322	1	81	1	367	-	-	-	-	304	1.770
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	BR	196	564	11	544	1	60	-	-	-	-	208	1.168
PI	SAO RAIMUNDO NONA	DMR	230	649	17	1.337	5	391	-	-	-	-	252	2.377
PI	SEBASTIAO BARROS	DMR	71	429	-	-	-	-	-	-	-	-	71	429
PI	SEBASTIAO LEAL	DMR	121	386	2	33	-	-	3	18.268	-	-	126	18.687
PI	SIGEFREDO PACHECO	DMR	536	2.172	-	-	-	-	-	-	-	-	536	2.172
PI	SIMOES	DMR	779	2.232	5	162	-	-	-	-	-	-	784	2.394
PI	SIMPLICIO MENDES	DMR	191	837	12	1.266	2	48	-	-	-	-	205	2.151
PI	SOCORRO DO PIAUI	DMR	90	241	-	-	-	-	-	-	-	-	90	241
PI	SUSSUAPARA	EMR	136	605	7	326	-	-	-	-	-	-	143	931
PI	TAMBORIL DO PIAUI	DMR	18	37	-	-	-	-	-	-	-	-	18	37
PI	TANQUE DO PIAUI	EMR	97	304	-	-	-	-	-	-	-	-	97	304
PI	TERESINA	EMR	439	3.870	234	35.961	58	24.357	66	105.066	4	145.015	801	314.269
PI	UNIAO	EMR	79	247	2	1.593	-	-	-	-	-	-	81	1.840
PI	URUCUI	DMR	187	1.268	66	7.616	8	15.195	6	26.650	6	14.110	273	64.839

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
PI	VALENCA DO PIAUI	BR	329	1.311	42	2.464	2	23	-	-	-	-	373	3.798
PI	VARZEA BRANCA	DMR	89	199	-	-	-	-	-	-	-	-	89	199
PI	VARZEA GRANDE	BR	98	240	-	-	-	-	-	-	-	-	98	240
PI	VERA MENDES	DMR	235	670	-	-	-	-	-	-	-	-	235	670
PI	VILA NOVA DO PIAUI	DMR	65	178	3	48	-	-	-	-	-	-	68	226
PI	WALL FERRAZ	EMR	27	484	-	-	-	-	-	-	-	-	27	484
RN	ACARI	DMR	36	607	16	927	1	52	-	-	-	-	53	1.586
RN	AFONSO BEZERRA	DMR	171	752	4	105	1	7.345	-	-	-	-	176	8.202
RN	AGUA NOVA	DMR	70	195	-	-	-	-	-	-	-	-	70	195
RN	ALEXANDRIA	DMR	361	1.345	3	60	-	-	-	-	-	-	364	1.405
RN	ALMINO AFONSO	DMR	85	200	1	35	-	-	-	-	-	-	86	235
RN	ALTO DO RODRIGUES	DMR	92	1.056	21	461	8	922	-	-	1	316	122	2.755
RN	ANGICOS	DMR	83	859	19	1.640	-	-	-	-	-	-	102	2.499
RN	ANTONIO MARTINS	DMR	333	832	5	236	-	-	-	-	-	-	338	1.068
RN	APODI	DMR	791	3.324	42	1.730	11	698	-	-	-	-	844	5.752
RN	AREIA BRANCA	EMR	22	161	4	121	4	440	-	-	-	-	30	722
RN	ARES	DMR	35	76	1	161	-	-	-	-	-	-	36	237
RN	ASSU	DMR	288	3.430	124	8.236	12	1.672	16	1.629	-	-	440	14.967
RN	BAIA FORMOSA	DMR	32	73	-	-	-	-	-	-	-	-	32	73
RN	BARAUNA	EMR	209	1.544	7	222	-	-	-	-	1	254.729	217	256.495
RN	BARCELONA	DMR	33	74	3	170	-	-	-	-	-	-	36	244
RN	BENTO FERNANDES	BR	39	137	-	-	-	-	-	-	-	-	39	137
RN	BOA SAUDE	DMR	69	469	-	-	-	-	-	-	-	-	69	469
RN	BODO	DMR	71	252	1	7	-	-	-	-	-	-	72	259
RN	BOM JESUS	DMR	91	470	6	400	-	-	-	-	-	-	97	870
RN	BREJINHO	DMR	21	413	14	621	-	-	-	-	-	-	35	1.034
RN	CAICARA DO NORTE	DMR	26	52	1	15	-	-	-	-	-	-	27	67
RN	CAICARA DO RIO DO V	DMR	47	169	2	61	-	-	-	-	-	-	49	230
RN	CAICO	EMR	245	2.348	110	6.850	8	1.564	4	562	-	-	367	11.324
RN	CAMPO GRANDE	DMR	687	2.501	2	25	-	-	-	-	-	-	689	2.526
RN	CAMPO REDONDO	DMR	382	1.422	3	76	-	-	2	822	-	-	387	2.320
RN	CANGUARETAMA	DMR	43	107	4	506	-	-	1	141	-	-	48	754
RN	CARAUBAS	DMR	309	1.735	22	586	6	1.009	-	-	-	-	337	3.330
RN	CARNAUBA DOS DANT	DMR	184	945	19	1.967	3	581	-	-	-	-	206	3.493
RN	CARNAUBAIS	DMR	163	586	2	104	3	154	-	-	-	-	168	844
RN	CEARA-MIRIM	DMR	60	458	13	2.720	1	21	1	514	-	-	75	3.713
RN	CERRO CORA	DMR	231	782	5	754	-	-	-	-	-	-	236	1.536
RN	CORONEL EZEQUIEL	DMR	206	630	1	21	-	-	-	-	-	-	207	651
RN	CORONEL JOAO PESS	DMR	101	215	2	25	-	-	-	-	-	-	103	240
RN	CRUZETA	DMR	80	556	19	727	1	41	-	-	-	-	100	1.324
RN	CURRAIS NOVOS	DMR	226	3.048	104	5.795	28	3.120	19	3.668	-	-	377	15.631
RN	DOUTOR SEVERIANO	DMR	116	486	2	200	-	-	-	-	-	-	118	686

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
RN	ENCANTO	DMR	123	499	2	41	-	-	-	-	-	-	125	540
RN	EQUADOR	DMR	92	197	5	293	1	456	-	-	-	-	98	946
RN	ESPIRITO SANTO	DMR	108	286	-	-	-	-	1	103	-	-	109	389
RN	EXTREMOZ	AR	106	242	5	335	-	-	-	-	-	-	111	577
RN	FELIPE GUERRA	DMR	196	540	6	130	-	-	-	-	-	-	202	670
RN	FERNANDO PEDROZA	DMR	17	60	1	18	-	-	-	-	-	-	18	78
RN	FLORANIA	DMR	200	857	8	304	-	-	-	-	-	-	208	1.161
RN	FRANCISCO DANTAS	DMR	32	146	1	17	-	-	-	-	-	-	33	163
RN	FRUTUOSO GOMES	DMR	100	213	-	-	-	-	-	-	-	-	100	213
RN	GALINHOS	DMR	5	141	-	-	-	-	-	-	-	-	5	141
RN	GOIANINHA	DMR	40	101	10	640	2	124	-	-	-	-	52	865
RN	GOVERNADOR DIX-SE	DMR	133	679	4	109	-	-	-	-	-	-	137	788
RN	GROSSOS	EMR	45	195	2	64	-	-	1	2.461	-	-	48	2.720
RN	GUAMARE	DMR	35	635	19	630	-	-	5	302.459	1	470	60	304.194
RN	IELMO MARINHO	DMR	123	1.318	2	48	-	-	-	-	-	-	125	1.366
RN	IPANGUACU	DMR	91	713	16	871	-	-	-	-	-	-	107	1.584
RN	IPUEIRA	EMR	37	118	-	-	-	-	-	-	-	-	37	118
RN	ITAJA	DMR	74	679	26	2.318	2	81	-	-	-	-	102	3.078
RN	ITAU	DMR	63	248	5	100	-	-	-	-	-	-	68	348
RN	JACANA	DMR	192	608	9	532	-	-	-	-	-	-	201	1.140
RN	JANDAIRA	BR	14	134	3	141	-	-	-	-	-	-	17	275
RN	JANDUIS	DMR	113	518	2	158	-	-	-	-	-	-	115	676
RN	JAPI	DMR	101	326	1	21	-	-	-	-	-	-	102	347
RN	JARDIM DE ANGICOS	DMR	126	669	-	-	-	-	-	-	-	-	126	669
RN	JARDIM DE PIRANHAS	EMR	263	2.203	23	1.053	3	517	1	46	-	-	290	3.819
RN	JARDIM DO SERIDO	DMR	348	1.936	39	1.642	1	47	-	-	-	-	388	3.625
RN	JOAO CAMARA	BR	236	699	5	394	4	371	1	550	-	-	246	2.014
RN	JOAO DIAS	DMR	114	250	2	158	-	-	-	-	-	-	116	408
RN	JOSE DA PENHA	DMR	180	488	4	100	-	-	-	-	-	-	184	588
RN	JUCURUTU	DMR	590	2.176	21	1.131	2	228	-	-	-	-	613	3.535
RN	JUNDIÁ	DMR	110	397	2	36	-	-	-	-	-	-	112	433
RN	LAGOA D'ANTA	DMR	145	469	3	91	-	-	-	-	-	-	148	560
RN	LAGOA DE PEDRAS	DMR	257	723	-	-	-	-	-	-	-	-	257	723
RN	LAGOA DE VELHOS	DMR	20	222	1	132	-	-	-	-	-	-	21	354
RN	LAGOA NOVA	DMR	346	997	15	1.526	-	-	-	-	-	-	361	2.523
RN	LAGOA SALGADA	DMR	213	1.300	1	103	-	-	-	-	-	-	214	1.403
RN	LAJES	DMR	37	130	2	16.780	1	84	-	-	-	-	40	16.994
RN	LAJES PINTADAS	DMR	104	290	-	-	-	-	-	-	-	-	104	290
RN	LUCRECIA	DMR	29	64	3	450	-	-	-	-	-	-	32	514
RN	LUIS GOMES	DMR	114	434	-	-	-	-	-	-	-	-	114	434
RN	MACAIBA	DMR	241	1.060	12	804	7	1.168	2	1.025	-	-	262	4.057
RN	MACAU	DMR	84	1.554	55	1.708	8	762	2	174	1	960	150	5.158

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
RN	MAJOR SALES	DMR	130	271	-	-	-	-	-	-	-	-	130	271
RN	MARCELINO VIEIRA	DMR	194	834	1	70	-	-	-	-	-	-	195	904
RN	MARTINS	DMR	49	109	-	-	-	-	-	-	-	-	49	109
RN	MAXARANGUAPE	BR	6	14	1	50	-	-	-	-	-	-	7	64
RN	MESSIAS TARGINO	DMR	36	378	3	59	1	100	-	-	-	-	40	537
RN	MONTANHAS	DMR	133	708	4	178	-	-	-	-	-	-	137	886
RN	MONTE ALEGRE	DMR	289	726	10	258	1	138	-	-	-	-	300	1.122
RN	MONTE DAS GAMELEI	DMR	117	250	2	24	-	-	-	-	-	-	119	274
RN	MOSSORO	EMR	129	2.238	163	15.636	55	8.785	8	3.007	2	26.866	357	56.532
RN	NATAL	AR	46	3.432	167	12.611	61	8.361	21	5.840	12	4.384	307	34.628
RN	NISIA FLORESTA	DMR	67	182	4	398	1	110	-	-	-	-	72	690
RN	NOVA CRUZ	DMR	290	1.446	15	384	4	350	-	-	-	-	309	2.180
RN	OLHO D'AGUA DO BOR	DMR	87	222	1	28	-	-	-	-	-	-	88	250
RN	OURO BRANCO	DMR	326	1.631	8	282	-	-	-	-	-	-	334	1.913
RN	PARANA	DMR	104	394	1	3	-	-	-	-	-	-	105	397
RN	PARAU	DMR	21	91	2	259	-	-	-	-	-	-	23	350
RN	PARAZINHO	DMR	17	260	1	127	-	-	-	-	-	-	18	387
RN	PARELHAS	DMR	398	1.516	39	1.968	1	22	-	-	-	-	438	3.506
RN	PARNAMIRIM	AR	9	1.009	37	3.846	14	3.584	24	8.537	7	1.575	91	18.551
RN	PASSA E FICA	DMR	400	882	6	365	-	-	-	-	-	-	406	1.247
RN	PASSAGEM	DMR	42	146	1	21	-	-	-	-	-	-	43	167
RN	PATU	DMR	42	211	4	157	1	70	-	-	-	-	47	438
RN	PAU DOS FERROS	DMR	68	320	35	1.863	5	935	-	-	-	-	108	3.118
RN	PEDRA GRANDE	BR	38	87	-	-	-	-	-	-	-	-	38	87
RN	PEDRA PRETA	DMR	5	19	1	18	-	-	-	-	-	-	6	37
RN	PEDRO AVELINO	DMR	290	1.323	2	124	-	-	-	-	-	-	292	1.447
RN	PEDRO VELHO	DMR	160	435	3	166	-	-	-	-	-	-	163	601
RN	PENDENCIAS	DMR	31	312	11	472	4	772	-	-	-	-	46	1.556
RN	PILOES	DMR	62	152	6	524	-	-	-	-	-	-	68	676
RN	POCO BRANCO	BR	123	278	2	225	-	-	-	-	-	-	125	503
RN	PORTALEGRE	DMR	182	433	2	199	-	-	-	-	-	-	184	632
RN	PORTO DO MANGUE	DMR	2	28	-	-	-	-	-	-	-	-	2	28
RN	PUREZA	BR	26	99	-	-	-	-	-	-	-	-	26	99
RN	RAFAEL FERNANDES	DMR	64	191	2	96	-	-	-	-	-	-	66	287
RN	RAFAEL GODEIRO	DMR	89	216	1	70	-	-	-	-	-	-	90	286
RN	RIACHO DA CRUZ	DMR	100	240	-	-	-	-	-	-	-	-	100	240
RN	RIACHO DE SANTANA	DMR	28	82	1	11	-	-	-	-	-	-	29	93
RN	RIACHUELO	DMR	61	319	1	33	-	-	-	-	-	-	62	352
RN	RIO DO FOGO	BR	82	514	1	50	-	-	-	-	-	-	83	564
RN	RODOLFO FERNANDES	DMR	93	227	-	-	-	-	-	-	-	-	93	227
RN	RUY BARBOSA	DMR	62	163	4	63	-	-	-	-	-	-	66	226
RN	SANTA CRUZ	DMR	319	1.386	50	1.799	3	283	1	169	-	-	373	3.637

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
RN	SANTA MARIA	DMR	39	82	1	33	-	-	-	-	-	-	40	115
RN	SANTANA DO MATOS	DMR	486	1.849	11	916	-	-	-	-	-	-	497	2.765
RN	SANTANA DO SERIDO	DMR	159	590	4	129	2	1.099	-	-	-	-	165	1.818
RN	SANTO ANTONIO	DMR	445	1.741	10	516	4	369	-	-	-	-	459	2.626
RN	SAO BENTO DO NORTI	DMR	63	130	-	-	-	-	-	-	-	-	63	130
RN	SAO BENTO DO TRAIR	DMR	84	223	2	49	-	-	-	-	-	-	86	272
RN	SAO FERNANDO	EMR	421	1.426	2	56	-	-	1	47	-	-	424	1.529
RN	SAO FRANCISCO DO C	DMR	12	75	1	14	-	-	-	-	-	-	13	89
RN	SAO GONCALO DO AM	DMR	80	209	14	2.095	6	1.065	-	-	1	61	101	3.430
RN	SAO JOAO DO SABUGI	EMR	163	671	1	105	-	-	-	-	-	-	164	776
RN	SAO JOSE DE MIPIBU	DMR	3	47	10	647	2	133	2	596	-	-	17	1.423
RN	SAO JOSE DO CAMPES	DMR	218	1.127	6	254	-	-	-	-	-	-	224	1.381
RN	SAO JOSE DO SERIDO	DMR	209	1.185	16	1.074	2	442	-	-	-	-	227	2.701
RN	SAO MIGUEL	DMR	181	521	6	266	-	-	1	112	-	-	188	899
RN	SAO MIGUEL DO GOST	BR	147	406	-	-	-	-	-	-	-	-	147	406
RN	SAO PAULO DO POTEI	DMR	288	821	7	238	2	234	-	-	-	-	297	1.293
RN	SAO PEDRO	DMR	169	644	-	-	-	-	1	77	-	-	170	721
RN	SAO RAFAEL	DMR	113	471	2	32	-	-	-	-	-	-	115	503
RN	SAO TOME	DMR	390	893	6	200	-	-	-	-	-	-	396	1.093
RN	SAO VICENTE	DMR	154	590	2	70	-	-	-	-	-	-	156	660
RN	SENADOR ELOI DE SO	DMR	117	1.220	3	214	-	-	-	-	-	-	120	1.434
RN	SENADOR GEORGINO	DMR	5	10	-	-	-	-	-	-	-	-	5	10
RN	SERRA CAIADA	DMR	62	140	3	120	-	-	-	-	-	-	65	260
RN	SERRA DE SAO BENTO	DMR	80	439	2	45	-	-	-	-	-	-	82	484
RN	SERRA DO MEL	EMR	632	4.121	2	99	-	-	-	-	-	-	634	4.220
RN	SERRA NEGRA DO NO	EMR	316	1.216	13	453	-	-	1	95	-	-	330	1.764
RN	SERRINHA	DMR	50	184	-	-	-	-	-	-	-	-	50	184
RN	SERRINHA DOS PINTO	DMR	172	460	2	397	-	-	-	-	-	-	174	857
RN	SEVERIANO MELO	DMR	300	1.175	5	260	4	239	-	-	-	-	309	1.674
RN	SITIO NOVO	DMR	130	324	1	12	-	-	-	-	-	-	131	336
RN	TABOLEIRO GRANDE	DMR	16	93	3	213	-	-	-	-	-	-	19	306
RN	TAIPU	BR	232	675	2	419	4	999	-	-	-	-	238	2.093
RN	TANGARA	DMR	67	281	11	296	-	-	-	-	-	-	78	577
RN	TENENTE ANANIAS	DMR	106	425	1	799	-	-	-	-	-	-	107	1.224
RN	TENENTE LAURENTIN	DMR	94	308	4	298	1	28	-	-	-	-	99	634
RN	TIBAU	EMR	9	54	1	40	-	-	-	-	-	-	10	94
RN	TIBAU DO SUL	DMR	2	40	4	183	-	-	-	-	-	-	6	223
RN	TIMBAUBA DOS BATIS	EMR	17	38	1	46	-	-	-	-	-	-	18	84
RN	TOUROS	BR	457	2.976	4	390	-	-	-	-	-	-	461	3.366
RN	TRIUNFO POTIGUAR	DMR	39	146	-	-	-	-	-	-	-	-	39	146
RN	UMARIZAL	DMR	101	310	5	643	-	-	2	280	-	-	108	1.233
RN	UPANEMA	DMR	168	1.142	2	8	-	-	-	-	-	-	170	1.150

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
RN	VARZEA	DMR	74	423	1	168	-	-	-	-	-	-	75	591
RN	VENHA-VER	DMR	149	412	-	-	-	-	-	-	-	-	149	412
RN	VERA CRUZ	DMR	230	967	11	777	-	-	-	-	-	-	241	1.744
RN	VICOSA	DMR	36	83	-	-	-	-	-	-	-	-	36	83
RN	VILA FLOR	DMR	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
SE	AMPARO DE SAO FRAI	EMR	38	145	1	23	-	-	-	-	-	-	39	168
SE	AQUIDABA	DMR	508	3.554	8	434	-	-	-	-	-	-	516	3.988
SE	ARACAJU	AR	119	5.924	280	17.425	75	14.475	38	12.042	5	1.745	517	51.611
SE	ARAUA	BR	99	461	6	1.472	-	-	-	-	-	-	105	1.933
SE	AREIA BRANCA	EMR	99	365	1	50	1	955	-	-	-	-	101	1.370
SE	BARRA DOS COQUEIR	AR	24	79	3	412	-	-	-	-	-	-	27	491
SE	BOQUIM	BR	378	1.672	3	88	-	-	4	447	1	72	386	2.279
SE	BREJO GRANDE	EMR	30	241	4	94	-	-	-	-	-	-	34	335
SE	CAMPO DO BRITO	EMR	222	2.072	20	1.668	1	31	-	-	-	-	243	3.771
SE	CANHOBA	EMR	184	1.286	3	678	-	-	-	-	-	-	187	1.964
SE	CANINDE DE SAO FRA	DMR	73	833	3	353	-	-	-	-	-	-	76	1.186
SE	CAPELA	DMR	164	1.636	12	577	10	5.170	6	39.395	-	-	192	46.778
SE	CARIRA	DMR	748	10.787	49	3.712	1	364	3	350	-	-	801	15.213
SE	CARMOPOLIS	BR	5	55	7	272	3	354	1	90	-	-	16	771
SE	CEDRO DE SAO JOAO	EMR	26	889	2	73	-	-	1	45	-	-	29	1.007
SE	CRISTINAPOLIS	BR	140	332	3	461	-	-	-	-	-	-	143	793
SE	CUMBE	DMR	30	392	1	239	1	105	-	-	-	-	32	736
SE	DIVINA PASTORA	DMR	2	29	-	-	-	-	-	-	-	-	2	29
SE	ESTANCIA	DMR	209	1.108	30	1.556	7	1.729	3	362	3	6.250	252	11.005
SE	FEIRA NOVA	DMR	100	821	-	-	1	677	-	-	-	-	101	1.498
SE	FREI PAULO	DMR	284	4.329	31	3.993	7	1.435	3	270	1	6.000	326	16.027
SE	GARARU	DMR	790	3.228	12	535	2	84	-	-	-	-	804	3.847
SE	GENERAL MAYNARD	BR	6	286	-	-	-	-	-	-	-	-	6	286
SE	GRACHO CARDOSO	DMR	266	2.023	7	816	-	-	-	-	-	-	273	2.839
SE	ILHA DAS FLORES	EMR	55	133	-	-	-	-	1	98	-	-	56	231
SE	INDIAROBA	DMR	245	876	3	462	1	123	-	-	-	-	249	1.461
SE	ITABAIANA	EMR	636	6.497	163	9.298	36	2.190	9	1.310	2	314	846	19.609
SE	ITABAIANINHA	BR	861	3.559	21	2.033	2	72	1	162	-	-	885	5.826
SE	ITABI	DMR	187	1.032	-	-	-	-	-	-	-	-	187	1.032
SE	ITAPORANGA D'AJUDA	DMR	240	1.499	7	522	2	352	-	-	1	72	250	2.445
SE	JAPARATUBA	DMR	43	291	7	826	-	-	-	-	-	-	50	1.117
SE	JAPOATA	DMR	150	1.578	6	426	-	-	2	138	-	-	158	2.142
SE	LAGARTO	DMR	999	5.338	69	6.399	11	1.514	11	1.466	-	-	1.090	14.717
SE	LARANJEIRAS	BR	12	189	5	1.561	-	-	1	109	-	-	18	1.859
SE	MACAMBIRA	EMR	210	762	6	435	-	-	-	-	-	-	216	1.197
SE	MALHADA DOS BOIS	DMR	36	234	2	80	-	-	-	-	-	-	38	314
SE	MALHADOR	EMR	452	1.669	8	255	-	-	-	-	-	-	460	1.924

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
SE	MARUIM	BR	17	117	3	60	3	1.858	-	-	-	-	23	2.035
SE	MOITA BONITA	EMR	181	831	5	210	-	-	-	-	-	-	186	1.041
SE	MONTE ALEGRE DE SE	DMR	388	2.996	3	275	-	-	-	-	-	-	391	3.271
SE	MURIBECA	DMR	78	335	5	29.576	-	-	1	166	-	-	84	30.077
SE	NEOPOLIS	EMR	330	883	10	1.053	2	4.235	4	5.394	-	-	346	11.565
SE	NOSSA SENHORA APA	DMR	665	4.813	11	694	-	-	2	114	-	-	678	5.621
SE	NOSSA SENHORA DA (	DMR	639	4.237	16	1.317	2	246	3	297	-	-	660	6.097
SE	NOSSA SENHORA DAS	DMR	326	2.499	49	2.538	1	188	8	16.965	-	-	384	22.190
SE	NOSSA SENHORA DE I	EMR	236	807	4	258	-	-	-	-	-	-	240	1.065
SE	NOSSA SENHORA DO	AR	65	448	14	1.729	8	1.503	3	2.164	-	-	90	5.844
SE	PACATUBA	DMR	365	1.021	-	-	-	-	-	-	-	-	365	1.021
SE	PEDRA MOLE	DMR	65	743	-	-	-	-	-	-	-	-	65	743
SE	PEDRINHAS	BR	76	174	3	83	-	-	-	-	-	-	79	257
SE	PINHAO	DMR	49	375	3	459	-	-	-	-	-	-	52	834
SE	PIRAMBU	DMR	16	73	1	38	-	-	-	-	-	-	17	111
SE	POCO REDONDO	DMR	435	1.993	3	224	-	-	-	-	-	-	438	2.217
SE	POCO VERDE	DMR	345	2.489	14	275	1	5.366	1	155	-	-	361	8.285
SE	PORTO DA FOLHA	DMR	652	3.470	17	1.137	1	38	1	110	-	-	671	4.755
SE	PROPRIA	EMR	134	583	8	502	1	29	4	1.037	-	-	147	2.151
SE	RIACHAO DO DANTAS	DMR	597	1.934	3	216	-	-	2	338	-	-	602	2.488
SE	RIACHUELO	BR	12	29	4	121	-	-	-	-	-	-	16	150
SE	RIBEIROPOLIS	DMR	278	2.590	12	1.149	-	-	3	2.871	-	-	293	6.610
SE	ROSARIO DO CATETE	BR	20	42	3	57	-	-	1	428	-	-	24	527
SE	SALGADO	BR	188	830	8	406	2	5.507	1	55	-	-	199	6.798
SE	SANTA LUZIA DO ITAN	DMR	202	810	3	221	-	-	2	182	-	-	207	1.213
SE	SANTA ROSA DE LIMA	DMR	57	292	3	134	-	-	-	-	-	-	60	426
SE	SANTANA DO SAO FRA	EMR	140	332	2	51	-	-	-	-	-	-	142	383
SE	SANTO AMARO DAS BI	BR	88	921	5	345	-	-	-	-	-	-	93	1.266
SE	SAO CRISTOVAO	AR	58	541	13	1.226	1	108	3	592	-	-	75	2.467
SE	SAO DOMINGOS	EMR	232	664	2	32	1	27	-	-	-	-	235	723
SE	SAO FRANCISCO	DMR	24	313	-	-	-	-	-	-	-	-	24	313
SE	SAO MIGUEL DO ALEIX	DMR	126	1.291	4	417	-	-	-	-	-	-	130	1.708
SE	SIMAO DIAS	DMR	426	2.440	25	1.561	2	3.425	12	1.400	-	-	465	8.826
SE	SIRIRI	DMR	22	189	2	258	1	882	-	-	-	-	25	1.329
SE	TELHA	EMR	99	946	1	15	-	-	-	-	-	-	100	961
SE	TOBIAS BARRETO	DMR	608	3.510	57	2.655	8	567	-	-	-	-	673	6.732
SE	TOMAR DO GERU	BR	192	619	2	60	-	-	-	-	-	-	194	679
SE	UMBAUBA	BR	270	1.141	28	2.128	2	309	-	-	-	-	300	3.578
Total			**419.179**	**2.034.085**	**16.345**	**1.618.517**	**2.778**	**1.529.025**	**1.163**	**1.745.701**	**354**	**4.163.326**	**439.819**	**11.090.654**

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 288 /2012/CMO

Brasília, 01 de agosto de 2012.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Solicitação de autuação do Ofício nº 0229/2012/GAB/SUDENE, de 17/07/2012, relativo ao Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, em obediência ao estabelecido pelo § 4º, art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pelo art. 18 da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, encaminhou a esta Presidência, através do Ofício nº 0229/2012/GAB/SUDENE, de 17/07/2012, para efeito de fiscalização e controle, o Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste – FNE.

A fim de que esta Comissão exerça de forma plena a sua competência constitucional, necessário se faz que o referido documento seja antes autuado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, e, posteriormente, prossiga observando os trâmites regimentalmente determinados.

Assim sendo, encaminho, em anexo, para autuação, os originais *do* **Ofício nº 0229/2012/GAB/SUDENE, de 17/07/2012.**

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Deputado PAULO PIMENTA
Presidente

Recebido em 1º-8-12
às 10h.
Márcio
220920

Câmara dos Deputados - Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II)
Ala - Sala 08 – Térreo - 70.160-900 - Brasília/DF
Telefones: (61) 3216-6892 - 3216-6893 - Fax: (61) 3216-6905
http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo - cmo@camara.gov.br
PRSF 22 - Abertura de Processo-003-FNE - Exercício 2011, em ..-..-2012

Senado Federal
Protocolo Legislativo
OFN nº 43 / 2012
Fls. 405

405
02-08-12

LEI nº 1.649, DE 19 DE JULHO DE 1952.

Cria o Banco do Nordeste do Brasil e dá outras providências.

.....

.....

LEI nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

.....

Art. 17. As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

I - em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo;(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

II - em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele; ou (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

III - na acumulação das preferências e vantagens de que tratam os incisos I e II.(Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 1º Independentemente do direito de receber ou não o valor de reembolso do capital com prêmio ou sem ele, as ações preferenciais sem direito de voto ou com restrição ao exercício deste direito, somente serão admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários se a elas for atribuída pelo menos uma das seguintes preferências ou vantagens:(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

I - direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente a, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do art. 202, de acordo com o seguinte critério:(Incluído dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados neste inciso correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação; e (Incluída dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea a; ou (Incluída dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

II - direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; ou (Incluído dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

III - direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. (Incluído dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 2° Deverão constar do estatuto, com precisão e minúcia, outras preferências ou vantagens que sejam atribuídas aos acionistas sem direito a voto, ou com voto restrito, além das previstas neste artigo.(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 3° Os dividendos, ainda que fixos ou cumulativos, não poderão ser distribuídos em prejuízo do capital social, salvo quando, em caso de liquidação da companhia, essa vantagem tiver sido expressamente assegurada.(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 4° Salvo disposição em contrário no estatuto, o dividendo prioritário não é cumulativo, a ação com dividendo fixo não participa dos lucros remanescentes e a ação com dividendo mínimo participa dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo.(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 5° Salvo no caso de ações com dividendo fixo, o estatuto não pode excluir ou restringir o direito das ações preferenciais de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas ou lucros (art. 169).(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 6° O estatuto pode conferir às ações preferenciais com prioridade na distribuição de dividendo cumulativo, o direito de recebê-lo, no exercício em que o lucro for insuficiente, à conta das reservas de capital de que trata o § 1° do art. 182.(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 7° Nas companhias objeto de desestatização poderá ser criada ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva do ente desestatizante, à qual o estatuto social poderá conferir os poderes que especificar, inclusive o poder de veto às deliberações da assembléia-geral nas matérias que especificar.(Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

.....

.....

DECRETO Nº 93.872, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986

Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Da Unificação dos Recursos de Caixa do Tesouro Nacional

Art. 1° A realização da receita e da despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade de caixa.

.....

CAPÍTULO III

Da Administração Financeira

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
OFN nº 43 / 2012
Fl. nº 407 Rubrica:

.....

SEÇÃO IX

Fundos Especiais

Art . 71. Constitui Fundo Especial de natureza contábil ou financeira, para fins deste decreto, a modalidade de gestão de parcela de recursos do Tesouro Nacional, vinculados por lei à realização de determinados objetivos de política econômica, social ou administrativa do Governo.

§ 1° São Fundos Especiais de natureza contábil, os constituídos por disponibilidades financeiras evidenciadas em registros contábeis, destinados a atender a saques a serem efetuados diretamente contra a caixa do Tesouro Nacional.

§ 2° São Fundos Especiais de natureza financeira, os constituídos mediante movimentação de recursos de caixa do Tesouro Nacional para depósitos em estabelecimentos oficiais de crédito, segundo cronograma aprovado, destinados a atender aos saques previstos em programação específica.

.....
.....

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
OFN nº 43 / 2012
Fl. nº 406 Rubrica:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º - Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º - A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º - Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

.....

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1° - Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

§ 2° - As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 3° - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4° - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5° - O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6° - Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9°.

§ 7° - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8° - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

.....
.....

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências.

.....

Art. 2° Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

§ 1° Na aplicação de seus recursos, os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficarão a salvo das restrições de controle monetário de natureza conjuntural e deverão destinar crédito diferenciado dos usualmente adotados pelas instituições financeiras, em função das reais necessidades das regiões beneficiárias.

§ 2° No caso da região Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semi-árido, às quais destinará metade dos recursos ingressados nos termos do art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal.

.....

Art. 9º Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade. (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.1.2001)

Art. 9º-A. Os recursos dos Fundos Constitucionais poderão ser repassados aos próprios bancos administradores, para que estes, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realizem as operações de crédito autorizadas por esta Lei e pela Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

§ 1º O montante dos repasses a que se referem o **caput** estará limitado a proporção do patrimônio líquido da instituição financeira, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

§ 2º O retorno dos recursos aos Fundos Constitucionais se subordina à manutenção da proporção a que se refere o § 3º e independe do adimplemento, pelos mutuários, das obrigações contratadas pelas instituições financeiras com tais recursos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

§ 3º O retorno dos recursos aos Fundos Constitucionais, em decorrência de redução do patrimônio líquido das instituições financeiras, será regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

§ 4º Nas operações realizadas nos termos deste artigo: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

I - observar-se-ão os encargos estabelecidos no art. 1º da Lei nº 10.177, de 2001; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

II - o **del credere** das instituições financeiras: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

a) fica limitado a seis por cento ao ano; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

b) está contido nos encargos a que se refere o inciso I; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

c) será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

§ 5º Os saldos diários das disponibilidades relativas aos recursos transferidos nos termos do **caput** serão remunerados pelas instituições financeiras com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

§ 6º Os recursos transferidos e utilizados em operações de crédito serão remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o **del credere** a que se refere o § 4º, inciso II; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

§ 7º Os bancos administradores deverão manter sistema que permita consolidar as disponibilidades e aplicações dos recursos, independentemente de estarem em nome do Fundo Constitucional ou da instituição financeira. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

§ 8º As instituições financeiras, nas operações de financiamento realizadas nos termos deste artigo, gozam da isenção tributária a que se refere o art. 8º desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

§ 9º Poderão ser considerados, para os efeitos deste artigo, os valores que já tenham sido repassados às instituições financeiras e as operações de crédito respectivas. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

§ 10. Na hipótese do § 9º: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

I - não haverá risco de crédito para as instituições financeiras nas operações contratadas até 30 de novembro de 1998; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

II - nas operações contratadas de 1º de dezembro de 1998 a 30 de junho de 2001, o risco de crédito das instituições financeiras fica limitado a cinqüenta por cento; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

III - o **del credere** das instituições financeiras, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

a) fica reduzido a zero para as operações a que se refere o inciso I; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

b) fica limitado a três por cento para as operações a que se refere o inciso II. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

§ 11. Para efeito do cálculo da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores, serão deduzidos do patrimônio líquido dos Fundos Constitucionais os

valores repassados às instituições financeiras, nos termos deste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001)

.....

Art. 14. Cabe ao Conselho Deliberativo da respectiva superintendência de desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: (Redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 2007)

I - estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento;(Redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 2007)

II - aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento de cada Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;(Redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 2007)

III - avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;(Redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 2007)

IV - encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, a que se refere o inciso II do caput deste artigo, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional. (Incluído pela Lei Complementar nº 125, de 2007)

Parágrafo único. Até o dia 30 de outubro de cada ano, as instituições financeiras federais de caráter regional encaminharão, à apreciação do Conselho Deliberativo da respectiva superintendência de desenvolvimento regional, a proposta de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte, a qual será aprovada até 15 de dezembro.

Art. 14-A. Cabe ao Ministério da Integração Nacional estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. (Incluído pela Lei Complementar nº 125, de 2007)

Parágrafo único. O Ministério da Integração Nacional exercerá as competências relativas aos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste, de que trata o art. 14 desta Lei, até que sejam instalados os mencionados Conselhos. (Incluído pela Lei nº 11.524, de 2007)

.....

Art. 15-B. Ficam convalidadas as liquidações de dívida efetuadas pelas instituições financeiras federais administradoras dos Fundos Constitucionais, que tenham sido realizadas em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias das respectivas instituições e que tenham sido objeto de demanda judicial, recebidas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e respectivos garantes, relativamente a operações concedidas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que trata esta Lei. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

§ 1° Para os efeitos desta Lei, considera-se liquidada a dívida pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora quando obtida mediante o desconto a uma taxa real que corresponda ao custo de oportunidade do Fundo que tenha provido os recursos financiadores da dívida liquidada, pelo tempo estimado para o desfecho da ação judicial, aplicada sobre o valor de avaliação dos referidos bens. (Incluído pela Lei n° 11.945, de 2009).

§ 2° A convalidação referida no **caput** deste dispositivo resultará na anotação de restrição que impossibilitará a contratação de novas operações nas instituições financeiras federais, ressalvada a hipótese de o devedor inadimplente recolher ao respectivo Fundo financiador da operação o valor atualizado equivalente à diferença havida entre o que pagou na renegociação e o que deveria ter sido pago caso incidissem no cálculo os encargos de normalidade em sua totalidade, quando então poderá ser baixada a aludida anotação. (Incluído pela Lei n° 11.945, de 2009).

§ 3° As instituições financeiras federais administradoras dos Fundos Constitucionais deverão apresentar relatório ao Ministério da Integração Nacional, com a indicação dos quantitativos renegociados sob a metodologia referida no **caput**. (Incluído pela Lei n° 11.945, de 2009).

§ 4° O disposto neste artigo somente se aplica aos devedores que tenham investido corretamente os valores financiados, conforme previsto nos respectivos instrumentos de crédito. (Incluído pela Lei n° 11.945, de 2009).

Art. 15-C. As instituições financeiras federais poderão, nos termos do art. 15-B e parágrafos, proceder à liquidação de dívidas em relação às propostas cujas tramitações tenham sido iniciadas em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias de cada instituição financeira federal.(Incluído pela Lei n° 11.945, de 2009).

Art. 15-D. Os administradores dos Fundos Constitucionais ficam autorizados a liquidar dívidas pelo equivalente financeiro do valor atual dos bens passíveis de penhora, observando regulamentação específica dos respectivos Conselhos Deliberativos, a qual deverá respeitar, no que couber, os critérios estabelecidos no art. 15-B. (Incluído pela Lei n° 11.945, de 2009).

.....

Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos. (Redação dada pela Lei Complementar n° 125, de 2007)

§ 1° O exercício financeiro de cada Fundo coincidirá com o ano civil, para fins de apuração de resultados e apresentação de relatórios.

§ 2° Deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditagem.

§ 3° Os bancos administradores deverão colocar à disposição dos órgãos de fiscalização competentes os demonstrativos, com posições de final de mês, dos recursos, aplicações e resultados dos Fundos respectivos.

§ 4° O relatório de que trata o caput deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos

Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle. (Redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009).

§ 5º O relatório de que trata o caput deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno. (Redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 2007)

.....
.....

LEI Nº 9.126, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995.

Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

.....

Art. 7º Os bancos administradores aplicarão 10% (dez por cento) dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. (Redação dada pela Lei nº 12.249, de 2010)

§ 1º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, a que se refere o caput deste artigo, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito. (Redação dada pela Lei nº 12.249, de 2010)

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º aos contratos de financiamento de projetos de estruturação complementar daqueles assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária já contemplados com crédito da espécie, cujo valor financiável se limita ao diferencial entre o saldo devedor atual da operação e o teto vigente para essas operações de crédito, conforme deliberação do Conselho Monetário Nacional. (Redação dada pela Lei nº 12.249, de 2010)

§ 3º Para efeito do cumprimento do percentual de que trata o caput deste artigo, poderão ser computados os recursos destinados a financiamentos de investimento para agricultores familiares enquadrados nos critérios definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006,

regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, conforme programação anual proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde que os financiamentos contemplem as seguintes finalidades: (Redação dada pela Lei nº 12.249, de 2010)

I - regularização e adequação ambiental dos estabelecimentos rurais, reflorestamento, recuperação ou regeneração de áreas degradadas ou formação ou melhoria de corredores ecológicos entre áreas prioritárias para conservação da biodiversidade; (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

II - implantação de infraestrutura hídrica e de atividades produtivas adequadas à convivência com o semiárido; (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

III - pagamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural e remuneração da mão de obra familiar para implantação das atividades referentes às finalidades constantes dos incisos I e II deste parágrafo; e (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

IV - outras, a serem definidas pelo Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

§ 4º Os financiamentos concedidos na forma deste artigo terão os encargos financeiros ajustados para não exceder o limite de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e redutores de até 50% (cinquenta por cento) sobre as parcelas da amortização do principal e sobre os encargos financeiros, durante todo o prazo de vigência da operação, conforme condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional. (Redação dada pela Lei nº 12.249, de 2010)

§ 5º Os agentes financeiros apresentarão ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, integrante da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário, demonstrativos dos valores que vierem a ser imputados aos Fundos Constitucionais em função do disposto neste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

.....

.....

LEI Nº 9.138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995

Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.

Art. 1º É autorizada, para o crédito rural, a equalização de encargos financeiros, observado o disposto na Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

§ 1º Compreende-se na equalização de encargos financeiros de que trata o caput deste artigo o abatimento no valor das prestações com vencimento em 1995, de acordo com os limites e condições estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º O Poder Executivo e o Poder Legislativo providenciarão a alocação de recursos e a suplementação orçamentária necessárias à subvenção econômica de que trata este artigo.

.....

.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996

Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.

.....
.....

LEI Nº 9.808, DE 20 DE JULHO DE 1999.

Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.

.....
.....

LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Art. 1º A partir de 14 de janeiro de 2000, os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, serão os seguintes:

I - operações rurais:

a) agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: os definidos na legislação e regulamento daquele Programa;

b) mini produtores, suas cooperativas e associações: seis por cento ao ano;

c) pequenos e médios produtores, suas cooperativas e associações: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

d) grandes produtores, suas cooperativas e associações: dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

II - operações industriais, agro-industriais e de turismo:

a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

III - operações comerciais e de serviços:

a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

IV - operações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas: quatro por cento ao ano. (Incluído pela Medida Provisória nº 432, de 2008).

IV - operações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas: 4% (quatro por cento) ao ano. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

§ 1º (VETADO)

§ 2º O del credere do banco administrador, limitado a três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelos Fundos Constitucionais e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.

§ 3º Os contratos de financiamento conterão cláusula estabelecendo que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a trinta por cento.

§ 4º No mês de janeiro de cada ano, observadas as disposições do parágrafo anterior, o Poder Executivo, por proposta conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, poderá realizar ajustes nas taxas dos encargos financeiros, limitados à variação percentual da TJLP no período.

§ 5º Sobre os encargos de que tratam as alíneas "b", "c" e "d" do Inciso I e as alíneas dos Incisos II e III deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino e de quinze por cento para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

§ 6º No caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

§ 6º No caso de inclusão de Município na região do semi-árido após a contratação do financiamento, o bônus de que trata o § 5º será elevado para vinte e cinco por cento a partir da data de vigência da referida alteração da situação. (Redação dada pela Medida Provisória nº 432, de 2008).

§ 6º No caso de inclusão de município na região do semi-árido após a contratação do financiamento, o bônus de que trata o § 5º deste artigo será elevado para 25% (vinte e cinco por cento), a partir da data de vigência da referida alteração da situação. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

§ 7º No caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência. (Incluído pela Medida Provisória nº 432, de 2008).

§ 7º No caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

Art. 7º Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Investimentos Regionais fornecerão ao Ministério da Integração Nacional, na forma que vier a ser por este determinada, as informações necessárias à supervisão, ao acompanhamento e ao controle da aplicação dos recursos e à avaliação de desempenho desses Fundos.

Parágrafo único. Sem prejuízo das informações atualmente prestadas, será facultado aos bancos administradores período de adaptação de até um ano para atendimento do previsto no caput.

.....

.....

MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.199-14, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.

.....

Art. 13. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento farão jus, a partir de 1º de janeiro de 2001, à taxa de administração de três por cento ao ano sobre o patrimônio líquido dos respectivos Fundos, apropriada mensalmente.

.....

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA.

.....

Art. 1º Esta Medida Provisória estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

Parágrafo único. Nas referências desta Medida Provisória, BB é o Banco do Brasil S.A., BASA é o Banco da Amazônia S.A., BNB é o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e CEF é a Caixa Econômica Federal.

.....

.....

LEI nº 10.303, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001.

Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

.....
.....

LEI Nº 10.437, DE 25 DE ABRIL DE 2002

Dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências.

.....

Art. 1º Ficam autorizados, para as operações de que trata o § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995:

I - prorrogação do vencimento da prestação devida em 31 de outubro de 2001 para 29 de junho de 2002, acrescida dos juros pactuados de três por cento ao ano pro rata die;

II - pagamento mínimo de trinta e dois vírgula cinco por cento do valor a que se refere o inciso I até 29 de junho de 2002, mantido o bônus de adimplência previsto nos incisos I e V, alínea d, do § 5ºdo art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

§ 1º Para adesão às condições previstas neste artigo, os mutuários deverão estar adimplentes com suas obrigações ou regularizá-las até 29 de junho de 2002.

§ 2º O saldo devedor financeiro das operações de que trata este artigo será apurado pela multiplicação do saldo devedor das unidades de produtos vinculados pelos respectivos preços mínimos vigentes, descontando a parcela de juros de três por cento ao ano incorporada às parcelas remanescentes.

§ 3º Sobre o saldo devedor financeiro, apurado na forma prevista no § 1º deste artigo, incidirá juro de três por cento ao ano, acrescido da variação do preço mínimo da unidade de produto vinculado.

§ 4º As prestações subseqüentes à de vencimento prevista no inciso I serão calculadas sempre em parcelas iguais e sucessivas, em meses livremente pactuados entre os mutuários e credores, no último dia de cada mês, com vencimento pelo menos uma vez ao ano, sendo que a data da primeira prestação deverá ser até 31 de outubro de 2002 e da última até 31 de outubro de 2025.

§ 5º A repactuação poderá prever a dispensa do acréscimo da variação do preço mínimo estipulado contratualmente sempre que os pagamentos ocorrerem nas datas aprazadas, salvo se o devedor optar pelo pagamento mediante entrega do produto.

§ 6º O inadimplemento de obrigação, cuja repactuação previu a dispensa a que se refere o § 5º, ocasionará, sobre o saldo remanescente, o acréscimo da variação do preço mínimo estipulado contratualmente desde 31 de outubro de 2001.

§ 7º Na hipótese de liquidação antecipada e total da dívida até 31 de dezembro de 2006, aplicar-se-á, além do bônus descrito no § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, desconto sobre o saldo devedor existente na data da liquidação, de acordo com o valor da operação em 30 de novembro de 1995, a saber:

I - vinte pontos percentuais para operações de valor até dez mil reais; ou

II - dez pontos percentuais para operações de valor superior a dez mil reais.

.....
.....

LEI Nº 10.464, DE 24 DE MAIO DE 2002
(Revogada)

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas, sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ou de outras fontes de recursos, por agricultores familiares, mini e pequenos agricultores, suas associações e cooperativas, e dá outras providências.

.....

Art. 1º Fica autorizada a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas ao abrigo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até 31 de outubro de 2002, observadas as seguintes condições:

I - repactuação, pelo prazo de até quinze anos, tomando-se o saldo devedor atualizado pelos encargos pactuados para situação de normalidade até a data da repactuação, incorporando-se os juros de que trata o inciso II, e calculando-se prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 30 de junho de 2003;

II - a partir da data da repactuação, as operações ficarão sujeitas à taxa efetiva de juros de um inteiro e quinze centésimos por cento ao ano;

III - os mutuários farão jus, nas operações repactuadas, a bônus de adimplência de setenta por cento sobre cada uma das parcelas, desde que o pagamento ocorra até a data aprazada;

IV - os agentes financeiros disporão de prazo até 30 de novembro de 2002 para formalização do instrumento da repactuação.

.....
.....

LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam autorizados a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas ao abrigo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procera, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até 31 de maio de 2004, observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003)

I - repactuação, pelo prazo de até dezoito anos, tomando-se o saldo devedor atualizado pelos encargos pactuados para situação de normalidade até a data da repactuação,

incorporando-se os juros de que trata o inciso II, e calculando-se prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 30 de junho de 2006;

II - a partir da data da repactuação, as operações ficarão sujeitas à taxa efetiva de juros de um inteiro e quinze centésimos por cento ao ano;

III - os mutuários farão jus, nas operações repactuadas, a bônus de adimplência de setenta por cento sobre cada uma das parcelas, desde que o pagamento ocorra até a data aprazada;

IV - os agentes financeiros terão até cento e oitenta dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei para formalização do instrumento da repactuação.

IV - os agentes financeiros terão até 31 de maio de 2004 para formalização dos instrumentos de repactuação. (Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003)

.....
.....

DECRETO Nº 5.641, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005.

Dispõe sobre a sistemática de cálculo e apropriação da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que trata o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.

.....
.....

LEI Nº 11.322, DE 13 DE JULHO DE 2006

Dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei trata da renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e dá outras providências.

Art. 2º Fica autorizada a repactuação de dívidas de operações originárias de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações, até 15 de janeiro de 2001, de valor originalmente contratado até R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário, nas seguintes condições:

I - nos financiamentos de custeio e investimento concedidos até 31 de dezembro de 1997, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no caso de operações classificadas como Proger Rural ou equalizadas pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R$ 15.000,00 (quinze mil reais), que não foram renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995: (Redação dada pela Lei nº 11775, de 2008)

a) rebate no saldo devedor equivalente a 8,8% (oito inteiros e oito décimos por cento), na data da repactuação;

b) bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, sendo que, nas regiões do semi-árido, no Norte do Espírito Santo e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, o bônus será de 65% (sessenta e cinco por cento);

c) aplicação de taxa efetiva de juros de 3% (três por cento) ao ano, a partir da data da repactuação;

d) o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, a ser liquidado em parcelas anuais, iguais e sucessivas;

II - nos financiamentos de custeio e investimento concedidos no período de 2 de janeiro de 1998 a 15 de janeiro de 2001 ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE; do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no caso de operações classificadas como Proger Rural ou equalizadas pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R$ 15.000,00 (quinze mil reais):

a) os mutuários que estiverem adimplentes na data de publicação desta Lei ou que regularizarem seus débitos em até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de publicação desta Lei terão as seguintes condições:

1. rebate de 8,8% (oito inteiros e oito décimos por cento) no saldo devedor, na posição de 1° de janeiro de 2002, desde que se trate de operação contratada com encargos pós-fixados;

2. o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, a ser liquidado em parcelas anuais, iguais e sucessivas;

3. aplicação de taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir de 1° de janeiro de 2002;

4. nas regiões do semi-árido, no Norte do Espírito Santo e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, será concedido um bônus de adimplência de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento;

b) os mutuários que se encontrarem em inadimplência e não regularizarem seus débitos no prazo estabelecido na alínea a do inciso II deste artigo terão as seguintes condições:

1. o saldo de todas as prestações vencidas e não pagas deverá ser corrigido até a data da repactuação com base nos encargos originalmente contratados, sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento;

2. sobre o saldo das parcelas vencidas, será concedido, na data da repactuação, um rebate de 8,2% (oito inteiros e dois décimos por cento), desde que se trate de operação contratada com encargos pós-fixados, sendo aplicada taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir da data de renegociação;

3. na parcela do saldo devedor vincendo, será concedido, na posição de 1° de janeiro de 2002, um rebate de 8,8% (oito inteiros e oito décimos por cento) no saldo devedor, desde que se trate de operação contratada com encargos pós-fixados, passando a ter uma taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir daquela data;

4. o saldo devedor das operações, apurado na forma dos itens 2 e 3 da alínea b do inciso II deste artigo, será consolidado na data da repactuação e prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, a ser liquidado em parcelas anuais, iguais e sucessivas;

5. nas regiões do semi-árido, no Norte do Espírito Santo e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, os mutuários que vierem a adimplir-se nessas condições farão jus a um bônus de adimplência de 35% (trinta e cinco por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento;

c) (VETADO)

III - nos financiamentos concedidos nos períodos referenciados nos incisos I e II do caput deste artigo, ao amparo de recursos do FNE, com valor total originalmente contratado acima de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), observadas as seguintes condições:

a) aplica-se o disposto no inciso I ou II do caput deste artigo, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor ou da prestação que corresponda ao limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) na data do contrato original;

b) a parcela do saldo devedor ou da prestação que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) será alongada em até 10 (dez) anos, com 2 (dois) anos de carência, sendo aplicada taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir da data de renegociação.

§ 1° No caso de operações referenciadas no caput deste artigo formalizadas com cooperativa ou associação de produtores, considerar-se-á:

I - cada cédula-filha ou instrumento de crédito individual originalmente firmado por beneficiário final do crédito;

II - como limite, no caso de operação que não envolveu repasse de recursos a cooperados ou associados, o resultado da divisão do valor originalmente financiado pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade, respeitado o mesmo teto individual de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para enquadramento.

§ 2° Na hipótese de liquidação antecipada e total do saldo devedor das operações a que se refere o caput deste artigo até 31 de dezembro de 2008, aplicar-se-á bônus adicional de 10% (dez por cento) sobre o montante devido.

.....
.....

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

.....
.....

DECRETO Nº 6.047, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.

.....
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 3 DE JANEIRO DE 2007

Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória nº 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar nº 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências.

.....

Art. 10. Competem ao Conselho Deliberativo, com apoio administrativo, técnico e institucional de sua Secretaria-Executiva, as seguintes atribuições:

I - estabelecer as diretrizes de ação e formular as políticas públicas para o desenvolvimento de sua área de atuação;

II - propor projeto de lei que instituirá o plano e os programas regionais de desenvolvimento do Nordeste a ser encaminhado ao Congresso Nacional para apreciação e deliberação;

III - acompanhar e avaliar a execução do plano e dos programas regionais do Nordeste e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste;

IV - criar comitês permanentes ou provisórios, fixando no ato da sua criação suas composições e atribuições;

V - estabelecer os critérios técnicos e científicos para delimitação do semi-árido incluído na área de atuação da Sudene.

§ 1º Com o objetivo de promover a integração das ações de apoio financeiro aos projetos de infra-estrutura e de serviços públicos e aos empreendimentos produtivos, o Conselho Deliberativo estabelecerá as normas para a criação, a organização e o funcionamento do Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais, que terá caráter consultivo.

§ 2º O Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais será presidido pelo Superintendente da Sudene e integrado por representantes da administração superior do Banco do Brasil S.A., do Banco do Nordeste do Brasil S.A., do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e da Caixa Econômica Federal.

§ 3º Com o objetivo de promover a integração das ações dos órgãos e entidades federais na sua área de atuação, o Conselho Deliberativo estabelecerá as normas para a criação, a organização e o funcionamento do Comitê Regional de Articulação dos Órgãos e Entidades Federais, que terá caráter consultivo.

§ 4º O Comitê Regional de Articulação dos Órgãos e Entidades Federais será presidido pelo Superintendente da Sudene e integrado por representantes das entidades federais de atuação regionalizada e as delegacias e representações de órgãos e entidades federais em sua área de atuação.

§ 5º Em relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, compete ao Conselho Deliberativo:

I - estabelecer, anualmente, as prioridades para aplicação dos recursos no exercício seguinte;

II - definir os empreendimentos de infra-estrutura econômica considerados prioritários para a economia regional;

III - (VETADO)

IV - avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos programas de financiamento aprovados e à adequação dos financiamentos às prioridades regionais;

V - aprovar anualmente, até o dia 15 de dezembro, as prioridades e os programas de financiamento, observadas as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

§ 6º Como órgão gestor do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, com base em proposta de sua Secretaria-Executiva e em consonância com o plano regional de desenvolvimento, compete ao Conselho Deliberativo:

I - estabelecer, anualmente, as prioridades para as aplicações dos recursos, no exercício seguinte, observadas as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, no financiamento aos empreendimentos de grande relevância para a economia regional;

II - (VETADO)

.....

Art. 14. A Sudene avaliará o cumprimento do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, por meio de relatórios anuais submetidos e aprovados pelo seu Conselho Deliberativo e encaminhados à Comissão Mista referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal e às demais comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, obedecido o mesmo prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária da União.

§ 1º O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste terá como objetivos, entre outros:

I - diminuição das desigualdades espaciais e interpessoais de renda;

II - geração de emprego e renda;

III - redução das taxas de mortalidade materno-infantil;

IV - redução da taxa de analfabetismo;

V - melhoria das condições de habitação;

VI - universalização do saneamento básico;

VII - universalização dos níveis de ensino infantil, fundamental e médio;

VIII - fortalecimento do processo de interiorização do ensino superior;

IX - garantia de implantação de projetos para o desenvolvimento tecnológico;

X - garantia da sustentabilidade ambiental.

§ 2º Para monitoramento e acompanhamento dos objetivos definidos no § 1º deste artigo, serão utilizados os dados produzidos pelos institutos de estatística dos poderes públicos federal, estaduais e municipais reconhecidos nacionalmente, além de relatórios produzidos pelos Ministérios setoriais.

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
OFN nº 43 / 2012
Fl. nº 478 Rubrica:

.....
.....

DECRETO Nº 6.219, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências.

.....

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

.....

Art. 7º Ao Conselho Deliberativo compete:

I - aprovar seu regimento interno;

II - estabelecer as diretrizes de ação para o desenvolvimento da área de atuação da SUDENE;

III - propor ao Presidente da República, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, anteprojeto de lei que instituirá o plano regional de desenvolvimento do nordeste e os programas regionais de desenvolvimento a serem encaminhados ao Congresso Nacional, para apreciação e deliberação;

IV - acompanhar e avaliar a execução do plano e dos programas regionais do Nordeste e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas do plano regional de desenvolvimento do nordeste;

V - aprovar os relatórios anuais, apresentados pela SUDENE, sobre o cumprimento do plano regional de desenvolvimento do nordeste, para encaminhamento à comissão mista referida no § 1º do art. 166 da Constituição e às demais comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, obedecido o mesmo prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária da União;

VI - criar comitês, permanentes ou provisórios, fixando, no ato de criação, sua composição e suas competências, bem como extinguir comitês por ele criados;

VII - estabelecer os critérios técnicos e científicos para a delimitação do semi-árido incluído na área de atuação da SUDENE;

VIII - aprovar, anualmente, relatório apresentado pela Diretoria Colegiada, com a avaliação dos programas e ações do Governo Federal na área de atuação da SUDENE, encaminhado-o à comissão mista permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição e às demais comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, no mesmo prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária da União;

IX - propor, em articulação com os Ministérios competentes, as prioridades e os critérios de aplicação dos recursos dos outros fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na área de atuação da SUDENE, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico;

X - definir, na área de atuação da SUDENE, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional, objeto de estímulo por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, na forma da legislação em vigor;

XI - aprovar o regulamento dos incentivos e benefícios fiscais e financeiros administrados pela SUDENE;

XII - em relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE:

a) estabelecer anualmente, até 15 de agosto, as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos no exercício seguinte, observadas as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional e em consonância com o plano regional de desenvolvimento do nordeste;

b) definir os empreendimentos de infra-estrutura econômica considerados prioritários para a economia regional;

c) avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas, dos programas de financiamento aprovados e à adequação dos financiamentos às prioridades regionais;

d) aprovar anualmente, até o dia 15 de dezembro, a proposta de programação de financiamento para o exercício seguinte, a qual deverá estar acompanhada de parecer da SUDENE e do Ministério da Integração Nacional; e

e) encaminhar a programação de financiamento a que se refere a alínea "d", da qual constarão os tetos individuais de financiamento, dentre outros elementos, juntamente com o resultado da apreciação das propostas de programação apresentadas, e o parecer que subsidiou a aprovação referida na citada alínea "d", à comissão mista permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição;

XIII - em relação ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE:

a) estabelecer, anualmente, as prioridades para as aplicações dos recursos no exercício seguinte, observadas as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, no financiamento aos empreendimentos de grande relevância para a economia regional;

b) definir os critérios para o estabelecimento de contrapartida dos Estados e dos Municípios nos investimentos;

c) dispor sobre a remuneração do agente operador, inclusive sobre as condições de assunção dos riscos de cada projeto de investimento;

d) aprovar regulamento que disponha sobre a participação do FDNE nos projetos de investimento; e

e) definir os critérios de aplicação dos recursos destinados ao custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, correspondentes a um inteiro e cinco décimos por cento, calculado sobre o montante de cada parcela liberada pelo FDNE; e

XIV - articular-se com a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional para apresentação do plano de desenvolvimento regional do nordeste nos termos do art. 5º do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007.

.....

.....

LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007.

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

.....

.....

LEI Nº 11.775, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008

Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nos 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.

.....

Art. 31. Admite-se a reclassificação para o âmbito exclusivo do FNE das operações de crédito rural contratadas com recursos mistos do FNE com outras fontes, observadas as seguintes condições:

I - o saldo devedor da operação reclassificada para o FNE deverá ser considerado como uma nova operação de crédito rural;

II - a nova operação de que trata o inciso I do caput deste artigo ficará sob risco exclusivo e integral do agente financeiro do FNE;

III - o saldo devedor da operação com recursos mistos será atualizado nas condições definidas entre o agente financeiro e o respectivo mutuário;

IV - as operações reclassificadas terão os encargos financeiros do FNE, definidos em função da classificação e localização do produtor, a partir da data da reclassificação;

V - aplicam-se às operações reclassificadas as condições estabelecidas nos arts. 29 e 30 desta Lei para a renegociação de dívidas.

§ 1º As operações renegociadas com base no § 3º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, ou repactuadas nos termos da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, ou ainda enquadradas no § 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e na Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do CMN, que se enquadrem nas condições estabelecidas neste artigo e forem reclassificadas para o FNE poderão ser renegociadas na forma dos arts. 2º, 1º e 3º desta Lei, respectivamente.

§ 2º Fica o gestor financeiro do FNE autorizado a contratar, até 30 de junho de 2011, nova operação de crédito para liquidação das dívidas oriundas de operações de crédito rural, contraídas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER - Fase III, observando que: (Redação dada pela Lei nº 12.380, 2011)

I - o saldo devedor vencido será ajustado, retirando-se os encargos por inadimplemento e aplicando-se encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida e encargos de normalidade mais 2% (dois por cento) ao ano, pro rata die, a partir da data do vencimento contratual de cada parcela até a data da contratação da nova operação;

II - será exigida amortização mínima de 2% (dois por cento) do saldo vencido ajustado, na forma do inciso I deste parágrafo;

III - a nova operação deverá ser contratada mediante a formalização de novo instrumento de crédito, sob as seguintes condições:

a) limite de crédito: saldo devedor total remanescente, após o ajuste do saldo vencido e a amortização mínima de 2% (dois por cento);

b) fonte de recursos: FNE;

c) risco: mesma posição de risco do contrato original;

d) encargos financeiros e prazos: os vigentes para operações de crédito rural nessa fonte;

e) garantias: as usuais do crédito rural, mantendo vinculado em garantia os imóveis que tenham sido objeto de financiamento.

§ 3º Admite-se a reclassificação para o âmbito do FNE e do FNO das operações de crédito rural contratadas até 30 de junho de 2006 com recursos do FAT pelos agentes financeiros gestores desses Fundos Constitucionais, observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 11.922, de 2009)

I – o saldo das operações reclassificadas para os Fundos deverá ser considerado como uma nova operação de crédito rural; (Incluído pela Lei nº 11.922, de 2009)

II – a nova operação de que trata o inciso I deste parágrafo ficará sob o risco exclusivo e integral do agente financeiro gestor do respectivo Fundo; (Incluído pela Lei nº 11.922, de 2009)

III – o saldo devedor da nova operação será atualizado nas condições definidas entre o agente financeiro e o respectivo mutuário; (Incluído pela Lei nº 11.922, de 2009)

IV – as operações reclassificadas terão os encargos financeiros vigentes para as operações de crédito rural dos Fundos Constitucionais definidos em função da classificação e localização do produtor, a partir da data da reclassificação; (Incluído pela Lei nº 11.922, de 2009)

V – a reclassificação de que trata este parágrafo fica limitada a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por mutuário e a R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para o FNE e

R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para o FNO; (Incluído pela Lei nº 11.922, de 2009)

VI – aplicam-se às operações reclassificadas as condições estabelecidas nos arts. 29 e 30 desta Lei para a renegociação de dívidas; (Incluído pela Lei nº 11.922, de 2009)

VII – no caso de associações, condomínios e cooperativas, deve ser observado o seguinte: (Incluído pela Lei nº 11.922, de 2009)

a) as operações que tenham cédulas-filhas serão enquadradas na regra geral; (Incluído pela Lei nº 11.922, de 2009)

b) as operações sem identificação do tomador final serão enquadradas observando-se, para cada associação ou cooperativa, o valor obtido pela multiplicação do valor médio refinanciável de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) pelo número de associados ativos da respectiva unidade; e (Incluído pela Lei nº 11.922, de 2009)

c) nos condomínios e parcerias entre produtores rurais e empresas rurais, adotar-se-á um limite máximo de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para cada participante, excetuando-se cônjuges, identificado pelo respectivo CPF ou CGC. (Incluído pela Lei nº 11.922, de 2009)

§ 4º Sobre o saldo devedor das operações de que trata este artigo, a partir da data da reclassificação, o agente financeiro fará jus ao del credere a ser definido em portaria conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, em função da especificidade da operação renegociada, sem perder de vista o limite previsto no inciso II do § 4º do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. (Incluído pela Lei nº 11.922, de 2009)

.....

Art. 43. O art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

§ 1º Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos de infra-estrutura econômica, inclusive os de iniciativa de empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, considerados prioritários para a economia em decisão do respectivo conselho deliberativo.

§ 2º No caso de produtores e empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais, a concessão de financiamentos de que trata esta Lei fica condicionada à regularidade da situação para com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os citados fundos de incentivos.

§ 3º Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos comerciais e de serviços até o limite de 20% (vinte por cento) dos recursos previstos, em cada ano, para esses Fundos, admitindo-se a diferenciação dos valores aplicados nas diversas Unidades da Federação, mediante decisão do respectivo conselho deliberativo, no contexto da aprovação da programação anual de aplicação dos recursos, desde que o valor médio aplicado nessas finalidades não ultrapasse o limite de 20% (vinte por cento) em cada Fundo Constitucional." (NR)

.....

.....

LEI Nº 11.941, DE 27 DE MAIO DE 2009.

Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nos 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nos 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nos 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nos 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.

.....
.....

LEI Nº 11.945, DE 4 DE JUNHO DE 2009.

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

.....
.....

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
OFN nº 43 / 2012
Fl. nº 434 Rubrica:

LEI Nº 12.249, DE 11 DE JUNHO DE 2010.

Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nos 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nos 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nos 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências.

.....

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010.

Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH, autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, acresce o Porto do Pólo Industrial de Manaus no item 4.2 da Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências.

.....

.....

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
OFN nº 43 / 2012
Fl. nº 436 Rubrica:

SF –2-8-2012

14 horas

A Presidência autuou, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Ofício nº 43, de 2012-CN (nº 0229/2012, na origem), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que "Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos – Exercício 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório".

SECRETARIA DE ATA
Folha: 437
Rubrica

Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 2-8-2012

Até 7/8	prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;
até 22/8	prazo para apresentação de relatório;
até 29/8	prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
até 5/9	prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

SECRETARIA DE ATA
Folha: 432
Rubrica

A matéria será publicada em Suplemento ao Diário do Senado Federal de 3 de agosto do corrente.

O Ofício retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

SECRETARIA DE ATA
Folha: 439
Rubrica

Ofício nº 362 (CN) Brasília, em 07 de agosto de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Ofício nº 43, de 2012-CN.

Sec.-Geral da Mesa SEPRO 07/Ago/2012 - 15:24
Ponto: 7396 Ass.:
Origem:

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Presidência autuou, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Ofício nº 43, de 2012-CN (nº 0229/2012, na origem), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que "Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos – Exercício 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório".

Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o anexo calendário para a tramitação da presente matéria.

O Ofício, publicado em Suplemento ao Diário do Senado Federal de 3 de agosto do corrente ano, retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente,

Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Secretaria de Expediente
Nº 48/2012
Fls. 440

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. nº 294/2012/CMO

Brasília, 7 de agosto de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado JOÃO PAULO LIMA

Câmara dos Deputados

Assunto: **Designação para a relatoria do Ofício nº 43/2012-CN.**

Senhor Deputado,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar a sua designação para o cargo de relator do **Ofício nº 43/2012-CN**, que "*Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos - Execício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório*".

Atenciosamente,

Deputado PAULO PIMENTA
Presidente

Câmara dos Deputados - Anexo Luis Eduardo Magalhães(Anexo II)
Ala - Sala 08 - Térreo; 70.160-900 - Brasília/DF
Telefones: (61) 3216-6892 - 3216-6893 - Fax: (61) 3216-6905
www.camara.gov.br/cmo cmo@camara.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CMO
Fls. 441